

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 72.º

4.ª SÉRIE



VOLUME 1.º

COIMBRA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

1925

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

11 12 13 14 15 16 17 18 19 20

21 22 23 24 25 26 27 28 29 30

31 32 33 34 35 36 37 38 39 40

41 42 43 44 45 46 47 48 49 50

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 72.^o

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, n.º 1 — COIMBRA

4.^a SÉRIE



VOLUME 1.^o

COIMBRA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE

1925

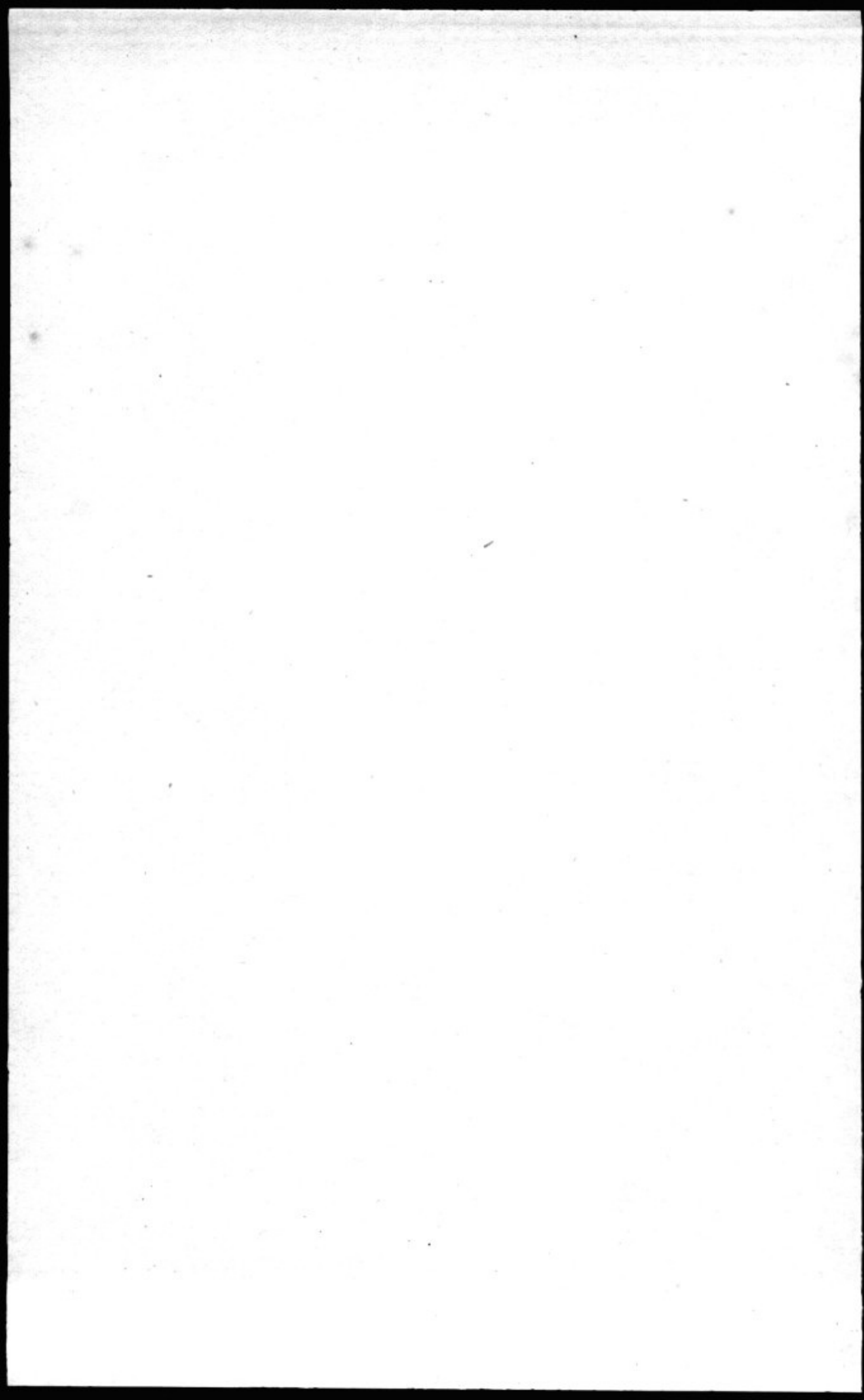
UNIVERSITY OF TORONTO

LIBRARY

O INSTITUTO



VOLUME 72.^o



O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, n.º 1 — COIMBRA

1925
VOLUME 72.º



4.ª SÉRIE
1.º ANO
NÚMERO I

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1925

O *Instituto* é uma publicação periódica do Instituto de Coimbra, Sociedade científica, literária e artística fundada em 1852. No ano findo de 1924 completou 3 séries, que constituem uma colecção de 71 volumes.

Inicia-se agora uma quarta série com importantes melhoramentos, conservando-se ao mesmo tempo as características que os seus ilustres fundadores adoptaram

A colaboração é dos seus membros, e os artigos serão acompanhados dos retratos dos seus autores, com o fac-simile da sua assinatura.

A COMISSÃO DE REDACÇÃO é constituída pela seguinte forma:

MEMBROS HONORÁRIOS

Prof. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, da Universidade de Coimbra.—Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto, Antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*.—Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. B., *Secretário*.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*.—Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Belleza dos Santos, da U. C.—Prof. Bento Carqueja, da U. P.—Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M.—Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elísio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Fortunato de Almeida, do L. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*.—Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C.—Prof. Luciano P. da Silva, da U. C., D. E. N. S.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S.—Dr. A. Simões Baião, D. A. T. T.—Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, D. da secção de sciências fisico-químicas da U. C.—Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Candido Sotto Mayor — Marquez de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães.

INDEX

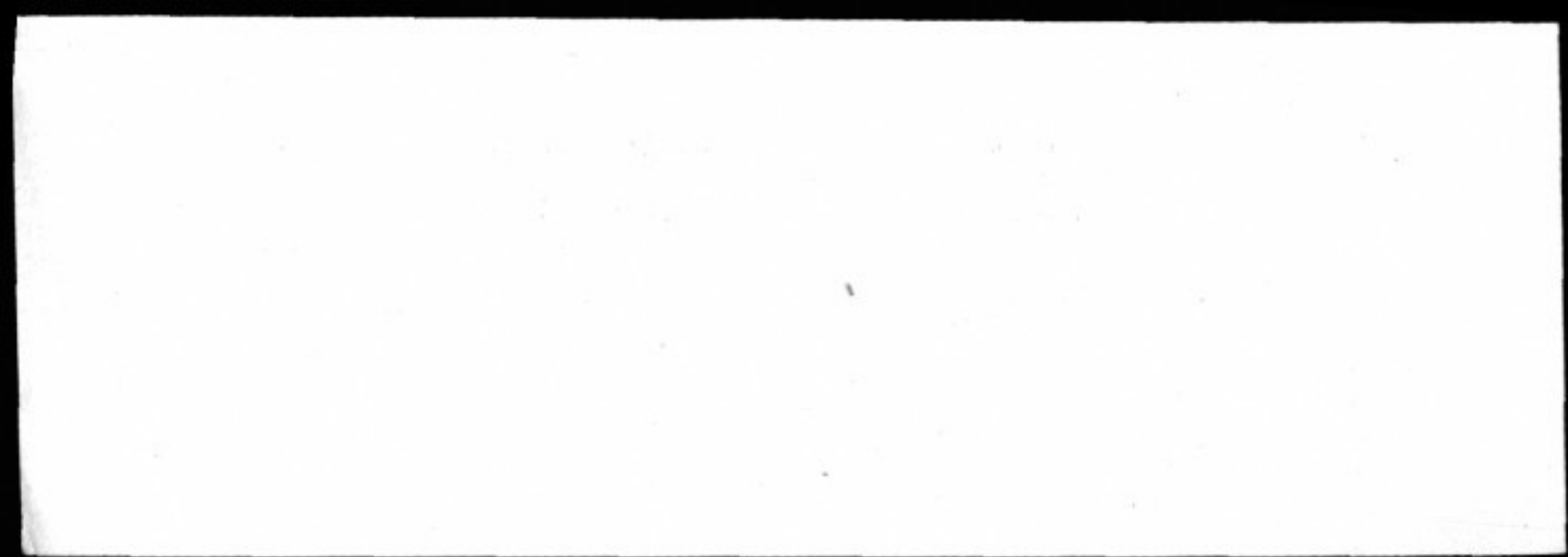
<i>Boletim do Instituto</i>	1
<i>Politique Mondiale — Le traité de Versailles</i> , por Raymond Poincaré	5
<i>Carta dirigida ao Instituto de Coimbra por S. Ex.^a o Embaixador do Brasil</i> , por J. M. Cardoso de Oliveira.....	16
<i>Sur une équation intégrale singulière du type de Fredholm</i> , por Émile Piccard	20
<i>Os últimos dias de Vasco da Gama</i> , por Fortunato de Almeida....	28
<i>Don Juan de Valera, humanista</i> , por E. Gómez de Baquero.....	40
<i>Sacadura Cabral</i> , por Monsenhor Dias de Andrade.....	56
<i>A celebração em Madrid do 4.^o Centenário do nascimento de Camões</i>	67
<i>O estudo actual dos tremores de terra</i> , por Anselmo Ferraz de Carvalho.....	87

O INSTITUTO

Preço da assinatura, dos 10 n.^{os} da 4.^a série:

Portugal 50\$00

Estrangeiro L. 1.





Coimbra, fevereiro de 1925.

INSTITUTO DE COIMBRA

Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr.

Arco do Bispo, n.º 1

A situação de um país é hoje apreciada, sobretudo, pela sua actividade científica. **O Instituto** de Coimbra tem-se esforçado por contribuir para a difusão dos conhecimentos científicos, literários e artísticos, principalmente por meio da Revista que logo fundou, e que constitue já uma importante colecção de 71 volumes.

Afim de ser tornada mais eficaz esta acção é inaugurada uma nova série, a 4.^a, com consideráveis melhoramentos fáceis de apreciar.

Para o exito desta útil iniciativa conta o Instituto de Coimbra com o grande interêsse que a V. Ex.^{aa} merece Portugal, e o alargamento da cultura científica, literária e artística, e é com profundo reconhecimento, que manifesta a V. Ex.^a a sua mais elevada consideração.

PELA COMISSÃO DE REDACÇÃO,

F. M. da Costa Lobo, Presidente.

Anselmo Ferraz de Carvalho, Vice-Presidente.

Joaquim de Carvalho, Secretário Geral.

Alberto Pessoa, Secretário.

Amadeu Ferraz de Carvalho, Secretário.

P. S. Atentas as vantagens de que **O Instituto** dispõe para Portugal é cotada a libra para a assinatura no nosso país em Esc. 50\$00.

Solicita-se, com o maior empenho, a imediata devolução dos números recebidos, e no melhor estado, quando não possa ser atendido o nosso pedido.

1822

The first part of the document
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The second part of the document
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The third part of the document
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The fourth part of the document
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The fifth part of the document
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The sixth part of the document
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The seventh part of the document
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The eighth part of the document
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The ninth part of the document
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The tenth part of the document
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.

APPENDIX

The first part of the appendix
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The second part of the appendix
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The third part of the appendix
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The fourth part of the appendix
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The fifth part of the appendix
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The sixth part of the appendix
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The seventh part of the appendix
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The eighth part of the appendix
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The ninth part of the appendix
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.
 The tenth part of the appendix
 contains a list of names and
 their corresponding numbers.

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 14 DE DEZEMBRO DE 1924

Aos 14 dias do mês de Dezembro de 1924 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. COSTA LOBO.

O presidente comunicou que tendo sido resolvido dar maior desenvolvimento à revista do Instituto, a partir do próximo mês de Janeiro, fôra convocada esta sessão especialmente para ser eleita a comissão de redacção. Acrescentou que já tinham sido recebidas valiosíssimas manifestações de aplauso a esta resolução, muitas acompanhadas de notáveis trabalhos com que os seus autores vinham enriquecer esta revista, a qual já conta 71 volumes, que contêm interessantes preciosidades científicas e literárias.

Tendo sido tomado conhecimento de várias medidas com que os Ministérios da Instrução, Estrangeiros e Comércio estão apoiando o Instituto de Coimbra, foi resolvido testemunhar-lhes o profundo reconhecimento desta corporação.

Foi aprovada a proposta apresentada pelo Dr. JOAQUIM DE CARVALHO para que em todos os números do Instituto sejam publicados os nomes das entidades que contribuam para o êxito da sua iniciativa.

Também foi aprovada a proposta do Dr. ANSELMO DE CARVALHO para que sejam publicados anualmente 10 números, conservando-se assim o mais possível o carácter mensal da revista.

Em seguida procedeu-se à votação que deu o seguinte resultado:

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS HONORÁRIOS

Prof. D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, da Universidade de Coimbra.

Prof. F. GOMES TEIXEIRA, Reitor Honorário da Univ. do Porto, Antigo Prof. da Universidade de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. ALBERTO PESSOA, da Univ. de Coimbra, *Secretário*.

Prof. AMADEU F. DE CARVALHO, da Escola Industrial Brotero, *Secretário*.

Prof. ANSELMO F. DE CARVALHO, da Univ. de Coimbra, Director do Observatório Meteorológico, *Vice-Presidente*.

Prof. A. AUGUSTO GONÇALVES, da Univ. de Coimbra, Director do Museu Machado de Castro.

Prof. J. G. DE BARROS e CUNHA, da Univ. de Coimbra.

Prof. BELLEZA DOS SANTOS, da Univ. de Coimbra.

Prof. BENTO CARQUEJA, da Univ. do Pôrto.

Dr. BETTENCOURT RODRIGUES, Antigo Ministro.

Prof. F. M. DA COSTA LOBO, da Univ. de Coimbra, Director do Observatório Astronómico, *Presidente*.

Prof. ELÍSIO DE MOURA, da Univ. de Coimbra.

Prof. EUGÉNIO DE CASTRO, da Univ. de Coimbra.

Prof. FERRUGENTO GONÇALVES, Director do Instituto Superior Técnico.

Prof. FEZAS VITAL, da Univ. de Coimbra.

Prof. FORTUNATO DE ALMEIDA, do Liceu de Coimbra.

Almirante C. V. GAGO COUTINHO.

Dr. JAIME CORTESÃO, Director da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Prof. JOAQUIM DE CARVALHO, da Univ. de Coimbra, *Secretário Geral*.

Prof. JOAQUIM DE VASCONCELOS, da Univ. de Coimbra.

Prof. LUCIANO P. DA SILVA, da Univ. de Coimbra, Director da Escola Normal Superior.

Prof. MENDES CORRÊA, da Univ. do Pôrto.

Prof. D. PACHECO DE AMORIM, da Univ. de Coimbra.

Prof. PAULO MERÊA, da Univ. de Lisboa.

Prof. PEDRO J. DA CUNHA, Reitor da Univ. de Lisboa.

Prof. J. J. PEREIRA DIAS, da Univ. de Coimbra.

Prof. J. M. DE QUEIROZ VELLOSO, Director da Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa, Director Geral do Ensino Superior.

Prof. RICARDO JORGE, da Univ. de Lisboa, Director Geral de Saúde.

Dr. A. SIMÕES BAIÃO, Director do Arquivo da Torre do Tombo.

Prof. M. DE SOUSA DA CÂMARA, Director do Instituto Superior de Agronomia.

Prof. H. TEIXEIRA BASTOS, Director da secção de sciências físico-químicas da Univ. de Coimbra.

Prof. L. I. WOODHOUSE, da Univ. do Pôrto.

Procedendo-se à votação de sócios foram eleitos:

SÓCIOS HONORÁRIOS ESTRANGEIROS

Dr. AFRANIO PEIXOTO, da Academia de Letras do Rio de Janeiro.

Prof. J. HADAMARD, do Instituto de França.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Dr. FELIX PACHECO, Ministro do Exterior do Brazil.

Dr. J. M. CARDOSO DE OLIVEIRA, Embaixador do Brasil.

CHARLES CAMICHEL, da Academia das Ciências de Paris.

Dr. E. A. VORETZSCH, publicista, Ministro da Alemanha.

D. MANUEL VELASCO DE PANDO, da Real Academia Sevillhana de Belas Letras e da Real Academia de Ciências de Madrid.

D. LUÍS CUBILLO, Director Geral do Instituto Geográfico de Madrid.

GINO DE ROSSI, Prof. da Universidade de Perugia.

M. D. ENGINITIS, Director do Observatório de Atenas.

Prof. AIKITA TANAKADATE, da Academia Imperial de Tokio.

General NICOLA VACCHELLI, Director do Instituto Geográfico Militar de Florença.

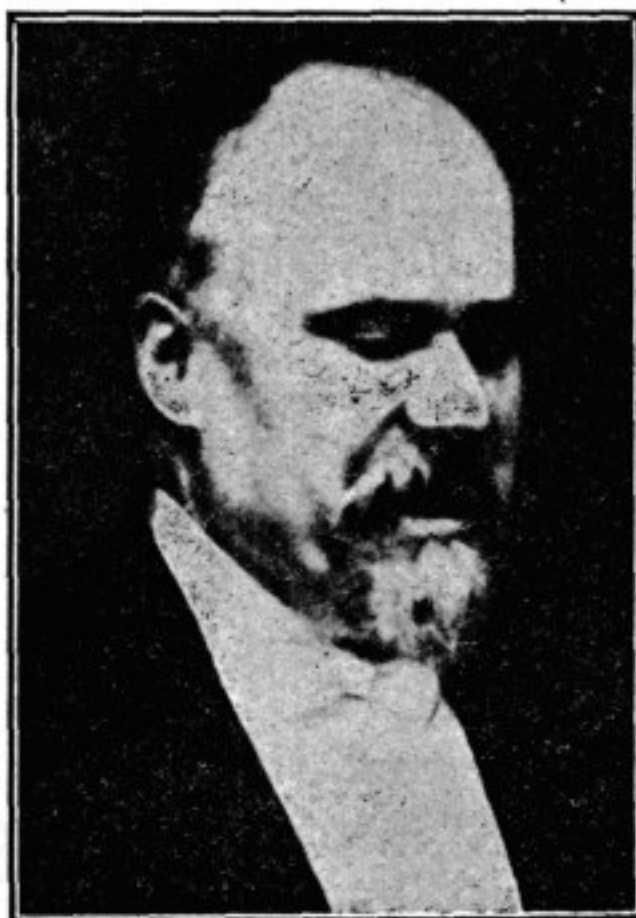
De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu CABRAL DE MONCADA, lavrei a presente acta.

(aa.) F. M. DA COSTA LOBO.
CABRAL DE MONCADA.

POLITIQUE MONDIALE

LE TRAITÉ DE VERSAILLES

Je me rapelle souvent les heures émouvantes que j'ai passées, dans la Flandres, pendant la guerre, au milieu des troupes portugaises, en compagnie de Mr. le Président Bernardino Machado. J'étais fier de voir camper aux frontières de France, entre les armées de l'empire britannique et nos propres Divisions, métropolitaines ou coloniales, ces vigoureux soldats recrutés au Sud Ouest de l'Europe, entre Douro et Minho ou Tras os Montes, dans les régions de la Beira ou dans celles de l'Estremadura, dans l'Alemtejo ou dans l'Algarve, pour venir défendre, aux cotés des alliés, la cause du droit et de la liberté.



RAYMOND POINCARÉ
(Ancien Président de la République Française)

C'était l'époque à l'Allemagne, se croyant encore assurée, malgré les batailles de la Marne et de l'Yser, de remporter finalement la victoire, se vantait elle même d'avoir voulu et cherché la guerre, et prétendait qu'elle l'avait entreprise pour prévenir le peril d'une hégémonie anglaise. Eclairées

par ces aveux publics et par l'évidence des faits, indignées de l'ultimatum autrichien, du bombardement de Belgrade, de la violation de la neutralité belge, la plupart des nations civilisées prenaient successivement parti contre les Empires du centre et donnaient par leurs libres décisions une haute signification morale à la guerre universelle. Dans les territoires envahis, systématiquement devastés par l'ennemi, les populations ruinées supportaient vaillamment leurs épreuves et gardaient une sereine confiance dans la justice du lendemain.

De jeunes hommes tombaient, par centaine de mille, sur les champs de bataille, donnant leurs vies pour la vie de leurs patries respectives et pour le salut de l'humanité. Pendant quatre longues années, la fortune resta incertaine, comme si elle hésitait encore entre la grandeur somptueuse de l'impérialisme germanique et l'indépendance des nationalités européennes. La révolution et la défection russes, l'invasion de la Roumanie, l'énormité des pertes et des sacrifices subis par les alliés, laissaient aux gouvernements autocratiques, responsables de la guerre, l'espoir d'échapper aux conséquences de leur attentat. Mais l'orgueil impérial, exasperé jusqu'à la folie, poussa l'Allemagne aux imprudents défis de la guerre sousmarine; elle acheva de soulever contre la barbarie de ses procédés le mécontentement des puissances qui n'étaient pas engagées dans le conflit et les États Unis eux mêmes sortirent de leur splendide isolement traditionnel, plus réel que celui de l'Angleterre, pour stimuler et soutenir la victoire sur le chemin de la vérité.

Au commencement du mois de novembre 1918, l'Allemagne épuisée, incapable de résister aux assauts répétés du maréchal Foch, menacée à l'intérieur de graves troubles sociaux, demandait grâce et se rendait à merci. Il est probable qu'à ce moment, quelques jours de derniers combats eussent permis aux alliés d'obtenir, entre la Meuse et le Rhin, une capitulation en rase campagne de toute l'armée Alle-

mande, et de faire plus vivement sentir à la nation vaincue le caractère définitif et irréparable de la défaite. Les vainqueurs se sont montrés généreux; ils n'ont pas voulu prolonger des massacres qui avaient déjà dépassé en horreur tout ce qu'avait connu le génie humain. L'amnistie a été signée, puis la paix, et dans les divers traités qui ont consacré le nouveau statut de l'Europe, c'est encore le même esprit de générosité qui a dicté toutes les clauses essentielles.

On a, d'abord, abandonné de dessein délibéré, toutes les vieilles coutumes diplomatiques, qui autorisaient la victoire à se couvrir de couronnes et à se charger de récompenses. Autrefois, les conquêtes et les annexions territoriales étaient considérées comme la légitime compensation des efforts militaires accomplis et des pertes éprouvés. On ne consultait pas les populations intéressées, on ne leur demandait pas s'il leur plaisait ou non de changer de nationalité, on disposait de leur sol; tout au plus, leur laissait on, à elles mêmes, la triste ressource de quitter leurs foyers, si elles voulaient conserver leur patrie. En 1919, ces pratiques séculaires ont été répudiées comme attentatoires aux droits de la conscience humaine même aux puissances dont le territoire avait été ravagé, même à celles qui avaient sur les vaincus les créances les plus sacrées, on n'a pas accordé la faculté de se dédommager par une incorporation, si minima fût elle, de terre étrangère. La France, qui avait servi de champ de bataille aux actions, a simplement récupéré les provinces qui lui avaient été arrachées par la force en 1871 et qui lui étaient restées fidèles. Elle n'a pas reçu un village en plus et elle ne s'en plaint pas; car elle n'aurait rien accepté, qui ne lui fût spontanément donné par la volonté des habitants.

Ce même souci de se montrer réservé et chevaleresque dans la victoire, les alliés l'ont également manifesté dans la manière dont ils ont fixé, en principe, le droit aux réparations. Ils ont de leur propre initiative, gardé à leur compte

et consenti à supporter seuls tous leurs frais de guerre, c'est à dire les dépenses de matériel, de munitions, de ravitaillement. Ils n'ont mis à la charge de l'Allemagne et des autres vaincus que les dommages causés aux personnes et aux biens. Ils étaient fondés à penser que cette modération aurait d'heureux effets, dans tous les pays, sur les esprits sages, et qu'elle contribuerait à la solidité de la paix. Pour être plus sûrs encore de faire oeuvre durable et de protéger les peuples, dans l'avenir, contre les retours offensifs du démon de la guerre, ils ont réalisé le rêve millénaire des philosophes et inauguré enfin l'ère radieuse des nations assemblées en société.

Il eût semblé que de si louables intentions dussent avoir pour résultat la constitution d'une Europe nouvelle, pacifique et laborieuse, qui se serait rapidement remise, dans l'ordre et l'harmonie, de la longue et terrible secousse dont elle gardait le souvenir épouvanté.

La convalescence a cependant été plus lente et plus difficile qu'on ne l'avait d'abord supposé, elle a même été interrompue par des rechutes et accompagnée de crises inquiétantes. C'est que le mal avait laissé dans un organisme profondément bouleversé, des lésions secrètes et de nombreux germes de fièvre.

En premier lieu, la guerre avait surexcité, dans le monde entier, le sentiment des nationalités. En affranchissant des peuples depuis longtemps opprimés, comme les provinces italiennes d'Autriche, la Tchéco-Slovaquie, la Pologne, la Transylvanie, le Slesvyg, la Bosnie Herzègovine, la Croatie, la Dalmatie, elle avait provoqué partout une sorte de frémissement nouveau de cette conscience collective qui forme les nations, communauté de langue, histoire, traditions, souvenir des ancêtres, attachement à la terre natale, toutes ces causes qui, dans des proportions diverses, contribuent à la créations des patries, mais qui ne seraient rien, ou presque

rien, sans la volonté de vivre ensemble et d'obeir aux mêmes lois, ont diversement agi, tantôt pour grouper, tantôt pour diviser les habitants de certaines contrées; et, comme en plusieurs parties de l'Europe, il y a des populations melangées et que tous les peuples ne sont pas aussi complètement unifiés que le Portugal et la France, il est resté, en beaucoup d'endroits, au lendemain de la paix, des ferments d'agitation.

En second lieu, l'union des alliés n'a pas toujours été aussi étroite et aussi ferme pour l'application des traités qu'elle l'avait été pour la conduite de la guerre. C'est un fait qui n'est pas surprenant. Devant un péril mortel, l'accord s'était naturellement établi. La victoire gagnée, les intérêts nationaux ont repris leur force et leurs exigences. Les puissances pour les quelles le paiement des réparations et l'exécution continue des promesses de l'Allemagne étaient une nécessité vitale, c'est-à-dire, au premier rang, la Belgique et la France, ont souvent paru aux autres un peu intransigeantes et un peu importunes, et se sont parfois senties injustement délaissées. L'Allemagne a savamment profité de cet inévitable relâchement des alliances. Elle a trainé les choses en longueur; elle a systématiquement tardé à s'acquitter de la dette; elle a spéculé sur la lassitude de ses anciens ennemis; elle c'est dit, avec trop de raison que plus le temps passerait, moins on lui tiendrait rigueur de la méconnaissance de ses obligations. Sa mauvaise volonté, ainsi encouragée par la patience de ses créanciers est devenue telle que la Belgique et la France, à la veille d'être irrevocablement frustrées, ont dû se résoudre à occuper la Ruhr, c'est-à-dire la région métallurgique et minière la plus riche de l'Allemagne. La grande industrie, maitresse véritable et toute puissante de la politique allemande, a essayé de résister; elle a échoué et a cédé. Devant cette nouvelle défaite, qui complétait la défaite militaire, ceux des alliés qui avaient désapprouvé l'opération de la Ruhr ont dû reconnaître qu'elle avait cependant fait

comprendre à l'Allemagne la nécessité de réparer et ils se sont rapprochés de la France dans l'établissement d'un programme. C'est alors qu'avec l'appui des américains, la commission des réparations a dressé le plan Dawes, dont la mise en oeuvre est maintenant commencée, mais dont le succès dépend encore de la persévérance et de l'Union des créanciers.

D'autre part, les difficultés financières que la guerre avait partout laissées derrière elle et qu'aggravait par plusieurs puissances, le défaut de paiement des réparations, les soubresauts des changes, l'avilissement des monnaies, le malaise économique et social, multipliaient, d'une extrémité de l'Europe à l'autre, la possibilité des désordres. L'exemple même de la révolution russe grandie par le mirage oriental et par le mystère de l'éloignement, avait réveillé, ça et là, dans les classes populaires des instincts de révolte et de destruction qui s'était autrefois assoupis dans la douceur de la paix. La propagande et l'argent des soviets entretenaient de plus en plus activement ces foyers d'incendie; et aujourd'hui, dans la plupart des pays, les poudrières sont prêtes. Il ne reste qu'à choisir le moment d'y porter l'étincelle. La France peut parler de ces menaces avec sérénité.

Elle n'a rien à en redouter pour qu'elle ne perde pas son sangfroid. La plus grande partie de sa population est composée de petits propriétaires, agriculteurs, bourgeois, commerçants, ouvriers même, qui sont les adversaires résolus du communisme et qui ne se laisseront pas déposséder par lui. Ce n'est pas dans un pays depuis longtemps accoutumé à la liberté et au suffrage universel que la dictature du prolétariat peut apparaître comme un progrès! Mais, chez d'autres peuples dont l'évolution est moins avancée et l'éducation moins complète, la contagion moscovite est plus à craindre. Tous les États librement organisés ont donc le même intérêt à conjurer une décomposition putride qui,

si elle se généralisait, détruirait, dans le monde, tous les éléments sains. Il serait utile que dans une question aussi grave, il y eût entente entre les pays civilisés en vue d'une défense mutuelle. Les perquisitions et les arrestations auxquelles il a été procédé ce mois-ci, en France ont prouvé, comme on pouvait s'y attendre, que c'étaient surtout des étrangers qui cherchaient à créer sur le sol français des «cellules» et des centuriés communistes. Il n'est pas douteux qu'il en est de même dans chaque contrée. Nulle part, ce ne sont des nationaux qui s'agitent le plus en faveur du communisme; ce sont les immigrés. La lie de chaque nation se répand au delà des frontières et va faire ailleurs la besogne de désagrégation. Tous les gouvernements, quels qu'ils soient, monarchies ou républiques, sont donc intéressés à ne pas laisser impunément aller et venir ces perturbateurs de profession. J'ajoute qu'à défaut d'accord les mesures que chaque État peut prendre risquent d'être illusionnées. C'est ainsi, par exemple, que parmi les étrangers qui travaillent en France, à la propagation du communisme, il y a beaucoup d'Espagnols et d'Italiens déjà expulsés de leurs pays.

La France les expulse à son tour. Mais il va sans dire qu'elle ne peut aisément refouler les Espagnols en Espagne, ni rejeter les Italiens en Italie. Ils en seraient aussitôt exilés de nouveau et seraient repoussés en France. On les conduit donc à une autre frontière, et, outre qu'on rend par là un assez mauvais service à ses voisins, on s'expose à ce que ces voisins imitant le procédé, renvoient bientôt, avec des faux passeports, ces hôtes indésirables. On tourne par suite dans un cercle vicieux. On déplace momentanément le mal et, comme c'est un mal international, il revient bientôt au galop. Il faut que les diverses puissances se concertent pour lui barrer la route. Il faut aussi qu'à l'exemple de l'Angleterre, elles se montrent très fermes vis à vis des tentatives moscovites. Peu importe qu'ici le gouvernement soviétique ait été

officielement reconnu *de jure* et qu'ailleurs, il ne l'ait pas été. Cette reconnaissance là même où elle existe ne saurait autoriser l'action bolchéviste hors de la Russie. Si les Soviets veulent prendre rang parmi les gouvernements européens, ils doivent se remettre aux conditions élémentaires des relations internationales et respecter scrupuleusement la souveraineté des peuples avec les quels ils entrent en rapports. S'ils manquent aux usages et aux convenances, ce seront eux qui prendront la responsabilité d'une rupture.

La fièvre insidieuse du communisme n'est pas la cause la plus grave du malaise européen. Ce malaise tient surtout à l'inquiétude de l'avenir. La société des nations a rendu des incontestables services, mais, jusqu'ici, elle n'est pas arrivé à garantir la sécurité des États pacifiques et à rendre impossibles les entreprises belliqueuses. Aussi bien, ne faut il demander à cette institution que ce qu'elle peut donner. La France n'est pas suspecte d'indifférence vis à vis de la société des nations. En 1899 et en 1907, elle s'était déjà associée aux conférences de la Haye et y avait délégué Mr. Léon Bourgeois, qui, au moment des négociations de paix a été chargé d'élaborer le pacte de la nouvelle Société. Il aurait voulu qu'elle eût des pouvoirs plus étendus et, surtout des moyens d'intervention militaire fournis par une force internationale. Il s'est heurté, sur ce point, à l'opposition du Président Wilson, et nous avons dû nous contenter d'une organisation incomplète et désarmée. Quelles que fussent cependant les lacunes ou les erreurs du pacte, il contenait, malgré tout, une vertu morale qu'on ne pouvait méconnaître et dont nous devons tous chercher à tirer parti dans l'intérêt de l'humanité. À lire attentivement les quatre cent quarante articles qui composent le traité de Versailles, on constate, en effet, que, seule, la Société des nations les maintient en équilibre, comme dans une arcade, le claveau central fixe tous les autres. Sans la clef de voûte, le cintre risque-

rait de s'écrouler. Sans doute, ce n'est ni un Conseil permanent ni même une assemblée périodique des délégués des nations qui peuvent changer instantanément l'âme des hommes. Mais c'est déjà beaucoup, pour l'éducation progressive des esprits, que les membres de la société s'engagent réciproquement à respecter et à maintenir contre toute agression extérieure l'intégrité territoriale et l'indépendance politique de chacune des puissances signataires. C'est beaucoup qu'un grand conseil international, fort d'un statut contractuel, puisse, en cas de refus d'arbitrage, évoquer immédiatement à la barre tous les conflits naissants et intervenir, avec son autorité collective, pour les empêcher, si possible, de s'aggraver. C'est beaucoup qu'il soit écrit que, si contrairement aux clauses du pacte, un membre de la société en appelle aux armes, il sera par le fait même, considéré comme un perturbateur et convaincu d'avoir commis un acte de guerre vis à vis des autres associés.

C'est beaucoup que toutes ces dispositions aient été récemment complétées sur quelques points dans le protocole de Genève. Ceci c'est beaucoup. Mais ne nous y trompons pas. Ce n'est pas tout. La société des nations étant à peu près dépourvue de moyens de contrôle, et complètement privée de moyens d'action, ressemble à une magnifique déesse de la justice, qui aurait une balance très délicate, mais à qui il serait interdit de porter un glaive. Elle serait profondément respectée des gens qui ont l'âme vertueuse; les autres sauraient, à l'occasion, se moquer d'elle.

L'ensemble de ces institutions est donc excellent pour faire peu à peu l'apprentissage de la paix, mais il ne suffit pas encore aujourd'hui pour nous protéger contre la guerre. Chaque nation reste obligée de compter, au besoin, avec d'autres, des pactes d'assistance défensive, comme la France en a signé avec la Belgique, la Pologne et la Tchéco-Slovaquie. Ce ne sont pas les dernières élections allemandes qui peuvent

permettre à l'Europe de s'endormir dans une parfaite quiétude. J'admets que la République ait triomphé contre l'Empire, mais qu'elle République ?

Une République où les nationalistes conservent encore une puissante influence, où les populistes se confondent souvent avec la droite, et où les démocrates, les socialistes eux mêmes, aspirent à reconstituer la grande Allemagne sous la bannière noir, rouge et or. Cette République prendra peut être demain, pour quelque temps, un masque de sagesse et de tranquillité; elle se montrera à nous comme une bonne fille, inoffensive et souriante. N'oublions pas cependant la signification historique du symbole qu'elle a adopté. Les couleurs de son drapeau, noir, rouge et or, ont été celles du Saint Empire Romain Germanique et, lorsqu'elles ont été arborées, en 1848, par les démocrates de Francfort, ils nourrissaient l'ambition de réformer le Reich dans ce qu'ils considéraient comme son intégrité, c'est-à-dire de réunir, sous le même emblème, la vieille Autriche et la vieille Allemagne. Que beaucoup de membres de la nouvelle majorité du Reichstag aient encore aujourd'hui cette arrière pensée, cela n'est pas douteux. La réunion de Vienne à Berlin serait cependant une atteinte directe et audacieuse au traité de Versailles, et elle en préparerait certainement d'autres. Combien y a t'il, d'autre part en Allemagne de députés de droite ou de gauche qui prennent loyalement leur parti, soit de la décision de la Société des nations relative à la Haute Silésie, soit de la porte de Posen, soit de l'existence du couloir de Dantzig? Combien y en a t'il qui seraient disposés à observer consciencieusement les clauses du traité, en ce qui concerne le désarmement, la limitation des formations militaires et la surveillance des falsificateurs? Combien y en a t'il qui seraient prêts à faciliter à la commission interalliée de contrôle l'achèvement de sa tâche et à accepter en suite, sans équivoque, les investigations nécessaires de la société des na-

tions ? Combien y en a t'il qui soient résolus à décourager sincèrement l'esprit de revanche dans les écoles, dans les Universités, dans les Associations nationalistes ? Nous ne pouvons, hélas ! nous imaginer que les choses vont changer du jour au lendemain et que ceux des allemands qui sont vraiment des amis sûrs et clairvoyants de la paix triompheront avant que des funestes passions qui tourmentent encore leur pays.

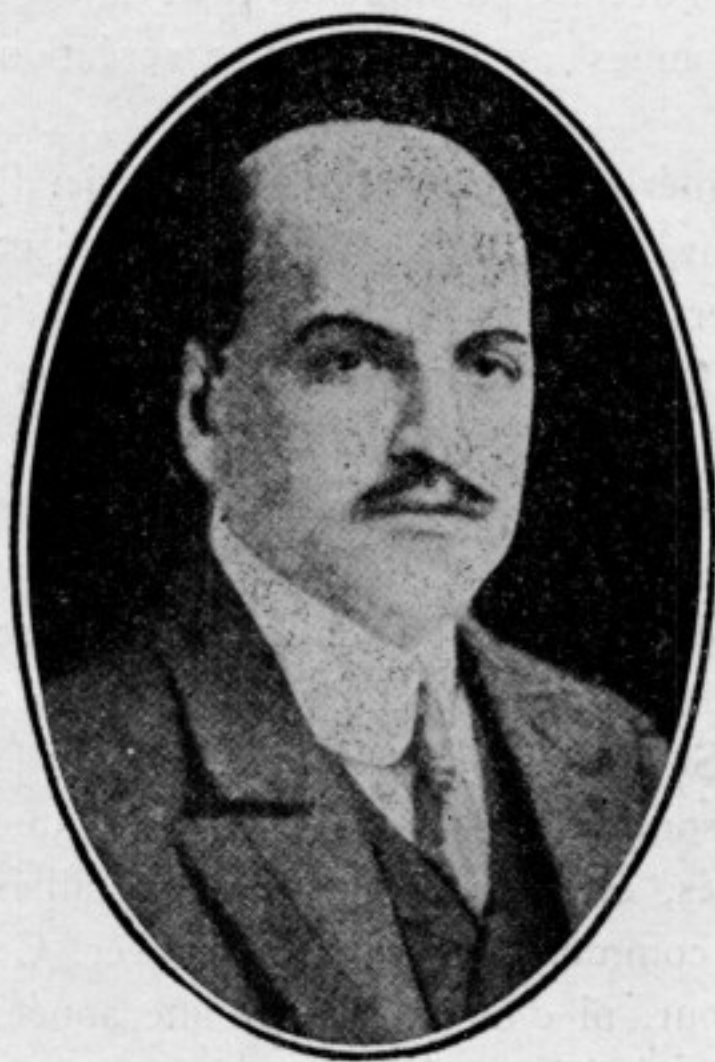
Nous n'avons donc que trop de raisons de veiller ; et c'est assez dire qu'en présence de tant d'incertitudes et d'obscurités, il serait insensé de rompre ou de distendre les liens qui ont uni les alliés pendant les hostilités. Au moment où la paix a été conclue j'ai déclaré publiquement, devant les représentants des nations amies, qu'elle serait une « création continue ».

Je n'avais pas grand mérite à lancer cette prophétie. Il était évident qu'il ne pouvait suffire de rédiger un traité et de le signer pour réparer les maux de la guerre et pour asseoir le monde en des fondements nouveaux. Il était certain que les principes mêmes dont s'inspirait la paix ne seraient durables et féconds qu'à la condition d'être soutenus et vivifiés par la volonté permanente des peuples qui les avaient posés. Mais la nécessité de cette création continue est devenue encore plus pressante qu'on ne pouvait le croire il y a quelques années. Si nous laissons la paix aller à la dérive, elle finirait par sombrer. Il est indispensable que toutes les nations civilisées, et au premier rang, les alliés d'hier, s'emploient, d'un commun accord, à la sauver. Ce n'est pas l'oeuvre d'un jour, ni d'un mois ou d'une année. C'est une oeuvre de longue haleine qui réclame le concours de tous les peuples de bonne volonté.

Raymond Poincaré

CARTA DIRIGIDA AO INSTITUTO DE COIMBRA
POR S. EX.^a O EMBAIXADOR DO BRASIL (1)

Ex.^{mo} Sr. Presidente do Instituto de Coimbra, Dr. Francisco Miranda da Costa Lobo. — Como uma réstea de bené-



J. M. CARDOSO DE OLIVEIRA
(Embaixador do Brasil)

fica luz que viesse alegrar-me na penumbra da minha mediocridade, chegou-me às mãos o officio-diploma firmado por V. Ex.^a, pelo qual fui, a mais não ser honrado com a grata notícia de que o mundialmente afamado Instituto de Coimbra havia fidalgamente distinguido o actual representante do Brasil em Portugal elegendo-o seu sócio correspondente.

Pena é que a modesta pessoa nesse momento investida de tão alta representação e tão

(1) Conta o Instituto de Coimbra com larga e brilhante colaboração dos meios científicos e literários do Brasil. É já com profunda

nimiamente lisonjeada pelo dignificante ingresso na sábia agremiação, seja tão pequena nos seus méritos, quão grande é na manifestação do apreço em que tem essa honraria e bem assim na extensão da sua inexcedível gratidão.

Mas, passado o primeiro momento de justíssimo e perdurável desvanecimento, meu caro Presidente, que vaga de pezar, que forte afirmação da consciência do meu desvalor, vem assoberbar-me o ânimo! Contemprar a magestade dessa instituição, fruir dos seus ensinamentos e das galas dos seus festins espirituais, sem nem sequer uma simples e proveitosa pétala poder ajuntar aos seus ilustrativos esplendores, terá de ser forçosamente o apagado papel do novo consócio.

Nada efectivamente poderei dar, senão jubilosa admiração a êsse venerável Instituto de Coimbra, que, instalado em 1852, vem derramando profusas luzes atravez das três classes, de sciências moraes e sociais, de sciências físico-matemáticas, e de literatura, belas-lettras e artes, pelas brilhantes páginas da sua revista, jornal scientifico e literário, encetado no mesmo ano e que já forma um monumental acervo de setenta e um volumes.

Na introdução do seu primeiro número assim ali se escreveu: — «Publicado no seio da primeira corporação scientifica de Portugal e redigido por pessoas que se prezam e gloriam do nome de seus filhos, não sòmente pugnará, sempre que fôr mister, por seus legítimos interêsses; mas publicará com preferêcia quanto respeitar de mais interessante ao passado, presente e futuro da Universidade».

gratidão e orgulho que publica a carta com que o Ex.^{mo} Sr. Dr. Cardoso de Oliveira, illustre Embaixador do Brasil em Portugal, quis honrá-lo demonstrando ao mesmo tempo o seu alto valor e o grande interêsse que toma pelo desenvolvimento scientifico e literário do nosso país.

E com este critério, ininterruptamente logrou essa Sociedade adquirir autoridade e prestígio próprios a torná-la uma das indiscutíveis craveiras pelas quais se mede a estatura histórica, científica, literária e artística do país.

Efectivamente naqueles opulentos volumes, verdadeiros repositórios de exhaustiva sabedoria, encontram-se incontestáveis gemas, — entre outras, nos últimos tempos, sem desfazer nas demais, as *Memórias de Castilho*, estudos de Sousa Viterbo, *As Fontes dos Lusíadas, Camões e a Infanta D. Maria*, do Dr. José Maria Rodrigues, as *Memórias do Distrito de Bragança*, de Francisco Manoel Alves, a *História da Instituição da Santa Ordem da Cavalaria*, de D. Tomás de Vilhena, o *Fausto de Goethe*, de Gustavo Ramos etc. E basta, para não falar das notáveis conferências pronunciadas na ilustre Casa e nas comemorações por ela promovidas, entre outras, a do centenário de Fernando de Magalhães, em 1921.

Isto, quanto às glórias do passado; quanto aos auspiciosos alcances do presente e do futuro, sei que no corrente ano vai o Instituto iniciar a quarta fase dos seus profícuos labôres, sempre reflectidos na utilíssima revista; e que, sem pôr de parte o acertado programa inicial, cogita em alargar-lhe a esfera de acção de harmonia com os elementos que lhe podem prestar os seus numerosos e prestigiosos membros, espalhados por todo o mundo e que, certo, lhe darão especial relevo; já se anunciando, por exemplo, para o primeiro número de 1925, além de escritos de autores portugueses e brasileiros, artigos do antigo Presidente da República Franceza Raymond Poincaré, do Secretário Perpetuo da Academia das Ciências de Paris E. Piccard, do antigo Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública de Espanha D. Eduardo Gomez de Baquero e outras sumidades.

São, por conseguinte, deante de tão vasta perspectiva, compreensíveis o pasmo e os sentimentos que acima exter-

nei, a-par dos quais tenho a honra de reiterar a V.^a Ex.^a, e por seu benévolo intermédio aos nossos eminentes consócios, os protestos da mais reconhecida satisfação, da minha perfeita estima e mui cordeal e distinta consideração.

Lisboa, 9 de Janeiro de 1925.

J. M. Cardoso de Oliveira

SUR UNE ÉQUATION INTÉGRALE SINGULIÈRE DU TYPE DE FREDHOLM

Dans un travail publiée en 1911 dans les *Annales de l'École Normal Supérieure* (1), j'ai donné un exemple très



ÉMILE PICCARD

(Secrétaire Perpetuel de l'Académie des Sciences de Paris)

simple, où, dans une équation du type de Fredholm, la nature analytique de la solution, regardée comme fonction du paramètre λ , dépend essentiellement de la fonction $f(x)$ qui est dans le second membre.

J'avais obtenu cet exemple dans une étude sur une équation aux dérivées partielles. On peut arriver par une voie plus rapide à l'exemple indiqué. C'est ce que je me propose de montrer dans ce petit mémoire.

(1) *Sur un exemple simple d'une équation intégrale singulière de Fredholm, où la nature analytique de la solution dépend du second membre.* («Annales de l'École Normale Supérieure», 3^{ème} série, tome 28, page 313, 1911).

1. Cherchons d'abord l'intégrale générale de l'équation

$$(E) \quad \frac{d^2U}{dx^2} - \lambda U = f(x),$$

où λ désigne une constante qui n'est pas un nombre réel négatif, et où $f(x)$ est une fonction *bornée* de la variable réelle x , quand celle-ci varie entre $-\infty$ et $+\infty$. En appliquant des méthodes élémentaires, on peut mettre facilement l'intégrale générale de (E) sous la forme

$$Ae^{\sqrt{\lambda} \cdot x} + Be^{-\sqrt{\lambda} \cdot x}$$

en posant

$$A = \int_{+\infty}^x \frac{f(\xi) e^{-\sqrt{\lambda} \cdot \xi}}{2\sqrt{\lambda}} d\xi + \alpha$$

$$B = - \int_{+\infty}^x \frac{f(\xi) e^{-\sqrt{\lambda} \cdot \xi}}{2\sqrt{\lambda}} d\xi + \beta \quad (\alpha \text{ et } \beta \text{ constantes arbitraires})$$

étant entendu que le radical $\sqrt{\lambda}$ a sa partie réelle positive.

Les constantes α et β doivent être nulles, si l'on veut avoir la solution

$$U = Ae^{\sqrt{\lambda} \cdot x} + Be^{-\sqrt{\lambda} \cdot x},$$

de l'équation (E), qui reste bornée pour toute valeur de x .

On a ainsi pour la solution de (E), restant bornée entre $-\infty$ et $+\infty$:

$$U = - \frac{1}{2\sqrt{\lambda}} \int_{-\infty}^{+\infty} f(\xi) e^{-|x-\xi|\sqrt{\lambda}} \cdot d\xi.$$

On désigne, suivant l'usage, la valeur absolue d'une quantité a par $|a|$.

2. Ceci dit, partons de

$$(1) \quad \frac{d^2v}{dx^2} - \lambda v = f(x),$$

d'où

$$v = -\frac{1}{2\sqrt{\lambda}} \int_{-\infty}^{+\infty} f(\xi) e^{-|x-\xi|\sqrt{\lambda}} \cdot d\xi.$$

Posons d'autre part

$$(2) \quad \frac{d^2v}{dx^2} - v = u(x);$$

$u(x)$ sera bornée, et on aura

$$(3) \quad u(x) = f(x) - (1 - \lambda)v.$$

Nous aurons donc

$$u(x) = f(x) + \frac{1-\lambda}{2\sqrt{\lambda}} \int_{-\infty}^{+\infty} f(\xi) e^{-|x-\xi|\sqrt{\lambda}} \cdot d\xi.$$

Mais, d'après (2), on peut écrire

$$v = -\frac{1}{2} \int_{-\infty}^{+\infty} u(\xi) e^{-|x-\xi|} \cdot d\xi.$$

Par suite, l'équation (3) devient

$$u(x) = f(x) + \frac{1-\lambda}{2} \int_{-\infty}^{+\infty} u(\xi) e^{-|x-\xi|} d\xi.$$

Ceci démontre donc que l'équation intégrale du type de Fredholm

$$(\alpha) \quad u(x) - \frac{1-\lambda}{2} \int_{-\infty}^{+\infty} u(\xi) e^{-|x-\xi|} d\xi = f(x)$$

est vérifiée par

$$u(x) = f(x) + \frac{1-\lambda}{2\sqrt{\lambda}} \int_{-\infty}^{+\infty} f(\xi) e^{-|x-\xi|\sqrt{\lambda}} \cdot d\xi.$$

Dans tout ce calcul, $f(x)$ a désigné une fonction bornée, quand x varie entre $-\infty$ et $+\infty$. De plus λ n'est pas réel et négatif, et $\sqrt{\lambda}$ désigne la racine carrée de λ , ayant sa partie réelle positive.

3. Une question se pose alors: *Quelle est la nature de $u(x)$ en tout que fonction de λ ?*

Cela dépend essentiellement de $f(x)$, et il n'y a pas de réponse générale, comme des exemples vont le montrer.

Supposons que $f(x)$ se réduise à $\cos(hx)$; on a alors:

$$u(x) = \cos hx + \frac{1-\lambda}{2\sqrt{\lambda}} \int_{-\infty}^{+\infty} e^{-|x-\xi|\sqrt{\lambda}} \cos(h\xi) \cdot d\xi.$$

Posons $x - \xi = \nu$; il faut calculer l'intégrale

$$\frac{1-\lambda}{2\sqrt{\lambda}} \int_{-\infty}^{+\infty} e^{-|\nu|\sqrt{\lambda}} \cos[h(x-\nu)] \cdot d\nu.$$

Le calcul est immédiat. Tout d'abord, on est ramené au calcul de

$$\frac{1-\lambda}{2\sqrt{\lambda}} \int_{-\infty}^{+\infty} e^{-|\nu|\sqrt{\lambda}} \cos hx \cdot \cos h\nu \cdot d\nu$$

ou

$$\frac{1-\lambda}{2\sqrt{\lambda}} \cos hx \cdot \int_{-\infty}^{+\infty} e^{-|\nu|\sqrt{\lambda}} \cos h\nu \cdot d\nu.$$

Or on a

$$\begin{aligned} \int_{-\infty}^{+\infty} e^{-|v|\sqrt{\lambda}} \cos(hv) dv &= 2 \int_0^{\infty} e^{-v\sqrt{\lambda}} \cos(hv) dv \\ &= \int_0^{\infty} e^{-v(\sqrt{\lambda}+hi)} dv + \int_0^{\infty} e^{-v(\sqrt{\lambda}-hi)} dv = \frac{2\sqrt{\lambda}}{\lambda+h^2}. \end{aligned}$$

Il en résulte que nous avons la solution

$$\cos hx + \cos hx \cdot \frac{1-\lambda}{\lambda+h^2}, \quad \text{ou} \quad \frac{1+h^2}{\lambda+h^2} \cos hx.$$

Si donc dans l'équation fonctionnelle (a), on prend :

$$f(x) = \int_0^{\infty} \cos(hx) \varphi(h) dh$$

[en supposant que l'intégrale $\int_0^{\infty} |\varphi(h)| dh$ ait un sens], la solution de l'équation fonctionnelle sera

$$u(x) = \int_0^{\infty} \frac{1+h^2}{\lambda+h^2} \varphi(h) \cos(hx) dh.$$

Quelle est la nature de cette expression en tant que fonction de λ ?

L'intégrale n'a de sens que si λ n'est pas une quantité réelle négative. *Il y a donc une coupure. Mais, est-elle naturelle ou artificielle.* La réponse dépend de la fonction $\varphi(h)$. Posons

$$h^2 = t, \quad \lambda = -\mu;$$

l'intégrale qui représente $u(x)$ peut s'écrire

$$(\beta) \quad \int_0^{\infty} \frac{\Phi(t) dt}{t-\mu},$$

$\Phi(t)$ se déduisant de $\varphi(h)$ au moyen de l'égalité

$$\Phi(t) = \frac{1+t}{2\sqrt{t}} \cos(x\sqrt{t}) \varphi(\sqrt{t}).$$

Pour la fonction de μ , représentée par l'intégrale (β) , la coupure $0 - \infty$ peut être *naturelle* ou *artificielle*. Il est immédiat que, si $\Phi(t)$ n'est pas analytique pour un arc $\alpha\beta$ de l'axe réel positif du plan de la variable complexe t , la fonction de μ représentée par (β) n'est pas prolongeable analytiquement à travers l'arc $\alpha\beta$.

En effet, que t soit au dessus ou au dessous de $\alpha\beta$, le prolongement analytique serait possible, et la différence limite des deux valeurs

$$\text{pour } t_0 + \varepsilon i \quad \text{et} \quad \text{pour } t_0 - \varepsilon i \quad \left(\begin{array}{l} t_0 \text{ étant un point} \\ \text{de l'arc } \alpha\beta \end{array} \right)$$

quand ε tend vers zéro, devrait être une fonction analytique de t_0 . Or cette limite est égale à $2\pi i \Phi(t_0)$, d'où la conclusion.

Ainsi donc une partie de l'axe positif réel ou cet axe entier peut être une ligne singulière pour l'intégrale (β) regardée comme fonction de μ . Par suite *l'équation fonctionnelle (a) peut avoir pour sa solution regardée comme fonction de λ une ligne singulière.*

4. Nous avons envisagé un cas extrême. Si on prend

$$f(x) = \Sigma A_n \cos(h_n x)$$

la série $\Sigma |A_n|$ étant convergente, et les h_n étant des quantités positives telles que

$$\lim_{n \rightarrow \infty} h_n = \infty,$$

on aura :

$$u(x) = \sum A_n \frac{1 + h_n^2}{\lambda + h_n^2} \cos(h_n x)$$

et la fonction u envisagée comme fonction de λ est *mésomorphe dans tout le plan*. Les pôles sont les points $\lambda = -h_n^2$.

5. Considérons encore le cas intéressant de

$$f(x) = \int_a^b \varphi(h) \cos(hx) dh, \quad [0 < a < b].$$

On aura

$$u(x) = \int_a^b \frac{1 + h^2}{\lambda + h^2} \varphi(h) \cos(hx) dh.$$

Si $\varphi(h)$ est une fonction *non analytique* de h entre a et b , l'intervalle $(-b^2, -a^2)$ est une *coupure essentielle* pour $u(x)$ regardée comme fonction de λ .

Prenons au contraire le cas où $\varphi(h)$ est holomorphe autour de chaque valeur réelle entre a et b , de sorte que $\varphi(h)$ est holomorphe dans une certaine région à contour simple R du plan de la variable complexe h , région comprenant le segment ab de l'axe réel et que nous supposons ne pas comprendre l'origine.

Posons $h^2 = \zeta$, d'où $h = \sqrt{\zeta}$, dont nous prenons la détermination positive pour ζ compris dans l'intervalle ab .

Soit encore $\lambda = -\lambda'$; on aura

$$\int_{a^2}^{b^2} \frac{1 + \zeta}{\zeta - \lambda'} \varphi(\sqrt{\zeta}) \frac{\cos(x \sqrt{\zeta})}{\sqrt{\zeta}} d\zeta.$$

Quand on a tracé la coupure (a^2, b^2) dans le plan λ' , on a (pour une valeur donnée de x) une fonction bien déterminée de λ' .

Que va-t-il arriver quand λ' traverse la coupure et tourne autour de a^2 ? Le chemin d'intégration va fuir devant λ' , et on voit facilement, en faisant une figure, que la différence des valeurs de la fonction à l'arrivée et au départ est égale à l'intégrale

$$\int \frac{\zeta + 1}{\zeta - \lambda'} \frac{\varphi(\sqrt{\zeta}) \cos(x\sqrt{\zeta})}{\sqrt{\zeta}} d\zeta$$

prise suivant un contour fermé autour de λ' , c'est-à-dire

$$2\pi i \frac{1 + \lambda'}{\sqrt{\lambda'}} \varphi(\sqrt{\lambda'}) \cos(x\sqrt{\lambda'}),$$

la détermination de $\sqrt{\lambda'}$ correspondant à la détermination positive pour λ' entre a^2 et b^2 .

Si on revient à λ ; quand il tourne autour de $-a^2$, l'intégrale s'est augmentée de

$$2\pi i \frac{1 - \lambda}{\sqrt{-\lambda}} \varphi(\sqrt{-\lambda}) \cos(x\sqrt{-\lambda}),$$

où on suppose que, λ restant dans la région R, $\sqrt{-\lambda}$ est la détermination qui est positive, quand λ est entre $-a^2$ et $-b^2$.

On voit assez par les exemples précédents la variété des cas qui peuvent se présenter pour l'intégrale u de l'équation (a), regardée comme fonction de λ , suivant la nature du second membre $f(x)$.

Emile Picard

OS ÚLTIMOS DIAS DE VASCO DA GAMA (1)

Eram decorridos vinte e cinco anos desde que Vasco da Gama forçara as portas do Oriente, vencendo dificuldades



FORTUNATO DE ALMEIDA

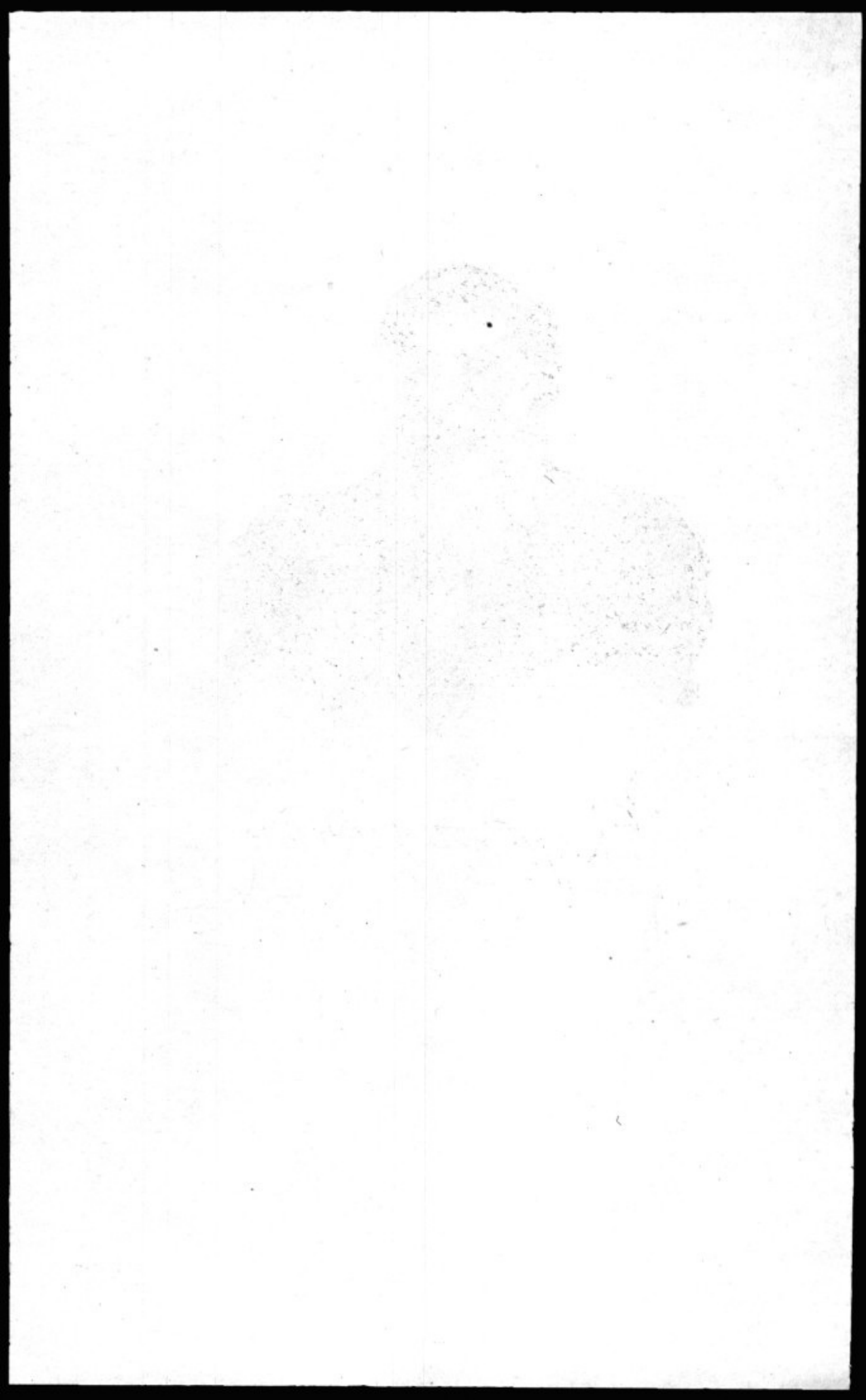
e perigos que à própria audácia de heróis podiam parecer irresistíveis. A fúria das tempestades em climas desconhecidos, baixios traiçoeiros em mares ignotos, as apreensões de velhos arrazoados sôbre a impossibilidade de navegar o espaço do mar das Índias, os clamores da tripulação esgotada de trabalhos em longa e penosa viagem, a inclemência das doenças, a torturante incerteza da hora seguinte, todo o cenário imenso de mares revoltos, que a nostalgia da pátria e da família fazia ver mais torvos, todos os riscos formidáveis, todas as fadigas e contrariedades, — nada pôde abalar o ânimo do forte capitão nem fazê-lo hesitar no seu propósito.

Iam também longe os dias de júbilo e de glória, em que El-Rei se desentranhara em magnanimidades, com aplausos e recompensas, e ufano apontava ao mundo o nome de

(1) Êste artigo pertence à série que constituirá a publicação com que o Instituto comemorará o quarto centenário de Vasco da Gama.



Handwritten signature in cursive script, possibly reading "James O. Smith".



Vasco da Gama, anunciando ao reino e ao orbe o grande feito, de tão largas e felizes conseqüências, que mal podia ainda alcançá-las a previsão dos homens.

No remanso da pátria e da família, repousara o grande Almirante do esforço exaustivo de suas viagens, na doce contemplação da glória conquistada ao serviço de El-Rei, de Portugal e da humanidade; enquanto outros iam senho-riando os mares do Oriente e alargando sem limite a acção portuguesa, até às ilhas da Oceania e à China, pelo trato comercial, por combates temerários em que vingavam deslealdades e traições, e pela palavra de Jesus Cristo levada aos povos mais remotos, numa expansão civilizadora que não tem igual na história.

Após o feliz govêrno de D. Francisco de Almeida, o primeiro Viso Rei, veio a época esplendorosa de Afonso de Albuquerque, grande entre os maiores como guerreiro, extraordinário como homem de govêrno. Desde o mar Roxo a Malaca, todo o Oriente se rojava perante o pendão das quinas e perante as brancas barbas de Albuquerque. ¿Série de felizes aventuras? Não: plano admiravelmente concebido, alargado nas proporções em que se dilatava o cenário imenso, ardorosamente executado num grande impulso que vinha da fé em Deus e da firmeza no serviço de El-Rei.

Quando no Oriente faltou o braço forte e disciplinador de Afonso de Albuquerque, entraram em acção os factores da decadência. Quebrou-se o freio da disciplina, soltaram-se as ambições, corromperam-se os costumes. A fazenda real era indecorosamente defraudada pelos próprios que tinham a seu cargo aumentá-la e defendê-la; as concussões eram de todos os dias; nas relações civis, a lealdade e a honra eram suplantadas pela dobrez e a fraude. Atraiçoavam o dever para procurarem fortuna em aventuras; e enfraqueciam-se mutuamente na competência de rivalidades.

Correspondentemente a êste descalabro moral entibiava-se

o valor militar; sentia-se que faltava mão hábil e firme de organização e de mando. O Rei de Ormuz, pressentindo-nos fracos, levantava-se contra os portugueses, e contra êles expedia ordens de extermínio a Mascate, Curiate, Soar e Baharém. As terras firmes de Gôa perdiam-se por falta de defesa. Malaca via interceptados os navios que a abasteciam. Em Samatra, revéses sucessivos e finalmente o abandono da fortaleza de Pacém. Na China acidentes funestos. Parecia caminhar-se rapidamente para a ruína.

Tais eram sumariamente as circunstâncias, em 1524, quando El-Rei D. João III escolheu para ir governar a Índia, com o título de Viso-Rei, o Almirante Vasco da Gama. Recorria-se, talvez, ao prestígio do Conde da Vidigueira, como esperança de que levasse remédio a tantos males, cicatrizando as feridas com a férrea disciplina e energia indomável que eram os traços característicos da sua psicologia. Abençoada escolha, se não lhe frustrasse o êxito a iminência da morte!

A 9 de Abril de 1524 largou Vasco da Gama do Tejo, com catorze velas, nove das quais eram naus grossas de carga e cinco caravelas latinas; e luzida hoste de cêrca de três mil homens de armas, muitos dêles fidalgos, cavaleiros e moradores da casa de El-Rei. Surgiu no porto de Chaúl a 5 de Setembro, e no fim do mês chegou à cidade de Gôa, onde foi recebido com grande solenidade. Parece — escreve Fr. Luís de Sousa — que ressuscita a Índia e o crédito primeiro dos portugueses dêste ano em deante, e começam os mouros a sentir que têm na Índia o seu açoute antigo.

Vasco da Gama rodeara-se de grande e aparatoso estado, como a alta personagem que era e condecorado com a dignidade de Viso-Rei. Levava porteiros de maças de prata; veador; dois pagens com colares de ouro; muitos escudeiros e moços da câmara, rica e honradamente vestidos; preciosa

baixela de prata; magnífica tapeçaria de Flandres; dossel de brocado na mesa em que comia; serviam-lhe iguarias de grande aprêço, como a El-Rei, com seu servidor de toalha a tomar-lhe a salva, com as distinções e preeminências reais; eram aparatosos e de grande efeito os ornamentos e alfaias de sua guarda-roupa, cama e capela; tinha duzentos homens de sua guarda, de chuças douradas, com librés de grande aparência. À sua lauta mesa comiam com êle todos os fidalgos e pessoas de distinção. Muitos dos capitães que levava eram já famosos e experimentados nos trabalhos da Índia. Por veador da fazenda acompanhava-o Afonso Mexia, escrivão da câmara de El-Rei; era secretário Vicente Pegado, cavaleiro fidalgo, que ao despacho lhe falava com o joelho no chão.

Teve em Gôa o Viso-Rei solene e festiva recepção. Levaram-no processionalmente debaixo do pάλio á igreja; e depois, com grandes demonstrações, à fortaleza, de que era capitão Francisco Pereira, que a tinha na melhor ordem.

— «Senhor Francisco Pereira — disse-lhe Vasco da Gama — assim eu quisera achar bem concertadas todas as vossas cousas, como estão estas casas».

Contra Francisco Pereira havia grandes queixas de extorsões e violências. No dia seguinte era Francisco Pereira substituído na fortaleza por D. Henrique de Meneses e iniciava-se a acção da justiça, sem demandas nem citações. Começaram a aparecer os queixosos a quem o Viso-Rei ouvia, para logo condenar Francisco Pereira a pagar. De algumas das queixas já tinham vindo provas para Lisboa. Vendo-se Francisco Pereira tão perseguido, pois lhe ordenavam que pagasse tão sòmente com juramento do queixoso, disse ao Viso-Rei:

— «Senhor, já que me roubam minha fazenda, demandando-me o que não devo, peço a Vossa Senhoria que não

mande dar juramento a ninguém, mas que francamente se pague quanto me pedirem, e eu mandarei apregoar que quem quiser o dinheiro de Francisco Pereira que o venha pedir».

Vasco da Gama não era homem que ouvisse remoques. Agastado, respondeu:

— «Quando vós tomáveis o que não era vosso, ¿porque não querieis que fôsse julgado por justiça? E pois que isto assim é, não é bem que acheis justiça, pois a não guardastes; mas, por vos desencarregar a consciéncia, mandarei apregoar, que a quem vós deverdes dinheiro ou fazenda que sem mêdo a venha demandar e lhe será paga. E das cousas crimes não quero entender enquanto não seja tempo».

Indignava-se quando via ricos os oficiais de El-Rei. Até aos que iam providos de Lisboa recusava a posse dos cargos, se em prévio exame os não achasse competentes. Se era cargo de escrever, primeiro haviam de escrever na sua presença; e se na escrita não fôsem peritos excluía-os. Homem que escreve mal — dizia — e pede cargo de escrever, não é senão para mal fazer.

Traziam os mercadores em seus navios muita artilharia tirada dos armazens reais por concôrto com os oficiais, que occultamente lhes vendiam também pólvora e pelouros. Mandou o Viso-Rei apregoar que quem tivesse artilharia de El-Rei a entregasse sem pena dentro de trinta dias; e, não o fazendo neste prazo, ficava incurso na pena de morte e perda da fazenda. E dêste modo se juntou grande quantidade de artilharia.

Desde 1521 fôra a Índia governada por D. Duarte de Meneses; e todos aqueles três anos se passaram em accidentes funestos, como se a desfortuna houvesse tomado o governador à sua conta. «Caso é digno de consideração — diz Fr. Luís de Sousa — que sendo o Governador D. Duarte grandemente bem afortunado no governo que teve de Tangere

em Africa, se lhe trocasse a ventura na Asia de maneyra que em todos os tres annos que lhe durou o cargo quasi não temos que escrever senão desbarates, mortes, desastres e sucessos avessos de mar e terra entre aquelles que pendião de seu governo: e sendo verdade que foy muyto temido dos mouros de Berberia, vêo a ser tão pouco respeitado dos da India, que chegarão em hum tempo que se achou em Cochim passarem á vista da cidade, e delle, com seus paraos, e lançarem contra a terra foguetes voadores que sobião ao céo em moda de escarneo e desprezo nosso».

Não era tão sòmente desfortuna, como também êrros e culpas que a D. Duarte se attribuíam. Seu irmão, D. Luís de Meneses, aconselhava-o e repreendia-o; chegaram os dois a indispor-se; porém o governador não alterou as suas normas. Das virtudes de um e dos êrros do outro havia conhecimento em Lisboa. Vasco da Gama levava instruções para tratar a cada um como merecia.

Quando o Viso-Rei chegou a Cochim, correu a recebê-lo D. Luís de Meneses, que foi tratado com muita honra. Indo para terra, o Almirante mandou-o assentar numa cadeira, dizendo-lhe:

-- «Senhor, assente-se Vossa Mercê, que outra de maior honra merece e tendes ganhado ante El-Rei meu Senhor, por vossos bons merecimentos de honrados feitos e bom siso; que vós tendes mais que o Governador vosso irmão, que danou na India sua muita honra, que com tantos trabalhos ganhou em Africa. O que tudo se acrescentou em vossa bondade; pelo que Sua Alteza vos fará muita mercê».

Estas palavras pronunciadas deante de todos, deixaram D. Luís receoso da sorte do irmão. Como para atenuar, respondeu, de barrete na mão:

— «Senhor, beijo as mãos a Vossa Senhoria por tanta honra; mas, se eu tenho alguma bondade, as mercês que

me Sua Alteza fez ma deram. Mas se êle está descontente do Governador meu irmão, não sinto prazer que me tire êste tamanho pesar, que é o maior que neste mundo posso ter, porque não poderei eu deixar de ficar sem alguma culpa».

Reinava o terror na Índia entre os portuguezes, porque o Viso-Rei annunciava que tudo havia de emendar a castigar com direita justiça. Aos capitães das fortalezas e a todos aqueles a quem achasse culpas havia de punir; e se ficassem vivos os enviaria a El-Rei com as culpas. O fidalgo que desse acolhida a malfeitoses, seria enviado em ferros para Lisboa, com a nota de ser encobridor de criminosos. Estas ameaças causavam pânico: todos sabiam que Vasco da Gama as executaria inexoravelmente.

Quando o Viso-Rei chegou à Índia, estava o Governador D. Duarte de Meneses em Ormuz. No regresso foi encontrar em Chaúl por capitão a Cristóvam de Sousa. Êste mandou-o visitar com refrêscos, e dizer-lhe que o serviria no que lhe mandasse como a D. Duarte, e nada como a Governador, porque assim lho ordenara o Viso-Rei; e que não saísse em terra, mas fôsse logo ter com Vasco da Gama. Em Gôa disse-lhe Heitor da Silveira que fôsse a Cochim, onde estava o Viso-Rei. D. Duarte de Meneses premeditou retardar-se, contando chegar a Cochim quando estivessem as naus prontas a largar, a fim de nelas embarcar para o reino.

Logo que o Governador chegou a Cochim, teve ordem de não ir a terra e de passar directamente à nau *Castelo* a fim de voltar ao reino. D. Duarte tentou desobedecer: — Que tinha de El-Rei provisão para escolher a nau que lhe aprouvesse no seu regresso ao reino. Depois escolheu a nau *São Jorge*.

— «D. Duarte — observou o Viso-Rei — não procede de bom conselho no caminho em que se mete e toma comigo, em pontos que lhe podem acrescentar mais seus males.

Ainda que eu fôsse desarrazoado, obedecendo acertaria muito; uma vez que quere seguir seu sestro, êle me entenderá».

Imediatamente receberam artilharia e bombardeiros dois galeões, que foram pôr-se à pôpa da nau *S. Jorge*, com ordem de a meterem no fundo se D. Duarte não obedecesse prontamente. O argumento era irrespondível; D. Duarte de Meneses tomou a nau *Castelo* para regressar ao reino de baixo de prisão, com menagem a bordo.

D. Luís de Meneses interveiu a favor de seu irmão, *que não tinha vendido fortalezas; e as ordens contra êle dadas em tanta indignação mais parecia ódio que alguma boa razão para assim se proceder.*

— «Senhor D. Luís — respondeu Vasco da Gama — se vosso irmão tivesse vendido fortalezas, ali onde está não teria êle cabeça, porque eu lha mandara cortar; tais palavras não devêreis dizer; nem vosso irmão nunca me anojou para eu lhe ter ódio e fazer contra êle o que não devo»...

Trocadas mais algumas frases, o Viso-Rei levantou-se e foi para a porta:

— «Senhor D. Luís, ide-vos embora, que já vos disse de mim muitas verdades, que pouco crêdes, e cuidais que tendes boas razões e que eu sou o mal entendido. Assim me desagradeceis o que eu podia fazer e o não faço porque vos vejo deante de mim».

D. Luís ia para falar; porém o Viso-Rei interrompeu-o:

— «Senhor, faça-me mercê: baste por hoje».

E voltou-lhe as costas. D. Luís saiu resmungando:

— «Vós não me quereis ouvir; espero em Deus que virá tempo em que também vos não quererei ouvir. Irei para meu irmão, e o que fôr dêle será de mim».

Ao referirem-lhe estas palavras, o Viso-Rei ficou colérico. Em sua casa, sentava-se D. Luís à mesa para jantar com

muitos convidados, quando recebeu ordem para embarcar imediatamente. Da porta disse-lhe Lopo Vaz de Sampaio:

— «Senhor D. Luís, manda o Senhor Viso-Rei que venhais já comigo embarcar; êle fica à janela esperando o vosso embarque».

D. Luís soltou uma gargalhada, dizendo:

— «Espanto-me como não mandou beleguins que me levassem. Tudo será feito quanto manda».

Depois, pedindo a capa, disse:

— «Senhores, se vos não deixarem jantar, mandai levar o comer porque se não perca; e Vossas Mercês fiquem-se na paz de Deus, pois nos não deixam comer êste jantar de despedida».

As lágrimas borbulhavam-lhe nos olhos.

Tal foi a missão de Vasco da Gama na sua terceira viagem à Índia: fazer justiça de El-Rei. Da sua ténpera de aço ainda pôde dar novos testemunhos em providências de governo. Em pouco mais de três meses fez triunfar a moral e a disciplina, e ainda escarmentou eficazmente os mouros, que na costa de Malabar e nas ilhas de Maldiva se mostravam insolentes.

Começou o Viso-Rei a sofrer de fortes dores no pescoço. Depois apontaram-lhe na cerviz leicções tão duros que nenhum remédio conseguiu debelá-los. Sobreveiu um antraz. Não podia voltar a cabeça; o sofrimento era cada vez maior. Caiu de cama, e de lá dava ordens as de governo. Recebeu os sacramentos com mostra de grande piedade, e faleceu às três horas da madrugada de 25 de Dezembro de 1524.

Vestiram o cadáver com roupas de seda; por cima o manto da Ordem de Cristo; espada e cinta dourada; esporas douradas em borzeguins pretos; na cabeça, barrete preto redondo. Assim o puseram na sala, na tumba da Misericórdia, descoberto, e de lá o levaram aos ombros os fidalgos,

com os mantos da Ordem de Cristo vestidos, para a igreja do convento de Santo António, onde o sepultaram na capela-mór. Cobriram a sepultura com um pano de veludo; e sôbre êste puseram uma grade em quadra, de um palmo de altura, forrada de veludo preto com franja de branco e preto.

Fortunato de Almeida

DON JUAN VALERA, HUMANISTA (1)

I

El tema: *Valera, humanista* es muy atractivo. Inquirir lo que tiene de humanista un escritor moderno es buscar las



E. GÓMEZ DE BAQUERO
(Antigo Presidente do Conselho Superior
de Instrução Pública de Espanha)

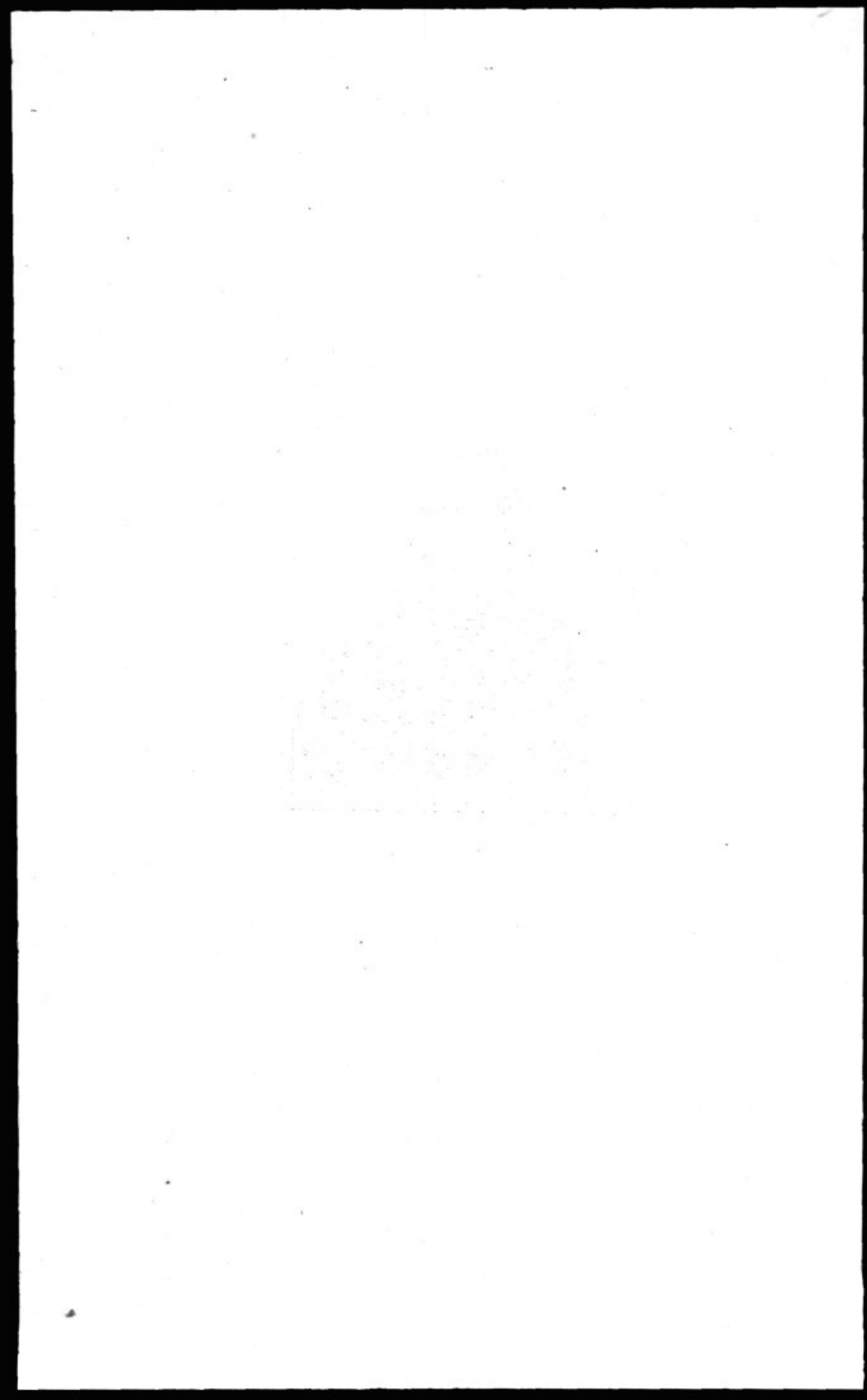
mejores ejecutorias de su linaje literario. El placer de esta investigación aumenta cuando recae sobre un escritor tan excelente y pulcro y de tal riqueza espiritual como Don Juan Valera. El asunto hace revivir en mi memoria gratas emociones de lectura pero al mismo tiempo me advierte de mi insuficiencia. Valera se tituló un aprendiz de heleenista en su traducción de las *Pastorales* de Longo. Yo

soy mucho menos; la sombra de un aprendiz de humanista, de un escolar que hace muchos años traducía a los poetas griegos bajo la dirección, algo ruda pero amable, de un maestro en quien alentaba el amor antiguo a la belleza. Pero las lenguas clásicas son celosas; no toleran infideli-

(1) Inédito que fará parte dos trabalhos com que Espanha vai comemorar o centenário do nascimento do insigne escritor Don Juan Valera.



D. JUAN VALERA



dades, exigen una consagración, un desposorio permanente y aquel lejano escolar no podría hoy traducir sin esfuerzo ni al fácil y luminoso Anacreonte, que en la poesía griega es como la cigarra, amada de los Dioses, que perseguida por una golondrina, fué a posarse entre los pechos de Cloe y allí se puso a cantar. Lo que se me alcanza de Valera humanista es solamente la impresión de un aficionado que se asomó hace mucho tiempo al jardín de la cultura antigua.

II

¿Es Valera humanista? ¿Como lo és? ¿En qué concepto? Aunque estas palabras *Humanidades, Humanismo, Humanista*, son familiares para el hombre culto, debemos meditar un poco sobre ellas, cuando se trata de estudiar y calificar el humanismo de un escritor. Esas voces tienen una significación histórica que há ido desdoblándose, porque expresaban una realidad rica y duradora. Han conservado el significado original, pero le han enriquecido por la elaboración del pensamiento sobre ellas durante siglos de donde viene el desdoblamiento semántico.

Al oír la palabra humanista las primeras imágenes que acuden a nuestra mente son las de los poetas y escritores italianos que, desde el siglo catorce se consagron con pasión al descubrimiento de los manuscritos latinos y griegos y al estudio é imitación de los clásicos. Fué esta la época mas brillante del humanismo. Hoy se estudian mejor las lenguas y las letras griegas y latinas. Se poseen medios instrumentales más perfectos y seguros; se ha fundado una Filología clásica que usa procedimientos de exactitud científica; se ha explorado la prehistoria de las lenguas sabias; el estudio de las reliquias arcáicas y de la epigrafía primitiva ha abierto nuevos horizontes. La gramática comparada nos ha revelado secretos delicados de las lenguas, pero con todo la gran

época del humanismo es la que se extiende desde Petrarca a Casaubon y su edad de oro el siglo quince.

Es que entonces el humanismo no era solo un saber y un ejercicio de eruditos. Era una religión de la belleza y la cultura. Las Humanidades no interesaran solo a los sabios; eran objeto de un culto general. El humanista era el hombre del día. Le honraban el Papa, el Emperador, los Príncipes y las ciudades. Su estado parecía el más noble y glorioso. Petrarca y Boccaccio fueron mas estimados como latinistas que como escritores italianos. Aquella religión de la belleza tenía hasta sus supersticiones. Petrarca se emocionaba con un Homero en griego que tenía y que no podía leer antes de que Leoncio Pilato le iniciara en aquella lengua. Hubo hombres que gastaron su caudal en comprar y hacer copiar manuscritos antiguos. Un fanático quitó los cirios de una iglesia y los llevó a la tumba de Dante en Rávena, diciendo «Tu eres más digno». La pasión del latinismo hacía que se llamase *virgenes vestales* a las monjas y *senadores* a los cardenales.

Hay una leyenda expresión de aquél estado de ánimo. La del descubrimiento en Roma del cadaver de la joven Julia, hija de un Claudio y cuyo cuerpo apareció intacto en su belleza, como si acabara de morir. La llevaron al Capitolio, la retrataron los pintores y la fama de aquél milagro pagano fué tal que el Papa la hizo enterrar de nuevo de noche, fuera de la puerta Pinciana, temeroso de una nueva idolatría. Burckhardt (1) supone que pudo dar origen a esta ilusión una mascarilla de cera, pintada, puesta sobre una momia romana. Pero aquella aparición legendaria era un símbolo. Era la Antigüedad que volvía como una Primavera, resuscitada con eterna juventud y belleza. Pan había vuelto vivir entre los hombres.

(1) *La civilización en Italia en la época del Renacimiento.*

III

Estos humanistas de la edad de oro del Renacimiento italiano no eran los primeros. Hubo humanista desde que hubo humanidades. El concepto de las Humanidades se forma en Roma. Los grandes escritores, imitadores de los griegos, son humanistas. Virgilio es humanista antes de ser creador de Humanidades latinas. El primer humanista en sentido erudito que llega a nosotros como una figura literaria bien definida y con un texto de erudición humanística es Aulo Gelio. El es el primero que emplea la palabra *Humanistas* en el sentido de cultura que ha conservado. Es ya un humanista. En su casa de campo, durante el invierno, en las noches frías del Atica, iba ordenando las notas de sus lecturas. Lector incansable, leía como el crítico moderno, con el estilo en la mano y apuntaba sus observaciones de lectura y los pasajes y particulares que le llamaban la atención en los libros griegos y latinos. Así formó la curiosa miscelánea de humanista compuesta de anécdotas, de etimologías, de cuestiones lexicográficas y gramaticales, de puntos de literatura, de historia y de costumbres que, por el lugar en que fué escrita, ha llegado a nosotros con el nombre de *Noches Aticas*.

Las Humanidades tienen ya entonces el sentido de cultura literaria como base de la educación humana. Son el culto de las letras como lo más propio para formar hombres y lo más digno del hombre.

Este sentido se conserva vivo y actual en nuestros días. En el eterno debate entre antiguos y modernos en torno a la educación, el humanismo es una doctrina militante, una de las dos posiciones en la disputa entre la educación clásica y la moderna, entre Letras y Ciencias, entre la cultura general formativa, que aspira ante todo a educar hombres y

la especialidad científica. La ciencia, por virtud de su maravilloso desarrollo, está condenada a la especialidad. No puede abarcar la Enciclopedia como en tiempo de Aristóteles.

IV

Si el concepto original de las Humanidades se ha conservado, su area histórica se ha ampliado mucho. Su Museo tiene Nuevas Salas. Para los romanos las Humanidades estaban formadas por las Letras griegas. Para los humanistas del Renacimiento por las Letras griegas y latinas, primero por las latinas porque eran las más asequibles, después por las helénicas, cuando los maestros bizantinos les enseñaron el griego. Hoy existen además otras Humanidades. En la época de los humanistas, las lenguas vulgares habían empezado a producir sus primeras obras maestras, pero no podían competir con las dos grandes literaturas madres: griega y latina, ni con las lenguas sabias. Después las lenguas vulgares se han perfeccionado, se han vuelto plenamente literarias y han producido ricas literaturas. Tiene ya sus clásicos y su clasicidad. Se han creado nuevas Humanidades. Hay humanidades modernas francesas, italianas, españolas, portuguesas, inglesas, alemanas, rusas, escandinavas.

Al mismo tiempo, el Renacimiento oriental de fines del siglo XVIII y del XIX han dilatado el horizonte histórico. Se nos ha abierto un nuevo mundo de ideas y formas literarias.

Hemos sabido que las letras griegas no eran autóctonas; que Homero tiene antecedentes orientales. Los estudios sobre los orígenes de la *Odisea* han descubierto en ella influencias egipcias y caldeas. Los *Upanishadas* han revelado al Occidente un pensamiento filosófico luminoso y lejano, como el Renacimiento reveló a Platón y creó el movimiento platónico.

El concepto del humanista se ha ensanchado. Conserva

la significación renacentista del cultivador y el aficionado de las letras clásicas grecolatinas, pero ha nacido una significación adyacente que abarca los nuevos campos de las Humanidades modernas y un sentido general de humanismo que es equivalente a clasicidad, a culto ordenado y claro de la Razón y la Belleza. El humanista no es sólo el estudioso y el aficionado a los clásicos griegos y latinos, sino el hombre que basa en la cultura literaria la formación educativa y que mantiene un sentido de universalidad, de humanidad, un espíritu de cultura integral o general como corrección y complemento del especialismo científico.

A Valera humanista le podemos considerar bajo dos aspectos; en relación con las Humanidades antiguas y con las nuevas. Si lo estudiamos, en su calidad de humanista, como cultivador y estudioso de las letras grecolatinas nuestra atención se fijará principalmente en dos obras suyas: en la traducción de las *Pastorales*, de Longo y en un curioso diálogo, entre bizantino y milesio que lleva el título de *Asclepigenia*.

Hay varios modos de cultivar las Humanidades antiguas. El cultivo directo, la obra del continuador es cosa rara. Pocos literatos y sabios escriben hoy en griego o en latín con miras artísticas y si lo hacen es a modo de ejercicio académico ó entretenimiento erudito. Las lenguas modernas tienen más vitalidad y se acomodan mejor a nuestra sensibilidad y nuestro pensamiento. Lo escrito por modernos en lenguas muertas adolece de cierta frialdad de imitación o *pastiche*. Pero se cultivan también aquellas literaturas estudiándolas, traduciéndolas é imitándolas en las lenguas vulgares.

Creo que ni la traducción de *Dafnis y Cloe* si el diálogo antes aludido son partes esenciales en la obra total de D. Juan Valera y que el humanismo difuso que hay en ella, las cualidades de humanista y de clásico moderno que tenía y mostró

le califican más en este respecto. Estoy muy lejos, sin embargo, de desdeñar aquellas obras; me parece que en ellas se reflejan aspectos curiosos, interesantes y atractivos del temperamento artístico de Valera, de su educado gusto y de su pensamiento, tan fino en matices.

V

Respecto a la traducción de las *Pastorales* el mismo Valera nos explica con mucha claridad su propósito y su procedimiento en el prólogo de esta versión, tan elegantemente romanceada.

«La publico — dice — como algo que en mi sentir puede y debe gustar aun al vulgo; como algo que puede ser popular en nuestros días». Consideraba el gracioso cuento griego como una obra viviente e hizo una traducción, no de filólogo, ni de erudito, un libro poético y ameno, de lectura común.

Aunque no tuviesemos declaración auténtica del autor, nos lo mostraría la escasez del aparato crítico, la omisión de la historia del libro y del enigma del autor, del cual no sabemos nada, hasta el punto de que algún erudito ha podido sostener que el mismo nombre de Longo era una mala lectura de la última palabra del título del manuscrito florentino, si bien esta explicación está desautorizada por la lectura de otros manuscritos.

En su introducción, Valera no se muestra idolatra de las letras antiguas ni mucho menos. Llevado de la tendencia crítica de su espíritu, llega a sostener que en gran parte, las literaturas clásicas son cosa muerta o poco menos. Desconfía particularmente de la eficacia actual de los grandes poetas antiguos.

«Escasísima cantidad de obras maestras — dice — tiene una fama que jamás se marchita. Sus autores se llamam

por excelencia los autores clásicos y toda persona culta o que presuma de culta los compre, aunque nunca los lea. Si por acaso acomete, en ratos de ocio la lectura de estos autores, pongo por caso de Homero, de Píndaro o de Virgilio, a las pocas páginas o se duerme o se aburre».

Este triste destino de los poetas antiguos lo atribuía Valera a la dificultad de acomodar la versificación antigua a la moderna. «La versificación clásica antigua — dice — sobre todo los exámetros han pasado con fortuna a varias lenguas modernas. En inglés y en alemán se escriben y se leen con gusto los exámetros. En castellano casi nadie los ha escrito y nadie los resiste. Y el verso endecasílabo libre que, a mi ver, es muy propio para este género de traducciones inspira en España verdadero aborrecimiento».

Estas opiniones radicales, expuestas por un hombre tan bien preparado para saborear la belleza perdurable de los modelos antiguos, como era Don Juan Valera, se explican, en parte, por su tendencia crítica (el crítico siempre exagera algo, como el moralista), y, en parte, por la época en que se escribieron. Los clásicos no estaban de moda. Con perdón de nuestro insigne Valera, no creo que Homero ni Virgilio sean necesariamente aburridos ni aun para personas de poca literatura, siempre que se les ofrezcan en traducciones claras y legibles ilustradas con algunas notas y explicaciones. Lo que así concedo es que hay que aprender a leer en los clásicos, hacerse a ellos como a algunos géneros de música.

En cambio, la novela griega le parecía a Valera capaz de interesar al gran público. Eligió bien, como podía esperarse de su ejercitado y fino gusto. Las *Pastorales* de Longo son una fábula encantadora que se presta a que un estilista la traslade con brillantez a los idiomas modernos.

Era su intento hacer que las *Pastorales* pudieran leerse en castellano por el público general de lectores de novelas y ello determinó el carácter de la traducción. Influyó en ella

probablemente casi seguramente, el ejemplo de Amyot, cuyas traducciones son textos clásicos de la lengua francesa. La de *Dafnis y Cloe* no es la principal. Se la ha calificado de *belle infidèle*. La gran obra de Amyot en este orden fué la versión de Plutarco, en que tuvo que movilizar un verdadero ejército de palabras por la extensión del texto y la variedad de asuntos, y con el manejo de aquel inmenso material lexicográfico facilitó la obra de los prosistas que le sucedieron. Amyot hizo posible a Montaigne. Si no tan importantes como la Biblia de Lutero, en lengua vulgar, para la prosa alemana, las traducciones de Amyot, influyeron considerablemente en la prosa francesa.

Valera tuvo presente la traducción de Amyot, corregida y refundida por Courier, no para ahorrarse trabajo, siguiéndola, sino para elegir el tipo literario de su versión.

Pensó hasta en escribir la traducción en la llamada fabla antigua, esto es en el castellano del siglo xiv o del siglo xv. Su agudo sentido crítico le advirtió del peligro de inventar una fabla que nunca se hubiera hablado, riesgo a que son muy expuestas estas reconstrucciones. «Para Courier que ha hecho su traducción en francés arcaico — dice — la empresa no era tan árdua. Tenía por modelo a Amyot que le guiaba mientras él le corregía. «Sin embargo Valera depuró cuidadosamente el lenguaje, dándole un giro clásico, una sencillez estudiada y elegante.

Hubo de hacer en el texto algun trabajo expurgatorio, empleando el procedimiento de la refundición. Si Valera hubiese hecho una traducción para eruditos, en vez de hacerla para lectores de novelas se hubiese limitado acaso a poner en latín los pasajens más escabrosos, siguiendo la costumbre de los traductores de textos demasiados crudos para el paladar moderno, los quales traductores se acogen a la máxima de Boileau:

Le latin dans les mots brave l'honnêteté.

Más quería hacer un libro de lectura amena y corriente.

De ahí la refundición de algunos pasajes del libro IV, que confesó con toda lealtad en el prólogo, advirtiendo que si en los tres primeros libros había sido tan fiel al original como es posible en una lengua moderna, en el cuarto se había lanzado «a bastante alteraciones, a algo parecido a lo que llaman un arreglo» «Sólo hemos variado — añadía — unos lances originados por cierta pasión repugnante para nuestras costumbres, sustituyéndoles por otros fundados en mas naturales sentimientos».

Decía Valera que aquella linda novela idílica le había servido de modelo para componer *Pepita Jiménez*. En la labor de un autor que ha escrito novelas originales tan primorosas, la traducción de una obra, aunque sea de la más noble estirpe clásica, no puede tener otro valor que el de un texto elegante del lenguaje. Este valor tiene y muy extramado la versión de las *Pastorales*, de la que no podría prescindirse en una Antología de Valera, por la pulcritud de su prosa.

VI

Asclepigenia, la otra obrita que cité antes, es una imitación de los diálogos, más le los de Luciano que los de Platon. *Asclepigenia*, hija de un filósofo, es ella misma filósofa del amor. Profesa y practica la doctrina que, reducida a fórmula, podría llamarse del triángulo del amor. La expresa alegóricamente por medio del mito del rosal. Para cumplir su misión estética, el rosal necesita del mantillo que le proporciona los jugos vitales, de la mariposa que liba en sus flores y de la inteligencia, que percibe su belleza. Para el rosal humano de *Asclepigenia*, el mantillo es la riqueza del viejo Crematurgo, la mariposa la hermosura del mancebo Eumorfo y la inteligencia el filósofo Proclo. Como es difícil hallar

tantas excelencias reunidas en un sólo ejemplar humano, Asclepigenia le ha visto obligada a buscarlas en tres individuos diferentes.

Contribuye al atractivo de este capricho milesio el que recuerda por alguno de los personajes secundarios y por alusiones, una de las más sugerentes novelas de la historia que esmaltan la Crónica del Imperio bizantino: la historia de la Emperatriz Atenais Eudoxia. Era hija de Leoncio, filósofo de Atenas. Desheredada por su padre, que la juzgaba suficientemente dotada con su singular hermosura y su sabiduría, fué a Constantinopla a pleitear por la herencia. Allí la esperaba el mas brillante destino que podía soñar una mujer ambiciosa. Interesó a la Augusta Pulquería que gobernaba de hecho el imperio en nombre de su hermano Teodosio el joven, enamoró al emperador y cifó a su frente de diosa griega la diadema de *basilisa*. Cómo consintió Pulquería en este matrimonio del Basileo con una joven que no era de estirpe patricia y que hasta tenía la tacha de ser pagana, y hubo de convertirse al cristianismo para contraer el enlace imperial, es cosa difícil de explicar y que ha sugerido algunas dudas sobre esta historia bizantina. Diehl⁽¹⁾ hace notar que hasta el siglo vi no hablan del caso los historiadores. Gibbon admite el relato tradicional y alega una razón que no carece de psicología. Si se tratase de una invención, dice, los cronistas bizantinos, como Juan Malala y Niceforo no dirían que Atenais tenía cerca de veintiocho años cuando se casó con el Emperador y tomó el nombre cristiano de Eudoxia. La habrían pintado más joven.

La hija del filósofo Leoncio conoció las alternativas de la fortuna. Su influencia llegó a hacer sombra a Pulquería,

(1) C. Dielh: *Figures byzantines. Première Série*, Paris, 1912, Armand Colin.

la tutora del Imperio. Pero la perdió una manzana, como a Eva. Cuentan las historias bizantinas que, un día, un hombre del pueblo presentó al emperador una manzana de Frigia de excepcional tamaño y belleza. El emperador, muy prendado de su esposa, se la mandó a la emperatriz y ella a su vez se la regaló al Maestro de los Oficios Paulino, el cual, ignorando los antecedentes, se la ofreció nuevamente al Basileo. Despertaron los celos de este, Paulino fué desterrado a Cesarea de Capadocia, donde murió asesinado y Eudoxia, perdido el ascendiente que había conquistado sobre su imperial esposo, se retiró a Jerusalem y allí vivió hasta edad avanzada, dividiendo su tiempo entre las disputas religiosas y el cultivo de las letras griegas.

Escribió los *Homero-centra* ó Centones de Homero. Narró en exámetros, sacados de los poemas homéricos, episodios de la vida de Cristo y compuso un poema de la vida de San Cipriano de Antioquía, que es uno de los mas remotos antecedentes literarios de *El Mágido prodigioso*. Gibbon acoge con excepticismo el episodio de la manzana y recuerda que hay un cuento muy parecido en *Las Mil y Una Noches*.

Esta historia ó esta novela bizantina hubiera sido un excelente asunto para un ingenio tan curioso de primores arcáicos como el de Valera. Más en su *Asclepigenia* se limitó a introducir como personaje secundario a Atenais, la futura emperatriz, haciéndola amiga de Asclepigenia, y aludir al favor de que gozaba en la Corte el hermoso Paulino. El diálogo es, como ya he indicado, un capricho de filosofía erótica y no se prestaba por su brevedad a desarrollar la novela de la Emperatriz Eudoxia.

VII

El humanista moderno aventaja en Valera al cultivador de las Humanidades antiguas, bien que la iniciación en estas

le preparó sin duda para ser a su vez autor de Humanidades nuevas. Las cualidades humanísticas del ingenio y de la cultura de Valera están tan manifiestas en su obra que sería superfluo documentarlas con una selección de textos. Están en toda su obra, son los rasgos mismos de su fisonomía literaria.

Las Humanidades representan el culto de las bellas formas y dentro de belleza formal, aquella especie que siguiendo a Nietzsche podríamos llamar apolinica: claridad, equilibrio, proporción armoniosa de partes y por lo mismo sencillez y economía de medios. Estas dotes son precisamente las del estilo de Valera, en que la naturalidad se desposa con la elegancia. El culto de las bellas formas artísticas suele producir otra virtud de relación: las buenas maneras literarias. Las humanidades son sociables y bien educadas.

El ingenio humanístico no se distingue únicamente por cualidades formales. No es sólo una manera de expresión. Tiene ciertas guías espirituales internas. Una de ellas universalidad. Las Humanidades no se sitúan en el campo acotado del especialismo; piensan en el hombre, aspiran a formar hombres, a desarrollar el contenido espiritual de la personalidad humana; nada humano le es ageno. De ahí la curiosidad general del humanista, tan patente en las obras de Valera y que abarca desde los problemas de la Metafísica y las revelaciones de la Teosofía hasta los pormenores de la existencia cotidiana, que son humildes agentes de la alegría de vivir. Todo es humanidad, desde las aventuras de Miguel de Zuheros entre las mahaturas a las habilidades domésticas de Juanita la Larga.

En las Humanidades la Razón se sienta a la diestra de la Belleza. La serenidad o equilibrio apolínico no es sólo vestidura o disposición exterior. Es máscara y es espíritu. El equilibrio de las formas va acompañado del equilibrio de los pensamientos. El genio humanístico no se inclina a los

delirios, ni a los exaltaciones místicas, ni está obsesionado por las voces obscuras y profundas de lo subconsciente. Su reino es la Representación y cuando se asoma a los dominios del misterio, el espíritu crítico es su guía.

Del conjunto de estas dotes: belleza, claridad, armonía, equilibrio, mana una fuerte vitalidad. Es que son dotes de salud y la salud produce esa alegría de la vida que mantiene la sonrisa en el rostro de la belleza antigua. A veces se expresa esto con una palabra equívoca: optimismo, a la que han hecho sospechosa y hasta aborrecible algunas aplicaciones. Don Juan Valera participa en sus obras de esa alegría vital. El optimismo de Valera es una virtud humanística.

Era, en resúmen, este preclaro ingenio un clásico de nuestra edad que se comunicó con los clásicos antiguos y aprendió en su escuela. Quizás, dentro de muchos siglos, cuando los romances actuales sean lenguas muertas, un investigador curioso de las Humanidades hispánicas traducirá a alguno de los idiomas que entonces estén en uso el fresco y gentil idilio andaluz de *Pepita Jimenez*, con la ventaja de no tener que refundir pasajes escabrosos. A lo sumo, si los pensamientos é inquietudes que hoy nos son familiares se han vuelto extraños para aquella humanidad futura, le bastará poner algunas notas explicativas debajo del texto.

J. Romer de Bagues

SACADURA CABRAL

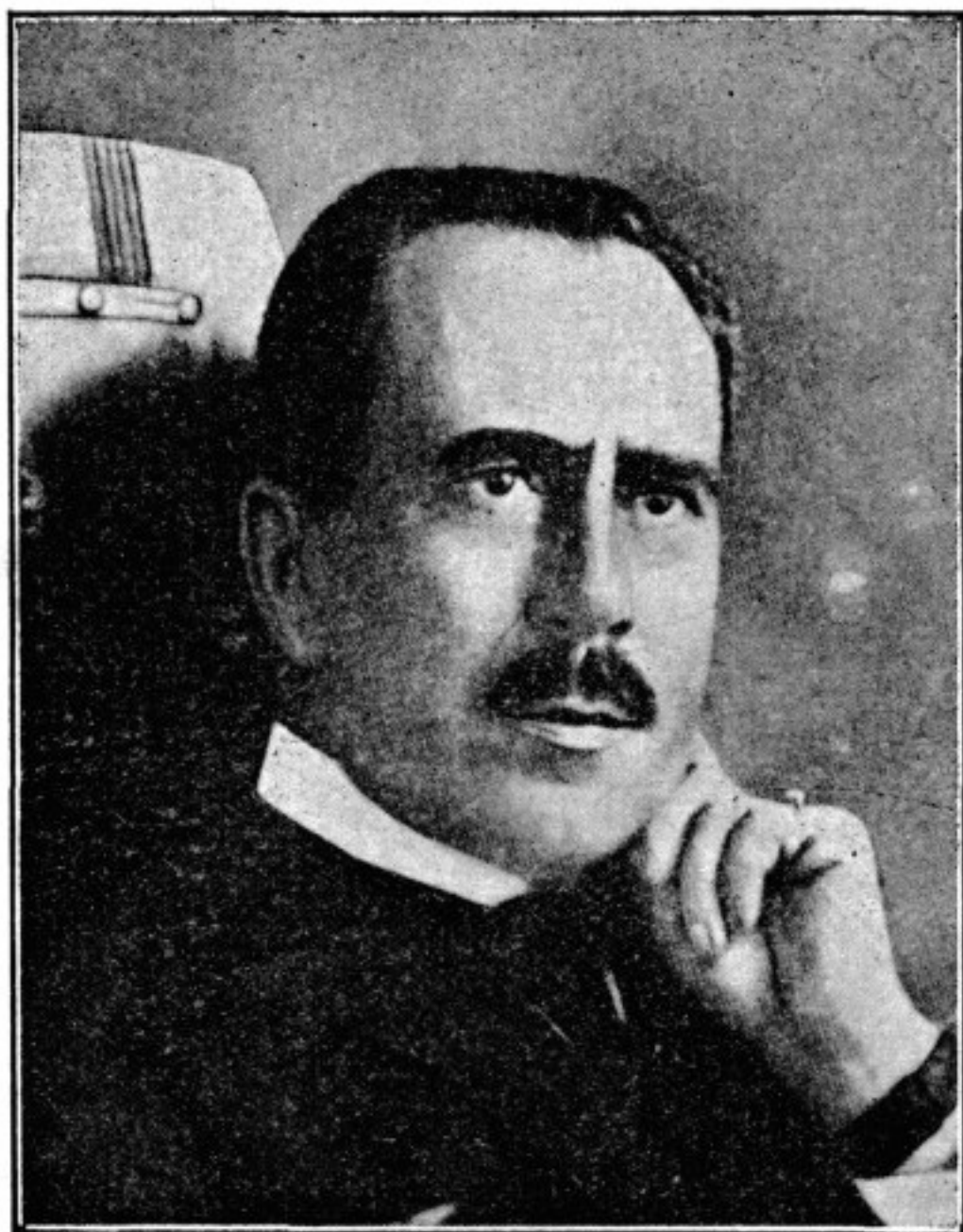
O Instituto de Coimbra tributou à memória de Sacadura Cabral, eleito sócio honorário quando Portugal inteiro transbordou de júbilo ao saber do glorioso feito da abordagem aos penedos S. Pedro e S. Paulo, na Assembleia Geral de 5 de Dezembro de 1924, a mais respeitosa e elevada homenagem, e glorificou o herói que tanto enalteceu a sua pátria, acentuando ao mesmo tempo o mais profundo pezar pela fatal tragédia que enlutou Portugal, roubando-lhe um filho dos mais queridos.

Aqui fica gravada a afirmação dos sentimentos desta corporação, acompanhada de rápidas, mas exactas notas biográficas, e das emocionantes e eloqüentes palavras pronunciadas por Monsenhor Dias de Andrade na grandiosa cerimónia com que Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Bispo de Coimbra comemorou na Sé Catedral o infausto acontecimento, que mergulhou o nosso país em profunda dor e enlutou todo o mundo civilizado.

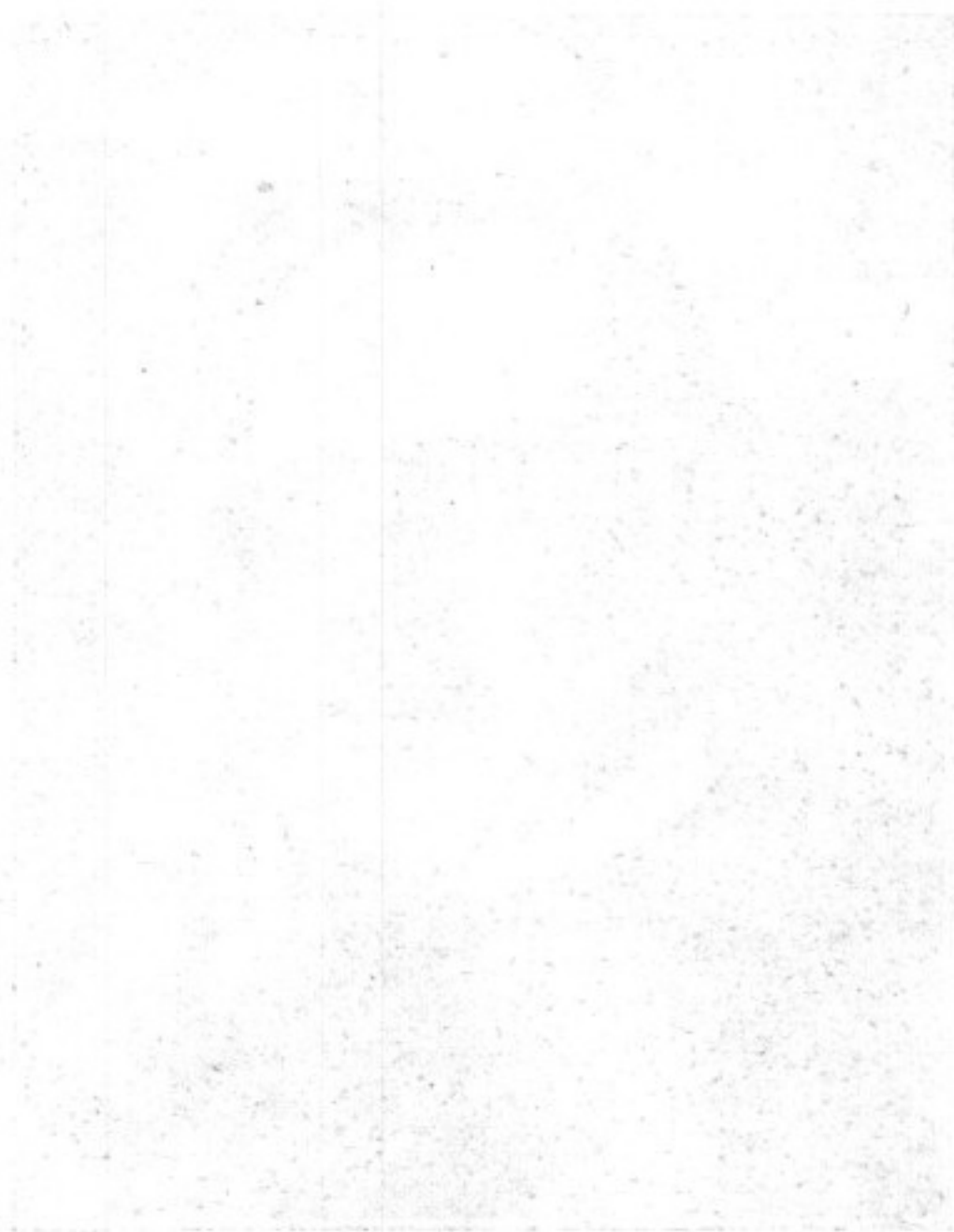
NOTAS BIOGRÁFICAS

António de Sacadura Freire Cabral nasceu em Celorico da Beira em 23 de Maio de 1881.

Assentou praça em 10 de Novembro de 1897, e foi promovido por escala a *guarda marinha* em 8 de Setembro de 1900; a *segundo tenente* em 27 de Abril de 1902; a *primeiro tenente* em 11 de Junho de 1911; a *capitão tenente*



SACADURA CABRAL



1875

em 25 de Abril de 1918; a *capitão de fragata* em 30 de Março de 1922.

Supranumerário permanente no respectivo quadro, nos termos da lei n.º 1350 de 13 de Setembro de 1922, era piloto aviador militar e de hidro aviões.

Missões em que tomou parte. Hidrográfica de Lourenço Marques e Quelimane, em 1904-1905;

Hidrográfica na fronteira de Swazilândia, em 1906-1907;

Geodésica da África Oriental, em 1907-1910.

Reconhecimento da fronteira da Lunda, em 1912 ;

Da fronteira do Barotze em 1912-1913-1914.

Escola de Aviação marítima, em 1915-1916.

Viagens aéreas

De Southampton a Lisboa, em 1920.

De Lisboa — Funchal — Porto Santo, em Março de 1921.

De Southampton ao Ferrol, em Janeiro de 1922.

De Lisboa ao Rio de Janeiro, desde 30 de Março a 15 de Junho de 1922.

De Amsterdam a Lisboa, em Setembro de 1924.

De Amsterdam com destino a Lisboa (perdido no Canal de Inglaterra), em 15 de Novembro de 1924.

Acidentes de aviação

Na Amadora, em 1917.

Na baía de Porto Santo, em Abril de 1921.

Na Costa de Inglaterra, em Dezembro de 1921.

No Penedo de S. Pedro, em 18 de Abril de 1922.

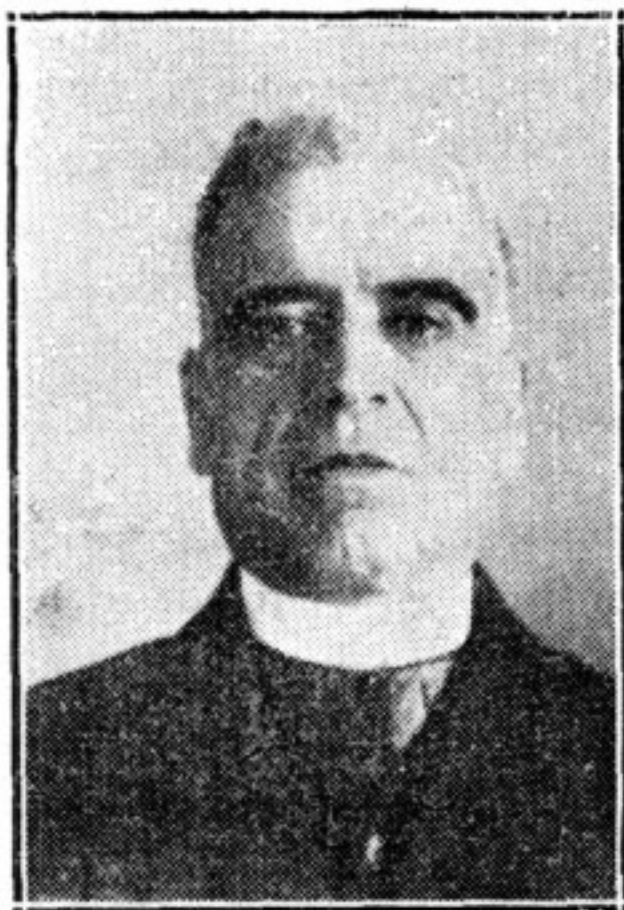
Ao largo de Fernão de Noronha, em 1 de Maio de 1922.

No Canal de Inglaterra (onde desapareceu), em 15 de Novembro de 1924.

Oração pronunciada na Sé Catedral de Coimbra
por Monsenhor Dias de Andrade

São bem pálidas e efémeras as glórias humanas por mais altas, mais excelsas e mais legítimas que elas sejam. Des-

fazem-se, esvaiem-se como o fumo — dizem as Sagradas Letras. — E aqui nos bastam duas simples datas:



17 de Junho de 1922

15 de Novembro de 1924

A primeira é a glória, a glória nimbando os heróis.

A segunda é a catástrofe, a tragédia que enlutou a alma nacional.

*
* *

MONSENHOR DIAS DE ANDRADE

Em 3 de Março de 1922 uma notícia de alvoroço percorreu e emocionou o país inteiro, desde os seus grandes centros à mais pequenina povoação perdida nas dobras dos alcantis das nossas serras.

Dois ilustres oficiais da nossa Aviação Marítima haviam erguido vôo para fazerem a travessia do Atlântico com destino ao Brasil. Êsses oficiais eram, como sabeis, Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

E soube-se ainda pelo país inteiro que nas asas daquele hidro-avião, que deixava Lisboa e se perdia nas brumas do horizonte sob a luz de esperança dum arco-iris, também

agora aquela mesma *Cruz de Cristo*, que outrora flutuara ao sôpro das tempestades na bandeira das nossas caravelas, na era esplendida da epopeia dos descobrimentos.

*
* *

Não se descrevem, — sentem-se — as emoções de então da alma nacional. Aquelas horas, as longas horas de ansiedade, de incerteza e de esperança que viveram então em Portugal mais de seis milhões de portugueses e tantos milhões mais de outros portugueses espalhados por todo o mundo. E esta ansiedade e esperança foram subindo de ponto e tornaram-se em delírio quando os arrojados aviadores, depois de bem penosos trabalhos, desceram com uma precisão matemática sôbre os rochedos de S. Pedro e S. Paulo — ponto perdido na amplidão imensa dos mares. — São conhecidos os perigos que correram; e julgando-se um momento perdidos, numa fidelidade e dedicação à pátria, que os sublima e nos enternece, pensam em enrolar-se na Bandeira Nacional, que lhes seria assim mortalha amorável e dôce por entre as algas marinhas, no fundo abismo das águas.

Mas não. — Aqueles homens eram Portugal. A Providência velava por êles. Em novo avião êles continuam intrépidos a sua longa derrota; e em 17 de Junho, rompendo de entre as nuvens, como uma aparição de sonho, fazem amarrissagem na ampla baía de Guanabara por entre um cômoro imenso de milhões de vozes que os aclamam e de milhões de almas que fremem de entusiasmo perante aquele feito heróico. Era a febre e o delírio que haviam empolgado justamente os corações e as almas.

É que a alma do velho Portugal, aventureira e crente, ia agora tôda ali, por aqueles heróicos mensageiros, levar por um caminho novo, como foi outrora com Pedro Álvares

Cabral, o seu abraço fraternal à joven e nobilíssima Nação Brasileira, que é bem um prolongamento d'ele mesmo, uma criação do seu trabalho e dó seu esforço de séculos para além do Atlântico. Regou-a, em verdade, e deu-lhe alma para caminhar e engrandecer-se o trabalho e o sangue de muitos e ilustres portugueses, de muitos e ilustres pregoeiros do Evangelho.

*
* *

Em terras de Portugal repercutiu-se êste feito glorioso, do mais humilde ao mais alto, em manifestação e entusiasmos indescritíveis, que eram bem a vibração plena da alma nacional nos maiores dias das suas mais explêndidas glórias. É que a nação compreendeu bem a significação e o valor nacional daquele feito a que alguém chamou já, e justamente, o undécimo Canto dos *Lusíadas*. Em verdade, por uma intuição feliz, a Nação compreendeu que aquele feito glorioso, nos redemia perante o mundo de execrandos acontecimentos, como os de 19 de Outubro, que encheram de consternação todo o país.

E compreendeu ainda, pela sua admirável intuição, que o feito dos aviadores, numa revelação espantosa das suas energias latentes, era afinal a *seqüência* não menos gloriosa, duma série de heroísmos que ao longo dos séculos fizeram a nossa honra e glória de portugueses e a imortalidade da nossa história. Fizeram a nossa Pátria.

*
* *

Foi verdadeiramente, assim. A Nação portuguesa foi uma criação de maravilha, foi uma obra dos seus heróis. Nasceu pelo heroísmo ao sol ardente das batalhas; e sagrada no

baptistério de Ourique, onde o grito da vitória era um cântico de fé, ela afirmou o seu pensamento duma *unidade nacional* ao fogo calcinante de Aljubarrota pelo heroísmo do maior de todos os portugueses — D. Nuno Álvares Pereira; — S. Nuno de Santa Maria.

Depois, debruçada sôbre o Promontório de Sagres, surpreendendo no marulhar das vagas, por uma intuição de vidente, os segredos do oceano e a fortuna que lhe adejava ao longe, esta Nação, confiada em Deus e no seu destino, arroja-se às plagas africanas e aí escreve com sangue, ao fragor de batalhas soberbas, êsses preclarísimos feitos, que ficaram a marcar o estalão duma raça enobrecida pelo seu valor e pela sua grande história.

E depois ainda, na fúlgida visão da Índia, que o Infante ante-via em Sagres e o Príncipe Perfeito sonhava em Alvor, na agonia trágica dum grande rei, êste povo vence com o Gama as tormentas do Oceano e firma com Albuquerque e S. Francisco Xavier, mesmo no coração do Oriente, êsse império colossal, que brilhava do Índo ao Ganges dando ao mundo e mais admirável o extraordinário espectáculo de grandeza!

*

* *

Foi assim o nosso passado, glorioso e grande, de Ourique a Aljubarrota, e de Ceuta ao Brasil e à Índia.

E tudo isto, que é tanto; tudo isto que é uma pátria, foi uma obra de heróis aquecidos e retemperados no amor da Religião e no culto sagrado da Pátria.

*

* *

E como os heróis do passado, heróis foram e grandes

Gago Coutinho e Sacadura Cabral. A travessia do Atlântico integrou-se de verdade, continuando-o, nesse esplendido ciclo de feitos heróicos, que refulgem, como estrêlas de oiro no céu da nossa Pátria, com glória tão grande, com tamanha glória, que dela tôda se iluminou o mundo. A travessia do Atlântico é um feito épico.

*
* *

Dêstes dois heróis Gago Coutinho ainda vive, por fortuna nossa. O outro, António de Sacadura Freire Cabral morreu, perdeu-se nas sombras duma tragédia, que não pode ainda desvendar-se, duma tragédia que é ainda um mistério.

Na viagem aérea de Amsterdam para Lisboa, ao largo de Ostende, a *Águia* caiu vencida, e o *Avião* e o seu arrojado piloto e o mecânico Pinto Correia, solidários no mesmo destino sumiram-se nos gélidos fundos do Mar do Norte: — tûmulo magestoso imenso, tûmulo bem digno do homem que tantas vezes dominou impávido as ondas e as nuvens.

*
* *

É esta tragédia de 15 de Novembro que nós comemoramos hoje num dia de luto nacional.

É justa esta homenagem. É bem merecido êste preito de saüdade à memória do Herói que tão dignamente e tão nobremente soube servir e amar a sua pátria.

Oficial distintíssimo, desde 1897, da nossa gloriosa *Marinha de Guerra*, êle exerceu comandos e desempenhou bem delicadas comissões de serviço no país e no estrangeiro, com uma competência, uma valentia e uma dedicação que nunca foram excedidas e poucas vezes poderão ser igualadas. Aí estão a documentá-lo, e para êle com verdade, as mais

honrosas condecorações desde a *Legião de Honra*, de França até à *Grã Cruz da Torre e Espada*, do Valor, Lialdade e Mérito.

Em 1915 Sacadura Cabral passou ao Ministério da Guerra para se instruir nos serviços de Aviação; e, finda esta instrução, em 1917 voltou ao Ministério da Marinha. E agora oficial da Aviação Marítima êle fez, de 1921 a 30 de Junho de 1924, nada menos de 58 vôos e sempre com aquele arrôjo, serenidade e abnegação da vida, que fizeram dêle, nesta hora triste de desfalecimentos, a encarnação viva, palpitante, a encarnação actual das nossas grandes tradições heróicas. É bem justa, pois esta homenagem nacional. Perdemos com êle uma grande fôrça, um grande valor. É pela altura do seu valor e do seu heroísmo que temos de medir a grandeza da perda que sofremos.

*

* *

Nós vivemos uma hora difícil; nós vivemos sem ilusões possíveis uma das horas mais graves e incertas da nossa já longa história. E no meio dos negrumes do presente, que podem amanhã resolver-se na crua rialidade duma catástrofe; e no seio duma sociedade soberanamente dominada por esta fatal trilogia de tôdas as decadências — o *egoismo*, a *cobardia* e o *interêsse* — o comandante Sacadura Cabral foi uma vontade, foi uma energia disciplinada e disciplinadora, foi uma abnegação dos interêsses e da vida, foi um heroísmo. A sua vida foi pois uma lição e um exemplo. Imitemos nós as suas virtudes: as virtudes da energia, da disciplina, do desinterêsse e da dedicação à Pátria, que é por elas e com elas que se engrandecem e se salvam os povos.

É esta a maior homenagem que na terra prestar-lhe podemos.

E como Católicos crêmos firmemente imortal a sua alma e a do seu humilde, mas heróico companheiro: como Católicos unamos as nossas orações às orações da Igreja, pedindo a Deus em nome desta Pátria de Heróis e Santos, que lhes dê na região da Glória o sereno e eterno descanso.

Yous. Dias de Andrade

A CELEBRAÇÃO EM MADRID
DO 4.º CENTENÁRIO
DO NASCIMENTO DE CAMÕES

A Espanha acaba de testemunhar mais uma vez a sua simpatia e carinho por Portugal glorificando a mais prestigiosa figura da nossa pátria — Luís de Camões, que perpetuou pelo seu genial poema a epopeia portuguesa.

Todos os elementos de Espanha, tendo El-Rei à frente, se esforçaram por que fôsse grandiosa essa manifestação. O discurso pronunciado por Sua Magestade El-Rei D. Afonso XIII foi vibrante de entusiasmo pelo passado e presente de Portugal, e de confiança no futuro.

Todos os discursos enalteceram com o maior brilho a memória do imortal poeta, e com grande prazer registamos aqui a admirável oração de D. Francisco Rodriguez Marin, o douto director da Biblioteca Nacional de Madrid.

Muitos têm sido os monumentos levantados em honra de Camões, mas, sem dúvida, êste será daqueles que mais perduravelmente ficará glorificando a sua memória. Com o maior júbilo regista o Instituto de Coimbra êste notável acontecimento e testemunha a sua gratidão.

Eis uma rápida resenha das brilhantíssimas festas que a cidade de Madrid, na semana decorrida de 13 a 19 de Dezembro último, consagrou a Camões.

Era assim composta a comissão encarregada de representar Portugal nessas festas; General Pereira Bastos, como representante do exército de Terra e Mar; Dr. Costa Santos,

Alexandre Ferreira e Raúl Caldeira, pela Câmara Municipal de Lisboa; Drs. Queiroz Veloso, Eugénio de Castro e Leonardo Coimbra, pelas Universidades de Lisboa, Coimbra e Pôrto; Dr. Simões Baião, pela Academia das Ciências de Lisboa; Raúl Proença, pela Biblioteca Nacional; Dr. Laranjo Coelho, pelo Arquivo da Torre do Tombo; Dr. Joaquim Fontes, pela Sociedade de Arqueólogos; Dr. António Ferrão, pela Sociedade de Geografia de Lisboa; e Afonso Dornelas, como representante, em Portugal, da Comissão espanhola incumbida da celebração do centenário. O chefe da missão era o Dr. Leonardo Coimbra, pois representava também o Ministro da Instrução.

O programa das festas foi o seguinte:

DIA 13

Às 7,30 — Chegada da Comissão portuguesa à estação das Delícias.

Às 12 — Exposição Camoneana, na Biblioteca Nacional, com assistência de El-Rei e da Família Real. A exposição, organizada pelo Corpo de Arquivistas e Bibliotecários, era brilhante. A sua inauguração foi precedida por uma sessão solene, em que falaram o ilustre director da Biblioteca Nacional de Madrid, Rodriguez Marin, e o Dr. Leonardo Coimbra.

Às 17 — Sessão solene na Real Sociedade Geográfica.

Às 22 — Espectáculo de gala no Teatro Espanhol, com a representação do *El Vergonzoso en Palacio*, de Tirso de Molina. Pronunciou um discurso o ilustre jornalista Ramiro Maeztu.

DIA 14

Às 8 — Excursão ao Escorial.

Às 23 — Recepção na Legação de Portugal, em seguida ao banquete oferecido a SS. MM.

DIA 15

De manhã — Visita ao Palácio Real e ao Museu de Artilharia.

Às 15 — Apresentação do material do Corpo de Bombeiros, na praça de Neptuno.

Às 17 — Sessão solene na União Ibero-americana. Falaram o presidente, marquês de Figueroa, o conde de Lopez Muñoz, D. Felix de Llanos y Torriglia e o Dr. Leonardo Coimbra.

DIA 16

De manhã — Excursão a Toledo. A Câmara Municipal da Cidade ofereceu um banquete à comissão, no Hotel Castilla.

Às 22 — Espectáculo de gala no Teatro Apolo, com assistência de SS. MM.

DIA 17

De manhã — Colocação de uma lápide comemorativa de Camões, na principal rua do Parque de Oeste, como homenagem da Câmara Municipal de Madrid.

Visitas ao Matadouro, Instituto de Higiene municipal e Grupo escolar *Conde de Peñalver*.

Às 15 — Visita ao Metropolitano Afonso XIII.

Às 17 — Recepção solene na Câmara Municipal. Discursaram o alcaide de Madrid, conde de Vallellano, Dr. Costa Santos e Dr. Leonardo Coimbra. O Dr. Costa Santos, em nome da Câmara Municipal de Lisboa, ofereceu um lindíssimo exemplar dos *Lusíadas*, edição Biel, dentro duma riquíssima caixa de caoba, com incrustações em prata e as armas das Câmaras municipais de Lisboa e Madrid, sobre fundo em seda das cores das bandeiras das duas cidades. Era um notável trabalho da joalheria Leitão.

Às 22 — Espectáculo de gala no Teatro Real, com assis-

tência de SS. MM. Falaram o Sr. Goicoechea, presidente da comissão espanhola, que pronunciou uma esplêndida conferência, e o Dr. Leonardo Coimbra.

O aspecto do teatro era brilhantíssimo.

DIA 18

De manhã — Visita ao Museu do Prado.

Às 12 — Visita ao regimento de Covadonga. Falaram o coronel do regimento e o general Pereira Bastos.

Às 22 — Banquete oficial no Palace Hotel. Presidiu o general Vallespinosa, como representante do Directório, que brindou pelo Presidente da República Portuguesa e por Portugal. Respondeu-lhe o Ministro de Portugal em Madrid, Sr. Melo Barreto, que brindou por S. M. El-Rei Afonso XIII e pela Espanha.

DIA 19

De manhã — Imposição da Grã-Cruz de Mérito Militar ao general Pereira Bastos. Falaram o capitão-general Weiler, respondendo-lhe o general português; e a seguir, em nome da comissão promotora das festas, o Sr. Goicoechea, respondendo-lhe o Dr. Queiroz Veloso.

Às 13,30 — Almôço no Hotel Ritz, oferecido pelo Ministro de Portugal, Sr. Melo Barreto, às Comissões espanhola e portuguesa.

Às 8,15 — Despedida da partida da comissão portuguesa.

*
* * *

Discurso de D. Francisco Rodríguez Marin.

Jubilosamente celebra España el cuarto centenario del nacimiento del inmortal épico portugués Luis de Camoens. No podía menos de suceder así, tanto por la fama universal

del insigne autor de los *Lusíadas*, que le tiene ganado para mientras haya gusto de letras el aplauso fervoroso de todo el mundo, cuanto por ley de agradecimiento, que nos obliga a corresponder, llegada esta ocasión, a la bizarra cortesía y al noble entusiasmo con que Portugal celebra siempre, como suyas propias, nuestras inmarcesibles glorias literarias. ¿Cómo podría írsenos de la memoria el gratisimo recuerdo de las conmemoraciones tan solemnes, tan *mimosas* (dicho con linda palabra lusitana), que hicieron nuestros amables y cultos vecinos en honor de Calderón de la Barca y de Cervantes?

Estos son, expuestos ligeramente, los dos grandes motivos que tiene España, con su augusto Rey, siempre solícito amador de las naciones amigas y deseoso de que se estrechen más cada día sus vínculos de confraternidad con la nuestra, para celebrar este centenario, ensalzando la inmortal memoria del gran soldado y poeta, gloria la más pura de Portugal, y agasajando al par a los ilustres huéspedes que en representación de la nación hermana nos honran con su visita. La Biblioteca Nacional, por sí y en nombre de todos los centros de la cultura española, los saluda afable y respetuosamente, y en ellos al adelantadísimo Portugal, que en todos los ramos de las artes y de las ciencias puede exhibir dechados admirables que bajo ningún concepto van en zaga a los mejores de Europa y América.

A esta grande simpatía de España y de su principal Biblioteca hacia los portugueses añádese, en particular, el cariño que a su historia y a sus hombres eminentes profesa el humilde escritor encargado por el Gobierno de Su Majestad el Rey de custodiar el mayor tesoro bibliográfico de este reino. Soy, en efecto — y perdóneseme, en gracia al sentimiento que la motiva, esta personalísima digresión —, un fervoroso apasionado de la Literatura lusitana, y, por tanto, un muy devoto amigo de Portugal. Aficionado desde mis remotos años juveniles a las investigaciones folklóricas,

apenas penetré en este linaje de estudios tuve la suerte de hallar doctos maestros a la vez que benévolos amigos en diversas naciones, y muy señaladamente en la occidental de la península ibérica. Teófilo Braga, Francisco Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso, entre los fallecidos, y Leite de Vasconcellos, que aún vive para honra de su patria, me adoctrinaron con sus libros y con su afectuosa correspondencia epistolar. De aquí a profesar de lusófilo había un solo paso, y, espíritu curioso el mío, pronto me adentré en la lectura de los grandes escritores clásicos portugueses, y reí con Gil Vicente, y me enternecí con Bernardín Ribeiro, y dejé transcurrir horas agradabilísimas en la grata compañía de Sá de Miranda, Cristóbal Falcão y muchos otros. Y ¿qué decir en cuanto al excelso cantor de las glorias lusitanas? Pasé y repasé, durante muchos años, no sólo las hojas de su inmortal poema, sino también las de sus poesías líricas, en que fraternal y gentilísimamente suele alternar lo castellano con lo portugués; y ¡cuántas veces, aun no librando el pan familiar sino en las tareas jurídicas, di de mano al estudio del farragoso pleito, para engolfarme en el relato de las heroicas proezas de Vasco da Gama, o en la lectura de aquellos sonetos incomparables, en cuyos maravillosos versos corren a las parejas la noble gracia del fino ingenio y la suave emoción de la *saudade* melancólica!

Soy, pues, un camonista de siempre, y así, con cariñosa complacencia y contando con el apoyo del Gobierno de S. M. y con el eficaz auxilio de todo el Cuerpo facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos, celoso e inteligente clasificador y conservador del gran tesoro documental, bibliográfico e histórico-artístico de nuestra nación, inicié el pensamiento de organizar la Exposición que inauguramos hoy y que, demostrando patentemente por la cantidad y la calidad de sus piezas bibliográficas en cuánta estimación tuvo y tiene España al gran épico y lírico portugués, y en

cuántas ediciones le ha leído y admirado, ha de contribuir, sin duda alguna, a estrechar los vínculos de confraternidad, de afectuosa *camaradagem*, de estos dos pueblos cuyos hijos, cuando antaño se dieron cuenta de que vivían estrechos en sus solares respectivos, sintiéronse capaces de acometer grandes empresas, lanzáronse como héroes de leyenda inverosímil,

«por mares nunca de antes navegados»,

para descubrir y conquistar épicamente nuevos mundos, y en breve tiempo hicieron reales y verdaderas, y aun las sobrepusieron a maravilla, las fabulosas hazañas de Jasón y los Argonautas, conquistadores del Vellocoino de oro.

Por lo que ejecutó como soldado y por lo que escribió como poeta, Camoens tiene ganada para siempre la veneración universal; él,

«n'uma mão sempre a espada, e na outra a pena».

inmortalizó en sus garridísimas octavas el recuerdo de aquel momento histórico en que el intrépido valor nacional de una raza de héroes llegó, con asombro del mundo, a su punto más culminante, y con acierto se ha dicho por un español insigne, por don Juan Valera, que «Camoens, al escribir *Os Lusíadas*, puso el mayor obstáculo posible a la unidad de Portugal y España, porque magnificó el lenguaje y santificó el signo característico de la independencia de la nacionalidad portuguesa». Pero si por títulos tan legítimos y valiosos Camoens tiene imprescriptible derecho a la veneración del mundo, los españoles se la debemos todavía más cordial y efusiva por la honra que dispensó a nuestra lengua escribiendo en castellano no pocas de sus gentiles composiciones líricas, y aun parte de las dramáticas. Esto, por lo que hace a sus obras; que por lo que a su vida atañe, nadie que la conozca y conozca asimismo la de nuestro insuperable autor

del *Quijote*, dejará de pensar en el uno cuando piense en el otro: tan notables semejanzas hay entre ellos. Y así como solemos profesar afecto irresistible a quien por su semblante o por sus maneras nos trae a la memoria los de un ser querido, de igual modo quien ama a Cervantes ha de amar necesariamente a Camoens, y viceversa, ya que entrambos, sobre haber sido «más versados en desdichas que en versos», se parecieron muy mucho en otras particularidades de sus vidas, y hasta de sus muertes.

Voy a resumir con brevedad estas vidas paralelas. Procuraré no cansar vuestra benévola atención: cansarla sería pecado de lesa gratitud.

Desde el momento en que nació Cervantes comenzó a parecerse a Camoens: uno y otro fueron hijos de hidalgos pobres, y aun con decir *hidalgos* ya estaría indicada su pobreza, porque los hidalgos ricos dejaban de llamarse y de ser llamados *hidalgos* y tomaban el nombre de *caballeros*. Así con harta razón decía Cervantes en una de sus comedias:

«... hidalgo, pero no rico:
maldición del siglo nuestro;
que parece que el ser pobre
al ser hidalgo es anexo».

Hijo el gran épico portugués de Simón Vaz de Camoens, capitán de barco, e hijo el gran novelador español de Rodrigo de Cervantes, cirujano romancista, ambos pretenden cursar estudios, y los comienzan en efecto, aquél en Lisboa y Coimbra, y éste en Sevilla y Madrid; pero no llegan a terminar los de facultad alguna: Camoens no pasa de lo que decían *bachiller latino*, y Cervantes quédase a la mitad de las humanidades; bien que el uno y el otro, durante toda su vida, como autodidactos, siguen ampliando notablemente el campo de sus conocimientos, llevados de su insaciable

deseo de saber. Notorio es que Cervantes, en su perpetua afición a la lectura. leía — él lo dijo — «aunque sean los papeles, rotos de las calles».

Dió de mano a los estudios Camoens, y con la agrídulce vehemencia del primer amor,

«ora infierno, ora cielo, nieve y llama»,

prendóse para no olvidarla jamás de doña Catalina de Ataíde, bellísima dama de la reina doña Catalina. Su amor fué bien correspondido; pero, descubierto a causa de algunas indiscreciones de la amada, costó un destierro al poeta, y aun influyó poderosamente en toda su vida futura. Fidelísimo a este sentimiento, Camoens pudo decir lo que dijo muchos años después un gran Duque de Medina Sidonia: «No amó quien dejó de amar». En este punto del amor primero nada se sabe en cuanto al autor del *Quijote*; pero bien debe conjeturarse, sin temer equivocación, que *ella*, una *ella*, andaría en el suceso de su ida a Italia poco después de cumplidos los cuatro lustros de su edad.

En 1547, frizando con los veintitres de la suya, partióse Camoens a África, y bien al pelear con los moros cerca de Ceuta, o bien en una de las frecuentes luchas con los corsarios que infestaban aquellos mares, fué herido en el rostro, a cuya causa perdió el ojo derecho. En septiembre de este año nació Cervantes y próximamente a la misma edad que el gran poeta lusitano acontecióle en la famosa batalla de Lepanto análoga desventura, pues peleando asimismo con sarracenos y en servicio de su patria y de la fe de Cristo, cuando ya rompían el aire el sonar de los clarines y el alegre vocerío de la armada victoriosa, entonces — dícelo Cervantes con su áurea pluma —,

«A esta dulce sazón, yo, triste, estaba
con la una mano de la espada asida,
y sangre de la otra derramaba.

El pecho mío de profunda herida
sentía llagado, y la siniestra mano
estaba por mil partes ya rompida».

Desde marzo de 1553, mes en que zarpó para la India la armada de Fernán Álvarez Cabral llevando entre sus soldados a Luis de Camoens, hasta el 7 de abril de 1570, en que arribó a Lisboa la nave donde regresó a su patria, acaecieronle mil desventuras, a las cuales siempre supo sobreponerse la recísima alma del poeta, templada, aun para mayores adversidades. A todo ello hizo frente, sirviendo a su patria con ánimo imperturbable y derramando su sangre cuando hubo ocasión que lo exigiera. Padece además peligrosísimos naufragios; va de Goa a las islas Molucas, desterrado más o menos expresamente; recibe en Macao la desoladora noticia de haber muerto su siempre amada doña Catalina de Ataide,

«a cordera gentil que eu tanto amava,
perpetua saudade d'alma minha»;

vuelve preso a Goa en virtud de injusta orden, y naufraga una vez más en la costa de Camboja, salvándose a nado y llevando entre los dientes el manuscrito de una gran parte de su poema; apenas salido de la cárcel, vuelve a ser preso a instancia de uno de sus acreedores; embárcase después para Mozambique con el capitán Pedro Barreto, que le había ofrecido pasaje gratuito para Portugal, y en Mozambique le encuentran, pasados unos meses, Héctor de Silveira y Diego de Couto, «tão pobre, que comía de amigos» y apenas tenía ropas con que cubrir sus carnes. Estos sus admiradores y otros páganle sus deudas a escote, le proveen de ropas y le tornan a la ansiada patria en clase de criado o *matalote*, después de diez y siete años de ausencia. Pero, con todo ello, aquel soldado, tan pobre y menesteroso que libraba su sustento en la piedad de sus antiguos camaradas, traía con-

sigo una joya inapreciable: el manuscrito de los diez cantos de *Os Lusíadas*; el más rico tesoro literario de la gloria de su nación. ¿Quién vió en el mundo maravilla y paradoja como ésta?

Tampoco para Cervantes fué madre amorosa la fortuna, sino cruel madrastra. Es herido en Lepanto,

y pierde «el movimiento de la mano izquierda, para gloria de la diestra»;

pasa algún tiempo en el hospital de Mesina; soporta mil penalidades en el servicio de su patria durante cuatro años más, y cuando para disfrutar de algún reposo y pedir merced por sus servicios vuelve a España con su hermano, trayendo recaudos que demostraban cuánto la merecía, sale al encuentro de la galera *Sol* una escuadra de galeotas de Argei, los cautivan tras rudo combate, y los mismos documentos que habian de servir para favorecerle, vuélvensele en contra y sirven para acrecentar su daño, pues le delatan como soldado valeroso que combatió y quedó lisiado en la famosa batalla naval contra los Turcos. Por la notoriedad de los sucesos de Cervantes en los cinco años que duró su cautiverio, que fueron otros tantos de virtud heroica y fervoroso patriotismo, a todas horas demostrado con frecuentes riesgos de la vida, haré gracia de su relato; baste recordar que, cuando después de aquellos sesenta meses de trabajos incomportables, aherrojadas prisiones, hambres insufribles e inminentes peligros de muerte obtuvo el rescate y volvió a España en 1580, ninguna merced granjeó el glorioso, *manco de Lepanto*, como ninguna había logrado el glorioso *tuerto de Ceuta* y soldado valeroso de la India. Y aún debían transcurrir treinta y cinco años sin que se hubiese dado remedio a injusticia tan irritante, para que en 1615, en la segunda parte del *Quijote*, pudiera decir su inmortal autor, con aquella sutil ironía tan suya y no de ningún otro: «los es-

tropeados y mancos ya se tienen su calonjía en la limosna que piden».

Pero así y todo, veamos cómo estos dos ínclitos peninsulares que en su patria no tenían cosa sobre que Dios les lloviese, tuvieron y tienen aún, como por maravilla, a los trescientos y tantos años de su muerte, dos propiedades inmuebles, el uno en Asia y en África el otro. Me refiero a la *Gruta Camoens*, junto a Macao, y a la *Cueva de Cervantes*, en las afueras de la ciudad de Argel. En la una es tradicional fama que el autor de los *Lusiadas* escribió muchos de los versos de su poema. Visítanla hoy todavía cuantos europeos cultos viajan por aquellas tierras; lucen en ella muchas inscripciones, algunas de las cuales enumeró don Eduardo Toda en su libro intitulado *La vida en el Celeste Imperio*, y de ellas recordaré una que, por ser obra del diplomático y poeta español don Heriberto Garcia de Quedo, gustaréis de ver especialmente citada. Dice así:

«Yo poeta también, también soldado,
si bien no por la fama enaltecido,
también de hondas pasiones arrastrado,
también de hados adversos combatido,
en el altar a tu estro consagrado,
menos augusto, a fé, que merecido,
suspendo de mi amor esta memoria,
tributo exiguo para tu alta gloria».

De la *Cueva de Argel*, en que algunos cristianos cautivos, por los años de 1577, esperaron durante semanas y meses ocasión propicia para evadirse, ¿qué podría yo decir que no sepáis. Notorio es que al ser rescatado Rodrigo de Cervantes, su hermano Miguel le dió encargo de que enviase de España una fragata para huirse con algunos cautivos principales; que éste proporcionó una cueva cerca del mar y fué enviándolos a ella; que ya él allí, y llegada la fragata, fué descubierta por algunos moros, por lo qual se alejó de

la costa, y al cabo la apresaron cuando intentó acercarse de nuevo; que, delatados los fugitivos, fueron sorprendidos en la cueva, no sin que Cervantes les encargara que echasen sobre él toda la culpa, como él mismo lo efectuó ante los esbirros de Azán Bajá, y, finalmente, que le llevaron maniatado y con una soga al cuello a la presencia de este cruelísimo rey, sin que, ni aun por amenazas de inmediata muerte declarase quiénes eran sus cómplices en el frustrado proyecto de evasión. ¡Todo esto y más hizo en Argel quien ni por su proceder heroico ni por su soberano ingenio, perpetua maravilla del mundo, había de obtener merced alguna de los poderes públicos de su patria!

Camoens publica los *Lusiadas* en 1572, y parece, en verdad, bien significativa la circunstancia de carecer de dedicatoria su libro. A la cuenta, no halló quien le amparase en esta empresa ni quien protegiese su publicación siquiera ofreciéndose a desembolsar el costo. Tampoco fué dichoso Cervantes en cuanto a la parte primera de su *Quijote*, dirigida a cierto prócer, ya de tan mala voluntad a la hora de escribir la dedicatoria, que la pergeñó, a dos por tres, de remiendos extraños.

Por todo premio para la suficiencia que Camoens «mostrou no livro que fez das cousas da India», el rey don Sebastián, a 28 de julio de 1572, le hizo merced de quince mil reis de pensión anual en cada uno de los tres años siguientes, gracia que se le amplió más adelante. En esto aventajó algún tanto el autor de *Os Lusiadas* al del *Quijote*, que no alcanzó ni una pensión tan humilde, y pasó los últimos años de su vida atendido a los socorros de sus únicos protectores don Pedro Fernández de Castro, Conde de Lemos, y el Arzobispo de Toledo don Bernardo de Sandoval y Rojas.

Humano es quejarse el dolorido, y por las heridas que tenían en el alma respiraban de cuando en cuando estos dos grandes menesterosos del mundo, aunque más grandes

opulentos de la gloria. Camoens, en una de sus odas, lamentábase de esta manera:

«Sempre foram engenhos peregrinos
da Fortuna envejados;
que quanto levantados
por hum braço nas asas são da fama,
tanto por outro aquella, que os desama,
com peso e gravidade
os oprime da vil necessidade».

Y así, además, en el canto VII de *Os Lusíadas*, quejándose del inverosímil desamparo en que le tenía la nobleza de Portugal:

«Vede, Nimphas, que engenhos de senhores
o vosso Tejo cria valerosos,
que assi sabem prezar con tais favores
a quem os faz cantando gloriosos;
que exemplos a futuros escriptores
pera espertar engenhos coriosos,
pera porem as cousas em memoria
que merecerem ter eterna gloria».

Cervantes a su vez, fingiendo en el *Viaje del Parnaso* que, llegados allá los Poetas, fueron sentándose por orden de Apolo en un valle ameno, y sólo él, por su mala fortuna, no halló asiento en aquel lugar, indignase y protesta en alta voz contra ella y, para tacharla de injusta, hace puntual relación de sus merecimientos literarios. Con discretísimas razones le templa Apolo y mándale que doble su capa y se siente sobre ella, a lo cual objeta Cervantes:

«Bien parece, señor, que no se advierte
— le respondi — que yo no tengo capa».

Y comenta:

«Alguno murmuró, viendome ajeno
del honor que pensó se me debía,
del planeta de luz y virtud lleno.»

Así Camoens como Cervantes procuraron a veces hallar algún consuelo a sus tristezas en un mismo tópico del orden moral; en una reflexión, meramente paliativa. Decía Camoens en el canto IX de su poema:

«Porque essas honras vaãs, esse ouro puro,
verdadero valor nam dam aa gente:
milhor he merecellos sem os ter
que possuilos sem os merecer».

Y Cervantes, casi con las mismas palabras, hacía decir a Apolo:

«Que tal vez suele un venturoso estado,
cuando le niega sin razón la suerte,
honrar más merecido que alcanzado».

¡Lenitivo ineficaz! La sentencia contenida en tales versos — como notaba Faría y Sousa comentando el pasaje de Camoens — «la dirán siempre con llanto los que merecen y no tienen, y la oirán siempre con risa los que tienen y no merecen».

Con resignación muy cristiana sintieron ambos próceres de las letras la proximidad de la muerte, y de ello nos han quedado auténticas pruebas escritas: Camoens decía, ya gravemente enfermo, en carta a don Francisco de Almeida, doliéndose más de las desventuras de su patria que de las suyas propias: «Quém ouviu dizer nunca que em um tão pequeno leito quizesse a fortuna representar tão grandes desaventuras? E eu, como se ellas não bastassem, me ponho ainda da sua parte; porque procurar resistir a tantos males parecería especie de desavergonhamento. E assi acabarei a vida, e verão todos que fui tão afeiçoado a minha patria, que não sòmente me contentei de morrer nela, mas de morrer com ela». Y Cervantes, en 26 de marzo de 1616, un mes escaso antes de morir, escribía al Arzobispo de Toledo: «Muy ilustre señor: Ha pocos días que recibí la carta

de vuestra Señoría Ilustrísima, y con ella nuevas mercedes. Si del mal que me aqueja pudiera haber remedio, fuera lo bastante para tenelle con las repetidas muestras de favor y amparo que me dispensa vuestra ilustre Persona; pero al fin tanto arrecia, que creo acabará conmigo, aun cuando no con mi agradecimiento».

Hasta en su muerte se parecieron muy mucho los dos altísimos ingenios cuyo parangón estoy acabando de bosquejar. Muere Camoens en junio de 1580 y dásele sepultura «pobre e plebeiamente» en la iglesia y monasterio de Santa Ana de Lisboa; y aunque un amigo piadoso señaló con azulejos el enterramiento, y en 1594 don Gonzalo Coutiño mandó colocarle una lápida con epitafio, hoy se ignora cuáles son los restos del autor de los *Lusiadas*, a causa del terremoto de 1755 y de la posterior reedificación de aquel templo. Lo mismo ha sucedido con los despojos del autor del *Quijote*: dada tierra a su cadáver en la iglesia de las Trinitarias Descalzas de Madrid, perdióse la memoria del lugar de su sepultura, y obras efectuadas posteriormente en todo el edificio han frustrado la esperanza de hallar tan venerandas cenizas. Quedan, en cambio, las obras de estos dos colosos, y su mejor epitafio y su elogio más cumplido pueden formularse en solas dos palabras: «*Scripta légitio*».

Camoens y Cervantes vinieron tarde al mundo: cuando era llegado el tiempo de la decadencia moral y material de sus naciones. Como dije en uno de mis libros bosquejando la sociedad española de fines del siglo XVI, «no había que pensar, sino para llorarlas por perdidas, en las graves y varoniles costumbres de otros tiempos. A todo andar los hombres iban dejando de parecer tales». A la peligrosa y ajetreada vida de la guerra había reemplazado la de la viciosa y enervante molicie. Las lanzas se habían vuelto cañas o cañahejas; y, orinientas las armas y corrompidas las costumbres, todo iba río abajo, tan precipitadamente, que muy

a los comienzos del postrer siglo de los Austrias, tratando de los «hombres afeminados, gente delicada que no sabe sufrir por Dios un papirote», escribía la evangelizadora pluma de fray Juan de los Ángeles, con santa y hermosa libertad: «Destos está el mundo lleno; todos los más dél son muñecos, mujeriles, flacos, sin virtud y sin ser de hombres; ya se afeitan y se pulen como mujeres, y se hazen traer en sillas, y se miran y componen al espejo, y presto se pondrán almirantes, y arandelas, y copetes, y ruelas en las cintas, porque ya les cansan las espadas, y el tratarles de cosas de caballerías y armas son para ellos pueblos en Francia».

De este grave y deshonroso mal lamentábanse, y no podía ser menos, almas tan nobles y esforzadas como las de Camoens y Cervantes. Decía el insigne vate portugués:

«A vida por a Patria e por o Estado
pondo nossos avós, a nós deixaram
em terra e mar exemplo sublimado.

Elles a desprezar nos ensinaram
todo temor. Pois cómo agora os netos
subitamente assi degeneraram?»

Y Cervantes, por boca de su inmortal héroe manchego, notaba asimismo con dolor esta bochornosa mudanza de las costumbres: «Los más de los caballeros que agora se usan —hace decir al sublime loco—, antes les crujen los damascos, los brocados y otras ricas telas de que se visten, que la malla con que se arman».

A causa de ello, la Poesía, flor delicada que sólo puede vivir lozanamente en ciertas latitudes espirituales, estaba depreciada y aun despreciada por todos, menos por la noble alma popular. Comúnmente, en los palacios de los reyes y en las casas de los grandes un grosero bufón, un contrahecho ruin, era mucho más estimado que el mejor poeta. Bien

claro lo decía Andrés Falcão de Resende en sátira precisamente dedicada a su grande amigo Camoens:

«Ande o pobre poeta hum doudo feito
mendicando o comer e os consonantes,
compondo seus poemas sem proveito.

Bem tenho eu (diz o vil) por mais galantes
os truhães chocarreiros con guitarras,
que aplazen aos reis, principes e infantes».

El año mismo en que moría desamparado el insuperable cantor de las glorias portuguesas, Miguel Sánchez de Lima, lusitano como él, sacaba a luz en Alcalá de Henares su curioso librito rotulado *El Arte poética en romance castellano*, en el cual, después de notar que «en este nuestro tiempo permanece tanto la necesidad y malicia, que ya tiene tomada la possession en todo el vniverso, de suerte, que los necios y malos son los que valen, y los sabios y virtuosos se andan por los rincones», inserta un festivo soneto que en aquella sazón corría de boca en boca y que comienza así:

«En tres blancas está la Poesía:
¿hay quien puje y dé más, o quien la quiera?»

y por no haber quien mejorase la postura, en las tres blancas era adjudicada al único postor, con la fórmula tradicional:

«Que buena, buena, y buena pro le haga».

Por no traer a colación sino testimonios lusitanos, recordaré, por último, que don Francisco de Portugal, en su delicioso libro póstumo intitulado *Arte de galantería*, impreso en Lisboa diez años antes de la muerte de Camoens, refirió que la reina doña María había dicho:

«Se soubera fazer trouas
de que me satisfizera,
inda assi as não fizera».

y a continuación trajo a cuento lo de aquel estadista, «que se atreuió a dezir que estaua tal el mundo, que hazían presidente de vn consejo a vn hombre que hazía coplas, como si estuuiesse auinculada a los magistrados la necesidad. A lo cual observó un portugués: «¿Sabeys vos por qué esse cauallero no haze versos? Porque no los sabe hazer».

Llego al fin de este desmedrado discurso. La posteridad ha hecho al genio de Camoens, como al de Cervantes, la justicia que no le hicieron sus contemporáneos. Tardía, pero universal y solemnísimá ha sido la glorificación. Cuando florecieron ya se habían iniciado dos grandes decadencias nacionales. Asistieron en el comienzo de dos tremendas ruinas. Poseídos de la divina fiebre del ideal, entrambos vivieron con la fantasía en la altura de las amplias iniciativas luminosas, pero con los pies en el lodoso barro de la realidad, siempre grosera.

Camoens y Cervantes —y aquí se advierte su más esencial parecido— son dos colosales Don Quijotes: viven imaginando, y aun acometiendo, generosas empresas, que no podían parecer sino grandes necesidades o locuras, pues la bajeza del medio no consentía su ejecución, y al fin mueren cuerdos y desengañados, exclamando con desaliento, como inmortal héroe simbólico cervantino: «¡En los nidos de antaño no hay pájaros hogaño!»! Y así era. Los pájaros tienen mucho de espíritus: el vuelo; y vacíos sus nidos, ya no hay escuchar el melodioso y no aprendido canto; ya acabó aquel delicado piar de los polluelos y aquel su ligero aletear, como aletean las esperanzas ansiosas de ser realidades; ya acabó también el acudir desatentados de emoción los amorosos padres que los alimentaban. Y ¡guarda, además, no haya hecho su cama en el solitario nidillo de pajuelas algún lagarto mordedor!

SEÑOR: la prosperidad de las naciones, la alteza del nivel de su cultura, tienen por causa principalísima el ideal. Pueblo

sin otro norte que la concepción materialista de la vida es pueblo que lastimosamente ha perdido su derecho a florecer o reflorar. A tiempo se está aún. No sea todo para la materia, que es bruta e innoble de suyo, y por desdicha va enseñoreándose del mundo en tales términos, que amenaza para tiempo quizás no lejano con el más grave de los males, nuncio seguro de espantosa ruina: con el mal de la completa anulación de la vida del espíritu.

Y ¡ay de quienes olvidan que el espíritu es lo único que nos diferencia de las bestias y nos asemeja a Dios!

O ESTUDO ACTUAL DOS TREMORES DE TERRA

Um tremor de terra é um *estado vibratório especial* da crusta terrestre e mesmo, muitas vezes, da crusta e de toda a massa que envolve.

Esse estado deve-se a *choques* ou *abalos* que se dão numa região mais ou menos *profunda*, a *região focal* ou *central*. A ela se faz corresponder na *superfície* a *região epicentral*. Tem-se muitas vezes chamado à região focal *região hipocentral*; mas aqui, com Turner, reservaremos este nome para a *região antípoda* da epicentral.

É legítima, muitas vezes, a substituição destas *regiões* por *pontos*, considerando assim o *foco* o *epicentro* e o *hipocentro* de um tremor de terra. No estudo matemático destes movimentos vibratórios da terra, numa primeira aproximação, assim se faz geralmente.

Há no estudo dos tremores de terra *dois conjuntos de investigações* cujos resultados necessariamente se completam e que é preciso, no estado actual do desenvolvimento de cada um, associar intimamente.



ANSELMO FERRAZ
DE CARVALHO

Os tremores de terra são consequência de *processos geológicos* que à geologia e especialmente à *geologia tectónica* ou estrutural compete investigar, procurando assim, em primeiro lugar, determinar a *causa e forma do abalo inicial*.

O *estado vibratório* afecta o meio elástico que é a terra e à *geofísica* pertence estudar as circunstâncias especiais em que êle se desenvolve e propaga.

Assim o novo ramo das sciências geológicas que se occupa dos tremores de terra — a sismologia — aparece-nos dividido em dois, compreendendo um, nas suas investigações, especialmente os seus aspectos *geológicos* — *sismologia geológica*; o outro os seus aspectos *dinâmicos* — a *sismologia física*.

*

* *

A crusta da terra vibra por muitas formas e sob causas muito diferentes: a passagem de um comboio; na costa, a rebentação do mar; a explosão de uma mina, determinam estados vibratórios que grosseiramente podemos sentir em condições adequadas. Muitas vezes o vento produz vibrações fortes do solo, directamente, ou por intermédio das árvores oscilando em forte agitação. Mas quando o homem sente um *tremor de terra*, a rapidez do movimento vibratório, a *força viva* que o anima, as sensações conhecidas que o fazem considerar a terra *profundamente* agitada por um movimento que parece seguir numa direcção aparente, levam-no, com terror, a considerar o fenómeno como essencialmente diferente dos outros movimentos que lhe são familiares.

No seu desenvolvimento histórico, o estudo dos tremores de terra aparece, em primeiro lugar, confinado à região epicentral e às que de mais perto a envolvem, estando também naturalmente limitado aos *terremotos*, assinalados por

perdas de vidas e consideráveis danos nas construções. Só depois do emprêgo dos sismógrafos se reconheceu que muitos dêstes terremotos affectam a terra inteira, tendo nas regiões distantes da epicentral a forma de movimentos vibratórios que não são perceptíveis pelo homem. Registam-se assim muitos tremores de regiões epicentraes submarinas ou colocadas em terras desabitadas ou pouco accessíveis ao homem civilizado.

Chamam-se *microssismos* os movimentos a que o homem não é geralmente sensível e *macrossismos* os que por êle são directamente perceptíveis. Num tremor de terra, à região epicentral podemos associar uma área mais larga, *macrossísmica*, para além da qual se estende a área *microssísmica*, que, nos mais violentos tremores, abrange tôda a superficie da terra.

Na *área macrossísmica*, pelas nossas sensações, por acções geológicas e, especialmente pelo efeito sôbre as construções, ajuíza-se da *intensidade* do terremoto, podendo dar-se-lhe uma medida aproximada pelo emprêgo de escalas empíricas como a de Rossi-Forell, a de Cancani, a de Mercalli e tantas outras.

É conveniente divulgar entre nós estas escalas, por isso publicamos a de Mercalli, completada por Sieberg.

Escala das intensidades, de Mercalli, desenvolvida por Sieberg

I GRAU

Imperceptível

O tremor de terra não é sentido pelo homem; é assinalado apenas pelos sismoscópios e pelo registo de sismógrafos especiais.

II GRAU

Muito fraco

Poucos observadores em repouso, especialmente os de tempera-

mento nervoso, sentiram o movimento sob a forma de ligeiro tremor ou oscilação.

O tremor de terra é melhor observável nos andares superiores das casas, ao rés do chão mais raras vezes é persentido. A tranquillidade da noite é mais favorável ao seu reconhecimento pelo observador acordado.

III GRAU

Fraco

Mesmo nas regiões muito povoadas, o tremor só é sentido por um pequeno número de habitantes e como o seria o abalo causado pela passagem duma viatura a grande velocidade.

Por vezes é possível apreciar a duração dos abalos e a direcção do movimento. Só depois de trocarem impressões com outras pessoas, algumas reconhecem a passagem do tremor.

IV GRAU

Medíocre

Entre as pessoas que se encontravam ao ar livre poucas sentem o tremor de terra.

Dentro das casas, muitas pessoas, todavia *não tôdas*, sentem-no pelas fracas oscilações de móveis dos quais resulta, por exemplo, o choque de cristais colocados muito perto uns dos outros, como se fôsem produzidos pela passagem duma viatura pesada sôbre uma calçada irregular. Os vidros vibram, as portas, as vigas, as tábuas do soalho e dos forros rangem. Em recipientes abertos, os líquidos são ligeiramente agitados.

Êste movimento não causa terror, a não ser que o observador já tenha sido assustado e tornado apreensivo por tremores de terra anteriores.

Entre pessoas a dormir, uma ou outra acorda.

V GRAU

Bastante forte

Durante a maior animação do dia, o tremor é sentido por numerosas pessoas que se encontram na rua ou em pleno campo.

No interior das habitações tôda a gente o reconhece pelo abalo de

tôda a construção. Tem-se a impressão de que um objecto pesado cae dentro da casa (um saco, um móvel) parece que oscilam as cadeiras e os leitos, como em navio, com mar agitado.

As plantas, os ramos dos arbustos e árvores são visivelmente agitados como sob a acção de um vento moderado.

Os objectos suspensos, cortinas, lanternas e lustres pouco pesados oscilam; soam as campainhas; os pêndulos dos relógios param ou apresentam oscilações mais amplas segundo a direcção do abalo é perpendicular ou paralela ao plano em que oscilam; pêndulos parados podem começar a mover-se; as molas dos relógios vibram, ressoam; a luz eléctrica pode deixar de funcionar porque os fios partem ou se tocam; os quadros deslocam-se, batem com ruído contra as paredes; extravasam pequenas quantidades de líquidos encerrados em vasos bem cheios; *biplots*, quadros colocados sôbre móveis, assim como objectos encostados às paredes podem cair; deslocam-se móveis leves; ruídos de portas, janelas e móveis; os vidros estalam.

Acordam tôdas as pessoas que dormem, algumas saem precipitadamente de casa.

VI GRAU

Forte

Tôda a gente sente com terror o tremor de terra, de sorte que muitas pessoas abandonam precipitadamente as suas casas, algumas com a sensação de que elas vão desabar.

Os líquidos são fortemente agitados; os quadros caem das paredes e os livros das estantes, ficando nos seus lugares os que se encontram na direcção do abalo; cristais e louças partidas em quantidade; móveis pesados deslocados ou derrubados, soam pequenos sinos.

Em casas sòlidamente construídas, caem fragmentos do estuque dos tectos a reboco das paredes. Nas casas mal construídas as avarias são mais consideráveis, não sendo ainda inquietantes.

VII GRAU

Muito forte

Produzem-se estragos sérios nas habitações e são quebrados numerosos objectos pesados. Os sinos das tôrres tocam.

Nos rios, em lagos e depósitos de água, formam-se vagas e os lodos em movimento sobem à superfície e turvam as águas. Em certas margens

arenosas produzem-se deslisamentos dos materiais acumulados. Há alterações do nível de água nos poços.

Muitas casas de boa construção são damnificadas, formando-se fendas nas paredes, caindo e esmigalhando-se grandes pedaços de rebôco e estuque. Algumas chaminés partem e outras são detrioradas por fendas, queda da parte superior e de pedras que se destacam; chaminés já avariadas desabam e arruínam os telhados.

Das tórres e edifícios elevados são projectados ornamentos mal seguros. Nas edificações em madeira, o rebôco das divisões é, sobretudo, muito arruinado.

Os edifícios de má construção ou já em mau estado sofrem mais. Alpendres, velhos muros de vedação, mesmo igrejas, sem o apoio das divisões interiores das habitações, caem em ruína.

VIII GRAU

Ruïnoso

Os troncos das árvores são sacudidos como por um forte vendaval.

Os mais pesados móveis são projectados a grandes distâncias ou derrubados. Estátuas e objectos semelhantes, colocados perto do solo, em igrejas, cemitérios, jardins, rodam sôbre os seus pedestais ou tombam dêles.

Vedações em pedra são violentamente arruinadas ou derrubadas.

Tôdas as casas por melhor edificadas que sejam sofrem grande damno, apresentam grandes fendas abertas nas paredes, algumas desabam parcialmente; na maior parte, as chaminés caem. Arruínam-se fortemente ou são derrubadas as tórres e as chaminés de fábricas, e destas as mais sólidas são fendidas e deslocadas na sua parte superior.

Os edifícios em tijolo à prova de tremores de terra já são ligeiramente damnificados por fendas e quedas de rebôco. As ligações nas casas de madeira rangem de maneira assustadora.

No solo produzem-se fendas ligeiras, especialmente nos terrenos húmidos e nas superfícies em grande declive, e por elas jorra a água arrastando pequenas quantidades de lodo ou areia.

IX GRAU

Desastroso

Muitas casas de sólida construção são sèriamente damnificadas, tornadas, em grande número, inabitáveis, outras desmoronam-se em

grande parte ou completamente. As construções em madeira são deslocadas das suas bases de pedra e por êsse facto muito seriamente avariadas, e as de construção antiga ou menos perfeita apresentam as suas paredes desviadas da vertical.

Os edificios à prova de tremores de terra, construídos sólidamente de pedra, já apresentam fendas, num comêço de ruína.

X GRAU

Destruidor

A maior parte dos edificios em pedra ou madeira são destruídos desde os alicerces.

Sólidas edificações em madeira, pontes e molhes de forte construção ficam muito avariados, sendo alguns completamente destruídos.

Os carris dos caminhos de ferro são vergados ligeiramente e as canalizações de água e gás partidas ou dobradas.

No calcetamento ou asfalto das ruas produzem fendas e rugas onduladas e largas.

Nos terrenos móveis e sobretudo nos terrenos húmidos formam-se fendas de alguns decímetros de largura. Não só os terrenos móveis experimentam deslisamentos ao longo de superfícies rochosas inclinadas, também desabam blocos de rochas sólidas.

Nos flancos de vales ou em costas escarpadas destacam-se muitas vezes massas consideráveis, enquanto nas costas baixas podem dar-se consideráveis alterações topográficas por deslocamentos de areias e lodos.

A água dos rios, dos canais, dos lagos, etc., é projectada para as margens.

XI GRAU

Catástrofe

Dos edificios em pedra, seja qual fôr o género de construção, nada fica aproveitável. Das construções muito sólidas de madeira ou ramos entrelaçados poucas resistem.

As pontes de melhor construção são destruídas, partindo-se os seus maciços pilares de pedra, encurvando-se os de ferro. As pontes de madeira, mais flexíveis, são menos damnificadas.

Diques e molhes são violentamente abertos e divididos, e os carris de caminhos de ferro fortemente torcidos e dobrados. Nas estradas

os efeitos variam muito com a natureza das camadas rochosas subjacentes.

As canalizações de água e gás, enterradas no solo, ficam inteiramente partidas e inaproveitáveis.

No próprio solo produzem-se alterações morfológicas diversas e na dependência da natureza dos terrenos, como abertura de fendas largas e profundas, pelas quais jorra a água com areias e lodos. Os terrenos moles e húmidos são os mais movimentados, quer na direcção vertical quer em direcções horizontais. São frequentes deslisamentos de terreno e desabamentos de rochedos.

XII GRAU

Grande catástrofe

Não resistem as construções do homem.

As transformações superficiais são em grandes proporções, mesmo nos terrenos rochosos, como desnivelamentos ao longo de fracturas muito profundas (falhas), assim como deslocamentos horizontais com abertura de fendas ou com esmagamentos em zonas compridas. Os deslisamentos de terreno, as quedas de rochedos, os abatimentos ou levantamentos de costas são numerosos e interessam grandes áreas. Conseqüentemente os cursos de água superficiais ou subterrâneos sofrem alterações diversas, como formação de quedas de água, desvios dos leitos etc.

*

* *

Pela aplicação de uma escala de intensidades, recorrendo a todas as origens possíveis de informação, delimita-se a região *epicentral* em que os efeitos do tremor são no máximo; e numa carta podem traçar-se, envolvendo-a, curvas — *isosistas*, fechando regiões anulares nas quais a intensidade vai sucessivamente amortecendo.

O traçado das *isosistas* permite estudar a dependência em que está a intensidade do tremor da natureza e estrutura das massas rochosas superficiais e da existência dos diversos acidentes tectónicos.

A variação das distâncias médias destas curvas tem dado

lugar a investigações do mais alto interêsse sôbre a profundidade do foco ou da extensão e profundidade da região focal.

*
* *

A situação da região epicentral, as suas relações com accidentes geotectónicos e orográficos, com acções vulcânicas, e mesmo com intensas acções erosivas subterrâneas fornecem muitas vezes a base para a solução do problema da origem do abalo inicial do tremor.

É bem conhecida a classificação dos movimentos sísmicos adoptada por Hoernes (1) e Toula, baseada nas causas do abalo inicial. Repartem-se os tremores de terra por quatro categorias: tremores na dependência de acções *vulcânicas* (*Vulcanischebeben*); na dependência de acções erosivas profundas, determinando bruscos *abatimentos* (*Einsturbeben*); tremores dependentes das deformações *tectónicas*, abrangendo, dum modo geral, os processos de enrugamento e os de desenvolvimento de falhas (*Dislocationbeben*); e tremores de *relais* (*Relaisbeben*).

Os tremores de origem tectónica são incomparavelmente mais numerosos do que todos os outros; e nesta categoria entram não só os grandes terremotos com extensas e intensas regiões macrossísmicas, abrangendo áreas emersas e em condições de estudo directo, como também elevadíssimo número de tremores de efeitos superficiais atenuados, ou com regiões epicentrais inacessíveis ao estudo directo, mas, como aqueles, interessando áreas microssísmicas de grande extensão.

(1) Erdbebenkunde. *Die Erscheinungen und Ursachen der Erdbeben, die Methoden ihrer Beobachtung*. Von Dr. Rudolf Hoernes, Leipzig, 1893.

A distribuição geográfica das regiões epicentrais de um número actualmente já muito elevado de tremores de terra (1) mostra que a energia sísmica se concentra: *a*) ao longo das mais acentuadas rugas da crosta da terra, nas quais, de terras elevadas, se avizinham, em rápida transição, profundos fossos marinhos; *b*) em regiões em que há evidência de movimentos seculares; *c*) em regiões montanhosas, geologicamente novas, e onde outras razões nos levam a considerar ainda em realização os movimentos que as vão criando.

*

* *

Dos últimos trabalhos sob a distribuição geográfica dos tremores de terra, é muito notável o de Sieberg que citámos. Acompanha-o um mapa-mundo sismotectónico, no qual, para as terras, a sismicidade é representada por côres correspondentes a *11 graus de frequência*: — regiões sem tremores com números de tremores até 5, 10, 20, 30, 50, 100, 200, 400, 1000, e mais de 1000 por ano: e para as regiões submarinas por *3 graus de frequência*.

As regiões de maior sismicidade, como o Japão e o Chile, alongam-se em relação com profundos fossos marinhos; coincidem com os enrugamentos orogênicos mais recentes, como nos Apeninos ou desenvolvem-se em concordância com *sistemas de falhas*, como na Califórnia, na América Central e na China.

São também na carta marcados os epicentros dos tremores mais severos, do grau VII ou mais elevados, repar-

(1) *La Géographie sismologique*, pelo Conde de Montssus de Ballore. *Die Verbreitung der Erdbeben und ihre Bedeutung für Fragen der Tektonik*, pelo Dr. August Sieberg, Jena 1922.

tindo-os, pela extensão do seu alcance, como macro e microsismos, nos grupos seguintes:

	Região macrossísmica	Região microssísmica
1.º Mundiais	com 1000 a 2000 km. de raio	com 18000 a 20000 km. de raio
2.º Grandes tremores	com mais de 500 km.	de 10000 a 17000 km.
3.º Médios	de 300 a 1000 km.	de 5000 a 9000 km.
4.º Pequenos	de 400 a 600 km.	de 2000 a 4000 km.

É das zonas abissais do Peru e de Atacama, ao longo do litoral chileno, das regiões marinhas profundas da Austrália e de Tonga, das Aleutinas, do Japão, das zonas fracturadas da América Setentrional e da Itália Meridional, que se desencadeiam os do primeiro grupo.

É sabido que, de três tremores dos dois primeiros grupos, dois se originam nas regiões com rápidos declives da periferia do Pacífico.

A Península dos Balcans, a Grécia, a Itália, tem grande sismicidade, mas os seus tremores pertencem em geral a última categoria.

As relações entre os tremores de terra e a tectónica das regiões de elevada sismicidade estão tão firmemente estabelecidas que, confiadamente, se baseiam em estudos sísmicos investigações sobre a estrutura e movimentos geológicos de muitas regiões cujos estudos geológicos estão ainda atrasados ou são de extraordinária dificuldade.

É assim muito grande a importância da localização exacta das regiões epicentrais: primeiro, *em relação com os estudos sísmicos*, porque estes serão tanto mais profundos quanto mais completos os nossos conhecimentos sobre a tectónica e, de um modo geral, sobre as condições geológicas de regiões inicialmente abaladas; segundo, *em relação com os estudos geológicos*, porque daquela localização se tiram valiosos conhecimentos

sôbre os movimentos geológicos gerais que affectam as regiões consideradas.

A localização dos epicentros deve primeiramente basear-se nas observações macrossísmicas. Na sua falta recorre-se aos dados microssísmicos registados nos sismógrafos, sendo notáveis os trabalhos realizados pela Associação Britânica para o avanço da sciência e últimamente, como presidente da secção de sismologia da União Geofísica Internacional, pelo prof. Turner, de Oxford.

*

* *

O distinto sismologista espanhol, D. Vicente Inglada, antigo director da Estação Sismológica Central de Toledo, publicou uma interessante memória contendo fórmulas novas, tornando rápida a determinação da profundidade do foco sísmico (1). A dedução das suas fórmulas é precedida da das equações gerais relacionando aquele elemento fundamental dum tremor de terra com dados macrossísmicos obtidos em diversos pontos. Os dados que se procuram devem permitir uma *medida* aproximada da aceleração do movimento sísmico nos pontos considerados, avaliando-se a *intensidade sísmica máxima* que os animou, por uma *escala dinâmica*, relativamente precisa (2).

A solução mais prática dêste problema de aceleração máxima do movimento sísmico, problema também de capital

(1) *Nuevas Fórmulas para abreviar el calculo de la profundidad aproximada del foco sísmico por el método de Kövesligethy, y su aplicación a algunos temblores de tierra*, por Vicente Inglada, Madrid, 1921.

(2) Ver «*Conferências sôbre sismometria*» do Prof. Galitzin, tradução espanhola de Vicente Inglada, Garcia Siñeriz e Wenceslao Castillo, Madrid, 1921.

importância para o estudo da estabilidade das construções nas regiões de alta sismicidade, está em procurar os limites de aceleração correspondentes aos termos de *escalas empíricas* de intensidade, escalas que não necessitam o uso de instrumentos ou disposições previamente tomadas e que por isso estão ao alcance de todos os observadores.

Foi o Dr. Fusakichi Omori, o notabilíssimo professor de sismologia da Universidade de Tóquio, quem, pelo emprego de fórmulas simples e experimentalmente verificadas, avaliou a aceleração máxima necessária para que se produzam certos efeitos do tremor de terra sobre as construções. Pôde assim organizar sobre uma base dinâmica a sua escala de intensidades, com sete graus, a que correspondem respectivamente acelerações de 300, 900, 1200, 2000, 2500, 4000 e acima de 4000 milímetros por segundo.

Os estudos de Omori foram aplicados e ampliados pelo sismologista Cancani, dando à escala Mercalli-Sieberg a seguinte correspondência dinâmica (1):

I	Grau de	<	2,5 mm. por seg.	VII	Grau de	100 a	250 mm. por seg.
II	»	2,5 a	5 »	VIII	»	250 a	500 »
III	»	5 a	10 »	IX	»	500 a	1000 »
IV	»	10 a	25 »	X	»	1000 a	2500 »
V	»	25 a	50 »	XI	»	2500 a	5000 »
VI	»	50 a	100 »	XII	»	>	5000 »

No congresso da extinta Associação Internacional de Sismologia, reunido em Manchester em 1911, o príncipe Boris de Galitzin propôs uma escala dinâmica experimental, apta para apreciar a intensidade dos fortes macrossísmios nas

(1) *Sur l'emploi d'une double échelle sismique des intensités, empirique et absolue.* (C. R. de la 2.^{me} Conf. Sismologique International de Strasbourg, Annexe A, p. 10, Leipzig, 1904.

zonas epicentrais. A disposição experimental seria simples e económica e por isso não seria difícil montá-la em grande número de pontos dentro das regiões de sismicidade elevada.

É sabido que os elementos mais importantes de que depende o poder destruidor de um tremor de terra, *coeteris paribus*, são o período e a amplitude da vibração sísmica. A intensidade do tremor corresponde à aceleração máxima (A) e esta relaciona-se com a amplitude do movimento vibratório (a) e com o seu período (P), sendo

$$A = 2\pi^2 \frac{a}{P^2}.$$

Galitzin determinou a aceleração máxima pelo derrubamento de paralelepípedos rectos, de bases rectangulares iguais, mas de alturas diferentes. Designando por b o $\frac{1}{2}$ da espessura e por h a altura do centro de gravidade dum paralelepípedo, verificou que a aceleração máxima que o faz cair depende só da relação $\frac{b}{h}$, sendo precisamente $\frac{b}{h} = 0,0012 A$. O coeficiente 0,0012 não se altera fazendo variar a aceleração de 34 a $212 \frac{cm}{seg.^2}$. Com 10 paralelepípedos de base e alturas devi-

damente escolhidas constituía-se uma escala disposta numa direcção, à qual se deveria associar outra em direcção normal.

O distinto sismologista italiano, Prof. G. Agamennone, fez construir segundo os mesmos princípios outro modelo de *acelerómetro sísmico*, também relativamente económicos (1) e cuja difusão em regiões instáveis seria muito para desejar.

(1) *Sopra alcuni tipi di Accelerometri sismici*, Prof. G. Agamennone
In *Meteorologia Pratica*, Ano IV, n.º 1, 1923.

Entretanto convém muito o emprêgo da escala de intensidades, Mercalli-Sieberg, adoptando-se a relação de Kövesligethy, entre a fôrça média do grau G e a aceleração A , e a que chamou *equação de Cancani*.

$$G = 3 \log \frac{4}{3} A \dots \dots \dots (1)$$

Designando por G' e A' os valores noutro ponto, a combinação de (1) com

$$G' = 3 \log \frac{4}{3} A' \dots \dots \dots (2)$$

dá, em geral

$$G - G' = 3 \log \frac{A}{A'} \dots \dots \dots (3)$$

Designando por A_0 a aceleração no epicentro, por h a profundidade do foco, por $r, r' \dots$ as distâncias de diversos pontos da superfície ao foco e admitindo que a energia sísmica é absorvida na crosta terrestre proporcionalmente à espessura, podendo assim a diminuição da aceleração exprimir-se por $e^{\alpha r}$, em que α é o coeficiente da absorpção, será

$$\left. \begin{aligned} \frac{A}{A_0} &= \frac{h}{r} e^{-\alpha(r-h)} \\ \frac{A'}{A_0} &= \frac{h}{r'} e^{-\alpha(r'-h)} \\ \dots \dots \dots \end{aligned} \right\} \dots \dots \dots (4)$$

donde

$$\left. \begin{aligned} \frac{A'}{A} &= \frac{r}{r'} e^{-\alpha(r'-r)} \\ \frac{A''}{A} &= \frac{r}{r''} e^{-\alpha(r''-r)} \\ \dots \dots \dots \end{aligned} \right\} \dots \dots \dots (5)$$

Combinando (3) com (4) e (5), obtêm-se os sistemas

$$\left. \begin{aligned} \frac{1}{3}(G - G_0) &= \log h - \log r - \alpha(r - h) \log e \\ \frac{1}{3}(G' - G_0) &= \log h - \log r' - \alpha(r' - h) \log e \\ \dots\dots\dots \end{aligned} \right\} \dots\dots (6)$$

e

$$\left. \begin{aligned} \frac{1}{3}(G' - G) &= \log r - \log r' - \alpha(r' - r) \log e \\ \frac{1}{3}(G'' - G) &= \log r - \log r'' - \alpha(r'' - r) \log e \end{aligned} \right\} \dots\dots (7)$$

Com estas últimas, aplicáveis ao caso mais freqüente de ser desconhecida a intensidade no epicentro, combinam-se equações do tipo $r = \sqrt{h^2 + \Delta^2}$, em que por Δ se representam as distâncias dos diversos pontos ao epicentro.

Para duas isosistas, e resolvendo a equação 7 respectiva em relação a α , ter-se há o sistema

$$\alpha \log e = \frac{\frac{1}{3}(G - G') - \log \frac{r'}{r}}{r' - r}$$

$$r^2 = h^2 + \Delta^2, \quad r'^2 = h^2 + \Delta'^2$$

que dará para α a h valores que pouco deveriam diferir dos obtidos combinando outras isosistas quaisquer. Mas os valores achados diferem em virtude da incerteza das avaliações de G e Δ , determinando-se o valor de h mais provável pelo método dos menores quadrados, isto é, tomando para h o valor para o qual seja mínima a diferença entre os valores obtidos para α e a sua média arimética. É a solução de J. von Janosi, que foi aplicada ao cálculo da profundidade do foco do terremoto de Benavente, em 23 de Abril de 1909, pelo

Sr. Egas Cardoso e Castro, que então trabalhava na secção de sismologia do Observatório Meteorológico de Coimbra (1).

O Senhor Vicente Inglada tornou de uma aplicação mais simples o método de Janosi e o método das aproximações sucessivas, proposto por R. von Kövesligethy, determinando previamente os limites entre que está compreendida a profundidade do foco. Como limite inferior demonstrou a relação

$$h > 0,52 \Delta_1;$$

isto é: *a profundidade do foco excede sempre as cinquenta e duas centésimas do raio da primeira isosista*, ou simplificando, *a profundidade focal é sempre maior que metade do semidiâmetro da isosista máxima*.

Mostrou em seguida que *a profundidade focal é menor do que as oitenta e oito centésimas do raio da segunda isosista*:

$$h < 0,88 \Delta_2;$$

e, ainda, que, prescindindo dos sismos de profundidade focal muito grande, para os sismos mais freqüentes, é *a profundidade focal inferior a setenta e duas centésimas do raio da segunda isosista*

$$h < 0,72 \Delta_2.$$

Aproveitando os dados de um número avultado de tremores de terra a que foram aplicados os métodos de Kövesligethy-Janosi, observou que a relação $\frac{r''}{r'}$ entre as distâncias focais das duas primeiras isosistas difere muito pouco de uns para outros, apresentando o valor médio igual a 1,82, ou 1,8.

(1) «*Geodynamica Tellurica*, Cálculo provisório da profundidade do hipocentro do sismo de 23 de Abril de 1909». Separata do «Instituto», Coimbra, 1910.

Será assim verdadeira a relação empírica

$$\frac{r''}{r'} = \sqrt{\frac{h^2 + \Delta_2^2}{h^2 + \Delta_1^2}} = 1,8$$

ou

$$h = \sqrt{\frac{\Delta_2^2 - (1,8 \Delta_1)^2}{2,24}}$$

que, tomando, em números redondos, $\sqrt{2,24} = \frac{3}{2}$, se converte em

$$h = \frac{2}{3} \sqrt{\Delta_2^2 - (1,8 \Delta_1)^2},$$

fórmula simples, que dá o valor aproximado de h por meio dos raios das duas primeiras isosistas.

O notável sismologista Navarro Neumann, do Observatório de Cartuja (Granada), adopta como suficientemente aproximada a fórmula

$$h = \frac{\Delta_2 - \Delta_1}{2} \quad (1)$$

*
* *

O traçado das isosistas é muitas vezes incerto pela falta de observações regulares, outras vezes extraordinariamente complicado pela aparente discordância dos dados reunidos. É que a crusta terrestre é muito variada na sua composição e as massas geológicas que a formam apresentam com frequência disposições tectónicas que podem favorecer ou opôr-se

(1) «Ibérica» n.º 396, pág. 207. Citado em «calcul du travail produit par un tremblement de terre». Extracto dagli *Atti della Pontificia Ac. Romana dei Nuovi Lincei*, Ano LXXVI.

à transmissão de um tremor. Imaginando que a origem do abalo é reductível a um ponto, a *absorção da energia sísmica* é necessariamente variável segundo diferentes direcções. Mesmo na *região epicentral*, a energia está numa dependência conhecida das rochas que entram na sua constituição.

É do alto interêsse o conhecimento destas dependências na sua relação com a estabilidade das construções em regiões instáveis.

*
* *

Os trabalhos já realizados pelo nosso ilustre amigo D. Vicente Inglada na determinação da profundidade focal de sismos da nossa península devem acompanhar-se em Portugal. Foi pelo distinto sismologista apresentada no Congresso do Porto da «Associação espanhola para o progresso das Ciências», em Junho de 1921, uma notável memória sobre o cálculo da profundidade hipocentral do sismo do Ribatejo, em 23 de Abril de 1909. Servindo-se dos dados publicados por Paul Choffat e A. Bensaude(1), marcou limites, pelo emprêgo das suas fórmulas, aos valores da profundidade. Assim reduziu o método de aproximações sucessivas pelas fórmulas (6), a ensaiar os valores $h = 3$ km., $h = 4$ km. e $h = 5$ km., obtendo para valor final $h = 3,25$ km.

É notável nesse trabalho a verificação da excelência do método baseado nas equações de Kövesligethy, desde que as informações por que se avalia a intensidade sísmica sejam abundantes e meticolosas.

Mais uma vez se reconhece a necessidade de espalhar largamente, nas regiões de sismicidade elevada, questionários que auxiliem observadores em grande número a notar

(1) *Etudes sur le séisme du Ribatejo du 23 avril 1909*. Lisboa, 1911.

o que é mais útil para a avaliação da intensidade. A activíssima Sociedade Sismológica da America propôs há pouco um novo questionário meticolosamente estudado, que procuraremos adaptar às nossas diversas condições e que faremos espalhar largamente nas regiões sísmicas portuguesas.

*
* *

Como já dissemos estes estudos das regiões macrosísmicas, mostram os tremores de terra na sua dependência de processos geológicos diversos, entre os quais a importância dos acidentes tectónicos do tipo *falha* tem lugar primacial. Nos últimos anos neste campo a geologia tem feito enormes progressos, conhecendo-se as principais regiões da crosta em que se acumulam tensões que, vencidas as resistências que lhe são opostas, roto o equilíbrio, produzirão o abalo inicial, de violência às vezes extraordinária. Não será possível prever o *momento* em que essa ruptura terá lugar, mas é possível indicar *onde* ela pode ter lugar.

Os sismologistas japoneses conheciam de há muito o perigo que, para Yokohama e Tóquio, provém da proximidade de um complicado acidente tectónico a que correspondem as saliências costeiras da Ilha de Hondo e a ruga do fundo marinho, chamada de Fuji-Bonin. Êste acidente tectónico tem sido de uma extraordinária actividade sísmica que progrediu de sul para norte a partir de 1908, levando Omori, Imamura e outros à previsão do desastre de 1 de Setembro de 1923.

Foi há pouco publicado um notável trabalho sobre a Califórnia, a carta sismotectónica daquela região, de tão alta sísmicidade.

Nela se encontram marcadas as *falhas activas*, em que

têm áreas focais repetidos tremores, e já serviu de base ao interessantíssimo estudo sobre o risco de tremores de terra na California, publicado no Boletim da Sociedade Sismológica da América, pelo seu presidente, o ilustre geólogo Bailey Willis.

Encontramos neste estudo a expressão das ideias dominantes em Geologia sobre a origem dos tremores de terra, ideias que, com tanto realce, são desenvolvidas nos trabalhos de Suess, Hobbs e Sieberg.

A crusta da terra não é contínua, mas formada de massas heterogêneas em estreito contacto, comprimindo-se, esmagando-se sobre a acção da gravidade e tendendo a descer num movimento geral de contracção.

A situação superficial de blocos de densidade diferente tende a obedecer a uma *lei de equilíbrio isostático* com a existência de uma camada profunda *de compensação* que terá densidade uniforme e igualdade de pressão em todos os pontos. Causas diversas podem perturbar o equilíbrio desses blocos: — deslocamento dos materiais de sedimentação, distribuição desigual do calor interno, e alterações determinadas pela cristalização de grandes moles rochosas profundas. A acumulação [das forças que os comprimem e deformam, vencendo as resistências, faz com que em dados momentos, bruscamente deslizem uns sobre os outros, dando lugar a uma repercussão elástica, que é o tremor de terra.

As superfícies sobre que diferentes blocos deslizam, as superfícies de falha, desenvolvem-se perpendicularmente às forças deformadoras, e em geral paralelamente aos alinhamentos montanhosos; ramificam-se e podem atingir profundidades grandes, mas da ordem das deformações da crusta.

Estes estudos de sismologia geológica têm assim robustecido a opinião dos geólogos sobre a profundidade do foco

ou antes da região inicialmente abalada, que, em ligação tão íntima com os acidentes geotectónicos, não deverá geralmente descer a muito mais de uma dezena de quilómetros, mantendo-se dentro da zona exterior da litosfera, a zona de fractura, a que Sieberg atribue a espessura de 50 a 60 km.



Com o estudo profundo dos movimentos sísmicos pelo emprêgo generalizado de sismógrafos de grande sensibilidade, o âmbito da ciência sísmológica ampliou-se, envolvendo alguns dos mais interessantes problemas da dinâmica terrestre.

Adoptando métodos físicos, assentando em *observações instrumentais*, desenvolveu-se um ramo da sismologia, que um dos seus mais notáveis fundadores, o Príncipe Galitzin, chamou a Sismometria (1).

Um abalo na crosta terrestre, num ponto profundamente situado *dentro* da sua massa, produz um estado vibratório complexo, em que *vibrações longitudinais* e *vibrações transversais* correspondem ao desdobramento da modificação inicial numa *compressão ou dilatação* e numa *distorção*. Aos dois tipos de vibrações correspondem dois tipos de ondas propagando-se segundo as leis de propagação das ondas elásticas num sólido. Além disso, *na superfície* desenvolve-se a partir do epicentro um movimento ondulatório especial.

Os diversos grupos de ondas, atingindo um ponto da su-

(1) *The Principles of instrumental Sismology*, in «*Comptes rendus des Scéances de la Commission sísmique de l'Académie Impériale des Sciences*», tom. V, S. Petersburgo, 1913.

perfície da terra, são recebidos pelos sismógrafos de forma a poder determinar-se, por meio dos seus gráficos, o verdadeiro movimento do ponto considerado.

Sob uma forma muito geral, a teoria dinâmica dos sismógrafos leva a considerá-los como sistemas dinâmicos estáveis, com movimento próprio conhecido, e que são animados de movimento relativo quando a plataforma que os suporta é atingida pelo tremor. O ideal seria obter um ponto ou uma massa inerte que se conservassem imóveis durante o tremor de terra. Na impossibilidade de obter êsse ponto (*steady point*) o problema fundamental da sismometria consiste portanto em determinar a relação quantitativa entre o movimento observado do instrumento e o movimento da plataforma, que é o movimento do terreno em que assenta.



Em todos os sismógrafos para os *movimentos horizontais* há um sistema pendular apoiado ou suspenso dum suporte rígido, fixo ao terreno.

Nos aparelhos agora mais usados, o sistema pendular é dotado de amortecedores, aumentando-se assim as resistências passivas. Mas, supondo que elas ainda são proporcionais à velocidade, para vibrações muito pequenas, a equação do movimento próprio é (1)

$$\frac{d^2 \theta}{dt^2} + k \frac{d\theta}{dt} + n^2 \theta = 0 \dots \dots \dots (1)$$

(1) Além de «*Conferências sôbre Sismometria*», do Príncipe Galitzin, já cit., ver *Modern Sismology*, por G. W. Walker, Londres, 1913 e *Traité de Mécanique rationelle*, por P. Appel, tom. I, pág. 422, Paris, 1893.

O seu integral, para $k^2 < n^2$, é (1), designando por A e α constantes arbitrárias,

$$\theta = A e^{-\frac{1}{2}kt} \cos \left\{ \sqrt{n^2 - \frac{1}{4}k^2} \cdot t - \alpha \right\} \dots \dots \dots (2)$$

correspondendo a vibrações harmónicas cuja amplitude decresce, em intervalos iguais e sucessivos, numa progressão geométrica.

Se as resistências são tão grandes que $k^2 > n^2$, a solução muda de forma e já não há movimento oscilatório. No limite do amortecimento total, para $k = n$, a solução é

$$\theta = A e^{-\frac{1}{2}kt} (t - \alpha) \dots \dots \dots (3)$$

correspondendo aos instrumentos agora usados, «aperiódicos», como o de Galitzin, ou quasi aperiódicos, como o de Wiechert.

Os sistemas pendulares são dos três tipos: pêndulos verticais, como o de Vicentini; horizontais, como os de Milne, de Omori, de Mainka, de Zöllner-Galitzin; e pêndulos invertidos, como o de Wiechert.

Mas seja qual fôr o sistema adoptado, demonstrou Wiechert que um sismógrafo pode sempre assimilar-se a um pêndulo simples, cujas oscilações sejam amplificadas por uma haste, o indicador, no prolongamento da linha que une os centros de suspensão e de oscilação.

O coeficiente n^2 da equação (1) dá, pela relação $T_0 = \frac{2\pi}{n}$, o período próprio de oscilação do pêndulo livre, sem amortecimento, portanto para $k = 0$.

(1) *The Theory of Sound*, por Lord Rayleigh, vol. I, pág. 45, London, 1894.

Para aumentar a sensibilidade dos aparelhos convém dar-lhes um período de oscilação longo.

Para os *pêndulos verticais*, oscilando em torno de um *eixo horizontal* é, sendo l o comprimento do pêndulo simples sincrono,

$$T_0 = 2\pi \sqrt{\frac{l}{g}} \dots \dots \dots (4)$$

Neles o aumento de T_0 depende do aumento de l . Nos pêndulos Vicentini o período anda por segundo e meio. Não é prático o grande aumento de l , por isso são mais empregados os *pêndulos horizontais*, oscilando em torno de um eixo *quáasi vertical* e nos quais o centro de gravidade da massa oscila numa superficie vizinha dum plano horizontal.

Sendo i o ângulo do eixo de oscilação com a vertical, é

$$T_0 = 2\pi \sqrt{\frac{l}{g \text{ sen } i}} \dots \dots \dots (5)$$

Para $i = 2',5$, obtém-se nos pêndulos Milne períodos de 24 e 25 segundos.

Nos *pêndulos invertidos* de Wiechert, uma grande massa (há modelos de 80 kg., 1000 kg. e mesmo 17000 kg.) apoia-se num ponto inferiormente colocado, como um peão na sua ponta.

Praticamente, para evitar atrito, o apoio faz-se sôbre um sistema de molas formadas por laminas de aço, dispostas em dois planos rectangulares, como uma suspensão Cardan. Com o centro de gravidade na vertical do ponto de cruzamento das molas, a massa está em equilíbrio instável, mas é sustentada por duas alavancas horizontais em ângulo recto, geralmente nas direcções NS e EW, ligadas por duas molas a um suporte. A massa, sob a acção de um choque, oscila em todos os azimutes, mas as duas alavancas transmitem ao aparelho inscriptor as componentes do movimento segundo

as suas direcções. Cada uma das alavancas está também em ligação com um amortecedor de ar, regulável.

Designando por Mr^2 o momento de inercia do pêndulo em relação ao ponto de cruzamento das molas inferiores, por h a altura do centro de gravidade da massa e por μ a tensão da mola correspondente a uma componente, será, para o plano vertical respectivo, o movimento angular próprio, sem amortecimento, dado por

$$Mr^2 \frac{d^2 \theta}{dt^2} + (Mgh - \mu h^2) \theta = 0 \dots \dots \dots (6)$$

equação reductível à forma (1), sendo $n^2 = \frac{Mgh - \mu h^2}{Mr^2}$ e portanto o período próprio de oscilação, T_0 , dado por

$$T_0 = \frac{2\pi}{n} = \frac{2\pi \sqrt{Mr^2}}{\sqrt{Mgh - \mu h^2}} \dots \dots \dots (7)$$

Nos modelos de 1000 kg. os períodos convenientes andam entre 10 e 13 segundos; nos modelos pequenos, períodos superiores a 9 segundos comprometem a estabilidade.

Na assimilação feita por Wiechert, de um sismógrafo a um pêndulo simples com um *ponteiro amplificador*, o *indicador*, do valor T_0 obtém-se l , por $T_0 = 2\pi \sqrt{\frac{l}{g}}$; e, determinado o comprimento l do ponteiro, será a amplificação $V = \frac{l}{I}$. O desvio em milímetros para o desvio angular de um segundo será, aproximadamente, $\frac{I}{206000}$; e, convindo que a sensibilidade dos aparelhos seja levada a valores dêste desvio de 20 a 40 milímetros, deverá ter l , de 4000 a 8000 metros (1).

(1) «*Ein astatisches Pendel hoher Empfindlichkeit zur mechanischen Registrierung von Erdbeben*», por E. Wiechert, *Physikalische Zeitschrift*, 4 Jahrgang. N.º 28, pág. 821-829.

*
* *

Para o registo da *componente vertical* dos movimentos sísmicos constroem-se sismógrafos especiais baseados no emprêgo de uma mola, plana e horizontal, fixa numa extremidade e sustentando na outra uma pesada massa, como no tipo Vicentini; ou no de uma ou várias molas em espiral, verticais (tipo Wiechert) e bastante fortes para suspender a massa na extremidade de uma haste que gira em torno de um eixo horizontal. No primeiro tipo o período próprio é muito curto, no segundo, fixando a mola a um ponto mais baixo que o centro de gravidade da massa, obtém-se períodos longos, de 13 a 14 segundos.

Sendo ainda Mr^2 o momento de inercia da massa M em relação ao ponto do apoio, μ a força da mola vertical ligada a um ponto da haste de sustentação à distância d , do apoio, a equação do movimento no plano vertical é, sem amortecimento e desprezando atritos

$$Mr^2 \frac{d^2 \theta}{dt^2} + \mu d^2 \theta = 0 \dots \dots \dots (8)$$

Considerando o amortecimento e as resistências passivas, a equação 8 é reductível à forma (1), com $n^2 = \frac{\mu d^2}{Mr^2}$.

Aqui o período T_0 da oscilação é dado por $T_0 = \frac{2\pi \sqrt{Mr^2}}{\sqrt{\mu d^2}}$, e assim, fazendo μd^2 pequeno, obtém-se períodos longos.

*
* *

Na equação (1) os coeficientes n e k , as constantes ins-

trumentais, determinam-se experimentalmente por métodos conhecidos, mas variáveis com a forma do amortecimento. O coeficiente n está como sabemos na dependência do período próprio dos pêndulos em oscilação livre; no coeficiente k reúnem-se as constantes de amortecimento e atrito, este último com importância, especialmente nos sismógrafos de registo mecânico, em geral obtido por leves estiletos apoiados em papel fumado.

*

* *

Só considerámos o movimento próprio dos sismógrafos, ou as *vibrações livres*, executadas pelo sistema quando o seu equilíbrio é perturbado e êle deixado entregue a si mesmo. Vamos agora tratar da composição dêste movimento próprio do aparelho e do movimento do terreno em que assenta. A teoria da combinação dêstes movimentos é paralela á teoria acústica das vibrações forçadas (1).

No movimento combinado e com relação aos sismógrafos horizontais, podemos imaginar a redução *ao caso simples* de um pêndulo cujo ponto de suspensão está sujeito a *um pequeno movimento harmónico horizontal* e no plano de vibração do pêndulo.

Suponhamos a massa ligada a um ponto móvel, que l é a distância da massa ao ponto, e que a coordenada horizontal dêste, segundo um eixo no plano de oscilação, é x . Para um deslocamento do solo segundo êsse eixo e para pequenos valores de θ , demonstra-se que a equação do movimento é

$$\frac{d^2\theta}{dt^2} + k \frac{d\theta}{dt} + n^2\theta = - \frac{d^2x}{dt^2} / l \dots \dots \dots (9)$$

(1) «*Theory of Sound*», vol. I, Lord Rayleigh, cap. III, e *Exposé sommaire de l'état de Sismologie*, H. Labrouste. *Annales de Physique*, Janvier-Février, 1923.

Nesta equação x é uma função do tempo que no caso considerado, se reduz a

$$x = a \text{ sen } pt$$

em que a é a amplitude do movimento sísmico e p está ligado ao seu período pela relação $T_s = \frac{2\pi}{p}$.

A equação diferencial do movimento é então

$$\frac{d^2\theta}{dt^2} + k \frac{d\theta}{dt} + n^2\theta = E \text{ sen } pt \dots\dots\dots (10)$$

com $E = \frac{ap^2}{l}$.

A solução desta equação é, fazendo $(n^2 - p^2)^2 + p^2k^2 = R$,

$$\theta = e^{-\frac{1}{2}kt} [C_1 \cos at + C_2 \text{ sen } at] + \frac{E}{\sqrt{R}} \text{ sen } (pt - \delta) \dots (11)$$

A diferença da fase, δ , é dada por:

$$\text{tang } \delta = \frac{pk}{n^2 - p^2}$$

A relação entre os períodos da vibração sísmica e do pêndulo livre, será

$$u = \frac{T_s}{T_0} = \frac{n}{p}$$

As constantes C_1 e C_2 são determinadas pelas condições iniciais.

O primeiro termo do 2.º membro de (11) representa um movimento vibratório amortecido, de período $T' = \frac{2\pi}{\alpha}$, o segundo um movimento da mesma natureza, mas com o período T_s , da oscilação do solo.

Portanto para que o pêndulo inscreva fielmente este último movimento deve o amortecimento ser grande, porque

aumentando o coeficiente k o termo que contém $e^{-\frac{1}{2}kt}$ poderá anular-se rapidamente com o tempo, conservando-se apenas o termo dependente do movimento do solo. Reduz-se então (11) a

$$\theta = \frac{ap^2 \operatorname{sen}(pt - \delta)}{l\sqrt{R}} \dots \dots \dots (12)$$

*
* *
*

Como dissemos os movimentos sísmicos, sempre muito pequenos, são amplificados, quer por um ponteiro, quer por alavancas apropriadas, como no caso do registo mecânico, quer ainda pelo método do espelho, empregando-se o registo fotográfico. A amplificação reduz-se a inscrever o movimento da extremidade do *indicador*, I , dando lugar no sismograma à amplitude $y = \theta I$ e assim:

$$y = \frac{I}{l} \frac{ap^2}{\sqrt{R}} \operatorname{sen}(pt - \delta) \dots \dots \dots (13)$$

Designando por A a amplificação, definida pela relação entre a amplitude do movimento sísmico, a , e a amplitude do movimento registado, y , teremos

$$A = \frac{y}{a} = \frac{I}{l} \cdot \frac{p^2}{\sqrt{R}} \dots \dots \dots (14)$$

Substituindo, em R , $\frac{n}{p}$ por u , fazendo $U = \sqrt{(u^2 - 1)^2 + \frac{u^2 k^2}{n^2}}$ e $V = \frac{I}{l}$ dá-se a (14) a forma,

$$A = \frac{I}{l} \cdot \frac{1}{U} = \frac{V}{U} \dots \dots \dots (15)$$

Para vibrações muito rápidas, para T , muito pequeno e p tendendo para ∞ , U aproxima-se da unidade, e A do V .

Pelo contrário, quando T_s é muito grande, tendendo p para zero, U tende para o infinito e A para zero. Portanto V , constante instrumental, é a amplificação para as vibrações do período extremamente curto; a amplificação é nula para vibrações extremamente lentas; e de um modo geral a amplificação depende do período próprio do pêndulo, do período das vibrações registadas, e do amortecimento do pêndulo.

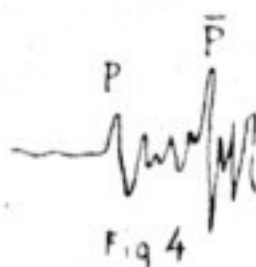
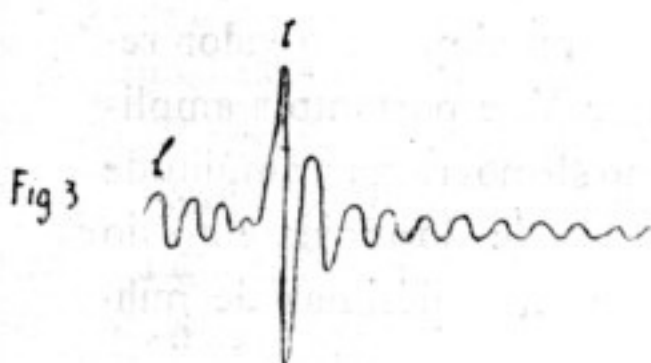
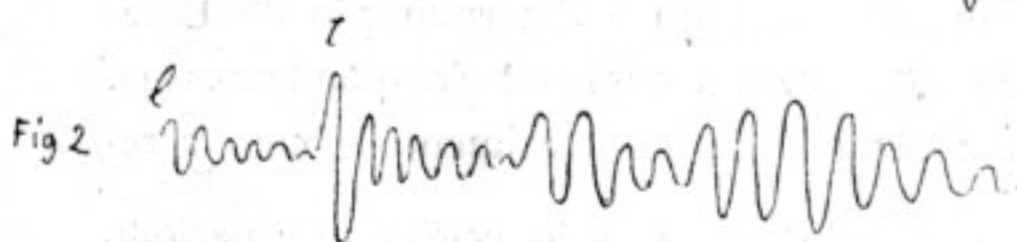
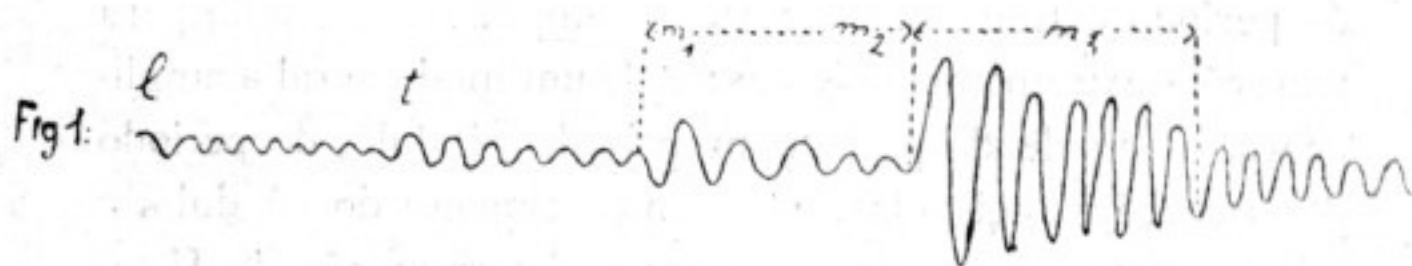
Na prática empregam-se para a determinação de U tabelas como as de Zöppritz ou curvas correspondentes (1). Entrando com a constante de amortecimento e com a relação $\frac{T_s}{T_0}$, entre o período da vibração *registada* e período próprio do pêndulo, obtém-se com aproximação o valor recíproco de U , multiplicador da constante V , e portanto a amplificação correspondente, A . Medida no sismograma a amplitude γ , a sua divisão por A dá a amplitude do movimento do solo, a . Estas medidas exprimem-se em milésimas de milímetros ou micrões.

*
* *

Nas regiões microssísmicas de um tremor de terra, os sismogramas obtidos são do tipo representado na Fig. 1. Distinguem-se claramente secções com fases diferentes pelo período e pela amplitude das respectivas vibrações. Mais rápidas de l a t , são iniciadas por um brusco desvio, com *ímpeto*, ou *emergem* docemente do traçado da curva. Nesta primeira fase há instantes em que a energia do movimento se exalta, com ímpetos mais ou menos acentuados. Na segunda fase as vibrações são mais lentas e mais amplas, mas as

(1) No Instituto geofísico de Coimbra empregam-se as tabelas e curvas reunidas pelo Dr. Otto Klotz: *Seismological Tables, Publications of the Dominion Observatory*, vol. III, n.º 2, Ottawa, 1916.

amplitudes ainda se conservam acentuadamente menores do que as seguintes. Chamam-se estas duas fases os tremores preliminares.



Vem em seguida a secção principal do sismograma, em que geralmente os períodos são grandes, 20 segundos em média, com fases diversas à última das quais correspondem as vibrações mais largas, os *máximos* do sismograma. A esta terceira fase sucede a *coda*, com vibrações muito menos amplas e mais rápidas, prolongando por horas o registo dos grandes tremores (1).

Comparando os *tempos* em que entra cada fase, marcados nos sismogramas obtidos em pontos a diversas dis-

(1) Ver especialmente: *Theory of the propagation of seismic waves in Some problems of Geodynamics* por A. E. H. Love, Cambridge, 1911; *Velocita delle onde longitudinali etc.* e *Ulteriori ricerche sul Terremoto de 15 de Março de 1923*, por G. Agamennone, *Rendiconti della R. Accademie dei Lincei*, vol. XXII e XXIII.

tâncias dos epicentros de tremores de terra cujo estudo macrossímico seja tanto quanto possível perfeito, determinaram-se valores médios para as velocidades de propagação das ondas correspondentes a cada fase.

A observação deu para as do primeiro tremor preliminar a velocidade média

$$V_1 = 7,17 \text{ km/s.}$$

e para as do segundo

$$V_2 = 4,01 \text{ km/s.}$$

com a relação

$$\frac{V_1}{V_2} = 1,788 \dots \dots \dots (a)$$

Assimilam-se aos dois grupos de ondas que, num meio sólido isotrópico, se propagam independentemente e correspondem às *vibrações longitudinais* e às *vibrações transversais*. A teoria da elasticidade dá as suas velocidades pelas fórmulas conhecidas

$$V_1 = \sqrt{\frac{1 - \sigma}{(1 + \sigma)(1 - 2\sigma)} \cdot \frac{E}{\rho}}$$

$$V_2 = \sqrt{\frac{1}{2} \cdot \frac{1}{1 + \sigma} \cdot \frac{E}{\rho}}$$

em que E é o módulo de Young, σ o coeficiente de Poisson e ρ a densidade do meio.

Tomando para a maioria dos sólidos isotrópicos, segundo Poisson, $\sigma = 0,25$, é

$$\frac{V_1}{V_2} = \sqrt{3} = 1,732 \dots \dots \dots (b)$$

As duas relações (a) e (b) são muito próximas, correspondendo a (a) $\sigma = 0,27$, que pouco difere do valor adoptado por Poisson.

As ondas longitudinais l , percorrendo mais rapidamente a distância do foco ao sismógrafo, iniciam o tremor, adoptando-se a letra P para designar a sua chegada. Depois de um intervalo de tempo dependente daquela distância, chegam, no momento S, as ondas transversais, t , que completam os tremores preliminares.

A outra classe de ondas, a que corresponde a secção principal do sismograma, propaga-se ao longo da *superfície* da terra com a velocidade média de $3,56 \text{ km./s.}$ Compreende entre outras as ondas Rayleigh, propagando-se na superfície limite do meio elástico, com períodos mais longos do que os das vibrações transversais (ondas longas, L) e cuja velocidade é teoricamente ligada à das ondas transversais pela relação

$$V_s = 0,9184 V_2 \dots \dots \dots (c)$$

Tomando $V_2 = 4,01$, será $V_s = 3,69 \text{ km./s.}$, valor que não difere muito do valor médio observado por várias formas, uma delas comparando o tempo de registo, em pontos diferentes de um mesmo máximo bem caracterizado.

Além das ondas longas (L_1) que a partir do epicentro alcançam um ponto tomando o caminho superficial mais curto, registam-se, pelos sismógrafos sensíveis e nos grandes tremores, ondas (L_2) que percorreram o mesmo círculo em sentido oposto, e ainda umas e outras depois de darem a volta inteira do globo (L_3, L_4) (1). A diferença dos tempos de registo de L_1 e L_3 , será o tempo requerido pelas ondas sísmicas de velocidade igual a $3,46 \text{ km./s.}$ para dar uma volta à terra ($3^h. 12^m.$).

Realmente nas ondas longas devem distinguir-se dois grupos: transversais (L_t), sem componente vertical e propa-

(1) Ver *Sulla registrazione e velocità delle onde* W_2, W_3, W_4 , por Afonso Cavasino, *Bollattino della Societe Sismologica Italiana*, vol. XXIII, 1920-1921.

gando-se ao longo da superfície com a velocidade das ondas S; e ondas de Rayleigh (L_r), longitudinais e propagadas com a velocidade (c). Estas ondas são bem caracterizadas no sismograma pelo seu começo por vibrações de longo período que se vão tornando mais rápidas atingindo um período constante. Os máximos do sismograma aparecem geralmente na fase da mudança do período (1).

Quando o registo de um forte tremor é obtido relativamente perto do epicentro, seja a 2000 km., o sismograma apresenta com freqüência o tipo da Fig. 2, em que o segundo tremor preliminar se torna mais saliente, constituindo uma fase activa que encerra vibrações amplas e mesmo os máximos principais.

Nos tremores de origem muito próxima, como 100 km., os sismogramas são do tipo da Fig. 3. As vibrações transversais, rápidas, com períodos médios de segundo e meio, tem as amplitudes máximas. A elas se devem atribuir as ruínas ocasionadas pelo tremor, como foi apontado pelo grande sismologista F. Omori, num dos seus últimos estudos (2). Comparando as figuras 1 e 2, e notando que as ondas transversais (t) que seguem o primeiro tremor preliminar decrescem, quando aumenta a distância ao epicentro, mais rapidamente do que os máximos da fase (m_3), vê nisso uma consequência da mais rápida dissipação da energia na propagação das ondas de vibrações de curto período.

Uma conclusão muito importante desses estudos refere-se à grandeza relativa dos movimentos verticais e horizontais. Mesmo na vizinhança do epicentro a amplitude dos primeiros é apenas, em média, $\frac{1}{8}$ da dos segundos.

(1) Ver *Modern Seismology*, do G. W. Walker, já cit., e *A Study of Pacific Earthquakes*, pelo Prof. G. Angenheister, in *The New Zealand Journal of Science and Technology*, vol. IV, n.º 5, 1921.

(2) *Seismological Notes*, n.º 5. Tokyo, Março, 1923.

Nas zonas sísmicas, portanto, as construções devem ter estabilidade para resistir principalmente aos movimentos horizontais.

É muito instrutiva a Fig. 5 que acompanha a nota do Omori sôbre os terremotos da Ilha Formosa, em 2 de Setembro de 1922. Reproduz o sismograma, sem decompo-



sição do movimento, obtido em Tokyo, com separação nítida das fases e acentuado predomínio das ondas (S) de vibrações transversais.

Da dissipação da energia dos movimentos muito rápidos correspondentes a P e S poderia imaginar-se no sismograma uma pausa seguindo o aparecimento do primeiro e segundo tremor; mas não é assim e o movimento vibratório mantém-se por séries de efeitos de difracção prolongando P e S. Segundo o princípio de Huygens, cada ponto da superfície da terra atingido por P e S torna-se um centro de abalo com as mesmas velocidades de propagação V_1 e V_2 . Em cada ponto recebe-se, seguindo P ou S, uma série de ondas que se reforçam, culminando quando êle é alcançado pelo movimento que percorreu as duas cordas iguais, correspondentes à reflexão no ponto da superfície a meio da distância entre o ponto considerado e o epicentro. São as primeiras reflexões das ondas longitudinais ou transversais, designadas respectivamente por PR_1 e SR_1 e muitas vezes mais pronunciadas do que P e S.

Mas ainda o estado vibratório se complica, pela transformação do movimento transversal simples, nos dois longitu-

dinal e transversal, em cada ponto de reflexão, considerado como centro do abalo. Depois de S, antes da chegada de SR_1 , podem os movimentos combinados produzir um máximo PS correspondendo ao movimento que partiu do foco como transversal de velocidade V_2 e que avançou depois de reflexão, como longitudinal, com velocidade V_1 .

Ainda na fase das vibrações longitudinais se distingue, muitas vezes, quando a distância ao epicentro é compreendida em 300 e 700 km., depois de P, um ímpeto que se designa por \bar{P} (Fig. 4) e cuja significação foi esclarecida por A. e S. Mohorovicic (1). Consideram na crosta terrestre uma camada exterior em que a velocidade das ondas longitudinais é 5,9 km., separada por uma superfície de discontinuidade da camada rochosa inferior e em que aquela velocidade passa bruscamente a 8 km. por segundo.

A profundidade da superfície de separação foi calculada em cêrca de 60 km. e, se propagam as ondas \bar{P} na camada exterior para que Rothé propõe o nome de ondas *contínuas ou uniformes*. Para as distâncias epicentrais inferiores a 300 km. a propagação faz-se unicamente dentro desta camada exterior; entre 300 e 700 km. registam-se as duas fases; para distâncias superiores a 700 km. a propagação é profunda e apenas se registam as ondas P, com uma refração à emergência, na camada exterior (2).

A análise dos sismogramas com as duas fases P e \bar{P} distintas dá um meio de determinação da distância ao epicentro.

(1) Ver a exposição dos trabalhos de A. Mohorovicic por E. Rothé: *Sur la propagation des ondes séismiques au voisinage de l'épicentre*, in *Travaux scientifiques, série A, Publications du Bureau Central Sismologique International*, Toulouse, 1924.

(2) Ver *The Interior of the Earth*, por J. B. Macelwane, *The Bulletin of the Seismological Society of America*, Junho, 1924.



Como primeira aproximação, considerando os focos a pequena profundidade, os valores V_1 e V_2 tomam-se como independentes dela e, partindo dos que indicamos devidos a Zöpplitz e Geiger, foram calculadas as tabelas que mais se empregam para, das diferenças entre P e S, tirar a distância (Δ) ao epicentro, e de P ou S deduzir o momento (O) do choque inicial.

Mas à medida que os problemas da velocidade das diferentes ondas se profundam, compreendendo a análise de sismogramas perfeitos, correspondentes a epicentros a distâncias sucessivamente maiores, até 18000 km., as concepções primitivas modificam-se. A transmissão profunda de l e t obriga à consideração da superfície de discontinuidade a 60 km., que foi referida, e a partir dela até 1200 km. admite-se que as velocidades de l e t aumentam rapidamente com a profundidade, passando respectivamente de 8 a 12,5 e de 4,3 a 6,8 km./s.. Estacamada de 1140 km. de espessura deve ser muito mais rígida do que as rochas da superfície. Abaixo de 1200 km. o aumento daquelas velocidades é mais lento, considerando-se ainda novas superfícies de discontinuidade a 1700 km. e 2900. Esta marca a passagem do *manto rochoso* para o núcleo, onde as velocidades de novo caem, passando a das ondas longitudinais de 13 a 8,5 km. por segundo.

Também a velocidade das ondas superficiais, das ondas de fase principal dos tremores distantes, é variável. Dos estudos do G. Angenheister já citados vê-se que é maior sob o Pacífico do que através dos continentes.

Por outro lado tem que entrar em consideração a profundidade do foco, que numa análise elementar aparece como factor de grande importância. O Professor Turner, na con-

tinuação de trabalhos anteriores, vai reunindo grande número de elementos, para estudos variados. A organização internacional dos estudos sismológicos, representada actualmente pela Secção de Sismologia da União Geodésica e Geofísica, publica sob a sua direcção o *International Seismological Summary* em que colaboram quasi todos os observatórios sismológicos actualmente em actividade. No primeiro número relativo a 1920 encontra-se o esquema do agrupamento dos tremores de terra sob a base da profundidade focal.

A Fig. 6 dá elementarmente a indicação da influência daquele factor sobre os tempos de chegada dos tremores preliminares a ponto colocados a distâncias crescentes do epicentro. Com o foco profundo F, as fases P e S chegam aos pontos compreendidos entre E e Q com atraso relativamente aos valores calculados supondo o foco superficial, em E. Na circunferência terrestre passando pelos pontos, que, como Q, são equidistantes de E e F, os tempos calculados e observados são iguais; a partir de Q, como em S, os tempos calculados excedem os observados. Devem encontrar-se por tantos erros sistemáticos correspondentes a diferenças positivas entre os valores calculados e os observados fora da circunferência QQ', e negativos dentro da calote Q'EQ. Ora, estudando um certo número de tremores com profundidade focal conhecida, Turner encontrou claramente erros sistemáticos da forma apontada.

As profundidades focais foram determinadas pelo malogrado Professor C. G. Knott, a que se deve um livro ainda precioso de sismologia fisica, *The Physics of Earthquake Phenomena*, publicado em Oxford, em 1908.

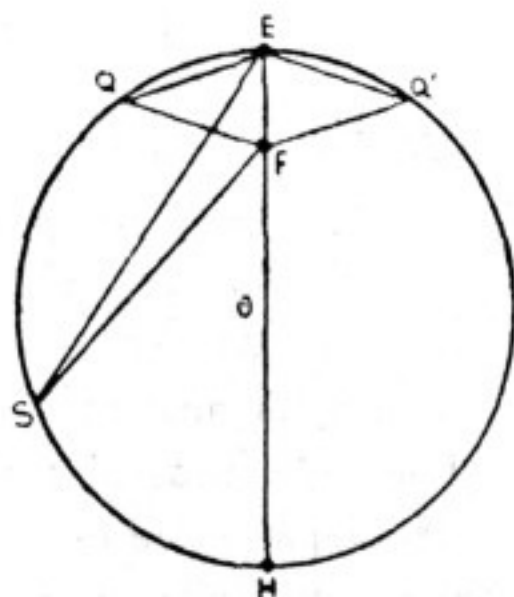


Fig. 6

Em trabalho ulterior, com a exposição das ideias actuais sôbre a constituição da terra, referirmo-nos-emos mais detalhadamente a estes assuntos.

A dura experiência nas regiões de grande sismicidade tem levado á adopção de certos meios de defesa contra o risco dos tremores. Em Portugal procede-se como se esse risco fôsse da mais remota probabilidade, ou como se estivessemos na absoluta ignorância de medidas eficazes para atenuar os efeitos do terrível flagelo.

No Japão pode dizer-se que diariamente se sente a terra tremer; no Chile, na Costa Rica, na Califórnia, na Itália, a memória dos homens está a ser despertada com freqüência e dos desastres sofridos se vão colhendo ensinamentos para conjurar desastres futuros.

Entre nós não é desconhecido o perigo da repetição de tremores violentos em áreas cuja tectónica os explica, nem se ignora em certos meios oficiais o que se vai apurando sôbre a forma de construir nos países instáveis. Mas há o receio supersticioso de divulgar o que se estuda, de se concitar uma onda de ódios de uma população sem cuidados, apresentando-se alguém como profeta de desgraças a quem só quer ver alegrias no decorrer rápido da vida.

Oxalá não seja desmentida a sentença segundo a qual ninguém é profeta na sua terra, e oxalá jámais se justifiquem os meus receios sôbre a pavorosa catástrofe que visiono quando em Lisboa verifico a forma criminosa porque se tem construído de há uns anos para cá.

A cada passo se vê erguer construções que um abalo médio derrubaria, e quantas delas tem derruído sem que a terra trema... Junte-se a êste, o perigo ainda mais grave

do fogo, avassalando uma cidade que, em condições normais, não tem água para se apagar um incêndio isolado.

Vem a propósito traduzir da nota preliminar sôbre o grande tremor de terra do SE do Japão, em 1 de Setembro de 1923 (1), por A. Imamura, a passagem seguinte: «... os desastres foram extraordinários relativamente à grandeza do choque; mais de 95 % das perdas de edificios foram causadas pelo fogo ateado pelo primeiro abalo. Os nossos colegas e especialmente o Prof. Omori muitas vezes avisaram os habitantes do Tokio da necessidade de reforçar as canalizações da água, com freqüência avariadas mesmo por choques moderados. O autor divulgou em 1905, pelo jornal «*Taiyo*» a sua opinião sôbre a possibilidade de, em futuro próximo, ser Tokio agitada por um tremor destruidor, o qual seria seguido por terrível incêndio, se não fôsem adoptadas formas novas de protecção contra o fogo. Previa uma perda de vidas superior a 100.000. Discuti esta opinião com tôdas as minúcias, mas a população da cidade não quis acreditar-me. Um sábio eminente ridicularizou-a então, e ainda em 1915, apontando-a como um rumor que poderia causar pânico geral».

Infelizmente a previsão confirmou-se de uma forma pavorosa.

O ilustre P.^e Navarro Neumann, sismologista eminente a quem é devido o extraordinário labôr científico da estação sismológica de Granada, tem procurado alargar o interêsse pela sismologia publicando o seu livrinho *Terremotos, sismógrafos, edificios* (2) e as *Memorias y trabajos de vulgarización científica*.

No primeiro volume destas Memórias encontra-se a lista dos terremotos mais notáveis sentidos na Península Ibérica

(1) *Seismological Notes*, N.º 6. Imperial earthquake Investigation Committee, Tokio, Julho, 1924.

(2) Administração da «Ibérica». *Tortosa*.

desde o ano 500 antes da era de Cristo até 1917 inclusive, com uma tentativa de agrupamento em regiões e períodos sísmicos.

A estrutura geológica de Portugal leva à divisão do nosso território nas regiões seguintes: *a)* parte portuguesa da submeseta setentrional, compreendendo o maciço galáico-duriense; *b)* parte portuguesa da submeseta meridional; *c)* orla mesozóica ocidental; *d)* orla mesozóica meridional; *e)* bacias terciárias do Tejo e do Sado.

As duas primeiras entram na região sísmica do Sr. N. Neumann que compreende toda a meseta ibérica e a que, dos 248 terremotos da lista, só correspondem 14 ou seja 6%.

Esse número pertence quasi inteiramente ao maciço galáico-duriense, podendo a meseta propriamente dita considerar-se quasi assísmica.

Realmente na parte portuguesa da meseta os tremores, em pequeno número, não excedem geralmente o grau iv, sendo raros os que atingem o grau vi e esses geralmente sentidos nas costas do Minho.

A orla mesozóica meridional e a parte norte do Algarve entram na III região sísmica à qual pertencem 97, ou 39% dos tremores catalogados, e que compreende várias zonas de alta sismicidade, relacionadas com acidentes tectónicos conhecidos, como as de Granada, de Almeria e de Sevilha.

Dos oito tremores do Algarve, o mais intenso, em 1722, atingiu na parte oriental da provincia o grau x.

A orla mesozóica ocidental e as bacias terciárias do Tejo e do Sado constituem a região iv à qual pertencem 11 ou 5% dos tremores catalogados, sendo o de Benavente, em 23 de Abril de 1909, o mais intenso (1).

(1) No apêndice que acompanha a lista vem colocado nesta região o tremor de 1902, do Vale da Amoreira, que está situado na sub-meseta setentrional.

Grande número, 47, ou 19⁰%, pertence à vi região, depressão do fundo marinho que se alarga a SW do nosso país. Nêles teriam tido os seus epicentros os terremotos de Lisboa em 1356, 1531, 1755, e o de Setúbal em 1858.

Pondo de parte pequeno número de tremores, a análise da lista mostra que a actividade sísmica, com períodos de calma, reaparece, afectando os mesmos pontos, como é de esperar em regiões de complicados accidentes tectónicos, cortadas de falhas, enrugadas, com áreas largas de abatimento, e em que as forças em trabalho, como tensões acumuladas, podem de onde a onde exceder os limites de elasticidade das massas deformadas.

Temos em Portugal ou na sua vizinhança zonas sísmicas em que se podem originar tremores da maior intensidade; certas áreas do nosso país estão sob a ameaça constante dessas catástrofes. Pensando no risco que correm tantas vidas e tantos valores, parece que deveríamos abandonar o nosso fatalismo de meridionais e, seguindo os exemplos de fora, adoptar nas construções futuras os ensinamentos de uma dolorosa prática e estudar algumas formas de atenuar os efeitos de derrocadas prováveis, entre elas o de dotar as nossas cidades ameaçadas duma abundante e segura distribuição de água e de todos os meios de conjurar o terrível flagelo do fogo.

*

* *

Aos sismologistas compete apontar as zonas de maior sismicidade, delimitar nelas, de harmonia com os estudos geológicos, as áreas que oferecem maior estabilidade às construções. É bem sabido que os aterros e as formações geológicas mais modernas, pouco consolidadas, ou por cimentar — areias, aluviões recentes, constituem bases perigosas para a construção nas zonas sísmicas.

Assentando sobre rochas mais sólidas, são animadas de movimentos de maior amplitude, como os que exageradamente se podem comunicar a pequenas massas sólidas sobre uma placa elástica que se faça vibrar.

Por ocasião do grande tremor de terra de S. Francisco da Califórnia, em 1906, e dos recentes do Japão, ficou bem patente esta influência, que é também manifesta nos efeitos do terremoto de 1755 em Lisboa e na bacia do Sado, objecto de estudos interessantes do Senhor Engenheiro Pereira de Sousa (1).

Aos sismologistas compete também estudar as circunstâncias dinâmicas dos tremores, a aceleração dos movimentos sísmicos e a natureza desses movimentos, habilitando os architectos para o estudo do problema da estabilidade das construções. Mas para a solução deste problema de muito vale a observação dos efeitos dos últimos tremores nas cidades com muitas construções modernas e que já obedeciam a planos considerados garantia de estabilidade.

Desde os trabalhos de John Milne, um dos fundadores da sismologia, as investigações têm prosseguido no Japão, e na redificação de S. Francisco procurou-se pôr em prática tudo o que a experiência recomendava. Agora, na parcial destruição de Yokohama e Tokyo, ficaram confirmadas certas bases, como dogmas para a construção em países instáveis.

Nestas cidades predominavam as construções em madeira, ligeiras, do tipo japonês; havia grande número de casas de

(1) Vêr *Ideia Geral dos efeitos do Megatismo de 1755 em Portugal*, Lisboa, 1914, e *O Megatismo do 1.º de Novembro de 1755*, vol. I e II, Lisboa, 1915 e 1916, por Francisco Luís Pereira de Sousa, capitão de Engenharia e Assistente da Universidade de Lisboa.

A este distinto Geólogo se deve o catálogo anual dos macrossismos portugueses, publicado a partir de 1911 nas *Comunicações do Serviço Geológico de Portugal*.

tijolo com vários andares, até quatro; nos últimos quinze anos tinham-se erguido muitas casas de cimento armado com alturas superiores a 30 metros; e ainda, nos últimos cinco anos, as maiores construções foram armadas em aço, não excedendo geralmente 30 metros, e obedecendo a combinações diversas, exclusivamente com cimento armado, ou com tijolo e pedras.

A característica principal de todas as casas incolumes ou ligeiramente avariadas é a *rigidez da sua construção*. Fôsse qual fôsse o material empregado, as casas que não sofreram estão construídas com ligações tão perfeitas que formaram um bloco, uma unidade, com os seus fundamentos, quando estes foram agitados pelo movimento sísmico.

Dos edificios com esqueletos de aço, ficaram absolutamente intactos os que tinham as paredes e divisões de cimento armado; e os construídos só de cimento armado foram os de maior resistência: 78% sem avarias, 11,7% com avarias ligeiras e, inteiramente arruinados, apenas 1,3% (1).

A bibliografia sobre o assunto é muito rica, despertando muito interesse os trabalhos publicados depois dos grandes terremotos de Messina, S. Francisco, Jamaica, Costa Rica, Chile. Mas o tremor japonês forneceu provas para muitas das novas formas de construção e por isso assiste-se agora ao recrudescer da actividade de sismologistas e architectos sobre este campo de investigações que lhes é comum.

Geralmente os efeitos geológicos dos tremores de terra são muito ligeiros. Raras vezes aparecem falhas largamente abertas e com desnivelamentos apreciáveis; só em condições excepcionais há perigosos deslizamentos de terreno.

Procede-se agora a novas operações de nivelamento na

(1) *Earthquake — Proof Building Construction as revealed by the Japanese Earthquake*, por H. M. Hadley, *Bulletin of the Seismological Society of America*, Março de 1924. (Vol. 14, n.º 1).

região afectada pelo tremor do Japão, em virtude do valor teórico dessas medidas, mas não porque fôsem bem visíveis alterações topográficas.

Radica-se assim a ideia de que o perigo dos tremores de terra *foi criado* pelo homem, que edifica muitas vezes a sua casa para que venha a ser o seu próprio túmulo.

A mortalidade nalguns tremores de terra recentes foi enorme: nos de Messina, em 1908, e Avezzano, em 1915, subiu a 65 e 96 por cento das respectivas populações.

O perigo seria pequeno, se os habitantes das regiões sísmicas construíssem as suas casas como seguros abrigos, em lugar de, como entre nós, aglomerar gaiolas da mais duvidosa estabilidade.



Os aspectos práticos da sismologia deveriam ter o ambicionado remate da previsão dos tremores. Não basta saber *onde* os terremotos podem desencadear-se, será preciso dizer *quando* se produzem.

Se foi possível a Imamura anunciar o grande terremoto do Japão, a Omori prever os de Valparaíso, e da Ilha Formosa, reconhecendo-se que em muitos casos aumenta a actividade sísmica tempos antes de um abalo desastroso, estas previsões têm enormíssimos e óbvios inconvenientes. Da frequência de tremores registados pelos sismógrafos e provenientes de centros colocados numa zona sísmica não há, no estado actual da sismologia, possibilidade de anunciar uma terrível catástrofe, lançando o terror nos seus habitantes e produzindo perturbações económicas de toda a ordem. Outras vezes ela surge sem tremores percursores de intensidade crescente e sem que fenómenos *conhecidos* de ordem diversa sejam anúncio seguro da sua próxima ocorrência.

Infelizmente ainda não há conclusões a apresentar.

As investigações prosseguem segundo duas directrizes diferentes: Em primeiro lugar continuam os estudos de frequência e peridiocidade e as tentativas de correlação com outros fenómenos naturais periódicos ou não — perturbações magnéticas e eléctricas; influências planetárias; influências solares como a das manchas solares, temperatura, pressão atmosférica, velocidade dos ventos, peridiocidade das estações; influências solares e lunares, marés oceânicas, marés terrestres; variações da latitude. O magnífico trabalho que sobre o assunto Leo A. Cotton (1) publicou no Boletim da Sociedade Sismológica da America dá completa informação sobre o estado actual destas investigações.

Em segundo lugar procuram-se métodos experimentais de previsão: registo mecânico de pequenas deformações, medidas trigonométricas, observações microfónicas que permitam avaliar o estado de tensão e a forma porque vão cedendo certas zonas deformadas e especialmente as cortadas por falhas. Apontamos como exemplo a proposta de investigações apresentada por E. Hodgson, o sucessor do Dr. Klotz na direcção dos trabalhos de Sismologia de Ottawa, no congresso Pan-Pacífico do «Australian National Research Council, em Agosto de 1923».

*

* *

Os sismologistas não podem ainda prever nem a curto nem a longo praso os tremores de terra. Bem mais antigos são os estudos meteorológicos, e as previsões do tempo nos observatórios em que se reúnem muitas informações são

(1) *Earthquake frequency, with spécial reference to tidal stress in the lithosphere*, por Leo A. Cotton, *Department of Geology, University of Sydney*. — *Bolletín of the Seismological Society of America*, vol. 12, n.º 2 e 3, 1922.

falíveis, mesmo com a pequena antecedência de um dia, debatendo-se actualmente métodos diversos de combinar os dados em que elas se baseiam.

Como geralmente entre nós avisos ou conselhos de estranhos são recebidos com o maior acatamento, seja-me permitido terminar espalhando os do professor Agamennone aos habitantes do Reatino a propósito do recente período sísmico de Rivodutri. São revestidos da grande autoridade do ilustre director do Observatório Geofísico de Rocca di Papa.

Vão na sua bela língua:

«Pero, siccome pur troppo é vera la sentenza, enunciata già da Plinio circa 18 secoli fa, e cioè, che *dove la terra ha tremato, tremerà*, sento il dovere di manifestare il mio pensiero, vale a dire che, dato *l'abito sísmico* del distretto, non mancheranno in avvenire altri *periodi sísmici* e forse ben più intensi dell'attuale. E perciò termino col ricordare il *Caveant consules*, nel senso che si profitti della calma sísmica, che va a ricominciare, per restaurare e consolidare gli edifici che ne hanno bisogno e sanno le ingiurie delle passate commozioni, e per costruire più razionalmente i nuovi, affinché i nostri discendenti non abbiano a scontare duramente le imprevidenze nostre... Sicchè parafrasando il noto aforisma *Si vis pacem para bellum*, possiamo dire, nel nostro caso: *Si vis securitatem para domum solidam*» (1).

Cherubino Ferras & Cavallo

(1) *Il recente periodo sísmico di Rivodutri (Rieti)*, G. Agamennone. Estratto dalla Rivista *Terra Sabina*, Dicembre, 1924.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes :

- O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenario do Infante D. Henrique.* Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 4\$50
- Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenario de Fernão de Magalhães.* Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 3\$50
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez,* por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5\$00
- Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra.* A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 3\$00
- Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)*..... 2\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra,* pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 2\$50
- Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade,* pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 3\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II,* por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 2\$00
- Apontamentos de optica,* pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões,* por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 2\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Serão publicados 10 números anualmente. Cada um compreenderá cêrca de 100 páginas de artigos além da Bibliografia de Revistas que será iniciada brevemente. Os artigos serão publicados na língua preferida pelo autor. Cada 5 números formarão um volume com frontispício, índice e capa especial.

Preço de cada número avulso..... 1000

ASSINATURAS

Preço de dez números..... £ 1

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados 71 volumes vendem-se por 1 £ os anteriores a 1900 e por 15 sch. os posteriores.

Aceitam-se anúncios para páginas suplementares.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência literária e sôbre administração deverá ser dirigida para a secretaria geral da Redação d'O Instituto, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

1925
VOLUME 72.º



4.ª SÉRIE

1.º ANO

NÚMERO 2

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE

1925

O *Instituto* é uma publicação periódica do Instituto de Coimbra, Sociedade científica, literária e artística fundada em 1852. No ano findo de 1924 completou 3 séries, que constituem uma colecção de 71 volumes.

Inicia-se agora uma quarta série com importantes melhoramentos, conservando-se ao mesmo tempo as características que os seus ilustres fundadores adoptaram.

A colaboração é dos seus membros, e os artigos serão acompanhados dos retratos dos seus autores, com o fac-simile da sua assinatura.

A COMISSÃO DE REDACÇÃO é constituída pela seguinte forma:

MEMBROS HONORÁRIOS

Prof. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, da Universidade de Coimbra.—Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto, Antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*.—Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. B., *Secretário*.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Belleza dos Santos, da U. C.—Prof. Bento Carqueja, da U. P.—Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M.—Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elisio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Fortunato de Almeida, do L. C.—Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*.—Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C.—Prof. Luciano P. da Silva, da U. C., D. E. N. S.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S.—Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, D. da secção de sciências físico-químicas da U. C.—Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SÓCIOS BENEMÉRITOS

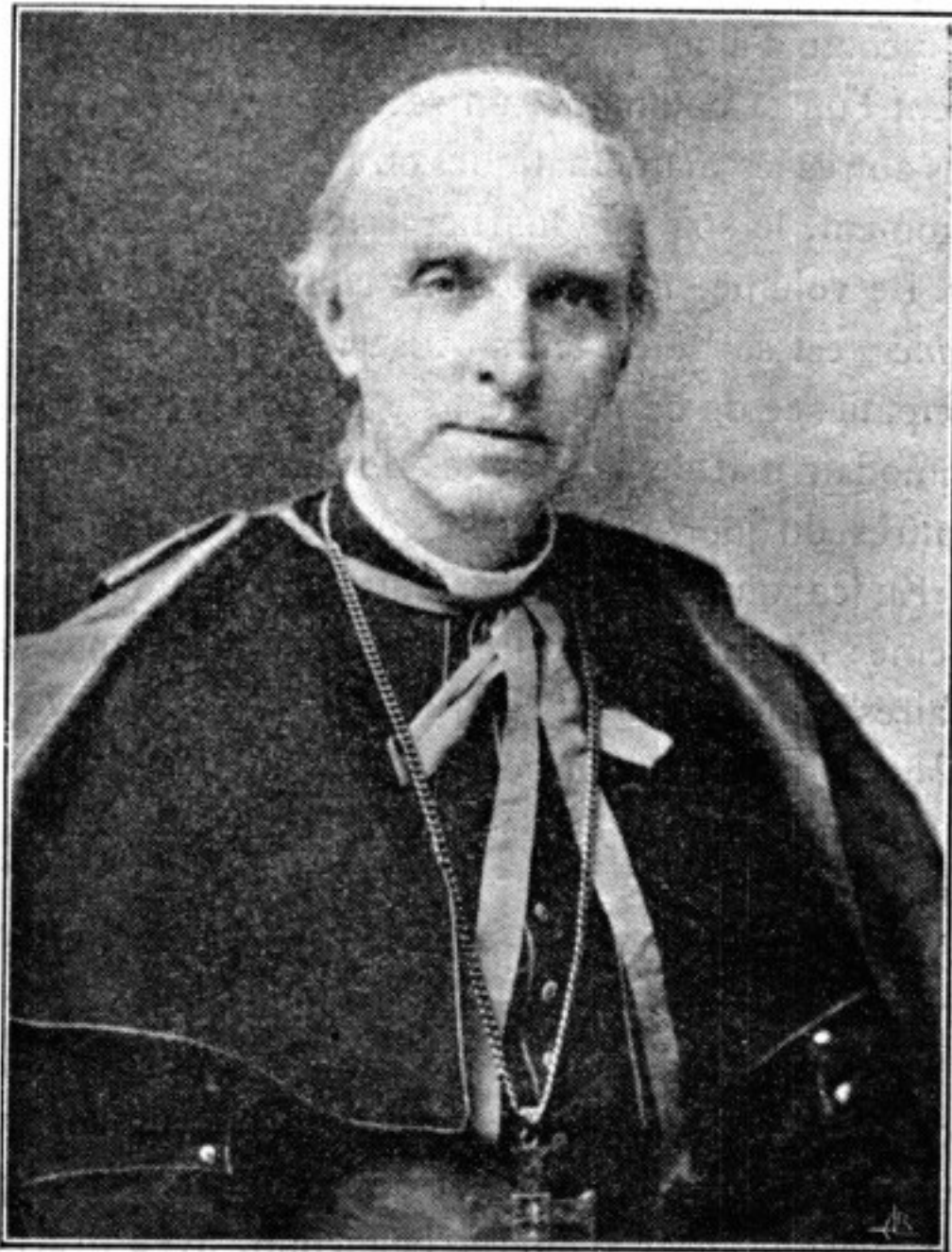
Candido Sotto Mayor — Marquez de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães.

INDEX

<i>Vers l'Unité</i> , por Cardeal D. J. Mercier.....	135
<i>Sur les courbes Gauches du troisième ordre</i> , por Cl. Servais.....	161
<i>União internacional do seguro popular (1905-1924)</i> , pelo Dr. J. Maluquer y Salvador.....	176
<i>O «Roteiro» da primeira viagem do Gama e a suposta conjuração</i> , por Luciano Pereira da Silva.....	184
<i>Early portuguese explorations of the North American coast</i> , por Ernesto de Vasconcellos.....	217
<i>Impressions de Coimbra</i> , por Ch. Diehl.....	223
<i>Livros recebidos</i>	244

VERS L'UNITÉ

Lorsqu'au lendemain de la Revolution et des guerres de l'Empire, la nation française se ressaisit, les maitres qui,



CARDEAL D. J. MERCIER

Arcebispo de Malines

les premiers, assumèrent la tâche ardue de renouer la chaîne de l'enseignement philosophique, — Royer-Collard, Maine de Biran, Victor Cousin, Théodore Jouffroy, — sentant peser lourdement sur eux leur responsabilité dans l'œuvre de reconstruction sociale à laquelle ils avaient l'ambition de collaborer, jugeaient que, à la Sorbonne aussi bien qu'à leur foyer ou dans l'intimité de leur conscience, ils avaient l'obligation d'être eux-mêmes; aussi, à travers les problèmes les plus abstrus de l'idéologie, la jeunesse voyait transparaître chez eux, en les élans qu'ils s'interdisaient d'étouffer, leur personnalité morale et religieuse.

Or raconte Taine, cinq ou six jeunes gens qui, vers 1850, étudiaient l'un la botanique, un second la chimie et la médecine, les autres les mathématiques ou l'histoire, se réunissaient fréquemment, le soir au Quartier Latin et s'amusaient à raisonner. Le volume, *Les philosophes classiques du XIX^e siècle en France*, est sortie de leurs causeries.

L'impatience de ce petit cénacle de critiques de vingt ans s'accommodait mal de la gravité, d'ailleurs souvent guindée, des maîtres du jour. Taine leur eût voulu plus de desinvolture. «En ce qui me concerne, dit-il, je fais deux parts de moi-même : l'homme ordinaire, qui boit, qui mange, qui fait ses affaires, qui évite d'être nuisible et qui tâche d'être utile. Je laisse cet homme à la porte. Qu'il ait des opinions, une conduite, un chapeau et des gants comme le public : cela regarde le public.

«L'autre homme, à qui je permets l'accès de la philosophie, ne sait pas que ce public existe. Qu'il puisse tirer de la vérité des effets utiles, il ne l'a jamais soupçonné. A vrai dire, ce n'est pas un homme; c'est un instrument doué de la faculté de voir, d'analyser et de raisonner. S'il a quelque passion, c'est le désir d'opérer beaucoup, avec précision, et sur des objets inconnus. Quand j'entre dans la philosophie, je suis cet homme. Vous croyez qu'il souhaite autoriser le

sens commun et prouver le monde extérieur? Point du tout. Que le genre humain se trompe ou non, que la matière soit une chose réelle ou une apparence illusoire, il n'y met point de différence. — «Mais vous êtes marié, lui dit Reid. — Moi, point du tout. Bon pour l'animal extérieur que j'ai mis à la porte. — Mais, lui dit M. Royer-Collard, vous allez rendre les Français révolutionnaires. — Je n'en sais rien. Est-ce qu'il y a des Français?» Là-dessus, il continue notant, décomposant, comparant, tirant les conséquences pendues au bout de ses syllogismes, curieux de savoir ce que du fond du puits il ramène à la lumière, mais indifférent sur la prise, uniquement attentif à ne pas casser la chaîne et à remonter le seau bien plein. Il ôtera peut-être quelque chose à la certitude, peut-être beaucoup, peut-être tout, peut-être rien. Peu lui importe; il n'ôtera rien à la vérité (1)!

Ce séparatisme, qu'affichait Taine, est l'expression pittoresque de l'état d'esprit créé par celui que l'on a appelé le père de la philosophie moderne, Descartes.

Le grand effort de l'auteur des *Méditations* et du *Discours de la méthode* est une tentative d'isolement intellectuel.

Descartes a la passion de tout reconstruire. Il se dégagera donc, par la pensée, de toutes les conclusions acquises par ses devanciers. Il mettra à part sa foi religieuse et les enseignements de la morale. Il se formera une morale «par provision» (2), ainsi qu'il s'exprime, uniquement pour ne point heurter les usages reçus. Il veut ne rien devoir qu'à son effort intellectuel personnel. Il est aux antipodes de cet autre géomètre, Pascal, qui écrira: «L'humanité entière est comme un seul homme qui se continue à travers la chaîne des siècles».

(1) H. Taine, *Les philosophes classiques du XIX^e siècle en France*, pp. 36 et 37.

(2) Descartes, *Discours de la méthode*, troisième partie.

Pour Descartes, faire de la philosophie, c'est juger, c'est connaître, rien de plus, rien de moins. «Je ne puis donc mettre assez de soin, écrit-il, à écarter de ma créance tout ce que j'ai jamais cru être véritable; je ne saurais trop accorder à ma défiance, puisqu'il n'est pas maintenant question d'agir, mais seulement de méditer et de connaître» (1).

Le philosophe sait que les passions, les vertus et les vices, les faits moraux, en un mot, ne peuvent être ignorés, et ils ne le sont point. Mais ils n'ont de signification à ses yeux qu'à titre d'événements conscients. Ce sont des «pensées», et Descartes les appelle effectivement de ce nom. S'ils trouvent une place dans le champ de la philosophie, c'est qu'ils sont susceptibles d'analyse. Une vérité fondamentale suffit, une seule: Je pense, moi, être conscient, moi seul; je pense, donc je suis. Et l'œuvre entière du philosophe consistera à bâtir «sur ce roc inébranlable», ainsi que s'exprime Descartes, toutes les propositions que la raison raisonnante parviendra à rattacher à elle.

Lorsque le solitaire méditatif de La Haye, «tout le jour enfermé seul dans un poêle» (2), rencontre des choses bonnes ou mauvaises, c'est en observateur désintéressé qu'il les regarde. Elles sont pour lui objets de considération spéculative; insoucieux de l'aveu du poète, «*video meliora proboque, deteriora sequor*», et de la déclaration de si noble franchise de ce héros que fut saint Paul: «Ma vie morale m'est une énigme: le bien que je voudrais faire, je ne le fais pas; mais le mal que mon cœur réproûve, je le fais», *quod enim operor, non intelligo: non enim quod volo bonum, hoc ago: sed quod odi malum, illud facio* (3), il n'hésite pas à écrire ce propos

(1) Descartes, *Méditations, Méd. 1.^e Discours de la méthode*, quatrième partie.

(2) *Discours de la méthode*, deuxième partie.

(3) Ad Rom. VII, 15.

d'une hardiesse menteuse: «Il suffit de bien juger pour bien faire, et de juger le mieux qu'on puisse, pour faire aussitôt son mieux, c'est-à-dire pour acquérir toutes les vertus» (1).

Ce n'est pas ainsi que la sagesse antique comprenait son rôle.

Sans doute, la contemplation du vrai réclame un regard serein, et il est mal situé pour bien voir, celui que l'émotion agite. Tant que dure l'examen d'un problème, c'est la réalité seule, avec ses conséquences logiques qu'il faut voir, elle seule qu'il faut regarder, sans se préoccuper de la prise, ainsi que s'exprime Taine, «curieux de savoir ce que du fond du puits l'on ramènera à la lumière, uniquement attentif à ne pas casser la chaîne et à remonter le seau bien plein».

Mais lorsque le seau se décharge et que la prise se mêle à l'avoir que nous possédions, faut-il, se peut-il, qu'elle nous laisse indifférents?

Serait-il vrai que, pour être impartial, «objectif», il fallût n'avoir ni amour ni haine?

Où est-elle cette constitution cérébrale, sans cœur, sans famille, sans patriotisme, sans foi, ni espérance, ni charité?

Cet être artificiel n'existe point.

Il est légitime, autant qu'inévitable, que l'homme réfléchi confronte ses opinions ou ses convictions avec les conséquences morales ou sociales auxquelles elles lui apparaissent logiquement enchaînées.

Certes, le vrai n'est pas le bien, le vrai et le bien, à leur tour, se distinguent du beau, mais nous pressentons que, dans un ordre de choses bien établi, le vrai, le bien et le beau; la science, la morale et l'art ne peuvent être en irréductible conflit.

Aussi, observe William James (2), les logiciens contem-

(1) *Discours de la méthode*, troisième partie.

(2) *The varieties of religious experience*, p. 4.

porains discernent deux sortes de jugements, les uns d'*existence* ou de *constatation*, les autres de *valeur*, ou Werturteil, selon l'expression allemande.

Ces deux ordres de propositions naissent de préoccupations diverses. Il est naturel que l'intelligence les formes séparément d'abord, mais il ne l'est pas moins qu'elle les rapproche, ensuite, pour voir si elles sont ou ne sont point combinables.

Ainsi l'entendait Platon dans cette merveilleuse page du *Banquet*, où, après avoir fait recommander à Socrate, par Diotime, de chercher l'ordre et la beauté qui en est le reflet, dans des expériences particulières, dans la considération des choses sensibles, d'abord; dans la contemplation des âmes, de leurs bonnes actions, dans les institutions et les lois, ensuite; dans les sciences, enfin, le philosophe formule ces conclusions élevées: «Oui, Socrate, celui qui, après avoir parcouru, selon l'ordre, tous les degrés du beau, sera ainsi parvenu au terme de son initiation, apercevra soudain une beauté substantielle admirable, celle qui était l'objectif de tous ses efforts antérieurs; beauté éternelle, incréée et impérissable; exempte d'accroissement et de diminution; beauté qui n'est point belle d'un point de vue, laide de l'autre; belle en un temps et non en un autre; belle sous un rapport, laide sous un autre; belle ici, laide ailleurs; belle pour ceux-ci, laide pour ceux-là: beauté que l'on ne peut imaginer sensiblement sous forme de visage, de mains ou de membres corporels; qui n'est pas davantage un discours ou une science; qui ne réside pas en autre chose qu'elle-même, soit dans un être vivant, soit dans une réalité quelconque, terrestre ou céleste, mais qui soi-même, en soi-même, pour soi-même, forme une nature unique toujours subsistante; beauté dont participent d'une certaine façon toutes les choses qui sont belles, sans que cependant leur naissance ou leur disparition la rendent ni plus riche ni plus pauvre, lui infligent aucune

atteinte... O mon cher Socrate, si quelque chose donne du prix à la vie humaine, c'est la contemplation de la beauté absolue. Si jamais tu montes à cet idéal, que te sembleront, en sa présence, l'or et la parure, les grâces de l'enfance et les charmes de la jeunesse?... Crois-tu qu'elle serait si misérable la vie qui te ferait tourner les regards de ce côté et jouir de la contemplation et du commerce d'un aussi noble objet? Ne penses-tu pas, au contraire, que l'homme qui s'attache fixement à lui, produira non pas des simulacres de vertus, puisqu'il ne se laisse pas retenir par des simulacres, mais la véritable vertu, puisqu'il s'attache à la vérité?... Si quelqu'un doit être immortel, c'est lui (1)».

La tradition chrétienne — depuis les Pères de l'Église, qui s'inspirèrent surtout de la métaphysique platonicienne, jusqu'aux Docteurs du moyen âge, qui suivirent pour la plupart le sillage d'Aristote — fut unanime à se former, en accord avec les requêtes de la conscience morale et religieuse, une conception compréhensive de la philosophie.

La Scolastique se reconnaît à ces trois traits qui s'harmonisent dans l'unité plénière de sa physionomie: l'utilisation des sens et de la raison, sous la réserve de la subordination des premiers à la seconde; la soumission à un idéal unique, fait de vérité et de bonté, lumière et attrait; l'union, sans absorption ni exclusion, de la nature et de la surnature, c'est-à-dire de la raison et de la foi, du libre arbitre et de la grâce, de la famille ou de la cité et de l'Église.

Sans doute, à partir du XII^e siècle, — les documents méthodologiques, mis au jour depuis dix ans, l'ont établi à l'évidence, — la philosophie et la théologie sont, pour tous les docteurs, deux disciplines nettement distinctes; sans doute, à chacune ils reconnaissent ses moyens d'enquête et ses

(1) *Le Banquet*, éd. Didot. XXIX.

procédés autonomes de démonstration, mais nul, avant le divorce cartésien, ne se fût figuré que les exigences de la philosophie lui fissent un devoir ou même lui accordassent la liberté de se désintéresser de la moindre parcelle du trésor de la conscience humaine.

Aucune école, avant Descartes, n'avait érigé le séparatisme en système. Et, après Descartes encore, à plusieurs reprises, notamment chez Spinoza et, plus tard, chez quelques panthéistes de souche kantienne, l'on put croire que la loi de l'unité reprendrait son empire.

Spinoza, lui aussi, conçut son *Discours de la méthode*, tout imprégné de moralité et de religion. Il méditait pour pacifier son âme, il rêvait d'éternité. «L'expérience m'ayant appris, écrit-il dans sa *Réforme de l'entendement*, que tous les événements de la vie sont choses futiles..., j'ai pris enfin la résolution de rechercher s'il existe un bien véritable..., un bien qui donne à l'âme, quand elle le trouve et le possède, l'éternel et suprême bonheur» (1).

L'expérience sensible et la dialectique de la raison ne lui suffirent pas; au-dessus de l'une et de l'autre et indépendamment d'elles, il a aperçu l'être, cette entité abstraite, parvenue à son plus haut degré d'indétermination, potentialité d'autant plus réceptive de réalité qu'elle en a été davantage dépossédée, capacité d'autant plus remplissable qu'elle a été vidée plus à fond, et cet être, minimum, d'actualité, le géomètre l'a, par une fondamentale et désormais irréparable méprise, confondu avec l'Être, qui est la plénitude de l'être, la détermination suprême le summum d'actualité. Oscillant ainsi d'un pôle à l'autre, il s'enchevêtre dans une enfilade de théorèmes sur l'actualisation de la substance qu'il identifie à l'Être divin, et se trouve conduit, vers la fin de

(1) *Œuvre de Spinoza*, trad. Saisset, 2, III, p. 297.

son *Ethique* à ces solennelles conclusions: «*L'amour de Dieu doit occuper l'âme plus que tout le reste* (1). *Notre salut, notre béatitude, notre liberté consistent dans un amour constant et éternel pour Dieu, ou, si l'on veut, dans l'amour de Dieu pour nous*» (2).

Mais la voix de Spinoza retentit dans le désert, tout comme, un siècle plus tard résonnera dans le vide celle d'Auguste Comte, lorsque, parvenu au second versant de sa carrière, il essayera de subordonner l'esprit au cœur, la philosophie à un but social, à la religion de l'humanité.

Le courant cartésien fut plus fort que ces réactions éphémères.

Il a si puissamment envahi les esprits, que tous, sensualistes, positivistes, matérialistes, d'une part, idéalistes, panthéistes, de l'autre, encensent avec le même parti pris, la même idole, la spéculation pour elle-même, la pensée philosophique amoralisée et areligieuse.

A vrai dire, au fond, Spinoza lui-même ne sut point échapper à l'exclusivisme spéculatif. Son panthéisme est le développement logique d'une *Idée*, bien plus que la concentration d'une volonté sur un objet jugé digne d'amour et de culte.

Kant, sans doute, a embrassé dans sa critique les deux domaines de la pensée et de l'action, mais, au lieu de les rapprocher dans une conception intégrale unique, il n'a abouti qu'à creuser le fossé qui les séparait et à ériger en droit le dualisme que Descartes avait opéré en fait.

D'après lui, en effet, tandis que l'homme n'arrive aux conclusions métaphysiques qu'en les appuyant sur le sentiment personnel du devoir, la science garde le monopole de la certitude strictement dite, et, dès lors, la philosophie, digne de ce nom, ne peut être que théorique.

(1) *Ethique*, cinquième partie. Prop. 16.

(2) *Ibid.* Prop. 36. Schol.

L'exclusivisme scientifique descendit dans l'opinion publique, qui en vint à plus respecter la distinction qui s'impose entre les sciences particulières avec leur programme propre, leurs procédés distinctifs, leurs conclusions fermes, et « la Science » qui, sous une appellation collective, était supposée les condenser et les maximiser toutes.

La recherche scientifique, dans le domaine de l'archéologie et de l'histoire aussi bien que dans celui des sciences de la nature, a besoin d'idées directrices qui sont les moteurs et les guides de l'effort. Les professionnels savent que ce sont des outils que l'expérience éprouvera, perfectionnera ou rejettera; mais le public même instruit, que fascinaient les progrès merveilleux et incessants réalisés par les sciences positives, identifia à plaisir l'hypothèse scientifique avec la science elle-même; l'hypothèse, utile dans un cercle restreint de phénomènes, avec une théorie ou vue générale de l'esprit, et il y eut une heure — est-elle passée pour tous? — où la Science, hissée sur un trône par l'engouement général, était chargée de représenter et d'être tout à fois la pensée, la morale, la religion.

*

* * *

A l'heure où cet engouement stupide atteignait son apogée, résonna en France le coup de claron de Brunetière: la faillite de la science.

Henri Poincaré, Duhem, Le Roy rappelèrent avec autorité certains théoriciens naïfs à une intelligence plus modeste et plus saine des principes et des inductions de la science. Pascal, non point le géomètre, mais le moraliste, le croyant, l'apologiste, fut remis en honneur.

Aux Etats-Unis et en Angleterre, en France, en Italie, les réactions pragmatistes ou volontaristes pullulèrent, et aujourd'hui, j'entends dans la philosophie de ces dernières

décades, le débat semble nettement posé entre «l'intellectualisme» et «l'antiintellectualisme», celui-ci réagissant, à son tour, avec excès contre les excès de celui-là.

Le premier, issu de Descartes, en a gardé l'exclusivisme et ne veut toujours voir dans le philosophe qu'un cerveau pensant.

Le second a ressaisi, même avec fougue, l'homme tout entier, avec ses sens, son intelligence, toutes ses facultés de connaître, sans doute, mais aussi avec ses émotions, ses aspirations, ses vouloirs; avec sa foi religieuse, s'il est croyant; avec toutes ses attaches, même familiales et sociales.

Aussi bien, n'est-ce pas l'homme concret, en chair et en os, c'est-à-dire le moi personnel, moral ou amoral, si vous le voulez, religieux ou areligieux, chrétien ou non chrétien, catholique ou non catholique, enfin, l'homme tout entier vivant, pensant, agissant, qui philosophe?

Et dès lors, comment voulez-vous que sa pensée s'arrête, que son âme de chercheur soit en repos, tant que, dans la construction mentale qu'il aura élaborée, il ne se retrouvera pas lui-même?

Il y a en nous, je le sais et ne l'oublie pas, deux pensées qui se superposent, l'une spontanée, l'autre réflexive. Mais la seconde a pour matière et pour objet le contenu de la première, et dès lors, ce n'est qu'en l'épuisant qu'elle s'apaisera.

Taine se gaussait de Royer-Collard qui, à l'école de Reid, avait appris à confronter ses conclusions doctrinales avec le sens commun.

Certes, le sens commun n'est pas le juge d'appel. Il se fait juger. Néanmoins, en première instance, il juge.

Quant à la réflexion, elle déroge à sa mission de contrôle, dans la mesure où elle rétrécit son champ de vision, qui est naturellement coextensif à celui de la vie spontanée.

La loi primordiale du théoricien de la philosophie est

donc de donner pour thème à ses investigations, non pas la pensée et l'existence du moi pensant; non pas davantage une partie plus ou moins large du réel que quelques sciences particulières exploitent, mais la totalité de l'être que notre activité directe est capable d'embrasser.

Et il importera de ne point déformer ces données premières.

Le philosophe les serrera d'aussi près qu'il le pourra; et parce qu'elles forment, non un champ où se juxtaposent des parterres tirés au cordeau, mais un fleuve dans lequel toutes les sources de l'activité de l'âme confondent leurs eaux, le philosophe sera astreint à une double tâche:

Il décomposera le donné spontané parce que, fait pour abstraire et incapable de se soustraire à sa nature et aux lois qu'elle lui impose, il doit, bon gré mal gré, débiter par l'analyse.

Mais, lorsque celle-ci aura terminé son labeur, il recomposera.

Pas de philosophie sans synthèse.

Pas de philosophie achevée, sans synthèse intégrale.

L'unité n'est pas seulement, au point de vue esthétique, le sceau de la grandeur, l'indice révélateur de l'ordre, elle est la condition *sine qua non* de la stabilité, la loi essentielle de l'équilibre et de la durée.

Deux courants de pensée ramènent aujourd'hui la philosophie à une conception unitaire.

Un premier courant se dessine dans le pragmatisme de William James, dans l'humanisme de Schiller et dans leurs multiples dérivés. Je ne m'y attarderai pas, parce que j'y vois des méthodes plutôt que des systèmes.

Ces méthodes s'inspirent d'une préoccupation commune, la substitution d'une fin utilitaire à la connaissance objective de la vérité; elles s'accordent dans leur opposition outran-

cière à l'exclusivisme spéculatif, marquent une orientation, mais n'ont pas produit une synthèse doctrinale qui se signale par des résultats appréciables et nouveaux.

La France, au contraire, possède à l'heure présente un groupe de penseurs d'une puissante originalité.

A M. Léon Ollé-Laprune, successeur de M. Vacherot à l'École normale supérieure, échet la mission d'éveiller à la réflexion philosophique Bergson, Le Roi, Wilbois, Maurice Blondel, qui, d'une manière souvent indépendante, reviennent aujourd'hui par des voies partiellement convergentes vers une conception plus organique, plus unifiée de la philosophie.

M. Ollé-Laprune marqua d'emblée le terme catholique d'une rénovation spirituelle vers l'unité.

«C'est une façon de penser et de philosopher très mesquine et très étroite, écrivait-il, que de réduire l'homme au sens, ou au sentiment, ou à la pure raison... C'est une mesquinerie et une étroitesse de supprimer la sphère religieuse et de traiter de l'homme et des choses humaines comme si le christianisme n'existait pas...

«Est-ce à dire qu'il faille tout mêler? Non pas, car tout mêler c'est tout brouiller .. Mais l'homme, l'homme qui pense, s'il a une façon de penser large et haute, cet homme relie et domine ces domaines divers, et dans chacun il demeure ce qu'il est, homme complet et si c'est un chrétien, chrétien complet» (1).

Aux excès du criticisme, Ollé-Laprune opposa le droit du philosophe aux affirmations initiales: «Pour penser virilement, disait-il, il n'est pas nécessaire d'avoir douté. Quand il s'agit de se rendre compte des choses, *le doute n'y fait rien*, dit excellemment Leibniz. Le doute détruit, dissout, ou du moins trouble la chose à voir. Que, pour surmonter le

(1) *Le prix de la vie*. Préface, pp. X-XI.

doute, on examine, soit. Mais que, pour examiner, il faille commencer par douter, c'est ce que je nie» (1).

Au séparatisme arbitraire dont la loi pesait encore quasi universellement sur les esprits, il opposa l'obligation de ne pas aller à la recherche de la vérité avec une âme mutilée, et se donna pour tâche d'intégrer toutes les forces intérieures, toutes les richesses de la tradition, toutes les ressources de la vie religieuse dans une philosophie qui, cependant, ne méconnaissait pas les prérogatives d'un intellectualisme docilement soumis à la réalité objective. «Penser est le labeur et l'office du philosophe, disait-il; mais je ne dirai pas que ce philosophe est un penseur, si être penseur c'est accomplir à part une fonction spéciale, et se ranger comme dans une caste, et avoir une étiquette restrictive ou un domaine où l'on se cantonne. Le vrai philosophe pense, lui, avec son âme tout entière..., car il pense en homme et humainement. Il pense en s'appuyant sur le sol qui le porte, en demeurant en contact avec l'humanité dont il fait partie, avec les vivants, avec les morts... Il pense enfin, attaché à Dieu, principe, soutien, lumière, règle de toute pensée... Qui ne veut vivre d'une vie normale et totale ne peut philosopher comme il faut. Qu'on aille à la recherche de la vérité avec une âme mutilée, c'est ce que je ne puis comprendre... Si la philosophie est la théorie de la vie totale, elle n'est pas elle-même la vie totale, et dès lors il faut la constituer sous cette réserve dominante: on doit vivre et vivre normalement avant de philosopher normalement sur la vie, et avant de vivre légitimement de sa philosophie» (2).

Celui qui faisait passer dans son jeune auditoire le souffle de ce noble langage était un éducateur, plus encore qu'un

(1) *Étude sur Jouffroy*, p. 208.

(2) *Éloge du P. Gratry*, pp. 10-11. Cf. *Ollé-Laprune*, par M. Maurice Blondel, pp. 31-35.

maître. Il fut l'initiateur qui suscite des élans, il ne fut pas chef d'école. Ses élèves emportèrent, de leur contact sympathique avec lui, une tendance synthétique commune, — c'est elle et elle seule qui nous attache dans cette étude historique, — mais l'empreinte dont il marqua leurs esprits ne fut ni assez profonde ni assez cohérente pour les déterminer à collaborer efficacement à une œuvre doctrinale collective.

M. Henri Bergson ne nous a pas dit expressément, jusqu'à cette heure, ce que « l'intuition » lui fait pressentir dans le double domaine moral et religieux. Il veut *sérier* les questions, et déclare ne pas prévoir encore ce que pourrait être son éthique ou sa théologie. Essayons d'esquisser l'œuvre du psychologue et du métaphysicien :

Le monde est ce qui évolue ; l'homme est le dernier terme actuel de son évolution.

L'évolution agissant dans des intentions utilitaires, la nature de l'intelligence doit se comprendre par son utilité, c'est-à-dire comme un moyen d'agir sur la matière. Au fait, l'intelligence n'est que cela : une faculté de décomposer, par des coupes instantanées, le flux de la conscience, de déposer dans le moule des concepts les fragments qu'elle a artificiellement immobilisés, à l'effet de les ranger l'un à la suite de l'autre dans le champ mort de l'espace. D'où la géométrie, le géométrisme, le mécanisme universel de l'ancienne philosophie.

Or, celle-ci est la dupe d'une méprise fondamentale. Car la réalité est mobilité.

Témoin ma conscience qui me dit qu'« exister », c'est couler, vivre, évoluer. Cette coulée, que William James appelle le courant de la conscience (*the stream of consciousness*), ce temps, cette durée est quelque chose d'indivisiblement continu.

Témoin aussi la nature : même la matière « inerte », considérée comme un tout (l'Univers) est mobile ; la vie est la mobilité même, le soulèvement du poids de la matérialité.

C'est ce flux universel qu'il faudrait pouvoir saisir.

Qu'est-il ce flux universel et comment l'étreindre ?

Ce qu'il est ?

Un élan vital, sans finalité ; une action immanente qui se déroule imprévisiblement, alogiquement, amoralement. Le fleuve coule, il ne nous fait apercevoir ni sa source ni son embouchure. A-t-il une source ? Existe-t-il quelque part un océan où il se déverse ?

Réussirons-nous à saisir cet élan vital ?

Ne comptons pas y réussir par l'intelligence qui taille ses concepts en unités discontinues et figées ; mais espérons mieux de « l'intuition » de « l'esprit » — celui-ci désignant la totalité de la puissante cognitive aux prises avec le réel — qui s'installe, tant qu'il le peut, dans le flux de la durée.

Aussi bien, le fait que l'Évolution a suivi deux voies divergentes pour aboutir ici à l'intelligence, là à l'instinct, nous donne le pressentiment qu'autour du noyau de l'intelligence il y a une frange d'instinct.

La poussée qui éveille l'intuition est la loi profonde de l'esprit.

L'effort analytique de la conscience distincte saisit naturellement les *choses*, mais celles-ci, dès qu'elles sont devenues telles, appartiennent au passé ; pour pénétrer le réel, il faudrait que l'observateur intérieur se détachât du « tout fait », pour saisir au vol le « se faisant » ; il faudrait que « se retournant et se tordant sur elle-même, la faculté de *voir* ne fît plus qu'un avec l'acte de *vouloir*. Effort douloureux, que nous pouvons donner brusquement en violentant la nature, mais non pas soutenir au delà de quelques instants » (1).

Que tous les penseurs fassent cet effort : à ce prix seulement, ils retiendront et s'assimileront quelque chose du flot de la vie.

(1) *L'évolution créatrice*, pag. 258.

La dialectique intellectuelle est ce qui assure l'accord de notre pensée avec elle-même. Mais par la dialectique, bien des accords différents sont possibles et il n'y a pourtant qu'une vérité. L'intuition, si elle pouvait se prolonger au delà de quelques instants, n'assurerait pas seulement l'accord du philosophe avec sa propre pensée, mais encore celui de tous les philosophes entre eux. Telle qu'elle existe, fuyante et incomplète, elle est, dans chaque système, ce qui vaut mieux que le système, et ce qui lui survit. L'objet de la philosophie serait atteint, si cette intuition pouvait se soutenir, se généraliser, et surtout s'assurer des points de repère extérieurs pour ne pas s'égarer (1).

Atteindrait-elle l'Absolu? Oui, mais il importe de préciser. L'absolu, chez Bergson, n'est pas autre chose que le devenir universel, élan vital un et continu, qui suspend momentanément le poids de la matière, en retarde la chute dans la dissémination spatiale. «J'admets, écrit Bergson, qu'en présence de l'univers on parle d'un centre d'où les mondes jailliraient comme les fusées d'un immense bouquet, pourvu toutefois que l'on ne prenne pas ce centre pour une chose, mais pour une continuité de jaillissement. Dieu, ainsi défini, n'a rien de tout fait: il est vie incessante, action, liberté. La création, ainsi conçue, n'est pas un mystère; elle est une action qui grossit en avançant, qui crée au fur et à mesure de son progrès: nous l'expérimentons en nous, dès que nous agissons librement (2).

Nul, plus efficacement que Bergson, n'aura contribué à nous délivrer de l'idéalisme kantien et du positivisme mécaniste; nul n'aura avec plus de succès secondé l'effort de reconstruction qui vise à réparer les ruines accumulées par les excès de l'esprit critique.

(1) *L'évolution créatrice*, pp. 259-260.

(2) Pâg. 270.

Mais à la reconstruction elle-même, l'auteur de *l'Essai sur les données immédiates de la conscience* et de *l'Évolution créatrice* aurait-il positivement collaboré ?

Sa théorie de l'immanentisme est-elle autre chose qu'un poème ouvragé avec élégance sur une trame fictive ?

M. Bergson récuse l'interprétation intellectuelle des prétendues données immédiates de la conscience, parce qu'elles lui apparaissent dans l'espace, sous l'aspect de la matérialité : gagneront-elles en valeur, parce qu'il veut les voir sous l'aspect physiologique d'un élan vital ?

Quoi qu'il fasse, qu'il pense réflexivement ou spontanément, le philosophe ne peut dépouiller sa nature : il pensera humainement : or, penser humainement c'est, malgré qu'on en ait, abstraire des concepts les composer ou les dissocier ; c'est faire cela, rien que cela.

Tantôt, emporté par l'élan de sa nature et livré à la plénitude harmonieuse de ses puissances cognitives, le sujet pensant jettera sur la totalité superficielle du réel une vision d'éclair à peine consciente ; tantôt, il arrêtera, avec une lenteur voulue, son attention sur chacun des éléments qui composent l'objet de sa pensée spontanée, à l'effet d'en pénétrer plus intensément les profondeurs et les replis : mais la première opération, que l'on appellera, si l'on veut, « intuition », aussi bien que la seconde, la réflexion, ne sont que deux modalités d'exercice d'une même activité. Elles sont donc inéluctablement soumises l'une et l'autre à la loi naturelle et, par conséquent, uniforme et constante, d'abstraction qui les régit.

Le « morcelage conceptuel », c'est-à-dire le caractère abstraitif de l'objet perçu peut n'être pas ou n'être guère apparent dans « l'intuition », parce que, en effet, à raison de la célérité avec laquelle elle s'exerce et de la fréquence de ses expériences répétées, l'activité spontanée peut échapper et souvent échappe au regard distinct de la conscience ; le « morcelage » est, par contre, manifeste dans l'analyse réflexive,

parce que celle-ci implique des actes de délibération et de choix : mais le plus ou moins de netteté dans la perceptibilité, de distinction dans la perception du phénomène n'en change pas la nature.

Certes, l'impossibilité où nous sommes de saisir tout le réel d'une seule étreinte accuse une infériorité relative de l'intelligence, mais l'opération abstractive apporte à la conscience des compensations : elle nous renseigne sur la provenance de nos concepts et nous reporte avec sécurité vers cette réalité objective à laquelle l'immanentisme nous laisse forcément étrangers ; elle nous permet d'envisager l'être en lui-même et pour lui-même, et prête à la raison discursive le point d'appui nécessaire et suffisant pour affirmer l'existence d'une réalité transcendante, Acte pur, Principe et Fin de ce monde qui évolue.

M. Bergson a reconnu dans M. Edouard Le Roy un interprète fidèle de sa pensée, et M. Le Roy, de son côté, attribue à la philosophie de Bergson « une importance exceptionnelle, une infinie portée ». « On peut ne pas la comprendre, dit-il, mais l'avenir est là ; en dépit des méconnaissances, en dépit des incompréhensions, là est désormais le point de départ de toute philosophie spéculative » (1).

Avec M. Poincaré et M. Duhem, M. Le Roy a fait le procès du scientisme en montrant, disons plutôt en forçant la part de l'artifice utilitaire que comprennent les notations et les conventions de la terminologie constitutive des sciences positives. Il a ainsi hâté la « phase organique » dans laquelle semble rentrer la pensée philosophique et sociale, mais il ne s'est pas défendu de transporter arbitrairement, à la façon de Tyrrell, son symbolisme au dogme catholique,

(1) Ed. Le Roy, *Une philosophie nouvelle*, p. 208. Paris, Alcan, 1912.

tandis que, sur le terrain de la philosophie pure, il voudrait nous retenir dans un *fieri* amorphe, où la vérité ne s'affirme jamais par une conquête définitive. «La vérité absolue, écrit-il, ce n'est ni un système particulier, ni la somme de tous les systèmes, ce serait plutôt leur enveloppe, la courbe dont ils sont tangentes; disons mieux: c'est leur mouvement, leur progrès, leur devenir, leur vie, leur évolution, leur convergence» (1).

M. Joseph Wilbois et M. Maurice Blondel, à leur tour, partent de la critique de l'idéalisme et «du positivisme d'il y a vingt ans».

MM. Bergson et William James ont montré ce qu'il y a de factice dans le sens commun; Henri Poincaré, Duhem et le Roy ont mis à nu les artifices symboliques de la physique; l'auteur du récent ouvrage, *Devoir et durée*, a pris à tâche de dénoncer les périls de mensonge que cèlent les méthodes appliquées par un de Tourville et un Durkheim aux sciences sociales.

Cela fait, et après un loyal hommage rendu aux efforts patients de la sociologie, M. Wilbois essaie de surprendre en son âme et dans la société «la poussée d'un élan humain» (2), de même que Bergson tentait de saisir «l'élan vital»; interrogeant, d'une part, «l'intuition de la durée causante, qui rend indéfinies les prétentions de notre âme», et, d'autre part, les analyses sociologiques, il élabore une morale sociale, dont on ne peut ne pas admirer l'accent de noblesse et l'élévation.

Le Dieu de M. Wilbois et de M. Blondel n'est plus le devenir, bon gré mal gré, panthéistique de Bergson, en voie

(1) Ed. Le Roy, *Dogme et critique*, p. 355.

(2) *Devoir et durée, Essai de morale sociale*, p. 403. Paris, Alcan, 1912.

de perpétuelle reconstruction, auquel le fond mystérieux de l'âme adhérerait, sous la poussée d'un déterminisme inconscient; c'est le Dieu transcendant, personnel. La vie morale et la vie religieuse s'enchaînent. Et ce n'est pas un mince réconfort pour une conscience chrétienne et catholique, que de voir des penseurs, dont nul ne conteste la loyauté et l'autorité, pousser la logique pénétrante de leurs déductions jusqu'à ces conclusions que nous nous plaisons à reproduire:

« Toutes les vérités qui nous intéressent sont l'expression d'une réalité sociale, écrit M. Wilbois. Il est une réalité sociale qui enveloppe toutes les autres, c'est le transcendant qu'on rencontre dans la vie de l'humanité, c'est Dieu... Dieu exige de nous trois vertus principales: *la foi, l'espérance et la charité.*

La foi: « Nous savons, dit M. Wilbois, que Dieu soutient, dans son ensemble, la montée de son genre humain, et, puisque cette montée ne s'accomplit que par l'accord de nos missions particulières, je suis sûr qu'il ne m'abandonnera pas dans la mienne: n'est-ce pas lui qui nourrit les oiseaux et qui vêt les lis, ô hommes de peu de foi?

« Je suis aussi grand que l'humanité, poursuit-il, et plus grand, puisque j'y ajoute mon présent, et aussi réel et plus réel que cette durée dont j'augmente la tension. Et moi, souverain maître de cette marée croissante, quelques-uns voudraient me faire dire que je ne suis qu'un phénomène aussi fragile qu'une bulle qui crève. Pour la raison moderne, le grand scandale n'est pas l'immortalité, mais la mort, et ainsi naît une vertu nouvelle, qu'on appelle l'espérance.

« La foi et l'espérance ne sont que des acheminements à la charité. Pour vivre complètement, — c'est toujours M. Wilbois qui parle, — nous devons aimer tous les hommes. Mais notre cœur ne peut s'éparpiller dans cette foule anonyme, ni la chérir dans des perfections qu'elle n'a pas: il faut qu'il se réfugie dans celui qui déjà lui a miraculeuse-

ment permis de croire et d'espérer. Il faut qu'il se donne passionnément à l'ascension où Dieu l'emporte, et qu'il aime désormais en Dieu ceux qui montent à ses côtés... Si je n'ai pas la charité, je suis aussi inexistant qu'un airain qui sonne et qu'une cymbale qui retentit, parce que, dans notre histoire, ce sont les actes de charité qui créent un peu plus d'humanité: si la durée est l'essence de l'esprit, la charité est la trame de la durée.

«Ces trois vertus ne me lient pas directement à Dieu: entre lui et moi, conclut l'auteur, il y a des intermédiaires: en droit, c'est tout le genre humain; en fait, c'est l'Église.

«Le christianisme nous propose un enseignement et une pratique morale, plus spécialement l'usage des sacrements.

«S'il fallait faire tenir la vérité chrétienne en trois mots, on la résumerait dans la formule: *Dieu fait homme*.

«A son tour, notre vie morale et notre existence sacramentelle peuvent se résumer en cette formule, inverse de la formule des dogmes: *l'homme haussé jusqu'à Dieu*.

«Or, le double mouvement, de descente du Divin dans notre pensée et de montée de notre pratique vers le Divin, n'établit pas un contact entre Dieu et l'individu, mais entre Dieu et la société. Nos dogmes fondamentaux sont sociaux en effet» (1).

C'est ici que vient prendre place la *philosophie de l'action* de M. Maurice Blondel, l'écrivain le plus pénétrant et le plus riche de la pléiade, mais dont la pensée, à raison de sa complexité même, de la multiplicité infiniment nuancée de ses aspects et de ses expressions, de problèmes fondamentaux auxquels elle touche, a créé de troublantes équivoques et suscité des débats qui ne sont pas épuisés.

Philosophie, oui, car l'auteur entend ne mettre en œuvre

(1) *Loc. cit.*

que ses moyens naturels de connaître et ne rien accueillir qui ne soit intérieurement postulé par l'âme, suivant ce principe, que «rien ne peut entrer en l'homme qui ne corresponde, en quelque façon, à un besoin d'expansion». «Ce qui ne répond pas à un appel du dedans, dit encore M. Blondel, ce qui est purement et simplement du dehors, cela ne peut ni pénétrer sa vie, ni informer sa pensée, c'est radicalement inefficace en même temps qu'inassimilable».

Philosophie donc, mais *apologétique* tout de même, ou, plus exactement, *contribution apologétique*, c'est-à-dire démonstration, par l'expérience, du besoin que l'âme a de Dieu pour l'accomplissement de sa destinée; préparation subjective des consciences loyales à la foi chrétienne et catholique.

Car, si la conscience seule est citée à la barre, elle est appelée à s'ouvrir sans réserve et sans réticence.

«Je ne prétendrai pas me connaître et m'éprouver, dit M. Blondel, acquérir la certitude ni apprécier la destinée de l'homme, sans livrer au creuset tout l'homme que je porte en moi. C'est un laboratoire vivant que cet organisme de chair, d'appétits, de désirs, de pensées dont je sens perpétuellement l'obscur travail: voilà où doit se faire d'abord ma science de la vie» (1).

Or, creusez à fond l'action humaine, c'est-à-dire «la plénitude cachée de ses œuvres et de toutes les exigences de sa vie», et vous apercevrez inévitablement ses ressources, oui, mais aussi vous serez le témoin de ses déficiences.

La nature humaine, non telle qu'elle est concevable dans un monde hypothétique qui n'exista jamais, mais telle qu'elle est donnée dans le monde des réalisations historiques, ne peut se confiner dans l'ordre naturel sans éprouver le sentiment pénible de son irrémédiable indigence (2).

(1) *L'Action*. Introd., p. XII.

(2) La nature humaine est blessée, dit saint Thomas d'Aquin. Le

La totalité de l'expérience, «l'action», rompt toujours l'équilibre artificiel d'une pensée qui prétendait se suffire et se borner en elle-même.

L'unité et son équilibre définitif que poursuit obstinément la conscience ne s'obtiennent donc pas par une systématisation rationnelle de vérités spéculatives, celles-ci fussent-elles indissolublement solidaires des vérités de l'Éthique et de la théologie naturelle, ils exigent d'elle l'aveu justifié d'une disproportion entre le terme mystérieux de notre destinée et les ressources défaillantes d'une nature à charge à elle-même.

Les problèmes posés au philosophe par l'expérience totale de la vie, la philosophie ne réussit ni à en comprendre tout l'énoncé, ni à en procurer la solution.

Le mouvement «vers l'unité» n'aboutit ni n'aboutira en pleine autonomie.

La vérité suprême de la philosophie, c'est que la philosophie «séparée» ne réalise pas la synthèse intégrale de la vie réelle.

«Pour consommer la nature et clore l'aspiration de l'homme, écrit M. Blondel, l'homme et la nature ne suffisent pas : or, il est impossible que le déploiement complet de l'action volontaire ne nous amène pas devant ce trou béant qui nous sépare de ce que nous voulons être ; il est impossible que nous comblions l'abîme, impossible que nous ne

fonds de son être et ses facultés subsistent dans leur intégrité, sans doute, mais il y a de désordre dans leurs inclinations et leurs capacités : la raison est obscurcie, la volonté endurcie, les énergies les plus nobles entravées, les passions égoïstes attisées. Saint Thomas, *Summ. theol.*, 1-2, pag. 85, art. 3. Les théologiens ont coutume d'esquisser de deux traits l'état de l'humanité déchue : Le péché originel a ravi à l'homme, disent-ils, les richesses de la grâce et l'a blessé dans ses ressources naturelles : *Per peccatum originis hominem spoliatum gratuitis, vulneratum in naturalibus.*

vouliions pas qu'il soit comblé; impossible que nous ne concevions point la nécessité d'une divine assistance» (1).

Tandis que le philosophe creuse cette indigence douloureuse, devant lui se dresse une société qui s'affirme d'origine divine, se dit en mesure de combler avec surabondance le vide de l'âme et de panser ses plaies, et s'offre, au surplus, — et ce point capital M. Blondel l'a malheureusement trop laissé dans l'ombre, — à fournir les preuves objectives, nécessaires, rationnelles de la légitimité de sa mission. «Écoute et regarde, disait le cardinal Dechamps; il n'y a que deux faits à vérifier, un en nous, et un hors de nous; ces deux faits se recherchent pour s'embrasser, et, de tous les deux, le témoin c'est nous-mêmes» (2).

M. Blondel et M. Wilbois ont écouté et regardé; croyants l'un et l'autre, ils rendent témoignage qu'ils ont vu les deux faits s'embrasser, et proclament qu'en effet l'enquête de leur pensée n'a de cesse qu'à la condition qu'elle s'achève dans la foi chrétienne et catholique.

(1) *L'Action*, p. 401.

(2) *Entretiens sur la démonstration catholique de la Révélation chrétienne*, 1.^{er} Entretien, p. 16. La pensée du cardinal Dechamps peut être brièvement traduite en ces quelques mots: C'est un fait de conscience, et de conscience universelle, que dans les choses de religion, c'est-à-dire en tout ce qui relie la vie présente à la vie future, l'homme à sa fin suprême, l'homme à Dieu, l'homme ne se fie ni à soi-même, ni à ses semblables, mais veut une certitude appuyée sur le témoignage de Dieu lui-même. C'est encore un fait de conscience que, dans sa condition actuelle, il demande cet enseignement divin à une autorité vivante et traditionnelle. Voilà le fait *intérieur*.

Or, à ce fait intérieur correspond cet autre fait *extérieur, public*: l'Église catholique vient au-devant de l'humanité pour l'enseigner, et porte seule le signe divin d'une autorité vivante, universelle, permanente.

Il suffit donc à la bonne foi de chercher Dieu, pour s'écrier à sa rencontre: Le voilà! Cf. Cardinal Dechamps. *Lettres théologiques*, 2.^e lettre.

SUR LES COURBES GAUCHES DU TROISIÈME ORDRE

1. Les trièdres $(\alpha_i \beta_i \gamma_i)$ formés par les ternes de plans osculateurs menés à une cubique gauche C_3 par les différents points S_i d'une

droite donnée s déterminent dans un plan osculateur α_1 de la courbe des triangles circonscrits à une conique de la développable osculatrice à C_3 et inscrits dans une seconde conique. Ces triangles sont donc conjugués à une conique désignée par la notation (α_1) . Les coniques (α_1) appartiennent à une gerbe tangentielle de quadri-



CL. SERVAIS

Professeur à l'Université de Gand, de l'Académie Royale de Belgique

ques; les sphères de Monge de ces surfaces proprement dites ou dégénérées ont deux points communs Δ_1, Δ_2 . Les sphères (Δ) du faisceau ayant pour points limites Δ_1, Δ_2 déterminent sur la droite S une involution (I) . Deux points donnés S_1, S_2 de cette droite sont séparés harmoniquement par un seul couple de l'involution (I) ; la sphère (Δ) correspondant à ce

couple, coupe orthogonalement les sphères de Monge du réseau (R) formé par les quadriques conjuguées aux deux trièdres $(\alpha_1 \beta_1 \gamma_1)$, $(\alpha_2 \beta_2 \gamma_2)$ dont les faces sont les plans osculateurs menés des points S_1, S_2 à la cubique gauche C_3 .

Les couples de points déterminés par les plans (β_1, γ_1) (β_2, γ_2) sur la droite $\alpha_1 \alpha_2$ définissent une involution dont les éléments doubles E, F constituent une quadrique du réseau (R). Par conséquent

Étant donnés deux trièdres $S_1 (\alpha_1 \beta_1 \gamma_1)$, $S_2 (\alpha_2 \beta_2 \gamma_2)$, une face de l'un coupe une face de l'autre suivant une droite dont deux points E, F sont conjugués relativement aux deux dièdres opposés à ces faces.

Les sphères ayant pour diamètres les neuf segments EF et la sphère $(S_1 S_2)$ coupent orthogonalement une même sphère.

2. La conique (α_1) (1) et une analogue (α_2) déterminent un faisceau tangentiel de quadriques (F), conjuguées à tous les trièdres $(\alpha_i \beta_i \gamma_i)$ (3). Les plans α_1, α_2 de ces coniques sont deux faces ACD, BCD du tétraèdre ABCD conjugué au faisceau (F). Ces plans font partie des trièdres $S_1 (\alpha_1 \beta_1 \gamma_1)$, $S_2 (\alpha_2 \beta_2 \gamma_2)$ et les droites $\beta_1 \gamma_1$, $\beta_2 \gamma_2$ passent respectivement par les points B, A pôles de la droite $\alpha_1 \alpha_2 \equiv CD$ relativement aux coniques (α_2) , (α_1) .

Les plans ABC, ABD renferment deux coniques du faisceau (F); elles sont conjuguées à tous les trièdres $(\alpha_i \beta_i \gamma_i)$ et ne font pas partie du groupe des coniques (α_1) . On les désignera par la notation Σ .

Les plans des coniques Σ sont les conjugués relativement à la cubique gauche C_3 des plans passant par la droite $s \equiv S_1 S_2$.

En effet par le point D passent les plans $\alpha_1, \alpha_2, \alpha_3$ osculateurs à la courbe C_3 ; le plan α_3 coupe la droite s en un point S_3 intersection des plans osculateurs $(\alpha_3, \beta_3, \gamma_3)$. Le plan α_3 et la droite $\beta_3 \gamma_3$ déterminent dans le plan α_1 une droite

et son pôle relativement à la conique (α_1) conjuguée au triangle $A C D$; le pôle considéré est donc situé sur la droite $A C$. Ainsi la droite $\beta_3 \gamma_3$ coupe $A C$ en un point P_1 et par analogie $B C$ en un point P_2 .

Les droites $S_1 P_1, B P_2$ joignant les traces des droites $\beta_1 \gamma_1, \beta_3 \gamma_3$ sur les plans α_1, α_2 sont des directrices du système réglé $(\beta_1 \gamma_1, \beta_3 \gamma_3, \dots)$ inscrit dans la développable osculatrice à la cubique C_3 . De même $S_2 P_2, A P_1$ sont des directrices du système réglé analogue $(\beta_2 \gamma_2, \beta_3 \gamma_3, \dots)$.

Les tangentes à la cubique gauche C_3 situées dans les plans osculateurs β_3, γ_3 coupent la droite $\beta_3 \gamma_3$ en deux points B_3, C_3 . On désigne par π, π' les plans $A B C, (s, \beta_3 \gamma_3)$. Les plans $\beta_3, \gamma_3, \pi, \pi'$ sont tangents à l'hyperboloïde $(\beta_2 \gamma_2, \beta_3 \gamma_3, \dots)$ aux points B_3, C_3, P_1, P_2 ; ils sont tangents à l'hyperboloïde $(\beta_1 \gamma_1, \beta_3 \gamma_3, \dots)$ aux points B_3, C_3, P_2, P_1 ; on a donc

$$(\beta_3 \gamma_3 \pi \pi') = (B_3 C_3 P_1 P_2) = (\beta_3 \gamma_3 P_2 P_1) = -1$$

Ainsi les plans π, π' sont conjugués relativement à la cubique C_3 et on a la propriété

Un plan quelconque étant mené par la droite s , son conjugué relativement à la cubique gauche C_3 coupe tous les trièdres osculateurs $S_i(\alpha_i \beta_i \gamma_i)$ suivant des triangles conjugués à une même conique Σ .

Les sphères de Monge des coniques Σ passent par deux points fixes.

3. Les égalités

$$(\beta_3 \gamma_3 \alpha_1 \alpha_2) = (B_3 C_3 P_1 P_2) = -1$$

montrent que

Les plans $\alpha_1 \alpha_2$ des coniques $(\alpha_1), (\alpha_2)$ (2) qui déterminent le faisceau tangentiel dont fait partie la conique Σ sont conjugués harmoniques relativement aux plans osculateurs $\beta_3 \gamma_3$ qui se coupent dans le plan de la conique Σ .

4. Aux points E, F d'une cubique gauche C_3 on désigne par $\varepsilon\varphi$ les plans osculateurs; par g_e, g_f les droites associées; par E_1, F_1 les points $(g_e, \varepsilon\varphi), (g_f, \varepsilon\varphi)$. Sur une droite A s'appuyant sur g_e, g_f on prend arbitrairement deux points S, P conjugués dans le système involutif gauche dont les axes sont g_e, g_f ; ce système conserve la courbe C_3 . Si $(\alpha, \beta, \gamma), (\alpha', \beta', \gamma')$ sont les plans osculateurs menés par les points S, P à la cubique C_3 on a l'involution

$$(\alpha\alpha', \beta\beta', \gamma\gamma', \varepsilon\varepsilon, \varphi\varphi);$$

les trois couples

$$(\varepsilon\varphi, \beta\gamma, \beta'\gamma')$$

appartiennent à une même involution et le système réglé $(\varepsilon\varphi, \beta\gamma, \beta'\gamma')$ est inscrit dans la développable osculatrice à la cubique C_3 .

Le plan $(\varepsilon\varphi, P)$ coupe le trièdre $\alpha\beta\gamma$ suivant le triangle ABC; la droite PA directrice du système réglé $(\varepsilon\varphi, \beta\gamma, \beta'\gamma')$ est située dans le plan α' . Ainsi

Les plans osculateurs α', β', γ' passent respectivement par les points A, B, C.

5. Les trièdres $(\alpha_i\beta_i\gamma_i)$ formés par les plans osculateurs menés des points S_i de la droite d (5) à la cubique C_3 déterminent sur l'axe $\varepsilon\varphi$ une involution du troisième ordre et du premier rang. La propriété (4) montre que *cette involution est aussi déterminée sur l'axe $\varepsilon\varphi$ par les ternes de plans projetant de la droite d , les arêtes des trièdres osculateurs $(\alpha_i\beta_i\gamma_i)$.*

6. Un plan mené par la droite $\varepsilon\varphi$ coupe la développable osculatrice à la cubique C_3 suivant une courbe C_3^4 du quatrième ordre et de la troisième classe et les trièdres $\alpha_i\beta_i\gamma_i$ suivant des triangles $A_iB_iC_i$ circonscrits à cette quadrique. Si D est la trace de la droite d sur le plan sécant, les droites

DA_i, DB_i, DC_i coupent $\varepsilon\varphi$ en des points situés sur les tangentes correspondantes (1) des côtés du triangle $A_iB_iC_i$.

Un point D étant donné dans le plan d'une quartique C_3^4 on peut déterminer les triangles analogues à $A_iB_iC_i$. On supposera pour la facilité des énoncés que la courbe C_3^4 est une hypocycloïde de Steiner; deux tangentes correspondantes sont perpendiculaires. Par le point D on mène à l'hypocycloïde trois tangentes $h_a h_b h_c$; les tangentes a, b, c normales respectivement à h_a, h_b, h_c forment un triangle dont D est l'orthocentre. Les groupes de droites $(a, b, c)(h_a, h_b, h_c)$ déterminent sur la droite à l'infini $\varepsilon\varphi$ deux ternes de points qui définissent une involution du troisième ordre et du premier rang. Les tangentes menés à l'hypocycloïde par trois points conjugués de cette involution forment un triangle dont le point D est l'orthocentre. Par suite

Un point D du plan de l'hypocycloïde de Steiner est l'orthocentre d'une infinité simple de triangles circonscrits à la courbe. Les hauteurs de ces triangles forment les ternes d'une involution cubique du premier rang.

L'involution quadratique $(E_1 E_1, F_1 F_1)$ conserve cette involution cubique (5); donc

Le groupe des rayons doubles et celui des rayons de ramification de l'involution cubique forment chacun deux couples rectangulaires.

Les points cycliques E_1, F_1 déterminent les ternes $E_1 E_2 E_3$ $F_1 F_2 F_3$ de cette involution tels que

$$(E_1 F_1 E_2 E_3) = -1 \quad (E_1 F_1 F_2 F_3) = -1.$$

7. L'involution cubique conjuguée de l'involution (5) est définie par la droite d_1 conjuguée de d dans le système focal

(1) Deux tangentes correspondantes de la courbe C_3^4 séparant harmoniquement les points de contact de la tangente double $\varepsilon\varphi$.

déterminé par la cubique gauche C_3 . Les droites d, d_1 rencontrent g_e, g_f aux points $(M, N), (M_1, N_1)$; les droites MN_1, M_1N sont des génératrices de l'hyperboloïde engendré par les directrices du système focal s'appuyant sur les droites g_e, g_f . Les droites d, d_1 sont donc conjuguées à cette surface.

Le plan de l'hypocycloïde C_3^4 (6) coupe l'hyperboloïde et les droites d, d_1 suivant un cercle (ω) concentrique au cercle tritangent et deux points D, D_1 conjugués à ce cercle (ω) . La droite DD_1 directrice du système focal passe par le centre ω .

Pour déterminer le cercle (ω) indépendant de la droite d , on suppose que cette dernière est un axe $\beta\gamma$ de C_3 ; alors $d_1 \equiv BC$ (B et C étant les points de contact des plans osculateurs β, γ). Dans ce cas les points D, D_1 sont respectivement sur le cercle tritangent et sur le cercle concentrique passant par les points de rebroussement de l'hypocycloïde. Les points D, D_1 sont alignés sur le centre ω et on a⁽¹⁾

$$\omega D \cdot \omega D_1 = -3R^2$$

R étant le rayon du cercle tritangent. Ainsi

Soient ω, R le centre et le rayon du cercle tritangent à l'hypocycloïde de Steiner, D, D_1 deux points alignés sur le centre ω et tels que

$$\omega D \cdot \omega D_1 = -3R^2;$$

les involutions cubiques du premier rang (7) relatives aux points D et D_1 déterminent sur la tangente double de la courbe deux involutions cubiques conjuguées.

8. Soient d_1, d_2 deux rayons doubles rectangulaires de l'involution relative au point D (6); T_1, T_2 les points de

(1) C. Servais. *Mémoires 8.^e Académie royale de Belgique*, 1894, p. 52.

contact des tangentes t_1, t_2 à l'hypocycloïde normales respectivement à d_1 et d_2 . Les rayons de ramification $r_1 \equiv DT_1$, $r_2 \equiv DT_2$ correspondant aux rayons doubles d_1, d_2 sont rectangulaires (6). Le point D appartient donc au cercle décrit sur le segment $T_1 T_2$ comme diamètre. Par analogie ce cercle passe par le point D_1 ; il est d'ailleurs tangent au cercle tritangent à l'hypocycloïde (4). Par suite

Deux cercles passant par les points D, D_1 (7) sont tangents au cercle tritangent à l'hypocycloïde. Par chacun des points de contact passent deux tangentes rectangulaires. Ces quatre tangentes de l'hypocycloïde sont parallèles aux rayons doubles des involutions cubiques du premier rang relatives aux points D, D_1 .

9. Si T_1, T_2 sont les points de contact de deux tangentes rectangulaires de l'hypocycloïde, l'involution relative à tout point D du cercle décrit sur le segment $T_1 T_2$ comme diamètre a deux rayons doubles parallèles aux tangentes t_1, t_2 (8). Cette involution détermine sur le cercle ($T_1 T_2$) une involution cubique du premier rang; la conique d'involution met en évidence la propriété

Les tangentes menées à l'hypocycloïde par un point quelconque D du cercle ($T_1 T_2$) rencontrent ce cercle en trois points A, B, C. La conique (6) inscrite au triangle ABC et concentrique au cercle ($T_1 T_2$) passe par les points T_1, T_2 .

Les perpendiculaires abaissées du point D sur les tangentes à l'hypocycloïde aux points T_1, T_2 rencontrent le cercle ($T_1 T_2$) aux points X, Y. Les tangentes en ces points au cercle ($T_1 T_2$) sont tangentes à la conique (6).

10. La perpendiculaire abaissée du point D, sur la tangente t , est un rayon double de l'involution cubique relative

(1) On déduirait aisément de cette remarque l'égalité

$$\omega D \cdot \omega D_1 = -3R^2.$$

au point D, (7); la droite $r'_1 \equiv D_1 T_1$ est le rayon de ramification correspondant. On mène par le point D la droite r''_1 parallèle à r'_1 , le terme $(d_1 d_1 r''_1)$ appartient à l'involution cubique conjuguée de l'involution $(d_1 d_1 r_1, d_2 d_2 r_2)$ et on a⁽¹⁾

$$(d_1 r''_1 d_2 r_2) = -2.$$

Cette égalité montre que

Un diamètre du cercle tritangent à l'hypocycloïde de Steiner coupe le cercle $(T_1 T_2)$ en deux points D, D₁. Les parallèles menées par le point D à la tangente t₁, et à la droite D₁ T₁ coupent la tangente t₂ en deux points Δ, Δ' tels que

$$\Delta T_2 = 3 \Delta \Delta'.$$

11. On désigne par A le point $(t_1 t_2)$ (8), par A' le point qui lui est diamétralement opposé sur le cercle $(T_1 T_2)$. On projette du point T₁ sur le cercle les deux involutions cubiques conjuguées situées sur la droite $\varepsilon \varphi$ (7). Les points A, A' sont deux éléments doubles des involutions conjuguées ainsi obtenues et au point double A' correspondent les points de ramification D, D₁. On représente par X₁, Y₁ les deux autres points doubles; la droite X₁ Y₁ est un diamètre du cercle $(T_1 T_2)$ (6). Les points de ramification D, D₁ de deux involutions cubiques conjuguées correspondant à un même point double A' sont conjugués harmoniques des éléments unis U, V de la projectivité cyclique définie par les trois autres points doubles A, X₁, Y₁ (2). Le pôle W de la droite UV par

(1) Le Paige. *Sur les involutions cubiques. Mémoires de la Société royale des Sciences de Liège*, 2.^e série, t. XII, 1884.

C. Servais. *Bulletins de l'Académie royale de Belgique*, 1890, p. 277.

(2) E. Weyr. *Wiener Bericht*, t. LXXXI. C. Servais, *loc. cit.*, p. 274.

rapport au cercle $(T_1 T_2)$ doit donc se trouver sur DD_1 . D'autre part le point W est au milieu de la distance du point A au diamètre $X_1 Y_1$; par suite $X_1 Y_1$ est parallèle à DD_1 . Ces considérations montrent que

Pour obtenir les éléments doubles d_3, d_4 de l'involution cubique relative au point D du cercle $(T_1 T_2)$ (9), on mène par le centre de ce cercle une parallèle à la droite $DD_1 \omega$; cette parallèle coupe le cercle aux points X_1, Y_1 . Les éléments doubles d_3, d_4 sont parallèles aux droites $T_1 X_1, T_1 Y_1$.

On déduit de ce qui précède la propriété suivante de l'hypocycloïde de Steiner

Si $(T_1, T_2), (T_3, T_4)$ sont les points de contact de deux couples de tangentes rectangulaires $(t_1, t_2), (t_3, t_4)$ de l'hypocycloïde, les parallèles menées par le point T_1 [ou T_3] aux droites t_3, t_4 [ou t_1, t_2] rencontrent le cercle $(T_1 T_2)$ [ou $T_3 T_4$] aux points X_1, Y_1 [ou X_3, Y_3]. Les droites $X_1 Y_1, X_3 Y_3$ sont parallèles à l'axe radical des cercles $(T_1 T_2), (T_3 T_4)$.

Si D, D_1 sont les points communs à ces deux cercles, les perpendiculaires abaissées de ces points sur les tangentes t_1, t_2, t_3, t_4 sont les rayons doubles de deux involutions cubiques du premier rang dont les rayons de ramification sont

$$(DT_1, DT_2, DT_3, DT_4), \quad (D_1 T_1, D_1 T_2, D_1 T_3, D_1 T_4).$$

12. Si le diamètre $X_1 Y_1$ (11) est perpendiculaire à la droite AA' , on a

$$(d_1 d_2 d_3 d_4) = -1$$

et réciproquement; la droite DD_1 est alors normale à AA' et on a (7)

$$\omega D = D_1 \omega = R \sqrt{3}.$$

Par suite: *Le lieu des points D pour lesquels, l'involution cubi-*

que du premier rang (6) a quatre éléments doubles d_1, d_2, d_3, d_4 tels que

$$(d_1 d_2 d_3 d_4) = -1$$

est le cercle concentrique au cercle tritangent et dont le rayon est $R\sqrt{3}$.

13. Les tangentes à l'hypocycloïde parallèles à $T_1 X_1, T_1 Y_1$ (11) se coupent en un point B; le cercle $B D D_1$ égal au cercle $(T_1 T_2)$ est tangent en B au cercle tritangent; le point B est donc le symétrique de A par rapport à $D D_1$ et il appartient au diamètre $X_1 Y_1$ (11). Par conséquent

Si $A T_1, A T_2$ sont deux tangentes rectangulaires d'une hypocycloïde, T_1, T_2 les points de contact; B un point quelconque du cercle tritangent; X_1, Y_1 les extrémités du diamètre du cercle $(T_1 T_2)$ issu du point B: les parallèles menées par B aux droites $T_1 X_1, T_1 Y_1$ sont tangentes à l'hypocycloïde.

14. Soient $A B C, A' B' C'$ deux triangles circonscrits à l'hypocycloïde et dont le point D est l'orthocentre (6); Ω, Ω' les sommets de deux trièdres trirectangles perspectifs aux triangles $A B C, A' B' C'$; S, S' les points de la droite d (5) tels que les plans osculateurs menés de ces points à la cubique C_3 passent respectivement par les côtés des triangles $A B C, A' B' C'$. Les droites $\Omega\Omega', S S'$ passant par le point D et les droites $S\Omega, S'\Omega'$ se coupent en un point O. Dans l'homologie définie par le centre d'homologie O, le plan d'homologie $\pi \equiv A B C$ et les points correspondants S, Ω , les points S' et Ω' sont homologues. À la cubique C_3 correspond dans cette homologie une cubique gauche C'_3 dont la développable osculatrice passe par l'hypocycloïde. Aux droites associées (g_e, g_f) (4) de C_3 correspondent les droites associées (g'_e, g'_f) de C'_3 . Les faces des trièdres trirectangles $\Omega(A B C), \Omega'(A' B' C')$ sont osculatrices à C'_3 ; la droite $\Omega\Omega'$ est normale au plan $\pi \equiv A B C$ et à son conjugué π' relativement à C'_3 ,

en deux points D, D' conjugués dans le système involutif gauche (g'_e, g'_f) .

Soient P, P' deux points du plan π , leurs conjugués Q, Q' dans le système involutif gauche (g'_e, g'_f) sont situés dans le plan π' . Les plans osculateurs menés par le point Q à la cubique gauche C'_3 déterminent dans le plan π un *triangle principal* de l'hypocycloïde ⁽¹⁾; l'orthocentre de ce triangle est le point P (4).

Les triangles principaux déduits des points Q, Q' sont conjugués à une conique Σ (2) et par suite circonscrits à une conique (σ) .

Les sphères de Monge des quadriques (H) inscrites dans la développable osculatrice à la cubique C'_3 passent par les points Ω, Ω' . Les sphères de rayon nul $(\Omega), (\Omega')$ définissent un faisceau de sphères dont l'une (Ω_q) est conjuguée aux points Q, Q' .

Les quadriques proprement dites ou dégénérées tangentes aux plans osculateurs menées des points Q, Q' à la cubique C'_3 forment un réseau tangentiel dont font partie les quadriques (A) , le couple de points (Q, Q') et la conique (σ) ; leurs sphères de Monge coupent orthogonalement la sphère (Ω_q) .

Les plans π, π' coupent la sphère (Ω_q) suivant deux cercles $(D), (D')$ de centres D, D' . Au cercle (D') correspond dans le système involutif gauche (g'_e, g'_f) un cercle (D_1) conjugué aux points P, P' et concentrique à (D) . Le cercle de Monge de la conique (σ) coupe orthogonalement le cercle (D) .

Quand les points Q, Q' sont confondus sur le cercle (D') , la limite de la conique (σ) est une ellipse tritangente à l'hypocycloïde et l'orthocentre du triangle formé par les tangentes communes est sur le cercle (D_1) . Ces développements établissent la propriété

(1) Un triangle principal de l'hypocycloïde est un triangle circonscrit dont les hauteurs sont des tangentes à la courbe.

On considère une ellipse variable tritangente à l'hypocycloïde de Steiner. Si l'orthocentre du triangle des tangentes communes décrit un cercle (D_1) , le cercle de Monge de cette ellipse coupe orthogonalement un cercle (D) concentrique à (D_1) .

Deux points P, P' conjugués relativement au cercle (D_1) sont les orthocentres de deux triangles principaux de l'hypocycloïde. Le cercle de Monge de la conique (σ) inscrite dans ces deux triangles coupent orthogonalement le cercle (D) .

15. Les rayons ρ, ρ_1 des cercles concentriques $(D), (D_1)$ (14) sont liés par la relation

$$\rho^2 + \rho_1^2 = 2 \overline{\omega D}^2 - 2R^2$$

ω, R étant le centre et le rayon du cercle tritangent à l'hypocycloïde.

En effet le centre K d'une ellipse tritangente est le symétrique par rapport à ω de l'orthocentre P du triangle principal formé par les tangentes communes à cette courbe et à l'hypocycloïde⁽¹⁾; donc

$$\overline{KD}^2 + \overline{DP}^2 = 2 \overline{\omega D}^2 + 2 \overline{OK}^2.$$

Si a, b sont les demi-axes de l'ellipse, on a (14)

$$\overline{KD}^2 - \rho_1^2 = \omega + C^2$$

Mais⁽²⁾

$$a^2 + b^2 = 2 \overline{OK}^2 + 2R^2$$

donc

$$\rho^2 + \rho_1^2 = 2 \overline{\omega D}^2 - 2R^2$$

(1) Gob, *Mémoires de la Société royale des Sciences de Liège*, 1911, p. 10.

(2) Kantor, *Bulletin des Sciences mathématiques et astronomiques*, 1879, p. 141.

Cette égalité montre

1.^o Les rôles des cercles $(D), (D_1)$ dans la propriété (14) peuvent être intervertis.

2.^o Si le cercle (D) coupe orthogonalement le cercle tritangent, il est identique au cercle (D_1) .

16. Les triangles principaux dont les orthocentres P sont sur une droite p sont perspectifs aux trièdres osculateurs à la cubique C_3 et dont les sommets Q sont les points de la droite q conjuguée à p dans le système involutif gauche (g'_e, g'_f) . Par suite (2)

Les triangles principaux d'une hypocycloïde dont les orthocentres sont les points d'une droite p sont conjugués à une même conique Σ .

Aux points de rencontre de la droite p et de l'hypocycloïde on mène les tangentes p_1, p_2, p_3, p_4 à cette courbe. La conique Σ touche les tangentes p'_1, p'_2, p'_3, p'_4 perpendiculaires à p_1, p_2, p_3, p_4 sur le cercle tritangent en leurs points secondaires $p_1 p'_1, p_2 p'_2, p_3 p'_3, p_4 p'_4$.

Ces points sont les points primaires de quatre tangentes à l'hypocycloïde; les pôles de ces droites relativement à la conique Σ sont les points de contact de l'hypocycloïde et des tangentes p'_1, p'_2, p'_3, p'_4 .

La conique Σ est une parabole dont la directrice est le lieu des centres des cercles circonscrits aux triangles principaux considérés.

17. On a établi (3) l'égalité suivante

$$(\beta_3 \gamma_3 \alpha_1 \alpha_2) = -1.$$

Le troisième plan osculateur α_4 que l'on peut mener du point C à la cubique C_3 coupe la droite s au point S_4 par lequel passent deux autres plans osculateurs β_4, γ_4 ; par analogie on a

$$(\beta_4 \gamma_4 \alpha_1 \alpha_2) = -1.$$

Les axes $\beta_2 \gamma_2, \beta_3 \gamma_3, \alpha_2 \alpha_4$ de la cubique gauche coupent le semi-axe AC situé dans le plan osculateur α_1 ; on a donc l'involution quadratique

$$(\beta_2 \gamma_2, \beta_3 \gamma_3, \alpha_2 \alpha_4).$$

De là cette propriété de l'involution cubique du premier rang, qui n'a peut être pas été remarquée.

Si $\alpha_1 \beta_1 \gamma_1, \alpha_2 \beta_2 \gamma_2$ sont deux ternes quelconques d'une involution cubique du premier rang, il existe deux autres termes $\alpha_3 \beta_3 \gamma_3, \alpha_4 \beta_4 \gamma_4$ de cette involution tels que

$$(\alpha_1 \alpha_2 \beta_3 \gamma_3) = -1 \quad (\alpha_1 \alpha_2 \beta_4 \gamma_4) = -1$$

On a les involutions quadratiques

$$\begin{array}{ll} (\beta_1 \gamma_1, \beta_3 \gamma_3, \alpha_1 \alpha_4) & (\beta_2 \gamma_2, \beta_3 \gamma_3, \alpha_2 \alpha_4) \\ (\beta_1 \gamma_1, \beta_4 \gamma_4, \alpha_1 \alpha_3) & (\beta_2 \gamma_2, \beta_4 \gamma_4, \alpha_2 \alpha_3). \end{array}$$

18. On désigne par ω le point double d'une cubique nodale C_3 ; par t_ω, t'_ω les tangentes en ce point. Une droite d étant donnée, il existe une infinité simple de triangles $A_i B_i C_i$ inscrits dans la courbe C_3 tels que les polaires des sommets relativement au couple de droites (t_ω, t'_ω) rencontrent respectivement les côtés opposés en trois points de la droite d .

Ces ternes de points sur la droite d appartiennent à une involution cubique du premier rang.

La droite d rencontre la cubique en trois points D_1, D_2, D_3 ; Si D'_1, D'_2, D'_3 sont leurs correspondants sur la courbe ⁽¹⁾, les ternes de rayons $\omega(D_1, D_2, D_3), \omega(D'_1, D'_2, D'_3)$ définissent une

(1) Deux points correspondants D_1, D'_1 de la cubique nodale sont conjugués relativement aux tangentes t_ω, t'_ω .

involution cubique du premier rang; un terme de cette involution détermine sur la cubique les sommets d'un triangle $A_i B_i C_i$.

Les triangles formés par les tangentes inflexionnelles de la courbe C_3 et les points correspondants des points d'inflexion sont réciproques relativement à une conique Φ . Une conjuguée d_1 de la droite d relativement à cette conique, rencontre d sur la droite des points d'inflexion; les involutions cubiques du premier rang relatives à ces deux droites d, d_1 sont projetées du point double ω de la cubique suivant deux involutions conjuguées.

Ces résultats sont les corrélatifs des numéros (6) et (7); nous nous bornons à ces énoncés.

C. Savard

UNIÃO INTERNACIONAL
DO SEGURO POPULAR (1905-1924)

REAL ACADEMIA DE JURISPRUDENCIA DE MADRID (1905)

INSTITUTO DE COIMBRA (NOVIEMBRE DE 1915)

ATENEU IGUALADINO DE LA CLASE OBRERA, DE ESPAÑA
(NOVIEMBRE DE 1924)

Atendiendo una grata invitación de nuestro Presidente
Doctor Costa Lobo, tengo la satisfacción de reanudar un



DR. J. MALUQUER Y SALVADOR

Consejero Delegado del Instituto Nacional de Previsión de España

inolvidable cambio de impresiones, mantenido en la Univer-
sidad de Coimbra, de histórica grandeza, cuando, en plena

guerra mundial, dedicabamos atención a aspiraciones internacionales que pudieran realizarse en momentos como los presentes.

En la disertación de la Academia se esboza la idea de una Unión internacional del Seguro, en la conferencia del Instituto se procura formular sus bases generales y en la explicación de un Curso popular de Seguro en el Ateneo Obrero se propone que comience el ideal expresado por una Unión internacional de Institutos técnicos de Seguros sociales de función pública, bajo la protección de sus respectivos Gobiernos.

Parece materia propia de la interesantísima phase nueva de la Revista del Instituto, con el caracter internacional del tema y por desarrollarse en un ambiente de fraternidad luso-española, recordar algo, lo mas esencial, de las tres disertaciones, con la mira puesta en la Conferencia de Ginebra de Mayo de 1925, que ha de tratar de los Seguros sociales.

ACTUACION DE 1905.

Para garantir la gestión internacional del Seguro debiera establecerse entre los Estados la Unión internacional del Seguro, semejante a las de Propiedad literaria, artistica, industrial, etc.

Esta es la aspiración constantemente defendida durante la guerra, como modesta expresión de un convencimiento pleno, en aquellos tiempos de preocupación general, de la persistencia así del Derecho internacional como del Seguro.

ACTUACION DE 1915.

Complaceme recordar tres de las conclusiones sometidas entonces a la autorizada consideración del Instituto de Coimbra.

Conclusões. — Objecto da projectada União internacional do seguro: ... relações entre os Estados como organizadores do Seguro popular.

Possibilidades de êxito na esfera do Seguro: E evidenciada pela organização do *Comité* internacional dos Actuários.

Estado preferível para sede do *Bureau* central: A Suíça em atenção a sua neutralidade, a sua gloriosa história no Seguro e seu aspecto internacional.

ACTUACION DE 1924.

Pensando en España como en Portugal, expuse en el Ateneo obrero de Ciudad de Igualdad uno de los temas del Curso de Seguro obrero, a que se dedica agradecida atención en nuestros centros culturales españoles, como también en la nación hermana mediante la noble mediación de Coimbra. El tema es «La Conferencia de Ginebra y los Seguros sociales» y se le dió carácter de oportunidad con ocasión de una visita oficial del Excmo. Sr. Subsecretario del Trabajo a la Caja catalana de Pensiones para la Vejez de Barcelona e inauguración del edificio social en que están instalados sus servicios de Caja colaboradora del Instituto Nacional de Previsión en Cataluña y Baleares en el Retiro obrero. En dicha importante reunión el Vicepresidente regional del Instituto Excmo. Sr. Don Inocencio Jimenez recordó el mencionado proyecto de carácter internacional, expresando el deseo de que fuese llevado a Ginebra.

La explicación es algo extensa siendo los párrafos mas relacionados con esta materia los siguientes:

De todos los organismos de la Sociedad de las Naciones uno de los más aptos para esta continuidad de orientaciones es la Oficina internacional del Trabajo. Excuso decir que, según hemos dicho reiteradamente, nunca entendemos que

la continuidad signifique en modo alguno estacionamiento, sino un progreso por evolución orgánica como ideal.

Respecto a la Oficina, así como hay las conferencias internacionales que son Asembleas de la Sociedad de Naciones, existe un Consejo de Administración elegido por aquéllas, que viene a ser un esbozo de Administración internacional. Es muchísimo más complejo que los organismos que administran las Uniones internacionales de Propiedad literaria, artística y industrial.

Ahora bien: como la Sociedad de Naciones no es aún, si bien lo es ya para algunos, un Super-Estado, en realidad los Estados, de común acuerdo, han creado un organismo que actúa fuera de todos, incluso del de Suiza, y que está ya con la mayor parte relacionado. Por aquí encontramos, pues, algo parecido a lo que veíamos respecto a España en la esfera de la Previsión popular en un organismo con personalidad propia — el Instituto Nacional — en relación con el Estado en su especial delegación de función pública.

Así, M. Thomas, Director de la Oficina, como el ilustre M. Fontaine, Presidente del Consejo de Administración, tienen un sentido internacional para ver los asuntos. Esto es, indudablemente, de gran utilidad, pues en estas reuniones el principal defecto suele ser el de los criterios exclusivamente nacionales en todos los trabajos. Para salvaguardia de lo que es esencial a la política de un estado resulta esto bien. Para llegar a conclusiones aceptadas por todos o por la considerable mayoría de una Asamblea o Congreso de esta índole se requiere llegar a planos de conveniente amplitud de orientaciones, lo que hemos de ver mejor tratándose de Seguros. No pretendo en modo alguno defender con estas indicaciones el uniformismo en lo internacional, como tampoco lo creo conveniente en la organización nacional de Previsión.

La Oficina cuenta con un Secretariado que tiene mere-

cida reputación y va aumentando discretamente los Asesores técnicos. No hace mucho la designación de nuestro muy querido General Marvá es la de un prestigio no sólo en Previsión, sino en otros aspectos, también difíciles, de la política social.

Véase un caso práctico de preparación. El Congreso de Asociaciones internacionales, de Bruselas, estudió, dentro de su finalidad, la organización internacional del trabajo intelectual, como similar de la del trabajo manual, según una nomenclatura corriente, aunque no siempre aceptada, y lo sometió a la reunión última de la Sociedad de las Naciones, con el éxito conocido. Sin la autoridad de la Conferencia internacional, indudablemente no se hubiese creado el flamante Instituto de Cooperación intelectual, pero tampoco sería la obra tan sólidamente iniciada y con un gran ambiente inicial de simpatía como siendo preparada por aquella importante manifestación colectiva.

Comprendemos también que en materias donde el aspecto técnico es culminante, la Sociedad de las Naciones le interese ir agrupando a su alrededor las instituciones adecuadas, especialmente las de carácter internacional o las de función pública de cada Estado. Ejemplo, dentro de los Seguros sociales, la colaboración oficial de los Institutos técnicos de Seguro social de función pública, y entre ellos el Instituto Nacional de Previsión de España, en relación con los respectivos Gobiernos, parece indispensables cuando se trata del Seguro popular.

Desde el momento en que el Gobierno francés declaró en París el año 1900, en el Congreso internacional de Actuarios, con el beneplácito de los Gobiernos de todo el mundo allí representados oficialmente, que ya no podía prescindirse del concurso actuarial en la Previsión social, se ha trabajado mucho en este aspecto del Seguro.

Los actuarios belgas, con admirable audacia y habilidad,

y. en puesto preeminente, el inolvidable Mahillon, habían verificado una expansión democrática en esta organización profesional.

La noción clara de la gravedad y complejidad de estos problemas y asimismo de sus soluciones adecuadas, la observación de como en el Seguro privado se verifican incesantes progresos, se corrigen defectos, quebrantos y desviaciones, se transforman profundamente los sistemas y, además de esto, la misma vitalidad del Seguro, aquilatada en la enorme prueba de resistencia de la guerra mundial y, finalmente, la excepcional experiencia de mas de dos siglos que lleva de existencia el seguro de vida, registrando una de las más autorizadas estadísticas del mundo y aun la de los Seguros sociales que va en sus obras primordiales para el medio siglo, todo esto hace que entren los Congresos técnicos internacionales con madura reflexión en este vasto campo, donde pueden elevarse monumentos que asemejan las ciclópeas construcciones antiguas, a condición de que estén cimentados sólidamente, y esto lo evidencia incluso el período de tres años que suele dejarse de una a otra reunión internacional de sólo aquel orden de asuntos, para que pueden estudiarse bien las reseñas informativas y las ponencias. Más aún, para apreciar la misma realidad de cerca, pues, generalmente, se ofrece una realidad social que no se adapta exactamente a las colecciones oficiales de leyes y reglamentos, con vida más intensa o más reducida, acomodada a su virtualidad y a la estructura de pueblos y Estados, facilitando con extraordinario influjo, el bien de la Humanidad, en diversas esferas, así del orden espiritual como del material.

Si no se hubiese creado la Sociedad de Naciones, seguramente hubiera debido establecerse algo parecido sólo para el Seguro.

Recordando el talento práctico de los ribereños holandeses de aprovechar el aluvión cuando está en sazón para

poner un dique, a fin de ir poniendo otros gradualmente en análogas condiciones, y tratándose del proyecto de Unión internacional del Seguro, parece muy a propósito la de los Institutos técnicos de Seguros sociales de función pública, con la protección de los respectivos Gobiernos, en el momento actual.

Acaba de surgir en Milán una gran manifestación, con tendencia a Unión internacional del Ahorro y conviene ir formando otra gran Unión internacional, la del Seguro. Ahorro y Seguro, la Previsión de primero y segundo grado, son de enorme importancia cada una en su finalidad, son dos aspectos de la Economía popular bien definidos, dos órdenes de trabajo difíciles de sintetizar, aunque no deben estar en pugna sino en cordial relación.

Por otra parte, hay un organismo complementario que parece sería utilísimo a la Sociedad de las Naciones en esta proyectada Unión internacional de Institutos técnicos de Seguros sociales de función pública. Refiriéndonos a algo ya conocido en España, esta Unión internacional, en relación directa con la Oficina internacional del Trabajo, sería a la Sociedad de Naciones lo que el Instituto Nacional de Previsión, afecto al Ministerio del Trabajo, es al Estado español.

La idea general expuesta fué bien acogida. No es ocasión ahora de detallarlo, pero no puedo prescindir, en lo que se refiere al extranjero, de referirme, con especial reconocimiento, al Presidente entonces de la república portuguesa, Dr. Machado, (en esta entrevista me acompañaba otro elemento significado del Instituto, Exmo. Sr. D. Eduardo Gómez de Baquero, que dió una interesante conferencia literaria), y la Sociedad Federal de Actuarios suizos. Éstos, a la vez que difundieron una traducción del proyecto y ofrecieron el concurso decidido de los centros técnicos de aquel progresivo país, aconsejaron la conveniencia de tratar estos problemas terminada la guerra. Estábamos, en efecto, en 1916. Era,

por entonces, cuando recibía una interesante carta del ilustrado actuario francés, al servicio del Seguro lusitano, M. Moysan, quien expresaba su adhesión a la iniciativa, excusando el comentario extenso, pues no era la oportunidad más favorable para consideraciones actuariales la de escribir sobre una ametralladora a su cargo en el frente, en un paréntesis de fuego.

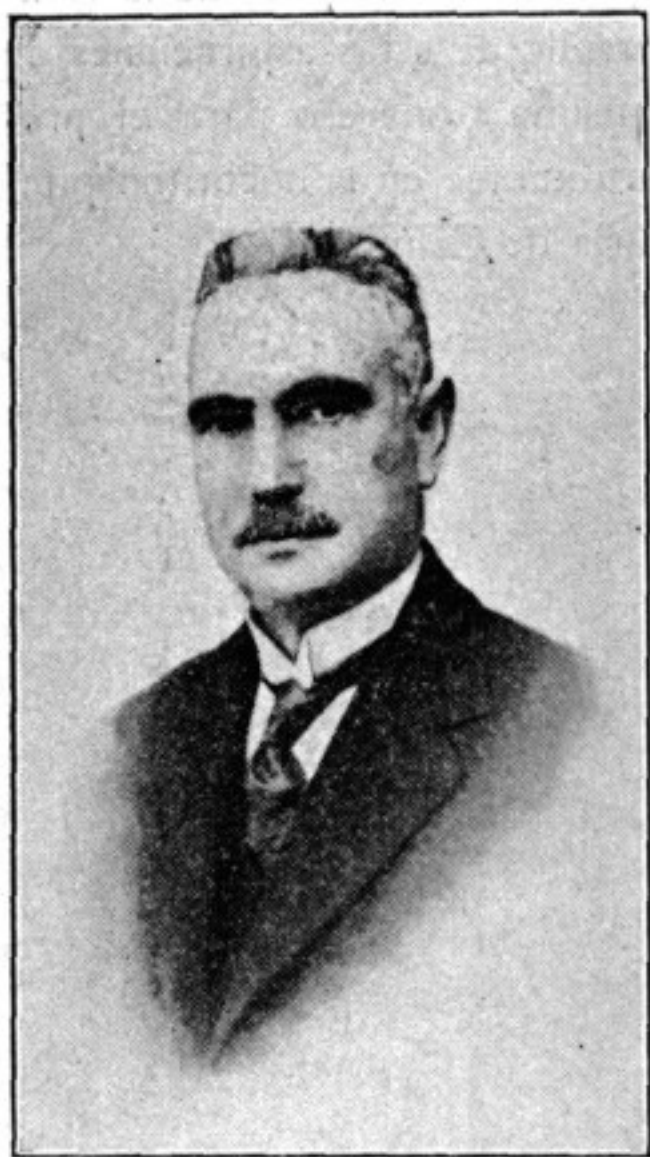
*
* *

Mucho celebraría poder continuar — después de la Conferencia de Ginebra — el desarrollo de estas aspiraciones de avance social en el importantísimo Congreso para el progreso de las ciencias que debe reunirse en la docta, hospitalaria y bella Ciudad universitaria de Coimbra.

J. Maluquer de Labitola

O «ROTEIRO» DA PRIMEIRA VIAGEM DO GAMA E A SUPOSTA CONJURAÇÃO

Na Biblioteca Municipal do Pôrto existe um manuscrito, proveniente da colecção do Mosteiro de Santa Cruz de



LUCIANO PEREIRA DA SILVA

Coimbra, em que se lê a narrativa da viagem de Vasco da Gama em descobrimento do caminho marítimo da Índia. Redigida por um dos que foram na famosa expedição, é a única narrativa, hoje existente, de autor que tivesse tomado parte neste heróico e espantoso feito. Não é autógrafo, é uma cópia em letra dos começos do século xvi. Impressa pela primeira vez no Pôrto, em 1838, é hoje obra universalmente conhecida, pois foi já traduzida para francês, inglês e alemão. Os investigadores estrangeiros que, com tanto interêsse, a têm traduzido e comentado, consideram o manuscrito da Bi-

blioteca do Pôrto como um dos mais valiosos e emocionantes documentos da história da civilização mundial.

Tão precioso documento foi publicado em 1838 por Diogo Kopke, professor de matemática na Academia Politécnica do Pôrto, com o título *Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497*, tendo-lhe juntado um prefácio e notas, tudo de grande valor, segundo a opinião unânime dos tradutores. A primeira tradução do *Roteiro*, para francês, por Ferdinand Denis, apareceu no tómo terceiro da estimada obra de Charton, *Voyageurs Anciens et Modernes*, Paris, 1855.

No ano de 1858 começou a Academia das Ciências de Lisboa a imprimir, sob a direcção de Rodrigo Felner, as *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, onde a primeira viagem do Gama é contada de maneira completamente diferente do que se lê no manuscrito da Biblioteca do Pôrto. Três anos depois, tendo-se esgotado a primeira edição do *Roteiro*, fez Alexandre Herculano uma segunda edição, com o título: *Roteiro da viagem de Vasco da Gama em 1497*, Lisboa, 1861. Na advertência, com que precede a nova edição, exprime Herculano êste juízo a respeito das *Lendas da Índia*: «Em relação à viagem do descobrimento como em relação a tantos outros pontos da nossa história, as *Lendas* levam decidida vantagem ao que escreveram Barros e Castanheda». Esta opinião é já hoje insustentável, no que diz respeito à viagem do descobrimento. O eminente historiador acrescenta ainda: «É o *Roteiro* que completa o trabalho do cronista, e que, com êle torna hoje perfeitamente conhecido em tôdas as suas circunstâncias, um dos principais assuntos da história das nações modernas». Mas não é possível harmonizar as *Lendas* com o *Roteiro*, e é a êste último que tem de dar-se a preferência.

A edição de Herculano foi logo seguida de nova tradução francesa, por Artur Morelet, com o título: *Journal du voyage de Vasco da Gama em 1497*, Lyon, 1864.

Em 1869 appareceu, entre as publicações da «Hakluyt Society» de Londres, o livro de Henry Stanley, *The three voyages of Vasco da Gama and his viceroyalty*. É a tradução inglêsa dos capítulos de Gaspar Correia relativos às três viagens do Gama, acompanhada de introdução e notas. Entusiasmado com as *Lendas da Índia*, de que teve à mão uma cópia manuscrita, julga Stanley apresentar a verdadeira história das expedições do Gama e pôr definitivamente de parte o que dizem Castanheda, João de Barros, Damião de Góis e Jerónimo Osório. O seu estudo é bastante superficial e contém muitas apreciações erradas.

Por motivo da celebração do quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo da Índia, publicou-se um novo volume da «Hakluyt Society», de Londres, intitulado: *A journal of the first voyage of Vasco da Gama, 1497-1499*. É a tradução do *Roteiro* para inglês, com introdução, valiosas notas e documentos, ilustrações e mapas muito úteis, feita por Ernesto Ravenstein da Sociedade de Geografia de Londres. Neste mesmo ano e por idêntico motivo, imprimiu-se em Munich a obra do Dr. Franz Hümmerich, *Vasco da Gama und die Entdeckung des Seewegs nach Ostindien*, em que se trata da personalidade de Vasco da Gama e das suas três viagens à Índia, com estudo crítico das fontes incluindo-se a tradução completa do *Roteiro* para alemão. Tendo residido em Lisboa e no Estoril, como preceptor dos filhos do ministro da Alemanha em Lisboa, o conde de Bray-Steinburg, nos anos de 1893 e 1894, moço ainda, tendo visto Belém, Tomar, Alcobaça e a Batalha, o Dr. Hümmerich apaixonou-se com entusiasmo juvenil, pela época heróica das nossas empresas marítimas. Assim se originou o livro, feito com elevado critério e profundo estudo, com que concorreu para a celebração do centenário, e que ainda hoje se deve considerar o melhor que se tem escrito sobre Vasco da Gama e as suas viagens.

Por ocasião do mesmo centenário imprimiu-se, também no ano de 1898, em Alenquer, um folheto de 60 páginas, intitulado: «*Vasco da Gama, quando partiu? Problema cronológico pôsto por Frederico Diniz de Ayalla*». O assunto, anunciado no título, é o menos importante do opúsculo. O autor, seguindo na esteira de Stanley, entusiasmado também com as *Lendas*, adopta, como dia da partida do Tejo, o dia 25 de Março. Gaspar Correia indica o dia de Nossa Senhora de Março, tanto para a saída da armada do Gama, como para a de Álvares Cabral, mas não pode restar hoje dúvida que isto é inexacto. A armada de Vasco da Gama largou do Tejo em 8 de Julho de 1497 e a de Álvares Cabral em 9 de Março de 1500. A grande novidade, porém, do opúsculo é a afirmação e pretendida demonstração de que o *Roteiro* não é cópia de um autêntico diário escrito por um dos companheiros de Vasco da Gama; é uma narrativa forjada nos fins do século xvi ou princípios do século xvii, uma pura falsificação, que não merece o menor crédito. Os argumentos de Frederico Ayalla já hoje têm resposta cabal, que adiante expomos.

Tendo-nos o Sr. Dr. Jaime Cortesão manifestado, há tempo, que desejava incluir entre as publicações da Bibliotheca Nacional de Lisboa, de que está sendo um tão notável director, uma nova edição do *Roteiro*, e me queria encarregar de reunir os materiais para esta terceira edição, dissemos-lhe que da melhor vontade trabalharíamos para tão importante obra, preferindo, porém, que pessoa mais competente se encarregasse da difícil tarefa. Não se pode erigir melhor monumento a Vasco da Gama do que essa projectada obra, em que deve juntar-se tudo quanto se tem publicado de valor, e quanto se possa ainda averiguar, sôbre esta narrativa, única emanada de testemunha dos acontecimentos, para pôr na luz nítida da verdade, como é preciso, êsse glorioso feito dos lusitanos.

Tendo sabido que o Dr. Franz Hümmerich, actualmente professor em Munich, com quem temos o prazer de trocar correspondência, tinha novos trabalhos sôbre o *Roteiro*, cuja impressão immediata na Alemanha oferecia dificuldades, obtivemos que êle nos enviasse os seus estudos, em número de três, para serem publicados no volume décimo da *Revista da Universidade de Coimbra*, como combináramos com o illustre e activo secretário da *Revista*, Dr. Joaquim de Carvalho. Já estão dois completamente impressos, e as respectivas separatas já foram presentes à Academia das Sciências de Lisboa, quando o Sr. Pedro de Azevedo fez a proposta do Dr. Hümmerich para sócio correspondente da Academia. A impressão do terceiro Estudo vai adiantada, incluindo já a parte que trata da autoria e da autenticidade do manuscrito da Biblioteca do Pôrto, duas questões importantes, de que vamos ocupar-nos. Ao Dr. Hümmerich muito agradecemos ter-nos fornecido tão importantes elementos, para a edição projectada pelo director da Biblioteca Nacional, com os seus três Estudos, de que daremos brevemente uma noticia completa na revista *Lusitânia*.

O autor do «Roteiro»

Que o Roteiro foi escrito por Álvaro Velho, que ia a bordo da nau *S. Rafael*, do comando de Paulo da Gama, já o tinha afirmado o primeiro editor Diogo Kopke. Da própria narrativa resulta que êle ia na *S. Rafael*, embora accidentalmente se achasse alguma vez na nau *S. Gabriel* ou na caravela *Bérrio*. Foi um dos doze que, em Calecut, acompanharam Vasco da Gama à audiência do Samorim. Dêstes doze, Castanheda menciona especialmente sete, na sua *História do descobrimento e conquista da Índia*, dizendo ignorar os nomes dos outros cinco, e é natural que entre os nomeados inclua o autor, que êle devia saber quem era,

pois é do *Roteiro* que principalmente se inspira, chegando a transcrever trechos inteiros, quasi palavra por palavra.

Ora varias circunstancias excluem todos os mencionados por Castanheda, excepto um. Por exemplo, o lingua Fernão Martins e Diogo Dias são logo excluidos, porque o autor do *Roteiro* os nomeia expressamente, distinguindo-os da sua pessoa; Diogo Dias ainda por segundo motivo, o de não ir na *S. Rafael*, por ser elle o escrivão da *S. Gabriel*, e por análoga razão é excluido Álvaro de Braga, escrivão da *Bérrio*. Assim, por este método de eliminação successiva, chegou Kopke a conjecturar que foi Álvaro Velho o autor do *Roteiro*, companheiro de navio de Paulo da Gama.

O Dr. Hümmerich chega à mesma conclusão mas trazendo um complemento muito importante para elucidação do modo como termina o *Roteiro*. Descrevendo a viagem de regresso da Índia, quando vêm já descendo a costa oriental africana, depois de dizer que largaram da Angra de São Brás em 12 de Março de 1499, passaram o Cabo da Boa Esperança em 20 e navegaram com vento à popa durante 27 dias, de maneira que se julgavam em boa paragem da ilha de Santiago de Cabo Verde, a menos de cem léguas de distância, Álvaro Velho termina assim a sua narrativa: «a uma quinta feira, vinte e cinco dias do mês de abril, achámos fundo de trinta e cinco braças, e todo o dia fômos por este caminho, e o menos fundo foram vinte braças, e não pudemos haver vista de terra, e os pilotos diziam que éramos nos Baixos do Rio Grande». Aqui acaba o *Roteiro*. Porque termina assim abruptamente a descrição do regresso, quando costeiam a Guiné, nas alturas do Rio Grande? As conjecturas, até agora feitas para explicar o silêncio em que fica o resto da viagem até Lisboa, algumas das quais incluem censuras a Nicolau Coelho, têm de cessar perante uma nova interpretação.

É sabido que na Biblioteca de Munich existe uma pre-

ciosa colecção de manuscritos que foram enviados de Lisboa, nos começos do século XVI, pelo impressor Valentim Fernandes ao conhecido humanista de Augsburgo, Conrado Peutinger, nos quais se trata de dar extensa notícia das terras descobertas e ocupadas pelos portugueses na África e Índia. A descrição da costa ocidental africana desde Ceuta até à Serra Leôa, que agora nos interessa, foi redigida no ano de 1507. Na parte relativa à costa da Serra Leôa, publicada por Kunstmann, em tradução alemã, nas *Memórias da Academia de Munich*, 1861, faz Valentim Fernandes duas referências a um Álvaro Velho do Barreiro, e já Ravenstein perguntava se êste não seria o mesmo Álvaro Velho, autor do *Roteiro*, segundo Kopke. Tratando de comprovar esta identificação, começa o Dr. Hümmerich por notar que, em frente de Melinde, o autor do *Roteiro* compara a povoação africana com uma pequena vila próxima do Barreiro: «Esta vila de Melinde está em uma angra e está assentada ao longo de uma praia, a qual vila se quere parecer com Alcochete». Seria muito extraordinário que, por simples coincidência, houvesse um Álvaro Velho do Barreiro, e ao mesmo tempo um outro Álvaro Velho que, estando em Melinde na armada do Gama, se lembrasse logo do aspecto da vila de Alcochete, que dista apenas quatorze quilómetros do Barreiro. Os dois são a mesma pessoa, como confirma a análise do manuscrito em que se contém a descrição da costa da Serra Leôa, redigida em português, chegando o Dr. Hümmerich a resultados inesperados.

Valentim Fernandes cita duas vezes o nome de Álvaro Velho. Primeiramente quando diz que em tôdas as aldeias da Serra Leôa há um ídolo chamado *Cru*, o qual é uma árvore, o manipeiro, e conta que Álvaro Velho perguntara a um negro idoso porque criam em aquele pau e não em Deus, que criou o céu e a terra, etc., respondendo-lhe o negro que bem sabia daquele Deus e criam neste pau porque

sabiam que êle era mandado de cima. A segunda vez é quando descreve, para além do rio das Palmas, o ídolo *Chinchim*, de forma humana, guardado por cobras enormes, de dez pés de comprimento por dois palmos de grossura, que se alimentavam do sangue das vítimas, e conta como Álvaro Velho do Barreiro «que esteve alguns oito anos nesta terra» (refere-se à região da Serra Leôa), tendo ido vêr o ídolo e as grossas cobras, disse que nunca se vira em tamanho perigo, apesar de lhe afiançar o capelão do Chinchim que nada tinha a temer. Os oito anos (alguns oito anos) que Álvaro Velho demorou por aquelas regiões cabem bem nos que decorrem desde 1499, em que terminou a viagem do Gama, até o ano de 1507, em que Valentim Fernandes redigiu a sua exposição a Conrado Peutinger. A hipótese de terem esses oito anos sido anteriores a 1497 deve regeitar-se por causa do episódio em que se narra a justiça crua do rei negro Mansa Falup, o qual arrancou, êle próprio, um olho a uma irmã por esta lhe ter furtado um pouco de arroz, e êste episódio é expressamente referido ao ano de 1500. Além disso, as mais informações prestadas pressupõem já dezenas de anos, de trato dos portugueses junto da Serra Leôa, descoberta por Pedro de Sintra, entre 1460 e 1463. Segundo o Dr. Hümmerich, que fundamenta minuciosamente e com seguro critério o seu juízo, a descrição enviada por Valentim Fernandes a Peutinger é baseada, na parte em que trata das regiões situadas ao sul do Rio Gâmbia, numa memória escrita por Álvaro Velho, em que êste expôz o resultado das suas observações, sôbre a terra e os habitantes, plantas e animais, clima e cultura, objectos de comércio, costumes e religião, colhidas nos oito anos em que percorreu aquelas paragens, e demoradamente conviveu com os Bolões e os Teminis.

Como foi êle parar a estas costas da Guiné? O Dr. Hümmerich reconstitui assim os factos. Álvaro Velho termina o seu

Roteiro, dizendo que a armada do Gama, reduzida então à nau *S. Gabriel* e caravela *Bérrio*, se aproximava, em 25 de Abril de 1499, da ilha de Santiago, e que nesse dia acharam fundo de 35 a 20 braças e não puderam avistar terra, e os pilotos diziam que estavam nos Baixos do Rio Grande. Nos oito anos seguintes, um Álvaro Velho reside precisamente na costa da Serra Leôa, que, segundo Valentim Fernandes, se estende desde aí até ao Cabo do Monte. Mero acaso? De modo algum. Os navios portugueses andavam naquele dia 25 de Abril procurando terra. Desembarcaram depois para meter água e lenha, o que não faziam desde 12 de Março. E quando os dois navios retomam a sua derrota, Álvaro Velho fica em terra, por doença, por desastre, por qualquer motivo imprevisto, e por lá se emprega, quer como feitor, quer como capitão ou mestre de alguma caravela que andasse em comércio de troca por aquelas paragens. O *Roteiro* interrompe-se então porque a viagem terminou para o seu autor. Em compensação, durante o tempo que por lá ficou, até princípios ou meado do ano 1507, escreveu a descrição da costa ao sul do rio Gâmbia, que Valentim Fernandes aproveitou.

Os editores portugueses do *Roteiro* insistem, com a maior sinceridade, em depreciar a forma como êle está redigido. Kopke diz que a evidência intrínseca do estilo e narrativa indicam a humilde situação do seu autor. Herculano chama-lhe uma narrativa rudemente escrita, onde a gramática e a clareza da dição são, a cada momento, preteridas. Os comentadores estrangeiros, menos exigentes quanto à forma, mais atentos à substância, exaltam as finas qualidades de observação do autor. Ravenstein é de opinião que êle não pode, pelo estilo literário, pôr-se a par de Barros ou Castanheda, mas isso não prova, de modo algum, que êle fôsse de humilde condição: a sua narrativa é nítida e precisa, e mostra que êle era um homem de discernimento, per-

feitamente capaz de dar um inteligente relato de tantos factos novos que vieram cair sob a sua observação. O Dr. Hümmerich tem por Álvaro Velho uma consideração ainda maior, desde que o julga autor também da memória sôbre os povos ocidentais africanos que serviu de fonte a Valentim Fernandes, na qual melhor se revelaram as suas inclinações para estudos de etnografia, manifestando faculdades superiores. Considera-o um homem nada vulgar, sem cultura literária, mas de larga visão e claro entendimento, com manifesto interesse, tanto pelas civilizações do Oriente como pelo estado primitivo dos negros africanos, sabendo descrever quanto vê e ouve, com simplicidade e exactidão. Não podemos, pois, deixar de admirar êste homem que acompanhou Vasco da Gama nessa espantosa viagem de circunnavegação da África até Calecut, tendo sempre o cuidado de bem observar e registrar no seu diário os factos capitais da famosa expedição, e logo a seguir se demora oito anos na costa da Guiné, onde compõe um notável trabalho de etnografia africana.

A autenticidade do «Roteiro»

Frederico Ayala publicou, em 1898, como dissemos já, um opúsculo, cuja novidade principal é a afirmação de que o *Roteiro* é um documento forjado. Com que fim e vantagem se deu o falsificador a tal trabalho não julga necessário explicar. Começa por dizer que o *Roteiro* é uma falsificação, por não possuir as qualidades de um verdadeiro *diário*, qualidades que formula arbitrariamente. Ora Álvaro Velho escreveu o que quis, como e quando pôde, sem pensar que quatro séculos depois, um crítico exigente lhe havia de ditar as regras do seu relato. Em seguida lança Ayala, a propósito da partida do Tejo, uma seqüência de interrogações admirativas, de pura retórica sentimental. Não vale a pena entrar em pormenores sôbre esta parte. Damos apenas uma

amostra: «Nem a figura pensativa e confiada de Vasco, de pé sôbre o tombadilho, e a que o pálido luar vinha dar o realce duma visão quêda e sublime, despertou em Álvaro uma palavra sequer de admiração ou de pátrio desvanecimento?!» É claro que Álvaro Velho, como ia na nau de Paulo Gama, dificilmente poderia apanhar êste instantâneo do capitão-mor em pé no tombadilho da *S. Gabriel*, pensativo e confiado, à luz do pálido luar...

De maior valor é já a consideração seguinte: «Para avolumar a suspeita de que o *Roteiro* é um documento dos fins do primeiro quartel do século XVI, basta ler a descrição de certos reinos ao sul de Calecut, com o preço e procedência de várias mercadorias, e até um vocabulário da língua indígena, que segue ao interrompido diário». Com efeito, ao relato da viagem juntou Álvaro Velho dois apêndices: o primeiro é uma relação geográfico-comercial, o segundo uma lista de muitos termos da linguagem de Calecut, os quais Ayala não julga possível terem sido obtidos na primeira viagem. Precisamente estes dois apêndices são objecto dos dois primeiros estudos do Dr. Hümmerich, incluídos no volume décimo da *Revista da Universidade de Coimbra*. O vocabulário da linguagem indiana foi fornecido, durante a viagem de regresso, pelos Malabares que Vasco da Gama apanhou em Calecut e trouxe consigo para testemunhas do seu descobrimento. A relação geográfico-comercial foi fornecida por aquele judeu que Vasco da Gama tomou na ilha de Angediva e trouxe também consigo, o qual depois, com o nome de Gaspar da Gama ou Gaspar da Índia, prestou relevantes serviços ao rei D. Manuel no Oriente. Assim, os dois apêndices são antes duas boas provas da genuinidade do *Roteiro*.

Outro argumento de Frederico Ayala é a brusca interrupção da narrativa quando chegam aos baixos do Rio Grande, mas, como já sabemos, isso resultou simplesmente de ter aí terminado a viagem para o autor, que então ficou na Guiné.

O seu grande argumento, porém, que classifica de prova a mais esmagadora, é a falta de exactidão, várias vezes notada, na correspondência, entre os dias do mês e os dias da semana, apontados no *Roteiro*, julgando êle sempre que é o dia da semana que está errado, o que pode não ser a verdade. É evidente que Álvaro Velho escreveu a narração de muitos factos depois de êles se terem passado. Não admira que alguma vez se enganasse, como hoje, apesar da abundância de calendários e jornais que andam nas mãos de todos, qualquer de nós se engana freqüentemente. Nota Ayala que, no ano de 1498, se diz no *Roteiro* que os dias 10 de Janeiro e 19 de Setembro foram em quinta feira, quando a verdade é que foram em quarta feira, sucedendo o inverso em 23 de Agosto. A troca de quarta feira por quinta feira não é de admirar, e pode até explicar-se como êrro de cópia, fácil de cometer. Mais grave é, porém, o que sucede no mês de Fevereiro de 1499, quando, segundo afirma Ayala, se diz que os dias 9, 14 e 27 foram respectivamente, numa segunda feira, sexta feira e domingo, e a verdade é que foram num sábadô, quinta feira e quarta feira. A isto acrescentaremos nós: o leitor que depois de ler esta explicação, fundamentada em cálculos correctamente feitos, fôr estudar o *Roteiro*, convencer-se há até de que tôdas as datas daquele mês estão erradas. Isto precisa maior análise. Vamos expor a resposta clara e sagaz que a êste respeito dá o Dr. Hümmerich.

A armada do Gama partiu, no ano de 1498, da ilha de Angediva, para de novo atravessar o Oceano Índico, de regresso à Pátria, como expressamente se diz no *Roteiro*, «a uma sexta feira, que foram cinco dias do mês de Outubro». A duração da travessia até avistarem terra africana, em Magadoxo, é dada adiante: «Andámos tanto tempo em esta travessia que três meses menos três dias gastámos nela». Tendo partindo em 5 de Outubro e durante a travessia três meses menos três dias, deve concluir-se que foi em dois de

Janeiro de 1499 que avistaram terra africana, mas no *Roteiro* lê-se: «E foi uma quarta feira, dois dias do mês de *Fevereiro* da era de 1499 anos». Ora êste dia dois de Fevereiro foi num sábado, e o dia dois de Janeiro é que foi em quarta feira. Daqui deduz o Dr. Hümmerich, e muito bem, que há nesta cópia do *Roteiro* troca do mês. Engano do autor ou êrro do copista, a palavra *Fevereiro* tem de substituir-se por *Janeiro*, como corrobora a seqüência da narrativa. Com efeito, logo adiante se lê: «E ao sábado que foram cinco dias do *dito mês*», e em cinco de Fevereiro foi terça feira, o sábado foi em cinco de janeiro. O *dito mês*, é, pois, êste último. Conclusão semelhante se vai deduzindo das datas, sucessivamente mencionadas no dito mês, até à última: «E a um domingo, que foram 27 dias do dito mês, nos partimos daqui com muito bom vento à popa». É ainda do mês de Janeiro que se trata, cujo dia 27 foi, na verdade, um domingo. E o que vem comprovar cabalmente tudo isto é a chegada a Moçambique: «E ao primeiro dia de Fevereiro à tarde fomos pousar davante as ilhas de São Jorge em Moçambique». Se chegaram às ilhas de São Jorge no primeiro de Fevereiro, é bem claro, finalmente, que tudo o que antes se narra teve lugar em Janeiro. Assim, tudo se acerta e põe na evidente luz da verdade, emendando uma única vez a palavra *Fevereiro* para *Janeiro*, a primeira vez que aparece neste ano de 1499. A seqüência dos acontecimentos encaixa-se assim perfeitamente. A prova que Ayala classifica de mais esmagadora só pode, afinal, ser esmagadora para êle, porque mostra quão superficial foi o seu estudo do *Roteiro*.

As datas da partida de Lisboa, e chegada à Índia, da esquadra do Gama, dadas pelo *Roteiro*, são confirmadas pelas cartas de Girolamo Sernigi, o comerciante florentino estabelecido em Lisboa à data do regresso a Portugal dos expedicionários, com quem falou, as quais desmentem Gaspar

Correia. As objecções de Ayala desfazem-se em fumo. O *Roteiro* tem claramente estampado na frente o sêlo da autenticidade, para quem o ler sem opiniões antecipadas, como afirma Hümmerich.

«*As Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, são, pelo menos, enquanto se não provar o contrário, no que toca à primeira viagem de Vasco da Gama, a narração exacta e fiel do assombroso acontecimento» — diz Ayala. Ora, está bem provado o contrário. Aplicando à narrativa da primeira viagem do Gama, por Gaspar Correia, a luz intensa do seu seguro critério, fundamentado em largo estudo, conclui o Dr. Hümmerich que ela está inçada de falsidades, como a sua narrativa da viagem de Álvares Cabral. Correia foi para a Índia em 1512, e tem autoridade para os acontecimentos de que foi testemunha ou esteve em condições de obter seguras informações, mas não a tem para os primeiros descobrimentos.

Rodrigo Felner, no seu prefácio às *Lendas da Índia*, acaba por formular êste juízo a respeito da obra de Gaspar Correia: «é preciso não dissimular que se encontram nela alguns erros cronológicos; algumas opiniões singulares, que não poderão ser admitidas senão depois de maduro exame, e uma propensão para o romanesco e maravilhoso, não impróprios das *Lendas*, antes nelas bem cabidos, porém incompatíveis com a gravidade da história». Á conta desta propensão para o romanesco deve ser levada a conjuração (de que não há vestígio no *Roteiro*) tramada contra Vasco da Gama, pura lenda, que, na narrativa de Correia, assume proporções absurdas.

A suposta conjuração contra o Gama

Na sua crónica do rei D. Manuel, *De rebus Emmanuelis...*, publicada pela primeira vez em Lisboa, 1571, Jerónimo Osório

conta a parte da viagem do Gama, desde a angra de Santa Helena até dobrar o Cabo, nos seguintes termos, segundo a tradução de Francisco Manoel do Nascimento (1): «Levaram âncoras dali [da angra de Santa Helena] e correram para o Sul, porfiados a montar o Cabo da Boa Esperança: porfia em que realçou muito o esforço do Capitão Vasco da Gama, porque eram cruelísimos os mares, frigidíssimos e contrários os ventos, as brumas e os temporais contínuos, sendo sempre naquelas partes, em tempos certos, muito horríveis e muito para temer, quando o Sol alumia a quadra Setentrional; e mais para quem nunca palpara aquelas ondas, do que conceberam tal susto, que tôda a confiança de salvamento rejeitavam. Que tais iam as vagas assomadas, que ora pareciam as naus romper as nuvens, ora roçar no leito do profundo. Acrescia a êste mal, que não podiam canjar avante. Deixavam-se ir com as velas ferradas à mercê dos ventos, fazendo bordos, por não perder caminho, esperando entre embates de maré o fim das tempestades. A cada sota que dava o tempo, vinham todos pôr-se à roda do Gama a pedir-lhe e requerer-lhe não quisesse dar acabamento com tão horrendo género de morte a si e a tantos, a seu crédito encomendados. Que não cabia em suas fôrças lutar contra tais ondas: que cedesse à tormenta, e antes que a sorvesse o mar, deixasse a Armada tornar à Pátria. E como êle recusasse com segurança de ânimo o requerido, conjuraram alguns de lhe dar morte. Soube-o êle por indícios de seu irmão Paulo da Gama; e pondo tôda a cautela no desvio, pôs a ferros Mestres e Pilotos, encarregando-se êle mesmo da incumbência do Piloto Mor. Depois de ter em fim por muitos dias sustido com valor sem quebra o pêso dos temporais, e o da perfidia, virou o tempo, tomou com os mais Capitães a ponta do Cabo, que com suma alegria começaram a dobrar em 20 de

(1) *Da vida e feitos d'El-Rei D. Manoel*, vol. I, pág. 69.

Novembro, pelo conceito em que estavam que uma vez vencido, vencidos eram todos os obstáculos de chegarem felizmente aonde pretendiam». Nesta narrativa encontra-se logo uma contradição: esta parte da viagem não foi feita «quando o Sol alumia a quadra setentrional», porque em Novembro o sol anda bem para o sul do equador; e na Armada ia quem já «palpara aquelas ondas», pois Pero de Alenquer, que fôra o piloto de Bartolomeu Dias no descobrimento do Cabo, era o piloto de Vasco da Gama. Diogo Kopke, na sua edição do *Roteiro*, faz a êste passo o seguinte comentário (Nota n.º 18): «Parece-nos que não tem fundamento o que diz Osório da conspiração contra Vasco da Gama, que alguns da tripulação, cansados de sofrimento, tramaram no seguimento da viagem da Angra de Santa Helena para o Cabo; e do expediente que o capitão-mor tomou de prender os conspiradores, e fazer êle mesmo as vezes de piloto. Em tal não falam os três autores [Castanheda, Barros e Góis] que acabamos de citar, e parece-nos demais absurdo que, tendo-se partido da Angra de Santa Helena em 16 de Novembro, tendo-se chegado à vista do Cabo em 18, e tendo-o dobrado a 22, houvesse motivo para as tripulações desanimarem, e conspirarem contra seu comandante; — e isto ainda quando o tempo fôsse tempestuoso, o que contudo do nosso Roteiro não consta. — A audácia da emprêsa de Vasco da Gama não necessita do *romântico* para lhe dar realce».

Êste bem deduzido comentário contra a veracidade do episódio narrado por Jerónimo Osório foi por Herculano suprimido na segunda edição do *Roteiro*. Causou esta injusta supressão o aparecimento das *Lendas da Índia*, cujo primeiro volume se imprimiu em 1858, no intervalo das duas edições. O crédito, porém, que começou por dar-se à narrativa da primeira viagem do Gama, contida nesse volume, está hoje muito diminuído, pois é já indubitável que está cheia de falsidades.

Segundo Gaspar Correia, quando Vasco da Gama partiu para o mar em demanda da Índia, o cabo da Boa Esperança não estava ainda descoberto! Desconhece o grande feito de Bartolomeu Dias, cujo nome só cita na viagem de Cabral. No Cap. II das *Lendas* (Vol. I, pág. 7) conta que Janinfante (João Infante) foi com quatro caravelas, por mandado de D. João II, a descobrir ao longo da costa de África para o sul, mas não pôde chegar ao cabo por causa dos grandes temporais e grossos mares que lhe comiam os navios. Voltando, disse ao rei que, com navios grandes, «sem dúvida, tinha certa esperança» que acharia e dobraria a ponta austral africana. E como êle tinha esta boa esperança, chamou D. João II cabo da Boa Esperança a êste cabo ainda não descoberto mas que Janinfante esperava dobrar, o que não chegou a fazer porque morreu quando se começava a construção dos navios por êle requeridos, os quais depois formaram a armada do Gama. Assim, os primeiros navios que dobraram o cabo foram os de Vasco da Gama!

A armada largou do Tejo em 25 de Março de 1497, segundo afirma Correia, fazendo seu caminho ao cabo Verde. De lá navegaram ao sul, para depois irem dobrar a terra. Quando, porém, foram dar na costa, que reconheceram, tornaram na volta do mar em que correram muitos dias, e parecendo-lhes que poderiam dobrar, tornaram na volta da terra, mas de novo encontraram costa, verificando que estavam muito mais avante do que tinham chegado as caravelas de Janinfante. Fizeram nova volta ao mar e andaram tanto para o sul «que quasi não havia no dia sol de seis horas»! E passando de um mês que corriam nesta volta, tornaram à terra, que esperavam agora dobrar. Mas, quando outra vez a viram, ficaram muito tristes e persuadidos que a costa africana corria continuamente para o sul, e não tinha cabo. No entanto Vasco da Gama afirmava que o cabo era já muito perto e que com outra volta o dobrariam. Os

pilotos presumiam que êle assim o julgava porque «ia informado do judeu Zacuto»! E de novo se meteram ao mar que acharam em tormenta desfeita, com cerrações e escuridões, «e por os dias serem muito pequenos, sempre parecia noite». Havendo quási dois meses que iam nesta volta, os mestres e pilotos bradavam que fôsem demandar a terra, mas o Capitão-mor não queria. Por fim, parecendo-lhe já tempo, mandou navegar em leste e, não encontrando terra, acabaram por conhecer que tinham dobrado o cabo. Descobriram depois grandes serranias e correram ao longo da costa, que era de leste oeste. Viram grandes enseadas e bôcas de grandes rios, entrando por um dêles, onde surgiram. Nicolau Coelho foi no batel explorar o rio, subindo por êle mais de vinte léguas sem achar gente. Então determinaram sair de novo para o mar, depois de tomar água e lenha.

Esta narrativa da procura e passagem do Cabo é inacreditável. Sabemos que êle foi dobrado em 22 de Novembro, tempo de verão no hemisfério do sul, em que são curtas as noites e não os dias. Mas, supondo mesmo que êle tivesse sido passado no solstício de inverno austral, em Junho, seria preciso que tivessem atingido altas latitudes, a menos de dez graus do círculo glacial antártico, para encontrarem dias de seis horas ou ainda de menos, como parece depreender-se quando Correia depois diz que «sempre parecia noite». A êste respeito diz Ravenstein (1): «O completo absurdo de esta narrativa é evidente, e surpreende que ela tenha sido aceite por historiadores sérios. Um dia de seis horas pode ter lugar na latitude de 58° 30' S. no solstício do inverno — que no hemisfério austral é em Junho — mas não o pode haver em parte alguma dêste hemisfério durante o verão. Em Novem-

(1) *A Journal of the first voyage of Vasco da Gama*, translated by E. Ravenstein, London, Hakluyt Society, 1898, pág. 193.

bro a duração do dia naquela latitude é de cêrca de 16 horas e falar de «escuridão» em tais circunstâncias parece absurdo. Demais, teria sido impossível atingir tão alta latitude sem encontrar massas de gêlo flutuante que seguramente seriam um fenómeno mais estranho para os companheiros de Vasco do que mares temerosos e fortes ventos, e mais dignos de registo». Parece-nos êste um juízo definitivo.

Continuemos a descrição da viagem, segundo Correia. Tornando os navios ao mar, correram ao longo da costa até o mês de Novembro, em que foram na volta do mar. Arma-se uma tormenta que toma proporções assustadoras. Os homens começam a adoecer e morrer dos grandes trabalhos. Pilotos, mestres, e tôda a gente, dão gritos e bradam aos capitães que arribem, mas o capitão-mor declara que não torna atrás um só palmo. Os marinheiros combinam levantar-se contra os capitães para os prenderem e arribarem a Portugal. Nicolau Coelho é avisado disto. Num momento em que o mar abonança, os navios chegam à fala, e Nicolau Coelho brada ao capitão-mor que era bom arribarem, com palavras em que dava a entender o que se passava. Vasco da Gama, por ser «muito avisado», logo compreende tudo e, chamando tôda a gente, diz-lhes que determinava arribar, mas, para sua desculpa perante El-Rei, tinha de fazer auto, com seus assinados, das razões porque assim procedia. O que depois se segue, é assim imaginado por Correia:

«Então o Capitão-mor disse que não havia mister que assinassem senão os que melhor entendessem as cousas do mar. Então o piloto e o mestre os nomearam, que eram três marinheiros. Ao que o Capitão-mor se recolheu à sua câmara, e falou com os seus criados que estivessem à porta da câmara, e meteu dentro o escrivão, que fizesse o auto, e mandou entrar os três marinheiros, e dissimulando lhe fez perguntas com juramento sôbre arribarem, e tudo se escreveu e assinaram. Então os mandou descer à outra câmara que

tinha debaixo da sua, por um escotilhão, e mandou que o escrivão também fôsse abaixo com êles, e chamou o mestre e piloto, e os mandou também abaixo, dizendo que fôsem assinar que lá estava o escrivão, e chamou acima os marinheiros um a um, e pelos seus criados lhe mandou deitar ferros dentro na câmara, e aos mestres e pilotos grossos ferros. E sendo todos assim bem presos, o Capitão-mor os tirou fora e chamou a todos, dizendo ao mestre e piloto que logo ali lhe entregassem quantas cousas tinham de arte de navegar, se não que logo os havia de enforçar, do que havendo grande mêdo, tudo lhe entregaram, e tendo tudo na mão o deitou no mar, dizendo: «Gentes, olhai que não tendes mestre nem piloto, nem quem vos ensine o caminho de hoje em diante, porque estes que tenho presos debaixo da coberta, haviam de tornar a Portugal, se primeiro não morressem». Porque êle tinha sabido que entre si ordenavam de se alevantarem, e forçadamente se fôsem a Portugal, que portanto deitara tudo ao mar, e não queria mestre nem piloto, nem homem que soubesse arte de navegar, porque só Deus era o mestre e piloto...».

De nada disto, que devia ter-se passado antes da chegada a Moçambique, há o menor vestigio no *Roteiro*, como não há do que conta Osório. Sobre tal narrativa, que termina pelo gesto absurdo do capitão-mor a lançar, por suas próprias mãos, os astrolábios e cartas de marear pela borda fora, emite Ravenstein o seguinte juízo (1): «Osório dá semelhantemente o relato de uma insubordinação, mas diz que ela ocorreu antes de ser dobrado o Cabo. Difere em outros pontos de Correia, informando, por exemplo, que «*todos os pilotos foram postos a ferros*». Como o livro de Osório foi publicado em 1571, enquanto que o manuscrito de Correia, apesar de escrito em 1561, só chegou a Lisboa em 1583, não

(1) *Ibidem*, pág. 194.

é provável que o primeiro se inspirasse no segundo. Podem ter ambos derivado a sua informação da mesma fonte impura, e aceitado como registo de um facto uma tradição sem fundamento. Que possa ter havido algum descontentamento entre os homens é inteiramente possível, mas não podemos crer que os pilotos intentassem pôr-se à frente de uma insubordinação. Concordamos plenamente com o Professor Kopke quando prefere a autoridade de Barros, Góis e Castanheda, e a do autor dêste «Roteiro», à de Osório. Isto aplica-se, ainda com mais fôrça, à narrativa absurdamente elaborada por Correia. A. Herculano, na segunda edição do *Roteiro* (pág. VIII) rejeita a nota (1) de Kopke com o fundamento insuficiente que as eminentes autoridades, acima referidas, se abstiveram de qualquer alusão a uma revolta pelo «receio de deslustrar os companheiros do Gama». Mas Herculano acreditava em Correia — nós não».

Sôbre a opinião de Herculano volveram muitos anos. Novos documentos, novos estudos, têm diminuído fortemente o crédito de Gaspar Correia como cronista das primeiras viagens. Assim, com Ravenstein, temos de retomar a opinião de Kopke a respeito do relato da suposta revolta, feito por Osório, e estendê-la ao relato de Correia, rejeitando um e outro. Mas devemos examinar ainda outra narrativa de conjuração: a que Castanheda coloca na travessia do Oceano Índico, já de volta a Portugal.

A viagem de regresso, desde a ilha de Angediva, foi iniciada, segundo o autor do *Roteiro*, em 5 de Outubro de 1498, gastando três meses menos três dias através do mar da Índia até chegarem à vista de Mogadoxo. Mas nesta travessia encontraram muitas calmarias e ventos contrários, e sobreveio o escorbuto de que morreram trinta homens. Em cada nau só sete ou oito da tripulação podiam ocupar-se da

(1) É a nota, atrás transcrita, sôbre a narrativa de Jerónimo Osório.

faina do navegar. O triste estado a que chegaram é descrito assim textualmente: «Em tal ponto éramos que era todo já *composto*: e andando nós assi nesta coita fazíamos muitos prometimentos a santos e pittores pelos navios. E os capitães tinham já feito conselho que, se nos vento igual acudisse que nos tornasse a terra da Índia donde partíramos, de arribarmos a ela. Quis nos Deus, por sua misericórdia, dar tal vento que, em obra de seis dias, nos trouxe a terra». Como se vê, não há aqui referência a qualquer insubordinação. Contudo Herculano junta à palavra *composto*, que sublinhamos no texto transcrito, a seguinte nota (pág. 101 da 2.^a edição do *Roteiro*): «Talvez *descomposto*, isto é, desordenado, indisciplinado». Esta emenda de *composto* para *descomposto* é inteiramente inaceitável, pois o texto é bem inteligível: «era todo já composto» quer dizer que estava já tudo conforme com a sua sorte, estavam todos resignados. O verbo *compor-se* tem, como pode ver-se, por exemplo, no *Dicionário* de Moraes(1), a significação de «conformar-se, resignar-se», e neste mesmo sentido é empregado num passo anterior do próprio *Roteiro*. É quando Vasco da Gama, na volta da audiência do Samorim, ficando preso com os companheiros, diz aos que o guardam que, pois o não deixam ir para os navios, deixem ir aqueles seus homens para não morrerem ali de fome. A resposta foi esta: «E êles disseram que estivessem, que se morriam de fome que *se composessem*, que êles não davam por isso nada» (pág. 71).

(1) *Compôr-se*; conformar-se, resignar-se: v. g. *compôr-se com a sua sorte, com a vontade divina; com a sua mágua; i. é, sofrer-se. Eufr. 2. 3. Palm. 3. f. 124 v. compôr-se com a má fortuna; com a perda. Ined. 3. 229. Vieira, 10. 325 [Dicionário da língua portugueza, de A. de Moraes Silva, sexta edição, Lisboa, 1858]. Compôr-se, conformar-se, resignar se (— com a sua sorte, com a vontade divina) [Novo dicionário da língua portuguesa, por E. de Faria, 3.^o edição, Lisboa, 1855].*

O pequeno capítulo (Cap. XXVII do Liv. I) em que Castanheda conta a viagem de regresso, está cheio de erros. Como no *Roteiro* se diz que partiram de Angediva em 5 de Outubro, gastaram três meses menos três dias na travessia e chegaram à vista de Mogadoxo em 2 de *Fevereiro*, e estes dados são incompatíveis, Castanheda, em vez de emendar a última data para 2 de *Janeiro* (que é a correção a fazer, como atrás vimos)⁽¹⁾, aumenta a duração da travessia para *quatro* meses. Depois, como põe a chegada a Mogadoxo em 2 de *Fevereiro*, diz que passaram defronte de Pate num sábado cinco de *Fevereiro* (em 5 de *Janeiro* é que foi sábado), e dá como sendo no mesmo mês a largada de Melinde e a queima do *S. Rafael* nos baixos do mesmo nome. Assim quatro vezes fala expressa e erradamente no mês de *Fevereiro*, em vez de *Janeiro*. E como no *Roteiro* se dá a chegada às ilhas de S. Jorge no primeiro dia de *Fevereiro*, Castanheda emenda para o primeiro de *Março*. Mas considera depois, e com verdade, o dia 3 de *Março* como o da chegada a Angra de S. Brás do que resulta ter sido feito, entre 1 e 3 de *Março*, todo o percurso desde Moçambique a S. Brás! Assim reduz a menos de três dias a duração de uma derrota de 500 léguas que os nossos efectuaram realmente num mês. Dêste modo se notam logo tantos erros, resultantes de êle não ter acertado na emenda a fazer ao *Roteiro*. O mesmo sucedeu a *Damião de Góis*.

Castanheda conta que, depois de bem engolfada no mar, encontrou a armada grandes calmarias e ventos contrários; que, por causa disso, durou a travessia *quatro* meses, no

(1) A comprovar a necessidade e exactidão desta emenda, há também o facto de ela ter já sido feita em 1898 simultâneamente por E. Ravenstein e F. Hümmerich sem saberem um do outro (*A Journal of the first voyage of V. da G.*, pág. 87, nota 3; *Vasco da Gama und die Entdeckung des Seewegs nach Ostindien*, págs. 144 e 189, nota 2).

que exagera um mês; que adoeceram os homens com o escorbuto, morrendo trinta, e ia faltando a água. Depois acrescenta: «E para maior desconsolação afirmavam os pilotos que aqueles tempos eram ali gerais e por isso duravam tanto, que se o não foram já se acabaram; e assi o cria a gente pelo que desmaiaram de todo e se deram por mortos, e bradavam todos a grandes brados que arribassem a Calecut ou ao outro logar da Índia que melhor seria morrerem em terra que no mar; e requeriam a Vasco da Gama e aos outros capitães que arribassem, e também o requeriam os pilotos e os mestres em muitos conselhos que Vasco da Gama fazia sôbre isso: e respondia com muito esfôrço que não podia ser que aqueles tempos ali fôsem gerais porque, se o foram, não se podera navegar por aquele golfão como navegava para Melinde e outras partes, por isso que cressem que aqueles tempos haviam de ter fim: e dizia-lhes outras muitas cousas para os esforçar porém os pilotos não ficaram nada contentes, e fizeram todos conjuração com os mestres, e marinheiros, e outra gente alguma, que como tornasse o vento que arribassem com êle a Calecut. O que sendo descoberto a Vasco da Gama, prendeu os pilotos, e êle tomou o cuidado de mandar a via, e o deu aos outros capitães emquanto andassem naquele trabalho. E havendo nosso Senhor piedade dêle, mandou vento que em obra de dezasseis dias pôs a frota à vista da outra costa diante da cidade de Mogadoxo». A esta conjuração que Castanheda enxerta no *Roteiro* deve dar-se o mesmo crédito que às outras emendas que nêle fez e o levaram a essa derrota impossível desde Moçambique à Angra de S. Brás, entre um e três de Março. Até os seis dias, em que o vento favorável os levou à vista da terra, êle aumenta para dezasseis. Tendo de reduzir os quatro meses, que êle supõe terem durado as aflições da travessia, nos três meses menos três dias em que ela se realizou, devemos igualmente reduzir tôda esta narratira às di-

mensões do *Roteiro*, eliminando a conspiração a que nêle se não faz referência.

O Dr. Franz Hümmerich, no terceiro dos seus Estudos publicados no vol. X da *Revista da Universidade de Coimbra*, analisa vários passos das *Lendas da Índia* donde deduz uma bela explicação da psicologia de Gaspar Correia, que se compraz em tantos exageros e fantasias, ficando subjectivamente honesto. Ocupa-se também do seu relato da conjuração, comparando-o com os de Osório e Castanheda, e como êles a localizam diferentemente, um na passagem de Santa Helena para o Cabo, outro no percurso da costa oriental sôbre Moçambique e o outro no regresso da Índia, conclui que se não inspiraram em fonte escrita mas numa tradição oral que cada um colocou no momento que lhe pareceu mais apropriado. Assim, a Castanheda, que segue o *Roteiro*, pareceram mais próprios os dias afflictivos da volta pelo Oceano Índico, e substituiu o estado de resignação da gente, tôda entregue a rezas e promessas a santos, por uma conjuração de pilotos, mestres e marinheiros. O Dr. Hümmerich acha completamente inaceitável a narrativa de Osório, de uma revolta numa esquadra de fortes navios, preparados com tanto cuidado, bem providos de mantimentos, com pilotos e tripulação escolhida, incluindo o piloto e marinheiros de Bartolomeu Dias, ainda antes de chegarem ao limite já atingido por êste. «Isso é inconcebível e sem exemplo na história dos descobrimentos portugueses dêsse tempo» (1). Sente-se mesmo inclinado a negar igualmente as outras narrativas de sublevação, não lhes reconhecendo fundamento algum de realidade, como a moderna investigação fez a respeito do pacto de Colombo com a tripulação amotinada na viagem de 1492, prometendo voltar para Espanha, se dentro de três dias não vissem

(1) *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. X, pág. 257.

terra (1). Uma consideração o retém nessa sua tendência, a diferença essencial que nota nos dois casos: a tradição da revolta contra Colombo começou dezenas de anos depois da viagem, ao passo que a revolta contra Vasco da Gama já se encontra mencionada num documento pouco posterior, o qual é o relatório enviado de Lisboa em 1506 pelo italiano Cá Masser à Senhora de Veneza.

Com efeito no comêço da sua *Relazione*, e logo no «Viaggio Primo», Lunardo da Cá Masser, depois de dizer que D. Manuel mandou D. Vasco da Gama com 4 caravelas ao longo da costa da Guiné até descobrir a Índia e que os navios chegaram ao Cabo, a 2.000 léguas de Lisboa, continúa (2): «E gionto qui [a Cao di Bona Speranza] il Capitano, stevano le persone de tutte 4 caravelle in gran contrasto, erano d'una opinione di non andar più oltre; e dicevano al Capitano, che andavano come perduti perchè non tenivan più vittuaria, e molti delli marinari erano morti. Al ditto Capitano li parse di andare più oltre, per essere più propinquo a trovare alcuno loco di vittuaria, che tornare indietro: e cusì montò el Cao con gran fortuna». O Dr. Hümerich reconhece que o fundamento aqui dado para a revolta, a falta de víveres, é falso, pois a esquadra tinha nessa altura mantimentos em abundância. E no resto da viagem o parco relato está cheio de erros: os quatro navios chegam todos à Índia e voltam todos a Lisboa, e a verdade é que o dos mantimentos foi queimado na ida e a nau *S. Rafael* na volta, há confusão de Monçaide com Gaspar da Gama, que à chegada dos navios a Calecut vem a bordo de cruz em punho, mandado pelo Samorim, e é logo prêso e espancado pelo Capitão-mor, etc. Conclui por isso que a narrativa

(1) *Ibidem*, pág. 259.

(2) *Centenário do descobrimento da América, Memórias da Comissão portuguesa*, Lisboa, 1892, pág. 68.

de Cá Masser se baseia numa informação oral inexacta. Esta conclusão não pode deixar de aceitar-se, mas entendemos que alguma coisa há a acrescentar, essencial para o assunto que estamos tratando. Nós pensamos que o informador do veneziano, quando lhe falou no levantamento da tripulação para não prosseguirem viagem, com medo de falta de víveres, fazia simplesmente uma manifesta confusão com os factos passados na viagem de Bartolomeu Dias.

Na *Década I*, liv. III, cap. IV, conta Barros como, saindo Bartolomeu Dias da Angra das Voltas, situada em 29 graus de latitude austral e assim denominada pelas muitas voltas em que aí andaram por causa do mau tempo, o mesmo tempo os fez correr treze dias com as velas a meio mastro. Cessando aquela fúria do mar, vieram demandar terra pelo rumo de leste, e não a encontrando, carregaram sôbre o rumo do norte, com que foram ter a uma angra que chamaram dos Vaqueiros. Correndo a costa, chegaram a um ilhéu em que poseram o padrão, chamado da Cruz, que deu nome ao ilhéu. O que então se passou é assim textualmente narrado: «Aqui como a gente vinha cansada e mui temerosa dos grandes mares que passaram, tôda a uma voz começou de se queixar, e requerer que não fôsem mais avante, dizendo como os mantimentos se gastavam, para tornar a buscar a nau que deixaram atrás com os sobresselentes, a qual ficava já tão longe que quando a ela chegassem seriam todos mortos à fome, quanto mais passar avante. Que assás era de uma viagem descobrirem tanta costa, e que já levavam a maior novidade que se daquele descobrimento levou: acharem que a terra se corria quási em geral para Leste, donde parecia que atrás ficava algum grande cabo, o qual seria melhor conselho tornarem de caminho a descobrir. Bartolomeu Dias, por satisfazer aos queixumes de tanta gente, saiu em terra com os Capitães e Officiais, e alguns Marinheiros principais; dando-lhes juramento, mandou-lhes

que dissessem a verdade do que lhes parecia que deviam fazer por serviço del Rei; e todos assentaram que se tornassem para o Reino, dando as razões de cima, e outras de tanta necessidade, do qual parecer mandou fazer um auto, em que todos assinaram. Però, como seu desejo era ir avante, e sòmente quis fazer êste cumprimento com a obrigação de seu officio e regimento del Rei, porque lhe mandava que as cousas de importância fôsem consultadas com as principais pessoas que levava, pediu a todos, quando veio ao assinar da determinação em que assentaram, que houvessem por bem correrem mais dois ou três dias, a costa; e quando não achassem cousa que os obrigasse a prosseguir mais avante, que então fariam a volta; o que lhe foi concedido. Mas no fim dêstes dias que pediu não fizeram mais que chegar a um rio, que está 25 léguas avante do ilhéu da Cruz em altura de 32 graus e dous terços. E porque João Infante, Capitão do navio S. Pantaleão, foi o primeiro que saiu em terra, houve o rio o nome que ora tem do Infante, donde se tornaram, por a gente tornar a repetir seus queixumes. Chegados ao ilhéu da Cruz, quando Bartolomeu Dias se apertou do Padrão que ali assentou, foi com tanta dor e sentimento, como se deixara um filho desterrado para sempre, lembrando-lhe com quanto perigo de sua pessoa, e de tôda aquela gente, de tão longe, vieram sòmente àquele efeito, pois lhe Deus não concedera o principal. Partidos dali, houveram vista daquele grande e notável Cabo, encoberto por tantas centenas de anos, como aquele que, quando se mostrasse, não descobria sòmente a si, mas a outro novo mundo de terras. Ao qual Bartolomeu Dias, e os da sua companhia, por causa dos perigos e tormentas, que em o dobrar dêle passaram, lhe poseram nome Tormentoso». Eis o que se passou quando Bartolomeu Dias descobriu o Cabo que depois D. João II denominou da Boa Esperança. Mas o feito de Vasco da Gama veio pôr na sombra tão importante descobrimento, a ponto de Gaspar

Correia o ignorar, confundindo as duas viagens. Correia põe a esquadra do Gama a procurar o ainda desconhecido cabo, o qual passam, sem o ver, em grande tormenta; e quando vem a bonança, reconhecem que já o tinham dobrado, acabando por encontrar costa rumada na direcção de leste oeste. Ora isto succedeu com os navios de Bartolomeu Dias. E faz lembrar o auto, por êste mandado lavrar, o que Vasco da Gama manda escrever e assinar por motivo da conjuração, segundo Correia, convocando o piloto, o mestre e três marinheiros principais. Não admira pois que o informador de Cá Masser, na inexacta narrativa que lhe fez da viagem do Gama, incluísse também um eco dos factos passados na viagem do seu predecessor, inconsciente do absurdo das tripulações se alarmarem com mêdo da falta de víveres, quando ia com êles um navio bem provido de mantimentos. E assim devemos ter como certo que o fundamento único dêstes boatos, que começaram logo a correr sôbre a espantosa viagem de descobrimento do caminho marítimo da Índia, é mera confusão e exagêro do que se passou na descoberta do Cabo.

Se entendemos que deve rejeitar-se como falsa a afirmação de qualquer revolta tramada contra Vasco da Gama, não é só porque no *Roteiro*, de cuja autenticidade não pode já duvidar-se, não há a menor referênciã a tal acontecimento. É também porque nêle se narram factos que mostram um estado de relações, de amor e respeito, entre o capitão-mor e a sua gente, incompatível com conjurações e revoltas. A esquadra largou da ilha de Santiago em 3 de Agôsto, engolfando-se no pego do mar, e ao fim de 93 dias de um longo circuito pelo Atlântico do sul avistaram terra, que denominaram Angra de Santa Helena. Feito inteiramente novo, prova de um grande saber náutico. Até então tinha-se avançado nos descobrimentos, costeando o continente africano. «Esta primeira passagem através do Atlântico austral é um dos grandes feitos registados nos anais da exploração mari-

tima», diz Ravenstein (1). Em 18 de Agosto caíra sôbre a esquadra uma daquelas enormes borrascas freqüentes nas regiões equatoriais. A fôrça do vento despedaçou a vêrga da vela grande da nau capitaina. Era dia de Santa Helena, e deve ter sido o pior da travessia, para assim ficar registado no *Roteiro*. Supomos que foi em memória da Santa, invocada nesse dia, que puseram o nome de Santa Helena à primeira terra onde chegaram (2). Aí Fernão Veloso tanto importuna o Gama, pedindo licença para ir ao interior ver as casas e costumes dos naturais, que a obtém. Mas quando Veloso volta apressado pelo outeiro «mais fácil de descer que de subir», os capitães estavam ceando na *S. Gabriel*. Vasco da Gama acode na barca à vela e é ferido por uma das azagaias então despedidas pelos indígenas. Êste episódio, que mostra a solicitude do capitão-mor pelos seus homens, ficou registado nos *Lusíadas*:

Da espessa nuvem, setas e pedradas
Chovem sôbre nós outros sem medida,
E não foram ao vento em vão deitadas,
Que esta perna trouxe eu dali ferida.

(V, 33).

Depois, estando êles na Angra de S. Brás, apareceram

(1) *A journal of the first voyage of Vasco da Gama*, London, 1898, pág. XVIII.

(2) Que os nomes dados às terras descobertas não eram só os dos Santos dos dias do descobrimento, di-lo claramente Barros: «Punham também os nomes aos cabos, angras e mostras da terra que descobriram, ou por razão do dia que ali chegavam, ou por qualquer outra causa como a Angra a que ora chamamos das voltas, que por as muitas em que então ali andaram lhe deram êste nome Angra das Voltas» (*Década I*, liv. III, cap. IV). Da denominação da baía de Santa Helena tratamos no livro *Horas Serenas, Album literário e artístico*, Lisboa, 1923, págs. 219 e 220.

na praia, num sábado 2 de Dezembro, cerca de 200 negros que começaram a tocar flautas, uns alto, outros baixo, concertando muito bem, e ao som da música puseram-se a bailar. Então, diz Álvaro Velho: «E o capitão mor mandou tanger as trombetas e nós em os batéis bailávamos, e o capitão-mor também de volta connosco». Isto prova bem que êle não era, para os seus, apenas o chefe temido, era também o chefe estimado e querido, que por êles acudia, expondo-se a perigos, e com êles folgava nas horas de desenfado.

Em Calecut, depois da audiência com o Samorim, o Catual dá instruções disfarçadas para não deixarem ir os portugueses para bordo. O Gama fica retido com os que o acompanharam à audiência, e exigem dêle que mande ordem aos navios para entrarem no pôrto ou fazerem entrega dos lemes e das velas, o que seria a perdição da esquadra. Êle resiste firme e serenamente, e envia recado secreto a Nicolau Coelho para se afastar com os batéis e pôr os navios em boa guarda. Acima de tudo é necessário que as naus voltem a Portugal com a notícia do descobrimento, embora êle e os companheiros presos sejam sacrificados, como a cada momento os ameaçam. «Todo êste dia estivemos metidos nesta agonia», diz Álvaro Velho. E que fazem estes homens que a todo o instante esperam ser assassinados com o seu chefe? Revoltam-se? Queixam-se, ao menos? Eis o que êles resolvem fazer neste aflitivo transe: «... porém nós contudo não deixamos de cear muito bem disso que se achou pela vila. Esta noite nos guardariam mais de cem homens, todos armados de espadas, e bisarmas e escudos, e arcos e frechas». Homens que compartilham assim alegremente do perigo de morte a que está exposto o capitão-mor, não fazem conjurações contra êle. E êle bem sabia que tinha o respeito e amor dos seus e por isso podia bailar às trombetas (1)

(1) Cantar e bailar às trombetas, parece ter sido o divertimento fa-

com êles, em horas de desenfado. Se no *Roteiro* não aparece a menor referência a tentativas de revolta, a razão única é que em tal se não pensava.

Os boatos de conjuração foram do conhecimento de Camões que teve sempre, acima de tudo, o amor da verdade e por isso os rejeitou. As estâncias 71 e 72 do Canto V dos *Lusíados* têm a significação de um desmentido formal:

Crês tu que se êste ajuntamento
De soldados, não fôra lusitano,
Que durara êle tanto obediente
Por ventura a seu Rei, e a seu Regente?

Crês tu que já não foram levantados
Contra seu Capitão, se os resistira,
Fazendo-se piratas, obrigados
De desesperação, de fome, de ira?
Grandemente por certo estão provados,
Pois que nenhum trabalho grande os tira
Daquela portuguesa alta excelência
De lealdade firme, e obediência.

vorito dos lusitanos nas horas de folga da arrojada expedição. Na terça-feira, 29 de Maio de 1498, que mediou entre as duas audiências de Vasco da Gama com o rei de Calecut, estava êle muito agastado e aborrecido porque os seus presentes para o Samorim tinham sido escarnecidos e rejeitados pelo Catual e pelo feitor do rei, os quais depois o deixaram para irem ao paço pedir nova audiência, como êle queria. «E o capitão esperou todo aquele dia aguardando por êles, e êles nunca mais tornaram. E estando o capitão assi apaixonado de se ver entre homens tão freimáticos e de tão pouca certeza, quisera-se ir ao paço sem êles, porém houve por melhor conselho esperar até o outro dia. E nós contudo não deixávamos de nos desenfadar, e cantávamos e bailávamos às trombetas, e tomávamos muito prazer» (*Roteiro*, pág. 65). Na Angra de S. Brás o capitão-mor, bem humorado, dançava com os seus. Aqui, enquanto os doze companheiros cantavam e bailavam, êle, remoendo-se de despeito pelo vexame sofrido, pensava em vencer as dificuldades com firmeza e habilidade.

Assim, com o poeta, reclamamos para o lusitano ajuntamento, com quem o grande Capitão pôde realizar o seu espantoso feito, que seja levantada a suspeita de actôes desleais que lhes não devem ser atribuídos. Nesta viagem revelou Vasco da Gama um conjunto admirável de nobres e superiores qualidades que lhe permitiram dirigir e levar a cabo tão difícil e árdua emprêsa. Para que êle possa ser admirado em tôda a sua grandeza, não é preciso depreciar os seus companheiros e colaboradores. A mesma luz de glória que resplandece sôbre a sua figura, nêles se reflecte pura e sem sombras.

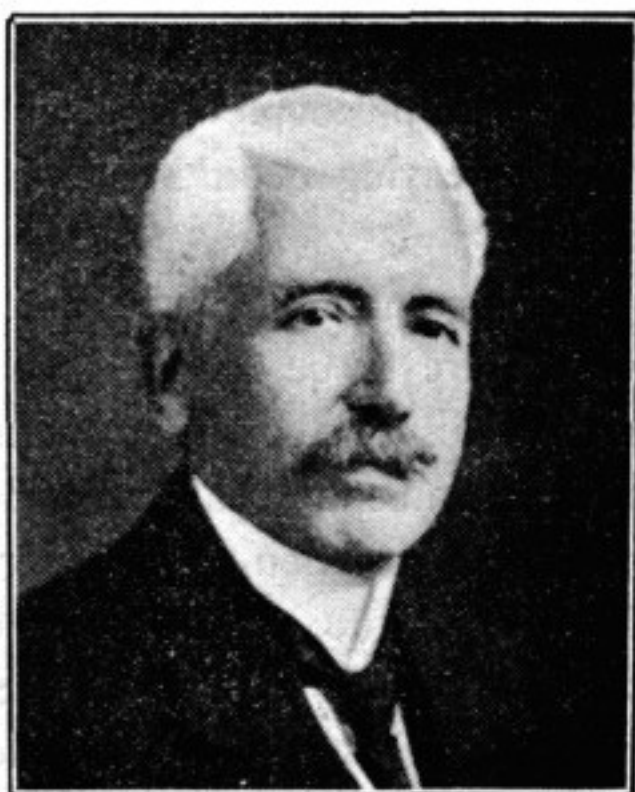
Coimbra, Fevereiro de 1925.

Luciano Pereira da Silva

EARLY PORTUGUESE EXPLORATIONS OF THE NORTH AMERICAN COAST (1)

In my first visit to the United States I should not like to lose the opportunity of telling this great people that the Portuguese pride themselves on having early in the sixteenth century contributed to the exploration of the American coast, specially the north eastern part of this continent.

It is well known that Columbus married, in the island of Madeira, the daughter of the famous Portuguese navigator Bartolomeu Perestrelo who in the course of his Atlantic voyages had gathered many data of the routes. They were in the hands of his daughter when she married. It is certain that, only after his marriage, Christopher Columbus submitted to the King of Portugal his plan to seek out Cathay (China) by the western route, which



ERNESTO DE VASCONCELLOS
Secretário perpétuo da Sociedade
de Geografia de Lisboa

(1) Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso Nacional de Geografia a pedido da *Association of American Geographers*.

leads us to suppose that among the papers of Perestrelo he had found the data for elaborating his project. The King did not accept it because he wished, as usual, to act on his own initiative, in conformity with his plan to find out a passage to Cathay through the West, as he had already found one through the East after the voyage of Bartolomeu Dias, which opened to the civilisation of old Western nations an era of prosperity which still lasts, and which, I am convinced, will improve when the Washington Conference concludes its works successfully. Then a new economic era will arise, which will set in further relief and confirm the great services rendered to civilisation all over the world by a small nation that, as Camões says, from the western shores of Lusitania sent its ships to plough the oceans of the world a head of others, leaving behind a luminous trail that will never fade away.

Unfortunately I have not brought with me the books where are to be found reproduced the documents showing the various Portuguese expeditions in the fifteenth, sixteenth, and seventeenth centuries, and particularly those referring to the exploration of the North American coast. They are few, it is true, as the great earthquake of 1755 destroyed the *Casa da India* where the State archives were kept; and this was followed by a terrible fire, which accounts for the loss of many documents from which we might otherwise re-write the history of our voyages up to that epoch. Nowadays it is only with great difficulty that this is being done little by little, after long researches in the private records of the descendants of our navigators, the libraries of old monasteries, and in the archives of Goa and other colonies. Some of these documents have been published by the Lisbon Academy of Science and by the Geographical Society of Lisbon. There are others too which may be consulted advantageously at the archives of *Tôrre do Tombo*.

Notwithstanding such difficulties, it is possible now to reconstitute the Portuguese expeditions to the West across the Atlantic in search of the desired route to China. By studying the documents to which I refer it was possible for me to obtain the data with which I elaborated the lecture delivered at the University of Coimbra in commemoration of the centenary of Fernão de Magalhães, the Portuguese navigator in the service of Spain, and whose name is deturpated into Ferdinand Magellan in foreign works. From this lecture I can give the following extracts offhand, concerning the part taken by the Portuguese in the early exploration of the north eastern coast of North America.

The navigator Gaspar Côrte Real, after his first voyage NNW of the Azores, in which he discovered part of the coast of Newfoundland, returned to Portugal and obtained from King Manuel the control of lands by him discovered. With three ships he then left Lisbon in 1501 by the Azores route, whence he turned northward, coming across, if I recollect rightly, the extreme south of Greenland, doubling Cape Farewell, and following the coast up to what is known today as Davis Straits on to Disco Bay, where the icebergs made him turn westward, to the actual Cape Mugford, bearing south. In exploring the coast he passed by the entrance to Hudson Straits and of Belle Isle, which he took for a river. Again he followed the eastern coast of Newfoundland, and anchored at Placencia Bay, whence he despatched two of his ships to Lisbon, where they arrived in August of that year, to inform the King about his discoveries. Up to this day some of the names given by Côrte Real to places on the Newfoundland coast are used, such as Cabo Raso (changed into Cape Race) and the bays of Conceição (Conception) and Boa Vista (Bonavista) etc.

The commanders of these two ships presented the reports of the expedition, which were lost, naturally in the fire

at the *Casa da Índia*. But there remains the report of the Venetian ambassador, who, spying our steps could obtain a narrative of the voyage; and he had a planisphere made containing the Portuguese discoveries up to November of the year 1502. It is the well-known map of Alberto Cantino, the name of that ambassador, who presented it to Hercules d'Este, Duke of Ferrara. It is preserved in the Estense Library at Modena.

This planisphere, besides describing graphically the regions visited by Gaspar Côrte Real, charts a portion of the peninsula of Flórida and the eastern coast of the United States. This shows that those portions of the American coast were already known, possibly by the earliest of the bold Portuguese pilots, twelve years before the oldest expedition on record, as HARRISSE well remarks in his work: *Os Côrte Reaes e as suas viagens no Novo Mundo*.

As Gaspar Côrte Real might have remained with his ship at Placencia Bay without being able to return to Lisbon, King Manuel issued a letter-patent to Miguel Côrte Real, on the 15 th January 1502, to start in search of his brother. Neither of them ever returned. There remain only the narratives of the expedition in Cantino's report, and in Pasqualigo's letters, which were republished by the Lisbon Academy of Sciences in the volume issued in commemoration of the centenary of the discovery of America.

The Portuguese did not limit their exploration only to the coast of Newfoundland and Labrador. The latter name is naturally derived from that of the navigator João Fernandes Lavrador, the surname still existing in some Portuguese families.

The island of Cape Breton was explored by João Alvares Fagundes, who in 1520 sailed from the port of Viana do Castelo and went along the whole coast from Nova Scotia to Plaisance Bay, south of Newfoundland. He found the

country well populated, so that the old charts bear the following inscription; «Land of many people». Cape North, to the extreme north of Cape Breton, he named Cabo Grosso, on account of its width and storms. To Cape Ray he gave the name of Cabo Frenoso, by reason of its height. It was he that, coasting along Newfoundland southward, named the island group of St. Pierre Miquelon and Langlad as «As Onze Mil Virgens», (The Eleven Thousand Virgins). King Manuel granted the letter-patent for these islands on 13 th. March 1521. From the north of Portugal Alvaro Fagundes brought over some fishermen, and established a colony for cod-fishing, but owing to the extremely cold climate the colony did not thrive. It is well known, however, that to this day fishermen from Viana are exploring the Newfoundland fisheries. The codfish exported by them is known in the Portuguese market as «bacalhau de Viana», or Viana codfish.

Estevão Gomes, a Portuguese who, like Fernão de Magalhães, passed over to the service of Spain, explored, between 1524 and 1525, the American coast from Newfoundland to Flórida, but it appears that he only succeeded in going from Nantucket Island to Cape Breton, as recorded in the planisphere of Diogo Ribeiro in 1529.

Later, it was a Portuguese pilot, João Martins, a native of Algarves, who in 1588 led the ship commanded by Commodore Don Lorenzo Maldonado from Lisbon to Newfoundland and Labrador. As recorded in the «Historia de los Establecimientos de las Naciones Europeas», he crossed the Davis Straits to the glacial sea, whence he sailed westward, reaching the straits of Anian, evidently Behring Straits.

In the matter of old Portuguese charts, it may be remarked in concluding this brief outline that the colored maps to be seen at Columbus Room in the fine building of the Pan-American Union, representing important portions of the

American continent, are of Portuguese workmanship. The most notable are undoubtedly those of Vaz Dourado, a Portuguese cosmographer who held the post of frontier captain of Goa. He composed an atlas containing eighteen maritime charts superbly illuminated, of which a precious copy, perhaps the most important of all, exists in the archives of Torre do Tombo at Lisbon, with the following denomination: «Mapa mundo que fez Fernão Vaz Dourado, fronteiro nessas partes, que trata de todos os reinos, terras, ilhas, que há na redondeza da terra, com suas derrotas e alturas por esquadrias. Em Goa em 1571».

Of this cartographical monument of Portugal there are, so far as I know, five copies — that which belonged to the royal library of Ajuda Palace, now at the National Library of Lisbon, and supposed to date from 1565; that of the Duchess d'Alba, of 1568; that of the Madrid Library, said to have disappeared, and dated 1570; that of the royal library of Munich, dated 1580, and that of the Torre do Tombo above referred to.

The facsimiles in Columbus Room, reproduced from the imperial German University, reveal another copy of work of Vaz Dourado! The other two charts representing the eastern coast of America are evidently of Portuguese workmanship too, and both of them are of great interest, showing the lands explored by *Côrte Real*.

Washington D. C., January 1922.

Ernesto de Vasconcellos

IMPRESSIONS DE COIMBRE (1)

Coïmbre est une petite ville — elle a 20:000 habitants à peine — mais c'est une petite ville charmante, toute fleurie de monuments exquis, toute pleine de souvenirs illustres, et sertie dans un paysage délicieux, entre la vallée verdoyante du Mondégo et les collines onduleuses qui dominant le fleuve. Jadis, au XII^e et au XIII^e siècle, elle fut la première capitale du Portugal, et aujourd'hui encore, la belle église de Santa Cruz y conserve les tombeaux des plus anciens souverains du pays. Elle fut au commencement du XIV^e siècle, et elle est, depuis 1537, devenue définitivement le siège d'une Université célèbre, la seule que jusqu'à ces dernières années le Portugal ait possédée, et à cette Université, aujourd'hui comme autrefois, Coïmbre doit son renom et presque toute sa vie. A l'aube de la Renaissance enfin, elle fut, pendant un demi-siècle, un centre d'art remarquable, dont l'histoire se rattache, de curieuse et intéressante manière, à l'histoire de l'art français. Aussi Camoëns a-t-il pu justement célébrer en Coïmbre « une nouvelle Anthènes, où Apollon distribue des couronnes d'or et de laurier toujours vert » et chanter « ces rives fertiles du Mondégo », pour lesquelles « les Muses abandonnent l'Hélicon ». Et de même, en des vers fameux, le poète a conté la tragique et tendre aventure, dont Coïmbre garde encore la mélancolique mémoire, l'aventure

(1) Reproduzido, por amavel autorização, da «*Revue de Paris*» — 1^{er} Février 1925.

de l'infant dom Pedro et de cette Inès de Castro, « à qui l'amour avait promis une couronne, et qui ne l'obtint qu'au tombeau ». Le couvent d'Alcobaça conserve le monument funèbre de l'infortunée princesse, et c'est un des chefs-d'œuvre de la sculpture portugaise au xiv^e siècle. Mais à Coïmbre, au delà du Mondégo, on visite toujours le jardin tragique, le jardin d'amour et de larmes, qui vit, selon la tradition, les beaux rêves dorés et le meurtre d'Inès; et sous les cyprès séculaires, près de la fontaine, sont inscrits sur une stèle les vers des *Lusiades*: « Passant, vois cette claire fontaine; elle arrose des fleurs; ses eaux sont des larmes... C'est la fontaine des Amours ».



Au-dessus des rives du Mondégo, au-dessus des maisons qui s'étagent au flanc abrupt de la colline, l'Université dresse, comme au sommet d'une acropole, ses bâtiments robustes et sa haute tour carrée. Et de même qu'elle domine la cité de sa masse puissante, ainsi l'Université la marque tout entière de son empreinte. Assurément, à certains jours, la ville s'emplit, au matin, d'une animation rustique: de lourds chars aux roues pleines, que traînent des bœufs aux larges cornes, traversent lentement les rues; des paysannes en costume pittoresque passent, droites et graves, portant en équilibre sur leur tête des fardeaux inquiétants; sur le pont qui franchit la rivière, c'est un défilé incessant, un piétinement continu d'animaux de toute sorte, bœufs, moutons, ânes, chevaux, cochons, que des bergers à la noble prestance guident, d'une houlette haute comme une lance, vers le grand marché plein de mouvement, de couleur et de bruit. Mais plus souvent, dans les rues paisibles de la cité universitaire, on rencontre les étudiants, dont la redingote haut boutonnée

s'enveloppe d'une ample cape noire, et qui s'en vont, toujours tête nue, par groupes, flânant aux devantures des boutiques ou remplissant, entre cinq et six heures, le salon de la pâtisserie à la mode. Et sur cette jeuneuse tumultueuse, le recteur de l'Université, qui bien souvent, aux siècles passés, ne fut autre que l'évêque de Coïmbre, exerce comme autrefois, cette sage autorité et cette surveillance protectrice, qui longtemps ont fait de lui le premier personnage de la ville. Il n'y a guère plus de vingt ans encore, quand quelque compagnie théâtrale songeait à venir donner des représentations à Coïmbre, il lui fallait au préalable solliciter l'agrément du recteur, lui soumettre son programme, fixer d'accord avec lui le jour et l'heure et donner toutes les garanties nécessaires à ce rigoureux gardien de l'honnêteté civique et de la moralité universitaire. Les temps aujourd'hui sont un peu changés sans doute. Cependant, dans cette ville sans grand commerce, et où l'industrie commence à peine à naître, dans cette petite cité paisible aux grands espaces déserts, aux beaux jardins solitaires, on sent que tout ce qu'il y a de vie tourne autour de l'Université et émane d'elle; et l'endroit assurément où le voyageur de passage va tout d'abord, celui où il revient le plus volontiers c'est la vaste cour ombreuse qu'encadrent les bâtiments de l'Université, et d'où la vue est si belle sur le fleuve dont l'eau miroite entre les verdoyantes collines.

On entre dans cette cour par une porte monumentale, la *porte de fer*, comme on l'appelle, où une tolérance assez rare a laissé subsister la statue du roi Philippe IV d'Espagne, qui la fit bâtir en 1634, au temps où les souverains espagnols régnaient passagèrement sur le Portugal. Sur la droite, un bel escalier à double révolution monte à un haut portique, à triple arcade et à fronton triangulaire; et derrière ce portique, sur toute la longueur de la façade, s'étend une large et majestueuse galerie, solennellement nommée *la voie latine*,

dont l'une des extrémités conduit à un joli patio tout tapissé de faïences anciennes, et aux salles de cours, claires et avenantes, de la Faculté de Droit. Plus loin, dans l'ombre de la tour, au sommet de laquelle l'horloge, gravement, lentement, sonne les heures, la chapelle de l'Université montre son élégant portail de style manuëlin : c'est le plus ancien en date — il est du commencement du xvi^e siècle — des édifices qui entourent la cour, et sa jolie décoration intérieure mêle en une heureuse harmonie le revêtement des faïences bleues et l'or éclatant des autels. Jadis, avant la révolution de 1910, cette chapelle tenait grande place dans la vie de l'Université. Aux jours solennels de la collation des grades, les futurs docteurs, en grande pompe, escortés de tout le corps universitaire revêtu de ses magnifiques costumes, venaient y entendre la messe du Saint-Esprit, avant d'aller, dans la grande salle des grades, recevoir la couronne et l'anneau, insignes de leur nouvelle dignité. Les événements récents ont introduit dans l'Université la neutralité confessionnelle, et la chapelle ancienne n'est plus qu'un monument historique dont l'âme semble s'être un peu évanouie. Mais l'Université, fidèle à ses traditions séculaires, saisit avec empressement, on le verra tout à l'heure, toutes les occasions de restaurer ce qui peut et doit être conservé de son glorieux passé.

Au delà de la chapelle, s'élève le bâtiment de la bibliothèque, trois vastes et hautes salles, magnifiquement décorées dans un style noble et grave, au fond desquelles, dans un somptueux cadre d'or couronné d'écussons et de figures allégoriques, se détache le portrait en pied du roi Jean V, qui fit, vers le milieu du xviii^e siècle, construire cet édifice. Rien, ou presque, n'y a changé, depuis le temps du fondateur : sous les peintures élégantes qui décorent les voûtes, les hautes boiseries des bibliothèques, teintées de vert sombre rehaussé d'ornements d'or, montrent l'éclat fauve des

reliures anciennes; d'admirables tables de thuya ou d'ébène complètent cette décoration somptueuse et sévère, une des choses qui, à Coïmbre, par l'harmonieuse unité du décor, par l'élégance majestueuse de l'ensemble, par l'atmosphère qui s'en dégage encore, donnent le mieux et le plus pleinement la sensation des splendeurs d'autrefois. Et, au-dessous de ces grandes salles d'apparat, en deux ou trois étages superposés de substructions robustes, s'accumulent les livres et les manuscrits précieux. On retrouve là les restes de l'ancien palais des rois du XIII^e siècle, dont l'Université occupe aujourd'hui la place, arcades puissantes aux rudes chapiteaux qui soutiennent des voûtes imposantes, souterrains obscurs dont l'Université avait fait jadis des cachots à l'intention des étudiants récalcitrants ou coupables, grilles redoutables, recoins sombres où l'on enfermait ceux qui étaient condamnés au secret, tout un passé disparu de discipline sévère et de férule rigoureuse, qui amuse un instant comme une curiosité historique, mais d'où l'on remonte volontiers vers la lumière du soleil.

De l'antichambre de l'appartement rectoral, que décorent d'élégantes faïences du XVIII^e siècle aux tons de bleu pâle et de bistre clair, part une longue galerie, dont le balcon, porté sur de hautes arcades, longe toute la façade extérieure de l'Université. D'ici on domine la ville entière, les terrasses crénelées et la coupole de la Sè Velha, l'ancienne cathédrale romane, le vaste horizon des collines couronnées de maisons blanches et de verdure; tout en bas, le Mondégo déroule le ruban sinueux de ses eaux moirées d'or, et au delà de la rivière, sur les premières pentes, le monastère de Santa Clara allonge sa bâtisse puissante. Admirablement, dans le ciel du soir, le paysage se compose pour le plaisir des yeux. Sur la droite, la cathédrale nouvelle, la Sé Nova, dessine sa silhouette pittoresque, hérissée de clochetons, de fleurons et de croix; l'ancien palais épiscopal montre son

élégante loggia italienne; d'immenses jardins mettent, entre les édifices, la note claire de leurs verdure; et Coïmbre, dans la lumière qui meurt, apparaît paisible, silencieuse et charmante.

Sur la galerie s'ouvre la salle dite « *des examens secrets* ». Une grave assemblée en décore les murailles; tous les recteurs qui, depuis 1537, présidèrent aux destinées de l'Université, ont ici leurs portraits; et, à l'exception du premier, qui porte le costume de cour, tous sont revêtus de l'habit des hauts dignitaires de l'Église. C'est pour cela sans doute que la révolution de 1910 a troué de quelques balles plusieurs de ces effigies, comme elle a, dans la grande salle des grades, troué de balles les effigies des rois. Manifestation un peu puérile et bien inoffensive, dont ne semblent guère prendre souci les graves prélats au noble visage ou au dur masque d'inquisiteur, dont les images solennelles s'alignent aux parois de la salle.

Mais la merveille de l'Université c'est la *sala dos capelos*, la vaste salle où se fait la collation solennelle des grades. Sur le plafond en forme de carène renversée, de grands carrés, au fond alterné de blanc ou de bleu sombre, enferment une floraison d'ornements d'or bruni. A la base des murailles, d'admirables faïences anciennes mettent un haut lambris chatoyant, au-dessus duquel se rangent, dans de somptueux cadres d'or, les portraits des rois de Portugal.

Au fond, sur une estrade, un beau fauteuil ancien de style xviii^e siècle, en bois doré couvert de velours vert, se détache sur une tenture de velours cramoisi bordée d'or: c'est là que prend place, aux jours de cérémonie, le recteur de l'Université, dans sa longue toge noire, recouverte du camail brodé de couleur éclatante, tenant en main la toque, garnie de longues franges, qui est l'insigne des docteurs de l'Université. Au pourtour de la salle, une galerie légèrement surélevée — *la galerie doctorale*, comme on la nomme — re-

çoit, dans l'ordre des préséances universitaires, les docteurs et professeurs des cinq facultés, dans leur pompeux costume de cérémonie. Et l'effet, je l'ai vu, est singulièrement imposant, quand la vieille salle historique est pleine d'une foule attentive, quand sur son trône de velours vert et d'or, le recteur prend séance, grave et immobile comme un portrait d'autrefois. Mais l'aspect en doit être plus prestigieux encore, lorsque, pour quelque circonstance extraordinaire — comme fut, le 15 avril 1921, la collation du doctorat *honoris causa* à trois grands chefs des armées alliées — l'Université fait revivre les splendeurs rituelles du cérémonial antique. Ce jour-là, de la salle du Sénat universitaire, un long et pompeux cortège partit pour se rendre dans la salle des grades. Derrière la garde des archers, tenant leurs hallebardes dressées, derrière la musique jouant *l'hymne académique*, les professeurs marchaient deux à deux, dans l'ordre hiérarchique des facultés, portant sur la toge noire les camails rouges, blancs, jaunes, bleus, qui distinguent les différents ordres d'enseignement. Les bedeaux suivaient, la masse au poing, précédant le page qui, sur un plat d'argent, tenait les insignes des futurs docteurs. Puis c'était, un bâton d'argent à la main, le maître des cérémonies de l'Université, et après lui, accompagné du professeur chargé de faire le discours officiel, le ministre de l'Instruction publique, parrain des futurs docteurs, et derrière lui, entre le recteur et le doyen de la Faculté des Sciences, le maréchal Joffre, les généraux Diaz et Smith-Dorrien, portant, conformément au protocole traditionnel, le camail insigne de leur prochaine dignité. Et terminant le cortège, marchait le chef des gardes, escorté du corps des huissiers. Puis, quand le recteur eut pris place, la cérémonie se déroula, coupée de musique, de discours, et terminée par l'investiture solennelle donnée aux nouveaux docteurs par la remise de la couronne et de l'anneau : et après que, conformément à l'usage traditionnel,

ceux-ci eurent reçu l'accolade de tous leurs nouveaux collègues, de nouveau le cortège se reforma dans l'ordre protocolaire, les nouveaux docteurs prenant place dans les rangs de la Faculté des Sciences. En de tels jours, dans l'antique *sala dos capelos*, quelque chose semble revivre des souvenirs et des gloires d'autrefois, et le doctorat conféré à un maréchal de France évoque tout naturellement la mémoire des relations anciennes qui unirent l'Université de Coïmbre à notre pays, le souvenir de cet André de Gouvéa qui, avant de revenir, à l'appel du roi Jean III, enseigner à l'Université reconstituée en 1537, avait à Paris, pendant quatre ans, dirigé le collège Sainte-Barbe, fondé à Bordeaux le collège de Guyenne, et mérité que Montaigne dît de lui qu'il « était sans comparaison le plus grand principal de France », celui de son cousin Jacques de Gouvéa, né à Coïmbre, qui fut lui aussi principal du collège Sainte-Barbe et recteur en 1538 de l'Université de Paris, celui d'autres Portugais encore, qui dans la première moitié du xvi^e siècle étudièrent à Paris, Antoine de Gouvéa, grand philosophe, grand jurisconsulte et grand poète, Jacques de Teyve, qui lui aussi revint en 1537 professer à Coïmbre. Et lorsque, en 1772, l'Université portugaise fut réorganisée, il semble bien que ce fut encore sous l'influence des grands penseurs français du xviii^e siècle.

Pourtant il ne faudrait point croire que l'Université de Coïmbre s'endorme dans le culte de ses traditions anciennes, qu'elle soit comme embaumée dans son passé glorieux. Sans doute, dans un pays dont les finances ne sont point fort prospères, elle souffre de la difficulté des temps. Les bâtiments de la Faculté des Lettres, commencés il y a quelque douze ans sur un plan vaste et magnifique, restent partiellement inachevés. Le recrutement du personnel enseignant, à la Faculté des Sciences par exemple, ne se fait point toujours aisément. Et la concurrence des Universités

nouvelles de Lisbonne et du Porto fait quelque tort à l'ancienne Université de Coïmbre. Cependant, par le nombre des étudiants — près de 1200 — qui y fréquentent, par l'atmosphère studieuse qui se dégage d'elle, la petite cité universitaire fait toujours bonne figure: on y a la sensation d'une vie active, d'un mouvement intellectuel digne d'attention. La Faculté des Lettres en particulier, la première dans l'ordre des préséances, semble bien être la première aussi par le haut mérite de plusieurs de ses maîtres: son doyen, M. Eugénio de Castro, n'est pas seulement un professeur éminent; c'est un poète de talent rare, dont l'œuvre, qui a cherché en France quelques-unes de ses inspirations, fait honneur à sa ville natale comme elle fait honneur à son pays.

*

* *

Par des rues montantes, étroites, escarpées et pittoresques, par de longs escaliers qui escaladent la pente de la colline, on arrive à la placette tranquille et déserte, où l'herbe pousse entre les pavés, et sur laquelle la *Sè Velha*, l'ancienne cathédrale, dresse sa robuste et sévère façade. C'est une vieille église du XII^e siècle, du style roman auvergnat, qui, par ses hautes murailles crénelées, a moins l'air d'un édifice sacré que d'une citadelle. Elle a d'ailleurs, à l'extérieur, fort belle apparence avec son porche profond et la fenêtre qui, au-dessus, creuse son archivolte dans l'épaisseur de la tour centrale de la façade, avec son abside couronnée de créneaux, que domine la coupole édifiée sur le transept. L'intérieur, quoiqu'il ait été à plusieurs reprises restauré et embelli, n'en demeure pas moins fort imposant avec ses solides voûtes en plein cintre renforcés de doubleaux, les grandes baies géminées qui s'ouvrent à l'étage supérieur, les tombeaux anciens qui s'adossent aux murs des bas-côtés

et les belles faïences dont la Renaissance a revêtu les murailles et les colonnes. Au fond de l'abside centrale, au dessus de l'autel, étincelle dans la pénombre le haut retable fleuroné et doré, que l'évêque Jorge d'Almeida fit sculpter en 1508 par Olivier de Gand et Jean d'Ypres. C'est un des meilleurs retables qui se soient conservés en Portugal, et il est intéressant de remarquer que, par l'ordonnance, le style et la polychromie, il ressemble fort au retable qui, dans la cathédrale de Burgos, décore la chapelle de la Conception. D'autres étrangers encore ont, vers le même temps, travaillé à la Sè Velha. C'est de l'atelier de sculpteurs français, établis à Coïmbre au début du xvi^e siècle, que provient la décoration de l'une des absides latérales où, sous une colonnade suivant la courbe de la muraille, sont rangées de grandes statues du Christ et des apôtres; et c'est un des maîtres de cet atelier, peut-être ce Jean de Rouen dont il sera question tout à l'heure, qui, à la façade extérieure du transept nord, a édifié le beau portique à trois étages, aux légères arcades, aux sveltes colonnes, que couronne au fronton une statue de la Vierge, et qu'on appelle la *porta Especiosa*.

D'autres monuments encore, à Coïmbre, rappellent le temps où elle était la capitale des premiers rois de Portugal. C'est l'église du Saint-Sauveur, bâtie au xii^e siècle, et celle de São Thiago, dont seul le beau portail roman a échappé à la restauration du xviii^e siècle: et un peu en dehors de la ville, c'est le cloître charmant, aux chapiteaux curieusement sculptés et jadis rehaussés de couleur, qui fut édifié au xiii^e siècle pour le monastère de Celas. Mais c'est au début du xvi^e siècle surtout, à l'époque où le Portugal se couvrait à Lisbonne, à Belém, à Thomar, des édifices du style manuélin, que Coïmbre a eu dans l'histoire de l'art une place considérable et originale. De cette époque datent l'église et le cloître de Santa-Cruz, le monument d'art le plus intéressant assurément et le plus remarquable que Coïmbre ait gardé du passé.

Un beau portail du style flamboyant, tout fleuri de pinacles, de dais ajourés, de statues, donne accès dans l'église : c'est le « portail de majesté » achevé en 1523, et qui rappelle le portail latéral de l'église de Belém. À l'intérieur, l'édifice, bâti sur le modèle des chapelles des Rois catholiques, a une seule large nef, terminée à l'ouest par un chœur quadrangulaire et couverte du côté de l'entrée par une voûte surbaissée soutenant la tribune d'où les moines assistaient aux offices. Comme dans la plupart des églises portugaises, le xviii^e siècle a mis aux murailles de Santa Cruz un haut lambris de faïences bleues à fond blanc, dont les panneaux représentent des sujets appropriés au vocable de l'Église, *l'Invention de la Sainte Croix* ou *l'empereur Héraclius rapportant la Croix à Jérusalem*, et dans les bordures, des anges joufflus qui jouent avec la relique sacrée. Au mur de gauche une chaire s'accroche, « grand bijou de calcaire fin », selon l'expression d'Émile Bertaux ; une superbe figure de chimère la soutient, et autour des statues des pères de l'Église, assis sous des arcades magnifiquement fleuronées, s'épanouit une merveilleuse floraison d'ornements, de statuette, de petits amours courant et voltigeant. « Ceux qui l'ont vue, écrivait au roi Jean III le directeur des travaux de Santa Cruz, déclarent qu'il n'y a pas d'ouvrage de pierre mieux travaillé en Espagne ». Plus loin, aux parois de l'abside s'adosent les monuments des premiers rois du Portugal, Alphonse Henriquez et son fils don Sanche ; au-dessus des gisants étendus sur le sarcophage, des statuette, sous des dais ajourés, garnissent le fond et la courbe d'une élégante arcade, dont l'architecture rappelle celle des portails de Belém ; des écussons la couronnent, soutenus par des anges, et flanqués des emblèmes des souverains portugais, la sphère armillaire et la croix de l'Ordre du Christ. Rien n'égale la richesse et la grâce émouvante de ces tombeaux royaux, où des arabesques et des médaillons italiens se mêlent déjà aux splendeurs

du gothique flamboyant, et « dont on croirait, comme on l'a dit, que certaines statuettes ont été enlevées d'une église de France » (1).

À l'extrémité opposée de Santa Cruz, dans le chœur supérieur, un maître sévillan a sculpté en 1518 les stalles où s'asseyaient les moines. De même que, sur les stalles de la cathédrale de Tolède, le sculpteur a raconté l'épopée espagnole de la prise de Grenade, ainsi dans la haute frise qui ici surmonte les stalles, l'artiste a représenté ce qui était alors la gloire du Portugal, l'épopée maritime des grands découvreurs de mondes. Un long panorama s'y déroule d'îles lointaines et de villes étranges, de vaisseaux aux voiles gonflées bondissant sur le dos des vagues, comme si le maître avait voulu exprimer tout ce que, un demi-siècle auparavant, Nuno Gonçalves avait figuré dans le fameux triptyque des princes, lorsqu'il peignait la génération héroïque qui se groupe autour de l'infant Henri le Navigateur, tout ce que, un peu plus tard, à sa manière, le sculpteur de la salle capitulaire de Thomar traduisit dans la décoration toute « marine » dont il parait son œuvre.

Mais d'autres maîtres encore, étrangers au Portugal, ont travaillé à Santa Cruz : et c'est ce qui, pour nous Français, donne à l'église un intérêt particulier. En ce début de Renaissance, bien des artistes étrangers contribuaient au développement des arts dans la péninsule ibérique. Des maîtres flamands travaillaient pour les rois d'Espagne et de Portugal, et leur influence s'exerçait puissante sur les peintres espagnols et portugais. Des sculpteurs français travaillaient en Castille et en Andalousie ou collaboraient en Portugal avec les architectes des rois. Toute une colonie d'artistes normands s'établissait à Coïmbre, et ce sont leurs ouvrages que Santa

(1) Bertaux, *la Renaissance en Espagne et en Portugal*, dans A. Michel, *Histoire de l'Arte*, IV, 984.

Cruz nous a conservés. C'est Nicolas Chatranais qui, après avoir décoré de sculptures le portail royal de Belém et celui de l'église de la Conception à Lisbonne, sculpta en 1523 le portail de majesté de Santa Cruz. C'est un autre Français, Jean de Rouen qui, en 1521, cisela la précieuse chaire et les plus charmantes des figures qui ornent les tombeaux royaux. Avec lui, d'autres Normands étaient venus à Coïmbre, Jacques Longuin, Philippe Édouard, dont le musée de la ville conserve des statues remarquables en terre cuite, d'un réalisme vigoureux et impressionnant, restes d'une *Cène* jadis placée dans le réfectoire de Santa Cruz. Ce qui est remarquable, c'est que « ces Normands travaillaient à Coïmbre à peu près exactement comme ils auraient fait à Rouen (1) ». On a justement signalé la ressemblance qu'offre la chaire de Santa Cruz avec la décoration du tombeau du cardinal d'Amboise: et on sait en effet qu'en 1520 encore, Jean de Rouen était un des sculpteurs qui travaillaient à ce tombeau. Tandis que les Français établis en Espagne devenaient peu à peu de vrais Castillans, en Portugal ils gardèrent leur originalité et leurs qualités propres. Et c'est pourquoi leur rôle a été grand dans la Renaissance portugaise, leur action efficace et décisive. Ils ont décoré toute une série de monuments portugais: à São Marcos près de Coïmbre, Nicolas Chatranais sculptait un grand retable; en 1532 il en exécutait un autre pour la chapelle de la Pena, au-dessus de Cintra. À Santa Cruz même, Jean de Rouen achevait en 1549 trois retables de pierre, représentant en un faible relief des scènes de la Passion, *le Christ devant Pilate*, *le Portement de croix*, *la Mise au tombeau*. On conserve aujourd'hui ces œuvres délicates dans le cloître qui s'appuie à l'église de Santa Cruz et qu'on appelle joliment « le cloître du silence ».

(1) Bertaux, *loc. cit.*, p. 986.

Il fut terminé en 1518 par le Portugais Marco Pires, et il est exquis avec ses élégantes arcades de style manuélin, avec sa galerie supérieure aux fenêtres surbaissées, que couronnent des fleurons en forme de croix, sa fontaine centrale, à laquelle répondent deux fontaines placées dans les angles, et le décor charmant de faïences jaunes et bleues dont le xviii^e siècle a revêtu les murailles, et où des anges très profanes soutiennent d'élégantes guirlandes. Entre les galeries du cloître, des arbres, des plantes chargées de fleurs mettent, dans cette grave demeure monastique, une grâce et une gaieté. Dans ce cadre merveilleux, les retables de Jean de Rouen ne font point mauvaise figure; surtout ils achèvent d'attester tout ce que le Portugal apprit à l'école des maîtres français, et comment sans doute il connut par eux l'architecture et la décoration italo-antiques.

Ainsi, dans les temps même où Coïmbre voyait renaître son Université, grâce à des Portugais élevés en France, elle tenait dans l'histoire de l'art, grâce à ces sculpteurs français établis en Portugal, une place singulièrement importante. Une école de peinture intéressante y était florissante vers la même époque.

C'est depuis une quinzaine d'années à peine qu'on a découvert et commencé à étudier les primitifs portugais du xv^e et du xvi^e siècle, ce Nuno Gonçalves, qui a été « l'un des plus grands peintres de portraits de tous les temps », et ses continuateurs, Jorge Affonso, Gregorio Lopes, le maître anonyme et charmant de Santa Auta, et Cristóvão de Figueiredo, et Frey Carlos, dont les œuvres donnent un intérêt si vif au musée de Lisbanne. La sacristie de Santa Cruz contient trois tableaux, dont l'importance n'est pas moindre. L'un d'eux, fort assombri par un vernis bitumineux, et qui représente la *Pentecôte*, porte la signature d'un certain Velasco, dont on croit retrouver d'autres œuvres remarquables à la cathédrale de Vizeu et au monastère voisin de Ta-

rouca (1). Un autre tableau figure le *Crucifiement* : on a tenté d'en faire honneur à ce Cristóvão de Figueiredo, dont on sait qu'il travailla à Santa Cruz, au grand retable du maître-autel, et on l'a rapproché, à tort selon moi, de plusieurs tableaux attribués à ce maître, qui proviennent évidemment de Santa Cruz et que conserve le musée. Le peintre y a représenté *l'Invention de la Croix, le Jeune Homme ressuscité par la Croix, l'empereur Héraclius rapportant la Croix à Jérusalem*, c'est-à-dire les sujets même traités sur les faïences qui revêtent aujourd'hui les murs de l'église ; et encore que ces tableaux aient été fort retouchés, ils n'en sont pas moins très intéressants par l'évidente influence flamande qu'attestent les costumes et le réalisme presque brutal des figures. Mais le style diffère absolument de celui du *Crucifiement*. Ils ressemblent davantage au troisième tableau, le plus remarquable que conserve la sacristie de Coïmbre : c'est un *Ecce homo*, à l'arrière-plan duquel de beaux portraits, fortement dessinés, rappellent ceux d'une *Mise au Tombeau*, actuellement au musée de Lisbonne, mais qui provient de Coïmbre, et qu'on attribue précisément à Cristóvão de Figueiredo. Quoi qu'il en soit, ces portraits « ne sont pas indignes d'être rapprochés des portraits historiques peints, près d'un siècle auparavant, par Nuno Gonçalves (2), et l'ensemble d'œuvres conservées dans la sacristie de Santa Cruz suffit à prouver que, dans la première moitié du xvi^e siècle, il y a eu à Coïmbre, à côté du grand atelier des sculpteurs français, une école portugaise de peinture, distincte de celle de Lisbonne, et dont Velasco fut peut-être le maître le plus remarquable.

(1) Voir sur ce point Bertaux, *loc. cit.*, p. 887-890.

(2) Bertaux, p. 891.



Les enseignements que fournit Santa Cruz se complètent par la visite du musée Machado de Castro. Il est installé dans l'ancien palais épiscopal, un bel édifice dont la vaste cour est particulièrement charmante, avec ses panneaux de faïence bleue incrustés dans les murailles, ses sculptures anciennes et son vieux puits dressé dans la verdure, les escaliers qui occupent les angles, et la belle loggia dont les deux étages découpent des baies lumineuses sur un horizon admirable. Les collections, fort riches et fort bien présentées, proviennent en grande partie des églises et des couvents sécularisés. On y trouve de beaux tapis persans du xvi^e siècle, qui jadis appartinrent au monastère de Santa Clara, des chasubles étincelantes et des étoffes précieuses, des bijoux et des bois sculptés — parmi lesquels il faut noter une belle statue de Sainte-Claire provenant de la Sè Velha et qui date du xvi^e siècle, et deux statuettes charmantes d'anges tenant des encensoirs, recueillies au couvent de Santa Clara — et puis de riches orfèvreries d'église et des meubles rares, et des faïences, admirablement classées, qui montrent l'activité des ateliers de Coïmbre au xviii^e siècle, et des figurines en terre cuite colorée, comme on en voit aussi au musée de Lisbonne, et qui groupaient autour de la crèche les personnages de la Nativité, les bergers ou le pittoresque cortège des rois mages, et encore des autres du xvii^e et du xviii^e siècle, éclatants de dorures et surchargés d'ornements, au-dessus desquels des figures violemment polychromées se démènent en des gesticulations théâtrales, monuments d'un art ronflant et emphatique, sans mesure et sans goût, mais dont les ors somptueux, s'harmonisant avec les hauts lambris de faïence bleue, produisent, quand on ne considère que l'ensemble —

on en peut juger à la belle église de la Madre de Deus à Lisbonne ou à celle du monastère de Santa-Clara à Coïmbre — un effet décoratif singulièrement puissant. D'autres pièces ne sont pas moins curieuses, par certaines préoccupations surtout qu'elles attestent. Tout près d'un admirable crucifix en bois de la fin du XIII^e siècle, où la tête du Christ est étrangement émouvante, et faisant avec lui un contraste assez inattendu, on a placé, bien en vue, une jolie statuette de porcelaine, aux couleurs délicates, représentant l'enfant Jésus costumé en Cupidon, portant l'arc et le carquois : et l'étiquette qui accompagne cette figurine la désigne sévèrement comme « un exemple de la dévotion érotique dans les couvents de femmes ». Ailleurs ont lit sur une vitrine : « Folie religieuse (*vesânia religiosa*) : disciplines et cilices de pénitence ». La République portugaise évidemment ne se pique point de tendresse pour l'Église.

Mais ce que, du musée de Coïmbre, il faut surtout retenir, c'est avec les tableaux anciens dont j'ai parlé déjà, la riche collection de sculptures qui occupe les salles du rez-de-chaussée. Il y a là, à côté de quelques beaux morceaux du XIV^e siècle — un Christ par exemple étendu sur la pierre du tombeau, dont l'accent est singulièrement émouvant — une remarquable série d'ouvrages datant du commencement du XVI^e siècle. J'ai signalé déjà les statues en terre cuite que Philippe Edouard modela pour la *Cène* de Santa Cruz, et dont le réalisme vigoureux et brutal confine presque parfois à la caricature, lorsqu'il donne à certains des apôtres de rudes têtes d'hommes du peuple et à Judas un profil tout sémite. D'autres morceaux montrent ce que, au contact des maîtres français, apprirent les élèves portugais qu'ils formèrent. De l'école de Nicolas Chatranais vient une intéressante *Mise au Tombeau*, un peu froide et compassée dans sa composition, qui aligne les saintes femmes derrière le sarcophage en des attitudes assez inexpressives, mais vigoureuse et vraie

dans les figures de Nicodème et de Joseph d'Arimathie, qui se tiennent, magnifiquement enturbannés, à la tête et aux pieds du Christ. Et sans doute l'œuvre ne vaut point le Sépulcre de Solesmes : mais qu'elle y fasse penser n'est point chose indifférente pour apprécier le caractère de cet art. Il y aurait à noter dans ce musée bien d'autres ouvrages intéressants, cette statue polychromée de sainte, datant du xvi^e siècle, qui était autrefois à la vieille cathédrale, dont le style est si réaliste, ou cette jolie statuette de chevalier, provenant de la décoration d'un tombeau du xv^e siècle, et qui, sur le cheval caparaçonné, montre le cavalier armé de toutes pièces, casque en tête, ayant au bras le bouclier, où, entre les branches de la croix de Saint-André, sont posées quatre fleurs de lys. Tout cela achève d'attester l'activité artistique de cette région septentrionale du Portugal et la place que tint Coïmbre dans l'éveil de la Renaissance.



Aujourd'hui assurément la ville est plus paisible. Le dimanche en particulier y met une tranquillité presque monastique : tant il y a de calme dans les rues désertes, dans les beaux jardins solitaires qui sont une des parures de Coïmbre.

Tout en haut de la ville, derrière les arcades de l'ancien aqueduc qui se détachent sur un fond de verdure, le jardin botanique étage, sur les pentes de ses larges terrasses, ses escaliers majestueux et ses allées symétriques de jardin français du xviii^e siècle, ses fontaines qui jailissent entre des rocailles et ses nobles architectures dressées parmi les frondaisons. Mais, dans la correction imposante de cet arrangement un peu froid, la splendeur de la végétation méridionale, la magnificence des arbres séculaires mettent un charme

et une beauté inattendus. Entre les cèdres sombres et les clairs palmiers dont le panache monte dans la lumière, les arbres de Judée jettent l'éclat de leurs fleurs vermeilles; des glycines accrochent aux murs leurs grappes mauves; des arums dressent leurs blanches corolles au bord des bassins où, sur l'eau dormante, flottent des nénuphars. Une avenue de tilleuls gigantesques arrondit tout le long d'une terrasse ses arcades de verdure. Les essences exotiques et rares se mêlent aux grands chênes, aux ormes puissants dont la double rangée borde et semble prolonger les longues allées infinies. Pourtant je préfère, pour sa grâce originale et pittoresque — je dirai presque pour son mauvais goût délicieux — le parc de Santa Cruz, reste d'un ancien jardin monastique. Un portail de rocaille, d'un rococo amusant et exaspéré y donne accès; au bout de la longue avenue, sur les massifs d'arbres sombres un pompeux décor se détache: une blanche fontaine, couronnée de vases et de pieuses statues laissent par des étages de degrés verdoyants tomber l'eau en cascade dans un bassin de marbre demi-circulaire; de grands médaillons de faïence bleue flanquent la pyramide, sertis en de souples guirlandes et accostés de figures assises de pierre. Et toute cette architecture un peu compliquée et mièvre s'harmonise le plus joliment du monde avec les épaisses frondaisons. À droite et à gauche, de larges escaliers, à la rampe décoré de vases et de pyramides, montent à travers les arbres; de place en place, des paliers les interrompent, qu'encadrent des bancs décorés de claires faïences, et où des bassins lancent une eau qui jaillit en un léger murmure, et tout en haut de la montée, la fontaine de la Sirène a, dans le demi-jour humide et vert, une grâce mélancolique et surannée. Dans ce beau jardin monastique, un peu négligé, un peu abandonné, mais où le xviii^e siècle revit dans toute son élégance raffiné et un peu artificielle, les promeneurs sont aussi rares qu'au jardin botanique: et c'est

un charme de plus, cette solitude, évocatrice des graces évanouies et du passé disparu.

C'est du même temps ou à peu près que date le couvent de Santa Clara, dont la longue façade blanche s'allonge, en face de Coïmbre, sur la rive gauche du Mondégo, au sommet d'une colline tapissée de verdure. Le monastère sécularisé est devenu une caserne d'artillerie : mais il a gardé intact son cloître majestueux dont les galeries, semblables à des façades de palais classiques, entourent un beau jardin à la végétation exubérante et folle, intacte aussi son église, que le roi Jean IV fit construire au milieu du xvii^e siècle. C'est une de ces églises portugaises toutes chatoyantes de faïence et d'or, toutes décorées de grands bas-reliefs de bois violemment polychromé, d'un style emphatique et un peu théâtral. Pourtant l'ensemble n'en est point, sans beauté, et elle doit un intérêt particulier au souvenir de la sainte à laquelle elle est consacrée. C'est sainte Élisabeth d'Aragon, femme de ce roi Denis, qui dota au xiv^e siècle la ville de son Université ; comme son illustre parente sainte Élisabeth de Hongrie, elle a, au cours de sa vie, semé les miracles sous ses pas — on connaît le charmant miracle des roses — et aujourd'hui encore Coïmbre honore en elle la patronne vénérée de la cité. Au-dessus du maître autel, une châsse étincelante enferme ses reliques ; ailleurs une statue charmante et célèbre la montre élégante et souple dans sa robe blanche sur laquelle se drape joliment un manteau violet pâle gansé d'or. Mais c'est dans l'ancien chœur des religieuses, qu'une haute grille sépare de l'église, qu'il faut chercher son tombeau. C'est un beau monument du xiv^e siècle, du style gothique flamboyant, où la sainte est représentée étendue sur un sarcophage, dont le socle est décoré de figures de pleurants : l'œuvre malheureusement a été quelque peu gâtée par la restauration maladroite qui, en 1782, en a trop brutalement rafraîchi la polychromie. Deux autres tombeaux du même style, où des figures de gi-

santes reposent entre des anges, se rencontrent dans l'église même : sans doute, comme le monument de sainte Élisabeth, ils proviennent du monastère primitif de Santa Clara, qui s'élevait au *xiv^e* siècle au bord de la rivière, et dont les bâtiments abandonnés et ruinés plus qu'à demi s'enlisent aujourd'hui lentement dans les boues du Mondégo.

De la haute terrasse qui s'étend devant la façade de l'église, Coïmbre se découvre tout entière : sur la droite, au-dessus de la vallée verdoyante où la rivière roule ses eaux tranquilles, de grands édifices, anciens couvents désaffectés, dressent au sommet des collines, parmi les arbres, leurs façades imposantes ; sur la gauche, l'horizon s'étend largement vers la plaine commençante et vers la mer. En face, au-dessus des maisons de la ville étagées sur les pentes en un pittoresque désordre, les deux cathédrales, l'ancienne et la nouvelle, montrent leurs silhouettes robustes et élégantes. Et tout en haut, comme au sommet d'une acropole, l'Université dresse la masse puissante de ses bâtiments et la haute tour carrée d'où tintent lentement les heures ; et dans le soir qui tombe, elle domine, comme une gardienne fidèle, Coïmbre paisible, silencieuse et charmante.

CH. DIEHL.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

- I Centenário da Faculdade de Medicina do Porto, MDCCCXXV-MCMXXV: a) *História do Ensino Médico do Porto*, por Maximiano Lemos;— b) *O Instituto de Anatomia*, Súmula dos trabalhos de investigação (1911-1925). Pôrto, Tip. «Encic. Portuguesa», 1925.
- Frota de Sonhos*, sonetos, por Luís de Magalhães. Pôrto, Livraria Portuguesa, 1924.
- Foi Eça de Queiroz um Plagiador?* por Claudio Basto, Edição de Maranus. Porto, 1924.
- Cartas inéditas*, prefaciadas e anotadas por Cândido de Figueiredo. H. Antunes & C.^a, ed. Rio de Janeiro.
- Minor Works of Camões*, (Not hitherto made English) by Edgar Prestage. London, 1924.
- The Passion of Christ*, two elegies of L. de Camões, by Edgar Prestage. Watford, 1924.
- The Diplomatic Relations of Portugal and England from 1640 to 1648*, by Edgar Prestage. Watford, 1925.
- Saudades da terra*, por Gaspar Fructuoso, Livro IV (Ilha de São Miguel) vol. I, Ponta Delgada, Tip. do «Diário dos Açores», 1924.
- O Santo Condestável*, Discurso por P.^o Francisco C. R. d'Abranches, Coimbra Editora, Lim.^{da}, 1924.
- Contos e Lendas da nossa Terra*, (para crianças), por Maria da Luz Sobral, Pôrto, Emp. Gráfica do Pôrto, Lim.^{da}, 1924.
- Contos para Crianças*, por Branca Lopes. Pôrto, Ed. de Maranus, 1924.
- Arquivos do Instituto de Anatomia Patológica e Patologia geral de Coimbra*, vol. 11.^o, Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.

- Arquivos de Medicina Legal*, publicados sob a direcção de Azevedo Neves. Lisboa, Of. Gráf. da Biblioteca Nacional, I vol., n.ºs 3 e 4; II vol., n.ºs 1, 2, 3; Série B, vol. IV; Série B. 5.º vol., I parte.
- Phisonomie du droit catalan et sa valeur sociale*, par Jean Maluquer et Viladot, Barcelone, 1923.
- Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro*, Relatório da Directoria, 1911-1912. Rio de Janeiro, 1923.
- Eusko-Ikaskuntza*, Sociedad de Estudios Vascos — Memória y bases para la resolucion del Problema Universitario en el País Vasco. San Sebastian, 1923.
- Grutas artificiales de Alava*, Memória apresentada a la Junta Permanente de «Eusko Ikaskuntza», por D. Telesforo de Aranzadi, D. J. M. de Barandiarán y D. Henrique de Eguren. San Sebastian, 1923.
- Conferências de la Semana Alavesa Agro-Pecuária, organizadas por la S. de E. Vascos, — *Orientaciones vitícolas de actualidad* por D. Apolinar Azanza Azcona. Vitória, 1923.
- Conferência de D. Victoriano Flamarique Biurrun (*Caja rural de Olite Navarro*). Vitoria, 1923.
- Questões de Higiene no Distrito da Guarda*, por Armando Paúl, Emp. Veritas. Guarda, 1923.
- Estatutos da Câmara Portuguesa de Comércio de S. Paulo*. São Paulo, 1924.
- Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia — *Estudo antropológico e etnográfico da população de S. Pedro (Mogadouro)*, por Joaquim R. dos Santos Júnior. Pôrto, 1924.
- Instituto de Estudios Gallegos — *Primer congreso em La Coruña*, 24-31 de Agosto de 1919. La Caruña, 1924.
- Academia das Sciências de Lisboa — *Actas das Assembleias Gerais*, vol. V, (1916-1919). Lisboa, Imp. Nacional, 1923.
- *Escritos de El-Rei D. Pedro V*, vol. I. Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.
- *Notas sobre alguns Engenheiros nas Praças de Africa*, por H. Lopes de Mendonça. Lisboa, Imp. Nacional, 1922.
- *Dicionário bibliográfico da Guerra Peninsular*, por Christovam Ayres. Coimbra, Imp. da Universidade, 1924.

- *Sessão Solene de Homenagem aos insignes aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral*, discursos pronunciados na sessão de 23-XII-922. Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.
- Os Almirantes Pessanhas e a sua descendência*, por J. B. de Almeida Pessanha. Pôrto, Imp. Portuguesa, 1923.
- Comunicações dos Serviços geológicos de Portugal*, tòm. XIV. Lisboa, 1923.
- A Madrugada dos Mundos, poema*, por Eduardo Moreira. Pôrto, tip. Sequeira, Lim.^{da}, 1924.
- Symposium do Petroleo Mexicano, poema*, por A. F. Machado Guimarães, I. H. G. Brasileiro, Rio de Janeiro, S. A. Lith.-Tip. Fluminense, 1923.
- On the Hydrodynamic Group-Waves, and the Flux of the Wave-Energy* by H. Murakami, Tokio, 1923.
- Sequel...*, ed. by I. Itic. Tokio, 1924.
- Uma mistica do Século XVII*, por Manuel da Câmara. Ed. da revista «Os Açores», P. Delgada, MCMXXIV.
- A Maneira literária e a Maneira filosófica do Doutor Angélico*, discurso por P.^o Allyrio Gomes de Mello. Coimbra, Gráfica Conimbricense, 1924.
- Universidad de Oviedo, Discurso en la apertura del curso academico de 1924-25*, por el Dr. D. Faustino Luís de la Vallina y Argüelles Oviedo, Tip. de Flórez, Gusano y Comp.^a, 1924.
- Cantigas*, de J. M. Ferreira, Lisboa, J. Rodrigues e Comp.^a, Ed.
- O Babassú (Attalea Speciosa, Mart., Orbignia Martiana, Barb. Rodr.)*, por Eurico Teixeira da Fonseca. Rio de Janeiro, Serviço de Inf. do Min. da Agricultura, 1924.
-

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)* — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães* — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6\$00
- Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)*..... 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4\$50
- Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade*, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica*, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Serão publicados 10 números anualmente. Cada um compreenderá cêrca de 100 páginas de artigos além da Bibliografia de Revistas que será iniciada brevemente. Os artigos serão publicados na língua preferida pelo autor. Cada 5 números formarão um volume com frontispício, índice e capa especial.

Preço de cada número avulso..... 10\$00

ASSINATURAS

Preço de dez números..... £ 1

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados 71 volumes vendem-se por 1 £ os anteriores a 1900 e por 15 sch. os posteriores.

Aceitam-se anúncios para páginas suplementares.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência literária e sôbre administração deverá ser dirigida para a secretaria geral da Redação d'O Instituto, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

1925
VOLUME 72.º



4.ª SÉRIE
1.º ANO
NÚMERO 3

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE

1925

O *Instituto* é uma publicação periódica do Instituto de Coimbra, Sociedade científica, literária e artística fundada em 1852. No ano findo de 1924 completou 3 séries, que constituem uma colecção de 71 volumes.

Inicia-se agora uma quarta série com importantes melhoramentos, conservando-se ao mesmo tempo as características que os seus ilustres fundadores adoptaram.

A colaboração é dos seus membros, e os artigos serão acompanhados dos retratos dos seus autores, com o fac-simile da sua assinatura.

A COMISSÃO DE REDACÇÃO é constituída pela seguinte forma:

MEMBROS HONORÁRIOS

Prof. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, da Universidade de Coimbra.—Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto, Antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

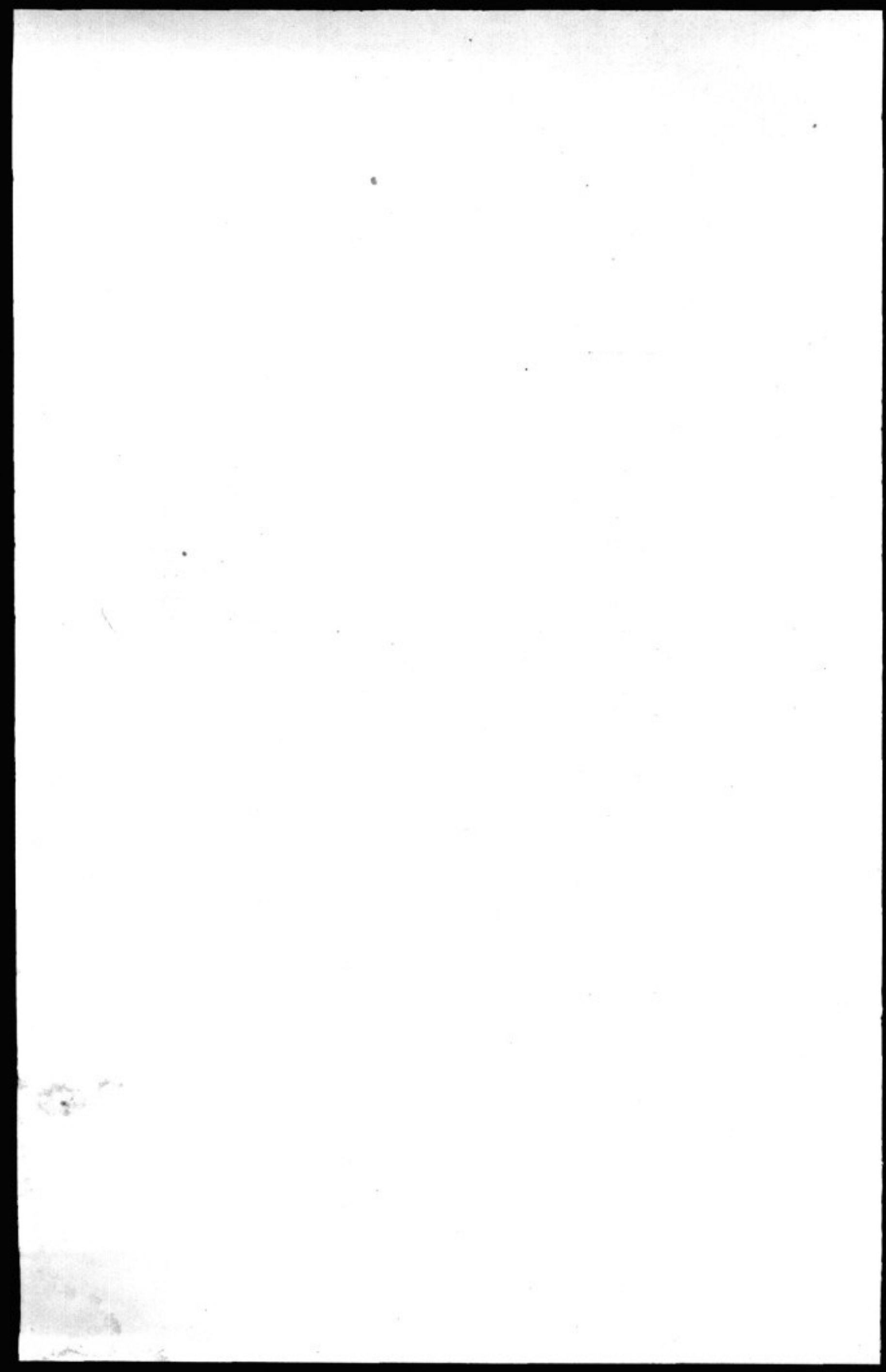
Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*.—Prof. Amadeu F. de Carvalho, da I. I. C., *Secretário*.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Belleza dos Santos, da U. C.—Prof. Bento Carqueja, da U. P.—Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M.—Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elisio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Fortunato de Almeida, do L. C.—Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*.—Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C.—Prof. Luciano P. da Silva, da U. C., D. E. N. S.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S.—Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, D. da secção de sciências físico-químicas da U. C.—Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Candido Sotto Mayor — Marquez de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães.

INDEX

<i>Instituto Botânico «Dr. Júlio Henriques»</i>	247
<i>Manuscritos das Bibliotecas de Portugal relativos ao Extremo Oriente</i> , por E. A. Voretzsch.....	266
<i>Sur une nouvelle méthode</i> , por N. Kryloff.....	287
<i>Subsidios para a Historia da musica em Portugal</i> , por Sousa Viterbo.....	292
<i>Inéditos de Mousinho da Silveira</i> , por P. M. Laranjo Coelho.....	307
<i>Influência do «Laurus Cinnamomum» na harmonia dos Sexos</i> , por Fernando de Almeida Ribeiro.....	330
<i>Actualidades scientificas</i>	363





DR. JÚLIO HENRIQUES



INSTITUTO BOTÂNICO «DR. JÚLIO HENRIQUES»

A data *16 de Maio de 1925* ficará inscrita no livro de ouro da Universidade de Coimbra com uma comemoração ao mesmo tempo grandiosa e comovente.

Decorridos apenas sete anos depois de ter sido realizada por esta Universidade, com a colaboração de todos os estabelecimentos científicos do país, a mais bela e imponente apoteose em honra do admirável labor científico executado pelo sábio Professor Dr. Júlio Henriques, a Universidade de Coimbra voltou a testemunhar a sua alta consideração ao Querido Mestre que, infatigavelmente, continua perseverando nas suas investigações, e em todo o mundo culto alcançou elevado prestígio, que ao nosso país enche de glória.

Êste facto, mais do que outras quaisquer considerações, prova quanto foi merecida a manifestação de então. A comemoração que teve agora lugar assegura-nos de que outras se seguirão, honrando-se assim a Universidade e a Pátria, que tanto deve a êste sábio.

O Instituto de Coimbra, que tem tido sempre no Dr. Júlio Henriques um colaborador prestigioso e dedicado, publicou em 1918 um número especial em honra de Sua Ex.^a e, sempre com o mesmo carinho, com o mesmo entusiasmo, com o mesmo respeito, saúda o venerando e sábio Mestre e associa-se enternecidamente à manifestação que ora lhe foi tributada.

*
* *

A cerimónia, que teve lugar na grande sala em que o grande mestre assinalou uma das suas mais notáveis obras — o *Herbário* — foi presidida pelo sr. Ministro da Instrução Pública, que, em palavras do maior elogio, enalteceu a obra do sábio homenageado e declarou associar-se a esta manifestação tendo a honra e prazer de anunciar que por sua proposta fôra agraciado o Dr. Júlio Henriques com a grande cruz de S. Tiago da Espada.

*
* *

Na impossibilidade de referir, mesmo sucintamente, todos os actos que tanto contribuíram para dar brilho a esta homenagem, damos em seguida um extracto do admirável discurso pronunciado pelo ilustre Professor Dr. Luís Carrisso, sucessor do Dr. Júlio Henriques, na cadeira de Botânica e na direcção do Jardim Botânico, e a mensagem, impregnada de grandeza e adorável modéstia, que o Dr. Júlio Henriques enviou à sessão, e que foi lida por seu cunhado o Ex.^{mo} Sr. Dr. Jaime de Magalhães Lima.

EXTRACTO DO DISCURSO
PRONUNCIADO PELO EX.^{mo} SR. DR. LUÍS CARRISSO

Por decreto publicado a 25 de Abril do corrente ano, o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e os seus anexos — herbários, museu, biblioteca e laboratórios — passaram a denominar-se *Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques*. Esse decreto veio satisfazer os desejos da Faculdade de Ciências,

de que o Jardim é dependência, e que nesse sentido tinha representado ao Governo.

Nunca, talvez, com mais razão e mais justiça se fez a um estabelecimento científico a imposição de um nome individual. Com efeito, se em 1868, quando começou a ter interferência na direcção do Jardim, o Dr. Júlio Henriques o encontrou já feito, no que se refere à sua parte material, não é menos certo que tudo o que diz respeito à organização científica foi quasi exclusivamente obra sua.

Nada existia, nessa data, das magníficas instalações que hoje ocupam parte do andar térreo do edificio de S. Bento. Herbários, museus, laboratórios, foi êle quem os organizou em mais de meio século de trabalho. E assim, a nova denominação representa de facto uma consagração justíssima.

A história do Jardim Botânico está feita pelo próprio Dr. Júlio Henriques, que a êsse respeito publicou uma memória datada de 1876. Mas êsse trabalho é hoje raro, e creio mesmo que está exgotada a edição. Não será pois de todo inútil repetir aqui, a traços largos, as principais fases por que passou êste magnífico estabelecimento de ensino e de investigação científica.

*
* *

Como a antiga Faculdade de Filosofia Natural, de que era uma dependência, o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra foi criado pela reforma pombalina, em 1772.

Homem de acção, o Marquês de Pombal não gastou muito tempo em efectivar a instalação do «Horto Botânico», tornando uma realidade a disposição estatutária que a êle se referia. Em 1773, adquirido o terreno, deu-se início às obras; e já no ano seguinte o jardineiro do Real Jardim da Ajuda,

de Lisboa, Júlio Mattiazi, procedia às primeiras plantações.

O estabelecimento do plano do Jardim foi bastante laborioso. Em carta, datada de Fevereiro de 1773, o grande Marquês encarrega dêsse trabalho uma comissão, constituída pelo Reformador Reitor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, que largamente colaborara na reforma dos estudos, como membro que fôra da célebre Junta de Providência Literária, os professores italianos Domingos Vandelli e Dalla Bella, da Faculdade de Filosofia, e o engenheiro Guilherme Elsdén.

Tendo esta comissão tomado conhecimento de um projecto da autoria do Dr. Jacob de Castro Sarmiento, rejeitou-o, por ser muito modesto. E, a seguir, elaborou outro, grandioso, que sujeitou à aprovação régia.

O Marquês respondeu, numa carta justamente célebre, denegando autorização para que o projecto se executasse, alegando que era extremamente dispendioso. «Sua Majestade, diz êle, não quer jardim maior, nem mais sumptuoso, do que o de Chelsea, na cidade de Londres, que é a mais opulenta da Europa...».

Em virtude desta resposta os trabalhos prosseguiram segundo um outro plano, muito mais modesto, e totalmente diferente do primeiro. Preparou-se um terrapleno, que faz parte integrante do actual Jardim, e começou-se a respectiva vedação com simples muros.

Pouco depois morre D. José; o Marquês de Pombal é afastado da gerência dos negócios públicos, e começa a percorrer a via dolorosa que só havia de terminar com a sua morte, em 1782. Reinou então uma verdadeira febre em desmanchar a obra do grande ditador; e, se é certo que a atitude serena e enérgica do Reformador Reitor até certo ponto poupou a Universidade da fúria destruidora dos inimigos do Marquês, tudo leva porém a crer que as obras do

Jardim paralizaram, ou, pelo menos, afrouxaram consideravelmente.

Êste estado das coisas manteve-se, de-certo, durante os dois triénios em que o Principal Mendonça governou a Universidade (1779-1785). D. Francisco de Lemos consagrara-se inteiramente ao bispado de Coimbra.

Ao Principal Mendonça sucedeu, na Reitoria, o Principal Castro. E, em 1791, tem lugar um facto de importância capital para a história do Jardim Botânico: Félix de Avelar Brotero é encarregado pela Rainha do ensino da Botânica e da direcção do Jardim.

*
* *

A biografia de Brotero sai fora dos quadros dêste resumo histórico. Bastar-nos há lembrar que, quando foi chamado a Coimbra, trazia consigo uma vasta bagagem científica, adquirida em doze anos de convívio com as sumidades da época — Buffon, Lamarck, Cuvier, A. L. Jussieu e outros — e o grau de doutor em Medicina pela Universidade de Reims. A publicação, em 1788, do seu *Compêndio de Botânica*, era outro título que bem justificava a determinação régia, que ordenou que lhe fôsse conferido gratuitamente o capêlo na Faculdade de Filosofia.

Brotero, cujos vastos conhecimentos eram ainda servidos por uma robusta inteligência, levou o Jardim Botânico a um alto grau de esplendor, especialmente no campo científico. Procedeu a largas herborizações, e deu um tal desenvolvimento às culturas, que o número das espécies existentes no Jardim chegou a ultrapassar 3.000, número realmente elevado para o espaço então disponível.

O Reitor, o Principal Castro, auxiliou-o na parte material. As obras do Jardim prosseguiram, e melhoraram-se consideravelmente as condições do abastecimento de água.

Anos depois, em 1799, volta D. Francisco de Lemos a assumir a chefia da Universidade. Com um entranhado amor ao estabelecimento que vira nascer, e, agora, livre das peias que o espírito económico do Marquês lhe impusera, o grande Reitor dedica-se de alma e coração às obras do Jardim Botânico. Na impossibilidade de executar o plano primitivo, que o Marquês de Pombal rejeitara, D. Francisco de Lemos resolve aproveitar o existente, ampliando-o por forma a dar ao Jardim Botânico as proporções grandiosas que outrora sonhara.

As obras recommençaram com tãda a actividade em 1801. Pouco depois é contratado um desenhador, Gregório de Queirós; e em 1807 é adquirida, para alargar o Jardim, uma larga faixa de terreno da cêrca do convento dos Marianos (hoje Ursulinas). Neste mesmo ano D. Francisco de Lemos endereça, a Brotero, que continuava à testa do Jardim, uma consulta acêrca das condições scientificas e materiais a que havia de obedecer o projecto de alargamento, que desejava executar. E encarrega da direcção das obras o discípulo de Brotero, Dr. António José das Neves e Melo, que foi, a partir de então, o seu melhor colaborador.

A grandiosa aspiração de D. Francisco de Lemos não logrou, porém, realizar-se ainda desta vez. Sobrevêm as invasões napoleónicas, com o seu nunca esquecido cortejo de misérias e vexames. O nosso dinheiro, as nossas obras de arte, o nosso próprio sangue seguem fronteira fora; e o próprio Reitor, figura de grande relêvo social, é compelido a ir para França, sob o pretexto mal disfarçado de uma missão diplomática.

*

* *

Mas essa negra época passou, e, depois de alguns factos desagradáveis que o esperaram no seu regresso a Portugal,

e que o retiveram no Pôrto durante três anos, sob a acusação caluniosa de traidor à sua Pátria, D. Francisco de Lemos, Bispo-Conde e Reitor da Universidade, faz a sua entrada na cidade de Coimbra, a 23 de Dezembro de 1813, no meio das mais entusiásticas e affectuosas manifestações populares.

O illustre Prelado contava então já 78 anos de idade, e a sua longa vida tinha sido consagrada ao serviço do seu País, através de uma carreira pública brilhante, é certo, mas extremamente trabalhosa e agitada. Mas a sua tenacidade igualava o brilho do seu espírito; e, tendo de novo nas mãos o govêrno da Universidade, de novo se consagrou à obra que foi de-certo a grande aspiração da sua vida: o Jardim Botânico.

A época era má para a execução dos seus planos. O país a custo se refazia do profundo abalo derivado das invasões, e as finanças do Estado, e por conseguinte as da Universidade, não comportavam o enorme dispêndio que exigia a efectivação do seu grandioso projecto. Mas nada o intimidou.

Os trabalhos recommençaram com tôda a actividade e D. Francisco de Lemos encontrou, na pessoa do Dr. Neves e Melo, então director do Jardim, e que anos antes fôra já encarregado de dirigir as obras, um colaborador da maior valia. E pode afirmar-se que sete anos depois, quando o velho Prelado abandona de vez a sua querida Universidade, o Jardim Botânico, na sua parte architectónica, estava concluído.

Esta obra grandiosa, executada em tão curto tempo, exigiu um esforço enorme, e perturbou fortemente as finanças universitárias. Os ordenados dos lentes andaram atrasados: chegou a não haver dinheiro para sustentar o hospital. Levantou-se então contra o Reitor, e contra o seu colaborador e amigo Dr. Neves e Melo, uma campanha temível, que atingiu o seu auge com a publicação de «pasquins, libelos

famosos e papéis incendiários» que apareciam clandestinamente afixados nas esquinas, e em que D. Francisco de Lemos era fortemente agravado. Mas o velho Reitor não sossobrou; e, a-pesar-de octogenário, ainda teve energia suficiente para suspender três lentes de Medicina, autores da campanha, e para os expulsar da cidade!

O Dr. Neves e Melo também compartilhou dessa luta titânica. Acusado de descurar o desenvolvimento científico do Jardim, teve de defrontar-se com inimigos implacáveis, e entre êles com Brotero, seu antigo professor e amigo. A questão política, que então começava a entrar na sua fase aguda, não pouco contribuiu para azedar esta contenda.

Finalmente, em 1821, cansado, mortificado de desgostos, mas talvez com a consolação íntima de ter, finalmente, realizado o seu plano e dado corpo à maior aspiração da sua vida, o grande Reformador Reitor solicita a exoneração do cargo, que lhe é concedida. Já estava, porém, bem perto do termo da sua longa existência. Em 16 de Abril de 1822, no Paço episcopal de Coimbra, exala o último suspiro.

*

* *

Durante a época que se seguiu, desde o afastamento de D. Francisco de Lemos até 1854, o Jardim esteve sempre mais ou menos abandonado. Sucederam-se, durante êsses trinta e três anos, nove directores, alguns dos quais pouco se demoraram no exercício das suas funções. Era a consequência lógica da falta de disponibilidades pecuniárias, e do estado de decadência de todo o ensino universitário.

Em 1854 toma a direcção do Jardim o Dr. Henrique do Couto. Homem prático, e magnífico administrador, dá um incremento notável ao Jardim, debaixo do ponto de vista material. Em 1856 procede-se à construção das estufas; e,

a seguir, dá-se a forma definitiva à alameda que fica junto ao edifício de S. Bento. Em 1861 é anexada ao Jardim a cêrca dos frades bentos, que lhe ficava contigua, e que até então tinha servido para auxiliar o ensino na cadeira de agricultura.

Se, debaixo do ponto de vista material, a direcção do Dr. Henrique do Couto foi proveitosa, outro tanto se não pode afirmar quanto à parte científica. Contudo, em 1866, e em parte devido a instâncias d'ele próprio, é contratado para jardineiro chefe Edmond Goëze, de nacionalidade alemã, com largos conhecimentos de jardinagem que lhe advinham do seu estágio nos jardins de Paris e Kew (Londres).

Edmond Goëze deu, de facto, ao Jardim Botânico, um grande desenvolvimento. Largamente relacionado, obteve grande cópia de sementes e de plantas dos jardins estrangeiros. Ilustres amadores portugueses também prestaram o seu concurso: entre êles merece uma menção especial António Borges da Câmara, da ilha de S. Miguel, que pessoalmente colaborou em várias obras de jardinagem, dotando-as até do seu bôlso particular, quando isso era necessário. De regresso à sua terra natal, êste ilustre bemfeitor do Jardim levou em sua companhia o jardineiro Goëze, que pouco depois regressava a Coimbra com grande quantidade de plantas, oferta generosa de António Borges da Câmara, que possuía em S. Miguel jardins justamente reputados.

Em 1868 inicia-se a publicação do *Index seminum* (catálogo de sementes), para a troca com os estabelecimentos congêneres. E, com essa publicação, o Jardim Botânico de Coimbra entra de facto no movimento botânico da Europa.

Devem aqui também ser citados os nomes do Dr. António de Carvalho, professor da Faculdade de Filosofia, e Carlos Machado, professor do Liceu de Coimbra. Ambos possuíam largos conhecimentos da flora portuguesa; e ambos auxiliaram poderosamente o jardineiro Goëze.



Já, porém, nesta época, tinha interferência no Jardim Botânico o Dr. Júlio Augusto Henriques, que anos depois foi nomeado director (1873). E se debaixo do ponto de vista material o Jardim foi obra do Reitor D. Francisco de Lemos, é sem dúvida à prodigiosa actividade e magnífica orientação do Dr. Júlio Henriques que se deve a sua organização científica.

Mais adiante, quando nos referirmos ao Instituto Botânico, que êle criou, voltaremos a ocupar-nos desta grande figura de homem de sciência e de homem de bem, que hoje, do alto dos seus 86 anos, pode contemplar com desvanecimento a obra colossal a que consagrou a sua longa vida. Aqui, limitar-nos hemos a indicar, a traços largos, a sua influência no desenvolvimento do Jardim Botânico.

Nomeado professor substituto em 1866, foi contudo a partir de 1868 que começou a sua interferência na direcção do Jardim, de acôrdo com o Dr. António José Rodrigues Vidal, que era então o director. E cinco anos depois (1873) é-lhe confiada pelo conselho da Faculdade a direcção efectiva.

O desenvolvimento scientifico, iniciado nos anos anteriores, entra então em plena florescência. Auxiliado pelo jardineiro chefe Adolfo Frederico Moler, o novo director procede a novas plantações, dispondo-as metòdicamente. Transcrevemos, da memória já citada, a descrição dessas plantações, feita pelo seu próprio punho:

«Há duas partes perfeitamente distintas: a escola medicinal e industrial e a escola geral.

A primeira, disposta pelo método de Adr. de Jussieu, conteve no ano corrente (1876) 463 espécies, pertencentes a 108 famílias.

A segunda, disposta segundo o método de Endlicher, já seguido anteriormente, compreende as *Monocotiledóneas* no terrapleno contíguo à rua principal, seguindo-se-lhes as *Ginospérmicas*, dispostas um pouco desordenadamente, como já as encontrei, e terminando pelas espécies do género *Araucária*.

No segundo e terceiro terrapleno estão plantadas as *Dicotiledóneas apétalas e monopétalas*.

O quadrado primitivo contém as *Dicotiledóneas dialipétalas*.

Alguns grupos naturais ocupam lugares especiais. As *Acácias* encontram-se no segundo terrapleno, dispostas em linha e formando um grupo no extremo.

As *Proteáceas* encontram-se perto destas, e algumas *Mirtáceas* entre a escola medicinal e o grande quadrado.

As árvores formam as alamedas, vestem a rua principal e parte da rua central, e ocupam a pequena mata.

Não achando conveniente a cultura de grandes árvores nos canteiros do Jardim, comecei a plantação delas na cêrca de S. Bento.

Em parte encontram-se as *Coníferas*, noutra os *Eucaliptos*, noutra as *Ameutáceas*.

Além destas culturas ao ar livre, há as culturas nas estufas.

Na grande estufa o corpo central serve como estufa fria e contém as plantas gordas, algumas palmeiras, a *Strelitzia Augusta*, um belo exemplar de *Paudanus utilis* e algumas plantas que, a-pesar-de poderem ser cultivadas ao ar livre, aí melhor se desenvolvem e frutificam.

Um dos corpos laterais serve de estufa quente, a-pesar-de ser aquecida deficientemente. Contém uma colecção bastante numerosa de *Palmeiras e Aroídeas*.

O outro corpo funciona como estufa temperada, e nêle se faz grande parte da sementeira das plantas mais delicadas.

Numa pequena estufa são cultivadas as *Orquídeas*, e algumas outras plantas, entre as quais se encontra o *Desmodium gyraus*, notável por seus movimentos.

Na estufa imediata faz-se a multiplicação e cultivam-se algumas plantas, que exigem temperatura elevada. Está aí a *Ouvirandra fenestrata*, curiosíssima planta de Madagascar.

Na última estufa são cultivados os *fetos*, sendo notáveis pelas suas dimensões os exemplares mandados da Austrália pelo sábio botânico Barão de Müller.

Na cêrca são cultivadas, além das árvores florestais, as árvores frutíferas. As pereiras e macieiras ocupam a parte inferior e parte da encosta do lado do convento de S. José; as laranjeiras a parte média e algumas a parte inferior.

A vinha, cuja cultura tem tido considerável desenvolvimento, graças ao auxilio e cuidados do Ex.^{mo} Sr. Visconde de Vila-Maior, está disposta na encosta do lado da cidade. Contém 100 castas estrangeiras e 145 das cultivadas de longo tempo no país».

Em 1878 é publicado o *Catalogo das plantas cultivadas no Jardim Botânico*. Menciona 3:836 espécies, o que indica superabundantemente o grau de desenvolvimento que o Jardim tinha atingido.

*
* * *

Dotado, como dissemos, de incansável actividade, e com um perfeito conhecimento da orientação que se devia imprimir a um Jardim Botânico, num país com largos domínios coloniais, o Dr. Júlio Henriques iniciou trabalhos que, pelo facto de não terem sido apreciados nem compreendidos pelos governos portuguezes, não deixam por isso de revestir a maior importância. Queremos referir-nos à introdução, nas colónias portuguezas, das culturas de interêsse económico, e, particularmente, das quinas.

Já antes de 1873 se tinha organizado, nas estufas do Jardim de Coimbra, a cultura de plantas coloniais de valor industrial. Procedia-se a largas sementeiras, e as plantas eram depois distribuídas pelas nossas colónias, onde as condições de clima permitiam o seu desenvolvimento. Estes trabalhos de expansão colonial, digamos assim, atingiram o seu apogeu em 1883; nesse ano foram mais de 700 as plantas que saíram das estufas do Jardim, com destino a S. Tomé, Cabo Verde e Angola. As espécies, cuja introdução assim se promovia, eram muitas: mas principalmente as quinas (*Chinchona calisaya*, *Chinchona succerubra*), *Camphora officinalis*, *Peper nigrum*, *Cinnamomum dulce*.

No ano de 1885, a remessa de plantas para S. Tomé foi acompanhada pelo jardineiro chefe F. Moller, comissionado pelo Jardim Botânico a fim de proceder à colheita de materiais para o estudo daquela nossa riquíssima colónia. Essa missão, que teve os melhores resultados, foi completada em 1903; nesse ano é o próprio Dr. Júlio Henriques que se dirige à ilha de S. Tomé, onde permanece algum tempo, estudando *de visu* a flora e a geografia da ilha. Os resultados destas expedições vêm condensados numa magnífica monografia, que veio diminuir a extrema pobreza da nossa bibliografia científica colonial: preenche quasi todo o volume XXVII do *Boletim da Sociedade Broteriana* (1917).

A expansão colonial, afirmada na remessa de plantas e sementes, era assim completada pelo estudo directo das nossas colónias. Êste esforço, que revela uma iniciativa e uma orientação magníficas, de indiscutíveis vantagens para o país, não foi porém compreendido pelo Estado: e as estufas de Coimbra, onde tantas plantas se tinham criado com destino às colónias, estão reduzidas à categoria de simples abrigos envidraçados, pela ruína total do seu material de aquecimento.



É também ao Dr. Júlio Henriques que se deve o monumento a Brotero, que se levantou no Jardim Botânico, em frente do pórtico central.

Movido pela generosa idea de saldar, com um mármore eterno, a dívida de gratidão não só do Jardim Botânico, mas de todo o país para com o illustre botânico, o Dr. Júlio Henriques promoveu uma subscrição para custear o monumento. As Majestades, e grande número de intellectuais, particularmente professores, foram sensíveis ao seu apêlo, e em 1887 uma lindissima estátua, verdadeira obra de arte, devida a Soares dos Reis, foi definitivamente assente no seu pedestal. O grande Brotero, a quem o Jardim Botânico deve o seu primeiro período de esplendor, ficou assim consagrado, dentro dos muros do estabelecimento que êle ajudou a criar.



Avelar Brotero, que abandonou Coimbra em 1811, nada deixou que atestasse a grande actividade que desenvolveu no Jardim, durante o período que nêle trabalhou. Tendo largamente herborizado em todo o país, herborizações que he forneceram os materiais para as suas célebres obras: a *Flora Lusitana* (2 vols.) e a *Phytographia Lusitana*, levou provavelmente consigo o seu herbário, quando, desgostoso, se retirou definitivamente da cidade universitária.

Dos professores de Botânica que se lhe seguiram, nenhum reüniu materiais que servissem para o ensino, e que porventura representassem o início de um herbário português. Só o Dr. António de Carvalho, já atrás citado, procedeu a al-

guns trabalhos no campo, tendo organizado uma pequena colecção de plantas sêcas.

Foi com êsse pobríssimo material que o Dr. Júlio Henriques fundou o actual Instituto Botânico, em 1871. Foi nessa data que êle se instalou no edifício de S. Bento, iniciando a obra colossal que acaba de receber a sua justa consagração.

As herborizações começaram a fazer-se com actividade. Anos depois, adquire o valioso herbário do Prof. Willkomm, um dos autores do *Prodromus Florae Hispanicae*, instrumento da maior valia para o estudo da flora portuguesa.

Organiza a Sociedade Broteriana, onde conjuga os esforços de todos aqueles que, em Portugal, se interessavam pelo conhecimento da flora. Em 1882, é publicado o primeiro volume do *Boletim* dessa Sociedade: e a partir de então, numa actividade constante e ininterrupta, o herbário completa-se, e sucedem-se as monografias em que eram estudadas as famílias mais interessantes da flora portuguesa.

Com o início da publicação dêsse *Boletim* coincide também o largo desenvolvimento dado à biblioteca, até então embrionária. Numerosas revistas e publicações estrangeiras estabelecem permuta com a acreditada revista portuguesa: e assim, a biblioteca botânica enriquece-se com publicações que os magros recursos do Jardim nunca teriam permitido obter por outra forma.

*

* *

O museu botânico, que hoje ocupa três grandes salas, é realmente notável. Ano a ano, num trabalho persistente, foi o Dr. Júlio Henriques acumulando os ricos materiais que o compõem. É muito completa a documentação relativa às nossas colónias; e os modelos e estampas destinados ao ensino constituem uma colecção magnífica.



Teve o Dr. Júlio Henriques, para a execução da sua obra, a rara felicidade de encontrar colaboradores à altura do seu chefe. O Dr. Joaquim de Mariz, naturalista adjunto ao herbário, foi o seu companheiro de 37 anos. Muito lhe deve o herbário, onde trabalhou como um verdadeiro beneditino, tendo publicado numerosas monografias acêrca da flora portuguesa. Adolfo Frederico Moler, jardineiro chefe, tinha o estôfo de um verdadeiro naturalista: herborizou largamente em todo o país, e a êle se deve grande parte dos materiais que enriquecem hoje o herbário. E, finalmente, Manuel Ferreira, empregado mais modesto, que ainda hoje faz parte do pessoal do Jardim Botânico. Colector consciencioso e incansável, poucos foram os pontos do país que êle não visitou, levando às costas a lata simbólica do botânico herborizador. Conta hoje mais de 60 anos de serviço, visto que já fazia parte do pessoal quando foi contratado o jardineiro Goëze.

Neste momento de consagração, em que todos se curvam perante um homem que, como o Dr. Júlio Henriques, soube realizar uma obra perdurável, é de elementar justiça não esquecer os seus companheiros de trabalho, que tão perfeitamente se integraram nas aspirações do grande Mestre.

MENSAGEM DO EX.^{mo} SR. DR. JÚLIO HENRIQUES

IL.^{mo} EX.^{mo} SR. MINISTRO DA INSTRUÇÃO;
IL.^{mo} EX.^{mo} SR. VICE-REITOR DA UNIVERSI-
DADE E MAIS SENHORES:

Muito penhorado agradeço a sessão que promoveram em minha honra, que na minha gratidão vem juntar-se à que foi

igualmente promovida em 1918 por ocasião da minha jubilação e complemento de 52 anos de vida académica pela mesma Faculdade, tendo por motivo agora a nova denominação ao Instituto Botânico, que faz parte da mesma Faculdade.

Era designado êsse Instituto simplesmente pelo título de Jardim Botânico da Universidade, passou a denominar-se agora erradamente Instituto Botânico «Dr. Júlio Henriques», e digo erradamente, porque o verdadeiro nome que se lhe devia dar, não de Júlio Henriques, mas de Avelar Brotero, seu fundador e criador. Félix de Avelar, homem modesto e pobre, vivendo de poucos recursos, tais como a leccionação particular, e da parca remuneração que recebia como cantor da patriarcal, não poderia viver com grande descanso e satisfação; vivia trabalhando sempre, estudando como inteligente que era, e habilitando-se a ponto de o govêrno o querer mandar para o Brasil como professor de grego. Êle porém, preferiu ficar na sua pátria, íntimo amigo dos homens de letras e em especial de Francisco Manuel do Nascimento, na Arcádia Filinto Elísio, sôbre o qual a Inquisição tinha lançado os olhos, o que êle conhecia, e a que êle fugiu, logo que um navio estrangeiro, que tinha abordado ao pôrto de Lisboa, se prestou a levá-los para França. Félix de Avelar receoso aproveitou-se da ocasião e imigrou com o amigo. Coisa singular: Avelar, semi-padre, era íntimo de Filinto, semi-protestante. Singular consórcio!

No mesmo navio seguiram viagem, dormindo talvez no mesmo lugar onde dormiam os marinheiros, alimentando-se dos poucos alimentos de que todos se alimentariam, e assim chegaram a Paris.

Aí a sorte favoreceu-os. O Ministro de Portugal em França, homem nobre e generoso, tendo notícias da chegada dêles, deu-lhes a mão e colocou-os em condições favoráveis.

Filinto Elísio continuou com as musas; Félix de Avelar,

vendo-se na cidade onde, nessa época, se encontravam os maiores sábios do mundo, dedicou-se com afinco ao estudo, entre outras sciências à medicina, doutorando-se em Reims, por aí tudo ser mais barato.

Mais tarde, escreveu um livro sôbre botânica, que ainda hoje é lido, contendo um dicionário dos termos dessa sciência, e uma introdução histórica de muito valor.

Esse livro chegou a Portugal, e a Rainha D. Maria I dêle teve conhecimento, e como inteligente que era, e que já tinha mandado ao Brasil o Dr. Alexandre Ferreira, percorrer em exploração a rica região amazônica, chamou Félix de Avelar a Lisboa, concedeu-lhe gratuitamente o grau de Doutor na Faculdade de Filosofia, nomeou-o professor da mesma Faculdade e Director do Jardim Botânico, primitivamente delineado pelo italiano Vandelli.

Neste tempo tomou o sobrenome de Brotero, que significa «amante do género humano».

Brotero encontrou-se então com um grande protector — o Bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos, Conde de Arganil, homem amigo de tudo quanto era grande, do que é prova a magnífica gradaria dêste Jardim Botânico e as mais importantes obras iniciais dêste Jardim.

O Reitor da Universidade encarregou Brotero de organizar o programa para a formação do Jardim; êsse programa é conhecido e nada nêle falta.

Brotero delineou todos os canteiros, começou as plantações, e dessas ainda hoje existem árvores do maior valor e das mais notáveis.

Compreende-se o esforço necessário para tudo isto. Em seguida, em vez de descansar, começou a percorrer Portugal, por montes e vales, perdendo no caminho o seu livro de orações, o que muito o desgostou, e sendo preso no Alentejo como espião francês. Isto tudo com o fim de arranjar elementos para escrever a sua *Flora Luzitânica*.

Isto será uma vida pequena? pouco trabalhosa? pouco útil? Não será grande e muito grande um homem desta natureza? E o que sou eu ao pé dêle?

Um homem grande numa época, é grande em todo o tempo. O nome e as honras que lhe pertencem são-lhe sempre devidas, e por isso a nova inscrição devia ser Instituto Botânico «Avelar Brotero» e não Instituto Botânico «Júlio Henriques».

A Faculdade resolveu porém de outro modo; cumpra-se religiosamente o que ela mandou e eu respeito e agradeço a sua decisão.

E os meus agradecimentos igualmente dirijo a todos aqueles que se dignaram assistir a esta cerimónia, e muito em especial ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Instrução, que tão amavelmente se dignou honrá-la com a sua presença.

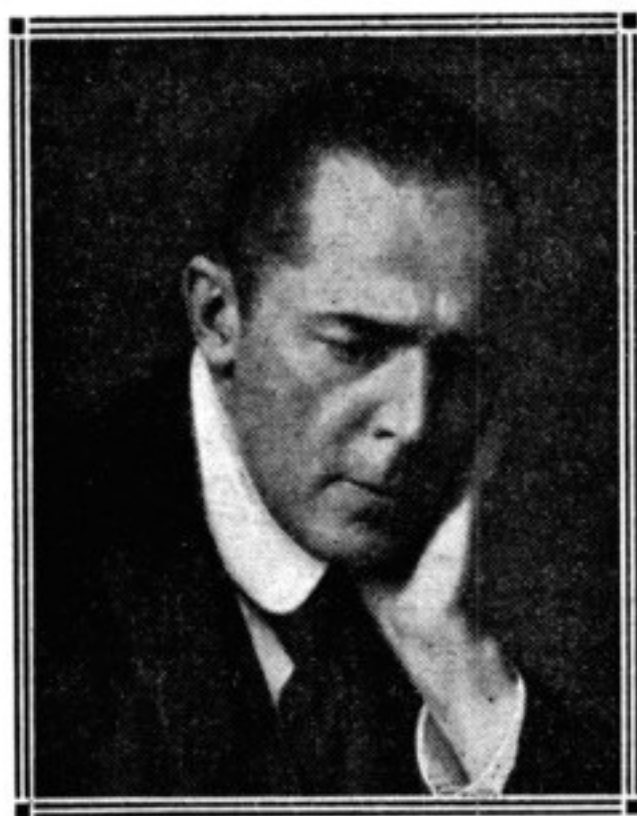
Ao povo de Coimbra devo agradecimentos também pelo respeito com que sempre me cativou.

J. J. Augusto Henriques



MANUSCRITOS DAS BIBLIOTECAS
DE PORTUGAL
RELATIVOS AO EXTREMO ORIENTE (1)

Depois da descoberta do caminho marítimo para a Índia, por Vasco da Gama, abriu-se para Portugal um campo de



E. A. VORETZSCH
Ministro da Alemanha em Portugal

investigações, quasi ilimitado. Os valores ideais e reais que durante milhares de anos se tinham acumulado na Ásia no que tocava às sciências e filosofia, a novidade da civilização e dos povos, tudo prendia a atenção dos grandes descobridores e era objecto das suas descrições. Os que partiram nas frotas reais como governadores, funcionários, capitães e oficiais, utilizaram a sua permanência no Oriente, alguns em proveito

próprio e outros para bem da comunidade, distinguindo-se,

(1) Com a autorização do autor, Ex.^{mo} Sr. Ministro da Alemanha em Lisboa, Dr. E. A. Voretzsch, traduzido do artigo publicado no n.º 1 da Revista intitulada *Artibus Asiae*, curant editionem Carl Hentze, Antwerpiae. Alfred Salmony, Coloniae, editada por Avalun — Verlag Hellerau — de Dresden, Alemanha.

entre os últimos, os missionários, principalmente os da Companhia de Jesus.

Assim se explica que em Portugal se encontre ainda hoje uma colecção de documentos de alto valor, para o estudo das primeiras relações entre a Europa e o Extremo Oriente e para a história do Reino indiano de Ceilão, dos Estados Malaios, da China e do Japão.

A ciência deve ao assíduo trabalho de alguns sábios portugueses diversas publicações dessa origem, contendo revelações do Extremo Oriente e da sua civilização. Há, porém, muito ainda que aproveitar, o que não admira, perante a abundância do material.

Ultimamente, os trabalhos de dois sábios alemães — o Padre Schurhammer e o Dr. G. Moldenhauer — vieram pôr em foco alguns documentos preciosos, e o que nos anima, neste estudo, é torná-los conhecidos, num meio menos especializado, na esperança de que, assim, um ou outro dêsses manuscritos, depois de ter dormido um sono de séculos, ressurja no mundo dos bibliófilos sob a forma de livro.

As cidades, onde há manuscritos, referentes ao Extremo Oriente, são principalmente:

Lisboa, na Biblioteca Pública da Ajuda, na Biblioteca Nacional e no Arquivo da Marinha e Ultramar, na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, com os anexos do Convento da Nossa Senhora de Jesus, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Évora, na Biblioteca Pública;

Coimbra, na Biblioteca da Universidade;

Braga, no Arquivo distrital constituído em 1917 pelos Arquivos da Sé, da Mitra e do Cabido.

As mais importantes fontes para a História do Extremo Oriente, e que ainda não foram publicadas, encontram-se nos

sessenta e quatro volumes intitulados *Jesuítas na Ásia* (Ajuda, 49-IV-49 a 49-VI-9) e entre 222 volumes intitulados *Rerum Lusitanicarum* da Biblioteca da Ajuda (Ajuda, 46-IX-1 até 47-XII-19) a antiga Biblioteca do Palácio Real, fundada pelo grande estadista Marquês de Pombal, depois do terramoto de 1755, para substituir a Biblioteca da Côrte, que tinha sido destruída. As mais raras bibliotecas dos conventos têm gradualmente contribuído para enriquecer a Ajuda. Os mais antigos manuscritos datam dos séculos XII a XVI e pertenciam à Congregação do Oratório, dissolvida em 1834. O maior historiador português, Alexandre Herculano, foi o administrador destas preciosidades, quando foi Bibliotecário da Ajuda, de 1839 a 1874.

Os 64 volumes dos *Jesuítas na Ásia* são cópias autênticas dos originais, existentes no célebre colégio dos Jesuítas de Macau, o Colégio da Madre de Deus, que ardeu em 26 de Janeiro de 1835. Alguns volumes são cópias tiradas da Casa dos Jesuítas de Pekim. Foi o Jesuíta João Álvares quem, de 1744-1747, mandou fazer êste trabalho, remetendo-o para a Procuratura da Província do Japão no Colégio de Santo Antão em Lisboa, onde hoje é o Hospital de S. José. Felizmente esta colecção única escapou ao tremor de terra que destruiu tantas outras preciosidades em Lisboa. Depois da expulsão dos jesuítas, em 1759, foram estes manuscritos incorporados nos manuscritos da Coroa e levados, em 1807, para o Rio de Janeiro, por precaução.

Foi ali que Luís Joaquim dos Santos Marrocos fez o índice da maior parte dos volumes. Em 1821 foram novamente para Lisboa — *habent sua fata libelli* — onde se encontram em bom estado de conservação, na Biblioteca Pública da Ajuda, sob a guarda do seu inteligente Director, o Sr. Jordão de Freitas.

Sentimos ter de nos abster de apreciar detidamente o rico material, como o merecia, e ter de limitar-nos a alguns

aspectos que chamam mais particularmente a nossa atenção. Mas, mesmo êsses, só parcialmente os podemos reproduzir.

Os manuscritos sôbre o Japão e a China, na Colecção dos *Jesuítas na Ásia*, quasi não foram utilizados até hoje, não obstante as numerosas e claras referências que lhes são feitas por sábios como Jordão A. de Freitas por exemplo, nas suas notas sôbre os *Subsídios para a Bibliografia Portuguesa*, relativos ao Estudo da língua do Japão publicados no *Instituto*, vol. 51 (1904), pág. 762-768 e vol. 52 (1905), pág. 115-128, 310-320, 437-448 e 499-505, e como Cristóvão Aires no anexo ao seu *Fernão Mendes Pinto e o Japão (Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, nov. sér., Classe de Ciências Morais, vol. x, parte II, Lisboa, 1906).

No que respeita ao Japão encontra-se:

1. Primeira parte da *Historia do Japão* (1549-1578) de Luis Fróis, Ajuda, 49-IV-54. Esta parte está a ser trabalhada. — Cristóvão Aires publica alguns extractos na sua obra acima citada: *Fernão Mendes Pinto e o Japão*, no anexo a pág. 107-122.

2. Aparatos para a *Historia Ecclesiastica do Bispado de Japam* (1588-1593), Ajuda, 49-IV-57. O Padre Schurhammer aventa a hipótese de que esta é a segunda parte do manuscrito designado sob número 1. Além pròpriamente do tema principal, o autor descreve minuciosamente os acontecimentos políticos do tempo, tais como a conquista de 66 Estados independentes por Hideiyoshi, a sua política de expansão contra a Coreia e a China, e as suas vitórias.

3. *Historia da Igreja do Japão*, Ajuda, 49-IV-53, fol. 1-236 v. São três livros que, todos podem ser atribuídos a João Rodrigues Tçuzzu, e que, talvez com o auxílio de outros padres jesuítas, expulsos do Japão, redigiu em Macau, onde se refugiaram. No titulo do manuscrito diz-se

que foi composto por jesuítas que residiram no Japão, desde 1575-1634.

Os dois primeiros livros tratam da Ásia em geral, da Índia, das Ilhas dos mares orientais, da Scítia Asiática ou Tartária, roçam pela China e terminam no Reino do Japão que descrevem minuciosamente, tanto no que toca à terra, como ao povo e sua origem, como ao govêrno, aos usos e costumes, aos conhecimentos de mecânica, de matemática e astronomia. Em suma, dão uma idea muito interessante da vida íntima do Japão daquela época.

O terceiro livro trata da história da missão de 1549-1552; é a primeira parte de uma história incompleta das missões dos Jesuítas no Japão, que devia abranger o período de 1549-1634. Cristóvão Aires reproduz o índice a pág. 85-91, e o fol. 17-39 v. a pág. 123-155.

4. No mesmo volume, Ajuda, 49-1v-53, fol. 244-420, encontra-se o *Libro Primero del Principio e Progreso de la Religion Christiana en Japon*, escrito em espanhol pelo padre Jesuíta Alexandro Valignano. É uma descrição do período que vai de 1549 a 1570. O autor tencionava, como diz no Prefácio, escrever mais quatro livros, que abrangessem até ao ano de 1601, data da composição do primeiro.

O manuscrito, segundo F. F. de la Figanière, no Catálogo dos manuscritos portuguezes existentes no Museu Britânico, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853-1854, pág. 265, é, quanto ao título, igual ao do Cód. n.º 9857 do British Museum. No parecer do Padre Schurhammer, é esta uma das últimas obras e, talvez, a mais fraca do célebre italiano, visitador de las Índias del Oriente, Alexandro Valignano, que morreu em 1606.

5. Igualmente de Alexandro Valignano é o manuscrito intitulado *Summario de las cosas que pertenecen a la Provincia de Japon*, Ajuda, 49-1v-56, fol. 55-145 v. Há um manuscrito incompleto com o mesmo título na Biblioteca

Pública de Évora (segundo o Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborensis, ordenado pelo bibliotecário Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, t. 1, pág. 419, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850). Êste manuscrito também descreve em breves traços o Japão daquele tempo e contém um ensaio interessante sôbre a psicologia japonesa.

6. Valiosas são também as *Cartas Annuas* de algumas missões de Jesuítas que não foram publicadas na parte referente ao estado secular. Eram relatórios anuais que se baseam em numerosos e fidedignos depoimentos individuais. Na Ajuda, ms. 49-iv-59, há alguns de 1600 a 1607, no ms. 49-vi-8 os de 1597 a 1598, e curtas biografias dos primeiros bispos, visitantes e irmãos do Japão. Em Évora há uma *Anua* do Japão, de 1622. Cód. $\frac{CXVI}{1-31}$ (Cat. 1, 422).

Há um relatório pormenorizado sôbre as perseguições contra os cristãos no Japão, de 1606 a 1621, na Ajuda, 49-iv-60, intitulado: *Relaçam das couzas sucedidas em a perseguiçam da Christandade de Japam*. Como em 1639 o Japão fechou inteiramente as suas portas a Portugueses e Espanhóis, as *Annuas* da Província do Japão, nos anos seguintes, só trazem raras notícias do Império Insular. Há cartas de 1650-1656, 1668-1670, 1680-1689, 1690, na Ajuda, 49-iv-61 a 64; na Ajuda, 49-v-14 encontram-se as de 1656, 1658-1660.

7. De um interêsse singular, é o Relatório sôbre uma infeliz embaixada de D. João IV ao Japão em 1644 (Ajuda, 49-v-13, fól. 43 v. a 51 v.), cuja cópia existe no fól. 561-570 v. e a *Relacion de las diligencias que se han hecho para entrar los portuguezes en Japon desde el ano 1680 asta el prezente 1685 en el qual fue un barco portugues d'esta ciudade de Macao a Japon*, por Juan Antonio Arnedo, Biblioteca Nacional, ms. 8012. Na Ajuda, 49-v-19, fól. 576 v., 80 v., encontra-se incompleta a mesma *Rellação de viagem que os Portuguezes de Macao fizeram em Japão no ano de 1685*.

8. Os manuscritos, que podem servir para o estudo da língua japonesa, foram analisados por Jordão A. de Freitas, na Revista Científica e Literária de Coimbra *O Instituto*. Encontravam-se já nos *Subsidios para a Bibliographia Portuguesa, Relativa ao Estudo da lingua do Japão*. Desejávamos salientar aqui o ms. da Ajuda, 46-VIII-35, intitulado *Vocabulario da lingoa de Japão*, com a declaração em português, feito por alguns Padres e Irmãos da Companhia de Jesus, com um suplemento. É uma bela cópia da edição impressa em Nangasaqui em 1603-1604, embora o autor tenha pôsto no título do vocabulário, a data de 1593 e não de 1603 (Freitas, pág. 444-448) e o impresso raro chamado *Arte Breve da Lingoa Japoa*, pelo Padre João Rodriguez, Macau, 1620, Ajuda, 50-XI-3 (ver Freitas, pág. 317-319-9).

9. Há muitas notícias dispersas em vários logares. Na maioria dos casos são perseguições aos cristãos e mártires, tais como no ms. 7640, fól. 41, 102, 115 e 158 v. da Biblioteca Nacional, na caixa 29 (n.º 18) e na Caixa 79 (n.º 24) ou na Ajuda, 50-V-38, fól. 1-13 e fól. 100-136, 51-II-10, fól. 190-V-191 v., 51-V-7, fól. 67. Contamos entre estes as quatro cartas dos jesuítas de Nagasaqui, de 1599 a 1601, ms. 762 da Biblioteca da Universidade de Coimbra, originaes que foram publicados n-*O Instituto*, vol. IX, Coimbra, 1861, pág. 135-137, 220-221, 346-347, 385-387. Falam das inquietações e das questões do dia, das petições ao Rei e das incertezas do comércio, em virtude da inimizade dos holandeses. Da política do Japão trata somente a última carta do Bispo do Japão ao Provincial da Companhia de Jesus em Portugal.

O Padre Sebastião Gonçalves, de Ponte de Lima, o autor da primeira parte da *História dos Religiosos da Companhia de Jesus e do que fiseram com a divina graça na conversão dos infieis à nossa Santa Fé Católica nos Reinos e Províncias da Índia Oriental*, 1614, refere-se constantemente ao Japão. Desta obra, preciosa e rara, na Ajuda só

há os 5 primeiros volumes (49-iv-51), encontrando-se os 10 volumes no manuscrito n.º 915 da Biblioteca Nacional de Lisboa.

No que toca a manuscritos, respeitantes à China, constituem bem a metade da Colecção dos *Jesuítas na Ásia*, que é mais valiosa que tôdas as outras fontes. A maior parte trata dos ritos, dando, portanto, uma idea clara dos usos religiosos da estranha terra.

Por muito rica que seja a literatura sôbre ritos, parece-nos, contudo, que ainda nenhum investigador aproveitou, em larga escala, êste incomparável material, arquivado em Lisboa.

Estes manuscritos foram escritos sob o ponto de vista teológico e missionário, mas ao lado do estado espiritual tratam abundantemente do estado secular, o que os torna valiosos para a história da política e da civilização da China.

Os seguintes manuscritos merecem especial menção:

1. *Asia Extrema*, por António de Gouvea, Ajuda, 49-v-1 e 2. O padre António de Gouvea, assim chamado por ter nascido na vila do mesmo nome, na diocese de Coimbra, entrou aos 15 anos, em 1608, para a Sociedade de Jesus, e morreu aos 84 anos, em 1677. Era o melhor conhecedor da China, dessa época. Dedicou a sua obra ao Rei D. João IV e divide-a em seis livros. O primeiro trata da história da China, do seu govêrno, administração, funcionalismo, exames, artes, usos e costumes nos enterros e casamentos, jogos, superstições, adivinhações, flora e qualidades dos seus habitantes.

Do segundo ao sexto livro descreve os sucessos dos anos de 1552-1644, a época movimentada da Dinastia dos Ming. Além dos acontecimentos históricos, os livros revelam um quadro muito interessante da grande actividade dos padres e da sua expansão no Império do Meio, daquele tempo.

2. A carta *Annua da China*, do ano de 1651, Ajuda,

49-IV-61 no fol. 76-121 v. contém um relatório sôbre os Tártaros (os Mandeshus) a sua terra, os seus costumes, religião, usos e conquista da China. Do mesmo acontecimento e simultâneamente dos Tartaros em geral, os seus partidos, costumes, trajos, virtudes e vícios trata em especial o manuscrito da Ajuda, 49-v-13, fol. 1-43 e 267-300 v.

3. Na Ajuda, 49-v-5, contêm-se as *Annuas da China*, relatórios anuais dos anos de 1603, 1606, 1611, 1616, 1621 e *Noticias da China* de 1612-1615; as *Annuas da China* de 1623-1628 acham-se na Ajuda, 49-v-6; as de 1626-1639 na Ajuda, 49-v-8; as de 1631-1634 na Ajuda, 49-v-10; as de 1633 a 1635 na Ajuda, 49-v-11; as de 1637 a 1640 na Ajuda, 49-v-12; as de 1642-1650 na Ajuda, 49-v-13; as de 1651 a 1658 na Ajuda, 49-v-38, fól. 138-166 v.; as de 1656-1660 na Ajuda, 49-v-14; as de 1661-1668 na Ajuda, 49-v-15; as de 1662 a 1671 na Ajuda, 49-v-16; as de 1685-1690 na Ajuda, 49-v-19, e assim por diante, até 1748, na Ajuda, 49-v-29; como, por exemplo:

Na Ajuda, 49-v-20, fol. 182 v.-187 v., *Novas da China e Mais Reinos Vesinhos...* 1688.

Na Ajuda, 49-v-21, fol. 31-46, *Annua de algumas Residencias da China...* 1697.

Na Ajuda, 49-v-23, fol. 504-508, *Breve Relação da Missão da China*, athé... 1700.

Na Ajuda, 49-v-25, fol. 173-193, *Tragica Relação dos successos mais notaveis que acontecerão nas Missoens da China e na cidade de Macao desde anno 1706 athé 1707.*

Junto dos relatórios gerais encontram-se notícias isoladas das várias residências, tais como: Macau, Pequim, Xam-Hai, Chan-Cheu, Fokien, Kiam-Si e outros.

Os volumes da Ajuda, 49-v-19 a 27 ocupam-se especialmente do ritual. De resto, o conteúdo das *Annuas* é muito diverso. Além dos Relatórios das Missões, como ainda

hoje se fazem, descrevem o estado de cada missão no ano respectivo. Mas depois saem dessa esfera para penetrarem na situação política interna do Império Chinês, as suas perturbações e as conquistas dos Tártaros. Discutem-se aí as intrigas contra os Cristãos na Côrte Imperial, as constantes pressões e inimizades dos holandeses e salienta-se a penetração dos missionários franceses que não queriam reconhecer o Padroado do Rei de Portugal. Tudo quanto dava na vista aos europeus na China, tudo quanto impressionava os sentidos é aí contado despreocupadamente; assim se fala do teatro dos jesuitas em Macau, da introdução da imprensa europeia na China pelos mesmos.

Aproveitamos esta ocasião para reproduzir uma das primeiras obras impressas na China, e que, tanto quanto se sabe, só existem na Ajuda:

Christiani / Pveri Institvio / Adolescentiaeqve / perfugium:
autore Joanne Bonifacio / Societatis Jesu... in Portu Ma-
caensi / in Domo Societatis Jesu / Anno 1588. (Ver Freitas
nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, vol. 1-1915,
pág. 211 na Imprensa de tipos móveis em Macau e no Japão
nos fins do século xvi, pág. 209-221.

Êste tipo é anterior ainda ao mais antigo tipo europeu conhecido na Ásia citado por O. Nachod, na *Historia Universal*, Pflugk-Hartung no volume: *Historia do Oriente*, Berlim, pág. 625 e referente ao livro: *De Missione Legatorum Japonensium ad Romanam curiam*, Macau, 1590.

4. Além dêstes relatórios anuais aparece nestes fólhos grande diversidade de fontes, cujo valor só se pode conhecer depois de um estudo aturado. Valia certamente a pena que um especialista se dedicasse a uma investigação dêstes documentos.

Dentre êsses numerosos dispersos mencionam-se:

Ajuda, 49-v-5, fol. 507 v., 509 v. *Petição do Supremo Tribunal da Guerra da Corte de Pekim para o Tutão da*

CHRISTIANI PVERI INSTITVTIO,

ADOLESCENTI ÆQVE

perflugium: autore Ioanne Bonifacio

SOCIETATIS IESV.

cum libri unius, & rerū accessione plurimarū.



Cum facultate Superiorum
apud Sinas, in Portu Macaens
in Domo Societatis IESV.

Anno 1588.

Provincia de Cantão . . . 1623. Trata dos portugueses que foram mandados como instrutores de artilharia para Pekim, a fim de experimentarem os canhões enviados para ali de Macau.

Ajuda, 49-v-8, fol. 700-708 *Algumas propostas, perguntas e repostas acêrca da ida dos portuguezes a China dentro...* 1630. Dá uma idea das negociações com as autoridades chinas para a admissão dos portuguezes no interior da China.

Ajuda, 49-v-15, fol. 338-347 v. Traz uma série de escritos sôbre uma embaixada dos holandeses ao *Rei* da China em 1667.

Ajuda, 49-v-28, fol. 201-223. *Arte da Lingua de Cafre*, fol. 293-328 v. Censura dos livros chinses, *Ye Kim, Xy Kim, Kiam Yu, Kiam Ly*, fol. 364 a 372. Censura do livro chinês, *Ly Kim*.

5. A grande colecção *Rerum Lusitanicarum*, que comprehende nos volumes 8-52 a *Symmicta Lusitanica*, foi mandada fazer por D. João V, por intermédio do seu embaixador em Roma, Manuel Pereira de Sampaio, que fez copiar todos os manuscritos existentes nos arquivos do Vaticano, que se referiam a Portugal. São nada menos de 222 volumes.

Ainda dentre êsses merecem menção:

A *Historia Synica* do Bispo Claudius Visdelou em 5 volumes, o quinto divide-se em duas partes, Ajuda, 46-xi-18 a 46-xii-1. O sexto volume é do Bispo Franciscus Fouquet, Ajuda, 46-xii-1.

De Visdelou ainda há: *Yuen seu Mungolo-Synica Historia Fastorum*, capitibus, xiii, Ajuda, 46-xii-3; 3 volumes: *De Religione Synarum Philosophorum*, Ajuda, 46-xii-4 a 6; *Ritualis Sinensium*, Ajuda, 46-xii-7; *Xu Kim seu Liber Canonicus Synensium*, em duas partes, Ajuda, 46-xii-8 e 9; *De Religione Sinico-Brahmanica*, seu Foto-nis, com um epitome intitulado *Momgolo Sinicæ Historiæ*, Ajuda, 46-xii-11; *Chronologiæ Synicæ*, códices iv com uma *Dissertatio de Antiquitate Synarum et Mundi*, Ajuda, 46-xii-12 e 13.

Na Ajuda, 46-XII-10, contêm-se:

I. *Christianæ religionis monumentum, intra Si Ngan Fu Provinciæ Xensi Metropolis muros anno Christianæ Aera MDCXXV casu repertum, in latinum idioma versum paraphrasique ac notis illustratum, adjecta Romani Imperii Synica Descriptione*, fol. 1-129.

II. *De Religione Tao Su Bonziorum tractatus latine versus Ponticherii anno 1725 mense septembri a Joanne Francisco Fouquet, Episcopo Eleutheropolitano, emendatus Romæ 15 Septembris*, fol. 130-205.

III. *De perfecta imperturbabilitate, liber Synensium canonicus, latine versus, notisque illustratus*, fol. 206-397 v.

IV. *Dissertatiuncula de doctrina brachmanica*, fol. 399-419 v.

V. *Kumfucii Vita a Kum Sun Mei Kumfucii ipsius ex sexagesima quinta generatione nepote synice edita anno imperantis Kam Hii trigesimo tertio (Christianæ ævæ 1694) in latinum versa*, fol. 420-546 v.

VI. *De Japonia, ex Chao-Sum-gana Historia*, fol. 550-630 v.

Nos *Symmicta Lusitanica*, encontram-se numerosos escritos sôbre a China e o Japão que foram enviados para Roma pelos eclesiásticos, achando-se cartas, relatórios, decretos por exemplo nos volumes 6, 8, 12, 15, 16, 24, 25, 27, 29, 37, 39, 40, 41, 50 e 51.

6. *Historica relatio eorum quæ contingerunt (sic.) occasione consertationis Calendarii Sinici de Johann Adam Schal*, 1658. Ajuda, 49-v-14, fol. 376-469, que trata da reforma do calendário chinês.

7. Os arquivos são ricos em relatórios de embaixadas à côrte chinesa. O que se publicou a êste respeito foi quás; sempre em forma de extractos. Muitos dos manuscritos contêm matéria interessante.

a) Sôbre *A embaixada de Manuel de Saldanha* (1668-1670) encontram-se referências na Ajuda, 49-IV-62, fol. 115, 118, 137-141 v., 387-392 e sob número 689 cartas dêle, no fol. 715 a 732 acha-se o relatório das testemunhas oculares, que também se encontra na Ajuda, 51-v-5, fol. 116 v. e 146 v.; na Biblioteca Nacional, Caixa 10 (Doc. 1), fol. 73-105, vem a *Breve Relação da jornada que fez à corte de Pekim* o Sr. Manuel de Saldanha, Embaixador Extraordinário del-rei de Portugal ao Imperador da China e Tartaria, começando do primeiro dia que se embarcou em Cantão. Na Ajuda, 49-v-15, fol. 347 v., 349 v., 352-358, vem a Lista dos Gastos, que lhe pertence.

b) *Embaixada de Alexandre Metello de Sousa Menezes no reinado de D. João V.* Partes dêste relatório foram publicados por:

aa) Júlio Firmino Judice Biker num livro que trás em primeiro lugar uma Memória sôbre o estabelecimento de Macau escrito pelo Visconde de Santarem. Lisboa, Imprensa Nacional, 1879, pág. 33-54: *Abbreviada Relação da Embaixada que a Serenissima Magestade do Senhor Dom João V, Rei de Portugal, mandou ao imperador da China e Tartaria Yum Chim pelo seu Embaixador Alexandre Metello de Sousa Menezes.*

bb) Extractos no *Arquivo Pitoresco*, IV, 1861, por um auctor desconhecido, no *Semanário Ilustrado*. Lisboa, pág. 234-236, 246-247, 253-255, embaixada de Portugal à China em 1725.

Os manuscritos que se referem a esta embaixada, encontram-se em:

cc) Évora, $\frac{CXVI}{26}$, ver Catalogo 1, 408-412.

dd) Ajuda, 51-IV-46. *Viagem a China. Relação da embaixada que el-rei nosso senhor D. João V, no anno de*

1723 (sic! Recte 1725) mandou ao imperador da Tartaria e China, cujo reinado era, Yum Chim, e do que por respeito da mesma embaixada succedeo.

ee) Ajuda, 51-IX-12. *Relação da embaixada, etc., etc., feita pelo Padre Francisco Xavier da Rua.*

ff) Torre do Tombo, n.º 13 dos manuscritos da Livraria — Manuscritos Communes, n.º 1227. *Relação da embaixada que D. João V mandou ao Imperador da Tartaria e China em 1725.*

gg) Convento de Jesus, ms. 267. *Relação da Embaixada... e do que... succedeo ao Embaixador Alexandre Metello de Souza e Menezes... 1723, (sic!); copiado por Vicente Salgado, 20-7-1801, segundo um manuscrito do Rev. Padre Al. Fr. Lucas de S. Joaquim dos Paulistas.*

hh) Universidade de Coimbra, ms. 564. *Embaixada a Pekim de Alexandre Metello de Sousa e Menezes.*

A respeito desta embaixada ainda há:

A) Biblioteca Nacional (P. 4-22), ms. 4414, fol. 246-247. *Carta do jesuita Luiz de Sequeira sobre a chegada do embaixador portuguez á China vindo de Macau em 23 de Dezembro de 1726.* Cópia no ms. 8075 da Biblioteca Nacional.

B) Coimbra, n.º 677. *Carta de Alexandre Metello de Sousa Menezes a D. Lazaro, que relata a sua chegada á China.*

C) Convento de Jesus, ms. 355 em curiosidades de Fr. Vicente Salgado. *Relatorio da entrada deste embaixador em Pekim em 18 de Maio de 1727.*

D) Universidade de Coimbra, 502, fol. 67. *Traducção de uma carta do Padre Jesuita francez, Domingos Parrenin, de 8 de Outubro de 1727, contendo a descripção d'esta embaixaãa á Corte Imperial, tirado do volume xix das cartas edificantes e curiosas.* Impresso em Paris no ano de 1729.

E) Ajuda, 51-IX-13. *Carta que em 18 de Dezembro de*

1727 escreveu Alexandre Metello de Sousa e Menezes ao Secretario de Estado da Embaixada que deo á Magestade Imperial da China por ordem de S. Magestade o Sr. Rey D. João V.

F) Biblioteca Nacional, ms. 8075. *Relação dos presentes que o Senhor D. João V, mandou ao imperador da China e Tartaria no anno de 1725.*

G) Coimbra, ms. n.º 677. *Memoria do presente que S. M. mandou ao Imperador da China pelo Embaixador Alexandre Metello.*

c) Convento de Jesus, ms. 266, cópia de Fr. Vicente Salgado. *Relação da viagem que fez á China o Embaixador Francisco Xavier de Assis Pacheco e Sampaio no anno de 1752 com a «Memoria do Presente» do Rei de Portugal ao Imperador da China, ver também a cópia incompleta da Relação que o Rev. Padre Esteve Lopes... da do Embaixador da China Francisco Xavier de Assis Pacheco.*

Évora, $\frac{CXVI}{2-11}$ a n.º 45, Catálogo 1, 414 e a relação igualmente incompleta da Embaixada, na Biblioteca Nacional, ms. 6620.

Acêrca desta Embaixada há outras publicações:

aa) *Relação da jornada que fez ao Imperio da China, e summaria noticia da Embaixada que deu na Côte de Pekim, em o primeiro de Maio de 1753, o Senhor Francisco Xavier Assis Pacheco e Sampaio.* Escrita pelo Rev. Padre Neuville. Lisboa, 1754.

bb) *Memoria sobre o Estabelecimento de Macao*, volume já citado. Lisboa, 1879, pág. 55-108. *Relatorio de Francisco de Assis Pacheco de Sampaio a El-Rei D. José I, dando conta dos successos da embaixada a que fora mandado á Côte de Pekim no anno de 1752.* Publicado por Júlio Firmino Judice Biker.

d) *Relation du premier voyage des François à la Chine*, F. Froger, 1698-1700. Êste manuscrito está a ser estudado.

e) No *Boletim da Sociedade de Bibliophilos Barbosa Machado*, III, (1915) 36 encontra-se entre os manuscritos da casa Cadaval: *Noticias antigas e curiosas pelo anno de 1649*, mencionada a Embaixada da China. Secção XVII e XVIII.

8. Os manuscritos de certa importância para a história das missões e da civilização são os seguintes:

a) Biblioteca Nacional, ms. 8067 (Y.-5-12). *Relação em que se contem o felis successo e inestimavel beneficio da liberdade da Rellegião Christa conseguida*, 1692, por Francisco Nogueira.

b) Biblioteca Nacional, ms. 8123 (Y.-F.-68). *Continuação dos successos na missão da China*, 1726.

c) Biblioteca Nacional, ms. 32, original. *Compendio da Historia de como varias pessoas da Familia Imperial Tartaro-Sinica abraçarão a religião christam, progressos que nella fizerão, e como forão desterrados por esta cauza pello Imperador Yum Chim*. Ver catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Eborense, 1, 407, Cod. $\frac{CXVI}{1-29}$ a fol. 1.

d) Biblioteca Nacional, ms. 8571, fol. 91-98, Manoel Dias de Castelo Branco. *Ceremonias das exequias das Rainhas na China*, original.

9. No que toca ao estudo da língua chinesa oferecem interêsse os seguintes:

a) Ms. 7974 (Y. 4-58) da Biblioteca Nacional. *Diccionario latino-chinez*. Original do primeiro *Diccionario romano-synico*, pertencente ao Seminário de Pekim, com 984 páginas.

b) Ms. 7968, Biblioteca Nacional, Chinês-latim. *Vocabulos, phrases, orações, confissão, modo de ajudar a missa*,

etc. Em caracteres chineses com tradução latina. Século xvii-xviii, 89 páginas.

c) Ms. 3206, (L. 5-6), Biblioteca Nacional, Chinês-português. *Prosodia ou Diccionario da lingua chineza em portuguez*, 357 páginas.

d) Ms. 7975, (Y. 4-59) na Biblioteca Nacional, chinês-português. *Phrases diversas com a pronunciação figurada e tradução em portuguez*, 184 páginas.

Também podemos referir-nos perfunctòriamente às outras terras do Extremo Oriente de que tratam as preciosas colecções de manuscritos de Portugal:

A Índia, Ceilon, Molucas, a Indo-China e o Siam, estas últimas pertencentes à província do Japão da missão dos jesuítas. Estas terras tôdas, segundo a linha divisória estabelecida no decreto do Papa Alexandre VI de 4 de Maio de 1493, ficaram à corôa de Portugal, embora os holandeses, ingleses, franceses e espanhóis tivessem aberto brechas neste Império.

Merecem referência especial:

1. As mais importantes cartas dos Jesuítas da Índia que são: *Cartas mandadas pelos Padres e Irmãos que andão por diversas partes da India 1544-1556 e 1547 (sic.) 1563*. Ajuda, 49-iv-49 e 50, de 1557-1564 nos ms. 4534 da Biblioteca Nacional e 3 volumes na Academia das Ciências de 1544-1569, ms. 3-9-11. Até agora, só uma parte destas cartas foi publicada. A edição maior, que abrange êste período, e que é raríssima na Alemanha, é a das Cartas que os Padres e Irmãos da Companhia de Jesus escreveram dos Reinos de Japão e China aos da mesma Companhia da Índia e Europa desde ano de 1549 até o de 1580. Primeiro tomo. Évora, 1598.

2. A já citada *Historia dos Religiosos da Companhia* pelo Padre Sebastião Gonçalves.

3. *As annuas da provincia do Japão que tratam da Indo-China francesa e do Tonkim*; encontra-se na Ajuda, 49-iv-66 uma descrição do início das Missões no «Tunkim» e Cochinchina; na Ajuda, 49-v-8 acham-se as anuas de 1628, 1629, 1635-1636; na Ajuda, 49-v-9 as de 1650-1656, 1668-1670, cartas isoladas de 1680-1689 e 1690, na Ajuda, 49-v-14 acham-se as anuas de 1658-1661, na Ajuda, 49-v-28, encontram-se notícias sôbre o progresso das missões no «Tunkim» de 1723-1729. Nove volumes, (Ajuda, 49-v-31 a 49-vi-5), são inteiramente dedicados à Missão do Reino de Tunkim de 1626 a 1746.

4. *Sumario de las cosas que pertenecen a la provincia de la India Oriental y al gobierno della*, por Alexandre Valignano, Ajuda, 51-iv-31. Ver *Zeitschrift für Missionswissenschaft*, Muenster, w. 1922, pág. 150-151.

5. *Historia das Ilhas de Maluco*, escrita no ano de 1561, Biblioteca Nacional, ms. 923. A *Informação das cousas de Maluco*, ... composta por Gabriel Rebelo na *Colecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas*, Academia Real das Sciências, t. vi. Lisboa, 1856, págs. 143-312, apresenta uma outra redacção com divergente estrutura.

6. *Historia de Maluco no tempo de Gonçalo Pereira Marramaque e Sancho de Vasconcellos*, por António Bocarro, Biblioteca Nacional, ms. 474.

7. *Discrição das terras da India Oriental e dos seus uzos, costumes, ritos e leys, que se estende até á China*, foi escrita em 1516 pelo feitor Duarte Barbosa. Biblioteca Nacional, ms. 9163.

Houve quem quisesse atribuir ao próprio Vasco da Gama a autoria dêste relatório. O Japão ainda é desconhecido.

Esta descrição foi, segundo outro manuscrito, publicada na *Colleção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas*, editada pela Academia Real das Sciên-

cias, tomo II. Lisboa, 1867, págs. 234-386, e traduzida em inglês por M. Longworth Dames: *The book, of Duarte Barbosa*, 2 volumes, London, 1918-1921. Em todo o caso deve ter sido composta bastante cedo a descrição geral de tôdas as costas, reinos e ilhas e da Índia, começando do Mar Roxo até à China. Biblioteca Nacional, 299, fol. 41 v., 98.

8. *India Portuguesa*, 4 volumes e *Livro das mercês*, 1 volume, colecção e documentos de 1542-1548, Ajuda, 51-VIII-42-46 que, entre outros, contêm originaes não impressos de D. João de Castro.

9. *Cartas do primeiro Conde d'Assumar, Vice-Rey da India, 1677-1679*, 8 volumes. Biblioteca da Academia das Sciências, ms. 3-11-14.

10. *Cartas de Pedro Mascarenhas, Conde de Sandomil, Vice-Rey da India 1733-1741*, 9 volumes. Biblioteca da Academia das Sciências, ms. 3-11-6.

São tão ricos os documentos existentes em Portugal, principalmente no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, em Lisboa, que os variadíssimos estudos e publicações que, à sábia diligência da Academia das Sciências de Lisboa e dos seus activos e eruditos sócios se devem, não têm conseguido torná-los suficientemente conhecidos dos que se interessam pelas coisas da Ásia.

Só para se fazer idea, vale a pena citar algumas colecções de documentos mais importantes sôbre a história da Índia e que se acham na Tôrre do Tombo:

a) *Corpo Cronológico*, uma colecção enorme de 82.902 documentos variadíssimos dos anos de 1161 a 1699.

b) As vinte gavetas, (originariamente guardavam-se estes documentos em gavetas) contendo 5.274 documentos, principalmente dos séculos XII a XVII.

c) Os sessenta e dois livros: Documentos remetidos da Índia. São cartas dos Reis de Portugal aos Vice-Reis da

Índia de 1602-1697 que foram mandadas remeter para Portugal em 1777. Uma parte desta colecção foi publicada nos Documentos remetidos da Índia ou *Livros das Monções*, publicados de ordem da Classe de Ciências Morais, Políticas e Belas Letras da Academia Real das Ciências de Lisboa e sob a Direcção de Raimundo António de Bulhão Pato, Lisboa, 1880-1893 em 4 volumes.

Das modestas provas, que podemos submeter aos leitores, resulta claramente, sem necessidade de acentuar mais, quanto os sábios podem encontrar nos arquivos portugueses. O investigador estrangeiro que se dedique a pesquisas históricas, baseadas nestes documentos, é um colaborador bem-visto e deve, em grande parte, o amável acolhimento que recebe, assim como a circumspecta e eficaz assistência que encontra, ao Inspector das Bibliotecas e Arquivos de Portugal, que na Alemanha conhecemos como poeta e que tanto honra a sua Pátria, o Sr. Júlio Dantas.

J. A. Kowalewsky.

SUR UNE NOUVELLE MÉTHODE,
 BASÉE SUR LE PRINCIPE DE MINIMUM,
 POUR L'INTÉGRATION APPROCHÉE DES ÉQUATIONS
 DIFFÉRENTIELLES DE LA PHYSIQUE MATHÉMATIQUE

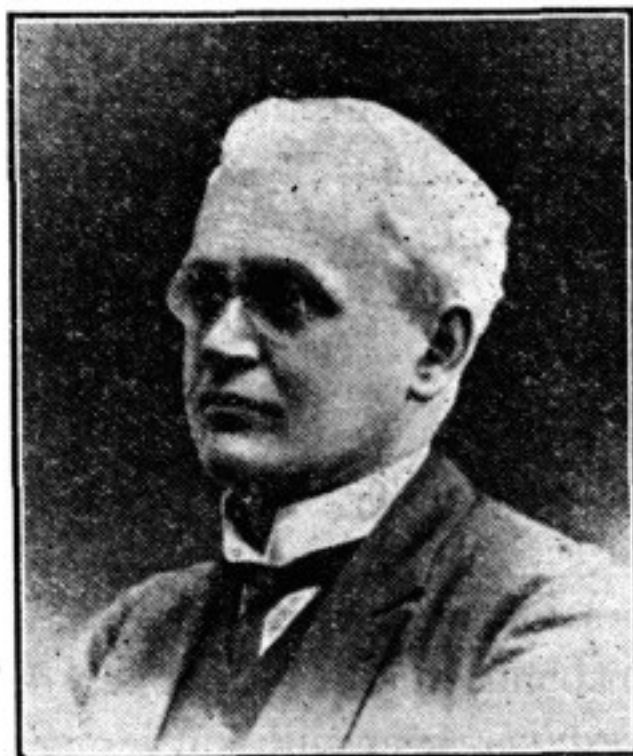
Dans sa *Théorie de la chaleur* (1) M. Boussinesq a indiqué un procédé pour l'intégration approchée, lequel pour le système différentiel :

$$(1) \begin{cases} h(y) = \frac{d^2y}{dx^2} + A(x)y = f(x); \\ y(a) = y(C) = 0 \end{cases}$$

revient à rendre minimum le carré moyen de l'erreur, c. à. d. :

$$(2) \quad I = \int_a^b [h(y) - f(x)]^2 dx.$$

Depuis lors bien des auteurs (2) ont appliqué au calcul ce procédé en comparant les résultats avec ceux obtenus par d'autres méthodes (3) et en utilisant comme fonctions



N. KRYLOFF

Membre de l'Académie des Sciences
de l'Ukraine

(1) T. 1^{er}, p. 316.

(2) Voir par ex. M. Paschoud, *Sur l'application de la méthode de W. Ritz*, etc. (Thèse de doctorat). G. Villars, 1914, pp. 34-38.

(3) *Ibid.*, p. 38.

minimantes les séries terminées de la forme :

$$(3) \quad y_m = \sum_{i=1}^m a_i^{(m)} \varphi_i(x)$$

où

$$\varphi_i(a) = \varphi_i(h) = 0, \quad i = 1, 2, 3, \dots, m, \dots$$

Or l'étude de la convergence du procédé, paraît-il, n'a pas été abordée jusqu'ici que dans un cas bien particulier $A(x) = \text{const.}$, traité dans une de mes notes à *Comptes-Rendus* de l'Académie des Sciences de Paris (1). Cependant il serait intéressant, ce me semble, même au point de vue de la pratique, d'établir la convergence du procédé dans toute sa généralité, étant donné aussi la possibilité des différentes généralisations, dont l'importance est manifeste.

A cet effet, bornons nous pour la brièveté d'exposition au cas simple du système (1) et substituons (3) dans (2) ce que donne

$$I_m = I(y_m);$$

alors en utilisant la règle usuelle du calcul différentiel pour la recherche du minimum d'une forme quadratique en $a_i^{(m)}$, ainsi formée, on obtient pour la détermination des coefficients inconnus $a_i^{(m)}$ les systèmes des équations linéaires toujours *resolubles*; en utilisant les conditions de minimum on obtient aisément :

$$(4) \quad I_{m+n} - I_m = - \int_a^b [h(y_{m+n} - y_m)]^2 dx;$$

$$(5) \quad \int_a^b [h(y_m) - f(x)] h(\eta_m) dx = 0;$$

(1) N. Kryloff, *Sur un procédé de M. Boussinesq*, C.-R., t. 161, p. 558.

où

$$\eta_m = \sum_1^m A_i \varphi_i(x),$$

les coefficients A_i étant arbitraire.

Par un raisonnement utilisé aussi dans l'exposition usuelle de la méthode de W. Ritz on tire de (4) pour n quelconque et pour m suffisamment grand :

$$\int_a^b [h(y_{m+n} - y_m)]^2 dx < \varepsilon_m,$$

d'où d'après l'inégalité de Bouniakowski-Schwarz on obtient :

$$(6) \quad \left| \int_a^x h(y_{m+n} - y_m) dx \right| < \varepsilon_m^{\frac{1}{2}},$$

ε_m et $\varepsilon_m^{\frac{1}{2}}$ étant arbitrairement petites; en intégrant par parties on tire de (6), si $\varphi'_i(a) = 0$ ($i = 1, 2, \dots, n \dots$), pour la détermination de

$$\Psi_m(x) = \frac{d[y_{m+n}(x) - y_m(x)]}{dx}$$

l'équation intégrale du type de Volterra :

$$(7) \quad \Psi_m(x) - \int_a^x [k(y)k - (x)] y_m(y) dy = f(m),$$

où

$$K(y) = \int_a^y A(x) dx$$

et

$$\lim_{m \rightarrow \infty} |f_m| = 0;$$

de (7) on resoit immédiatement

$$\lim_{m \rightarrow \infty} |\Psi_m(x)| = \lim_{m \rightarrow \infty} \left| \frac{d(y_{m+n} - y_m)}{dx} \right| = 0$$

et par conséquent

$$(8) \quad \lim_{m \rightarrow \infty} y_m(x) = y(x); \quad \lim_{m \rightarrow \infty} \frac{dy_m(x)}{dx} = \frac{dy(x)}{dx}$$

ce que demontre la convergence du procédé et même, il est à noter, assez avantageuse, vu la seconde des relations (8).

Pour demontrer que le limite des fonctions minimantes ainsi formées, c. à. d. $y(x)$, vérifie en effet le système (1) on peut proceder de bien des manières suivant les conditions imposées aux fonctions $\varphi_i(x)$; en imposant par ex. aux $\varphi_i(x)$ les conditions supplementaires

$$\varphi''_i(a) = \varphi''_i(h) = 0, \quad i = 1, 2, \dots, n, \dots$$

on aura en intégrant par parties (5):

$$(9) \quad \int_a^b \left\{ \frac{dy_m}{dx} + \int_c^x [A(x)y_m - f(x)] dx \right\} \frac{dh(\eta_m)}{dx} dx = 0.$$

Passons à présent à la limite pour $m \rightarrow \infty$; si les fonctions $\varphi_i(x)$ sont telles, qu'elles peuvent servir à la représentation des fonctions « arbitraires » d'une variable réelle choisies-

(1) Il suffit par ex. de prendre pour $\varphi_i(x)$ les fonctions « fondamentales » vérifiant les équations $\frac{d^6 \varphi_i(x)}{dx^6} = \lambda_i \varphi_i(x)$, et les conditions frontières : $\varphi_i(x) = \varphi'_i(x) = \varphi''_i(x) = 0$; pour $x = a$ et b car comme il est bien connu toute fonction arbitraire se developpe en série de ces fonctions aux mêmes conditions près que dans une série trigonométrique.

sons les coefficients arbitraires $A_i^{(n)}$ de façon (1) que pour $n = 1, 2, 3, \dots, k, \dots, \frac{dh(\eta_m)}{dx}$ pour $\lim m = \infty$ soit respectivement égale à $\Phi_1(x), \Phi_2(x), \dots, \Phi_k(x), \dots$, où $\Phi_i(x), i = 1, 2, 3, \dots, \infty$, forment un système fermé; alors en vertu des relations (8) on obtient de (9):

$$\int_a^b \left\{ \frac{dy}{dx} + \int_c^x [A(x)y - f(x)] dx \right\} \Phi_i(x) dx = 0, \quad i = 1, 2, 3, \dots, \infty$$

donc

$$(10) \quad \frac{dy}{dx} = - \int_c^x [A(x)y - f(x)] dx$$

et puisque la partie droite de (10) admet la dérivée par rapport à x , il s'ensuit l'existence de la seconde dérivée de $y(x)$ vérifie le système différentiel (1), c. q. f. d.

Dans cet ordre d'idées bien des généralisations s'imposent, par ex. l'application de cette méthode de démonstration aux équations aux dérivées partielles; j'aurais l'occasion peut être en repartir ailleurs prochainement n'imposant plus sur $f(x)$ la condition de la dérivabilité, comme dans la méthode de démonstration ci-dessus exposée et en prenant les conditions frontières pour $\varphi_i(x)$ moins restrictives.

Kieff. Ukraïne

1-5/IV 1925.

N. Kryloff

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

Sem desmerecer, antes, muito em contrário, reconhecendo a alta valia do serviço prestado pelo sr. Ernesto Vieira com



SOUSA VITERBO

a publicação do seu já succulento *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, seja-me todavia licito observar, sem o menor ressaibro de censura, que elle está longe de representar o inventario completo da musicographia nacional. São innumerous os nomes a intercalar-lhe e só com a cooperação de infatigaveis obreiros é que o edificio chegará a tomar as proporções e as fórmulas mais approximadas da sua natural grandeza.

Pela minha parte procurarei contribuir para a realização d'esta obra e sem jactancia, com a consciencia apenas d'um modesto dever cumprido, direi que consegui colligir centenaes de documentos inéditos coordenados e dispostos por ordem alphabetica segundo o nome dos individuos a quem dizem respeito.

Intitulei este meu trabalho *Subsidios para a historia da musica em Portugal*, e cabe-lhe bem esta designação, porque

tenho a consciencia de que só forneço algumas achegas, sendo assaz importante a quantidade de materiaes que ainda se podem colher em mais largas e profundas investigações.

Nem todos os documentos que colhi na minha exploração archivista teem importancia elevada; em grande parte parecem talvez insignificantes, mas todos elles formam um conjunto, que não direi surprehendente, mas digno de nota e consideração. Por elles se ficará sabendo quanto a musica foi entre nós, em todas as epochas, intensiva e extensivamente cultivada. Seria para estimar que ao lado dos registos documentaes se produzissem monumentos de outra ordem, mas é possivel que os primeiros possam servir em alguns casos de fio conductor para busca e descobrimento dos segundos. Alguns archivos musicaes de corporações religiosas como o da Sé de Coimbra talvez possuam elementos que convirá explorar. Na Sé de Lisboa, apesar dos quasi irreparaveis destroços causados pelos terramotos e consecutivos incendios, não perdeu baldadamente o tempo o sr. Ernesto Vieira.

ABREU (D. ANTONIO)

É autor do seguinte tractado, de que possuo um exemplar :

«Escuela para tocar con perfeccion la Guitarra de cinco y seis ordenes, con reglas generales de mano izquierda y derecha. Trata de las cantorias y pasos dificiles que se pueden ofrecer, con método facil de executarlas con prontitud y limpieza por una y otra mano. Compuesta por D. Antonio Abreu, bien conocido por el Portugues. Ilustrada y aumentada con varios divertimientos honestos y útiles para los aficionados á este instrumento: por el P. F. Victor Prieto, del orden de S. Geronimo, Organista en su Real Monasterio de Salamanca. La aa a luz su apasionado N. N. Con licencia

en Salamanca: En la Imprenta de la calle del Prior, Año de 1799».

4.º, 107 pags. com 3 laminas.

Na obra de Baltazar Saldoni a pags. 322 do tomo 1.º do seu Diccionario biographico-bibliographico de *Efemerides de musicos españoles*, impresso em Madrid em 1868, lê-se o seguinte a respeito de Abreu:

«*Abreu (D. Antonio)*. Algunos han creído que este músico era español; autor que publicó en Madrid, en donde residia, varias composiciones suyas de guitarra, desde 1780 al 1800; pero nosotros hemos visto documentos en los que consta que el sr. Abreu fue portugués».

ADRIAM

Rei dos menestreis d'el-rei. Em 21 de janeiro de 1454 el-rei D. Affonso V lhe passou carta de privilegio para poder andar em besta muar, a qual é do theor seguinte:

«D. Afonso &c. Item carta de Aadriam, Rey dos nossos manestrees, outra tall carta &c. como esta de cima &c. Dada em Viseu xxj dias de janeiro — Johã de Lixboa a fez — anno de nosso Senhor Ihũ X.º de mill iiijcliiij. Ruy Galuão a fez scpreuer. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 10, fol. 17 v).

A carta anterior é passada em favor de Janym de Restre, *trombeta das nossas charamellas*.

AFFONSECA (ANTONIO SOARES D')

Vide *Soares da Fonseca (Antonio)*.

AFFONSO V (D.)

«Folgou muyto d'ouvir musica e de seu natural sem algum arteficio teve pera ella bom sentimento».

Estas são as palavras que Ruy de Pina lhe consagra no final da sua *Chronica* e que não nos parece que sejam resultado da lisonja, mas expressão da verdade. Effectivamente a musica no reinado de D. Affonso V parece ter sido bastante cultivada, attendendo ao grande numero de musicos, cujos nomes se conservam ainda nos registos officiaes. Aos seus feitos guerreiros, celebrando a conquista d'Arzilla, consagrou o licenceado Alvaro, talvez mestre Alvaro Affonso, um *Officio*, que Barbosa Machado ainda chegou a vêr. O mesmo bibliographo cita ainda do mesmo tempo o insigne professor Tristão da Silva, auctor de um tractado, *Amabiles de musica*, cuja existencia se ignora. Para mostrar o desenvolvimento da musica no reinado d'este monarcha, vou dar uma lista dos artistas, do seu tempo, de que alcancei noticia:

Mestres de capella e professores de musica — Alvaro Affonso, Gomes Ayres, João de Lisboa, Tristão da Silva.

Tangedores — João d'Angees, tamboril, Lopo de Condeixa, tangedor d'alaude, Estevão Domingues, citaleiro, Jofrin, menestrel, Lionardo, Ruy Martins, Manuel Pires, o Rombo, mestre de orgãos.

Cantores — Estevão Affonso, Grimete Affonso, Rodrigo Affonso, Nuno Alvares, Affonso Anes, Alvaro Anes, Estevão Anes, Pero Anes, João de Corintho (do infante D. Henrique), Fernão d'Evora, Nuno Fernandes da Gyã, Vicente Fernandes, Gabriel Gil, Affonso Gomes, Antonio Gonçalves, Affonso de Lisboa, Christovão de Morales, Pero de Penella, Alvaro Pires, João de Sousa, Pero Vaz.

Charamellas — João de Brayona, Copim e João de Reste, rei dos charamellas; Xofrim, tangedor de charamella.

Trombetas — Martim d'Alemquer, Affonso Anes, João Anes, Lourenço Anes, Pero Anes, Fernão Coroado, Alvaro Anes Coroado, Alvaro Pires, João Domingues, Gonçalo Fernandes, Lopo Folgado, Janym de Reste, Fernão Ri-

beiro, João Vicente. Alguns são designados por trombetas de guerra.

AFFONSO (FR.)

Tangedor dos órgãos d'elrei D. Affonso V. Sei da sua existencia por uma carta de legitimação que o mesmo rei, em 31 de agosto de 1463, passou a favor de Affonso Valente, filho d'aquelle e de Catherina Gonçalves.

«Dom Afonso &c. carta d'Afonso Valente filho de *frey Afonso, nosso tangedor dos orgaos*, e de Catelina Gllz, molher solteira ao tempo de ssua nacêça, por que o legetemamos. E esta despensaçõ lhe fazemos a requerimento do dito seu pae, que nollo por elle enuiu pedyr, segundo dello fomos certo por hum estormento, feito e asinado por Andre Afonso, tabeliam em esta nosa cidade de Lixboa a xxix dias do mes dagosto da era desta carta &c. em forma. Dada em a dita cidade pustu-meiro dia do dito mes dagosto. Elrei o mandou per os doutores Lopo Vaaz de Serpa e Pero da Silua. Pero Aluez a fez. Ano de nosso senhor Ihū X.^o de mill e iii^o lxiiij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de Affonso V*, liv. 9, fol. 136).

AFFONSO (ALVARO)

Era mestre de capella de D. Affonso V. Sei da sua existencia por uma carta de privilegio que este monarca passou em favor de João Affonso, morador em Extremoz, a pedido de *Alvaro A.^o, mestre da nosa capella, por quanto nos disse que casara com hũa sua criada*. A carta é de 22 de janeiro de 1452. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 12, fol. 51 v). Veja-se *A cultura intelectual de D. Affonso V*, onde publiquei os respectivos documentos.

Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*, dá-nos noticia de um Alvaro, licenceado, que compozera um officio commemorativo da conquista de Arzila, dedicado a D. Affonso V. É provavel que seja o Alvaro Affonso seu mestre de capella.

A noticia de Barbosa é muito importante, pois se vê por

ella que examinára directamente o manuscripto, monumento de primeira ordem para a historia da musica em Portugal. O codice existia na livraria do *serenissimo* infante D. Pedro, que indubitavelmente era o principe que veio a casar com a rainha D. Maria I. A noticia de Barbosa vem no 4.^o volume da *Bibliotheca*, impresso depois do terramoto. Esta circumstancia me faz suppor que o precioso codice musical não se tivesse perdido na catastrophe e que talvez ainda exista, ignorando-se todavia a sua paragem. Julgo de toda a conveniencia, reproduzir na integra o artigo de Barbosa, pois já alguem se aproveitou d'elle, sem o citar, rapsodiando-o e truncando-o, tirando-lhe o seu intrinseco valor.

«ALVARO, cujo apellido se ignora, assim como se sabe ser Licenciado, e floreceu no tempo de ElRey D. Affonso V, a quem em applauso de ter conquistado a cidade de Arzilla no anno de 1471, compoz o Officio com a solfa de cantochão para se cantar em acção de graças de tão insigne conquista, e lhe poz o seg.^{to} titulo :

Vesperæ, Matutinum, & Laudes cum Antiphonis, & figuris musicis de inclyta, &c. miraculosa Victoria in Africa parta ad Arzillam, era 1471. Conserva-se esta obra com a devida estimaçãõ na Livraria do Serenissimo Senhor Infante D. Pedro. He de folha pequena, escrita em 23 folhas de pergaminho e encadernada em bezerro sobre taboas com brochas, que indicão a sua antiguidade e ser Original, por se não ter visto della copia alguma. Nas Liçoões relata a Historia da Conquista de Arzilla e Tangere, ganhadas por Affonso V a 9 das Calendas de Setembro de 1471, em cujo anno parece ser composto este Officio. He dedicado ao mesmo Monarca, cuja dedicatoria principia : Serenissimo Domino Dono Alphonso Dei Gratia inclytito Regi Portugalliaë, & Algarbi ultra & citra Alvarus Licenciatus in Domino cum derotione, & charitate salutem. No fim della, que he toda de letra vermelha, assim como o saõ as Rubricas e letras iniciaes, mais ou menos pennejadas, diz o seguinte : De inclyta ac miraculosa Victoria regis Alphonsi Quinti Portugalliaë notabilis memoriaë in Africa ad Vesperas &c. No prologo intitula a esta obra Compendio ou Officio. *Ideo* hoc breve compendium vel Officium de Victoria Christianorum, & Regis Alphonsi Quinti Portugalliaë in Africa, &c. e pede ao mesmo Principe na Dedicatoria, que mande recitar este Officio no Reino. Não he facil de se investigar a patria e character da pessoa deste author

por ter florecido ha tantos anos; porem que fosse Portuguez se colhe manifestamente da sua Dedicatoria, em que diz : « Ex est gloriam Dei, & nostrorum memoriam ostenderem; e no Prologo usa dos mesmos termos escrevendo nostrorum prosterum animos, &c. Merece grande estimação esta Historia não somente por ser escrita por um Author, que foy testemunha ocular das Victorias que narra, mas porque nella nos instrue com noticias, que se não achão em outros Authores, como são as portas de bronze, que D. Affonso V mandou conduzir de Tangere, e as colocou no Templo de Santo Antonio desta Corte, as quais com indiscreta barbaridade foraõ fundidas, como tambem o foy a Estatua de prata do mesmo Rey montado a cavallo por ordem do Prior do Convento de Nossa Senhora do Espinheiro para augmento de um Dormitorio, extinguindo-se com injuria da veneravel antiguidade dous Padroës em que se conservava eterna a gloria daquelle Monarca e memoravel Conquista de Arzilla, e Tangere». (Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, tom. 4.^o).

AFFONSO (DIEGO)

Era trombeta do conde d'Ourem e morava em Pombaes, termo de Lisboa. D. Affonso V lhe deu carta de privilegio, assignada em Lisboa a 13 d'agosto de 1444.

« Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merçee a Diego Afonso morador nos Ponbaees termo da cidade de Lixboa ttronbeta do conde Dourem meu bem amado primo temos por bem e priuigiamolo que nom vaa servir em paz nem guerra per mar nem per terra a nenhũas partes que sejam saluo com o noso corpo ou com os Ifantes meu irmão e tyos e nom com outra algua pessoa posto que aia noso poder pera leuarem homees darmas e p̃oees beesteyros com o quall poder que asy damos pera hirem as ditas gentes Nós queremos que se nom Entenda em o dito Diêgo Afonso ca nosa mercee e vontade he que elle non serua com outro algũu saluo com o noso corpo ou com os ditos meu irmão e tyos como dito he outrossy queremos que nom page em nenhũu pedido ffintas talhas que por ora ou daquy en diante per nós ou pello dito Concelho som ou fflorem lançados nem vaa com presos nem com dinheiros nem serua em outros algũus encargos ou seruidooes do dito Concelho esto se entenda em as terras nossas ou que algũus de nos trazem enquanto nosa merce for por que das terras que algũus tem de Jus dherdade ou a elles pertencem

cem de sua erança ou per outra quall quer guisa que a propriedade seia sua ou nom ho escusamos por nom tolhermos aos ssenhores ou a outras pessoas que de nós terras teem de Jur e derdade que lhes ell nom pague seus direitos se en elas morar ou a elles for obrigado. Outrosy queremos e mandamos que o dito Diego Afonso en tempo de paz ou tregoa non tenha caualo ou outras armas se as ell nom quizer teer posto que aia pera ello a contia saluo que quando houuer de seruir com nosco ou com os ditos infantes meu Irmaão e tyos que entam aja suas armas pera nos com ellas auer de seruir. Outrosy nom pousem com ell em suas casas de morada nem adegas nem caualariças saluo quando nos ou a Raynha minha Esposa ou os ditos meus Irmaãos e tyos formos em o dito lugar entam suas pousadas se darom a taees pessoas que mereçam de pousarem com elle nem lhe tomem suas bestas de sseella nem dalbarda pam binho rroupa palha lenha galinhas e gaados nem outra nenhũa cousa do seu contra sua uontade por quanto nós queremos que seia noso isento e que nã aja de veer com ell outro nenhũu saluo nós E porem mandamos a todos Juizes e justiças dos nossos rregnos e a outros quer officiaes e pessoas que esto pera qualquer guisa houuerem de ueer que a sy lhe compram e guardam e façam comprir e guardar esta nossa carta como em ela he comtheudo e se lhe algũu contra esto for mandamos a quallquer tabeliam dos nosos rregnos que o empraze que do dia que ho emprazar a outo dias primeiros sseguintes pareça perante nós a dizer quall he a razom per que nom comprio esta nosa carta sem outro nenhũu embargo que a ello ponhaaes. Dan^{te} em a cidade de Lixboa xiiij dias do mes dagosto. ElRei o mandou per o doutor Rruy Gomez dAluarenga e per Luis Martins seus vasalos e do seu desembargo e das petições. — Rodrigo Afonso a fez ano do nascimento de noso Senhor Ihesus Christo de mil e iiij^oR^oiiij anos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 24, fl. 96 v.)

AFFONSO (DOMINGOS)

Cantor. Veja-se *Chancellaria de D. João II*, liv. 8, fol. 59.

AFFONSO (ESTEVÃO)

Cantor de D. Affonso V. A seu requerimento legitimou el-rei alguns filhos, que elle tivera de Catharina Fernandez, *molher solteira ao tempo de sua nacença*. Dou a carta rela-

tiva a Margarida, passada em Elvas a 26 de junho de 1464.

A seu pedido também el-rei passou carta de privilegio a Fernãde Anes, morador em Almada. Nesta carta, passada a 18 de março de 1463, é elle designado por *tenor*. (*Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 9, fol. 70 v).

«Dom A.º &. Item carta de legitimação de Margarida, filha de Esteuam Afonso noso cantor, e de Catarina Fernandez, molher solteira ao tempo de sua nacença, de nosa certa ciência, poder asoluto que auemos despenamos com ella e ligitimamolla e abilitamolla &c. E esta despenaçom lhe fazemos ao pedir do dito seu pay, que nolo por ella pedio parecendo perante nos per pesoa e a seu requerimento ha legitimamos &c. carta em forma. Dada em Eluas xxbj dias do mes de junho ElRei o mandou per o doutor P.º da Silua do seu desẽbargo e petiçoẽs. — D. Afonso a fez anno de nosso Senhor Ihũ Xpo de mill e iiijºlxiiiij».

Seguem-se outras em resumo para mais filhos do mesmo Filipa e Affonso. (*Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 8, fol. 87 v).

AFONSO (FRANCISCO)

Cantor de D. João III. Nomeado em 28 de novembro de 1527 contador nas partes da India, com o qual officio teria fôrros de direitos uma caixa e dous escravos. Original pagamento!

«Dom Johan &c faço saber a vos meu capitam moor e gouernador das partes da India e ao veador de minha fazenda em ellas que confiando eu de Fr.º A.º, meu cantor, que nesto me seruira bem e fielmente, como a meu seruiço compre, me praz e ey por bem de lhe fazer merce do officio de comtador nas ditas partes da India pelo tempo conteudo em meu Regimento, com o qual officio a vera de seu ordenado em cada hũu anno hũa caxa fora e dous escravos foros dos direitos, porrem vollo notefico asy e mamdo que ho metaes em pose do dito officio e lhe leixes seruir o dito tempo e aver o dito hordenado na maneira

que dito he, sem duuida nem embargo alguũ que lhe a ello seja posto, e o dito Fr.^o Afonso jurara na minha chancelaria aos santos evangelhos que bem e verdadeiramente syrua o dito officio guardando a mym meu seruiço e as partes seu direito. Dada en Cuymbra a xxbiiij dias de novembro — M.^o de Moura ha fez — anno de Noso Sõr Ihũ X.^o de mill b.^oxxbij». (D. João 3.^o liv. 14, fol. 5).

AFFONSO (GRIMETE OU CLEMENTE)

Fôra cantor de D. Affonso V e vivera annos amancebado com uma Anna Pires, mulher solteira. Esta, por motivo que ignoro, receosa talvez das leis repressivas das uniões illegitimas, apartou-se d'elle, promettendo, por um delicado euphemismo, nunca mais voltar á sua conversação. Por conseguinte pediu perdão à justiça real para não ser inquietada por este motivo. Foi D. João II quem lhe passou a respectiva carta de perdão a 29 de março de 1484.

« Dom Ioham &c s. s. (saude, sabede) que Ana Pirez, molher solteira, portador da presente, nos enviou dizer que ella estiuera por mamceba theuda e mamtheuda de *Grimete Affonso, cantor que foy delrei meu senhor e padre*, cuja alma D.^s tem, e que ora ella era jaa apartada delle e da sua comverssaçam com emtemçam de a elle mais nam tornar e que sem embargo dello ella se temya de por rrezam do pecado passado que assy com o sobredito Grimente Afonso cometera em estar por sua mamceba vos ditas nosas justiças procederdes contra ella e porem nos pedia por mercee que perdoassemos a nosa justiça se nos a ella por o pecado passado em alguũa guissa era theudo, e nos vemdo o que nos ella assy dizer e pedir emuiou, se assy he como ella diz e hy mais nam ha, e queremdolhe fazer graça e mercee, teemos por bem e perdoamoslhe a a nossa justiça se nos a ella pello pecado passado que assy cometeo em estar per manceba do dito Grimente Afonso era theuda, comtanto que daqui em diamte ella viua beẽ e onestamẽte e nam torne mais ao dito pecado e tornamdo a elle esta carta lhe nam valha, e este perdam lhe damos se ella aimda nom ouuer de nos por a dita rrazon outra carta de perdam senam esta e se allguũ della por ello teem querellado fique sem direito reseruado de a poder demandar ciuellmẽte se quisser, e porem vos mandamos que daquy em diamte a nam premdaes nem

mandees premder nem lhe façaaes nem cõssentaaes fazer mall nem outro alguũ dessaguissado quamto he pello pecado passado, por que nossa mercee e vomtade he de perdoarmos per a guissa que dito he. Dada em a nossa villa de Samtarem a xxix dias do mes de março — elrrey o mandou pellos doutores Joham Teixeira, do seu comsselho e seu vice-chamceleer e desembarguador do paaço e Ruy Boto do seu desembarguo e terceiro dos agrauos — P.^o Alvarez a fez — anno do naci-méto de nosso Senhor Ihuũ X.^o de mil iiij^elxxxiiij ». (*Chancellaria de D. João II*, liv. 23, fol. 20 v).

AFFONSO (GUILHERME)

Fôra tenor d'Elrei D. Affonso V e reitor da egreja de Santa Maria de Torres Novas, cuja apresentação pertencia á corôa. Por seu fallecimento, apresentou D. João II n'aquella reitoria a Lourenço Dias, thesoureiro e capellão do mesmo D. Affonso V. — Carta de 31 de julho de 1478.

« Dom Joham &c. A vos dom Jorge cardeal do titollo santo e marcelino e pet (?) arcebispo de Lixboa, ministrador perpetuu do moesteiro d'Alcobaça, que como irmaaõ muito amamos, saude, sabede que a nossa noticia veeo como a Igreja de Santa Maria de Torres Nouas era vaga por morte de Guilhelme Afomso, tenor que foi delRei meu senhor, que della foy vltimo Reptor, e per quanto a apresentaçã da dita igreja he in solida nossa apresentamos Lourenço Diaz, thesoureiro e capelão do dito Rey, meu senhor por prior pera ella. Porem uos rogamos... Dada em a cidade d'Evora ho derradeiro dia do mes de julho — Joham Lopez a fez — anno de nosso S.^{or} Ihuũ X.^o de mil iiij^elxxbiiij annos ». (Torre do Tombo, *Ordem de S. Tiago*, liv. 1 fol. 155.

AFFONSO (MARCOS)

Cantor d'el-rei D. Manuel, pertencendo já á sua capella ducal. Na qualidade de duque de Beja o nomeou, a 25 de janeiro de 1485, escrivão da camara e almotaçaria da Covilhã, confirmando-lhe depois a carta como rei a 18 d'abril de 1496. Em 1499 nomeou-o escrivãõ do sello que se punha

nos pannos meirinhos da mesma Villa e em 13 de janeiro de 1503 tabellião da côrte de Lisboa e seu termo por fallecimento de Sebastião Dias.

« Dom Manuell &c a vos juizes, comcelho e homens boõs da nossa villa de Couilhã, saude ; sabede que por parte de Marcos Afonso, noso cantor, nos foy apresentada hũa nosa carta asinada per nos, sendo nos Duque, da qual o theor he o seguinte : « Eu o Duque de Beja, senhor de Uiseu, Couilham, Moura e Serpa &c faço saber a quantos esta minha carta virem que confiando eu em Marcos Alomso, meu cantor, que ho fara bem e como compre a meu seruiço e a bem da terra, tenho por bem e o dou daqui em diante por estpriuã da camara e almotaçaria da minha villa da Couilhã asy e polla guisa que ho elle ate ora foy por carta do Duque que Deus aja. E porem mandamos aos meirinhos das minhas terras da Beira e aos juizes e officiaes da dita villa e a quaesquer outros a que esto pertencer que ho ajam daqui em diante por estprium da dita almotaçaria e camara e o metã em pose dos ditos officios e lhe leixem servir e vsar delles e auer os proes e percalços e intereses a elles diretamente ordenados, o qual Marcos Alonso jurou em a minha chancelaria aos santos avangelhos que bem e diretamente e como deue sirua os ditos officios e vse delles goardando em todo meu seruiço e as partes seu direito. Feito em Mõte moor o nouo a xxb dias do mes de janeiro — Gil Fernandez a fez — anno do nascimento de noso sõr Ihũ X.º de mill e iiiºlxxxv (1485). Os quaes officios lhe asi dou com a condiçã que ele per si os va servir segundo he ordenado geralmente per elRey meu senhor em todos os officiaes de seus regnos, e pedindonos o dito Marco A.º por merce que lhe cõfirmasemos e ouuesemos por confirmada a dita carta, e visto per nos seu dizer e pedir e querendolhe fazer graça e merce, temos per bem e lha confirmamos e avemos por confirmada asy e na maneira e tã compridamente como se nela contem e asy mãdamos que se cumpra e goarde sem duvida nem embargo que a elo ponhaes em maneira algũa que seja. Dada em Palmella xbiiij dias do mes dabrill ElRey o mandou polo Doutor Ruy Boto do seu conselho chãceler moor em seus Regnos e senhorios — Fernã dalvez stpriuã de P.º Borjes fidalguo da casa e do dito Senhor, stpriuã da sua chancellaria a fez — anno do nascimento de noso Senhor Ihu X.º de mil iiiºlrbj (1496). (*Chancellaria de D. Manuel*, liv. 26, fol. 95).

« Dom Manuell &c. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber

que querendo nos fazer graça e merce a Marcos Afonso, nosso camtor e estprium da camara da nosa uilla da Couilhã, comfiando delle que o faça bem e como a noso seruiço compre, temos por bem e o damos daquy em diante por estprium dos sellos que se poem nos panos meirinhos na dita uila e seu termo e isto sem embargo do comtador da dita comarca o ter dado a outrem. Porem mandamos ao noso comtador em a dita comarca e a outros quaesquer nosos officiaes e pessoas, a que esta nosa carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que metam loguo em pose do dito officio ao dito Marquos Afonso e o leixem servir e husar delle e aver todollos proes e precalços a ello directamente hordenados sem lhe porem duuida nem embargo algum, por quanto a nos praz lhe fazer merce do dito officio sem embargo de asy ser dado pelo dito comtador a outrem, o qual Marquos Afonso jurou em a nosa chancelaria aos santos avangelhos que bem e verdadeiramente hobre e huse do dito officio guardando a nos noso seruiço e ao pouo seu direito. Dada em a nosa cidade de Lixboa aos xbij dias de mayo — Amdré Fernamdez a fez — anno do nacimiento de noso Senhor Jesuõ X.º de mill iiiiºlrix annos». (*Chancellaria de D. Manuel*, liv. 14, fol. 37, v).

«Dom Manuell a quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que comfiando nos da bomdade e destprium de Marcos Afonso, noso camtor, que ho fara bem e como a noso seruiço cumpre e querêdolhe fazer graça e merce, temos por bem e o damos daquy em diante por estprium do selo da Couilhaã e seu termo, o quall officio lhe damos asy e pela maneira que he ordenado pelo capitollo de cortes sem embargo de seer dado pelo comtador da comarca a outrem. E porem mandamos ao dito comtador da dita comarca e a quaees quer outros nosos officiaees e pessoas a que esta nosa carta for mostrada e o conhecimento dela pertenceer que o metam logo em pose do dito officio e lho leixem servir e vsar dele e aver todolos proees e percalços, emtareses a ele ordenados sem duuida nem embargo alguõ que lhe a elo ponham, por que asy he nosa merce: o quall Marcos Afonso jurou em a nosa chamcelaria aos santos avangelhos que bem e verdadeiramente e como deue obre e vse do dito officio, guardando a nos noso seruiço e aas partes seu direito. Dada em Setuuell a xiii dias de setembro — Gaspar Roiz a fez — anno de mill e iiijºlrix annos. O qual selo he com que se aselam os pannos meirinhos da dita villa e seu termo, e se o contador nom estiuer na villa per esta mãdamos ao juiz da dita villa que ho meta logo em pose do dito officio». (*Chancellaria de D. Manuel*, liv. 14, fol. 63).

« Dom Manuel etc. A vós juizes do civil desta nossa mui nobre e leal cidade de Lixboa saude. Sabede que confiando nós da bomdade e descriçam de Marcos Afonso cantor que nesto nos seruirá bem e como a nosso seruiço cumpre e bem das partes e queremdohe fazer em esto graça e merce Temos por bem e o damos ora daqui em diante em a dita cidade e seu termo por tabaliam dante os juizes della assy e pela guisa que o elle deve seer e o atee quy foy Sebastiam Diaz que o dito officio tinha e sse ora finou e esta merce lhe fazemos per bem de huñ nosso aluará que pera ello de nos ouue de que o teor tal he.

Chanceler moor amigo fazemos vos saber que nos fezemos ora mercee do officio de tabeliam damte os Juizes do ciuell em esta cidade a Marcos Afonso nosso camtor asy e pella guisa que o ateequi foy Bastiam Diaz per cujo falicimento o dito officio ficou vago porem uollo notificamos e uos mandamos que lhe mandees fazer sua carta em forma. Feito em Lixboa a xj dias do mes de janeiro. Annrique Homem o fez de mil e quinhentos e tres e porem vos mandamos etc. em forma. dada em a nossa cidade de Lixboa aos xij dias do mes de Janeiro. El Rey ho mandou pello doutor Ruy Boto do sseu conselho e chamceler moor em seus Reynos e senhorio. Marco Dias a fez ano de mil e b^oij anos ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 35, fol. 1 v).

AFFONSO (MARTIM)

Trombeta, morador no Lumiar. Querellou d'um João Affonso, *nosso vassallo*, criado do marquez, que lhe fizera assuada e lhe dera pancadas. Carta de perdão de 1 de junho de 1454. (*Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 10, fol. 30, v).

AFFONSO (NICOLAU)

Era capellão-cantor de D. João III. Este, em carta de 31 de outubro de 1533 o apresentou na reitoria da egreja de Santa Eugenia da Ala (?), arcebispado de Braga, por fallecimento de Ruy Pires de Tavora, seu ultimo possuidor.

« Dom Joham &c a vos reverendos em xpo padre adayam, conegos e

cabydo da see avagamte da cidade de Bragua e ao voso loguo tente fa-
 çouos saber que eu apresento ora por vigayro e reytor da igreja de Santa
 Eugenia dalla, que he do meu padroado e apresemtaçã nese arcebispado
 de Bragua a Nyculao Afonso, meu capellam e camtor, por comfiar delle
 que o fara asy bem e como compre a seruiço de D^e e bem da dita igreja,
 e esto em loguo e vagua de Ruy Pirez de Tauora vltimo reytor que foy
 da dita igreya, que se finou, e esta merce lhe faço per vertude de hum
 meu aluara per mim asynado e que pera ello de mim ouve, de que ho
 tralado he o seguynte — segue-se o aluará de promessa de 15 d'outu-
 bro de 1533 — E porem vos rogo e encomendo que comfirmes ao dito
 Nycolau A.^o por vigayro e reitor da dita igreya e lhe des dyso vosas
 letras de comfyrmaçã nas quaes faça expresa mēçã como a mi-
 nha apresentaçã he por vos comfyrmado em ello por vagua do dito Ruy
 Pirez que se finou. Dada em a cydade dEvora a xxxj dias do mes dou-
 tubro — ElRey o mandou pelo doutor Aluaro Fernamdez do seu desem-
 bargo e seu chamceler moor dos seus regnos e senhorios. P.^o Gomez a
 fez anno de noso Senhor Ihū xpo^o de myll b^oxxxiiij annos ». (*Chancellaria
 de D. João III, Doações, liv. 46, fol 97, v*).

(Continúa).

INÉDITOS DE MOUSINHO DA SILVEIRA

As oito cartas que julgamos interessante dar à publicidade são escritas, como se vê,



P. M. LARANJO COELHO

da capital, pouco antes e depois de nela haver entrado Junot, com as estropiadas, rôtas e famintas divisões do seu desmantelado exército invasor. Curiosas como subsídio para o conhecimento ou confirmação dos factos e successos que se desenrolaram desde que à capital do reino haviam chegado os primeiros rumores da invasão, as cartas que vão ler-se têm, além disso, o especial inte-

rêsse de serem escritas pelo que havia de ser o futuro estadista e ousado reformador da Terceira, José Xavier Mousinho da Silveira, ministro, conselheiro e amigo leal de D. João VI, ministro, amigo, confidente e companheiro de lutas de D. Pedro IV, que em tanto aprêço e estima tinha o seu primeiro ministro, mau grado a sua franqueza às vezes tão rude, as suas maneiras desprendidas e originaes, a sua índole tão avessa às exigências protocolares e à atmosfera artificial, falsa e adulatora da côrte. Escritas naquella desalinhada ortografia, tão característica dos escritos de Mousi-

nho e, como o seu traje, tão descurada e original, são estas cartas datadas de Lisboa dos meses de Setembro a Dezembro de 1807, contando Mousinho da Silveira portanto 27 anos de idade, pois nascera em Castelo de Vide a 12 do mês de Junho de 1780. Em 10 de Junho de 1802 conclui na Universidade de Coimbra o seu acto de formatura em leis, requerendo, pouco depois, para ser admitido à leitura do Desembargo do Paço como candidato à magistratura judicial, para a qual entrou como juiz de fora de Marvão por decreto de 18 de Janeiro de 1809 e de que tomou posse no dia 1 de Março seguinte. O ano de 1803, e a maior parte do ano seguinte, passa-os Mousinho na sua vila natal, entretido e preocupado especialmente com um pleito em que interveio como advogado de sua mãe, D. Domingas Angélica Mousinho Subtil, pleito que em 1804 sobe por apelação à segunda instância, motivo principal que obriga Mousinho a vir para Lisboa, aonde fixa a sua residênciã, segundo cremos, na rua dos Fanqueiros, perto da residênciã do seu conterrâneo, o desembargador Sameiro, a quem abaixo nos havemos de referir, que morava ao tempo na rua de Santa Justa. Aqui em Lisboa, depois de instaurado e findo o respectivo processo de habilitação à leitura do Desembargo do Paço e admitido a ela, começa Mousinho a praticar nas audiências da côrte, absorvido e preocupado sempre com o pleito da família, pleito que em 1807 ainda estava pendente, como se depreende de uma ou outra passagem das cartas que publicamos. Dava-lhe cuidados e enchia-o de preocupações a causa em questão e sérios motivos tinha, com efeito, para isso, pois que se tratava, nem mais, nem menos, de uma acção de anulação do testamento que deixara sua avó materna, D. Maria Antónia Mousinho da Silveira Tôrres, falecida em Castelo de Vide no ano de 1802, e cuja herança sua mãe reivindicava como sua herdeira necessária.

Pelos dizeres da primeira carta, datada de 16 de Se-

tembro, depreende-se que lhe fôra favorável o acórdão proferido no processo de revisão da causa de sua mãe, o qual, mandando anular a sentença da primeira instância por ser contra direito, julgava firme e valioso o testamento que a referida sua avó fizera e conseqüentemente considerava a filha como sua herdeira necessária.

Além da justiça que essa decisão representava para o ofendido direito da mãe de Mousinho, não teria sido também estranho ao bom resultado do pleito o valioso patrocínio do Desembargador Sameiro, ao qual Mousinho tão reconhecido se mostra nestas oito cartas que lhe dirige. Era o desembargador António Xavier da Costa Sameiro, conterrâneo de Mousinho da Silveira, como já dissemos, um dos magistrados mais cultos do seu tempo, doutor na faculdade de leis depois de para isso ter prestado as mais brilhantes provas, e pertencente, como sua mulher D. Maria Xavier Abelho, a uma das mais distintas famílias da governança da sua vila natal. Já seu pai, o Dr. Manuel António Sameiro, natural da vila de Borba, havia logrado fama de magistrado íntegro e sabedor nos cargos que desempenhara de corregedor de Castelo-Branco, corregedor do cível da côrte, sendo também familiar do Santo Ofício (1).

Seguiu o filho, como acabamos de ver, as tradições de bom magistrado e o nome respeitado que seu pai lhe deixara, exercendo o desembargador António Xavier da Costa Sameiro, ao tempo em que as cartas lhe são dirigidas para Castelo de Vide, onde se encontrava em gôzo de licença, os altos cargos de desembargador da Casa da Suplicação e corregedor da 1.^a vara cível da côrte. Na pessoa do seu conterrâneo encontrava Mousinho um prestimoso e dedicado amigo e

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Leitura de bachareis*, Maço 20-A, n.º 35 e Maço 29-M, n.º 2.

Habilitação do Santo Ofício, Maço 101, 1874-M.

protector desvelado, sobretudo depois da morte de seu pai, o Dr. Francisco Xavier de Gomide, médico do hospital militar da praça de Castelo de Vide, ocorrida em 2 de Maio de 1799, quando Mousinho contava portanto 19 anos de idade (1).

Na primeira carta, a que nos reportamos, alude Mousinho a alguns sucessos que se deram em Lisboa no ano de 1807 e que tiveram a sua origem, o que julgamos oportuno aqui lembrar, na situação que Portugal criou pela sua recusa em declarar a guerra à Inglaterra em 1801.

Como é sabido, o resultado desta atitude foi a França, coligada com a Espanha, declarar-nos guerra. Um exército de 15.000 franceses, sob o comando do general Leclerc, cunhado de Napoleão Bonaparte, atravessa os Pirinéus em direcção a Ciudad Rodrigo, ao mesmo tempo que o exército espanhol se concentra em pontos diferentes da fronteira, na Galisa, em número de 10.000 homens e em Badajós na fôrça principal de 40.000, sob o comando em chefe do Duque de Alcudia.

Perante esta situação e na impossibilidade de sustentar a luta, viu-se o nosso país forçado a aceitar o tratado de Badajós em virtude do qual se perdia, a favor da Espanha, a praça de Olivença, com o seu território e nos comprometíamos a fechar todos os nossos portos à navegação de Inglaterra. É entretanto enviado o general Lannes para Lisboa, como embaixador extraordinário, cujas prepotências tão odiado e tão conhecido o tornaram. Em Abril de 1805 reconhecendo Napoleão a inabilidade do seu embaixador, substitui-o por Junot, general que pouco tempo se demora entre nós, pois que, em Agosto seguinte, abandonava o seu pòsto em Portugal, atraído pelas campanhas que Napoleão ia desenrolando na Áustria com tanta glória para os seus

(1) Obra do autor intitulada, *Mousinho da Silveira*, vol. VI, dos *Grandes Vultos Portugueses*, pág. 11.

exércitos. Em 1807 Napoleão Bonaparte, já no fastígio do poder e elevado à suprema dignidade de imperador dos franceses, exigiu que Portugal aderisse ao bloqueio continental e fechasse não só os portos dos seus domínios aos súbditos ingleses, como também prendesse todos aquêles que nêles se encontrassem, com a dura e severíssima pena, ainda por cima, do confisco de todos os seus bens. Apesar do nosso govêrno, de procedimento débil, cheio de demoras e tergiversações, ter cedido à primeira daquelas exigências, Napoleão Bonaparte manda invadir Portugal por um exército comandado por Junot, declarando, pelo célebre tratado de Fontainebleau de 27 de Outubro do referido ano, que havia cessado de reinar no país a casa de Bragança e que o Reino de Portugal se considerava riscado do mapa da Europa para ser repartido entre a França e a Espanha. Já anteriormente, no mês de Agosto dêsse ano, Napoleão, interpretando o procedimento hesitante do nosso govêrno como um pretexto dilatatório para se ir esquivando às suas exigências, mandara proceder a um embargo das embarcações portuguesas que se achavam em Nantes, Baiona, Anvers, Cherburgo e Caen, sem prévia declaração de guerra, não obstante as representações do embaixador português em Paris, D. Lourenço de Lima, secundadas por alguns protestos de vários capitães dessas embarcações.

Perante estes acontecimentos o príncipe D. João, depois rei com o título de D. João VI, de acôrdo com a unanimidade do conselho de estado, lembrou-se de fugir com tôda a família real para o Brasil, levando a bela esquadra que Portugal possuía e indo ao mesmo tempo em companhia do monarca muitos nobres e fidalgos, com os bens e riquezas que poderam conseguir transportar (1).

(1) Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal*, tom. II, pág. 201.

São todos estes sucessos que Mousinho relata, na primeira carta que publicamos, ao seu amigo e conterrâneo Dr. Sameiro, notícias que em muito alvorôço deviam lançar o seu espírito perturbando a serenidade da sua vida pacata e tranqüila de Castelo de Vide, o repouso do canto sossegado e calmo da sua casa solarenga da Fonte da Vila. Nessa carta refere-se especialmente Mousinho aos preparativos que se faziam e às medidas que se tomavam para se repararem, esquiparem e aprovisionarem os diferentes navios de guerra, mandando-se para êsse efeito vir a esquadra que no Mediterrâneo se ocupava em vigiar e conter em respeito os corsários argelinos e os das mais potências barbarescas. Aludindo Mousinho a esta faina e ao intenso labor que no arsenal se desenvolvia e que só parava à meia noite, acrescenta: «*tudo o que para isto se compra he com dinheiro logo*».

A explicação dos dizeres de Mousinho nesta carta é-nos dada minuciosamente por Soriano, relatando que a proveniência da receita para tais despesas, que acabaram de esgotar o erário tornando o numerário cada vez mais raro, havia sido o decreto do soberano convidando os particulares a entregarem na casa da moeda as suas baixelas, ou como dom, ou como empréstimo, ou mesmo para serem cunhadas por sua própria conta. O príncipe regente fôra o próprio que para isto dera o exemplo, mandando reduzir a cruzados novos uma parte da argenteria da corôa.

As mesmas pratas das igrejas, e o que nelas havia de mais precioso, chegaram até a mandar-se recolher a certos depósitos, com a única excepção dos vasos sagrados (1).

Era pois exacta a informação de Mousinho: o dinheiro aparecia logo para custear as enormes despesas que se faziam pela secretaria de estado dos negócios da marinha, à frente

(1) Luz Soriano, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, 1.^a época, tom. II, pág. 664.

da qual se encontrava o Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto-Maior.

*
* *

Na segunda carta, datada de 30 de Setembro, refere-se Mousinho à fragata *Minerva* que levantara ferro do pôrto de Lisboa a 18 dêsse mês, sem que o seu comandante soubesse para onde ia.

A missão desta fragata, cujo comandante se chamava Inácio da Costa Quintela, era cruzar nas costas do Brasil e obstar ao desembarque de emissários especiais que tinham saído de Inglaterra para aquela nossa colónia com o fim de a fazer sublevar com sedutoras promessas, levando-a a mudar de estado, e a quebrar as suas ligações com a metrópole. O perigo destas diligências, diz Soriano, era tanto maior, quanto mais conhecidos já eram os trabalhos de um partido, levantado para tal fim em Inglaterra, à frente do qual se achava Mr. Dundas, apoiado por todos os negociantes e fabricantes, partido que meditava a inteira emancipação das colónias da América, cujo plano era denominado pelos seus fautores sistema do Atlântico (1).

O papel-moeda, a que nesta mesma carta Mousinho se refere, havia sido criado por alvará de 13 de Julho de 1797 como expediente para acudir aos embaraços da fazenda pública, ao qual se marcara um juro, mas que não tinha a assegurá-lo hipoteca alguma, concorrendo para a sua depreciação e descrédito o facto do govêrno ter emitido muito maior soma que a decretava, o que provocara, logo desde o seu aparecimento, a desconfiança pública. Êste papel che-

(1) Luz Soriano, *ob. cit.*, pág. 653.

gara ao enorme desconto de 60⁰/₀. Continua Mousinho informando o seu amigo Sameiro na mesma carta que os ingleses estavam na maior inquietação, o que se justificava pelas notas que o governo português recebera de França para que Portugal aderisse ao bloqueio continental mandando não só fechar os portos dos seus domínios aos navios ingleses, como também prender os súbditos da nação inglesa, confiscando-lhes conseqüentemente os bens.

Os dizeres de Mousinho na última parte desta carta relativamente ao sossêgo que havia em Mafra, para onde caminhavam os conselheiros a par dos órgãos, têm a sua explicação no facto da familia real ali ter fixado a sua residência. Os primeiros seis órgãos que D. João V havia mandado colocar no templo eram tão feios na aparência e tão destituídos de arte que D. João VI tratou de fazer a sua substituição, mandando construir, sob a direcção de Machado e Fontanes, os órgãos a que Mousinho alude nesta carta. Sumptuosos e de riquíssimas madeiras os seis órgãos que fôram substituir os antigos começaram a construir-se em 1792, ficando prontos em Junho de 1807. O valor do seu custo foi na importância de 30.000~~000~~000 réis (1).

Não foi dado ao monarca, que tão generoso se mostrou para que essa substituição se fizesse à altura do grandioso templo, apreciar em sossêgo e em dôce enlêvo espiritual os sonoros e graves sons dos magníficos órgãos; bem depressa êles tiveram de se calar de todo, depois da festa de S. Francisco, que se realiza a 4 de Outubro, única e última em que se fariam ouvir em solenidades da côrte, pois que muito em breve noticias as mais pessimistas vi-nham lançar os espíritos nas maiores preocupações. Avisado

(1) Joaquim da Conceição Gomes, *Noticia acêrca dos órgãos da basilica de Mafra*, in-«Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses», tòm. I, pág. 157 e 174.

o príncipe regente naquela vila pelo tenente coronel Lecor da marcha rápida do exército francês e das suas intenções hostis, começaram logo a expedir-se ordens para se preparar a esquadra e encherem os porões dos seus navios com a bagagem bem recheada para o embarque da família real em direcção ao Rio de Janeiro, embarque que se havia de realizar a 27 de Novembro seguinte.

*
* *

A terceira carta é datada de 1 de Novembro e o edital a que Mousinho se refere foi passado em Mafra a 20 de Outubro anterior, pelo qual anunciava o príncipe regente que, encontrando-se incapaz de manter por mais tempo a neutralidade, resolvera aliar-se à causa do continente e fechar os seus portos aos navios da Inglaterra, tanto aos de guerra como aos mercantes. Começaram pois a sair de Lisboa os ingleses, ficando no entanto ainda na nossa côrte o ministro da sua nação, lord Strangford, até 11 de Novembro seguinte, dia em que embarcava, com todo o pessoal da legação, para bordo da esquadra inglesa do comando de Sidney-Smith.

Diz Mousinho nesta carta que, já depois de publicado o edital a que acima nos referimos, haviam saído navios ingleses para a América. Assim sucedeu, com efeito; o governo português, fiel à promessa que tinha feito à Inglaterra de não sequestrar as propriedades britânicas, nem prender os súbditos ingleses, permitira a saída de Lisboa e do Pôrto de quatro grandes combóios, todos êles carregados com os haveres que os ingleses tinham no reino, e, para mais facilmente os poderem embarcar concedera aos donos o favor de uma demora ilimitada no pagamento dos direitos de saída, direitos que em verdade nunca mais foram exigidos.



Na quarta carta, que é a datada de 11 de Novembro, dá Mousinho ao seu amigo a notícia de terem entrado cinco naus de linha da Rússia no pôrto de Lisboa.

Estes navios, com mais outros que entraram no nosso pôrto entre 10 e 13 do referido mês de Novembro, formavam uma esquadra de nove naus de linha e duas fragatas, sob o comando do almirante Siniavin, o qual, vindo do Mediterraneo, se abrigara no pôrto de Lisboa antes de bloqueado pela esquadra inglesa comandada por Sidney Smith, que para a embocadura do Tejo tinha vindo com o objectivo principal de se assenhorear da esquadra russa.

O Conde de Ega, a que alude Mousinho, desempenhava, como é sabido, o cargo de nosso ministro em Espanha, de cujo govêrno havia recebido, no dia 31 de Outubro anterior, ordem expressa para sair de Madrid dentro de 48 horas e de abandonar o território espanhol dentro de 10 dias.



Na quinta carta dá Mousinho ao seu amigo, naquela forma concisa e lacónica de grande e fulminante novidade, a notícia de terem já embarcado o príncipe regente com a familia real e muitos fidalgos. O duque a que Mousinho alude é o de Cadaval; o Maggesi é o seu conterrâneo Francisco de Paula Maggesi, barão de Vila-Bela, com as honras de grande do reino, marechal do exército, governador e capitão de Mato Grosso com os poderes de vice-rei da Índia, Grã-Cruz da Ordem de Avis, comendador das ordens da Conceição de Vila-Viçosa e Tôrre-Espada.

É esta carta datada de 28 de Novembro, um dia depois de ter tido lugar o embarque da família real, que se realizou na manhã do dia 27, e na véspera da saída da esquadra em direcção ao Brasil, que levantou ferro no amanhecer do dia 29.

*
* *

Na carta seguinte, datada de 1 de Dezembro, alude Mousinho a uma proclamação de Junot, cuja cópia enviava juntamente ao seu amigo Dr. Sameiro para Castelo de Vide. A proclamação a que Mousinho se refere tem a data de 17 de Novembro e nela anunciava Junot aos portugueses, em nome do grande Napoleão, seu amo, que o exército francês viera para salvar a côrte portuguesa e o seu príncipe da influência da Inglaterra e dos seus súbditos, os tiranos dos mares; convidava depois os habitantes da capital e do país a conservarem-se tranqüilos, sob pena de castigo para os que pegassem em armas contra os franceses, seus aliados e amigos!

Refere-se também Mousinho nesta carta a várias pessoas, além do duque, (Cadaval), que tinham acompanhado a família real para o Brasil e que deviam ser: Tomás António de Vila-Nova Portugal, desembargador da Casa da Suplicação e fiscal do Real Erário, António José Botelho, Veloso e Joaquim José Nabuco, igualmente desembargadores da Casa da Suplicação.

*
* *

A sétima carta, datada de 9 de Dezembro, é muito abundante de novidades. Por ela se vê que, passados os primeiros momentos de pânico que precederam e se seguiram à entrada de Junot na capital, a cidade tinha recupe-

rado a sua habitual calma e pacatez, para o que muito haviam de contribuir as multiplicadas rondas de noturnos e franceses a que se refere Mousinho.

Os governadores que Junot escolhera para constituírem o seu primeiro ministério, depois de dissolvida a regência que o príncipe regente havia nomeado, foram: Pedro de Melo Breyner, no interior; o Conde de Sampaio, na guerra e marinha; e o principal Castro, na justiça. Herman, a que alude Mousinho, fôra nomeado por Junot, por decreto com data de 1 de Dezembro, commissário francês junto ao conselho da regência, ao qual se agregou como vogal, e pouco depois, por outro decreto de 3 do mesmo mês, introduzido também no govêrno do erário com o título de administrador geral das finanças.

Mousinho, por último, refere-se nesta carta à contribuição forçada que Junot lançara, a título de empréstimo, sôbre os moradores de Lisboa, na importância de dois milhões de cruzados, para sustentação e arranjos do seu exército, quantia que imediata e pontualmente lhe foi paga pelo corpo do comércio, não havendo desde então por diante, no dizer de Soriano, fôrças capazes de pôr cobro ao espírito de rapina que foi sempre crescendo em todo o tempo que os franceses se conservaram no país.

No entanto Mousinho achava os franceses *boas gentes*, mais ou menos afeiçoado já à corrente das ideias novas e ao progresso liberal da revolução francesa que encontravam a sua expressão democrática na igualdade civil consagrada pelo código de Napoleão. Essa simpatia pelas novas doutrinas que o exército de Napoleão ia infiltrando nos países invadidos, gérmens que no espírito de Mousinho haviam de, mais tarde, gerar a obra demolidora da sua legislação liberal, não impediu, porém, que êle, sendo juiz de fora de Marvão, ao ver o país assolado, invadido e tiranizado pelos franceses, se não mostrasse um inimigo intransigente dos invasores da

sua pátria, como veremos no ligeiro comentário da carta seguinte.



Tem a data de 16 de Dezembro esta última carta, aludindo nela Mousinho aos motins e tumultos que se haviam dado no dia 13 do referido mês na capital ao arrear no castelo de S. Jorge a bandeira portuguesa para ser substituída pela francesa, acto que ali se celebrou com grande pompa. O povo, amotinado e aos gritos de viva Portugal e morra a França, veio desde o Terreiro do Paço pela rua do Ouro até ao Rocio, aonde logo acorreram de tôdas as partes tropas com algumas fôrças de artilharia de campanha. Estes tumultos, apesar dos mortos e da dura repressão que contra o povo exerceram as tropas, repetiram-se durante a noite, o que provocou, no dia seguinte, uma proclamação de Junot declarando que o maior dos crimes era a rebelião e prometendo tirar severa vingança contra todos os que se achassem culpados de terem atirado contra os soldados.

Era o primeiro sintoma de descontentamento e da reacção que assim começava a fermentar nos espíritos contra o jugo opressivo dos franceses, reacção que muito em breve havia de levar Mousinho a dirigir numa enérgica proclamação aos habitantes de Marvão, onde era juiz de fora, as seguintes inflamadas e patrióticas exclamações:

.....
«Senhores da Nobreza, do Clero e do Povo: A nossa Pátria está em perigo. O nosso Augusto Soberano está ausente, e eu não sei que tenha havido na Historia circumstancias tão capazes de desafiar os desejos dos bons cidadãos.
.....

«Os malvados francezes não serão comparaveis aos bravos hespanhoes em cujo sangue souberão os nossos passados vingar a injuria de nos terem submetidos por hum tempo. Os Portuguezes não são feitos para escravos.

.....
 «Os nossos filhos têm que receber de nós a mais preciosa herança. A sua liberdade, a sua religião, a sua independencia, a sua honra, a sua gloria serão obra nossa. Nós lhes compraremos à custa dos nossos bens, athé do nosso sangue todas estas venturas; elles transmitirão nosso exemplo a seus vindouros, a obrigação de pagar huma tão preciosa divida que nós tambem deixamos paga.

«Os tumulos dos illustres Portuguezes não sofrem as pizadas dos escravos de hum tirano.

.....
 «Senhores de Marvão sejamos dignos de nós mesmos, façamos tudo quanto fôr possível a bem da Pátria e do nosso Principe...» (1).

I

Ill.^{mo} Sr. Sameiro:

Escrevi a V. S.^a dando-lhe parte da minha sentença e agradecendo-lhe muito e muito. Escrevi a V. S.^a em resposta áquela em que me fallava no cha, dizendo-lhe que já a esse tempo estava entregue ao Antonio, bem acondicionado. Estimarei que V. S.^a tenha tido saude e que não seja a falta della o motivo de me não ter escripto. Eu contava ir fazer a V. S.^a huma vesita, e à Senhora D. Maria Xavier porem minha May não mandou algum socorro, e aqui

(1) *Ob. cit.* do autor, pág. 34.

fiquei apesar da vontade e saudades que tinha já de ahí aparecer.

Aqui ha hum continuado falatorio sobre novidades. Eu não me atrevo a dar alguma; ou porque parte sejam taes que não devão dar-se; ou por as reputar falças. O que he huma verdade innegavel he a continuação do Embargo dos Navios Portuguezes em França; la está comprehendido o Irmão do Matta.

He verdade trabalhar-se com a maior força, e athe a meia noite em armar toda a nossa Esquadra; e tudo o que para isto se compra he com dinheiro logo.

A minha sentença está embargada; aqui ninguem se lembra de que haja despachos. Com tudo todos dizem que Sua Alteza Real está contente.

Muitas recomendaçoens à Senhora D. Maria Xavier e mais Senhoras e a todos da familia e ao Antonio. Desejarei ter noticias de V. S.^a e preceitos para executar como creado muito humilde, e obrigado.

Lisboa, 16 de Setembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira*.

II

III.^{mo} Senhor Sameiro:

Recebi a carta de V. S.^a que me deu muito prazer, por ser depois do maior intervalo que tenho estado sem noticias de V. S.^a Estimo que tenha muito boa saude e socego e todo o prazer; eu vivo com muito boa saude; porem muito triste; e tanto como nunca me vi, e não sei a cauza.

Não me foi ainda possivel pilhar os meus autos para copear as tençoens, porque Maximo os não quer largar, se não depois de Férias; aliás eu tenho grande gosto de remeter as tençoens e o teria já feito, como prometi.

No dia 28 sahio daqui a Fragata Minerva sem o commandante saber para onde; porem com provisøens para 4 meses,

e diz-se ter ido para a América, em direitura ao Rio de Janeiro. Nesse mesmo dia sahio um Edital que ampliava o termo de todas as letras vencidas a tres meses alem do vencimento; e isto fez aqui grande bulha, e nessa tarde não valia nada o papel moeda. Ontem esteve todo o dia de 35 athe 40 por cento e hoje pela manhã tambem. Agora começa a ir para baixo, e está por vinte e sete a 29. A razão desta melhora vem de huma vós hoje espalhada sobre ser filha de negocios d'elle na Hespanha a sahida do Embaixador que se hade verificar amanhã.

Ha quem diga que he pretexto: veremos.

Os inglezes estão na maior inquietação: alguns têm sahido; outros estão para o fazer; e ontem vendeu a sua quinta hum dos mais estabelecidos, que vay a partir. O trigo vai para sima e continua o Embargo nos navios em França. Emquanto a mim as cousas nunca estiverão tão mal. Em Mafra porem tudo he socego. Os conselheiros de Estado caminhão para lá a par dos novos e magníficos Orgãos, que devem tocar no dia de S. Francisco: mas sem duvida, ou no fim do mez que vem hão-de tocar muito: ou se hão de calar de todo.

Chegou de minha Mãy algum socorro; porem não he tempo de sahir daqui para poder estar somente nessa terra 15 dias: mandeme V. S.^a e recomende-me muito á Senhora D. Maria Xavier, meninos e familia. Saudades de Rocha e Senhora, do Liberato e Senhora do Barbosa.

De V. S.^a mais obrigado e humilde creado.

Lisboa, 3o de Setembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira.*

III

Ill.^{mo} Senhor Sameiro:

Agora recebo huma de V. S.^a em resposta à minha de 3o de Setembro, que não foi a minha ultima. Eu estou bom graças a Deos, e depois do inverno começar mudei a dormir

para casa de Sergio de Faria, continuando a trabalhar com o Pereira, que tem mais que fazer e com mais utilidade minha. Se eu não tenho escripto com mais repetição tem sido a causa a ideia de que eu não deveria enfadar tantas vezes a V. S.^a; para o futuro farei mais repetições, visto que V. S.^a mo permite.

As novidades aqui são continuadas, ás vezes contraditorias. Depois que appareceu um Edital, que declarava a impossibilidade de manter a neutralidade, e que Sua Alteza Real accedia à causa do Continente, fexando os portos a todos os Navios Inglezes, têm entrado dous Paquetes, hum dos quais sahio instantaneamente. Agora corre aqui vos constante que o Correo de França que onte chegou tras a noticia de que sempre vêm Francezes fexar os Portos.

Ante-ontem reprehendeo o Sr. Anadia os Menistros por terem sido tontos em prender Marinheiros, e os trabalhos da Esquadra continuão com fervor. Não existem já Inglezes em Lisboa.

O Irmão do Matta antes de chegar a Nantez foi preza dos Inglezes, alegando varios pretextos, porem nenhum tem relação com estes ultimos procedimentos contra a Inglaterra e por isso crê-se que será restituído.

O papel tem ido para baixo e agora está a 25 por cento. O negócio está igualmente estagnado; contudo já depois do Edital sahirão navios para a América.

Tenho visto as pessoas da amizade de V. S.^a que todas agradecem as suas lembranças e se recomendão muito. Nestas não entrão, nem Liberata e Familia nem Rocha, que ha muitos dias estão em Caneças e na outra Banda. Tenho delegenciado a consulta para Marvão, visto achar-se o lugar declarado vago pelo Dezembargo do Paço, como disse na minha ultima.

Tenho tambem prompta para ir para Maximo a minha causa, pois está feita a Impugnação dos Embargos, que re-

meterei junta com elles havendo Portador para V. S.^a ver huma e outra cousa. Direi quanto antes sobre o sugeito que V. S.^a quer conhecer. Emquanto á repetição de licença por mais falta de companhia que por ahi haja he hum grande bem evitar Lisboa neste tempo, e eu reconheço isto apezar do comodo e do prazer que teria no contrario.

O Antonio Xavier não pode, seguramente, estar por muito tempo em Lisboa, eu gostaria de ficar sendo-lhe o substituto nos negocios que respeitão a V. S.^a quis remeter o chá por Pacheco, que o não pode levar, mas haverá meio, quando V. S.^a mandar. Sinto a saida do Sr. Francisco Xavier e dos Melitares todos, porque he hum mal para elles, e para a terra, Deus queira ao menos retelos aonde estão, porque os que aqui habitão são verdadeiramente lamentaveis pela falta total de providencias. Muitas e muitas recommendaçoes á S.^{ra} D. Maria Xavier, menina e mais familia, e desejei que a dor não continue.

De V. S.^a o mais obrigado amigo e fiel creado.

De Novembro 1 de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira.*

IV

Ill.^{mo} Senhor Sameiro:

Recebi a de V. S.^a que tinha incluza huma conta para o Antonio Xavier, que entreguei; porem não recebi antes a outra de que fazia menção; talvez fosse culpa do Correio; porque eu sempre tenho procurado cartas, e naquele em que devia receber não tive o nome na lista.

Chegou Pedro Reicha, que me disse tinha escripto no passado a V. S.^a e passa agora bem, e se recomenda. Se antes do Natal apparecer o sem Embargo dos Embargos, tenho projectado ir com elle para sima; e ante ontem, que estivemos, nos lembramos anciosamente de V. S.^a

Aqui estão no Porto 5 Náos de linha da Russia; e diz-se

que está a guerra declarada em Hespanha contra nos. Agora chega de Aldeia Galega o Sergio de Faria de esperar o Conde da Ega, que ainda não chegou; e veio noticia de que ficava em Elvas. Por ahi soarão melhor as novidades de Hespanha que são aqui muito más; porem nada se sabe de certo. Esta gente por aqui he lamentavel pelo seu modo de pençar cuidando que tem chegada a ultima hora, porque não veem os Inglezes. Na Alfandega está ainda ordem de se não despacharem fazendas de Inglaterra sejam de quem forem; porem torna-se a fallar de que se abrem os portos antes que haja invasão, e por miseria da gente todos ouvem isto com prazer.

Eu vou bem de saude e todos os conhecidos de V. S.^a assim vão e se recomendão saudosos.

Eu sobre todos me recomendo e offereço, a Senhora D. Maria Xavier, meninos e familia.

De V. S.^a o mais obrigado servo e amigo muito do coração.

Lisboa, 11 de Novembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira.*

V

Ill.^{mo} S.^r Sameiro:

Remeto essa novidade.

Sua Alteza Real está a bordo, e toda a familia Real. O Duque e muitos fidalgos vão com elle. Magessi tambem vay, e creio que hoje. He admiravel a boa ordem que tem reinado na Cidade esta noite de tão grande novidade. Cada hum cuida das suas obrigaçoens como dantes, os tribunaes continuão.

Deos queira que os ultimos cuidados do Nosso Soberano influão athe que elle volte sempre do mesmo modo; e Deus queira que elle seja felis para nosso bem.

De V. S.^a muito obrigado servo.

Lisboa, 28 de Novembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira.*

VI

Ill.^{mo} Senhor Sameiro.

Não tenho recebido carta de V. S.^a estes dous Correios. Somente tenho em meu poder a de Pedro Reicha, em que V. S.^a ordena a mudança dos trastes.

Eu já tinha tratado com Manoel Estanislao no cazo de necessidade; mas por agora nada obriga a executala, posto que Pedro Reicha que partio ante ontem deichou ordem na caza para serem recebidos.

Remeto essa proclamação do Junot. Lisboa continua em socego. Sua Alteza Real partio no Domingo. O Duque, e varios fidalgos sahirão; de Menistros sey que foi Tomaz Antonio, Botelho, Veloso, Nabuco, e José Duarte; isto he os que por agora se nomeião. Agora se me dis que já se ordenou o confisco de todos os auzentes; esta he huma novidade terrivel. O papel moeda no dia da partida nada valia; algum que se trocou foi de sessenta por cento para sima; porem hoje fica já a 68. Escrevame V. S.^a e mande dizer o que ha. Eu por mim vivo como dantes, e nada do que tem acontecido me tem encontrado. Saudades á Senhora D. Maria Xavier, meninos e familia.

De V. S.^a o mais obrigado servo, e m.^{to} amigo.

Lisboa, 1 de Dezembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira.*

VII

Ill.^{mo} Senhor Sameiro:

Recebi huma de V. S.^a Domingo passado, e sinto que tanto V. S.^a como a Senhora D. Maria Xavier vão mal de saude. Deos queira dar-lhes melhoras, e as felicidades que merecem. Eu a respeito de saude vou sem novidade. Em

Lisboa ha todos os dias muitas. Os Governadores relativamente ás funcões do seu ministerio não guardão Domingos, nem Dias santos. Hum Francez he Ministro das Finanças, e prezide às deliberaçoes do Governo: chama-se Hermã. Está para se afixar hum edital, que contem grandes providencias sobre o luxo, agricultura e artes. Espera-se para menos de metade do que está a carne, e Lisboa está mais tranquila, que nunca esteve, porque multiplicadas rondas de Noturnos e Francezes se fazem de modo respeitar, que ninguém da occasião a que tenham mais que fazer. Os Francezes são boas gentes; fazem grandes illogios à nossa tropa principalmente aos soldados. O Junot quer que todos sejam iguais, e sejam reputados do mesmo Exército.

Pedro de Mello ainda não chegou; e o Principal Castro ainda não tomou posse de Regedor. O Corpo do Commercio deu dous milhoens a titulo de emprestimo, e este corpo está muito arruinado por agora, porque nada se trabalha.

Pacheco fes ir na Esquadra os seus dous filhos mais velhos, e esta falta lhe tem sido muito sensivel. Ontem me assegurarão dous Officiaes, que para essa provincia não hião tropas o que será bom em rasão de não comerem os viveres, porque de resto as terras em que estivessem só farião ganhar. Estão consideravelmente baratas as casas e ha hum sem numero de escriptos.

Pedro Reicha sahio daqui ha cinco ou seis dias. Eu fiquei encarregado da mudança dos trastes, havendo alguma novidade em casa do Manoel Estanislao. Quando vier o João Lopes, ou não vindo, havendo portador remeterei as navalhas.

Mande V. S.^a nova explicação a respeito dos serrotes, porque eu não recebi a carta a que V. S.^a se refere para esta encomenda. Mande V. S.^a tambem dizer se quer que continue a mandar os editais que forem sahindo. Saudades a todos.

De V. S.^a o mais obrigado e humilde servo e amigo do coração.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira.*

VIII

Ill.^{mo} Senhor Sameiro:

Recebi Domingo 13 do corrente a de V. S.^a em que vinha inclusa a do Guarda Mor da Relação, e que já lhe entreguei, e elle se incumbio da resposta, que remeterei sem perda de tempo.

Já está entregue na loja do Capellista a tira que deve ter o Padre de S. Paulo, que estes dous dias não tem apparecido na loja. Naquele Domingo recebi tambem aquella de V. S.^a em que vinha a encomenda dos serrotes, de que estou inteirado; porem foi tal a dezordem do Correio, que aquella carta de 9 recebida a 17 chegou-me ás mãos no mesmo dia em que a de 19 do mez passado. Porem como ainda não houve portador não causou maior desarranjo a demora: pelo primeiro que apparecer irão serrotes, navalhas e fithinha, se o Padre a der.

No mesmo Domingo pelo meio dia começou aqui a vil Populaça a estar em movimento contra os Francezes, e deu muitos vivas ao Marquez da Lorna, que nessa hora passou pelo Rocio, quando os Francezes tinham no Castello arvorado a sua Bandeira. Nesse dia á noute houverão algumas desordens, e na 2.^a muito cedo houverão barbaros que ousarão atacar a guarda Franceza do Terreiro do Paço com pedras etc. houverão alguns mortos, e chegou a haver descarga dada pela tropa. Desde então tem-se tomado as maiores precauçoens contra semelhantes amotinadores, que na 2.^a feira fizerão estar todas as portas fechadas. Que nenhum homem de honra entrasse nesta dezordem já V. S.^a sabe: o que lhe

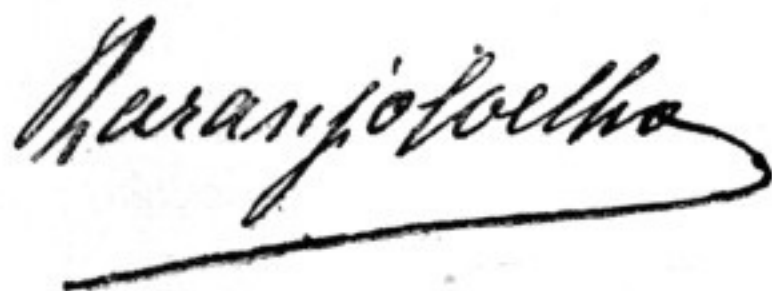
posso dizer he que nem entrou huma pessoa cujo nome se saiba ou se conheça. A vil canalha quer perturbar a bela ordem em que tudo se acha, e comprometeu a felicidade publica. O Junot fez publicar hum Decreto para repremir a dezordem, e estão tomadas as melhores medidas servindo-se premiscuamente das tropas de ambas as Naçoens para conseguir a segurança.

Os trastes por agora vão continuando a estar em casa do Manoel Estanislao. Se partir o Juís de Fora de Marvão rogo a V. S.^a o favor de me avizar disso. Apezar das boas diligencias ainda Maximo tem a minha cauza e isto me mortifica; pois pretendia ir passar ahi o Natal, fazendo a jornada com o Provedor de Portalegre, que antes hade sahir daqui. Muitas recommendaçoes do Capitão, da Senhora D. Joana, e de todos. A todos os conhecidos, a V. S.^a e a Senhora D. Maria Xavier, a quem eu me recomendo sobre todos, e a quem desejo boas milhoras; igualmente me recomendo a todos os mais Senhores e familia e peço a V. S.^a que me falle do Antonio, de quem não sei nada: parece que morreo. Antonio Xavier vay andando bem e sem novidade.

O Sr. Diogo João que chegou aqui 6.^a feira, 11 do corrente, ahi responde. Gamboa está bom; por agora não tem sofrido incomodo pessoal dis que tem susto.

De V. S.^a o mais humilde e obrigado servo.

Lisboa, 16 de Dezembro de 1807.—(a.) *Mousinho da Silveira.*

A handwritten signature in black ink, reading "Mousinho da Silveira". The signature is written in a cursive style and is underlined with a long, horizontal stroke.

INFLUÊNCIA DO «LAURUS CINNAMOMUM» NA HARMONIA DOS SEXOS (1)

AVÊ, DOMINA!

DEDICATÓRIA

A EVA!

A ti, primeira mulher, que mostraste que sempre a débil Graça tem de triunfar da Fôrça rude, que o calor do Sentimento sempre há-de vencer a frieza da Razão;

A ti, Eva; a ti, Senhora!

Permite que te ofereça e te dedique, permite que te consagre a intenção dos meus dizeres. Digna-te sentir que essa intenção é de acatamento, de deferência respeitosa!

Deixa, ó fundadora do Reino das mulheres! deixa que eu personifique em ti as filhas tuas, que continuam, depois de ti, a dominar no Mundo!

Que eu, em ti, saude tôdas as mulheres!

Que a depositária da vontade de Deus na terra, que a Mulher, eu, em ti, saude!

Mulher! nossa bem nascida segurança, nossa alma gentil, nosso pôrto de remansoso abrigo em dia de tormenta!...

Mulher, que nos dás a vida e proteges com o teu amor de Mãe, nos acompanhas e confortas com o teu amor de Espôsa, e nos cerras um dia os olhos com leves mãos piedosas e filial amor,

Reina, Mulher!

Com a tua graça, a tua doçura, a tua constancia, a tua abnegação, a tua grandeza de alma, reina Mulher, governa o Mundo!

Que o homem jámais se peje de confessar-se vassalo teu; que êle se honre em dedicar a vida para servir-te, Senhora!

Eva, Mulher, eterna dominadora, Rainha do Mundo,

Salvé!

MEUS SENHORES E PREZADOS COLEGAS:

O que vou dizer subordinava-se, na intenção inicial, a um título inteiramente em vernáculo, pois que, nêle, o nome da

(1) Conferência realizada em 17 de Janeiro de 1925 na Associação dos Médicos do Centro de Portugal.

canela aromática aparecia simples e sem uma designação que pode parecer pretenciosa. Mas confesso que me salteou o receio de que o vocábulo se prestasse a confusão no seu significado, com referência eventual a uma parte anatómica.

Lembrei-me de remediar, então, com o uso do latim, que no rótulo não se me afigurou inoportuno, pois que não só êle, aí, não perde as suas qualidades de *base*, que muito bem lhe atribuiu um meu respeitável amigo, do conhecimento de todos nós, como ainda confere nobreza, realce, beleza até, ao dizer sintético que resume o assunto.



FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO

Eis, meus Senhores, a razão pela qual eu declarei que ia falar da «Influência do *Laurus Cinnamomum* na harmonia dos sexos»!



Se, em vez de uma modesta palestra que só a benevolência dos meus ouvintes poderá condecorar com o grau de conferência, eu produzisse obra impressa sôbre o ponto, inscreveria no rosto do volume, em ar de condensação dos seus conceitos filosóficos, os três seguintes provérbios:

«Deus manda no céu ;
Na terra, manda a mulher» .

(Provérbio árabe)

«Busca mulher de juízo,
Que é onde está o segrêdo
De tornar êste degrêdo
Um paraíso !»

e

«Antes sòzinho sentado,
Ao canto do teu eirado,
Do que ouvindo a miúdo
Mulher que implica com tudo !»

(Ideas de Salomão, filho de David, colhidas na Bíblia
e buriladas no verso por João de Deus).

Mas, porque, destas verdades basilares e eternas, a primeira anda votada ao esquecimento pela vaidade do homem e as últimas não estão suficientemente presentes na memória dêle, eu não posso deixar de comentar um pouco êsses dizeres, que a sabedoria das nações proferiu há tantos séculos.

Mal parecerá, talvez, que o comentário venha com a minha desautorizada voz. Requerer-se-ia para o efeito, eu sei, quando não «um som alto e sublimado, um estilo grandiloquo e corrente», como aquele que o nosso épico ambicionava e conseguia, ao menos voz melhor e palavra menos apagada do que as de um homem sem pretensão e sem arte e de tão reduzida sciência.

Mas, quando para mais não sirva, a tentativa modesta que faço, com a simplicidade própria de criatura simples, poderá servir para animar maiores competências a esclarecer o assunto e a ventilá-lo na forma enfática que muito merece a sua transcendência.

Modesto, pois, repito, mas resoluto, eu acometo o problema «Influência da canela na harmonia dos sexos» pelas suas bases filosóficas.

MEUS SENHORES!

Um dos presentes ensinou-me um dia o que talvez todos V. E.^{as} então soubessem já, mas eu ignorava ainda: Que os homens no seu comércio com as mulheres são classificáveis em três categorias — «Varões, varelas e varuncas». E desenvolvia:

«Varão — manda êle, e ela não.»

«Varela — manda êle e manda ela.

«Varunca — manda ela, e êle nunca.»

Ouvi; pareceu-me boa a doutrina; e regosijei-me com a forma.

Mas, a breve trecho, entrando de pensar maduramente, cheguei a concluir que aquela fórmula feita pelas homens, se contém uma verdade, contém também uma vaidade!

«Varunca — manda ela, e êle nunca!» Eis a verdade completa, crua e triunfante!

«Varela — manda êle, e manda ela!» Verdade ainda no final; mas, no início, vaidade, e não pequena!

«Varão — manda êle, e ela não!» Nada tem isto porém, já, de verdade; é só vaidade, tudo vaidade, *omnia vanitas!*

«Varão!»...

Como se a varonilidade pudesse defender-te, ó Homem! da supremacia da mulher!

Como a vaidade te cega, ó, entre todos, o mais ingénuo e mais vaidoso ser da Criação! que tanto te esqueces de que a Mulher retém a direcção do Mundo!

Que vaidade tão grande a tua, ó filho de Adão! que não recordas a fraqueza de teu respeitável Pai, subjugado a Eva a ponto de acatar-lhe as ordens, contra aquelas próprias que recebera do Deus que do barro vil o retirara!

Que vaidade a tua, «Varão», forte Varão! que não atendes à verdade eterna das fábulas antigas, ao exemplo de Hércules e ao de Sansão, mais varões do que tu, e mais esforçados, e mais fortes!

Vir pilosus, aut fortis, aut libidinosus! dizia o latino... Mas o hirsuto Sansão possuía não só uma, mas as duas qualidades: — era libidinoso e era forte!

Forte, muito forte êle era!

Apesar disso: «Sansão, aí vêm os filisteus!...» E, sacudido para longe do seio falso de Dalila, caídos aos pés desta os seus cabelos fartos, que lhe resta agora, ao herói, ao *vir pilosus*, ao varão libidinoso e forte?!

Resta morrer!

Morrer, matando, num último feito, e arruinando o templo!

Morrer, assim, para castigo de ter deixado quebrar as fortes fôrças, no tépido regaço da cavilosa amiga!

Matar, morrendo, para que a sua forte memória fique liberta dum ridículo eterno, como o da do seu colega Hércules, fiando roca, caído aos pés de Onfale, submisso e fraco!

Ridículo eterno?! Emendo, retiro a expressão! E retiro-a arrependido e convicto de que ninguém tem o direito, nem jamais o teve ou o terá, de invectivar com ela a lembrança dos falecidos heróis!...

Quem de entre os nossos coevos se atreveria a fazê-lo?...

Tomemos para exemplo a raça tida por mais voluntária e pertinaz e as profissões mais próprias da masculinidade animal. Consideremos os milhões dos trabalhistas britânicos!...

O que vale qualquer de entre êles, o que vale, mesmo, Mrs. Mac Donald, seu Chefe, perante Hércules — o primeiro trabalhista dos tempos?!

Terá algum dêsses rudes e tenazes britões a pretensão

de ser mais varão do que Hércules ou do que o foi Sansão?

Teremos nós essa pretensão estulta?!

Respeitemos, pois, a memória dos conceituados Varões, sem nos permitir chamar fraquezas a actos de quem, a seu favôr, ainda tinha o que a nós falta: a protecção divina, a predestinação para grandes cometimentos! E atendamos a que, se falamos em fraquezas, bem maiores seriam as nossas, do que as dêles foram, se nos encontrássemos em idênticos apuros!

Homem! Varão, *forte* varão!.. Fraco varão, que a mais fraca mulher dobra, torce, quebra e despedaça!...

O que nós chamamos, com pretenciosa vaidade, a nossa fôrça é fraqueza, perante o que chamamos fraqueza na mulher. Assim, imitando e alterando um pouco o sentido às palavras do Poeta, direi eu:

«A fraca mulher faz fraca a forte gente»

pois que na própria fraqueza da mulher está o segredo de tôda a sua fôrça!

Mas, se nada vale a varonilidade da Fôrça, valerá mais a varonilidade da Inteligência ou a da Sabedoria?

Não vale. Ai, não vale, não!...

A Salomão, disse o Senhor:

«Eis pois te fiz o que me pediste, e te dei um coração tão cheio de sabedoria e de inteligência, que nenhum antes de ti te foi semelhante nem se levantará tal depois de ti!»

E, mais ainda, o Senhor lhe deu riquezas e glória como até então ninguém tivera, com a ordem de se não afastar dos seus caminhos e de guardar os seus preceitos!...

E que fez Salomão, o Sábio; Salomão, o Poderoso; Salomão, o Magnífico?!

Deixou que as mulheres pervertessem o seu coração, abandonou o culto do Deus que o fizera Magnífico e Poderoso e Sábio, e deu culto a Astarte, deusa dos Sidónios, a Moloch, ídolo dos Amonitas, a Camos, deus dos Moabitas; e o mesmo fez êle por tôdas as suas mulheres estrangeiras, que eram muitas e de diversas terras, e queimavam incenso e sacrificavam aos deuses dos países donde vinham!...

Eis como procedeu o varão mais sábio de tôdas as idades, descuidoso das proibições expressas do Senhor seu Deus, preferindo ver descair, severa contra êle, a divina face, a deixar de ver contente e propícia qualquer uma das muitas faces femininas do seu numeroso harém! E procedeu êle assim sendo já velho, quando a neve do viver deveria ter arrefecido nêle o fogo das paixões, quando nêle o saber de experiências feito deveria ter já acrescido largamente ao saber que obtivera como divino dom!...

Fôrça! Talento! Sabedoria! Experiência da Vida! O próprio Temor de Deus, até!... Perante e contra a Vontade da Mulher ou o seu Desejo, tudo isso é pouco; tudo isso é nada; tudo isso é vão!

Como o duro e frio gêlo se liquefaz e evapora, sob a acção ardente dos raios que do sol emanam, assim do homem a dura fôrça e a sua razão fria se apagam e conturbam, se desfazem e se evolum, sob o calor sentimental e a graça de um feminino olhar!...

Homem, Varão! Ó Forte, ó Sábio!... Ó Homem, ó eterno escravo! Para que dizes, e porquê, que és tu a dominar?!

E não hei-de eu, Senhores, dizer bem alto, não hei-de eu clamar que isto é vaidade?!

Esta esqueceu-a o Eclesiastes, filho de David, rei de Jerusalém! Mas é vaidade; é, também, vaidade, sim! É mesmo a vaidade das vaidades, *vanitas vanitatum!* de tôdas as vaidades, a suprema; de tôdas, a Maior Vaidade!



Não é de hoje! Não é de ontem! Foi de sempre e de sempre o há-de ser! De sempre, esta verdade, que os homens, em Lisboa, recentemente aplaudiam, com condescendência, apenas para lisongear uma mulher formosa e de bonita voz:

«En manos de una mujer,
Los hombres muñecos son!»

Que... que eu não sei se estou a ser impertinente?!...

E, não vá acontecer que o esteja sendo, apresso-me a abrir as excepções que V. Ex.^{as} entenderem mister!

Mas, exceptuados, como manda a pragmática, todos os presentes que nisso façam empenho, onde irei buscar mais excepções?

Talvez ao pálido Dom João, aos Tenórios de todos os tempos, que a presunção própria e a dos outros homens tem gratificado com o título de conquistadores de mulheres? Mas... fracos conquistadores, sempre conquistados, servos eternos, ainda que inconstantes, depressa fugitivos, mas, mais depressa, de novo logo presos, só na morte encontrando a própria liberdade!

Ao feroz castelão francês, ao Barba Azul da lenda? Ao Henrique de Inglaterra, o Barba Azul coroado? Ao calvo Landru de nossos dias, émulo daqueles na concupiscência e na chacina? Mas, eles também, que foram, afinal?

Espartacos em revolta, míseros escravos, a quebrar cadeias para logo estenderem os pulsos a grilhões mais fortes, consigo arrastando na efémera liberdade, e mais pesada ainda do que as algemas deixadas, a nostalgia da própria servidão!

Nem êsses exemplos, pois, conseguem trazer excepção, mas só confirmação à regra!

Abandonadores, matadores de mulheres? Embora! Mas os mais dependentes e os mais escravos da Mulher!

E, por o instinto feminino tal saber, Landru, em tempos de hoje, foi popular e foi querido entre as mulheres, que o não teriam condenado, se o tribunal por elas fôsse feito!

Tenhamos presente, pois, o princípio de Pascal! (Não me refiro ao da transmissão das pressões hidrostáticas; mas ao que diz respeito às dimensões do nariz de Cleópatra...)

E assentemos em que é dos pequenos nada do eterno feminino que depende a sorte do Mundo; e em que, com a direcção dêste, nas suas mãos, só aparentemente débeis, mantém a Mulher o govêrno do seu parceiro másculo!

De onde veio, então, de onde se originou a crença do Homem na sua supremacia suposta? Que base ou aparência de base lhe serviu para alicerce dêsse grande edificio, dessa fábrica colossal, dessa pirâmide do Egito da sua vaidade imensa?!

Tudo leva a crer que foi nos livros santos, na Bíblia e no Corão, nos *Livros por excelência*, que o Homem se fundamentou para alegar uma primazia, ai dêle! bem illusória e bem falaz!...

«Estarás sob o poder de teu marido e êle te dominará!» teria dito o bíblico Jeová à Mulher...

«Eu pus a Mulher sob o domínio do Homem!» teria dito o mesmo Deus Único, Alà, do Alcorão...

Poderíamos perguntar até que ponto a vaidade do Homem terá, porventura, falsificado a palavra divina! Mas baste-nos constatar que, se a palavra divina foi aquela, nunca ela foi acatada; e que a mesma contra quem foram desferidas tais ordens, Eva, foi a primeira a mostrar exuberantemente que

os próprios decretos seus haviam de prevalecer, no ânimo do Homem, aos decretos da Providência!

Quando as leis divinas não são, pois, observadas, como se pode esperar que o sejam aquelas em que o Homem se entretinha a proclamar uma imaginária supremacia sua?! «Os homens fazem as leis, mas as mulheres fazem os costumes», como muito bem disse de Segúr...

O mais que as leis divinas e as humanas conseguiram foi que ao Homem ficasse a supremacia honorária, de direito; pois à Mulher ficou a supremacia, mais positiva e utilitária, de facto!

E, assim, foram passando os séculos; e também os milênios: A Mulher contente com o ter nas suas mãos a direcção efectiva e real do Mundo e do Homem; e êste contente («ó glória de mandar, ó vã cubiça!»), por a soberba lhe segredar que era êle o Rei da Criação! *Quod volumus, facile credimus!*...

Mas, até contra essa aparência de mando, a Mulher tende hoje a reagir, sacudindo de si todos os símbolos de uma suposta sujeição! Não só afirmando o seu domínio em canções irónicas de cançonetistas formosas, mas pronunciando-se nos próprios actos solenes em que o Homem se habituara a tomar a precedência em honrarias!

Pois não disseram, há pouco, os jornais, do movimento das mulheres da velha Inglaterra, recusando, no acto do Matrimónio, o compromisso de obediência ao marido, rompendo, assim, ostensivamente, contra as ordens da divindade?

E quem isto leu, em qualquer jornal, o que pensou, e qual comentário foi o das gazetas?

Pensou-se e disse-se, sem grande convicção, contudo, e antes em ar de riso, que havia o perigo de se caminhar para o Reino da Igualdade, para o Reino dos Homens e das Mulheres, para o Reino das Mulheres porventura, até! Como

se algum outro Reino, que não o das Mulheres, jámais tivesse existido!...

Quando, afinal, só mostra a recusa das valerosas filhas de Albion a resolução de um domínio feminino executado com mais franqueza, menos complacente com a ilusão da nossa ilimitada vaidade!

Reino das Mulheres, Reino das Mulheres!... Não é título para opereta, para peça burlesca! Reino das Mulheres, sim, em verdade! No passado, no presente, no futuro, Reino das Mulheres!...

Vai sendo tempo de o Homem reconhecer e confessar humildemente que, no Reino da Criação, não é êle quem governa, e que só pode fingir que é Rei dêsse Reino por desempenhar, nêle, as funções, ai! bem secundárias, de príncipe consorte!...

*
* * *

Apontado o facto, conviria apontar as causas e os processos de domínio da mulher! Que traças usa ela? que meios tem ao seu alcance, que não o da fôrça bruta, no homem revelada como não sendo, afinal, senão fraqueza?

O problema, decerto, já terá preocupado o espírito de homens profundos; mas não sei que algum o tenha resolvido!

Há tempos, numa sala de modista de chapéus, onde me levava um dever de estado, ouvia-se passar na rua um pregão que, à dona da casa, fez dizer, com o desdém levemente enjoado que constitui um dos característicos, não destituídos de encanto, do falar das mulheres de Coimbra: «Já aborrece!...»

Informei-me do apregoado; e tive como resposta que eram «livros amorosos!»

Pareceu-me coisa estranha. Apurei o ouvido e percebi que, em baixo, se dizia: «Reportórios novos... A mais completa e verdadeira malícia e maldade das mulheres...».

E, como eu fôsse repetindo estas palavras, a modista, mais desdenhosa e mais enjoada, continuou a acompanhar o resto do pregão: «... a maneira porque elas enganam os homens...», repetindo também: «já aborrece!» ao tempo que o pregão concluía: «... e a bondade dos homens para com elas».

Então, como algumas damas presentes abundassem, pelo gesto, no aborrecimento daquela que falara, eu avancei que «de maldade e malícia de mulheres não deveria dizer-se no pregão, pois não eram de encontrar defeitos tais em quem a Natureza, pródiga, só de graças cumulava».

Mas, mal eu recolhera o efeito do pequeno madrigal com que acalmara os ânimos das damas, que, de agradecidas, me sorriram lêdas, logo eu senti o remorso que me ficava duma afirmação não convicta!

Quão longe, com efeito, eu me encontrava do digno exemplo do heróico Epaminondas, do virtuoso tebano *adeo veritatis diligens ut ne joco quidem mentiretur*, tão amigo da verdade que nem brincando mentia! Quão longe, mesmo, do protagonista da «Relíquia», convertido ao culto intransigente da Verdade! Quão longe me encontrava dêles, eu que deixara que a peçonha de lisonjeira mentira me enlanguescesse o lábio!...

Em procura de justificação, reli uma opinião de pensador anónimo, inscrita numa tirinha de papel que nessa manhã encontrara ao desembrulhar um rebuçado. Dizia assim o papelinho: «Com mulheres, não há homem franço que não tivesse sido mentiroso...».

Mas pouco confôrto em verdade recolhi, porque logo também se lia: «... homem sábio que não fôsse louco e homem esperto que não fôsse logrado!»

E, assim, desanimei definitivamente, vendo que nem mesmo a lisonja pode servir de defeza ao homem contra os manejos femininos, dos quais sempre êle tem de ser, afinal, vítima imbele!

Mal andara eu, pois, em fingir opinião não sentida; eu que, ao ouvir o pregão, imediatamente pensara ser aquela a obra que me conviria ler, e resolvera aproveitar o primeiro ensejo para adquirir o expositor!

No dia seguinte, na Rua do Visconde da Luz, vi e ouvi o vendedor com o seu tentador pregão! A um sinal, veio êle ao meu encontro. Mas duas costureiras que passavam mostravam uma ironia nos seus dentes brancos; e um cavalheiro bem servido de nariz olhava-me sarcástico!...

Acobardei-me, acometido pela lembrança de que já o antigo considerava o nariz avultado como insígnia do trocista: «*Nasute! Ó narigudo!*» dizia o poeta, dirigindo-se ao crítico influente e mordaz!...

Volvi, a olhar a architectura portuguesa antiga duma sapataria nova, e fingi espanto ao ver ao pé de mim o portador da obra desejada!

Quando considerei que convinha ter a coragem das minhas convicções, se já iam longe o nariz e o riso dos críticos, também já na distância se perdiam, amortecidas, as últimas palavras do pregão: «... e a bondade dos homens para com elas...».

Ora eu, que me lembrara da lição da antigüidade clássica, porque não atendi a que ela ensinava também que a ocasião é calva, apenas com um tufo de cabelo na vizinhança da frente, e que mal vai a quem, por aí, a não colhe, uma vez que lhe passa ao alcance?!

Ocasião perdida foi aquela: nunca mais a ocasião voltou!

Aqueles que por mim foram perguntados acêrca do homem e da obra não me deram notícia útil; e ainda me olhavam

com estranheza e sem perceber a razão do meu empenho! Apenas um, aqui o nosso Presidente (honra lhe seja, que não é um espírito superficial e vão!) se não admirou, compreendendo lúcidamente de quão grande utilidade poderia ser uma leitura do livro!

Também êle, confidenciou-me, num dia em que estava para embarcar para França, a tomar parte na grande contenda em que então se empenhava o Mundo, ouvira apregoar no Terreiro do Paço: «O que todos devem saber antes de partir para a Guerra»!

O Dr. Pessoa não queria, na ocasião, saber senão aquilo que lhe dizia a sua coragem; e, intrèpidamente, partiu, sem querer saber de mais nada!

Mas, uma vez cumprido êsse dever, não deixou de lhe assediado o espírito, de amigo da sciência, a preocupação de quais seriam os conhecimentos que, a vintém, se apregoavam como devendo ser os de todos que partiam para o combate.

Ocasião perdida; ocasião que não mais voltou, porém! E, ainda hoje, o nosso digno e estimável Presidente da Direcção está na ignorância do que lhe conviria ter sabido!...

Medindo, pois, pelo seu, o meu pesar, bem se compreende que êle tomasse interêsse pelo meu desejo. Sugeriu-me, mesmo, que, talvez, num quiosque da Baixa, onde se vendem as histórias verídicas de João de Calais, da Princesa Magalona, do Bertoldo ilustre, e outras obras de fundo, eu poderia encontrar aquela que procurava. Mas a deligência feita nesse sentido foi também infructifera; e a dona do estabelecimento, que manifestamente pertence à categoria daquelas pessoas de quem se diz que não percebem a luz sem a torcida, acompanhou a negativa de um sorriso escarninho. Por isso, de ânimo azêdo, resolvi, logo ali, acabar com as emprehidas pesquisas!

E aqui venho inabilitado para apresentar a V. Ex.^{as} as razões do facto. Mas a realidade dêste não deixa, por isso,

de se impor sobejamente, e repetirei, portanto, o arábico provérbio :

«Deus manda no céu;
Na terra, manda a mulher»!

*
* *

A dominação da mulher é, ostensiva ou dissimuladamente, mas essencialmente despótica.

A tirania é govêrno que pode ser o melhor ou o pior dos governos, o que mais contribua para a felicidade dos povos, ou o que mais lhes fomente a ruína, conforme a excelência ou os defeitos do tirano.

Assim, pois, é o govêrno da mulher. E, entregue o destino do homem em femininas mãos, depende a ventura dêle do acêrto da direcção.

A mulher sensata e não litigiosa é, para o homem, uma bênção dos Deuses: faz-lhe prosperar a fazenda e a saúde. E o homem segue feliz, e tanto mais feliz na sua vaidade quanto, quási sempre, não percebe que perdeu a independência desde o dia em que tendo exclamado «*Vae soli*, ai dos sòzinhos!» resolveu aceitar contrato, aparentemente, de união apenas, mas, realmente, de sujeição sua também!

•Busca mulher de juízo,
Que é onde está o segrêdo
De fazer dêste degrêdo
Um paraíso»!

Eis, em verdade, conselho digno dos lábios de Salomão, o Sapiente!

Nem sempre, longe disso, na loteria do casamento pode sair a sorte grande, da mulher que preconizava Salomão. Mas, mesmo com mais moderada boa sorte, com mulheres

menos bem dotadas, pode singrar com vento favorável a nau do matrimónio, se dentro conduz homens prudentes...

Uns porque embarcaram, em tal nau, cheios de conformidade e filosofia, pensando, como o nobre Conde de Vimioso, que «quem se casa é como quem vai à guerra; vai exposto a quanto vier»! Outros porque, tendo presente o dizer do sábio Afonso, rei de Aragão, de que «para que dois casados sejam felizes, convém que a mulher se faça cega e o homem mudo» se remetem, em caso de dissonância, a guardar de Conrado o prudente silêncio! Outros, ainda, porque, plenos de indulgência, se prestam a transigir para tentar a reconciliação, grata a Deus, como judiciosamente manda Alá, lembrando que, se as mulheres são muitas vezes irascíveis e caprichosas, isso provém da sua natureza adoentada!

Na verdade, como disse Hipócrates, a vida da mulher é uma longa doença! E, quando outras razões não houvesse para justificar êste acêrto do grande velho de Cós, bastaria, durante uma fase longa da existência feminina, a sucessão das crises mensais, que perturbam, à mulher, tão gravemente, a saúde do corpo e do espírito, e, ao homem, o sossêgo.

A mulher, «criança doente», não é já de si, naturalmente, escrava da lógica; e, «doze vezes impura», encontra nas suas épocas catameniais condições turbantes que, eventualmente, atingem proporções capazes de tornar o comércio das mulheres de melhor senso habitual coisa tão áspera como o de aquelas que são, já de feição e constitucionalmente, difíceis e litigiosas!

Quando ditados por uma fantasia ilógica e inconstante, como hão-de os decretos femininos ser cumpridos, tão inteiramente como nêles se contém, pelo homem, um ser que, ao invés da mulher, tem a preocupação, constante e obsessiva, de atender ao desenvolvimento lógico das ideas e dos factos?!

É, então, que, muitas vezes, o homem prudente e bem aconselhado precisa de chamar tôdas as suas reservas de paciência. E, apesar disso, não deixará de pensar na justeza do conceito de Salomão, tão elegantemente versegado por o nosso João de Deus :

«É melhor uma goteira,
A pingar a noite inteira
De inverno, em cima da gente,
Que um dia de moedeira
A ouvir a companheira
Ralhando constantemente» !

Mas tudo tem limites! A situação pode tornar-se tormentosa, em casos de épocas mensais mais intensamente perturbadoras! E ou não têm satisfação as fantasias femininas, e o conflito abre-se, com tôdas as suas graves conseqüências, ficando, sempre, o homem mal parado; ou êste se conforma, transigindo, e aí o temos infeliz como as pedras, por ter de deixar postergar, sem maior protesto e com aparente assentimento seu, todos os princípios da lógica e da razão que o norteiam! Em qualquer caso, fica o homem com o seu sossêgo perdido, sem conseguir, mesmo, que a mulher fique satisfeita e amena, sem que a sua própria transigência o livre dos novos tormentos que à sua dona acuda infligir-lhe enquanto a crise não passe!

E é em casos tais que o homem, que antes se quereria só do que mal acompanhado, lamenta amargamente ter casado; e que, nêle, germina a idea da deserção do lar, periodicamente inóspito, ou a da perpetração de graves cometimentos!

«Antes sòzinho sentado,
Ao canto do teu eirado,
Do que ouvindo a miúdo
Mulher que implica com tudo!»

A dismenorreia, a dor mensal, tem sido, não tenho dúvida, e há-de ser, muito em causa em actos dos mais funestos!

Quantos homens benignos e prudentes, com efeito, não terão recorrido, exaustos de paciência, a um oportuno divórcio, ou não terão tido de fugir, para longes terras, a esperar que o Doutor Tempo (grande médico de sempre), trouxesse têrmo à repetida superveniência de épocas de tamanha tribulação?!

E, mesmo, quantos, quantos crimes de adultério e até de morte, quantos suicídios, não terá ela, a dismenorreia, causado, pela repercussão dos seus efeitos em homens levados ao desvario!?

Por isso, eu, applicando palavras do Poeta, invectivo a dismenorreia nefasta:

«Dura inquietação d'alma e da vida;
Fonte de desamparo e adultérios,
Sagaz consumidora conhecida,
.....
A que novos desastres determinas
De levar êstes reinos e esta gente,
Que perigos que mortes lhe destinas!»

Por isso, também, tudo o que sirva para combater êsse flagelo do género humano, tão de recear, por si e pelas conseqüências que produz ou favorece, será digno da gratidão dos Povos!

E, com esta afirmativa, deixo preparado o terreno para o panegírico da canela, para a apologia do cinamomo de Ceilão!

*
* *

Há quinze anos, a canela foi para mim uma revelação!

Era num serão familiar, em que eu acompanhava minha avó materna. Olhava eu, interessado, o velho rosto, querido e venerado, atento ao seu trabalho.

Uma criada entrou; falou baixo a minha avó, e saiu com uma ordem que eu ouvi assim: «Trazê uma chávena, uma colher de chá e a lata da canela».

Preguntei o que havia. Era uma criada que estava com violenta cólica.

Entendi dizer de minha sciência. Preconizei remédios!

Minha avó, benevolente, alçou os óculos à frente, olhou-me e ouviu.

Mas, acentuando, as suas lindas rugas, na nonagenária face, com um sorriso de suave e leve, ó! muito leve ironia, nos lábios e no olhar serêno, disse só:

«Não vale a pena, filho; com o chazinho de canela, passa já...»

Voltava a serva; e, logo saía de novo — na chávena com uma colher de canela, e, no ouvido, com a recomendação de ajuntar açúcar, encher com água bem fervente, mexer, e dizer à doente que bebesse o líquido e a canela em suspensão.

Preguntei, então, que espécie de dôr era aquela que um infuso de canela jugulava? Era uma cólica menstrual!

Obtemperei que não via na canela faculdades justificativas do afirmado efeito! Foi-me dito, com simplicidade, que êsse efeito, contudo, era constante e era seguro!

Passados minutos, a cozinheira vinha fazer o rol das compras e informava que a rapariga, incomodada há pouco, voltara às suas ocupações, já bem disposta.

E eu pasmava!...

E, mais uma vez, só com minha avó, autorizado pela qualidade de médico, que já era, animei-me a pedir maiores informes.

«Com que então, o chazinho de canela»!... comecei eu, em forma avulsa.

E as explicações vieram. Era remédio de origem ignorada, sob o ponto de vista de preconização por autoridade de médico; mas muito antigo na tradição na parte feminina da família, pois já era conhecido da avó de minha avó, minha trisavó, portanto!

Passei, ulteriormente, a fazer um inquérito discreto, junto de damas da família, que, pela sua idade, experiência e condição, melhor poderiam acabar de elucidar-me. Assim, vim a saber que experimentado, não só e nem tanto em pessoas de família, como em grande cópia de servas e pessoas conhecidas, sempre o chá de canela, das antepassadas, dera resultados prontos e eficazes no tratamento do sintoma dor das dismenorreias rebeldes.

Lembrando-me de que, quando melhor virtude não tivesse, teria a receita a de obedecer ao preceito de *primo non nocere*, entrei de recomendar o seu emprêgo. E os resultados excederam a minha scéptica expectativa! A dor era jugulada; e o estado de espírito, por ela perturbado, restabelecia-se, logo, bonançoso e sereno!

E, pouco a pouco, entrei a ter em grande conta a fórmula hereditária! Apreciei a alta utilidade dela para o bem estar das mulheres e, reflexamente, para o sossego dos homens! E um ou outro caso mais impressionante serviu para me levar à crença de que me assistia o dever de pugnar pela vulgarização da vantagem do processo!

Eis porque me apresento perante vós, senhores! a elogiar a canela, com o entusiasmo e a convicção de um apóstolo!

*
* . *

Não tenho coligido em forma regular as múltiplas, numerosas, observações relativas à vitória da canela. De quasi tôdas, apenas fiquei retendo a constante eficácia do remédio.

Uma referência, contudo, farei a dois casos em que o combate à dismenorreia das mulheres curou também grave estado dos homens.

*

Homem robusto, na fôrça da vida, sem aparência de lesões. Apesar disso, apresentava-se com períodos de depressão, de abatimento moral, desânimo. Então, falava em morrer, em emigrar para o Brasil ou para outras terras, sempre distantes, contudo. Estes períodos de consternação eram freqüentes, cortando o seu modo de ser natural, alegre e folgazão.

Único homem; sete mulheres em casa! Foi um raio de luz o saber que, destas, cinco eram dismenorréicas e que o pobre homem marcava cuidadosamente no reportório, a cruces de tinta, as épocas de todo aquele mundo feminino! E, imediatamente, reconstituí, no meu espírito, o drama da sua negra vida de varão em casa mulheril!

Quão poucos dias lhe ficariam livres no mês, a êle, dos transtornos delas!

Quão freqüentes, mesmo, seriam os dias em que a interferência das épocas respectivas faria com que, sôbre aquele alvo preferencial e único masculino, incidissem os fogos vivos e convergentes dos maus humores das damas!

Como não achar justificado o pensamento de pôr o Atlântico de permeio, para ficar fora do alcance daquelas colubrinas?!

Não havia que ver! A dismenorreia era, também, causa da sua doença, dêle!

Como era de esperar, o chá de canela, em uso intensivo e extensivo, dando pronto remédio às crises das mulheres, restituiu ao homem uma tranqüilidade merecida!...

Breve deixou êle de marcar quási todos os dias do mês com pedras negras, o calendário deixou de fazer lembrar um

cemitério cristão; e o homem apareceu no seu natural prazenteiro, em tôda a sua pujança, sem mais constantes interrupções de desalento, sem mais ideias tristes de morte, sem mais tendências de emigração para longínquas paragens!

Abençoada canela! Abençoado cinamomo!...

*

Um dia, procurou-me um casal. O homem chamava-se Pereira, um nome vulgar que não diz nada. A mulher chamava-se Praxedes, um nome raro, que diz tudo...

E, realmente, era a senhora Praxedes quem tudo dizia. O senhor Pereira limitava-se a abundar, e tão abundantemente o fazia que, por vezes, já acenava afirmativamente, com a cabeça, antes de traduzidas em palavras as opiniões da consorte!

Trazia-os até a mim o empenho de substituírem um reideiro vizinho dêles com quem tinham discordâncias. Não acedi; mas apreciei a facúndia da mulher, a substanciosidade dos seus conceitos, o interêsse das seus argumentos, o oportuno das suas entonações, e a compostura do seu gesto!

E lá foram. Ela com uma última palavra conceituosa; êle com um último concordante aceno...

Algum tempo depois, soube que tinha havido conflito, por causa das terras, entre o senhor Pereira e um amigo dum lado, e o vizinho e dois parceiros do outro.

E, pelo que me contaram, a senhora Praxedes foi grande, nesse dia!

Ó! quem me dera ter «mente às musas dada», para a poder cantar em grande verso heróico! Como eu desejaria que uma epopeica aragem perpassasse, ao menos, no meu dizer prosaico!...

Estava, ao que ouvi, já mal parado o senhor Pereira, e perdia terreno o seu partido, quando a espôsa, guiada por

Minerva, surgiu no campo da peleja! E, então, logo mudou a sorte das armas! Pois ela

«Tão temerosa vinha e carregada,
Que pôs nos corações um grande medo».

Nos corações dos contrários, assim hão-de entender-se, aqui, os versos de Camões!

Com efeito, a simples animação da sua voz susteve o recuo dos partidários. E, quando, juntando ao calor do discurso a intrepidez do exemplo, carregou, de tamanco alto na dextra, acometendo o centro inimigo, êste, representado (ó! Justiça Imanente!...) por um mancebo que usava criticar o senhor Pereira como submisso à espôsa, sente, de enfiado, que

«O temor grande o sangue lhe resfria»,

hesita, volve costas, e desfere em desabalada fuga!

A indumentária do sexo não deixava, à valerosa Praxedes, probabilidades de alcançar na carreira quem tão ligeiro fugia! Mas, transformando o seu braço em arma de arremêso, e o tamanco em projectil, atingiu, com mão certa e vigorosa, a nuca do fugitivo! Ao tempo, tropeçava êste, e, atordoadado da queda e da pancada, logo beijava o pó do campo da batalha!

Estava ganha a vitória! Mas a magnânima Praxedes, se sabia vencer, não sabia abusar do triunfo! A sua alma valente era generosa e aberta; era branca e lavada como uma toalha de altar! Por isso, preste acudiu ao inimigo, agora inerte, deitando-lhe ao rosto um pouco de água colhida no tamanco, já pacífico. E, quando os homens se achegaram, dado por findo «o bélico exercício», cada qual recolheu ao respectivo acampamento...

Ao haver notícia da épica jornada, em que a Glória com louros lhe cingira a fronte altiva, engrandeceu-se no lugar,

e até muito em redor, a fama da émula de Ana Brites, da qual ela mereceria ter provindo, em linha recta, feminina e sempre pura! E, quando, volvidos dois dias sôbre a própria derrota, o mancebo apareceu no tribunal, para se queixar das contusões sofridas, logo ali houve quem lhe mostrasse a minguada elegância do seu gesto, contra aquela que o vencera, com tanta bizzarria, em combate leal em campo raso, à luz do «claro sol, amigo dos heróis», e não em escura e traiçoeira pugna de emboscada! E o mancebo desistiu de chamar, para os seus inglórios galos, a atenção da Justiça humana!...

Quanto a mim, ao saber do feito da illustre espôsa do senhor Pereira, subiu de ponto a minha consideração por aquela mulher rara, e proclamei, entusiasmado, que «ainda havia portuguesas!» Relembrando o aprumo da sua apresentação, a facilidade do seu verbo, o valor da sua dialéctica, a sua altiveza com os soberbos, a sua generosidade com os fracos, «ei-la», disse eu comigo, «é esta a Mulher Forte da Escritura!» E, logo, pensando no senhor Pereira, digno mas incerto, bem intencionado mas sem Norte, assentei em que êle tinha encontrado a mulher que lhe convinha, para, com suavidade mas firmeza e com a certeza de uma bússola, o guiar por entre os escolhos da existência! Não sofria dúvida: todo o Olimpo havia sido propício, havia voltado para aquele homem a face benévola e amena no dia do himineu! Por isso, pensando nesse mimoso dos Deuses, dizia eu mentalmente: «*Tu felix, Pereira; tu felix!...*»

Já se vê, pois, que foi com deferência que me informei da senhora Praxedes, quando, tempos passados, tive ocasião de encontrar o senhor Pereira. E, desolado, ouvi, do desolado homem, que ia mal ela e, portanto, tudo ia mal em casa, onde ela dava a chuva e o bom tempo!

Como eu estranhasse o abatimento em que o via, aquele homem estimável, então, desabafou.

A senhora Praxedes era uma mulher virtuosa, uma dona de casa inexecrável, um poço de bom senso, um modelo de mulher, emfim! O seu atilado conselho, as suas sábias determinações eram sempre de seguir e eram realmente sempre seguidos. A casa prosperava por ela dirigida. E, se não fôsem cinco dias em cada mês, jámais teria tido o senhor Pereira ideia de maldizer, e só abençoaria, o dia já distante em que ela o levara à Igreja!...

Mas a senhora Praxedes tinha de pagar a pensão do seu sexo; estava sujeita às suas luas! Ora, nas crises mensais, transtornava-se-lhe o trato, o seu claro espírito perdia em lucidez, as suas ordens apareciam absurdas, contraditórias, impossíveis de cumprir; e o infeliz marido, aí por volta do terceiro dia (o do acme ou fastígio dos transtornos), o senhor Pereira, não se atrevendo a queixar-se dela, queixava-se amargamente de si próprio, de ter nascido, de ter vindo a êste mundo de desgraça!

Precisamente nesse dia em que estávamos, o terceiro de uma das crises, acontecera uma coisa triste. O gato familiar, que justamente grangeara, nas redondezas, a fama de ser o melhor caçador e a melhor garantia do celeiro dos seus amos contra a invasão de indiscretos roedores, não recebera, com aquela conformidade de que o senhor Pereira dava o exemplo, uma admoestação, porventura injusta, da dona; e, como desse a perceber que usava unhas, logo aquela, acesa em ira, o acometera. A senhora Praxedes colhera, no prélio, fartas arranhadelas; mas o bicho ficara literalmente demolido, pela acção contundente do tamanco fatal! Receiava-se pela sua vida; e o senhor Pereira, lamentando de antemão o passamento do conceituado felino, lamentava também o pesar da própria senhora Praxedes, quando ela voltasse, passada a tormenta da crise, à bonança da normalidade! Ia ser uma descida da cruz!... No entretanto, êle, Pereira, entendera executar uma retirada estratégica e, sobretudo, pru-

dente! Por isso, viera andando, a arrastar o seu abatimento aos indecisos raios de sol moribundo de um dia melancólico de outono... E assim o encontrava eu, ali, derreado e sem ânimo!

A tristeza do ambiente, *lacryma rerum*, e a do senhor Pereira entraram também de entristecer-me, a mim. Reagi, contudo!

Lembrei-me de perguntar se nunca tivera a ideia de uma ida até ao Brasil. Já tivera; mas as viagens eram agora tão caras que não podia pensar-se mais nisso! No que pensava muito seriamente era na viagem ao fundo de um poço, que lá tinha, num prédio! O bom do homem contentava-se em ir mais perto, pois! O poço não chegaria aos antípodas, por certo; mas era suficientemente profundo para dar remédio aos seus pesares e pôr fim às suas tribulações!...

Animei o homem! Procurei levantar-lhe o espírito! Recomendei-lhe o uso do cházinho de canela, dizendo-lhe das suas virtudes, excelentes!

Ouviu-me desconfiado. Argumentou que não havia tratamento possível. Já tinham experiência infrutífera de quanto remédio lhes tinham recomendado as pessoas conhecidas. Já tinham, mesmo, consultado, sem proveito, os médicos da cidade, que, como eu sabia, eram muito entendidos (não desfazendo...). Não conseguia acreditar que a cura, para os males da senhora Praxedes e para os seus próprios tormentos, a tivessem, desde sempre, em casa, dentro de uma lata, a que ela recorria anualmente, para desenhar as iniciais entrelaçadas de ambos, num arroz doce comemorativo do dia do seu enlace!...

E lá foi, de volta a casa — lento, acabrunhado e triste, imagem viva do desalento em marcha!...

Um ano depois, por um claro meio-dia, vi caminhar para mim o senhor Pereira. Fazia-se acompanhar de muito saüdar,

com que me honrava a digna consorte, e de um cabrito de oferenda.

Regosijei-me de o ver tão florescente, com o prazenteiro rosto rubicundo, e os raios do sol glorioso a reflectirem-se lhe na aljofrada fronte, como que a nimbá-lo de uma auréola de esplendor!

Bebido um copinho de aguardente, para evitar o resfriado à sombra, com uma suspeita de lágrima de reconhecimento no olhar enternecido, o senhor Pereira informou-me de que a senhora Praxedes me devia a saúde, e êle... a vida!

Penhorado e modesto, aventei que seria exagêro dêle. Mas, como, um tanto comovido, eu lhe estendia a mão, para renovar o cordeal aperto, tive que, apressado, retirá-la, com a impressão, illusória talvez, mas bem sentida, de que o honrado homem esboçara uma tentativa para levar o dorso da minha dextra até ao seu lábio agradecido!

A canela, uma vez mais, produzira os seus benéficos efeitos! Uma felicidade sem nuvens acompanharia, de então em diante, aqueles bem-casados, até à morte, por certo ainda distante! Agora sim; agora com verdade, podia eu já dizer: «Tu és feliz, ó Pereira; tu és feliz»!

E foi, então, que eu, definitivamente, resolvi que tinha um dever a cumprir: o de levar até onde me fôsse possível a apologia da canela, preconizando o salutar infuso!

*

* *

Para melhor me desempenhar dêsse dever, desejaria eu não só apontar o facto, mas saber explicar-lhe, miúda e claramente, as causas; não apenas elogiar a canela benéfica, mas ainda pôr em foco o seu mecanismo de acção.

Baldado empenho!

Falei com colegas, consultei sumidades, ouvi especialistas. Nenhum tinha a noção da canela sob o aspecto excelente que eu aqui evoco. E, nos livros de ciência hodierna, não encontrei também informes úteis!...

Entre as causas de dismenorreia, citaram-me a angústia do colo uterino como das mais predominantes para o efeito da eclosão das dores menstruais. Mas não vi que à canela fôsem atribuídas propriedades de anti-espasmódico uterino. E até logo me veio á ideia que a canela é tida popularmente por abortiva, pelas mesmas razões, por certo, que a faziam recomendar, antes de a cravagem de centeio ter entrado em uso, como oxytóxico, contra a inércia uterina, e, como hemostático, contra as hemorragias internas, especialmente metrorragias puerperais e post-abortivas, por se lhe supor acção de estimulante e constritor! Terá a canela esta acção no corpo uterino e a de anti-espasmódico no colo? Nada sei, a não ser que os efeitos da canela são por igual salutareos na fase premonitória, que precede o estabelecimento do fluxo, e na fase do sangramento estabelecido; isto é, tanto no período de secreção como no período de excreção, para usar de uma linguagem de comparação um tanto livre, que por mim não foi inventada.

A acção analgésica da canela nada parece ter, portanto, com a acção eventualmente hemostática que à canela se queira reconhecer.

Dado que os coévos não me elucidavam, lembrei-me de recorrer aos antigos, atendendo à antigüidade que mostrava dever atingir, através as gerações passadas, a experiência do ancestral infuso.

Ainda me ocorreu que, talvez, o vernáculo Camilo tivesse procurado para mim, e, por intermédio de Eusébio Macário, alguma coisa me dissesse sôbre as virtudes da canela, que eu celebrou. E, logo, me lancei a reler-lhe a prosa tersa. Mas Macário foi mudo sôbre o ponto!...

Resolutamente, entrei, então, de sacudir a poeira dos tempos, nas velhas estantes, a pesquisar nos dizeres bafientos de respeitáveis volumes, a embrenhar-me, a perder-me, no latim venerável dos alfarrábios vetustos!

Mas nem na leitura dos autores do século passado, nem na dos escritores do século XVIII, nem na dos médicos do século de seiscentos, encontrei apreciável elucidação, que me habilitasse a acrescentar, perante vós, Senhores, qualquer explicação cabal!

É certo que, remontando ao século XVIII, e mesmo ao princípio do século XIX, encontramos que a canela, usada ainda então com uma frequência que ulteriormente se haveria de perder, é indicada, por vezes, como tendo, entre outras, propriedades de emenagogo. Mas não deixam alguns de criticar tal opinião, argüindo de, apenas, pretendidas tais propriedades, ou, pelo menos, secundárias, e dependentes indirectamente do verdadeiro e fundamental efeito, de estimulante e tónico, da canela.

Como melhor se poderão relacionar logicamente, e sem contradição as opiniões que apontaram a canela como emenagogo com aquelas que a apontaram como hemostático uterino é, com efeito, ligando a uma acção estimulante e tónica tais virtudes emenagógicas, só manifestáveis a longo prazo, pelo levantamento do estado geral da pessoa. Porque, então, essa acção tónica e estimulante dum tratamento demorado não tem de ser chamada a desmentir a possibilidade do efeito da canela, como excitante de momento, sobre a fibra uterina e sobre os vasos, diminuindo e sustando hemorragias.

Mas o efeito da canela que me ocupa, o de sedante da dor com melhora pronta do estado psíquico, não se me afigura que se exerça por intermédio de acção sobre a abundância do fluxo. Antes se me afiguram êsses resultados benéficos como consequência de acção directa sobre as manifestações e o estado nervosos.

Ora, no que diz respeito às vantagens da canela sob este ponto de vista, ainda mais omissos são os autores.

Apenas no «Desengano para a Medicina ou Botica para todo o Pai de Famílias, por Gabriel Grislei, médico alemão, impresso em Lisboa em 1690», encontro uma referência interessante ao «*Laurus Alexandrinus*», do qual «uma oitava de pó bebida em vinho doce ou água de canela facilita o parto e faz deitar as páreas e tomada em vinho quente sara a insuportável dor da madre».

Esta passagem que me foi apontada pelo meu ilustre Mestre e amigo Dr. Santos Viegas, a quem devo a benemerência de, para me obsequiar, pesquisar na sua valiosa biblioteca, refere-se ao «*Laurus Alexandrinus*», loureiro de Alexandria, e não ao «*Laurus Cinnamomus*», ou canela. É possível que o parentesco que exista entre os dois loureiros alguma coisa torne de atender a citação do primeiro para a dor da madre, sendo certo, também, que muito se esperava da sua acção sobre a fibra uterina para acelerar o parto e a dequitação, para o que, aliás, se sugeria a associação com a água de canela. Mas, ainda aqui, nada adiantamos quanto à explicação do mecanismo, à razão do efeito benéfico do próprio loureiro de Alexandria sobre a dor, se é que, na hipótese, esse efeito é realmente de valor, como o autor indica...

Atendendo ao grande número de causas diversas de dismenorrea e à constância de efeitos úteis do infuso de canela sobre a dor, por igual antes do fluxo e durante este, quasi me sinto tentado, para explicar tais efeitos, a exhibir um esboço de teoria, sem consideração por eventuais virtudes hemostáticas ou emenagógicas.

Mas, não! Não o farei, que não me atrevo a tanto! E o tempo é pouco; e a vossa paciência, senhores, não pode ser inexaurível!

Eis porque me hei-de limitar a apontar a eloquência dos

factos, dos resultados excelentes que o infuso de canela nos faculta!

E faço votos para que isso baste para fixar a vossa douta atenção sôbre o importante assunto.

Sôbre o infuso de canela, digo eu...

Com efeito, nunca me lembrei de experimentar a canela sob outra forma que não aquela que me foi revelada. E porque nunca de tal me teria eu lembrado?

Talvez porque o infuso seja de eleição para as substâncias aromáticas?...

Talvez porque a acção do calor, internamente também, não seja de desprezar no tratamento das dores abdominais?...

Talvez porque o fabrico de um chá de canela esteja ao alcance fácil de qualquer dona ou de qualquer donzela, sem receio de ter de publicar o seu estado e sem necessidade de recurso a médica receita?...

Talvez porque, com a agradável bebida, se satisfaça mais cabalmente ao preceito «*cito, tuto et jocunde*», tão de louvar?...

Talvez porque a maneira de infusão, entre tôdas delicada e gentil, deva ser grata aos deuses, para os quais, propiciante e hiératica, se evola e ascende com um perfume discreto?...

Talvez porque a minha constância no preconizar a fórmula hereditária equivalha a queimar um grão de incenso votivo perante o altar das antepassadas, honrando filialmente, assim, essas respeitadas damas?...

Só agora penso em quais poderiam ter sido as razões operantes em mim, sem uma clara consciência minha! Mas o conjunto de razões que avento, agora também, me aparece como amplamente bastante para que, ainda de futuro, eu, indefectivelmente, permaneça fiel ao familiar sistema. Outros que o modifiquem e procurem melhorar, se assim o enten-

derem. Que eu ficarei leal até à morte ao velho, ancestral processo, que há quinze anos preconizo, sem dêle ter sofrido um único desgosto!

E vou concluir!

Ao atilado senso médico, apurado na vossa larga prática de abalizados clínicos, ao vosso esclarecido critério de homens sabedores, eu deixo, ó colegas, bem entregues as considerações que faço!

Recomendai, senhores, a canela de Ceilão, o bíblico cinamomo, o cinamomo da Taprobana distante!

Combatei, assim, a dismenorrea inimiga, que dá, às mulheres, a dor, e, aos homens, o insossêgo!

E havereis de colher as bênçãos das mulheres e as dos homens e tereis concorrido para a felicidade da grei!

Essa será a recompensa única, meus presados Colegas, para a benevolente atenção com que honrásteis uma palestra que só a vossa generosidade poderá gratificar com o título de conferência; a única recompensa (e oxalá que a acheis bastante!) para a vossa condescendência em aceitar a sugestão que eu me permito fazer-vos, ao tratar, aqui, neste serão de inverno, sem pretensão e sem arte, da «Influência do *Laurus Cinnamomum* na harmonia dos sexos»!

Disse!



NOTA. — Ao meu prezado e distinto colega Dr. Maximino Correia, que honrara com a sua assistência a minha fala sôbre a canela, fiquei, alguns dias depois, gratamente devendo a amabilidade da seguinte citação dum fragmento dos «*Coloquios dos Simples e Drogas*», por Garcia de Orta, referente ao «*Coloquio da Canela; XV*»:

«He muyto gentil mézinha pera o estomaguô, e pera tirar

a dor da coliqua, que é procedente de causa fria; porque tira a dor de emproviso, como eu muitas vezes vi» (1).

Se eu tivesse conhecimento anterior dêstes dizeres do illustre scientista do século de quinhentos, não deixaria de ter pôsto em merecido relêvo não só a afirmação de que a canela tira a dor da cólica (apesar de, provavelmente, não ser a dor menstrual visada intencionalmente pelo autor), como também, e sobretudo até, a afirmação de que «tira a dor de emproviso». Pois que, aqui, encontro flagrantemente apontado um dos característicos que tenho por mais interessantes no modo de actuar do infuso de canela — a constante rapidez (que freqüentemente se poderá chamar instantaneidade) do seu efeito no debelamento da dor menstrual.

Será muito de estimar que não só na dor menstrual, como em tôda e qualquer dor abdominal, a que no sentido mais lato e extensivo se possa chamar *cólica*, a canela dê os resultados óptimos que tenho observado para aquela. Mas não possuo, por ora, prática que me permita apresentar opinião directa sôbre o ponto.

Fernando de Almeida Ribeiro.

(1) Pág. 213 da reimpressão revista e anotada pelo Conde de Ficalho; edição da Imprensa Nacional, de 1891.

ACTUALIDADES SCIENTÍFICAS

Elipsóide de referência internacional. — Uma das mais importantes deliberações tomada pelo Congresso da União Geodésica e Geofísica Internacional, o qual teve lugar em Madrid no mês de Outubro de 1924, foi sem dúvida a que resolveu adoptar um elipsóide de referência internacional, assunto de geral interêsse. É por isso conveniente tornar conhecida esta resolução, e as razões que a motivaram, dando publicidade ao lúcido e sucinto relatório que o ilustre secretário geral da Secção Internacional de Geodesia, o coronel Mr. Perrier, acaba de comunicar aos elementos que constituem esta secção :

En 1919, dès la constitution de l'Union géodésique et géophysique internationale, à Bruxelles, la question du choix d'un ellipsoïde de référence internationale, avait été soulevée.

En 1921, lors de la première Assemblée générale de l'Union tenue à Rome, sur une proposition de la Commission géodésique suisse, la Section de Géodésie a chargé son Comité exécutif (1) de «fixer et recommander au plus tôt un ellipsoïde de référence commun à toutes les nations d'un même continent». Les divers organismes intéressés ont été consultés par une circulaire du Bureau de la Section en date du 1.^{er} avril 1924 à laquelle était joint un questionnaire. Un certain nombre de réponses très documentées ont ainsi fourni au Comité exécutif tous les éléments de la question.

Lors de la seconde Assemblée générale de l'Union à Madrid, ce

(1) Composé de MM. Bowie (États-Unis) président, Gautier (Suisse), vice-président, Colonel Perrier (France), secrétaire, Heuvelink (Pays-Bas), Colonel Sir Lenox Conyngham (Grande-Bretagne), Stroobant (Belgique), supplée par le Colonel Seligmann, Général Vacchelli (Italie).

Comité réuni le 24 septembre dernier a été d'abord d'avis qu'il était plus indiqué de recommander un ellipsoïde unique pour tous les continents qu'un ellipsoïde différent pour chaque continent. Il lui a semblé qu'à tenter une réforme, il était préférable de la tenter complète.

Le Comité a ensuite discuté point par point les 9 paragraphes du questionnaire. Ses conclusions unanimes ont été les suivantes :

1.° L'ellipsoïde d'Hayford déterminé dans l'ouvrage «Supplementary Investigation in 1909 of the figure of the Earth and Isostasy» paru en 1910 est celui qui représente actuellement avec le plus de précision l'ensemble du corps terrestre. Ses paramètres ont un poids environ 4 fois supérieur au poids de ceux de tous les autres ellipsoïdes. Bien qu'il soit déduit d'observations exécutées aux États-Unis, des déterminations faites dans d'autres régions ont démontré qu'il s'applique également bien ailleurs. Son aplatissement $1/297,0 \pm 0,5$ ne diffère de celui déduit par Helmert des observations de pesanteur $1/296,7 \pm 0,4$ que d'une quantité inférieure à l'erreur moyenne des deux déterminations.

2.° On ne saurait recommander pour des travaux futurs un ellipsoïde tel que ceux de Bessel ou Clarke, de poids inférieur, dont la détermination repose sur des données anciennes, peu nombreuses et dont les paramètres ont été calculés en considérant les déviations de la verticale comme des erreurs accidentelles. Si le $1/2$ grand axe d'Hayford, 6.378.388 m. est sensiblement plus grand que ceux de Bessel (6.377.397 m.) de Clarke 1866 (6.378.206 m.) et de Clarke 1880 (6.378.249 m.) c'est précisément en raison de ce mode de calcul.

L'ellipsoïde d'Hayford sera donc recommandé.

3.° Il ne faut point arrondir les paramètres d'Hayford, $1/2$ grand-axe et aplatissement. Il est préférable de conserver les nombres originaux : on connaît les erreurs dont ils sont affectés et on peut remonter exactement aux sources. D'ailleurs l'aplatissement d'Hayford est déjà un nombre rond $1/297,0$ et c'est celui adopté par les astronomes (Conférence internationale des éphémérides). Le $1/2$ grand-axe adopté par ces derniers à la même Conférence 6.378.200 m. est trop petit, plus petit même que celui de Clarke.

La résolution suivante a donc été proposée par le Comité exécutif à l'approbation de la Section de Géodésie :

•La Section de Géodésie de l'Union géodésique et géophysique in-

ternationale recommande d'employer toutes les fois que ce sera possible, l'ellipsoïde dont les paramètres sont :

aplatissement.....	$1/297,0 \pm 0,5$
1/2 grand axe.....	$6.378.388 \pm 18 \text{ m.}$
1/2 petit axe	$6.356.909 \text{ m.}$

(voir «Supplementary Investigation in 1809 of the figure of the Earth and Isostasy», pág. 77).

Dans ses séances plénières des 6 et 7 octobre, la Section (1) a été appelée à se prononcer sur les propositions du Comité exécutif. A la suite d'une longue et intéressante discussion, qui sera publiée dans les Procès-verbaux de la session, la Section a décidé :

à l'unanimité qu'il y avait lieu d'adopter un ellipsoïde international de référence.

Consultée successivement sur le choix des deux paramètres de cet ellipsoïde elle a adopté :

à la presque unanimité l'aplatissement $1/297,0$.

à la majorité le demi grand axe $6.378.388 \text{ m.}$ à l'exclusion d'un nombre arrondi.

Ainsi l'ensemble des propositions du Comité exécutif a été ratifié et la signification qu'il convient d'accorder à la décision de la Section de Géodésie est celle qui est précisée dans l'exposé suivant des motifs du Comité exécutif :

«Il ne s'agit nullement d'imposer aux nations dont la triangulation est ancienne ou très avancée un ellipsoïde nouveau sur lequel elles devraient calculer à nouveau leurs réseaux. Si elles peuvent le faire sans trop de difficulté ce sera mieux, mais on ne saurait évidemment les y obliger et toute prescription dans ce sens resterait illusoire.

L'ellipsoïde international devra être employé de préférence à tout autre :

1.° dans les pays récemment ouverts à la Géodésie, pour les trian-

(1) La Section comprenait à Madrid une cinquantaine de Membres présents représentant 25 nations : l'Australie, la Belgique, le Canada, le Danemark, l'Égypte, l'Espagne, les États-Unis, la France, la Grande-Bretagne, la Grèce, l'Italie, le Japon, le Maroc, le Mexique, la Norvège, les Pays-Bas, le Pérou, la Pologne, le Portugal, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, le Venezuela.

gulations tout nouvellement entreprises, à peine commencées, dont le calcul sera aisé à reprendre, ou pour celles à entreprendre à l'avenir;

2.° dans les pays déjà couverts de travaux géodésiques quand il s'agira de procéder, pour un motif quelconque, à la réfection de ces travaux;

3.° chaque fois qu'il s'agira de calculer pour les besoins de la géodésie supérieure les déviations de la verticale par rapport à un ellipsoïde déterminé.

On pourra ainsi espérer que les triangulations des immenses territoires qui restent encore à conquérir à la géodésie seront calculées sur un même ellipsoïde, qu'un certain nombre de pays referont leur triangulation dans le même système. Si l'homogénéité ne saurait être complète, au grand pas aura du moins été fait dans la voie de l'unification des systèmes si désirée par les géodésiens ce qui facilitera grandement la discussion et la résolution d'un grand nombre d'importants problèmes».

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes :

- O Infante D. Henrique (1894)** — Número comemorativo do 5.º centenario do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira, de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães** — Número comemorativo do 4.º centenario de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa-Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez**, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5\$00
- Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra.** A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6\$00
- Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)**..... 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra**, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4\$50
- Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade**, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II**, por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica**, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões**, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Serão publicados 10 números anualmente. Cada um compreenderá cêrca de 100 páginas de artigos além da Bibliografia de Revistas que será iniciada brevemente. Os artigos serão publicados na língua preferida pelo autor. Cada 5 números formarão um volume com frontispício, índice e capa especial.

Preço de cada número avulso..... 10000

ASSINATURAS

Preço de dez números..... £ 1

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados 71 volumes vendem-se por 1 £ os anteriores a 1900 e por 15 sch. os posteriores.

Aceitam-se anúncios para páginas suplementares.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência literária e sôbre administração deverá ser dirigida para a secretaria geral da Redação d'O Instituto, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, n.º 1 — COIMBRA

1925
VOLUME 72.º



4.ª SÉRIE
1.º ANO
NÚMERO 4

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1925

O *Instituto* é uma publicação periódica do Instituto de Coimbra, Sociedade científica, literária e artística fundada em 1852. No ano findo de 1924 completou 3 séries, que constituem uma colecção de 71 volumes.

Inicia-se agora uma quarta série com importantes melhoramentos, conservando-se ao mesmo tempo as características que os seus ilustres fundadores adoptaram

A colaboração é dos seus membros, e os artigos serão acompanhados dos retratos dos seus autores, com o fac-simile da sua assinatura.

A COMISSÃO DE REDACÇÃO é constituída pela seguinte forma:

MEMBROS HONORÁRIOS

Prof. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, da Universidade de Coimbra. — Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto, Antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, da I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elisio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Luciano P. da Silva, da U. C., D. E. N. S. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da secção de sciências fisico-químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Candido Sotto Mayor — Marquez de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães.

INDEX

<i>Causas da decadência do Império português</i> , por Fortunato de Almeida.....	367
<i>Tórres solarengas do Alto Minho</i> , por Luis de Figueiredo da Guerra.....	415
<i>Subsidios para a Historia da musica em Portugal</i> , por Sousa Viterbo.....	466
<i>A vida dum Homem — Ferreira da Silva (1853-1923)</i> , por D. António Pereira Forjaz.....	481

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

O Instituto publicará nos próximos números, dentre outros, os artigos seguintes :

A rainha Catarina de Austria e a União de Portugal a Espanha, pelo prof. J. M. de Queiroz Veloso.

Os portugueses da Renascença, a medicina tropical e a parasitologia, pelo prof. Carlos França.

O «Parnaso» de Camões, fonte d'«Os Lusíadas», pelo prof. Júlio Afrânio Peixoto.

Prehistória de Salamanca, pelo P.^o Cesar Moran Bardon (Com ilustrações).

Observações meteorológicas de 1914 a 1924 no campo experimental de climatologia agrícola do Instituto Superior de Agronomia, pelo prof. Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo.

Inícios da física e da química na Universidade de Coimbra, pelo prof. Henrique Teixeira Bastos.

Portugal en el Museo del Prado, por Felix de Llanos y Torriglia (Com ilustrações).

El-Rei D. Sebastião em Marrocos, por Afonso de Dornelas.

Vantagem do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa, pelo Dr. P. Laranjo Coelho.

Joseph de la Vega e o seu livro Confusión de las confusiones, pelo prof. Moses Bensabat Amzalak.

Jacob de Castro Sarmiento e a filosofia inglesa em Portugal no século XVIII, pelo prof. Joaquim de Carvalho.

Siças e alcavalas, pelo prof. Francisco António Correia.

Algumas considerações sobre a epopeia alemã KUDRUN, a propósito das

referências que ali se fazem a Portugal, pelo prof. Gustavo Cordeiro Ramos.

O Brasil. A terra e a Gente, pelo Dr. A. Bettencourt Rodrigues.

As relações diplomáticas entre Portugal e a Inglaterra de 1640 a 1668, pelo prof. Edgar Prestage.

Uma crónica inédita da congregação dos agostinhos descalços em Portugal, por A. G. de Rocha Madail.

Sobre localizações cerebrais, pelo prof. Maximino Correia.

Sur une transformation birationnelle monoïdale involutive, pelo prof. Lucien Godeaux.

Motores gázogêneos, por G. Königs, do Instituto de França.

*Navigation aerienn*e pelo Almirante Gago Coutinho.

Étude du rayonnement solaire dans les colonies portugaises, pelo prof. L. Gorezynski.

O ensino secundário em Portugal, por Ruben Landa Vaz.

Determinação da variação das latitudes pela observação dos azimuths. — Um plano de organização tradicional actualisada do Estado. — Novas theorias fisicas. — Variação da intensidade luminosa dos grãos de Baily, pelo prof. Costa Lôbo.

S.^t Simon, pelo prof. Stephano Bayer.

O planeta Marte, por Victoriano Ascarza, do Observatório de Madrid.

Atmosphère Solaire, por Lucien d'Azambuja, do Observatório de Meudon.

Fastos episcopais da Igreja de Braga, por Mgr. José Augusto Ferreira.



CAUSAS DA DECADÊNCIA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1)

MEUS SENHORES:

Em 1515, quando ia terminar o govêrno de Afonso de Albuquerque no Oriente, quasi atingia o império português o máximo da sua extensão. Com prodigioso desenvolvimento de actividade, que não tem igual na história pela grandeza dos planos, nem pela audaciosa execução dêles, os portugueses faziam tremular a sua bandeira nos oceanos até às mais longínquas paragens, e em remotas fortalezas, destinadas a outras tantas bases estratégicas de acção política e principalmente de tráfego comercial.

A occidente ia adeantada a colonização das ilhas do Atlântico, nos Açôres, na Madeira, em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe. Outras, ainda não occupadas, pertenciam a Portugal por direito de descobrimento.

No Brasil repetiam-se com bons auspícios as tentativas de exploração comercial, em vários pontos da sua extensa costa.

Na África, as praças e fortalezas do norte dominavam o estreito de Gibraltár, ao passo que outras vigiavam o Atlântico, ainda na costa marroquina. Mais ao sul a fortaleza de Arguim; o castelo de S. Jorge da Mina; toda a

(1) Conferência realizada na sala dos Actos Grandes da Universidade por Fortunato de Almeida, sócio efectivo do Instituto de Coimbra.

costa occidental, exceptuada a secção de Angola ao Cabo, explorada e constantemente freqüentada pelos nossos navios.

Na imensa linha costeira do Cabo de Bôa Esperança ao cabo de Guardafui, quási toda a costa reconhecida, alguns pontos occupados ou freqüentados e a fortaleza de Sofala como ponto máximo de apoio.

O mar Rôxo dominado pelas nossas frotas. Toda a costa de Cambaia rendida pela fortaleza de Ormuz; a costa do Malabar prostrada deante de Gôa; Ceilão pacificada; a costa de Choromandel visitada pelos nossos navios. Malaca, que era a porta do extremo Oriente, estava em nosso poder; começavam as tentativas na China, depois de reconhecidos os portos de Sião; feitorias e fortalezas em Samatra, em Java, nas ilhas de Maluco e em muitas outras de aqueles mares.

...! E se mais mundo houvera lá chegaram!

É admirável o esforço necessário para que um pequeno povo do occidente, com tão limitados recursos e em menos de um século, levasse tão longe a sua acção, através de dificuldades que a todos pareciam insuperáveis. Tal esforço, que era como arranco ingente da vitalidade nacional, não bastava para sustentar o vastíssimo império, de antemão condenado, portanto, a breve e fatal ruína.

Numa das suas *Cartas sobre a história de Portugal*, pretendeu Alexandre Herculano fixar o início da decadência do nosso país no reinado de D. João II; e chegou até ao excesso de rigor cronológico, de o fazer coincidir com as Côrtes começadas em Évora em 1481 e concluidas no ano seguinte em Viana de a par de Alvito. Seguindo atentamente os conceitos que o grande historiador desenvolveu a êste propósito, facilmente se reconhece que êle confundiu factos heterogéneos, de natureza, caracteres e conseqüências diversas.

Nas Côrtes de 1481-1482, vibrou-se o golpe formidável que humilhou o poderio da nobreza e quasi confundiu as classes perante a autoridade real engrandecida. Era a mesma orientação seguida em todos os Estados da Europa occidental e central. Mas a humilhação das classes não era sintoma, e muito menos factor da decadência da nação; antes por toda a parte estava consagrado o critério, estabelecido pelos jurisconsultos da escola de Bolonha, de que a autoridade do Príncipe sobrelevava a todos os elementos nacionais, e de que o seu decidido predomínio era condição de prosperidade. Os factos não desmentiram êste conceito, senão quando outros factores intervieram a perturbar a acção do poder central.

É no reinado de D. Manuel que se completa a grande empresa sonhada desde os tempos do Infante D. Henrique, chegando à Índia, desvendando o mistério dos mares orientais, assinalando ali a fôrça do braço heroico dos portuguezes, trazendo à Europa as maravilhas do comércio oriental; é então que os portuguezes desenvolvem a sua maior actividade, cruzando triunfantes os mares em todos os sentidos. O império portuguez atinge naquela época a sua maior grandeza e fôrça, para entrar em decadência vertiginosa logo que a morte gela o braço forte de Albuquerque e apaga aquele espirito de vidente, mais notável ainda como homem de govêrno do que como extraordinário cabo de guerra.

Em quinze anos, o império portuguez de tal modo se alargara, que não era mais possível suprir com as maravilhas do génio as deficiências de Portugal.

Não tínhamos homens nem dinheiro. A diminuta população portuguesa disseminava-se por mil terras longínquas; era dizimada por crueis epidemias que quasi não cessavam; por constantes guerras e conquistas na África e no Oriente; por naufrágios que a braveza dos mares e as imperfeições da navegação tornavam freqüentes; pelas lutas com corsários

muçulmanos que chegavam até aos portos da metrópole, e pelos não menos odiosos corsários franceses e ingleses, que salteavam as naus e as terras de além mar, na avidez do roubo e na fúria de saciar o fanatismo herético.

Faltavam também os recursos financeiros, e faltavam de longa data. A perspectiva das riquezas da Índia, que seduzia até o claro espírito de Afonso de Albuquerque, muito confiado nelas, já pelo mau sistema da sua exploração, já pela natural demora dos seus efeitos, recuava como a miragem do deserto; nem podiam elas desde logo acudir a tantos e inadiáveis encargos. E assim se tornou aflitiva a falta de navios, a falta de munições e armas de guerra, a falta de dinheiro para sustento da gente.

Tais foram, em resumo, as causas da decadência do império português. Examinemos agora individualmente as principais.

MEUS SENHORES:

Ao principiar o século xv, a população portuguesa mal atingiria o número de um milhão de habitantes. Quando ainda se faziam sentir os efeitos da guerra da independência, iam dar-se novas perdas de gente com as conquistas ao norte de África e com as viagens marítimas.

As Côrtes de Santarém de 1434 revelam que os homens que iam para Ceuta eram obrigados a servir lá mais que o tempo designado na lei; e por isso iam constrangidos, como quem ia desterrado. Na sua resposta aos procuradores dos concelhos, El-Rei não nega o facto, que se explica por falta de gente para guarnecer aquela praça (1).

Nas mesmas Côrtes de Santarém de 1434, pediam os procuradores dos concelhos a El-Rei, que procurasse quanto

(1) Padre Cunha Brito, *Os pergaminhos da Camara de Ponte de Lima*, no *Archeologo Portuguez*, vol. XIV, pág. 73.

possível evitar as guerras, por causa das grandes perdas de vidas e de riquezas que delas se seguiam; e que nenhuma guerra se declarasse, nem se fizessem armadas em que o povo tivesse de concorrer com seus corpos e haveres, sem o mesmo povo ser ouvido em Côrtes, nem contra sua vontade (1).

A insuficiência da população do reino para as conquistas de além-mar era reconhecida e confessada. O Infante D. Pedro, em 1436, na sessão do Conselho em que se deliberava a expedição contra Tânger, perguntava o que se faria a Tânger, Alcácer e Arzila, no caso de serem conquistadas aquelas terras; porque povoá-las, com o reino tão despovoado e minguido de gente, era impossível (2).

Um dos expedientes a que então se recorreu para engrossar de gente a expedição foi aproveitar os criminosos que andavam homiziados, com algumas restrições à cerca dos réus de certos crimes. A uns era prometida carta de perdão no regresso; outros seriam na volta havidos na consideração que merecessem pelo serviço de Deus e de El-Rei (3). Era também, mas disfarçada, a promessa do perdão; e efectivamente numerosos perdões foram concedidos por serviços prestados em Tânger, a avaliar pelas leis de 9 de Novembro e 23 de Dezembro de 1437, nas quais se deu largo cumprimento às promessas anteriores; e a julgar também por tantas cartas de perdão publicadas pelo Sr. Pedro de Azevedo (4).

(1) *Id., ib.*, vol. cit., pág. 71.

(2) «Mas, posto caso que passasseis e tomassees Tanger, Alcacer, Arzila, queria, Senhor, saber que lhe fariees; porque povoardelas com Regno tam despovorado e tam minguido de gente, como he este vosso, he impossivel...». Rui de Pina, *Chronica de El-Rei D. Duarte*, cap. XIX.

(3) *Ord. Af.*, liv. V, tit. LXXXV

(4) *Ord. Af.*, liv. V, tit. LXXXVI. Vid. Pedro de Azevedo, *Documentos das Chancelarias Reais*, *passim*.

Apesar de todos os esforços e diligências, não se conseguiu ajuntar para a expedição de Tânger metade da gente que se reputara necessária (1).

A semelhante expediente de perdões se recorrera antes, para abastecer de gente a praça de Ceuta. Em lei de 10

(1) O comandante da expedição era, como se sabe, o Infante D. Henrique. Já em Ceuta, «porque o tempo se chegava pera o Ifante proseguir ho fim porque alli fora, fez alardo per sy a toda a gente de sua ordenança, e ainda naõ achou compridos dous mil de Cavallo e mil Beesteiros e tres mil Piaaês: donde, pera comprimento dos catorze mil homẽs que lhe foram ordenados, falleciam oito mil: e a causa de tamanha quebra nom foi huuã, mas muytas; porque a gente do Regno, que foi percebida, ouve esta hida por tam pezada, que a mais quiz encorrer nas penas, de perderem as fazendas, que lhes foy posta, antes que se riscarem de perder com ellas as vidas: e principalmente ouve grande fallecimento de dinheiro; porque ha fazenda d'ElRey, nem os pedidos nom abastarom, nem o dinheiro dos Orfaaõs, que se mais pera isso tomou: e tambem deu grande torva a myngoia dos Navios que fallecerom nos fretes, que com os Feytores d'ElRey tynham contratados; porque os de Frandes e Alemanha foram impedidos por guerras que antre sy aviam, e os de Bizcaya, por defesas dos Officiaaes d'ElRey de Castella que ho contrariãrom. E esta gente e frota, ao tempo que hos Ifantes partiram de Lixboa, bem pareceo, que com a do Porto mais nom era abastante para o fecto que se emprendia...» «Veendo (o Infante D. Henrique) em Cepta tanta myngoia de gente pera tamanhas forças contra que era sua tençom e contenda, teve conselho sobre que faria: e os mais de todos lhe conselharom que, atee ho notificar a ElRey, devia sobrseer e nom cometer cousa tam duvidosa e de tanto perygo, e que, em tanto poderia fazer aos Mouros a guerra e dano que lhe bem parecesse. Mas ho Ifante, seendo de contrayra opiniam, disse: *Bem sey que, pera tam grande fecto, esta gente he assas pouca: mas parece que Deos ordena e ha por bem que nos, assy como aquy aportamos, tomamos por seu Serviço este trabalho, pera mais acrecentamento em nossas honrras e, ante elle, mayores merecimentos; e por tanto avee por certo que, ainda que menos gente tevesse, eu nom estaria nesta Cidade, pella maneira que me aconselhaaes, nem leyxaria de proseguir o fecto pera que venho*». Rui de Pina, *Chronica de El-Rei D. Duarte*, cap. XXII.

de Abril de 1434 determinara-se que os homiziados que em Ceuta estivessem sete anos seguidos fôsem perdoados do crime de morte de propósito; os que estivessem cinco anos teriam o perdão do crime de morte filiado em rixa; e de outros crimes seriam perdoados, se estivessem em Ceuta um ano, dois, ou três, segundo a natureza dos malefícios (1). Finalmente chegou-se também a transferir para Ceuta os desterros que se impunham para dentro do reino, com redução do tempo da pena (2).

Na acta do célebre conselho que no convento do Espinheiro se reuniu em 1477, e ao qual de outra vez nos referiremos, reconhecia o Príncipe D. João que não havia gente bastante para o reino se poder defender (3).

Quando a esfera de acção se alargou aos imensos mares e terras orientais, tornou-se muito mais sensível a escassez de gente.

Em princípios de 1506 houve grande dificuldade em aperceber de homens a armada de Tristão da Cunha. Lisboa ardia em peste; houve muitos dias de morrerem cento e vinte pessoas; na própria nau de Tristão da Cunha, antes da partida, morreram seis ou sete. Como a gente do reino se recusava a ir meter-se no foco do contágio, foi necessário, para completar o número de homens, que El-Rei mandasse

(1) *Ord. Af.*, liv. V, tit. LXXXIV. Entre os documentos publicados pelo Sr. Pedro de Azevedo na ob. cit., veja-se a carta de perdão de 14 de Maio de 1440, a pág. 156.

(2) *Ord. Af.*, liv. V, tit. CXIV.

(3) ... «Veemdo elle (*Principe*) ho gramde trabalho em que estes rreinos erã postos pella grande mimgoa que padeciã asy de justiça como por nõ aver neelles çerta determinada jemte pera sservir em guerra sem a qual em tall tempo como este craramente sse mostrava o Reino nom sse poder defemder...» A. Braamcamp Freire, *Auto do Conselho havido no Espinheiro em 1477*, no *Archivo Historico Portuguez*, vol. I, pág. 199.

soltar e aproveitar alguns presos que estavam condenados a degrêdo para outras partes (1).

Do Oriente chegavam urgentes pedidos de gente, armas e navios. Em 1510 empregavam-se todas as diligências para recrutar homens que fôsem servir na Índia. Por carta de aquele ano, concedia El-Rei muitas mercês e privilégios aos que fôsem na armada que devia partir no ano seguinte (2); mas deviam ter fraco êxito semelhantes diligências, pois documentos da primavera de 1512 pintam com negras côres as necessidades que no Oriente se faziam sentir. Tudo ali se reduzia a alguns navios pôdres, e, para guarnecer todas as fortalezas, mil e quinhentos homens, metade dos quais eram inaproveitáveis. Inimigos de Afonso de Albuquerque levantaram muita gente que em seus navios trouxeram para o reino, oficiais e condenados que lá serviam, dizendo que não era serviço de El-Rei haver tanta gente na Índia (3). «E

(1) João de Barros, *Década I*, liv. I, cap. I.

(2) *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre de Tombo*, pág. 226.

(3) E acrescentavam — refere Afonso de Albuquerque: «que eu tomara Goa com $\overline{\text{iiij}}$ (3.000) homees; e eles ssabiam çerto que eram elles mill e sejscentos e ojtemta per roll feito per Amtonjo Fernandez criado de Dom Martjnho, feitor d armada em Amjediva, e que d estes que digo, eram duzentos e cjmquenta das naos de Dioguo Mendez, e setemta d Emxobregas, e do Bretam trinta e sejs, e da Livuarda quaremta, a quall jemte nam he da ordenanca da Jmdia, que ssam naaos de carga e am d ijr ssua viagem em seu tempo, e per esta conta, senhor, que diguo, ficavam mill e duzentos; tiramdo d aquy çem malabares, ficam mill e çemto, e ficavam em Cananor ssetemta homeens d ordenamça e em Cochim ficarjam ojtemta d ordenamça, e jsto porque a voss armada amdava ssobre ho pesçoço das vosas fortelezas...». Carta de Afonso de Afonso de Albuquerque a El-Rei no 1.º de Abril de 1512, em *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, pág. 238.

. . . «E portamto diguo, senhor, que aquemtees ho feito da Jmdia muy grossamente com jemte e armas...». *Ib.*, pág. 237.

sabe Voss Alteza ho que naçe d este dessemparo e neçesidade em que me vejo? Tomar Malaca duas vezes, e tomar duas vezes Goa, e pelejar duas vezes com Urmuz, e amdar em hũa tavao no mar por rremedear as coussas de voso seruiço e mjnha obrigaçam; e... sse me Voss Alteza mandase os aparelhos, jemte e armas, que cumpre pera ho que mandaees fazer, nam metera eu a jemte duas vezes no foguo em Malaca, nem em Goa duas vezes, nem os mouros d'Urmuz nam tiveram a vossa forteleza, que eu começey, em seu poder» (1).

Meses depois estava Afonso de Albuquerque mais animado, por lhe terem chegado reforços de homens e armamentos. O primeiro efeito moral foi escreverem-lhe logo todos os Reis e senhores da Índia a fazerem-lhe muitos oferecimentos (2). Todavia a gente não era ainda tanta como

(1) Carta cit., *ib.*, pág. 239.

(2) «As armas que vos alteza mandou, deixo de dizer o grande seruiço que foy voso; mas ainda, senhor, fizestes niso seruiço a deus, porque eu vos juro pola verdade que sam obrygado a dizer a vosalteza, que na imdia averya antes da chegada destas armadas mill e duzentos homeens, deles em malaca, deles em goa e em outras fortelezas, e amtr eles nam avia trezentos homeens armados, e ametade deles sem lamças, e na vosa armada nem nas vosas fortelezas somente hũa arma, nem lamça, nem pique; e esta he a verdade...». «Vya (*eu Albuquerque*) malaca em voso poder, qu é fonte das especearias e Riquezas destas partes e chave da navegaçam do estreito, e goa, que he freo de toda imdia e seguramça de toda a navegação das naaos de vosa carga, escapola principall das mercadarias que vam pera ho regno de narsymga e pera o regno de daquem; e nam ver jemte nem armas pera as segurar e comseruar, pera tomarem asemto, e ver vos mamdar á imdia sem jemte e sem armas, tiramdo vos alteza hum milham d ouro, parecia pecados meus, que ordenavam darem algum açoute em minha omrra.» Carta de Afonso de Albuquerque a El-Rei, em 18 de Outubro de 1512, nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*, tom. I, pág. 91-92.

seria para desejar, projectando Afonso de Albuquerque penetrar no mar Rôxo para dar caça aos rumes (1).

Não era só a Índia que reclamava soldados. Ceuta fôra desde o princípio um sorvedoiro de gente; depois as dificuldades agravaram-se com as conquistas de Alcácer Ceguér, Tânger e Arzila, no tempo de D. Afonso V; no reinado de D. Manuel cresceram Tite, Safim, Almedina e Azamor. Para guarnecer todas aquelas praças e várias outras, contra os ataques constantes dos mouros, era necessário estabelecer uma corrente quási constante de socorros de Portugal para o norte de Africa.

Muitos preferiam a vida pacífica do reino e recusavam-se a partir para terras tão remotas. Nos fins de 1537, quando D. João III pensava em mandar á Índia o Infante D. Luis, seu irmão, com uma grande armada de quarenta naus e oito mil homens, quis obrigar a embarcar os morgados. Os pais dêstes agravaram-se de El-Rei. D. Pedro de Eça escusava-se, dizendo que não possuía cousa alguma da Corôa; e se alguma cousa tinha bem lha podiam tirar. El-Rei, escandalizado, mandou-o riscar dos seus livros. Como D. João III insistisse na pretensão de irem os morgados, os pais agravaram para a Mesa da Consciência, então presidida por D. João Soares, que foi Bispo de Coimbra. Os deputados da Mesa sentenciaram, que El-Rei não podia obrigar os morgados a ir á Índia; porque como aquela terra fôra descoberta

(1) «Portanto minha detreminação he, ajudando me noso senhor, entrar ho estreito est ano, posto que tenha poucas naos e muyto em que emtemder, e fazer ho que me parecer voso serviço e o que noso senhor ouuer por bem; e a jemte nam he tamta na imdia como vos alteza cuida pera este feito, se fose necesareo defemder lho com força de jemte e armas, porque malaca jemte acupa e goa, e nam ha mester que lha tirem por hum ano ou dous, ataa que se façam tam mamsas como cochim...» Carta de Afonso de Albuquerque a El-Rei, em 30 de Outubro de 1512, nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*, tom. I, pág. 96.

para comércio e trato, não tinham os morgados obrigação de acudir a ela; e que só aos logares de África, por serem fronteiros, os poderia obrigar.

Depois desistiu-se de enviar o Infante D. Luís, e reduziu-se o projecto a uma armada de doze naus e quatro mil homens, ás ordens de D. Garcia de Noronha, nomeado Viso-Rei. Pois nem êste número de quatro mil foi possível perfazer! Publicou-se o perdão das penas aos que embarcassem na armada e fôsem reus de quaisquer crimes, exceptuados os cometidos contra a religião e os de lesa-majestade. Como isto ainda não bastasse, mandou El-Rei por todas as cadeias e prisões do reino, que todos os homens que estivessem presos, degradados e ainda sentenciados á morte, se levassem ás prisões de Lisboa, a fim de embarcarem ali para a Índia, comutando aos sentenciados á morte a pena em degredo perpétuo para aquelas partes; os degredos perpétuos em três anos; e os degredos de três e quatro anos eram perdoados, se os condenados a êles embarcassem para a Índia (1).

Não será necessário aduzir mais provas da insuficiência da população portuguesa para sustentar e defender tão vasto império e tirar dêle as imensas vantagens que oferecia.

Á exiguidade da população, meus Senhores, acrescia a falta de navios para transporte de gente e de mercadorias, para vigiarem as estradas comerciais e socorrerem as fortalezas. Como os navios eram em número insufficiente, suscitavam-se alvitres para melhor os aproveitar. Em 1523 ponderava António da Fonseca a D. João III o pouco proveito que resultava de tantas armadas para Bengala, Pegú, Pacém, Choromandel, Malucas, Banda e China; e opinava que maior proveito se tiraria de uma só armada, forte e bem orde-

(1) Diogo do Couto, *Década V*, liv. III, cap. VIII.

nada que corresse os mares e as costas e impusesse temor e respeito a amigos e inimigos (1).

A falta de navios era causa de novos desastres, por se aproveitarem até aqueles que não tinham condições de segurança. São tantos os documentos e os logares dos nossos escritores em que se fala de navios pôdres ou em mau estado que naufragavam, — que só a audácia temerária e cega explica que neles se aventurassem tantas vidas e riquezas sem escrúpulo(2).

Para se avaliar da grande quantidade de navios necessários à actividade portuguesa do primeiro quartel do século XVI, é necessário recordar que a viagem de Lisboa à Índia levava cinco a seis meses na ida e outro tanto tempo no regresso. Mais tempo se gastava ainda quando as armadas percorriam a costa oriental de África até o cabo Guardafui para descerem pela costa de Cambaia. Da Índia á China, ou ás ilhas de Banda e de Maluco, eram as viagens muito morosas também. E não era só ás carreiras de Oriente que se atendia: a cada passo se expediam navios para o norte de África, para a costa occidental, para as ilhas do Atlântico, Brasil, portos de Flandres e de outros países da Europa.

Os naufrágios eram tão freqüentes e desastrosos em suas conseqüências, que inspiraram a nova e sentida espécie literária que na *Historia Tragico-Maritima* nos faz estremecer a alma, com a descrição sentida de tragédias horríveis(3).

(1) Carta de António da Fonseca a El-Rei, em 18 de Outubro de 1523, em *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, pág. 482-483.

(2) Vid *Alguns documentos* cit., pág. 238, 258, 389, 397; *Cartas de Afonso de Albuquerque*, tom. I, pág. 29, 66, 67 e 69.

(3) Como se sabe, a *Historia Tragico-Maritima*, é uma colecção de relações de naufrágios e sucessos infelizes de navegadores portugueses, feita por Bernardo Gomes de Brito (2 vol., Lisboa, 1735, 1736). Fez-se nova edição em Lisboa, 1904-1905.

Bem escreveu João de Barros, que o Oceano foi principal sepultura dos portugueses, depois que começaram seus descobrimentos (1).

Já apontei uma das causas dos naufrágios, o aproveitamento de navios pôdres ou em mau estado. Outras, igualmente graves, eram a imperfeição das construções navais, a imperícia de certos pilotos, a dificuldade da navegação em mares embravecidos, o desconhecimento das quadras mais favoráveis ou mais perigosas em ignoradas paragens, o excesso de cargas, que não deixavam o navio obedecer ao govêrno, e a má arrumação das cargas a bordo.

Muitas das naus eram grandes em demasia, para saciarem a cobiça de maior carga. Em cada uma das naus perdidas — diz Barros — «podemos affirmar q̄ se perde hũa mui nobre villa deste Reyno, em substancia de fazēda, & em nobreza de gente» (2). Êste conceito é confirmado pelo Padre João de Lucena, que, escrevendo na segunda metade do século xvi, testemunha que cada nau levava seiscentas, oitocentas e ás vezes mais de mil pessoas, de ambos os sexos e de todas as idades e condições. Diz êle :

... «Lembro que represente cada hum a si mesmo, & pése bẽ consigo que cousa he hũa nao da India posta á vela com seis centas, oito centas, & ás vezes mais de mil pessoas dentro em si, homēs, molheres, minimos, liures, escrauos, nobres, pouo, mercadores, soldados, gente do mar. Nada sem duuida encareceo quem a comparou a hũa grande villa. A viagem, quando muyto boa, nem pede menos de cinco meses : em os quais nam ha necessidade, nem trabalho, nem perigo, que se nam corra, & padeça; na desigualdade dos tempos, nas calmarias de Guiné, nas tormentas do Cabo, na

(1) *Década II*, liv. VII, cap. I.

(2) Ob. e log. cit.

corrupçam dos mantimentos na linha, no aperto continuo dos gasalhados, nas postemas, nas febres, nas modorras, na perpetua sombra, & presença da mesma morte. Pois na multidam, & mistura de tanta gente, & toda quasi enleuada no interesse da fazenda, por quem tam prodigamente auenturam as vidas, quanto he o descuido da consciencia, a liberdade dos costumes, o esquecimento de Deos?» (1).

Por semelhantes testemunhos se pode avaliar a perda que representavam, em gente e fazendas, os naufrágios repetidos.

Sôbre as causas dêles dizia uma das narrativas coligidas na *Historia Tragico-Maritima*: «É couza que muito magôa, considerar na perda de tantas naos desta carreira da India, e quasi todas por desastres, e cobiça insaciavel: e não quero dizer o porque mais. Só digo, que os que andam nella, ponham os olhos em quantos perderam vidas e fazendas, e o porque, e se advirtam do que lhes cumpre nesta materia; e não chamo desastres ás que tomaram os coçarios, e fizeram perder; porque isso são casos fortuitos de guerra...»

E adeante: «Porém ainda que todas as naos já nomeadas, podemos colligir que quasi todas se perdessem por desastres, as outras que agora se seguem, não por desastre, mas por cobiça se perderam, que é mal antigo e conhecido nesta carreira, e de todos chorado, e de ninguem remediado, sendo o remedio disso tão necessario, como he haver naos e ministros para ellas; porque realmente pela maior parte nesta carreira anda gente de insaciavel cobiça... Assim são os que carregam, ou sobre carregam na India as naos com tanta cobiça, que parece que não esperam de chegar a este

(1) *Historia da Vida do Padre Francisco Xavier*, l. I, cap. XI, pág. 41-42 da edição de 1600.

reino, senão em fazendo véla irem-se a pique ao fundo. E é couza lastimosa, e para chorar com lagrimas de sangue ver a multidão de naos que em poucos annos se perderam por cobiça, em que não só é de considerar a grande soma de riqueza que nellas comeo o mar (que fique no arbitrio de cada um) mas a perda de tanta gente, não só fidalgos, soldados de grande valor, mas pilotos, mestres, nautas, e bombardeiros, gente toda feita nesta carreira, que lá fazem notavel mingoa.»

Fala em seguida dos defeitos de construção das naus:

«E seja a primeira parte desta cobiça, a que muitos murmuram, da querena italiana, que se dá a estas naos, não por melhor fim, mas por se poupar parte do culto (?), que fazem pondo-se a monte, como importa a estas nossas caracas; e ás naos de Levante baste embora a querena no mar, porque a sua carga é de vidros, e espelhos, e o seo mar differente do Oceano, e em que cada tres dias podem tomar porto; basta que é mar de galés, aonde bastam umas naos vazias como torres; e as nossas naos da India atravessam o mar Oceano de Polo a Polo, e passam o Cabo de Boa Esperança, não carregadas de vidro, senão sobre-carregadas de grandes máchinas de caixões, e fardos, e drogas pezadissimas, e contendem com a furia dos quatro elementos, e caminham cinco e seis mil legoas, com todo o successo do tempo; e a querena para ellas é tão danosa, como se tem visto pela multidão das naos, que depois que ella se usa, se perderam, . . . não por desastres, como algumas das já nomeadas, mas por cobiça, e pouco tento, e por se cuidar que é provisão a querena, e provisão dar-se o concerto das naos de empreitada, e que se poupa na bolça dos contratadores. Em esta forma perde-se o reino assim pela surda, porque a querena desencaderna toda uma nao, e é forçado calafeta-la molhada, e mal vista pela quilha, e partes importantes, e a impreitada concerta-se como quer, e não como deve; e a

nao para ser bem concertada, ha de ser pondo-se a monte, e secando-se primeiro muito bem, porque não cuspa o calafetado» etc. (1).

«A terceira causa, que bota a perder as naos, e o reino, e a India, e tudo, é a dos que navegam nesta carreira, em sobrecarregarem as naos, e as arrumarem mal, com o leve em baixo e o pezado em cima; o que não só descompassa as naos, mas basta qualquer occasião para abrirem, e se perderem tantas, como temos visto, abertas todas indo-se ao fundo.»

Depois de mencionar onze naus que naufragaram, continua:

«Todas estas onze naos se perderam abertas indo-se ao fundo com carga, porque é tanta a que lhes põem, não só dentro em seo bojo, mas sobre as cubertas, e por fóra do costado, que não sómente abrem (como está dito) mas inteiras se vão a pique ao fundo, com a sobre-carga...» (2).

Da inexperiência de certos pilotos fala Diogo do Couto no *Dialogo do Soldado Pratico*, pondo na bôca do soldado estas palavras:

... «Eu não sou nada amigo destes Pilotos das pousadas, destes que tem grandes mappa-mundos, e que cuidam que trazem a esphera mettida no bucho; que de olharem sempre para o Sol, e para a Lua, e para as Estrellas, e os Ceos donde correm, dam mais topada, que huma besta que embica; e nunca vi a nenhum destes em Náo, que se não

(1) João de Barros, *Decada III*, l. VIII, cap. VIII, falando de um junco, que, «por ser pequeno & muito carregado, com o primeiro tempo se alagou», diz que as desventuras dos portuguezes eram «maes causadas da cobiça do fruto que ella (*ilha de Banda*) dá, q̄ todos pretendem trazer, q̄ da desordem dos téporaes. E ás vezes permite Deos q̄ da semête da cobiça, se colhẽ os desastres do perdimento dos jũcos, & da fazêda que nelles vae, & o dono em cima».

(2) *Historia Tragico-Maritima*, Lisboa, 1905, t. VII, pág. 82 e seg.

perdesse como o Grão João de Lisboa, e o Barbosa; também estes eraõ Cavalleiros de Christo, e chamavaõ-se Deoses do mar, e sempre deraõ com as Náos em terra, donde perdêraõ as vidas juntamente com muitos, e as fazendas: eu sou muito amigo de Pilotos para o mar, que comecem nellas de pagens a grumetes, e de grumetes a marinheiros, e dahi só subindo por seu curso até chegar de grão Mestre a Piloto, porque a experiencia destes he hum saber vivo, e naõ pintado conhecimento, da terra, do mar, das aves, dos sargaços, das trombetas, dos lobos, do Cabo de Boa Esperança, e dos fundos donde lançam seus prumos, das aguas marcadas, das Costas; até os peixes que correm com a Náo, os que pescam lhes servem para informação de sua viagem, e da paragem aonde estam, e quando se fazem com Ilhas, ou baixos, naõ sómente pela altura, e caminho que fazem, sabem se lhes ficam a barlavento, se a sotavento, mas ainda do caminho que fazem ás vezes sobre a terra se aproveitam para o saber» etc. (1).

Da falta de elementos para fabrico e equipamento das naus, diz:

... «Vi sempre estar apodrecendo a Armada no mar... e o mais necessario estava em Gibraleaõ; e páos naõ pelem: que aproveita ter Armada no mar, se os mantimentos estaõ em mão de nossos inimigos, e não no Almazem de S. Alteza, e os biscoutos estaõ por fazer, e ha mister quatro meses para se fazerem, e as cotonias para as vélas estaõ em Cambaya, e o cairo, e azeite no Malavar, e Marinheiros por

(1) Diogo do Couto, *Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portugueses na Asia — Dialogo do soldado pratico*, Lisboa, 1790, pág. 11. Da inexperiência dos pilotos e do desconhecimento dos mares e das quadras próprias para navegar se fala em muitos logares dos nossos antigos escritores. Para exemplo vid. *Cartas de Afonso de Albuquerque*, t. I, pág. 356-357; t. II, pág. 262-263.

Bengala, e pela China, e Ormuz, e para os Navios de remos os remeiros na terra do Idalcaõ, ou do Nizamaluco, e no Malavar, donde viráõ se quizerem, ou os deixarã vir seus Principes; e as amarras, popiliames, enxarceas, vélas, e outras cousas necessarias, nunca nenhumaes estão tanto a proposito, que os Navios não esperem por ellas tanto tempo, quanto abaste para se botar a Armada ao mar, ainda que esteja toda varada? e estando, escusaria S. Alteza melhoria de quarenta mil pardãos por anno que se gastam em remendala, e por derradeiro, nunca os Navios estão taes, que estejaõ para fazer huma jornada comprida.» (1)

Depois fala Diogo do Couto da insuficiência das instalações e dos serviços na Ribeira das Naus, em Gôa (2); dos vícios de administração e da incompetência dos conselheiros ouvidos no Oriente. Referindo-se ao grande número de naufrágios, diz:

... «Outra cousa não trago na fantasia senão muitas Náos que (*nas viagens*) são perdidas de annos para cá, de que este Reyno está taõ desfeito de homens, e fazendas; e o de que me maravilho he, que se tinha menos experiencia por ser no principio do descobrimento da India, e entãõ hiaõ, e vinhaõ as Náos a salvamento.» (3)

(1) Couto, ob. cit., pág. 83-84.

(2) Na Índia construíam-se navios portuguezes, pelo menos em Gôa, Cochim e Calecute. Sobre o assunto encontrará o leitor noticias nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*, t. I, pág. 295, 301 e seg. e 369; t. VI, pág. 355.

(3) Para dar relêvo aos males que lhe eram presentes, Couto excede-se em *laudator temporis acti*, exagerando o bem passado. A verdade é que os naufrágios eram desde o principio muito frequentes. Com onze navios partiu do Brasil para a Índia, em 1500, Pedro Álvares Cabral; e «de toda esta frota — diz Barros — Pedralvarez se achou a dezaseis dias de Iulho no parcel de Çofala, com seis velas, tão desaparelhadas de mastros, vergas, velas, & enxarcea, q̄ maes estauão pera se

Não era só na Índia que, como diz Couto, se importavam materiais para o fabrico dos navios; acontecia o mesmo em Portugal. Em 1510, João Brandão, feitor de Flandres, alugou por 325 cruzados uma nau, a *Julioa*, para trazer a Portugal uma cargação de mastros, ali adquiridos por encomenda de D. Manuel; e lastraram-na com tejo, manilhas e cobre (1).

Não há estatística, nem por aproximação, das naus que se perderam por naufrágios e desastres vários. Temos por certo que são baixos os números que encontramos e vamos indicar.

Fr. Luís de Sousa, á vista dos papéis do Conde da Castanheira, menciona cinco naus que se perderam, indo para Flandres com carga de especiaria. Cremos que estas perdas se deram no reinado de D. João III, até 1551. Avalia a carga destas naus, em média, em 600000 cruzados cada uma, o que dá o total de 3000000 cruzados.

Menciona perdidas, vindo da Índia, dez naus de carga, das quais as nove primeiras valeriam 2500000 cruzados cada uma; da décima valeria a carga 2000000 cruzados.

Segundo a mesma nota e até à mesma época, perderam-se treze naus indo para a Índia, e mais três indo da Índia para Ormuz. Dez são avaliadas em 500000 cruzados cada uma; três no total de 500000 cruzados; das três restantes não se indica o valor do navio, mas o valor da carga, no total de 520150 cruzados (2).

Para se fazer idea das perdas que estes naufrágios repre-

tornar a este reyno se fora perto d'elle, que hir auante a conquistar os alheos». *Decada I*, l. V, cap. II.

Em 1542 dizia o Conde da Castanheira: «E das naos da India se não perderão nestes vinte e hum annos atraz a quarta parte das que se sohião perder, e isto por conta feita soldo á livra dos outros annos». Fr. Luís de Sousa, *Annaes de El-Rei D. João III*, pág. 405.

(1) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, t. III, pág. 18-19.

(2) Sousa, *Annaes de El-Rei D. João III*, pág. 432 e seg.

sentam, será necessário multiplicar por 10 os valores indicados, e ter-se há aproximadamente o valor actual em ouro.

Segundo Figueiredo Falcão, desde 1497 até 1612, foram do reino para a Índia 806 embarcações; vieram da Índia 425; arribaram 20; perderam-se 66; foram tomadas por inimigos, 4; queimaram-se 6; ficaram na Índia 285 (1).

Por tais processos chegou o reino a tal estado, que — diz Couto — escassamente podia armar quatro naus para a carreira da Índia (2).

Não eram apenas os naufrágios que no oceano levavam vidas e fazendas de portugueses. A pirataria francesa, muitas vezes com tolerância e cumplicidade dos governantes de aquella nação, não tinha mãos a medir; e pôsto que os inglêses bastante mal nos fizeram também, muito os excederam os franceses nos assaltos e roubos á mão armada. Citaremos, entre tantos, alguns factos desta natureza.

Em 1457 ou 1458, a pirataria que os franceses faziam contra navios portugueses tomara tais proporções, não obstante haver paz entre os dois reinos, que D. Afonso V dispôs-se a castigá-los. Para isso preparou uma armada de vinte

(1) Luís de Figueiredo Falcão, *Livro em que se contém toda a fazenda e real patrimonio dos reinos de Portugal, India e ilhas adjacentes*, Lisboa, 1859, pág. 194 e seg.

(2) Couto, *Decada IV*, l. IX, cap. VIII. Para suprir a falta de navios, fretavam-se os de particulares: ... «Ordenou elRey pera que os homens deste Reyno cujo negocio era commercio tiuessem em que poder tractar, darlhe licença que armassem naos pera estas partes (*para a Índia*), dellas a certos partidos & outras a frete: o qual modo de trazer a especiaria a frete ainda hoje se vsa». Barros, *Decada I*, l. V, cap. X. — «Gonçalo de Sequeira, como o seu tempo era maes curto pera fazer carga de especiaria, & se vir pera este Reyno com ella, não se determinou de todo nisso: dando por causa principal serẽ as maes das naos de armadores, & que per bem de seus contratos não podião ser impedidas contra vontade dos feitores dellas, que ião em nome dos senhorios.» Barros, *Decada II*, l. V, cap. VIII.

naus grossas e outros navios menores, da qual deu o comando ao almirante Rui de Melo. Tudo estava preparado, quando o governador de Ceuta pediu socorro para resistir ao Rei de Fez, pelo que a armada não chegou a desempenhar o papel que lhe estava destinado (1).

Em 1508, o corsário francês Mondragon roubou no mar dos Açores a Job Queimado, comandante de um navio português que vinha da Índia. Debalde reclamou D. Manuel á côrte de França. Sabendo-se no princípio do ano seguinte, que o mesmo corsário armava de novo quatro navios, para ir esperar as naus da Índia no seu regresso a Portugal, mandou El-Rei sair de Lisboa a Duarte Pacheco Pereira com algumas embarcações, a fim de o interceptar na passagem para os Açores. Efectivamente foi encontrá-lo no cabo de Finisterra, e após renhido combate o trouxe prisioneiro a Lisboa com três dos seus navios, depois de lhe meter outro a pique (2).

Em Fevereiro de 1522, reclamava El-Rei D. João III àcêrca da tomadia que os franceses haviam feito em alguns navios portugueses, e especialmente numa caravela da Mina (3).

Em 1527 corriam novas reclamações de D. João III em Paris. Os franceses «roubaram quantos navjos de Portugal acharam». A maior parte das presas foram parar ás mãos do Rei de França, que as mandou vender e ficou com o dinheiro, dizendo cìnicamente «que tynha necesydade d elle pera a guerra de Ingraterra e Jtalia». Depois desculpavam-se, dizendo que tudo aquilo «era de espanhoes, e framengos e jngrezes, com quem tynham guerra». Procedendo a inquiri-

(1) Rui de Pina, *Chronica de El-Rei D. Afonso V*, cap. CXXXVIII.

(2) Damião de Gois, *Chronica de El-Rei D. Manuel*, p. II, cap. XLII.

(3) *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, pág. 459 e 463.

ções, prendiam os portugueses e punham-nos a tormentos, para os obrigarem a dizer o que a êles franceses convinha. Estas falsidades faziam-se com acôrdo do almirante francês e de seus officiais (1).

Em 1531 repetiam-se os atentados da pirataria francesa. O Rei de França passava uma carta de marca a João Ango. D. João III, sabendo que já cruzavam no mar alguns navios franceses de corso, avisou as câmaras de todos os portos de mar, por carta régia de 23 de Abril de 1531, que chamassem os donos, mestres e mareantes dos navios que lá estivessem, e lhes notificassem que durante um mês não fôsem a França nem saíssem do pôrto, salvo se estivessem bem apercebidos de armas para se defenderem eficazmente (2).

A costa da Malagueta era uma das mais freqüentadas pelos corsários franceses, que apresavam cargas e navios. Em 1533 andava ali com armada Duarte Coelho, a quem D. João III ordenou que esperasse as naus da Índia para as escoltar (3).

Em 1533 queixavam-se os franceses de que os portugueses lhes tinham tomado seis ou sete navios, e novamente se passavam cartas de corso contra fazendas portuguesas; quando constava que os franceses já tinham tomado trezentos e cinqüenta navios portugueses (4).

Em 1534 era a costa de Portugal tão enfestada de corsários franceses, que as naus da Índia precisavam de vir bem armadas para se defenderem (5); e D. João III não perse-

(1) *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, pág. 486; Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, t. III, pág. LXIX e seg., 204, 205-206, 208, 223 e seg.

(2) Sousa, *Annaes de D. João III*, pág. 376; *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, t. I, pág. 531-532.

(3) Sousa, *Annaes de D. João III*, pág. 376 e 377.

(4) Sousa, *Annaes*, pág. 380-381.

(5) Referindo-se ao ano de 1534, diz Gaspar Correia: «Vierão estas

guia os piratas, talvez menos por prudência do que pelo receio de se envolver em guerra com a França (1).

¡E, como estes, quantos factos omito e quantos aqueles de que não há memória! Os corsários franceses não davam tréguas, estimulados e protegidos pelo seu Rei, que, como já vimos, precisava de dinheiro para a guerra. Com semelhantes proezas architectavam o pedestal de orgulho com que ainda certas nações poderosas desdenham de povos pequenos e fracos.

As costas do Brasil eram salteadas por navios franceses, pelo menos desde 1527 ou 1528 (2). Em 1532 capturou Martim Afonso de Sousa duas naus francesas com trinta e tantos homens da mesma nação e quatro índios do Brasil. No mesmo ano tomou uma fortaleza que os franceses tinham construído em Pernambuco (3). Em 1556 começavam as audaciosas aventuras de Nicolau Durando de Villegagnon na baía do Rio de Janeiro, ás quais os portuguezes só em 1560 conseguiram pôr têrmo definitivo. Em 1566 foi o assalto de franceses á ilha da Madeira, onde praticaram crimes de toda a espécie, roubos, assassinatos, sacrilégios repugnantes. Em 1570, próximo das Canárias, corsários franceses

naos muy armadas, porque na costa de Portugal auia muytos cossairos francezes». *Lendas da India*, t. III, p. II, pág. 581.

(1) De factos da natureza de aquellos que referimos no texto, encontrará o leitor noticia nas seguintes fontes: Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, t. III, pág. cxiii, 94, 96, 208, 384 e 425; t. XV, pág. cxxxii, cxxxiii, 15, 16, 94, 98, 101-109, 110, 113-164, 166-226, 229-235, 239, 243, 248, 262-269, 271, 274, 282, 291, 294-303, 306-312, 316-325, 342, 378, 379, 390, 393-396, 399-400; t. XV, pág. 127, 148 e seg., 254; Sousa, *Annaes de D. João III*, pág. 438, 446; *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, t. I, pág. 539-540; Pedro de Azevedo, *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pág. 161 e seg.

(2) *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, pág. 490.

(3) Sousa, *Annaes*, pág. 377.

saltearam a nau *Santiago*, onde barbaramente trucidaram o Beato Inácio de Azevedo e seus companheiros.

Todos estes atentados traziam grandes perdas de navios, fazendas e vidas; acarretavam aos reis de Portugal grandes dispêndios de dinheiro e distracção de fôrças para protegerem e defenderem quanto possível os seus súbditos.

Em 1547 celebrou-se entre Portugal e a França um tratado, pelo qual se instituíram juizes que julgassem os danos praticados de parte a parte. Há notícia do funcionamento dêste juízo até 1558; dos seus frutos permite avaliar a exposição que temos feito (1).

MEUS SENHORES :

Passada a fase aguda das lutas pela independência, D. João I examinou com os seus conselheiros o estado da fazenda real, que sentiria por largo tempo as conseqüências da guerra. Segundo refere Fernão Lopes, verificou-se então que todo o reino rendia 81.600.000 libras, o que tudo El-Rei dispendia e não lhe abundava. Adoptaram-se resoluções de práticas de economia, que todavia não bastavam para livrar o tesouro de apuros, principalmente porque o aumento das receitas era diminuto e até incerto (2).

Anos depois fazia-se a conquista de Ceuta, á custa de

(1) Vid. Pedro de Azevedo, *Defesa da navegação de Portugal contra os franceses em 1552*, no *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pág. 161 e seg. (com documentos). Um dos documentos publicados pelo Sr. Pedro de Azevedo, datado de Novembro de 1551, traz uma lista de numerosos navios roubados pelos franceses, e diz no fim: «Estes me certificarã pessoas com que faley serem tomados e Roubados dos franceses e que segundo deus e suas consciências seriam Roubados e tomados duzentos e vinte nauios deste Regno per franceses de poucos tempos a esta parte». *Ib.*, pág. 164-165.

(2) Fernão Lopes, *Chronica de El-Rei D. João I*, cap. CCIII.

grandes sacrifícios; e desde o princípio tornou-se aquela praça sorvedoiro de homens e de dinheiro. Não é possível averiguar, nem aproximadamente, a quanto montavam os encargos de Ceuta; mas existe uma carta de 1439, em que figuram diversas verbas pagas pelo almoxarife da Guarda ao Infante D. Henrique «pera despesa de Çepta» (1).

Ainda então, e pelo menos dois anos depois, estavam por pagar encargos que se tinham contraído para a conquista da mesma praça, em 1415, e numa expedição ás Canárias. Com efeito, nas Côrtes de Évora de 1439, queixavam-se os procuradores do Porto de que naquela cidade eram devidos muitos dinheiros de arneses, lanças, ferro, madeiras, pão, vinho, carnes, jornais, cordoarias, «que foram filhadas pera armada de Cepta del Rey de Tunez E de Canaria», conforme constava de uma inquirição que se fizera por ordem de D. João I e de D. Duarte. Estes monarcas tinham ordenado em seus testamentos que se pagassem tais dívidas; mas os rendimentos tinham minguido e tinham aumentado as despesas, como os próprios procuradores do Porto reconheciam, de modo que os crêdores ainda não estavam reembolsados (2).

Dois anos depois, nas Côrtes de Tôrres Vedras de 1441, repetia-se aquela queixa nos mesmos têrmos; e acrescentava-se que igualmente a certos habitantes do Algarve fôra tomada para Tânger quantidade de fruta que também não fôra paga. Respondeu El-Rei que era sua vontade pagar semelhantes dívidas, mas que por então o não podia fazer pela diminuição das receitas e pelo grande aumento das despesas (3).

(1) Pedro de Azevedo, *Documentos das chancelarias reais*, pág. 18 e seg., especialmente pág. 20, 23, 25, 28 e 34.

(2) Capítulos publicados pelo Sr. Pedro de Azevedo, *Documentos das chancelarias reais*, pág. 49.

(3) Resposta de El-Rei: «A esto uos respondemos que nós teemos

Em 1436 lançou-se um pedido especial para ser aplicado á armada de Tânger; e para que êle fôsse mais rendoso urdiu-se na regulamentação da cobrança uma apertada rêde a que seria difficil escapar (1).

Anos depois chegava a era dos desperdícios de El-Rei D. Afonso V. Grande parte das receitas ia-se em tenças, graças, casamentos e assentamentos pagos á nobreza (2). Quando, em 1450, a Infanta D. Leonor, irmã de El-Rei, casou com o Imperador Frederico III, gastaram-se com o dote, passagem a Itália e outras despesas, 150.000 cruzados (3). Cinco anos depois casava com Henrique IV de Castela a Infanta D. Joana, que não levou dote; mas as despe-

em voontade com a graça de nosso ssenhor Deus de sse pagarem as diuidas dos senhores reis meu padre e auoo mais por ao presente por o mingramento de nossas rendas o quall bem sabees e pellas grandes despessas que se em estes reinos recrecerom o ano passado e presente nom podemos acerqua por ora proueer. Repricaçom Dizemos que pois ao presente sse nom pode pagar nenhũa cousa que seja uossa merçee de aos que alghũuas armas ssom tomadas per esta maneira que pois lhe nom ssom pagas que os nom constranga o coudell da dita çidade pera averem de teer outras ataa lhe auerem de sseer pagas estas. Ajam espaço que hũu anno nom tenham armas e acabado este tenpo as que foram tomadas per nossa autoridade mandaremos pagar e as que ouuerom outras pessoas requeiram lhes que as entregem a seus donos». Pedro de Azevedo, *Documentos das chancelarias reais*, pág. 535. O mesmo trecho se encontra reproduzido em Costa Lobo, *Historia da Sociedade em Portugal*, pág. 556-557, com pequenas varlantes, entre as quais a palavra *Reparaçom* em vez de *Repricaçom*.

(1) Documento em Pedro de Azevedo, *Documentos das chancelarias reais*, pág. 493 e seg.

(2) Vid. *Cópia das mercês que fez El-Rei D. Afonso V, tirada dos livros do Marquês de Castelo Rodrigo; Liuro das moradias da Casa de D. Afonso V* (em Sousa, *Provas da História Genealógica*, t. II, pág. 17 e seg., 23 e seg., 171 e seg.).

(3) *Provas da História Genealógica*, t. II, pág. 17.

sas do casamento montaram a 30.000 dobras (1). Em 1445 mandou El-Rei seu primo D. Pedro, filho do Duque de Coimbra, com dois mil homens de cavalo e cinco mil de pé, em auxilio de El-Rei de Castela, e gastou com a expedição 44.000 dobras (2).

Para qualquer despesa era quasi sempre necessário recorrer ao crédito. Já em 1430, por ocasião do casamento de D. Isabel com o Duque de Borgonha, fôra necessário que o Infante D. Henrique emprestasse dinheiro para as despesas; e eram tão difíceis as circunstâncias, que nove anos depois, em 1439, lhe eram pagos 59.000 reais, «em parte de pago do que ell emprestou» (3).

As conquistas africanas de D. Afonso V agravaram o precário estado das finanças reais. Quando êste monarca ia tentar a empresa de Castela, em 1475, pelas grandes despesas que era constrangido a fazer — diz Damião de Gois — pediu muito dinheiro emprestado a seus vassallos; e porque com a quantia que juntou ainda não podia sustentar tamanhos gastos, lançou mão do dinheiro dos órfãos. Seu filho D. João — acrescenta o cronista — pagou de aquelas dívidas as mais que pôde (4). Em princípios de 1476, estando El-Rei em Touro, e conhecendo a câmara de Lisboa os apuros financeiros do monarca, enviou-lhe certa quantia de dinheiro para pagamento do sôlido á gente de guerra (5).

O Príncipe D. João, regente do reino durante a ausência de seu pai D. Afonso V em França, convocou as Côrtes,

(1) *Ib.*, t. II, pág. 18.

(2) *Ob. e log. cit.*

(3) Pedro de Azevedo, *Documentos das chancelarias reais*, pág. 40.

(4) Goes, *Chronica do Principe D. João*, cap. XLIV.

(5) ... «E asy creede q̄ he minha tençom e vontade p^a em todo tempo vollo agalardoar com merçees, honrras, priuilegios e liberdades, quando q^r q̄ mas rrequererdes e vos neçesarias forẽ.» *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, t. I, pág. 332.

que a 21 de Janeiro de 1477 se abriram em Montemor o Novo. Pouco depois, a 28 de Abril, reuniu o seu Conselho no convento do Espinheiro, junto a Évora, e ali expôs o precário estado da nação. Padecia necessidades a administração da justiça; havia falta de gente de guerra para defesa do reino; e como a receita não crescia e as despesas tinham aumentado consideravelmente pelas tenças que El-Rei seu pai e êle próprio haviam estabelecido, «a fazenda Reall era asy demenoyda e apouquentada que a despesa sobejava pela Receipta bem dez milhoes os quaees ja este anno ficavam de fora ssem sse poderem pagar afora todallas divydas e quebras do anno passado per onde sse mostrava craramente que se esta coussa outro Remedio nom Recebesse o Reino de todo sse perderia...» Para se proceder a uma reforma geral, resolvera fazer Côrtes gerais em Santarém a 8 de Setembro do mesmo ano (1). Efectivamente as Côrtes outorgaram a El-Rei, já depois do regresso de D. Afonso V, um serviço de sessenta milhões de reais para as despesas da guerra e defensão do reino (2).

Em 1477 importou a receita geral do Estado em réis 43.074.000 e a despesa certa em 46.908.870 réis. A esta última quantia acresciam despesas incertas e extraordinárias. Portanto havia o *deficit* de 3.834.870 réis. Adoptou-se, para o ano seguinte de 1478, a resolução de fazer reduções e descontos. Reduziram-se 100.000 réis na dotação de réis 1.650.000 que tinha a Princesa D. Leonor, espôsa do Príncipe herdeiro D. João; 100.000 réis na dotação de 1.500.000 réis que tinha D. Joana, a *Excelente Senhora*; na dotação de

(1) A acta do Conselho do Espinheiro foi publicada por Braamcamp Freire no *Archivo Historico Portuguez*, vol. I, pág. 198-199.

(2) Documentos em Costa Lobo, *Historia da Sociedade*, pág. 593 e seg; A. Braamcamp Freire, *Archivo Historico Portuguez*, vol. IV, pág. 425 e seg.

El-Rei diminuíram-se 978.000 réis, que seriam aplicados a despesas com moradias de nobres; reduziu-se de 202.540 réis a 100.000 réis a verba destinada aos estudos dos fidalgos; suprimiu-se a concessão de novas tenças até que vagassem algumas; suspenderam-se por dois anos as gratificações para casamentos. Ficava assim reduzido a 40.346.426 réis o orçamento da despesa ordinária para 1478, cujas verbas principais eram as seguintes:

El-Rei D. Afonso V e Príncipe herdeiro D. João	13:840.000
Rainha D. Joana, a Excelente Senhora	1:400.000
Princesa D. Leonor, mulher do Príncipe herdeiro D. João, e o Infante seu filho	1:550.000
Infanta D. Joana (Beata Joana), filha de D. Afonso V . .	300.000
Infanta D. Beatriz, prima e cunhada de D. Afonso V, viuva do Duque de Viseu D. Fernando, e seu filho, o Duque D. Diogo	853.130
Assentamento dos duques e senhores	4:135.026
Diversas tenças, obrigatórias e graciosas, e mercês pe- cuniárias para casamentos e outras	10:635.030
Subsídios para estudos de fidalgos.	100.000
Esmolas para igrejas e mosteiros	67.600
Ordenados dos logares do Algarve de além	4:348.762
Obras públicas	300.000
Administração das justiças	986.878
Ordinárias	1:000.000
Outras verbas de despesa	830.000
Total.	40:346.426

Adoptaram-se no mesmo ano outras resoluções, além das que já referimos, para atenuar o *deficit* nos anos seguintes (1).

(1) Vid. Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal*, t. I, pág. 291-292; A. P. Lopes de Mendonça, *Annaes das Sciencias e Lettras*, vol. I, pág. 738 e seg. Ambos estes escritores se baseiam em um do-

Recorria-se a todos os expedientes para acudir com dinheiro ás urgências do tesouro. D. Afonso V, autorizado pelo Pontífice, aproveitou-se das pratas das igrejas, com obrigação de restituir metade do seu valor, porque a outra metade lha deu o Santo Padre (1).

Por muitas vezes foram os rendimentos eclesiásticos em grande parte applicados a suprir as despesas que os monarcas faziam em guerras e conquistas. Quando faleciam os recursos para tais empresas, os reis pediam e alcançavam da Santa Sé, que por tempo determinado lhes fôsse dada a

cumento existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, maço 9, n.º 16.

(1) Testamento de D. João II, em Sousa, *Provas da Historia Genealogica*, t. II, pág. 170. A prata das igrejas foi tomada no reinado de D. Afonso por seu filho D. João, regente do reino, para levar socorro de homens e dinheiro a seu pai, quando estava em Touro. Depois de juntar o dinheiro que pôde, «porque lhe pareceo, que não era tanto, quanto compria, com muito recado, e muita certeza de paga tomou a prata das Ygrejas, e mosteiros: aquella, que não era sagrada, que na sagrada se não bolio, nem pos maõ: a qual depois de ser Rey com muito cuidado pagou, e de todas estas cousas fezse boa soma de dinheiro.» Garcia de Resende, *Chronica de El-Rei D. João II*, cap. XII.

«Goes — diz Braamcamp Freire — exajera, sem intenção, estou persuadido, quando diz ter sido grande a parte da divida de Afonso V paga por D. Manuel. A prata das igrejas, paga em dinheiro e em prata lavrada a 2.280 reaes o marco, importou em 13.694:507 reaes, dos quaes os reis de Castella pagaram 6.488:848 (*Cartas de quitação*, n.ºs 44 e 246); gastou por tanto D. Manuel, se parte não foi ainda pago por D. João II, apenas a quantia de 7.205:659 rs. com o pagamento da prata das igrejas, e mais 1.546:302 rs. com o resto dos empréstimos de Afonso V (*Ib.*, n.º 45), ao todo 8.751:961 reaes, 245 contos de réis. Não foi muito pouco, mas comparado com as receitas da Casa da India, é uma miseria». *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pág. 377, nota 1.

As cartas de quitação n.ºs 44, 45 e 246, a que se refere Braamcamp Freire, foram por êle publicadas no *Arch. Hist. Port.*, vol. I, pág. 243-244; vol. II, pág. 359.

décima, a têtça parte e algumas vezes metade dos rendimentos eclesiásticos(1). Certo facto parece demonstrar que ao clero não repugnava demasiadamente semelhante contribuição, pôsto que pesada. Em 1452, pediu El-Rei D. Afonso V ao clero certas imposições sôbre os bens eclesiásticos; e, porque o negócio era urgente, não foi solicitada prèviamente a autorização do Papa. O clero anuiu ao pedido, e pouco depois o monarca suplicou a Nicolau V, que o absolvesse a êle e ao clero das censuras em que, por aquele facto, pudessem ter incorrido(2).

A austeridade administrativa de D. João II não logrou criar condições desafogadas ao tesouro. Do seu testamento consta, que do tempo de seu pai havia ainda a pagar metade da prata das igrejas; parte do dinheiro dos órfãos que se tomara para a guerra de Castela; e algumas dívidas de empréstimos. A estas dívidas acresciam algumas do próprio D. João II. Para pagamento de todas elas recomendava a D. Manuel que apartasse em cada ano quatro contos de réis(3).

Com êste preparo financeiro ia Portugal entrar nos imensos trabalhos que demandava a navegação e domínio de todos os mares orientais além do Cabo de Bôa Esperança, o senhorio de costas que pareciam intermináveis, a sustentação de fortalezas nos pontos estratégicos.

Na resposta aos capítulos das Côrtes começadas em Lisboa a 11 de Janeiro de 1498, dizia El-Rei D. Manuel,

(1) Vid. Bula de Xisto V *Singularis devotionis*, de 21 de Agôsto de 1471 (*Quadro Elementar*, t. X, pág. 86); e documentos diversos no *Corpo Diplomatico*, t. III, pág. 433, 442, 460, 463; t. IV, pág. 14, 50, 54, 64, 68-80, 97, 106-110, 142, 145, 149, 150, 179, 183, 195, 198, 249, 254.

(2) Vid. Bula de Nicolau V *Dum grandia*, de 19 de Junho de 1452, no *Quadro Elementar*, t. X, pág. 50.

(3) Testamento de D. João II, nas *Provas da Historia Genealogica*, t. II, pág. 170.

que não era sua intenção pedir novos auxílios pecuniários, embora as suas necessidades de dinheiro não fôsem menores que as dos seus antecessores (1). Depois se viu quanto eram verdadeiras estas palavras e moderada a queixa.

Na Índia havia falta de recursos pecuniários desde os primeiros tempos que os portugueses lá se fixaram. Escrevendo a D. Manuel, o Viso-Rei D. Francisco de Almeida dizia que, em matéria de dinheiro, as cousas estavam lá como El-Rei não julgava; «a tamanha necessidade como cá vai, a prata das Igrejas e dinheiro dos orfãos seria justo tomar-se, quanto mais o dinheiro da carga em que V. A. faz mercê a quem dá logar» (2).

(1) «O qual ajuntamento (*de Córtes*) assi fizemos, não por requerer a nossos povos ajudas de dinheiros, nem outros pedidos, pera que geralmente as Cortes se costumão fazer, posto q̄ a dispozição dos tempos, e necessidades dos feitos requeresse com muita razão, não menos agora, q̄ nos tempos de nossos antecessores deveramos per nossos povos ser ajudado.» Visconde de Santarém, *Memorias para a historia e theoria das Cortes Geraes — Documentos*, pág. 279.

(2) Carta de D. Francisco de Almeida a El-Rei, em 20 de Novembro de 1509, publicada por Lopes de Mendonça nos *Annaes das Sciencias e Lettras*, t. II, pág. 84: «E assi me diz (V. A.) e manda a maneyra que heyde ter no pagamento desta gente, e defende que se não tome o dinheiro da carga: porque as cousas estão cá como V. A. não cuida, não soube a maneira que nisso tivesse; porque se comprisse vosso mandado ao pé da letra per isso merecia castigo, porque este certo que destruia vosso serviço: entam ajuntei vossos Capitães, criados e officiaes e acordámos que cumpria a vosso serviço o que lá vai feito: porque a tamanha necessidade como cá vai, a prata das Igrejas e dinheiro dos orfãos seria justo tomar-se, quanto mais o dinheiro da carga em que V. A. faz mercê a quem dá logar.»

O *dinheiro da carga* que D. Francisco de Almeida cobrou contra as ordens de El-Rei, para acudir ás necessidades do govêrno, cremos que era o frete das *quintaladas* ou porções de mercadorias que os capitães, feitores e outros podiam carregar de sua conta nas naus que vinham para o reino.

Com iguais dificuldades lutou Afonso de Albuquerque. Em 27 de Fevereiro de 1512, mandando dar de gratificação cinco pardaus a cada um de trinta e cinco bombardeiros ou artilheiros que se tinham distinguido, dizia ao feitor da feitoria de Gôa, que, se não houvesse dinheiro, lhes desse igual valor em mercadoria (1). D. Manuel entendia, segundo as suas próprias expressões, que «da geemte amdar bem paga de seus soldos se lhe segue mais comtemento pera beem seruirem e folgarem damdar la mais tempo»; e teria «prazer de seer toda muy beem paga e contemte»; mas — acrescentava — «emcomendamosuos que trabalhees como sejam paguos a custa doutrem e nam nosa» (2). Vê-se que D. Manuel continuava sonhando com montanhas de ouro no Oriente.

Todos se iludiam com as riquezas da Índia e com o produto que delas se tiraria. O próprio Afonso de Albuquerque, para justificar os seus pedidos de homens e dinheiro, fazia cálculos optimistas. A sustentação de três mil homens na Índia — dizia — com os soldos actuais, custa 120.000 cruzados por ano; a especiaria que anualmente vinha da Índia, deduzidos os soldos ali pagos, perdas do mar e cabedal, valiam um milhão de cruzados. «Veja Vossa Alteza se a árvore que anualmente dá êste fruto merece ser bem cultivada, bem regada e bem favorecida» (3). ¿Mas bem cultivada e regada com quê? Albuquerque não metia em conta o dinheiro fabuloso que se gastava na construção de naus, para substituição das naufragadas e de qualquer modo inutilizadas; nem os vícios do sistema de exploração

(1) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, t. II, pág. 102.

(2) Carta de El-Rei a Afonso de Albuquerque, em 11 de Março de 1512, nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*, t. III, pág. 215.

(3) Carta de Afonso de Albuquerque a El-Rei, no 1.º de Abril de 1512, em *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, pág. 242.

comercial, as contingências das feitorias e as fraudes ou incompetência dos feitores, os mil acidentes que oneravam e prejudicavam o negócio.

Era uma grande empresa comercial tentada sem capitais. Era possível pagar aos portugueses na Índia com mercadorias do reino que êles lá negociavam facilmente. El-Rei não enviava mercadorias nem dinheiro, porque não tinha uma cousa nem outra. O próprio Albuquerque expunha a D. Manuel o absurdo de tal situação. Na mesma carta que citámos há pouco, dizia: — É necessário que o trato comercial de cá (*da Índia*) se comece com cabedal e mercadorias de lá (*do reino*); e eu não vejo as mercadorias; as feitorias estão varridas. Quereis que se paguem soldos, e eu não vejo mercadorias com que os possa pagar. Se Vossa Alteza o deseja pode pagar os soldos á gente com mercadorias de que cá temos muita necessidade, como panos chamalotes, armas, espadas, barretes, adargas, panos de sêda e outras. Se eu cá tivesse cobre e azougue e o mais que tenho dito, não ficaria um real por pagar na Índia, e Vossa Alteza escusaria de fazer os tais gastos e pagamentos em dinheiro. Digo isto, Senhor, porque os homens precisam de se vestir e comer, e não lhes basta para isto o que têm de mantimento; pedem seu soldo e requerem mercadorias em pagamento; e Vossa Alteza não tem mercadorias (1).

Para a Índia iam, como feitores e no exercício de outros cargos, homens que aos olhos de D. Manuel se faziam recomendar por seus especiais talentos e ardente zêlo do serviço. El-Rei, iludido e enganado, determinava que êles fôsem tidos na maior consideração; chegou a ordenar a Afonso de Albuquerque, que não se intromettesse muito nos negócios das feitorias. Os feitores, assim preservados de miúda fiscalização, comiam e roubavam — como diz Albuquerque —;

(1) Carta e ob. cit. em a nota antecedente, pág. 246.

nas contas falsificavam os preços das mercadorias; faziam-se «grandes ricos...» «Digo estas cousas — escrevia Afonso de Albuquerque — por descargo de minha comciencia; e prouesse a deos que per cima de todo este emgano seu e má comciencia fosem eles pessoas de saber e comfiança pera menear vosa fazemda, e a meter em caminho que fizese algum fruyto; mas eu, senhor, vos juro pola verdade que sam obrigado a vos dizer, que vós nam temdes na imdia homem pera que dele devaees comfiar vosa fazemda, nem que saiba que cousa he ser feitor, nem tratar, nem comprar, nem vender, nem fazer nehum proveyto, nem fruyto; todos dam as velas a fazer seu proueito e aver ho que podem, bem avido ou mall avido...» (1)

¡Nem competentes, nem honrados!

De tudo isto resultava que a vida administrativa da Índia decorria em permanentes apuros financeiros. Recorria-se aos empréstimos, ao dinheiro dos órfãos e a outros expedientes desde muito consagrados no reino. Os soldos andavam em atraso (2). A disciplina sofria de todas aquelas irregularidades. Quando esteve na Índia, Diogo do Couto viu os soldados, porque lhes não pagavam, empenharem suas armas pelas tabernas para comerem (3). Em Lisboa esperava-se sempre que as riquezas da Índia inundassem o reino de

(1) Carta de Afonso de Albuquerque a El-Rei, no 1.º de Dezembro de 1513, nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*, t. I, pág. 155 e seg., *passim*.

(2) ... «Determino pagar todas as dividas delRey nosso senhor a orfãos, e outros emprestimos a gente muy pobre e necessitada, que os Governadores e Veadores de sua fazenda cá tomárão...» «O resto disto e o mais que ca puder aver he necessario pera pagamento dos soldos, porque esta gente até aqui foy muyto mal paga...» Carta de Martim Afonso de Sousa, governador da Índia, a El-Rei, em 23 de Dezembro de 1544, em Sousa, *Annaes de El-Rei D. João III*, pág. 414.

(3) Diogo do Couto, *Decada IV*, l. VII, cap. II.

ouro; na Índia espreitava-se a chegada das naus, a ver se do reino ia algum socorro de dinheiro para acudir a tantas necessidades.

Vimos há pouco que Afonso de Albuquerque deitava contas optimistas sobre os lucros da Índia, por não tomar em consideração todos os elementos de cálculo. Vejamos, em relação ao reinado de D. João III, algumas despesas extraordinárias que oneravam grandemente as finanças reais.

Na armada que foi a Tunes em 1535 gastou El-Rei 80.000 cruzados (1). Em 1542 escrevia o Conde da Castanheira nos seus apontamentos, que a obra do convento de Tomar foi muito sumptuosa e custosa a El-Rei. Na mesma época, as despesas da universidade entravam demasiadamente pela fazenda real, e disso havia queixas, por sobejarem estudantes e faltarem soldados. A maior parte da despesa do edificio dos Jerónimos, em Belém, ao menos da melhor e mais sumptuosa parte da obra, foi feita no tempo de D. João III (2). No Brasil gastava-se muito dinheiro, quasi sem proveito algum immediato, desde que em 1530 começaram os trabalhos da colonização; e mais se gastou quando foi necessário desalojar de lá os franceses (3). Pelo testamento de D. Manuel devia D. João III dar á Infanta D. Maria 400.000 cruzados. Mandando examinar o testamento, pretendia que não devia mais de 200.000; todavia dizia que pagaria em juros a *tanto* por milhar os ditos 400.000 cruzados (4).

Dos papeis do Conde da Castanheira extraiu Fr. Luís de Sousa uma nota de despesas extraordinárias que El-Rei D. João III fez desde o principio do seu reinado até ás Côrtes de Almeirim de 1544. Essa nota, pôsto que incom-

(1) Fr. Luís de Sousa, *Annaes de D. João III*, pág. 396.

(2) Id., *ib.*, pág. 404.

(3) Id., *ib.*, pág. 405.

(4) Id., *ib.*, pág. 411.

pleta, é precioso documento para se avaliarem os encargos do Estado naquela época. Ei-la :

«No anno de 1523 se foy a Raynha Dona Lyanor: em sua ida e arras de seu casamento, e nas corretagens de Goa por que El Rey lhe mandou dar dez mil cruzados, se gastarão 50\$ cr.

«No anno de 524 foy o Conde Almirante á India com grossa armada, em que levou dous mil e setecentos homens: e se despendirão, alem do que se podia gastar com armada ordinaria 200\$ cr.

«No anno de 1526 casou a Emperatrix, a quem forão dados em casamento novecentos mil cruzados, e nos corregimentos de sua casa e caminho se derão mais de sincoenta mil cruzados, e val. 950\$000 cr.

«No anno de 1528 foy Nuno da Cunha á India, já com sospeita dos Rumes, e a tomar Dio com grossa armada, em que levou dous mil e oytocentos homens, e se despendirão nella, alem do que se poderam gastar se fora armada ordinaria 200\$000 cr.

«No anno de 529 foy o negocio de Maluco, que custou. 350\$000 cr.

«No anno de 533 foy Dom Pedro de Castelbranco á India no mez de Oytubro com hum galeão e dous navios redondos e dez caravellas, e levou oytocentos homens, em que se despenderião 100\$000 cr.

«No anno de 534 foy o cerco de Çafim, onde foy Dom Garcia de Noronha a socorro, e se gastarão assi no socorro como em prover a dita cidade e Azamor e Cabo de Gué com gente e muytas munições e mantimentos . . . 100\$000 cr.

«No anno de 538 foy o dito Dom Garcia á India por Visorey com armada grossa, em que levou quatro mil cento e sincoenta homens, e alem do que se podia despende em armada ordinaria — parece que se gastarião trezentos mil cruzados 300\$000 cr.

«No anno de 542 se desfez Çafim e Azamor, e no socorro dos ditos lugares antes que se desfizessem, e nas armadas que se pera isso fizerão, e nas obras de Mazagão,

A transportar 2 contos 250\$000 cr.

<i>Transporte</i>	2 contos	250\$000 cr.
e satisfação que se derão aos moradores dos ditos logares, se despenderião		300\$000 cr.
«O casamento da Princeza (Dona Maria em Castella) que foy em ... de 154.		400\$000 cr.
«Nos anos passados das grandes esterilidades que ouve no Reyno mandou El Rey carregar muyto pão de fora, em que por muytas vias ouve grandes perdas, e nellas e no que se buscou pera os logares d'Africa se gastarão mais de sincoenta mil cruzados		50\$000 cr.
«O Brasil não somente não rendeo de vinte annos atégora o que sohia; mas tem custado a defender e povoar mais de		80\$000 cr.
«A malagueta não tem rendido do dito tempo a esta parte a quinta parte do que rendia no tempo atraz, e tem custado a defender		80\$000 cr.
«Tirados desta soma o serviço que os povos fezerão nas cortes de Torres Novas	150\$000	
«E mais que derão nas cortes de Evora.	100\$000	
	—————	250\$000 cr.
«Restão	2 contos	910\$000 cr.
«E junto aos dous contos novecentos e dez mil cruzados o que valem os cambios com que as mais destas despesas se fizerão, que são.	2 contos	200\$000 cr.
«Val tudo	5 contos	110\$000 cr.»

«Valendo estas despesas certas e liquidas sinco contos e cento e dez mil cruzados, ha outras muyto grandes e não liquidas, que muyto importão, a saber :

«O que se tem despendido no cumprimento dos testamentos delRey Dom Manoel e da Raynha Dona Lyanor, e da Excellente Senhora, e nos pagamentos de legitimas aos Infantes seus hirmãos, e em Casa e Estados que deu aos Infantes Dom Luys, Dom Fernando e Dom Duarte.

«E o que agora (1544) despende em mandar fortificar e socorrer Ceyta.

«E assi aconteceo que, porque a fazenda real não podia acudir a estas despesas, se devem agora em Frandes e nas feiras de Castella 1 conto 946⁷000 cruzados; e estes vão correndo a cambio a tão altos preços, que, segundo parece por cartas do Feitor de Frandes, se dobra o dinheiro em quatro annos» (1).

Quere isto dizer que El-Rei tomava de empréstimo a 25% de juro ao ano. As finanças reais convulsionavam-se no abismo da ruína.

Em outra nota reproduzida por Fr. Luís de Sousa, desdobra-se em parcelas o total de 1.946⁷000 cruzados que no fim de 1543 se deviam em Flandres, do seguinte modo:

«Pelo balanço que vêo de Frandes, que enviou o Feitor João Rabello, do que recebeo e despendeo em sinco feiras; sc.: da feira de Junho de 540 até outra feira de Junho de 542, que foy feito a 19 de Setembro do dito anno, se mostra ficar devendo — novecentos sincoenta e sinco mil cento e vinte dous cruzados. 955⁷122 cr.

nos quays entrão 360⁷041 cruzados de interesses das ditas nove feiras, com nove mil e seiscentos e tres cruzados de carretagens; — e nesta conta vão já descontados 900⁷000 cruzados que os mercadores pagarão de dous annos do contrato.

«Forão tomados na Casa da India sobre João Rabello 480⁷276 cruzados, dos quays vem contados no dito balanço 55⁷146 cruzados, que já tinha pagos; e assi val o que se tomou, alem do que vem no dito balanço 425⁷130 cr.

«Tomou o Feitor de Andaluzia sobre o dito Feitor João Rabello vinte mil cruzados, como parece polla conta que disse enviou; dos quays vem no balanço tres mil, e assi ficão. 17⁷ cr.

«Pagou por D. Francisco, por commissão de Sua Alteza, doze mil cruzados, a saber, 8⁷ per huma despeza, e os quatro mil pera seus ordenados e despesas 12⁷ cr.

A transportar. 1 conto 409⁷252 cr.

(1) Fr. Luis de Sousa, *Annaes de D. João III*, pág. 415-417.

Transporte 1 conto 409⁷252 cr.

«No dito balanço vem que despendeo o dito Feitor em compras de cobre e outras mercadorias, e pagamentos e despesas mysticas, duzentos e quarenta mil cruzados nas ditas nove feiras: e por orçamento parece que despenderia em seis feiras, que ficavam até a feira fria (?) do dito anno de 1543, dous terços dos ditos 240⁷ cruzados. Vem a ser cento e sesenta mil cruzados 160⁷ cr.

«Do casamento da Princeza, que se pagou nas feiras de Pascoa, e Junho e Setembro deste anno, trezentos mil cruzados. 300⁷ cr.

«Contando aqui por orçamento os cambios das seis feiras que correrão depois do dito balanço, a respeito do que se despendeo nas nove d'antes, e avendo respeito ao que o Feitor escreve, que crecerão os cambios, e assi á soma das dividas ser depois cada vez mayor, devem montar. 300⁷ cr.

São 2 contos 169⁷252 cr.»

«Desta soma mayor se descontão 400⁷ cruzados por orçamento que os mercadores do contrato avião de pagar no dito anno de 543; não he tanto como em cada hum dos dous annos passados, pollas drogas que lhe faltarão; e por esta conta fica devendo, por fim do dito anno de 543, 1 conto 769⁷252 cr.»

A esta soma acresciam 177⁷668 cruzados já sacados, e que o documento discrimina desta forma:

«Dinheyro que corre a cambio, que ainda não he em Frandes.»

«Tomou a casa da India pera a feira de Oytubro, sobre André Soares, de que tem passadas letras 135⁷668 cr.

«O mesmo André Soares tem tomado sobre a casa pera despesas 6⁷000 cr.

«O Feitor de Andaluzia tem tomado sobre o mesmo

A transportar 141⁷668 cr.

	Transporte	141\$668 cr.
André Soares seis mil cruzados que se agora mandão pagar		6\$000 cr.
«Foy recado á Casa, que tomasse pera Frandes vinte mil cruzados pera despesa dos almazens e da gente de Mazagão; e vay agora commissão de mais dez mil pera o Feitor d'Andaluzia, e são		30\$000 cr.
		<hr/> 177\$668 cr.
	1 conto	769\$252 cr.
		<hr/>

«Somma ao todo o que se deve a caymbos até fim do dito anno de 543, por orçamento . . . 1 conto 946\$920 cr.»

«E não se contão aqui dezoito mil cruzados, que são tomados pera as feiras de Mayo e Oytubro do anno que vem de 544, por outros tantos que se dão por letras pera a India por conta. A dita conta atraz e assimã escrita, não he de mais que até fim do dito anno de 1543.

«Os cambios de Frandes, com alguns que tambem são pagos na Casa da India, terão custado atégora 2 contos e 200\$ cruzados, e antes mais que menos, porque por esta conta tem despendido nelles João Rabello 660\$ cruzados, e Manoel Cirne diz que no seu tempo custarão mais de 700\$ cruzados, e no tempo de Jorze de Barros 400\$ cruzados, afora o tempo de Ruy Fernandes, e os que se pagarão cá no Reyno e nas feiras de Castella, e o que tem custado de Janeyro atégora» (1).

Por outra nota documental, sabemos que em 1552 devia El-Rei mais de três milhões de cruzados, pelos quais pagava de juros mais de trezentos mil cruzados por ano. El-Rei contraía as despesas e organizava planos de pagamento; mas nada chegava (2).

(1) Fr. Luís de Sousa, *Annaes de D. João III*, pág. 408-410.

(2) Id., *ib.*, pág. 437-438.

Voltemos, porém, ao reinado de D. Manuel, época em que começou em grande escala o descalabro financeiro.

Documentos autênticos, o *Caderno da sisa da marçarya para 1502* (1), os *Cadernos dos assentamentos* (2) e o *Livro das tenças del Rei* (3) mostram iniludivelmente que El-Rei D. Manuel gastou com mãos pródigas, em tenças, ordinárias, casamentos, moradias, graças especiais, obras de arte de grande preço, como os edificios de Tomar e de Belém; embaixadas faustosas e outros objectos de grandeza e ostentação (4). Os assentamentos que conhecemos começam em 1503, pouco depois de se pôrem os portugueses em contacto com a sonhada Índia. Dir-se-hia que El-Rei estava então embriagado pela perspectiva das riquezas orientais e queria patentear o seu júbilo e a glória da Corôa portuguesa em caudais de generosidade.

Mas cresciam muitas outras despesas avultadas. Quando em Dezembro de 1496 se decretou a expulsão dos judeus, foram extintas as judiarias. Os direitos que em muitas delas se cobravam eram recebidos por pessoas nobres a quem

(1) Publicado por Anselmo Braamcamp Freire no *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, pág. 21 e seg.

(2) A. Braamcamp Freire, no *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pág. 233 e seg., 433 e seg.; vol. VII, pág. 220, 291, 374, 478; vol. VIII, pág. 70; vol. X, pág. 60.

(3) A. B. Freire, *Archivo cit.*, vol. II, pág. 81 e seg., 201 e seg. Para a história das finanças manuelinas, vejam-se também as *Cartas de quitação de El-Rei D. Manuel*, publicadas por Braamcamp Freire no *Archivo Historico Portuguez*, vol. I, pág. 94, 163, 200, 240, 276, 328, 356, 398, 447; vol. II, pág. 34, 74, 158, 232, 349, 421; vol. III, pág. 75, 155, 237, 313, 385, 481; vol. IV, pág. 72, 237, 282, 364, 439, 474; vol. V, pág. 73, 156, 235, 321, 442, 472; vol. VI, pág. 76, 155; vol. VIII, pág. 76, 391; vol. IX, pág. 433; vol. X, pág. 1.

(4) A. B. Freire, *Archivo cit.*, vol. II, pág. 212-213. Veja-se o *padrão de juros de 15 de Dezembro de 1500*, em José da Costa Gomes, *Collecção de leis da divida publica*, pág. 122-123.

El-Rei fizera tal mercê. Privados de aquela fonte de receita, os nobres passaram a ser indemnizados á custa da fazenda real. Braamcamp Freire, o benemérito e saúdoso investigador da história nacional, apurou no *Livro das tenças del Rei* a soma de 1.958.602 reais de encargos que ainda oneravam as rendas do Estado em 1523, com indemnizações pagas pelo desaparecimento das judiarias. Aquela soma ainda não era tudo, pois não entram nela 1.280.000 reais que recebia o Duque de Bragança pela judiaria e mouraria de Lisboa, nem outras verbas semelhantes conhecidas (1).

É certo que o tráfico das especiarias aumentava sempre, o que bem se pode avaliar pelo dinheiro entrado na Casa de Guiné, depois também Casa da Mina e por último da Índia. São conhecidas as quantias que ali deram entrada nos anos de 1476 a 1521. Nos anos de 1476 a 1481, a média anual foi de 13.102.044 reais; desde o 1.º de Janeiro até 30 de Junho de 1507, a média anual foi de 87.570.334 reais; de Janeiro de 1517 a Junho de 1519, a média foi de 312.821.064 reais.

Mas vejamos a nota completa, apurada e documentada por Braamcamp Freire :

<i>Responsável</i>	<i>Período da gerência</i>	<i>Total recebido</i> REAIS	<i>Média anual</i> REAIS
Gil Eanes.	4 anos e 9 meses, em 1476 a 1481	62.234:715 (2)	13.102:044

(1) Ainda em vida de D. Manuel lhe censuravam desperdícios e ostentações, estas em contradição com excessiva lhaneza: «Começavão primeiro a escassear muito acerca dos louvores de ElRei D. Manoel, dizendo que era hum homem que cuidava mais em edificios, que na Real dignidade; e que era tão descuidado da gravidade de hum Rei, que dava facillimas entradas, e tinhamo accesso com elle gentes de toda a condição, não desprezando por natural lhaneza fallar com algum. Achan-do-lhe mais o muito, que se dava a menear cavallos, e o muito que prodigava o ouro e a prata». D. Jerónimo Osório, *Vida e feitos de El-Rei D. Manuel* (trad. de F. Manuel do Nascimento), l. XI, t. III, pág. 230-231.

(2) *Chancelaria de D. João II*, l. 1, fl. 53.

<i>Responsável</i>	<i>Período da gerência</i>	<i>Total recebido</i> REAIS	<i>Média anual</i> REAIS
Lopo Mendez. . .	de 1 de Outubro de 1486, a 24 de Agosto de 1488	95.306:252 (1)	49.725:000
Fernão Lourenço.	de Agosto de 1488, a Março de 1494 . .	382.179:898 (2)	68.450:100
Lopo Mendez. . .	de Março de 1494, a Abril de 1497 . . .	221.367:297 (3)	71.795:016
Fernão Lourenço.	de Abril de 1497, a Abril de 1502 . . .	368.271:656 (4)	73.654:331
Fernão Lourenço.	de 25 de Agosto de 1503, a Setembro de 1504	78.487:336 (5)	78.487:336
Vasco Queimado .	de Setembro de 1504, a Maio de 1505 (6)	68.627:105 (7)	85.783:881
Francisco Pestana	de 1 de Janeiro de 1506, a 30 de Junho de 1507 . . .	131.355:501 (8)	87.570:334
Rui de Castanheda	de 7 de Novembro de 1507, a 29 de Agosto de 1509	171.932:652 (9)	92.781:440
André Rodriguez .	de Agosto de 1509, a Janeiro de 1511 . .	105.620:393 (10)	74.555:568

(1) *Cartas de quitação*, n.º 448.

(2) *Ib.*, n.º 221.

(3) *Ib.*, n.º 449.

(4) *Ib.*, n.º 222.

(5) *Ib.*, n.º 223.

(6) «As contas, como dalguns documentos se colhe, levavam meses a ultimar-se, por causa dos balanços, e durante as interrupções havia individuo interinamente encarregado da cobrança, ao qual se daria algum alvará de quitação não rejistado na chancelaria. Não se estranhem pois alguns dos intervalos de tempo entre uns tesoureiros e outros.»

(7) *Cartas de quitação*, n.º 603.

(8) *Ib.*, n.º 258.

(9) *Ib.*, n.º 553.

(10) *Ib.*, n.º 79.

<i>Responsável</i>	<i>Período da gerência</i>	<i>Total recebido</i> REAIS	<i>Média anual</i> REAIS
João de Sá	de Fevereiro de 1511, a Abril de 1514. .	87.924:569 (1)	28.516:068
André da Silveira.	de 7 de Maio de 1515, a 11 de Junho de 1516	144.763:069 (2)	133.627:449
André da Silveira.	de Janeiro de 1517, a Junho de 1519 . .	779.552:662 (3)	312.821:064
Gaspar Pereira . .	de 20 de Maio de 1519, a 20 de Junho de 1521	486.510:960 (4)	233.045:258

(1) *Cartas de quitação*, n.º 423.

(2) *Ib.*, n.º 81.

(3) *Ib.*, n.º 80.

(4) *Doações de D. João III*, l. I, fl. 65. — A. Braamcamp Freire, *Maria Brandôa, a do Crisfal*, no *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pág. 374.

«E note-se que, além daquelles dinheiros apontados, outros, provenientes de contratos de venda de varias especiarias, não entravam na Casa da India; eram cobrados pela védoria da Fazenda. Por exemplo: Bartolomeu Marchione, famoso banqueiro florentino estabelecido em Lisboa, fez em 1504 um contrato de tres mil e tantos quintaes de pimenta, a qual, a vinte cruzados o quintal, rendeu 24.053:949 reaes; no anno seguinte outros contratos em que entrou pimenta, a vinte e dois cruzados o quintal, canela, a quarenta cruzados, e cravo a sessenta e cinco, e que renderam 37.282:399 rs., tiradas as contas, tanto ao primeiro, como aos segundos, por D. Martinho de Castelbranco, védor da Fazenda; ainda mais contratos nos annos de 1507 a 1510, o saldo dos quaes, recebido em 1514 pelo Barão de Alvito, outro védor da Fazenda, importou em 36.640:355 rs. João Francisco de Lafeatate (Affaitati), banqueiro cremonês e conde na sua terra, fez tambem varios contratos na Fazenda, nos annos de 1508 até 1514, sobre pimenta entregue na Casa da India, na importancia total de 117.004:880 reaes applicados ao pagamento das despesas dos logares de Africa, ordenados dos desembargadores e officiaes das Casas da Suplicação e do Civel, soldos dos guardas e caçadores e gastos das compras reaes. Os documentos da citada collecção doutros contratos dão fé, e muitos mais se realisariam ainda, que lá não constam, provindo da abundancia delles, é provavel, o de-

A administração do dinheiro era por vezes pouco escrupulosa, já por liberalidades régias, já por sofreguidão de aqueles que serviam o monarca. Quando o Pontífice concedeu a D. Manuel um grande subsídio de rendimentos eclesiásticos para a guerra contra os infieis, em grande parte — diz D. Jerónimo Osório — caíram as rendas da Igreja nos bolsos de homens riquíssimos, que nunca viram a cara ao inimigo, e estremeciam em lhes falando na guerra de África (1).

O aumento das receitas não escusava dificuldades, quando as despesas aumentavam em maior proporção. O assentamento das moradias passara da média anual de 14.556.288 reais em 1500 e 1501 a vinte e quatro contos em 1523; o assentamento do Tesouro (ministério da fazenda) passara de conto e meio em 1507 a dois contos em 1523; o assentamento das guardas, que nos anos de 1504 a 1506 importara na média anual de 1.216.457 reais, passou a 3.200.000 reais

crescimento que se nota na conta de caixa da Casa da Índia nos annos de 1511 a 1514.

«Somando os dinheiros entrados na Casa da Índia, vê-se, que só a especiaria lá directamente vendida produziu desde 1497 a 1521, isto é, em vinte e quatro annos, a quantia de 2.423 contos de reaes, igual a 13.569 contos de réis, com o poder aquisitivo de 67.845 contos da moeda de hoje, na média de 2.826 contos por anno.

«A estas quantias, para nos aproximarmos quanto possivel da verdade, deveriamos ajuntar ainda, alem dos proventos dos contratos de que acima apresentei exemplos, mais o produto da venda de especiarias nas feitorias de Flandres, Milão e Veneza, e de açucares em Flandres, França, Inglaterra, Roma e Veneza. Sendo porem impossivel a averiguação exacta destes varios réditos, calculal-os-hei, muito por baixo, em vinte e cinco por cento da receita da Casa da Índia; elevar-se-ha pois, durante o reinado de D. Manuel, o rendimento das especiarias a 84.806 contos de réis e a média annual a 3.532 contos.» Braamcamp Freire, ob. e log. cit.

(1) *Vida e feitos de El-Rei D. Manuel*, l. IX, t. III, pág. 61.

em 1523; o assentamento da Casa da Suplicação e da Casa do Cível passou da média anual de 1.426.538 reais, nos anos de 1489 a 1493, a 2.576.224 reais em 1523 (1).

Todos os dados que se conhecem persuadem que existia o *deficit* permanente, que obrigava a contrair dívidas umas sôbre as outras (2).

Para aliviar as dificuldades financeiras que o ilaqueavam, D. Manuel iniciou a venda de juros reais em 1500. Assim aparecia a dívida pública consolidada, constituída em *padrões* ou cartas em que se declarava o juro a receber e a quantia que êle custara ao crêdor (3).

O primeiro *padrão*, datado de 20 de Fevereiro de 1500, e cujo produto se dizia destinado ás despesas da guerra de África, foi vendido á razão de 14 réis por 1; isto é: pelo juro anual de 1500000 réis deram os compradores 2.1000000 réis, o que corresponde ao juro anual de 7,14 por cento.

Depois repetiram-se as operações desta natureza. El-Rei D. João III logo no princípio do seu reinado vendeu juros a 200000 réis por milhar (5 por cento) e a 160000 réis por milhar (6 $\frac{1}{4}$ por cento). Posteriormente converteu muitas dívidas *a câmbios* em juros a 1200500 réis por milhar, ou seja o encargo de 8 por cento ao ano. Era o que hoje cha-

(1) A. Braamcamp Freire, *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, pág. 207-208.

(2) Benevides, *Rainhas de Portugal*, t. II, pág. 8-9, publicou uma nota da receita e despesa de Portugal em 1557, na qual a receita figura com 316.432.100 reais e a despesa com 315.679.600 reais. Dêste modo haveria o saldo positivo de 752.500 reais. Ora é de considerar que as notas orçamentais desta espécie, as poucas que se conhecem, eram sempre incompletas, tanto nas receitas como nas despesas; pelo que o seu valor não pode deixar de ser limitado.

(3) Sôbre o assunto vid. José da Costa Gomes, *Collecção de leis da dívida publica portugueza*, especialmente pág. 38 e seg. e os documentos de pág. 119 e seg.

mamos consolidação da dívida flutuante; mas havia dificuldades na conversão, pois vimos anteriormente que em 1544 corriam a câmbios, em Flandres e nas feiras de Castela, dívidas de El-Rei de Portugal na importância de 1.946.000 cruzados, a juros, talvez diversos, mas que eram em média de 25 por cento ao ano.

Êste quadro bem mostra quanta razão tinha D. João III para se mostrar desanimado, a partir de 1532, da conservação dos logares do norte de África, pelas «grandes despesas e gastos que se faz na manutenção delles com os fidalguos caualleiros e gente darmas, que estam em sua guarda e defensam, e que a dita guerra contynuadamente fazem como ao mundo he notorio». Os mesmos motivos, agravados por acontecimentos recentes o levaram em 1534 a fazer várias consultas sôbre a conservação ou abandono de Safim e Azamor, ou sôbre se deveria apenas deixar fortaleza em cada uma delas. Uma das tais consultas foi dirigida á câmara de Lisboa, em carta régia de 25 de Novembro de aquele ano; nela se acentuava o precário estado da fazenda real, documentando-o: «e pera saberdes — dizia El-Rei — como estaa minha fazenda vos mostrara Symaão de Seeixas hũa folha, per que o podereis bê ver, da qual nom dareis conta a ninguê».

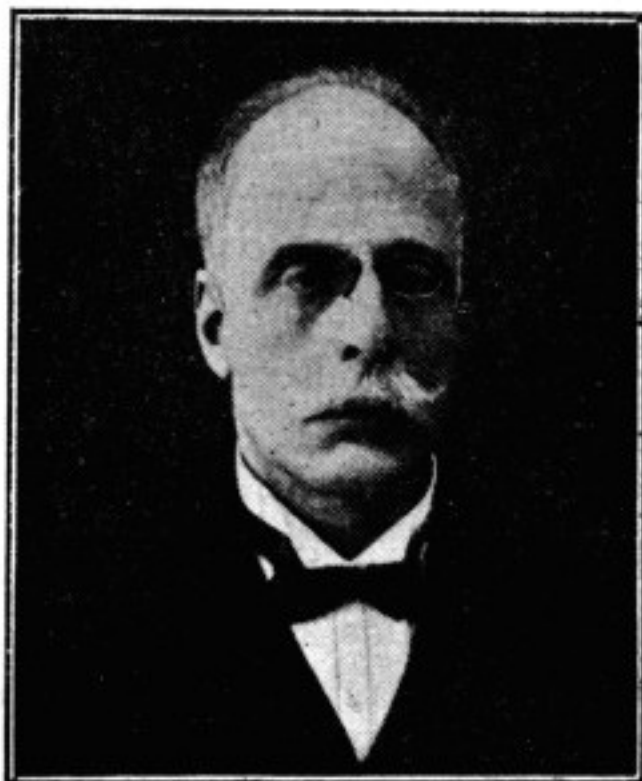
Tais foram, meus senhores, as causas da decadência e queda do império português.

Fortunato de Almeida

TÔRRES SOLARENGAS DO ALTO MINHO

As nossas tôrres não têm a importância nem a beleza das existentes na Galiza, que são verdadeiras fortalezas medievais, sitas em pontos estratégicos, e capazes de resistir às mais sérias investidas.

Estes castelos particulares pertenciam aos Condes de Andrade, Altamira, Lemos, Ribadávia, Monterrey, e Sotomaior, perdurando ainda em bom estado as fortalezas de Mós e de Monterrey, com seus grandes palácios, as tôrres de Pambre, e de Mens, e os castelos de Junqueras, e de Vimianzo.



Note-se que a maior parte das referidas tôrres solares datam do segundo têrço do século xiv, algumas do século xv, como as de Sotomaior, Vilalba, Altamira, e de Masid; apenas a episcopal compostelana é anterior.

Que imponentes ruínas mostram os derrocados castelos familiares de Moeche, Puendeume, Noguera, Vilalba, Parga, e Sobroso, que escaparam à demolidora fúria de Pedro Álvares de Sotomaior, Conde de Caminha, na segunda metade da xv centúria!

As velhas tôrres galegas encontram-se sôbre elevadas penhas, para mais fácil defesa; depois construíram os casteljos em lugares elevados, mas mais acessíveis, adoptando a planta quadrada, com cubelos nos cantos, e a tôrre de menagem isolada no centro, tudo de reduzidas proporções.

O Alto Minho nunca possuiu castelos feudais, e as tôrres que conservamos no distrito, e mesmo as do Norte do país, confirmam a nossa afirmativa, não se encontrando quaisquer vestígios de fortificações exteriores às tôrres, e os que havia no Paço de Giela, procediam do tempo da ocupação castelhana, em 1662. Assim as nossas tôrres sem barbacãs, não passavam de simples casas fortes, senhoriais, não sendo velhas tôrres de menagem de desaparecidos castelos; demais acham-se levantadas em lugares chãos, sem possível defesa militar, e nem precisavam tê-la, atenta a época da sua construção, nos fins do século xiv.

Aquém Douro conhecemos ainda uma dezena de tôrres solares, lembrando-nos entre outras: — em S. Miguel de Carreiras, no concelho de Vila Verde, a abandonada tôrre de Penagate; em S. Martinho de Carrazedo, Amares, a tôrre de Castro, dos Machados, senhores de Entre Homem e Cávado, erguida no século xvi, e reformada em 1699; em Lama, Barcelos, a tôrre de Azevedo, reedificada em 1536; a tôrre de Aborim, em Quintiães do Tamel; na vila de Barcelos a tôrre dos Pinheiros, de 1448; a tôrre dos Machados, supraditos, em Ferreiros, no concelho de Lanhoso; a tôrre de Nuvões no concelho de Marco de Canavezes; a de Quintela, perto de Vila Real, e finalmente a tôrre da Marca, na cidade do Pôrto.

Fica pois desvanecida a remota antiguidade das tôrres solarengas, embora pese a nobres e plebeus.

Tôrres solares do Alto Minho

Apresentamos uma sucinta notícia dos velhos solares do distrito de Viana, donde procedem alguns dos nossos apelidos históricos, que tantos e tão gloriosos serviços prestaram a Portugal.

Hoje em dia esta resenha impõe-se, visto o termo — *solar* — correr fora da sua verdadeira significação.

Uma casa de província, embora modernamente nobre, para ser considerada solarenga, deve datar de época anterior ao século XVI, e haver sido tronco de outros ramos ilustres da mesma família.

Os *ricos-homens* e os fidalgos de antiga linhagem residiam nas suas tôrres, que dominavam as herdades circunvizinhas, constituindo uma — *vila* —, ou quinta privilegiada e isenta do poder real, e a que então chamavam — *honra* —.

Estas tôrres, ou casas fortes, até ao reinado de D. Manuel não podiam ser levantadas sem licença régia; sabemos que D. Dinis mandou devassar tôdas as honras innovadas, e que D. Afonso IV, em 1343, chegou a mandar demolir muitas tôrres, abusivamente erguidas.

Êste último monarca consentiu em 1322 a Mem Rodrigues de Vasconcelos a construção da torre de Penagate, e D. Fernando deu licença a Vasco Gomes de Abreu para reedificar a sua torre e paços adjacentes, em Terra de Riba do Mouro, na freguesia de S. Pedro de Merufe, hoje no concelho de Monção (1).

Os solares minhotos eram simples tôrres, e não palácios acastelados (2), edificados todos, já em época que não havia

(1) *Historia genealogica da Casa Real*, vol. XII, parte 1.^a, a págs. 428 e 429.

(2) *Ensaio de Direito Patrio*, do Dr. Coelho da Rocha, Coimbra, 1872, pág. 71, nota 1.

resistência possível ao poder real, sendo posteriores às *Inquirições do Conde de Bolonha*, em 1258.

O sábio académico António Caetano do Amaral(1) diz que os solares serviam de título histórico da *velha nobreza*, e de depósito dos brasões de família.

Mas isto só é exacto se nos referirmos ao princípio do século xv, e não a tempos anteriores.

Os brasões começaram a generalizar-se durante aquela época.

O mais antigo escudo heráldico que conhecemos, o de D. João Peres de Aboim, mordomo-mor de D. Afonso III, e fundador da Vila de Portel, existente num selo da Torre do Tombo, data de 1250(2).

Os brasões do túmulo de Castro de Avelãs, da Capela de Balsemão, do claustro da Sé do Pôrto, da Sé Velha de Coimbra, e da Igreja do Mosteiro de Pombeiro, junto a Guimarães, bem como o da Capela-mor da grijó de Valboa, hoje capela de Santa Luzia, de Campos, no concelho de Vila Nova de Cerveira, pertencem todos ao século xiv.

A primeira carta de brasão, que achamos nas *Chancelarias reais*, tem a data de 1438, havendo todavia referência a outra mandada passar em 1427(3).

D. Fernando I mandou representar numa tapessaria do Paço os raros brasões que havia em Portugal; a D. João, de Bôa Memória, não lhe sobejou o tempo para cuidar desta matéria.

(1) *Ensaio do Direito Patrio*, no lugar supracitado.

(2) *Arquivo Histórico Português*, de Anselmo Braamcamp Freire, vol. V, a pág. 65.

(3) *Manual do Bração*, que publicámos em Viana, no ano de 1902, a pág. 10.



As nossas tôrres não vão, umas além da segunda dezena do século XIV, outras do tempo de D. Afonso V, D. João III, e do domínio filipino, e as mais recentes, do século XVII.

Estes cubos roqueiros, formados por fiadas de silharia de áspero granito, e raras vezes por cunhais cheios de alvenaria, apresentam dois ou três pavimentos soalhados, com seteiras estreitas e sua janela avarandada com matacões para defesa da entrada. Coroavam os parapeitos dos adarves grossos merlões, e mais tarde na época afonsina ameias ponteagudas.

A torre quadrada, ou com faces quasi iguais, mede de 6 a 9 metros por lado, e 12 a 15 de alto, tendo a pequena porta ogival bastante acima do solo, correspondendo ao primeiro piso, ordinariamente maciço.

Desde o século XV que ao torreão ajuntaram casa mais cômoda e ampla para vivenda senhorial, visto há muito haverem terminado as contendias dos fidalgos e as guerras intestinas; e enfaticamente o apelidavam *Paço*, por a quinta honrada haver sido *Palácio*, pousada ou celeiro real, como succedeu com as tôrres de Refojos de Lima, de Magalhães, e casarão de Darque.

Dos vetustos monumentos poucos têm escapado à acção do tempo, à incúria, e à ignorância de seus possuidores, que os fizeram arrazar para com sua pedra levantarem inestéticos casarões recocós, que julgavam que melhor atestavam aos vindouros a importância das pingues comendas e rendosas conessias que gozavam.

Restam-nos como elementos de primeira ordem: — a torre de S. Julião da Silva, na ribeira Minho, a dos Limas, em Giela, junto à Vila dos Arcos de Valdevez, agora à venda,

a dos Malheiros, em Refojos de Lima, e a do Paço, em Santa Maria de Geraz, na riba Lima.

A Espanha, com quanto fôsse a tradicional nação dos solares, contava sòmente cinco grandes solares: — Lara, Haro, Castro, Gusmão, e Vilar Maior (1).

Para melhor identificação das casas solarengas minhotas e das suas dependentes, optámos descrevê-las pela sua situação topográfica nos respectivos concelhos.

*
* *

No reinado de D. João I ainda podemos facilmente contar as famílias ilustres de Entre Minho, Lima, e Neiva, que viviam nas aldeias e povoações rurais, pois que aos fidalgos era proibido residir nas vilas, cabeças de concelho, e se alguns dias aí se demorassem os procuradores municipais logo apresentavam queixa às Côrtes. Assim nas de Coimbra, em 1394, os procuradores de Ponte de Lima lamentam e pedem remédio contra estes abusos, declarando também que até muitos homens do povo se inculcavam nobres, e não queriam exercer ofícios mecânicos.

As velhas famílias, com o advento do Mestre de Aviz, refugiaram-se em Castela, abandonando as quintãs, mas depois às poucas que regressaram, foram-lhe restituídos os bens confiscados.

O *Nobiliario do Conde D. Pedro* serve de memorial histórico dos infanções, que na mor parte, depois, se abastardaram; mas os comentadores Faria e Sousa e Marquês de Montebalo, nas edições de Madrid e de Roma, com reservados intuitos, inventaram ligações dos velhos fidalgos

(1) *Historia Genealogica da Casa Real*, vol. IX, a pág. 41.

com os novos cavaleiros, nobilitados na batalha real de Aljubarrota, guerras de África, nas navegações e descobertas.

I

Em Portugal há diversos Castros illustres, que não podemos reduzir a um tronco comum (1); alguns provêm dos que tiveram solar no concelho de Melgaço, em freguesia hoje difícil de determinar; Paderne, Romoães, e Rouças disputam essa honraria.

O historiador Sandoval, Bispo de Tui, afirma (2) que, além dos Castros, de seis e treze arruelas, ainda existem outros, também nobres na Galiza, que em Monção e Melgaço se aliaram aos Soares e aos Caldas; e nós acrescentávamos, que estes provêm da casa do Pôrto, defronte de Lapela, e da sua homónima, perto de Vigo, ambas além Minho.

A varonia da casa dos Castros é das mais esclarecidas de tóda a Espanha, e D. António Caetano de Sousa trata da sua antiguidade, no capítulo referente aos Marqueses de Cascais, nos *Grandes de Portugal* (3).

Os Castros de Melgaço, outrora conhecidos por *Castros de Fornelos*, descendiam dos senhores da povoação fronteira àquela vila portuguesa, e um deles, D. Fernando Anes de Castro, viveu no tempo do rei D. Denis.

Fernão Anes teve dois filhos: — João Fernandes de Castro, por quem derivou a casa de Fornelos aos Condes de Crecente, Marqueses de Tenório, Grandes de Espanha; e —

(1) *Brações da Sala de Cintra*, de Braamcamp Freire, edição de Lisboa, vol. I, págs. 80-81 e 98-99.

(2) *Antiguidad de l'Eglesia de Tuy*, Braga, 1610, pág. 172.

(3) 2.^a edição, págs. 98-99 e 496.

Pedro Fernandes de Castro, que veio para Portugal, e dêle procedem os Condes das Galveas, por seu segundo neto Martim de Castro, Alcaide-mor de Melgaço, e de Crasto Laboreiro, que em 1402 recebeu do nosso D. João I particulares mercês.

Os Galveas trazem no seu escudo as seis ruelas dos Castros, partidas com os besantes dos Melos, e são a linha directa dos de Fornelos.

Os principais Castros usaram em Portugal as seis arruelas azuis em campo de prata.

Os Condes de Rezende representam os Castros de treze arruelas, oriundos de D. Pedro de Castro, senhor de Rezende.



Em S. Martinho de Alvarêdo erguiam-se outrora duas tôrres, ambas de Abreus, apontando-se a que margina com o rio Minho, como solar dos Marinhos; mas aqui anda confusão com a tôrre de Santo Antão de Messegães, que mais se avizinha com a paróquia de Cela; a outra tôrre e quinta dos Abreus foi em 1602 legada à Misericórdia de Monção pelo mui illustre Lopo Gomes de Abreu, então Provedor da Santa Casa, que, após o seu falecimento, delas fez prazos de vidas.

A tôrre de Vilar na freguesia de Penso, também pertencente aos Abreus, adveio afinal ao Marquês de Tenório.

Consta do Tombo da Misericórdia de Monção que Guimar Martins mandou construir, na primeira metade do século XVI, e antes de 1539, a tôrre nova de Golães, na freguesia de Paderne.

II

No concelho de Monção, cuja parte oriental antigamente fazia parte da Terra de Valadares, abundavam os velhos torreões, quasi todos de Abreus, a mais importante família desta Ribeira.

Na freguesia de S. Pedro de Merufe, no lugar da Pica, existia em 1712, como refere o Padre António Machado Villasboas, no *Livro dos Solares* —, a torre de Faro, sede solarenga dos Abreus, e donde se dispersaram pela margem do Rio Lima, indo para Valadares, Barbeita, Agra e Lapela, saindo depois para Regalados, hoje no concelho de Vila Verde.

Nos brasões da Sala de Sintra mandados pintar por el-rei D. Manuel, já figuram as cinco àsas. D. Afonso II privilegiou em 1225 a aldeia de Barbeita, como Couto dos Abreus, a favor de Pero Anes de Abreu.

A representação do ramo principal dos Abreus passou dos Condes de Regalados para os Marqueses de Tenório, por D. Maria de Abreu de Noronha casar em 1603 com seu tio D. Fernando Eanes de Sotomaior, primeiro Conde de Crescente, senhor de Tenório e de Fornelos, levando-lhe em dote a grande quinta de Agra, em Troporiz e Lapela, que depois seu neto, segundo Marquês de Tenório, vendeu, em 1684, a D. João Manuel de Meneses, da casa da Freiria, defronte de Ponte de Lima.

Possuía aquêlê Marquês as diversas tôrres dos Abreus, espalhadas pelos concelhos de Melgaço e Monção, incluindo a torre de Sobreiro, no lugar de Felgueiras, na freguesia de Pias, demolida em 1693, pela cedência da pedra para a construção da nova matriz.

No comêço do século XIII os Abreus fundaram o Mosteiro de freiras beneditinas de Merufe, transferidas de Paderne, e extintas naquela freguesia no ano de 1461.

— Em Tangil, no lugar da Costa, levantava-se a *casaforte* dos Soares, que, para se distinguirem dos outros Soares, de mui diversa procedência, adoptaram como simbolo a fortaleza que a heraldica transformou numa ponte de três arcos, com duas tórres sobrepujadas por duas águias volantes, com um leão no meio; alusão a D. Lourenço Soares, e as águias às rainhas D. Inês de Castro e D. Leonor Teles. D. Soeiro Aires, senhor da Terra de Valadares e Melgaço, por D. Afonso Henriques, de 1130 a 1170, foi o tronco dos Soares de Tangil; o *Nobiliario de D. Pedro* chama-lhe D. Soeiro Aires de Valadares.

A casa passou depois a seu descendente D. Lourenço Soares, Rico-homem do Conde de Bolonha.

Em Tangil por último succedeu Pedro Soares de Tangil casado com D. Senhorinha do Lago, e por falta de filhos passavam os bens a uma parente, freira no convento de S. Francisco de Monção; e, durante o domínio filipino, as religiosas mandaram arrasar o alcácer, reduzindo todo o casal a cultura, emprazando, anos mais tarde, os campos a lavradores.

— A tradição aponta mais outra torre de Abreus.

— O Paço de Vila Bôa, sita na freguesia de S. Julião de Badim, dos Abreus e Vilarinhos, caía em ruínas em 1761, havendo pertencido a Afonso Lourenço Vilarinho, fidalgo muito honrado, que casou com D. Inês Afonso Bacelar, filha de Fernão Rodrigues Bacelar, Chantre em Valença, e senhor de Bacelar, na freguesia de Cerdal.

— A Misericórdia de Monção, aforou em 1498 a quintã de Vila Martins a Rodrigo Álvares Vilarinho, abade de Sá, em Valadares, e senhor da torre de Vila Bôa, que gosou o padroado da igreja de Segude, e nela jaz em sepultura com o brasão de Vilarinhos, composto de uma adarga ou escudo real sôbre uma espada, mas a mão só com quatro dedos, como está num dos escudos do palácio da Berjoeira.

Por vezes aparece trocado o apelido *Vilarinho* por *Simões*, como acontece na Carta de Brasão de Armas concedida a Gil Simões Vilarinho, adquirida em Monção no ano de 1919 pelo saúdoso José de Alpoim da Silva de Sousa Meneses, e existente no seu Museu desta cidade, hoje de seus filhos.

O *Archivo Heraldico*, de Sanches de Baena, a pág. 239, n.º 949, descreve o escudo dos *Simões*.

A armaria portuguesa apresenta por vezes singulares anomalias; assim dá aos Fiuzas brasão semelhante àquêle dos Vilarinhos, e igual ao de Soutelos, galegos; e confunde o emblema dos *Simões* com o predito dos Vilarinhos: — um leão rompente, firmado num bico, ponta, ou monte verde.

E isto por descuido do Rei de Armas, e do Cartório da Nobreza.

— Na freguesia de S. João de Sá, na quinta de Lagendo, quer a tradição assentasse o solar de Diogo Cão.

O ilustre navegante, Cavaleiro da Casa de D. João II, por sua ordem descobriu não só o rio Zaire e reino do Congo, como tôda a costa de Angola, indo ainda além do rio Cunene, onde faleceu à vista da Serra Parda, em 1487 (1).

Pelos serviços prestados nas descobertas africanas recebeu brasão de armas, com dois padrões encimados por uma cruz, concedido por carta de 14 de Abril de 1484 (2).

Na segunda exploração de 1484-85, em que foi como capitão-mór da frota de descoberta, efectuou Diogo Cão o reconhecimento da costa do Congo e das bôcas do rio Zaire, colocando aí um dos Padrões, que deu o nome àquela ponta chamada *Cabo do Padrão*, ou Padrão de S. Jorge.

O fidalgo minhoto não só penetrou no Zaire como foi o primeiro europeu que visitou muitos lugares no interior,

(1) *Insulano*, do século xv, de Mortelli, ms. n.º 15:760 do Museu Britânico, e publicado por D. José Correia de Lacerda, em 1867.

(2) *Armaria Portuguesa*, de Braamcamp Freire, pág. 112.

comunicando com o Soberano do país, e fundando a povoação de S. Salvador do Congo (1).

No adro da igreja de Sá mostravam até 1905 duas pias sepulcrais, como jazigos do famoso descobridor e de seu filho Pedro, porém na última reforma do templo, inutilizaram as pedras.

A família dos Cãos era numerosa, e, além dos filhos, muitos parentes acompanharam o chefe nas suas várias viagens, estabelecendo-se alguns no Congo.

Um dos ramos dos Cãos ligou-se na vila de Caminha aos Passos Figueiroas, mas dizem que o principal foi para Vila Real de Trás-os-Montes, onde se uniu aos Teixeiras; ainda aí mostram um casarão manuelino como residência do nosso navegador.

Não pretendemos desfazer tradições, e por isso não comentamos.

Suspeitamos que nos Passos Figueiroas da quinta de Lagendo anda sangue dos Cãos, e por isso lhe sucederam nestes bens.

Indicaram-nos como dos Cãos a capela lateral da Igreja de S. João de Sá, e dedicada a Nossa Senhora da Conceição; porém carece de fundamento, porque sabemos pelos nossos documentos (2) que foi construída em 1595 pelo Licenceado Padre Estêvam de Passos Figueiroa, que no México agenciou grande fortuna, voltando a viver na sua casa da Torre, em Vigo.

Êste antigo beneficiado de S. João de Sá instituiu um importante vínculo, em 22 de Julho de 1600, tendo por cabeça a dita capela da Conceição, com a quinta de Lagendo, e

(1) *Descobertas dos Portugueses*, do Visconde de Santarém, Lisboa, 1855, pág. 301; *Missões de Angola e Congo*, Braga, 1923, vol. 3.º, págs. 111-119.

(2) Escritura vincular, lavrada em Vigo, em 1600.

outros muitos bens em Portugal e Galiza. Na esquina exterior da capela vimos uma pedra com o escudo dos Passos, Ferreiras, Macedos, Figueiroas, e Soutelos, galegos; outro igual brasão encimava o portal da quinta de Lagendo, levantado em 1620, e aí perdurou até 1919, em que, apeado para ser vendido, partiu, e o comprador alferes Dias Coelho, rejeitou por isso a pedra, ficando abandonada.

Os primeiros administradores vinculares do Lagendo foram o Capitão Francisco Ferreira de Macedo e espôsa D. Antónia de Passos Figueiroa, e nos seus descendentes continuaram os bens até à sua terceira neta, D. Maria Luísa de Caldas, casada em Viseu com Manuel Loureiro Castelo Branco Queirós, progenitores dos Conde de Prime (1), que herdou a casa, mas as leis pombalinas permitiram-lhe a sua alienação. Ainda ultimamente a capela e os poucos prédios restantes andavam em poder dos Loureiros, desta geração.

A quinta de Lagendo formava um prazo da Colegiada de Valença; a casa ruiu há muitos anos, e a propriedade, dividida por numerosos consortes, não oferece cousa alguma importante, restando somente o portal em pé.

— Na torre de Santo Antão em Messagães, no extinto concelho de Valadares, residia, no meado do século xvii, Fernão de Sá e sua espôsa D. Isabel de Passos Figueiroa, que usavam os apelidos de Castros (de seis arruelas), Sás, Sotomaiores, e Pugas, cujo brasão ornamenta o edifício.

Na carta de nobresa dada em 1759 a Manuel Boaventa de Araújo e Azevedo, da quinta da Bornaria, na freguesia da Bela, concelho de Monção, atribui-se (2) a Vasco Marinho a fundação desta casa junto ao rio Minho; o nobre Secretário do Papa Leão X veio falecer à Vila de Monção em 1521,

(1) *Resênha dos Titulares*, de Sanches de Baena, vol. II, in *Prime*.

(2) *Arquivo Heraldico*, do Visconde de Sanches de Baena, pág. 514.

deixando três filhos, dos quais descendem os Marinheiros desta Província.

A torre actual, de época posterior ao reinado de D. Manuel, teve certamente reedificação após a guerra da Aclamação.

Este solar se acaso fôsse dos Marinheiros não lhe deixaria o instituïdor de colocar no quartel de honra do escudo as ondas do Proto-notário Apostólico, que em artístico túmulo alto, com figura relevada ao natural, e guarnecido com os seus escudos, jaz na sua linda capela manuelina de S. Sebastião, na Matriz de Monção.

— Na paróquia de Barbeita temos a torre da *Casa Branca*, mais vulgarmente conhecida por torre do Paço de Barbeita, e hoje no centro das casas; construíram-a em 1492 Estêvam Rodrigues de Carvalho Bacelar e mulher Mor Geraldês Soares, pais de Álvaro Afonso Soares de Carvalho, casado com D. Grimaneza Pereira de Castro, que em 1547 instituïram o vínculo do dito Paço.

O brasão que ornamenta o medalhão do fecho da abóbada da sala nobre da mesma torre mostra os apelidos Peireiras, Sotomaiors, e Osors, aberto no tempo dos espanhóis.

— Em Truite assentava a privilegiada quinta dos Palhares; em Merufe há também um lugar do mesmo nome, por os Palhares aí edificarem uma casa nobre, mas que os castelhanos arrasaram quando cercaram a praça de Monção em 1658.

Procedem os Palhares do condado do seu nome, na alta Galiza, estabelecendo-se entre nós no século XIV, vindo substituir os Truites; e sabemos que Pero Anes de Truite possuía esta honra em 1222.

— A torre do lugar de Vinhais, na freguesia de Lordelo, foi apeada no principio do século XVIII, e com a sua pedra os fregueses construíram o campanário paroquial.

— A honra e casa do Lago, ficava, como afirmam os Nobiliários galegos, na quintã do Sopegal, na freguesia de Cambeses, declarando que Sopegal (ou sôbre o pêgo) significava — pêgo, lagoa, atoleiro, ou terra encharcada.

Os filhos de Afonso Pereira de Castro juntaram o apelido Lago ao de Castro, e numa antiga sepultura da capela dos Milagres, pertencente ao Sopegal, viam-se as armas dos Lagos.

Vasco Gomes Pereira casou com D. Catarina Velho, e houveram a Francisco Pereira de Castro, que herdou a casa do Sopegal, edificando a capela dos Milagres, que seu filho Damião concluiu em 1602.

Pero Gomes Pereira (do Lago), fidalgo, filho de João Gomes do Lago, senhor da honra do Lago, e de sua mulher Grimaneza Pereira de Araújo, casou com Catarina Fagundes, de Viana, e filha de Álvaro Fagundes e irmã de João Álvares Fagundes, donatário da Terra Nova dos Bacalhaus.

Em 1658 os castelhanos, na ocasião do cêrco de Monção, levaram a pedra da casaria, que depois em 1710 reedificou o morgado Mateus Pereira de Castro.

— Em Mazêdo houve a tôrre de Agrêlo, dos fins do século xvi, apontada como solar dos Vales, e pelo casamento de D. Filipa Maria Ferreira do Vale com Manuel da Rocha Passos, ambos da Vila de Caminha, entrou em 1800 na posse dos Pereiras de Castros, da casa dos Picoutos, junto a Monção, e demolida em 1840 para com a pedra cercarem uma vinha próxima!

— Na paróquia de Lara Rui Lobato construiu uma casa, designada impròpriamente por *solar de Lara* —; e a uma dama, sua descendente, Genebra Fernandes Bacelar, chamaram — a *Dona de Lara*.

III

No concelho de Valença e freguesia de S. Julião da Silva, encontrámos um venerando exemplar dos torreões medievais, e cuja honra supomos anterior à nossa nacionalidade.

Pertencia ao rico-homem D. Paio Guterres da Silva, que tão heróicamente defendeu o Castelo de Leiria, em 1155. Alguns escritores pretendem que o solar dêste famoso fidalgo e a sua residência fôsem em Barbudo, freguesia do concelho de Vila Verde (1).

Paio Guterres, senhor da Terra de Fraião em 1134, fundou o Mosteiro de Cucujães, sendo um dos Padroeiros de Tibães.

A torre da Silva, repetidas vezes reparada, ainda se ergue magestosa, ostentando na face principal o brasão dos Condes de Pliègue, com o escudete dos Silvas no abismo; os titulares seus representantes residem em Nigran, perto da cidade de Vigo, e em 1850 alienaram os bens de Portugal.

O Conde D. Rodrigo de Sequeiros representa a linha directa dos Silvas, conservando aquêles o senhorio da torre do Couto de Gondufe, no concelho de Ponte de Lima, até ao fim da primeira dinastia, em que reverteu à coroa.

— Os Bacelares pululam na ribeira Minho, derivando da quinta da *torre de Cubos*, na freguesia de Cerdal, para os concelhos de Monção, Coura, Caminha, e Vila Nova de Cerveira.

D. Denis, achando-se no Mosteiro de Ganfey, em 3 de Novembro de 1299, confirmou o senhorio de Bacelar a Afonso Gil Bacelar, filho de Martim Afonso.

D. João I uniu-lhe a honra de Mira, atendendo aos serviços prestados por Vasco Gil Bacelar quando a conquista da

(1) *Minho Pitoresco*, vol. II, pág. 402.

cidade de Tui, e lhe deu também os padroados das Igrejas de Cerdal, Bouças, Couto de S. Fins de Friestas, Lanhelas, e sete casais em Ramalde, aros da cidade do Pôrto.

Mais tarde D. Afonso V, por carta passada em Toro, a 17 de Maio de 1476, confirma a Rui Vaz Bacelar, fidalgo da sua casa, a Honra de Mira, que, desde o Mestre de Aviz, andava anexa à casa de Bacelar.

— A tôrre de Caravais, que, no tempo de D. Sancho II, se levantava no meio da paróquia de Gondomil, já então do Mosteiro de S. Fins de Friestas, caiu, e passando a apanágio dos Abreus, estes a mandaram restaurar, ficando unida à quinta da Agra, e com ela passou em 1684 para a casa da Freiria, de D. João Manuel de Meneses, de Ponte de Lima.

Seu neto D. Francisco Furtado de Mendonça e Meneses intitulava-se senhor dos Coutos de Merufe e Gondomil, nos concelhos de Monção e de Valença, e das casas de Freiriz e Argemil nos de Vila Verde e de Barcelos.

IV

Em Vila Nova de Cerveira, no sítio do Pedroso, debaixo do Mosteiro de Santa Marinha de Loivo, de freiras beneditinas, existiu a tôrre dos Pereiras, edificada pelos descendentes de D. João Nunes de Cerveira, que governou esta Terra, no tempo de D. Sancho I; depois cabendo em partilha ao ramo dos Pereiras Eças, dos Condes de Cavaleiros, foi vendida a Diogo Pinto, que a mandou apear em 1613.

A quinta próxima, chamada da Tôrre, deveria datar dos fins do século XIV; a honra de Loivo compunha-se de ambas as duas, tôrre e herdade.

Rui de Novais obteve, no tempo de D. Afonso IV, sentença confirmando-lhe a honra de Loivo, o Couto de Mangoeiro, em Gondarem, e os Padroados das Igrejas dêste Couto, e das de Cossourado, Cunha, e S. Martinho de Coura,

por cabeça de sua espôsa D. Maria Pires de Cerveira, a quem D. João I, tornou a dar a honra de Loivo.

— Na freguesia de S. João Baptista de Reboreda admira-se ainda a vetusta *tôrre de Penafiel*, bem reparada em 1864, com uma inscrição de 1771, inculcando-se solar dos Ferreiras Lagos.

Possuía esta tôrre Diogo da Rocha de Azevedo, Cavaleiro da Ordem de Cristo, natural de Caminha, e falecido em 1720, que a houve pelo seu casamento com D. Brites Barbosa Pita, filha do Licenceado Fortunato Ferreira do Lago, senhor da mesma tôrre.

Sua neta D. Maria Madalena Barbosa aliando-se com Constantino de Sousa Araújo e Meneses, da rua de S. Sebastião, de Viana, e da casa da Prova debaixo, junto à ponte da Ponte da Barca, levou em dote a quintã de Penafiel.

O derradeiro Sousa Meneses vendeu em 1812 esta herdade a Sebastião Sanches Ribeiro de Castro: seu filho o Comendador Francisco Sanches Pereira de Castro reedificou o torreão em 1864, como consta da inscrição ai posta. Hoje pertence a D. Adelina Sanches de Castro, filha do 2.º Visconde de Santo António de Lourido.

— No lugar da Gandarela, também em Reboreda, tiveram os Castros Lemos, da Casa do Covo, um casal chamado — o *Paço* —, que Machado Vilasboas reputa solar dos Reboredas; ao pé da casaria, demolida há anos, notamos ainda vestígios da tôrre; porém o Tombo dos Castros, organizado em 1820, descrevendo as casas nobres destelhadas, omite qualquer referência à tôrre. Consequentemente nessa época já estava caída.

V

No concelho de Paredes de Coura, e freguesia da Cunha, no lugar do Outeiro, restavam as ruínas de uma tôrre dos fins do século XVI, e depois reformada por Francisco da

Cunha, Secretário da Guerra, e Comendador de Santiago de Pias, e filho de outro Secretário e Comendador da Ordem de Aviz, António Pereira da Cunha, que lhe mandou pôr o escudo com as nove cunhas orladas com os quinas, e com fantásiosa legenda: — «*Casa e Torre da Cunha, solarenga*».

Estes Cunhas, de Coura e Viana, descendem do Abade da Cunha, Sebastião da Cunha, e são mui diversos dos Cunhas de Pavolide, titulares, com solar na quinta da Cunha, na freguesia de S. Miguel da Cunha, no concelho de Braga.

— Em Rubiães ainda persiste, embora reedificada à moderna, em 1791, o Paço de Antas, cuja antiga quintã, desde muitos anos se acha ramificada nos Montenegros, e nos Antas, da casa de Rodas, de Monção. Os Antas vieram para o Minho nos meados do século XIV, oriundos da Terra de Santa Maria, da Feira.

VI

Passando a Caminha podemos mencionar na freguesia de Lanhelas a quinta da Torre, cuja casa acastelada é exemplar respeitável e único no país.

O alcácer compõe-se de três tôrres; a mais antiga guarda a entrada pelo norte, e a moderna pelo sul; sôbre o caneiro, ou braço do rio Minho há a torre e mirante construídos por Rui de Sá Sotomaior em 1575; aqueloutras datam, a velha de 1531, do tempo de Afonso Vaz Bacelar, segundo do nome, e a nova ficou concluída em 1831, quando administrador dos morgados António de Sá Sotomaior.

No antiqüíssimo portal vemos um escudo do século XVI, com os apelidos: — Vaz, Bacelar, Sá, e Sotomaior.

— A lendária torre de Vilar de Mouros, de tempos imemoriais, foi demolida em 1838, levando a pedra para os pègões da ponte de Caminha sôbre o rio Coura.

Supomos ter pertencido a Rodrigo Mendes, neto dos reconquistadores da nossa ribeira.

— Os Pitas, naturais de Santa Marta de Ortigueira, na Galiza, acolheram à Vila de Caminha, reinando D. Afonso V, e espalhando-se daí pelas margens do rio Lima.

— Na freguesia de Covas, hoje do têrmo de Cerveira, existia uma tôrre, que equivocadamente apontavam como solar dos Antas, apenas por se achar na margem do rio Coura, e caíu nos Bacelaes, e dêstes passou aos Pitas.

VII

Entrando agora na ribeira Lima indicaremos os seus solares, com notícia das respectiva famílias.

— Os Velhos têm generosa prosápia, e os seus ascendentes foram Padroeiros dos antiqüíssimos Mosteiros de S. Salvador da Tôrre, S. Romão de Neiva, e Carvoeiro. Cremos se estabeleceram, no primeiro quartel do século XI, em Vitorino das Donas, e no vale de Aguiar de Neiva, e porventura, mais tarde, na *quintã de Pedregais*, em Forjães (1).

Conhecemos no alto Neiva a *freguesia de Pedregais*, no concelho de Vila Verde, e a *quinta de Pedregais*, na paróquia de Boivães, concelho da Ponte da Barca.

Aquela quintã de Pedregais, em Santa Marinha de Forjães, chama-se hoje de *Pedrais* —, evidentemente corrupção do primitivo nome; no seu portal de entrada, sob grosseiro busto de granito deparamos com uma lápide em letra relevada que diz:

PEDRA DA ANTIGA E PRIVELIGIADA TORRE FEITA
POR D. GVTERRES, NO ANNO DE 1100, E CAHIDA
NO ANNO DE 1600.

(1) *Fr. Gonçalo Velho*, por Aires de Sá, Lisboa, 1899, vol. I, documento XIII, a pág. 16.

Êste Guterres era pai de Paio Guterres, o suposto fundador do vizinho Mosteiro beneditino de Santa Maria de Carvoeiro, onde os Velhos possuíam jazigo de família.

O tronco dos nossos Velhos deriva de Nuno Soares, primeiro senhor da Vila de Vinha, hoje Arcosa, na foz do Lima.

Nas escrituras de instituição dos Mosteiros de S. Salvador da Tôrre, S. Romão de Neiva, Grijó em Vila Nova de Gaia, e Várzea, junto ao rio Cávado, encontramos elementos seguros para determinar a prole de Nuno Soares.

O Nobiliário do Conde D. Pedro, na sua parte mais antiga, não nos merece fé; nem mesmo o *Livro velho das Linhagens*, copiado em 1343, pois teve sucessivos acrescentamentos. As edições de Roma, (1), e de Madrid (2) aparecem adicionadas com notas menos exactas, e o texto propositadamente alterado, como pondera Alexandre Herculano, no prólogo da edição da Academia das Ciências de Lisboa (3).

Lavanha (4) dá como pai de D. Nuno Soares, ou D. Nuno Velho, a Soeiro Guedas, quando nós sabemos que êle se chamava D. Soeiro Nunes, filho de Nuno Soares, senhor de Vinha (5).

Na geração dos Soares Velhos a homonímia dificulta a investigação de quem esteja menos prevenido, devendo-se atender à cronologia e outras circunstâncias históricas para identificar estes fidalgos minhotos.

Senhores de grandes traços de terrenos nas margens dos rios Lima e Neiva, possuíam a sua *Honra* na Vila de Fi-

(1) *Nobiliario do Conde D. Pedro*, anotado por Lavanha, edição de Roma, 1640.

(2) *Idem*, anotado por Manuel Faria e Sousa, e Marquês de Montebello, Madrid, 1646.

(3) *Portugaliae Monumenta historica, Scriptores*, vol. I, a pág. 166.

(4) *Nobiliario do Conde D. Pedro*, Roma, plana XL, pág. 228.

(5) *España Sagrada*, 2.^a edição, vol. XXII, pág. 251.

gueiredo, cuja freguesia modernamente tomou o nome de Vila Franca; e a quinta de Vila Fria, que no reinado de D. Manuel passou aos Alpuins, nêles permaneceu até Jerónimo de Alpuim, falecido em 1895.

Os Velhos assentaram também residência em Vitorino das Donas, onde tinham o solar, que, no tempo de D. Denis, cederam às freiras do Mosteiro de S. Bento. Na embocadura do rio Lima gozavam as Vilas da Foz e de Figueiredo, que originou o nome àqueloutra de Vila Franca.

Mais tarde Pero Velho ou Pero Pires Velho opôs-se a que o Conde de Bolonha concedesse carta de foral ao novo concelho de Viana em 1258, alegando direitos territoriais, tendo o Rei de trocar em 1262 os bens disputados pelo pingue Reguengo de Deuchriste. Aquele Pero Velho já antes havia tolhido a D. Sancho II a colação de S. Miguel de Pêrre e todos os seus direitos (1).

Em tempos mais modernos os netos de João Velho, o Velho, conservaram até 1784, a apresentação da Igreja de Pêrre, neste concelho de Viana.

Posta assim em evidência a nobreza dos Velhos sem recorrer ao problemático entroncamento no Conde Arnaldo de Baião, relataremos as rivalidades entre as famílias distintas da nossa Ribeira Lima no século XVI.

— A comenda do antigo Mosteiro de S. Salvador da Tôrre andava desde muitos anos na família dos Rochas, de Meixedo, que a consideravam seu apanágio.

Afonso da Rocha (filho de Martim da Rocha, o Cavaleiro, que para Viana veio como Almojarife em 1434) obteve, com licença do Bispo de Ceuta, D. Justo Baldino, que governava a comarca eclesiástica de Valença, o grande prazo dos bens que S. Salvador da Tôrre possuía nas freguesias de Deuchriste e de Outeiro, por escritura de 9 de Fevereiro de 1481,

(1) *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, vol. I, pág. 318.

por defender o Mosteiro contra a gente do Duque de Bragança (1), no anterior ano.

Outro prazo, não menos importante, também concedido por serviços nas contendas familiares, nos chama a atenção:

O casal de Santo Isidoro, ou Isidro, corrupto em Idos, na paróquia de S. Salvador da Torre, pela situação central e extensa gândara até ao rio Lima e ao ribeiro de Cardielos, constitui valiosa quinta. Em 1490, mediante permissão episcopal, o abade do Mosteiro, D. Vasco de Miranda, emprazou a Pero Nunes Coelho os bens de Santo Isidoro.

Houve depois em 1526 renovação enfiteutica por três vidas ao filho do primeiro emprazante, por nome Francisco Coelho, casado com Margarida de Abreu, que instituíram a capela vincular em 1548, edificando a ermida de Santo Isidoro, em 1554.

Seus descendentes, os Rochas Portocarreiros, administraram esta quinta até 1923, em que a venderam.

Os Rochas e os Velhos andavam em odiosa desavença por causa da Comenda da abadia de São Cláudio, e da igreja da freguesia de Outeiro, sua anexa.

Martim Velho resolveu ir a Roma buscar as Bulas pontifícias para seu irmão Frei Vasco gozar as rendas de S. Cláudio, mas os ódios dos Rochas chegam até às margens do Tibre, caindo sob o punhal homicida nas ruas da cidade eterna; e outro tanto sucede na foz do Lima, onde morre assassinado Fernão Velho, ambos filhos de João Velho, o Velho.

Na devassa levantada figuram como cúmplices Estêvam de Azevedo, abade e Frades de S. Salvador, e mais os Peireiras; a queixa que arquivámos é um terrível libelo acusatório.

(1) *Pedatura Lusitana*, do Dr. Cristóvão Alão de Moraes, ms. n.º 320 e 321, da Biblioteca Municipal do Pôrto.

Seguiram-se demorados litígios com pouco proveito para os Rochas, porque os Velhos gozavam o favor da Côrte romana, e dos Duques de Bragança, a cuja casa pertenciam.

Passados anos, em 1508, viram também os Rochas preteridas as aspirações sôbre as rendas de S. Salvador, pois que o Rei nomeou para a Comenda vaga ao ilustre D. Cristóvam de Almeida, irmão do Conde de Abrantes, do Bispo de Coimbra, o magnífico D. Jorge de Almeida, e da Viscondessa de Ponte de Lima.

D. Cristóvam não era modêlo de virtudes, nem o inculcava a sua figura gigantesca e o aspecto de fidalgo moço e aventureiro.

A sua posse em 1509 foi acidentada, encontrando a porta do Mosteiro trancada com as pedras do lagar, e, dentro da Igreja, alguns berços de crianças e sarrilhos!

As ameaças sucederam os ataques à mão armada, provocados pelos Rochas, auxiliados pelos Pereiras; e como preparavam outro atentado mais grave, queixou-se D. Cristóvam ao Rei D. Manuel.

Recebeu ordem o fronteiro mor desta Província, que era o Duque de Bragança, para mandar gente armada socorrer o Comendatário e prender os delinqüentes; mas não pôde a hoste brigantina passar o rio Lima, pela opposição que encontrou nas suas margens, tendo de voltar a Barcelos, sem intervir.

A opposição referida por Alão de Moraes, em 1480, deve ser esta, já no reinado de D. Manuel. Por sua parte D. Cristóvam quando visitava os Viscondes no seu Paço de Ponte de Lima, entretinha-se com seus sobrinhos a perseguir e espancar os fidalgos não parciais do Visconde, como aconteceu no entrudo de 1516, que bateram em António Pereira e Fernão Barbosa, nas ruas da Vila, e em Refojos roubaram estes cavaleiros, e prenderam os peões que os acompanhavam, po-

rém acudindo muito povo, houveram por bem de se refugiarem no Paço (1).

O nosso Comendatário socegou com a idade, vivendo em S. Salvador com os três frades beneditinos, e vindo a falecer em 1545, como lemos na sua campa brazonada na capela mór do convento de S. Salvador da Tôrre.

*
* *

A nobreza de Viana no tempo do venturoso D. Manuel era muito reduzida, e até 1517, além dos Velhos e Barbosas, apenas tinham brasão de armas: — os Rochas, Fagundes, e Jácomes, todos três de recente concessão; e as famílias illustres limitavam-se aos Araújos, Pereiras, e Pintos, aliando-se-lhes os Peixotos, Bezerras, Ricaldes, e os Reimondos ou Reimões.

E não admira, porque só no reinado de D. João I conseguiram os primeiros fidalgos vir residir dentro da Vila, atentas as regalias do concelho, que não consentiam que êles aqui permanecessem; Nuno de Barros e Martim da Rocha vieram, aquele nomeado pelo condestável Nunálvares, em 1385, Alcaide mór de Viana, e o Rocha, como Almojarife, ou recebedor das rendas reais da foz do Lima, em 1434.

Achamos curioso individualizar as pessoas vianenses, que no citado ano de 1517 gozavam aquela mercê de brasão:

- Martim da Rocha, Escrivão da Câmara, e seu irmão Gomes da Rocha;
- João Álvares Fagundes;
- João Lopes Jácome; e
- João Jácome (de Luna).

(1) *Archeologo Portuguez*, vol. XXII, págs. 18 e 19.



A primeira casa brazonada que appareceu na foz do Lima foi a de João Velho o Velho, hoje sede do I. H. M.; pouco depois em 1506 collocaram outro escudo no seu túmulo na capela dos Mateantes, e que agora se acha na parede exterior da Matriz, junto àquele edificio.

Sustentam os escudos hexagonais, de linhas rectas, dois etiopes ou selvagens. As cruces do brasão representam os padrões da costa congoleza.

Seguiu-se-lhe, em 1515, a casa de João Lopes Jácome (filho de Diogo Lopes Jácome, e neto de Lopo Dias Jácome, alcaide mór do Couto de Ervededo, junto a Chaves), sita na esquina N. E. do Campo do Forno, cortada e demolida em 1878, para alargamento da rua de Santana.

A fachada principal, entre a janela e a porta, pois a casa tinha escada externa, ostentava o escudo com castelo e meia águia, dos Jácomes, concedido a João Lopes, por carta de 15 de Janeiro de 1512, que archivamos.

VII

— Dos papéis dos Melos Alvins Pintos, ascendentes dos Condes do Camarido, constava que na freguesia de Santa Maria de Carrêço, no logar de Paçô, existiu a tôrre de Álvaro de Pina. Arruinada em 1834 foram-lhe roubando as últimas fiadas da cantaria.

Paçô deriva, como é bem sabido, de *palácio* ou paço, que a tradição pretende identificar com esta tôrre, outrora honrada, e pertencente em 1549 ao referido Álvaro de Pina, casado na dita familia da Carreira (Melos) com Leonor Álvares de Carvalho, vivendo êle na casa junto ao Mosteiro

de Santana, que por último mandou reedificar em 1859 o mavioso poeta Baltazar Werneck Ribeiro de Aguilar.

— O Couto de Paredes, na Meadela, dista três quilómetros para o nascente de Viana, seguindo a estrada de Pêrre; abrange a parte oriental e sul daquela paróquia, com a fronteira ínsua no rio Lima.

Em 1136 D. Afonso Henriques doou êste *Couto*, ou Vila privilegiada, ao Mosteiro de S. Justo de Tojos Outos, na Galiza, cujos frades o venderam, em 1495, a Fernão Gonçalves Bezerra, e, na sua geração, continua a permanecer.

Os herdeiros da Marquesa de Terena ainda hoje se arrogam os direitos senhoriais, exigindo a *sexta* dos frutos das terras cultivadas na área do velho Couto.

As ruínas do secular *Paço*, com suas portas e janelas ogivais, negrejam entre o arvoredos, avistando-se a 500 metros ao norte de quem passa pela estrada nacional para Ponte de Lima.

Os marcos ou padrões, com o escudo das duas bezerras, erguem-se ainda a demarcar o terreno privilegiado.

— Em S. Miguel de Pêrre vimos demolir em 1876 a tôrre de S. Gil, cuja quinta, vendida à morte da sua antiga titular, e depois Marquesa de Terena, foi comprada por vários lavradores, que a dividiram, e com a pedra das ruínas muraram os campos.

Esta herdade de S. Gil, praso do Convento de S. Salvador da Tôrre, estava em poder de Gomes Fernandes, negociante vianês, em 1493, que a alienou a Fernão Gonçalves Bezerra; aqui instituiu vínculo em 1594 seu neto Pedro Nunes Bezerra, filho de Heitor Nunes Bezerra.

A obra da tôrre a atribuímos a Pedro Nunes.

— Na freguesia de Cardielos aponta-se o local da lendária *tôrre de D. Sapo*, que até 1816 se erguia no meio da veiga da Agra, marginal do rio Lima, e durante muitos anos persistiu abandonada e coberta de densas heras, até que o

Director das Obras do Encanamento do rio Lima, António Fernando de Araújo e Azevedo, Dom Prior da Colegiada de Barcelos; mandou trazer a cantaria para o cais desta cidade.

Foi solar dos Barretos, e com menos exactidão o colocou em Darque o Marquês de Montebelo, nas Notas do *Nobiliario do Conde D. Pedro*, na Plana respectiva a esta familia.

Em 1220, D. Martinho Sanches, certamente Martinho Fernandes Barreto, filho mais velho de Fernão Gomes Barreto, gosava esta antiquíssima *honra*, que em 1568 tinha Diogo Barbosa, de Pedregais.

O chão da tôrre coube em partilha aos Pereiras Fagundes, desta cidade.

— O Mosteiro beneditino de S. Salvador da Tôrre, a 11 quilómetros de Viana, na estrada pela margem direita para Ponte de Lima, ficou com o nome da tôrre visigótica de Vila Mou; junto dela Frei Ordonho erigiu o primitivo convento, que, em 1564, o senhor D. Frei Bartolomeu dos Mártires conseguiu a união a S. Domingos de Viana; reedificada então a casa monacal, demoliram o cubo senhorial de Paio Vermudes.

— Lopo Gomes de Lira, fidalgo galego, que no tempo de D. Fernando veio servir em Portugal, exerceu lugares importantes sendo fronteiro desta Província, e Alcaide mor de Ponte de Lima, e recebendo doação de muitas rendas e terras, entre estas a de Geraz de Lima. Seguindo o partido de Castela, e vencido na tomada daquela Vila, confiscaram-lhe todos os bens que D. João I deu a Rui Mendes de Vasconcelos, e pouco depois, a Fernão Anes de Lima, por carta de 2 de Janeiro de 1399, continuando em seus descendentes, os Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima.

O torreão do Paço de Santa Maria de Geraz, obra do valoroso Lopo Gomes, apresenta reformas posteriores.

Fernão Gonçalves Bezerra comprou em 1518 à Viscondessa D. Isabel de Melo as terras de Geraz de Lima, que andaram nos Bezerras até à actualidade, mas a quintã do Paço foi cedida pelo Conselheiro Juíz do S. T. J. António Emilio Correia de Sá Brandão ao seu administrador José Pinto de Araújo Correia, que melhorou o torreão e casas juntas.

— Na freguesia de Alvarães há notícia da tôrre da Silveira, ou dos Silveiras, cujo sítio não nos poderam precisar; pertenceu aos Condes de Sarzedas e de Sortelha, ruindo pelos anos de 1715 a 1720.

— O Conde D. Mónio Gonçalves possuía em 1075 a *vila*, casal do Palácio, ou *Paço de Darque*, que marginava o rio Lima; mais tarde achamo-la em poder de D. Soeiro Acha, cujo filho, Fernão Acha, foi assassinado em Britêlo, no tempo de D. Sancho I, pelos moradores desta paróquia, e dos de Santiago de Vila Chã e de S. Miguel de Entre ambos os rios (1).

Caiu logo na Corôa, e em 1220 servia de celeiro e de pousada do Rei e do Rico-homem, sendo os homens de Darque obrigados a cobrir com ramos, e a varrer as casas, trazendo nos seus barcos a lenha desde Ponte de Lima, e guardando êste celeiro (2).

Lembraremos que o Rei D. João IV estimava tanto o velho palácio e casa do Celeiro brigantino, já então caídos, que pedindo-lhe os frades do Carmo de Viana a pedra para concluírem o convento, preferiu mandar avaliar a cantaria, e dar-lhes os quarenta mil réis, em que fôra computada, conservando assim o memorável pardieiro, com que tanto se honrava a Sereníssima Casa de Bragança.

(1) Sôbre os *Achas* vide *Nobiliario do Conde D. Pedro*, edição de Roma, pág. 218; e *Inquisitiones*, de 1220, pág. 37, 38, 118, 189 e 236.

(2) *Portugaliae Mon. Hist., Inquisitiones*, de 1258, pág. 315.

— Junto do Cais do Carregadouro, e defronte do supradito Paço, ao fundo da rua Direita, se patenteou por longos anos uma casaria antiga, *solar dos Macieis*, ruínas cobertas de vegetação parasita, deixando entrever as portadas de arcos góticos, que faziam a admiração dos barqueiros.

Oriundos de França os Macieis assentaram primitivamente em Santa Maria das Areias, na foz do Lima, estendendo-se para as freguesias vizinhas e para Coura, com boas alianças.

Um parente nosso, enobrecendo-se com a ascendência dos Macieis, encomendou, em 1863, na fábrica de cerâmica das Devesas, em Vila Nova de Gaia, quatro estátuas dos heróis da guerra de Troia (nos quais se pretendiam entroncar estes fidalgos), colocando-as nos acrotérios da platibanda do seu palacete no largo de S. Domingos desta cidade, hoje Museu Municipal.

Em 1715, mediante um pequeno foro, adquiriu Diogo Pita Barreto de Alpuim o pitoresco logar das ruínas, e com a sua pedra e a da *torre dos Pittas*, que administrava, sita na quinta da Bouça, no sopé setentrional do monte do Faro de Anha, edificou uma regular vivenda, de que atualmente nem as paredes restam, convertido agora tudo em hortas.

VIII

Vamos apontar a nobreza de Ponte de Lima em 1568, segundo o *Memorial de Calheiros*, escrito por Diogo Lopes de Calheiros, e cujo traslado guardamos no nosso arquivo.

Existiam então no Concelho de Ponte as seguintes gerações nobres e honradas: — Pereiras, mui antiga; Malheiros; Baldaias; Barbosas, antiga; Borges; Barros, e Araújo, procedentes da Galiza; Pintos, Amorins, também de origem galega; Meireles; e Calheiros, de solar antigo e conhecido.

Os mais homens foram almocreves, mercadores, e ofi-

ciais mecânicos, e presentemente seus descendentes pretendem ser nobres, por não usarem aqueles misteres.

Em Refojos há somente a Torre que ficou de Vasco Afonso Malheiro, tôda a outra gente emprega-se no cultivo das terras; em Brandára a quinta e casa, coutada pelos Reis passados, das Donas de Aborim D. Chámoa e D. Alda Martins; a quinta de Canadelo, muito antiga e honrada; e em Calheiros a casa e honra de Calheiros, muito antiga, e donde procedem os Calheiros.

Na freguesia de Sá apenas temos a quinta da Carcaveira, feita em 1508 por Gonçalo Barbosa, de ilustre geração, e habitada por seu filho; em Esturãos a quinta e casa solar de Pentienos, de Sousas, e a herdade do Mato Bom, que ficou de Fernão de Magalhães, escudeiro; em S. Pedro de Arcos a torre de Amorim, coutada e antiga, em poder de João de Amorim, o velho, e de seu filho Gonçalo de Amorim, que não deixaram sucessão, e agora em poder do vilão Gonçalo Abade; em Bertiaandos a casa e quinta que ficou de Lopo Pereira, almoxarife, e onde mora a sua viúva Inez Pinto, com seus filhos Francisco e António Pereira.

S. João da Ribeira, freguesia outrora coutada, cuja parte honrada pertence ao Doutor Gaspar Pereira, a quem os lavradores pagam a *quarta* dos frutos; em Fornelos as quintas: — da Oliveira, de Vasco Pinto, e de Lopo Malheiro, a que ficou de Fernão de Amorim, à ponte nova, e ainda a de Anquião, do finado João Gomes (de Abreu); finalmente em Burreal (Beiral) a quinta da Lagoa, e a dos Pereiros.

No concelho de Ponte de Lima não se encontram mais pessoas nobres, como é público e notório, e de todos bem sabido.



— À beira da estrada de Viana a Ponte de Lima, entre

as duas casas de Bertandos, Sousas e Pereiras, surge a torre que D. Inês Pinto edificou em 1566 (1).

Fundou esta casa dos Pereiras em 1479 Fernão Pereira, almoxarife de Ponte de Lima, a quem sucedeu em 1497 seu filho Lopo Pereira.

— A torre de Pentieiros, outrora dos Pendas, e depois dos Barbosas, passou, pelos Sousas, à família dos Bertandos. Apesar-de fendida, e com um lanço de parede caído, ainda se conserva de pé, mostrando internamente vestígios de capela ou oratório.

— Na mesma freguesia de S. Pedro de Arcos, no lugar de Portocarreiro houve a *torre de Morim*, do tempo de João de Amorim, que militou em África, no reinado de D. Afonso V, agraciado, por serviços com o fôro de fidalgo e outras mercês.

Comprada pelos senhores da casa da Lage em 1770, aproveitaram-lhe a pedra para a construção da casa nobre, chamada das Tôrres (2).

— D. Mendo Afonso tendo recebido de D. Afonso Henriques o condado de Refojos de Lima doou em 1154 estes bens e *Palácio* ao Mosteiro de Santa Maria, que elle e esposa fundaram nesta freguesia em 1140.

Estas datas apparecem alteradas na Crónica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, pois D. Nicolau de Santa Maria leu mal o X aspado (\bar{X}) das escripturas respectivas (3).

Êste mesmo cronista afirma que os Cruzios de Refojos de Lima aforaram a herdade fronteira ao convento com sua torre, em 1546, a Lopo Malheiro Barriga (4).

(1) *Brasões da Sala de Cintra*, de Braamcamp Freire, 1.ª edição, vol. I, pág. 438 e 440. — *Nova Carta Corografica de Portugal*, do Marquês de Ávila, vol. III, pág. 430.

(2) *Estrangeiros no Lima*, de Bezerra de Lima, vol. II, pág. 256.

(3) *Historia Ecclesiae Lusitaniae*, de D. Thomaz da Encarnação, Coimbra, 1762, 3.º vol., pág. 180-182.

(4) *Chronica dos Conegos Regrantes de S.º Agostinho*, de D. Nicolau de Santa Maria, vol. I, pág. 307.

Ora isto é menos exacto, e certamente foi equívoco, como muito bem pondera o Dr. António Carvalho da Costa (1), pois que, desde muitos anos, a tôrre e terras circunvizinhas eram livres e alodiais, e na posse dos Malheiros.

As diversas genealogias dos Malheiros, as mais antigas, dizem que a tôrre de Refojos achava-se nesta família desde o comêço do século XVI, e mesmo antes, dando como senhor dela em 1433 a Diogo Afonso Malheiro (2).

E isto mesmo verificamos pela escritura de partilhas dos bens avoengos, lavrada na Vila de Ponte de Lima em 1512, entre os netos de Diogo Afonso, pertencendo a Maria Vasques Malheiro, filha de Vasco Afonso Malheiro as terras de Bertianos, e a sua prima Leonor Malheiro, filha de Lopo Dias Malheiro, a tôrre e propriedades de Refojos de Lima, assinando o instrumento Maria Vasques Malheiro e seu filho Lopo Pereira e esposa Inês Pinto, de uma parte, e Leonor Malheiro e marido Gonçalo Pires Cerqueira, da outra.

Êste documento o lemos, em 1878, no arquivo da casa dos Malheiros Reimões, em Viana, havendo traslado no da família de Bertianos.

Aquele Gonçalo Pires Cerqueira, natural de Camposa, nos Arcos de Val-de-Vez, morava em Ponte de Lima, e edificara a casa do Patim, onde hospedou el-rei D. Manuel, e dera princípio à quinta do Cardido, na freguesia de Brândara; fôra feitor real na Ilha da Madeira.

Sucedeu no senhorio da tôrre de Refojos Lopo Malheiro, primeiro Comendador de Troviscoso, junto a Monção, e fidalgo da casa daquele monarca, e casado com D. Margarida Marinho, filha de Vasco Marinho, falecido em 1521. Seu filho Diogo Malheiro Marinho, que herdou a tôrre, ca-

(1) *Corografia portuguesa*, 1.^a edição, vol. I, pág. 202.

(2) *Marinhos Falcões*, de José Augusto Carneiro, Pôrto, 1904, pág. 43.

sara com Joana Coelho Rebelo Barriga, dos Barrigas de Portalegre, e foram pais de Gaspar Marinho Barriga.

Este e sua mulher Suzana Neiva Lobato houveram a Lopo Malheiro Barriga, senhor da torre, e, como não deixasse filhos legítimos, passou a casa a sua irmã D. Margarida Marinho casada com Manuel de Amorim de Araújo; e assim gosaram, como primeiros administradores, o morgadio da torre de Refojos, instituído por seu tio Lopo Malheiro Barriga.

E na geração destes andou até nossos dias (1), em que foi último administrador Leonel de Abreu de Lima, solteiro, senhor da casa do Ameal, em Viana, que em 1876 para evitar os cuidados de pleito judicial, cedeu a quinta da Torre de Refojos ao seu advogado Dr. António Roberto de Magalhães Barros de Araújo Queirós.

O velho *palácio*, ou Paço de D. Mendo Afonso, que se pretende identificar com a actual torre de Refojos, teve assento mui diverso, no sítio do Fojo, um pouco acima do Mosteiro, como informou o erudito professor Miguel Roque dos Reis Lemos ao Dr. José Augusto Vieira (2).

O aparelho e particularidades architectónicas da torre senhorial e vincular dos Malheiros, em tudo igual à de Giela, confirmam a nossa asserção de ser obra da época fernandina.

Desde tempo, e no século XVI, que os Cónegos Cruzios e os frades Cisternenses se entretinham a falsificar o texto das suas principais escrituras de doações, no interêsse conventual.

Já o advertira o douto Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (3), o sábio Mestre de diplomática, Dr. João Pedro

(1) *Costados de familias illustres*, de José Barbosa Canais, Lisboa, 1829, vol. II, costado n.º 178.

(2) *Minho Pitoresco*, vol. I, pág. 262.

(3) *Elucidario de palavras e termos antigos*, Lisboa, 1798, vol. I, pág. 329.

Ribeiro (1), e o consciencioso investigador dos pergaminhos do Mosteiro de Refojos de Lima, o lente da Academia do Pôrto, capitão Diogo Kopke (2).

Note-se que até o ano de 1182, do falecimento de Mendo Afonso, achamos viciado, no seu túmulo do Claustro do Mosteiro; a Crónica marca-lhe o ano de 1142, mas é certo que o Conde ainda vivia em 1155.

— A tôrre de Parada, na freguesia de Santiago de Cepões, ainda estava ao alto em 1713, sendo os bens que a rodeavam emprazados a Manuel Ferreira de Eça, da casa dos Condes de Cavaleiros.

Corromperam o nome de Parada em Prelada com que aparece nalguns documentos.

No ano de 1800 esta quinta, com a tôrre arruinada pertencia ao vínculo do Capitão de Milícias José António da Cunha Osório, casado com D. Maria Joaquina da Cunha e Távora, da casa grande de Além Ponte, em Santa Marinha de Arcuzêlo, e avós do Conselheiro Dr. Augusto Carlos Cardoso Pinto Osório.

— A quintã de Calheiros, antigamente do Pinheiro, houve a mercê de — honra —, por carta de D. Afonso IV, passada em Santarém, a 5 de Fevereiro de 1336, concedida a Martim Martins.

Garcia Lopes, escudeiro, auxiliou D. João I a conquistar o Castelo de Neiva e a Vila de Ponte de Lima; pelo que o dito Rei, por carta aí escrita a 21 de Maio de 1385, lhe doou a Terra de Santo Estevão da Facha, e logo depois, em 5 de Janeiro de 1386; mais lhe concedeu, à conta de seus serviços, todos os bens sequestrados a Lopo Gomes de Lira.

Mas pouco gosou estas mercês, pois logo com elas foi

(1) *Observações de Diplomática Portuguesa e Dissertações Chronologicas e Criticas.*

(2) *Apontamentos Archeologicos*, Porto, 1840, 2.^a parte, pág. 21-48.

agraciado Rui Mendes de Vasconcelos, passando em seguida a Fernão Anes de Lima.

O homónimo, seu bisneto, morador em Ponte de Lima, e fidalgo de cota de armas, obteve carta de brasão dos Calheiros, dada em Lisboa, a 4 de Agosto de 1528.

Ao lado do portal da quinta vê-se uma pedra antiga com o escudo dos Calheiros: — cinco conchas em santor, e no pé três estrêlas.

A data de 1533 ladeia o brasão, e, mais abaixo, há a lápide com inscrição, em letra gótica minúscula, atestando:

« D'ESTA ANTIGA E NOBRE CASA
PROCEDEM OS CALHEIROS, FIDALGOS
DE SOLAR »

e o ano de 1440, em algarismos, aparece gravado em época posterior, talvez quando a obra do escudo.

A antiga torre de Calheiros, que encostava à capela, defrontava com a carreira da entrada, sendo desfeita em 1700 para construção da nova e ampla casa nobre.

Das *Inquirições de 1258* (1) consta que Fernão Fernandes de Calheiros comprou a herdade dos Calvos, em Caldelas, e aí fez quintã de morada.

Parte dos bens da quinta de Calheiros pagava sôro às freiras de Vitorino das Donas, dizendo a tradição que elas aqui viveram alguns anos, em local que ainda mostra ruínas. Haviam vindo da Labruge, recolhendo ao Mosteiro de Vitorino, quando dali expulsos os frades, pouco antes de 1187, em que as monjas bentas já assistiam nas margens do Lima.

— Existe em Beiral, embora reedificada, em 1603, por Vasco Barbosa de Antas, e modificada no século XVIII, a *torre do Paço*, junto à casa que foi de João Marcos de Sá.

(1) *Portugaliae Mon. Hist., Inquisitiones*, de 1258, pág. 340.

Aquele Vasco Barbosa recebeu então a graça da carta de brasão de Barbosas e Antas, mas o escudo da pequena porta ogival da tôrre mostra apenas a cruz losangular dos Antas. O Dr. José Machado, de Braga, nos seus *Brações inéditos* (1) fala nesta concessão.

—No *Paço de Juzim*, freguesia do Couto de Gondufe, havia um ramo de Antas, de Coura, representado em nossos dias pelo Conde de Alentem, de Louzada, cujos herdeiros alienaram a casa e respectivas propriedades.

—Na mesma paróquia encontramos a *tôrre de Sequeiros*; a vila medieval passou ao Couto de Santiago de Compostela, por doação do século x.

Os arcebispos galegos, por causa da dificuldade da recepção das rendas, resolveram vender ao Duque de Bragança as terras que possuíam àquem rio Minho, abrangendo os coutos de: — Gondufe ou Gundufe (2), — Correlhã, junto a Ponte de Lima, — Mouquim, no concelho de Vila Nova de Famalicão, e — Nogueira, no de Vila Nova de Cerveira, por escritura de 24 de Junho de 1426 (3), mediante duas mil coroas de ouro, do cunho de França.

Calvêlo já anteriormente se havia emancipado. A tôrre, solar dos Sequeiros, que fagiram para a Galiza no fim do século xiv, e pertença da Sereníssima Casa, foi por esta sucessivamente emprazada; em 1710, caída em ruínas, restava sòmente um cunhal da costão, pois os vizinhos lhe levaram tôda a pedra, achando-se então em poder de lavradores.

No meiado do século xviii, renovado o praso, familia estranha aos primitivos donos, reedificaram a tôrre, ameian-

(1) *Brações Inéditos*, do Dr. José de Sousa Machado, Braga.

(2) *Historia Genealogica da Casa Real — Provas*, vol. V, pág. 19.

(3) Deriva do alto saxão: *Gunthis*, batalha, e *ulfe*, lobo; proveio do antigo possuidor germânico, da época sueva.

do-a, e pondo-lhe mais tarde brasão; as novas casas laterais deram nobre aparência à vivenda.

— No lugar da passagem, em Vitorino das Donas, junto à estrada distrital, de Viana a Ponte, deparamos com a *tôrre das Donas*, obra provável da centuria xvii, como o indica o seu conjunto architectural e o brasão de Araújos, Azevedos, Bezerras, e Antas.

Ainda perdura nos Azevedos, Araújos, e Gamas.

— A *tôrre dos Velhos*, na mesmo freguesia de Vitorino, e na casa do antigo Mosteiro de freiras beneditinas, deve a sua reconstrução sôbre os alicerces do vetusto torreão solarengo de Nuno Soares Velho, a António Martins da Costa, que, por escritura de 10 de Setembro de 1605, com licença pontifícia, havia comprado o convento, quando removidas as monjas para o Salvador de Braga.

Os Velhos vieram estabelecer-se aqui no século xi, fundando a 500 metros dêste lugar um Mosteiro para os frades, que expulsos no reinado de D. Sancho I, recolheu logo as freiras de Bulhente (Gontinhães), e depois as da Labruje, vindas de Calheiros.

No tempo de D. Denis já as religiosas ocupavam êste solar dos Velhos.

O opulento Governador de Cochim, António Martins da Costa, que durante 42 anos militara na Índia, colocou o brasão dos Regos e Costas, que lhe fôra concedido por carta de 5 de Julho de 1608, no alto do novo edificio, e na sua sepultura da igreja do Mosteiro, e no singular túmulo de Santo António de Viana, cujo convento fundara e largamente dotara.

— A meia encosta do monte de S. Cristóvão dos Milagres, ou de Curutelo, quem sobe a estrada para S. Julião do Freixo, encontra o pequeno *castelo de Curutelo*, formado por uma cortina de muralhas, cercando a tôrre e casa adjunta, denunciando reformas heterogêneas, que fazem suspeitar da sua antiguidade.

Por documento lavrado no julgado de Roças, em 1395, Nuno Viegas do Rego e mulher Inês Dias instituíram vínculo nas suas quintas de Coucieiro e de Curutelo, a favor de seu filho legítimo Álvaro Viegas, e confirmado êsse morgadio por carta de D. João I, escrita em Moncorvo a 14 de Dezembro do supradito ano de 1395 (1).

Nesta época não existia qualquer tôrre ou castelo em Curutelo, pois no diploma vincular não se lhe faz a menor referência.

A casa de Bragança senhora dos terrenos de Curutelo, emprazou-os, mais tarde em 1532, a João Rodrigues do Lago, filho de Rui Gomes, como paga de serviços prestados em Azamor, e foi quem mandou construir a fortaleza de acanhadas dimensões.

O Dr. Rodrigo Cerqueira Veloso, aliando-se à família dos Lagos Gajos, da casa da Fervença, em Barcelos (2), modernizou a tôrre e casa, abrindo-lhes portas e janelas.

Em 1902 o capitalista esposendense, e antigo negociante do Pôrto, Valentim Ribeiro da Fonseca, adquiriu por compra esta propriedade.

Em cima, no alto do monte, alveja a capela de S. Crístóvão, cujo adro dealbado custeou o Arcebispo Primás, D. Agostinho de Castro.

A ermida domina a larga bacia do rio Neiva, cortada mais abaixo pelo viaduto de Durrães, defrontando com a montanha de Santa Lucrécia de Aguiar de Neiva, sendo a

(1) *Chancellaria de D. João I*, livro 2.º, a fôlhas 137, citada pelo Abade de Esmoriz, no seu *Nobiliario*, existente no arquivo da casa do Vinhal, em Vila Nova de Famalicão, do Sr. José de Meneses, e outrora do 1.º Conde de Azevedo.

— Notícia de Barcellos, e seu Appenso, pelo Abade Domingos Joaquim Pereira, Vianna, 1867-1872, pág. 174 e 297.

(2) Referida Notícia de Barcellos, pág. 297-298.

freguesia hoje mais conhecida por causa do túnel do caminho de ferro do Minho que lhe tomou o nome.

No tempo dos reis D. Afonso III e D. Denis os Velhos viviam no seu solar de Santa Lucrécia, ou Logriça, como então se dizia (1).

— A *tôrre de Pousada* das Donas, em S. Pedro de Calvelo, levantada em 1538 por Lopo de Barros, veio por aliança para os Alpuins, e na sua geração seguiu até à morte da veneranda fidalga D. Jerónima Teresa de Alpuim e Silva, herdando-lhe os bens o bondoso feitor Manuel Teixeira, também já falecido.

Calvelo era, em 1220, Couto de Compostela (2).

— Na mesma freguesia, e dependente da *tôrre de Pousada*, achamos a *casa de Merece*, solar dos Regos, desde D. João I, e que se estenderam pela ribeira Lima, e produziram tão famosos varões, destacando-se, entre todos, o bravo General Luís do Rego Barreto, primeiro Visconde de Geraz de Lima.

O vínculo de Merece data de 1489, instituído por Pedro do Rego.

— Não longe de Merece, e em lugar elevado, apontaram-nos o sitio da *tôrre de Cadém*, pertencente aos Castros, donatários do Concelho de Albergaria de Penela, e actualmente representado pelos Condes de Resende.

Em 1700 esta desaparecida *tôrre* já se achava em poder de João Pereira de Miranda, morgado do Parto suposto, de Guimarães (3).

— Os Viscondes de Vila Nova de Cerveira, como Alcaides mores de Ponte de Lima, transformaram em 1464 a sua

(1) *Frei Gonçalo Velho*, de Ayres de Sá, vol. I, pag. 16, doc. n.º XIII.

(2) *Portugaliae Mon. Hist., Inquisitiones*, de 1220, pág. 226.

(3) *Geografia Port.*, de P.º Carvalho, 1.ª edição, vol. I, pág. 266.

casa da Vila em *Paço* senhorial, com castelo em volta, dominando a cêrca amuralhada e as suas nove tôrres.

Por fim demolidos os muros do castelo ficou isolado o *Paço*, mas a enegrecida cantaria ainda sobressai imponente entre a casaria urbana.

Êste velho alcácer, vulgarmente designado por *Paço do Marquês*, visto os Viscondes, desde 1790, gosarem o título de Marqueses de Ponte de Lima, foi vendido em 1868.

Vide *Giela*, nos Arcos de Val-de-Vez.

IX

No concelho da Ponte da Barca, outrora Terra da Nóbrega, conservam-se ainda três tôrres, além de duas outras, antiquíssimas, dos Mosteiros crúzios de Vila Nova de Muía e de S. Martinho de Crasto, que se encostam às respectivas igrejas, e onde viveram os Cónegos até 1768.

-- O *Paço* de Lavradas, na paróquia do seu nome, e perto do rio Lima, pertenceu a Álvaro Fernandes Ledo, escudeiro fidalgo, que tirou instrumento de geração em 1544, havendo sido casado com Policena Laborão de Almeida, senhora do dito *Paço*.

Álvaro Fernandes era filho de Fernão Gonçalves da Ponte, e neto de Gonçalo Gonçalves da Ponte, fidalgo que veio servir a D. Afonso V, sendo escudeiro do Infante D. Pedro, o da Alfarrobeira.

Êste solar de D. Rodrigo Taveira, Comendatário do próximo Mosteiro de Bravães, passou àqueles Almeidas Laborões, e na sua geração seguiu até aos meados do século XIX; hoje está na posse do professor da Universidade do Pôrto, e distinto Coronel de Engenheiros, Roberto Rodrigues Mendes, advindo-lhe por sua espôsa.

— Na honrada quintã de *Paço Vedro*, e lugar de Fonte Cova, na freguesia que lhe tomou a designação, existia, desde

os fins do século xiv, a *tôrre de Magalhães*, junto ao Celeiro real, doado por D. Fernando I a Afonso Rodrigues de Magalhães, segundo do nome, que aqui constituiu o solar de sua família, reedificando o vetusto *palácio*, erguendo a *tôrre*, com vistosas varandas.

Afonso Rodrigues obteve do mesmo Rei o castelo da Nóbrega, e as honras de Larim e Vila Chã, e seu neto João de Magalhães, filho de Gil de Magalhães, em 1458, o senhorio da Terra da Nóbrega.

Na partilha efectuada em 1612, entre D. Inês de Magalhães, assistente na dita *tôrre*, e os herdeiros de seu marido e primo, João de Magalhães de Meneses, falecido dois anos antes, coube-lhe em meação o solarengo torreão, e como não houvesse filhos, por escritura do primeiro de Maio de 1624, legou êste casal da *tôrre de Paço Vedro* às Religiosas de Val de Pereiras, defronte da Vila de Ponte de Lima, com reserva do usufruto. Ainda vivia no ano de 1637.

Em 1774 os Comendadores da Ordem de Malta, Frei António e seu irmão Frei Gonçalo de Abreu de Lima, emprazaram, ou compraram às freiras os bens de Paço Vedro, acima mencionados, que uniram ao vínculo de Ribafeita em 1778.

Por último Gaspar de Abreu de Lima, senhor da casa impròpriamente chamada de Paço Vedro, junto à igreja velha de S. Martinho de Magalhães, mandou derribar a *tôrre*, para lhe aproveitar a pedraria para sucacos de campos!

A medieva quinta da *Tôrre de Paço Vedro* foi vendida pelo ilustríssimo Fernão Pinto de Lencastre e seus irmãos, em 1869, por lhes ser formulada, por sentença do ano anterior.

O Prior de Santa Maria de Arcuzêlo possuía esta propriedade em 1900; então ainda pudemos descobrir, entre as silvas e vergôntes de loureiro, os alicerces da *tôrre*; os casebres do Paço estavam convertidos em currais de gado!



A actual casa e quinta de Paço Vedro, junto ao rio Vade, e da estrada nacional da Ponte da Barca a Braga, distante dois quilómetros desta Vila, serviu primitivamente de residência e passal da igreja paroquial de S. Martinho, que alveja no sopé do palácio e terreiro nobre, construídos no segundo têrço do século XVIII.

Praço da Igreja de S. João Baptista da Ponte da Barca, paga-lhe o foro anual de três cruzados e duas galinhas. Devemos lembrar que outrora a freguesia de Paço Vedro estendia-se até ao rio Lima, desmembrando-a da Vila o Arcebispo D. Baltazar Limpo.

Em 1547 o Abade de S. Martinho, Álvaro Pires, mediante Bula de Paulo III, e licença do Juízo Apostólico de Braga, por escritura de 8 de Fevereiro, fez praço de vidas a seu filho Gonçalo Coelho e espôsa Isabel Gonçalves; a última renovação do emprazamento efectuou-se em 20 de Março de 1863, na Vila da Ponte da Barca, e Nota do Tabelião João Manuel Pereira de Abreu.



Esta casa de Paço Vedro entrou nos Abreus de Lima, no ano de 1664, pelo casamento de D. Joana Barreto, bisneta do primeiro enfiteuta Gonçalo Coelho, com Leonel de Abreu de Lima, morador em Refojos de Lima, e foram estes a primeira vida na segunda renovação do *Praço da Igreja*, que sua espôsa lhe levou em dote.

— Durante a primeira dinastia houveram os Alvins a sua *honra* na herdade da Torre, em S. Lourenço de Touvedo, e por êles adveio à Casa de Bragança, como reza a tradição,

Com efeito os terrenos da tôrre, incorporados na Serenissima Casa, foram por ela emprazados, em 16 de Abril de 1704, a Manuel Pereira Calheiros e mulher, residentes nesta quintã da Tôrre de cima, que subemprazaram por 50 alqueires de milho anuais, mas proibindo expressamente aos novos foreiros tocar na cantaria do velho cubo, já em parte caído. Pegavam com a tôrre as casas de vivenda, incendiadas pelos espanhóis na campanha de 1662, e onde morava Pascoal Taveira.

A-pesar-das condições da subenfitense de 1725, a pedra do torreão serviu para reformar a vivenda.

— A quinta da Pousada em S. Tomé do Vade pertenceu a Fernão Velho de Araújo, fidalgo ilustrado, que veio casar a Viana com D. Ana Bezerra, filha do Dr. Nuno Gonçalves Bezerra, e neta de Heitor Nunes Bezerra, que de Pontevedra se acolheu a Portugal, como dissemos quando falámos do Couto de Paredes e de S. Gil de Pêrre.

Eis a razão porque corre fama que a Tôrre de Pousada fôra dos Bezerras de Viana.

Em 1680 os netos de Fernão Velho alienaram o casal e tôrre, mandada edificar por seu avô, aos Donatários da Ponte da Barca, e por último, na terceira metade do século passado entrou na casa dos Pestanas da Silva, da cidade do Pôrto.

A tôrre já então se achava em ruínas e logo desapareceu.

— A *Tôrre do Paço*, em Cuide de Vila Verde, fica no alto de um pequeno outeiro, chamado de D. Elvira, tia de D. João Peres de Aboim, o notável conselheiro de D. Afonso III.

O Mestre da Ordem do Hospital, D. Frei Afonso Peres Farinha, deu em 1260 esta quintã a D. João de Aboim, por haver sido de seu avô D. Ourigo da Nóbrega.

A *Corografia Portuguesa* diz, com menos exactidão, que a tôrre de Cuide passou aos senhores da Ponte da Barca,

O Mordomo mor do Conde de Bolonha deixou a quinta do Paço ao vizinho e fronteiro Mosteiro de S. Martinho, cujos cônegos o aforaram aos Meneses, ascendentes dos Condes de Leiria, antes de 1595. O povo corrompeu o nome *Elvira* em Ervilha.

A torre, devido à sua má construção e antiguidade, fendida em 1894 por uma descarga eléctrica que lhe fez cair a quina superior de N. O., ameaçava ruir, quando a visitámos, ignorando nós se lhe valeram a tempo.

— Na freguesia de S. Martinho de Crasto há a *Torre de Caldas*, mandada levantar por João Caldas de Araújo, no tempo do Cardeal Rei, e seguindo na sua geração até ao século XVIII.

Conserva o brasão de Araújo, Melos, Castros, e Pereiras, envolvido na legenda e data :

NOBILITAS SOLA EST VNICA VIRTVS — 1710 —

Substituíram as ameias da torre por beiral do telhado.

— A *Torre de Quintela*, em S. Romão de Nogueira, assenta sôbre um enorme bloco granítico, dominando o pitoresco vale do Vade, e destacando-se sôbre a vegetação.

Creemos ser fundada por Pero Anes (de Quintela) e sua mulher Catarina Rodrigues, e obra da segunda metade do século XVI.

Pero Anes, que alguns genealogistas julgam da família dos Araújo de Lóbios, refugiou-se nesta herdade, que ainda anda na prole dos Pereiras Lacerdas, da Vila da Ponte da Barca.

A casa e capela de Quintela datam de 1687, e o vínculo de 1691. Sobrepuja o portal da carreira da entrada o escudo dos Pereiras e Castros.

X

Na maior parte das freguesias do termo dos Arcos de Val-de-Vez houve tórres ameidadas, que desapareceram desde muito, quando vendidas a famílias estranhas.

Daremos no fim dêste capítulo uma relação das que tivemos notícia.

— *A tórre de Giela*, nas proximidades da Vila dos Arcos, deve-se a um Dom Abade da Igreja de Sabadim, que a mandou construir no reinado de D. Fernando, vagando logo para a corôa.

Por carta escrita no Pôrto a 2 de Janeiro de 1399 (1), D. João I deu a Fernão Anes de Lima a honra e tórre de Giela, depois confirmada a seu filho Leonel de Lima, com as rendas da Igreja de Sabadim, e com elas, que eram avultadas, os dois primeiros Viscondes custearam a obra da casa do Paço de Giela, só concluída nos fins do século xv.

Aqui viveram o Visconde D. Leonel e seus filhos, e nela hospedou el-rei D. Afonso V, que na ocasião o fez titular.

Mudou para o novo Paço na Vila da Ponte de Lima, quando concluído em 1464.

Na invasão espanhola o General D. Baltazar Roxas Pantoja, em 12 de Agôsto de 1662, estabeleceu o seu quartel general no Paço de Giela, que fortificou, trazendo a pedra da Tórre de Penaguda, em Morilhões; mas derrotado na Veiga da Contenda, ou Matança, em Paçô, pelo Conde de Prado, retirou na noite de 3 de Outubro, perdendo na peleja dêsse dia 400 soldados (2).

A tórre de Penaguda, na paróquia de S. Paio da Vila, não existia no principio da monarquia, sendo coetânea da de Giela.

(1) *Chronica da Conceição*, vol. II, pág. 33.

(2) *Portugal Restaurado*, do Conde da Ericeira, vol. II, pág. 448.

Em 1868 foi vendido êste casal pelo terceiro e último Marquês de Ponte de Lima, e 17.^o Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. José Maria Xavier, a Narciso Durães de Faria, por escritura de Janeiro dêsse ano, e agora (neste corrente mês de Julho de 1924) está à venda, pedindo os herdeiros de Narciso da Cepa 400 contos de réis.

O torreão e palácio acham-se externamente bem conservados, embora aquele, desde muitos anos, destelhado, e sem o soalho dos andares interiores.

— Em S. Pedro do Vale vemos a tôrre de Tora, que, desde o século xv ergue-se altaneira sôbre a campina, mostrando no cimo duma das faces um escudo típico daquela época, e que supomos designar o apelido — *Tora* —.

Alguns heráldicos querem que seja o brasão dos Vales, por estar orlado lateralmente por duas espadas; mas o emblema dos Vales são três espadas atadas em aspa, e com os punhos para cima. No centro do velho escudo distinguem-se troucos ou *toros* de árvore postos em banda.

Entendemos que os Toras tinham primitivamente brasão próprio. Na armaria portuguesa sabemos de outro escudo semelhante, qual o de *Simas*. Usariam acaso outrora os Vales o escudo da Tôrre de Tora?

Diz-se que os Vales procedem desta freguesia, donde tomaram o apelido; outros pretendem que vieram da tôrre de Agrêlo, junto à Vila de Monção.

A tôrre de Tora passou no século xvi para os Araújos, e lhe fizeram posteriormente modificações, conservando todavia o seu aspecto original.

— Da Tôrre de Penaguda, em Morilhões, na freguesia de S. Paio da Vila dos Arcos, que Herculano pretende identificar com o Castelo da Pena da Rainha (1), que ficava

(1) *Historia de Portugal*, 4.^a edição, vol. I, pág. 328. — *Chronica Adefonsi Imperatoris*, na *Espana Sagrada*, vol. XXI, cap. 33, pág. 328. — *Chronica dos Godos*, ou *Lusitana*, *Esp. Sagr.*, vol. XIV, pág. 411.

nos pináculos de Abedim, no concelho de Monção, já atrás falámos.

— A *Tôrre de Aguião*, em S. Tomé de Aguião ou Aguiã, acha-se ainda perfeita; pretendem que fôsse solar dos Aguiares, cujo braço, concedido em 1585 a Roberto Fernandes de Aguião, fidalgo, e Regedor da Ilha de Palma, em Espanha, prova que Aguiam é o mesmo que Aguiar.

O escudo mostra em campo de ouro uma águia de vermelho; na Galiza acrescentaram-lhe mais uma cinta preta atravessando o peito da águia, como explica a *Corografia Portuguesa*.

Roberto Fernandes descendia de João Fernandes de Aguiar Sotomaior, que, no tempo de Fernando I, veio residir para a Terra de Val-de-Vez, tendo casado com D. Constança Eanes de Moscoso, como refere, com menos exactidão, D. António Caetano de Sousa (1).

No seu *Livro dos Solares*, no n.º 61, chama-lhe o P.º António Machado Vilasboas — *Tôrre de Águiar* —, em Terra de Val-de-Vez, e nesse ano de 1719, era dela senhor Francisco de Moura Mariz, da Vila de Viana, e que havia alugado a Jácome de Brito pela renda anual de doze alqueires de trigo, como escreve o insigne historiador vianense.

A tôrre pertenceu no século xv ao Mosteiro de Santa Maria de Valbôa, na freguesia de S. João de Campos, no Concelho de Vila Nova de Cerveira, unido em 1528 ao convento de Santana de Viana, cujas freiras a emprazaram pelo fôro de *um vintém* por ano aos ascendentes de Francisco de Moura Mariz, que em 1702 casara com D. Maria de Araújo Malheiro, quartos avós paternos do actual Conde de Calheiros (2).

(1) *Hist. Geneal. da Casa Real*, vol. XI, págs. 745-746.

(2) *Costados de familias illustres do Minho*, de Canais, 1830, vol. II, folhas, ou costado, n.º 234.

Creio que Francisco de Moura e sua espôsa, ou seus filhos, subemprazaram a tôrre a Simão da Rocha Brito, Comissário ou Coronel de Cavalaria, e Governador de Valença; seu pai Bento da Rocha de Sousa conseguira licença para edificar uma casa encostada à Tôrre, e abrir porta para comunicação interior.

Os descendentes dêstes Rochas Britos adoptaram ultimamente o apelido *de Aguião* — .

— À tôrre da freguesia de Grade chamaram no fim do século xvii — *Tôrre do Facho* —, porque no tempo da anterior guerra da Aclamação aí collocaram um pôsto luminoso, *faro* ou *facho*, que comunicava com os demais sinais.

Em notícia antiga achamos que a tôrre de Grade fôra de Álvaro Pais de Grade, certamente seu fundador, e casado com D. Branca Lopes Pacheco, que fugiu para Castela; seu filho Luís Álvares de Grade desposou Inês Vaz Borges, filha de Pedro Borges, Vedor de D. João II.

Neste solar de Grade entraram os Abreus; não na época em que afirma o Marquês de Montebelo (1), mas muito mais tarde.

Verificámos nos arquivos da casa da Marquesa de Terena, e da Provedoria do Govêrno Civil de Viana, em documentos relativos aos vínculos dos Gomes de Abreu, conhecidos pelos *Trancas*, que: — Beatriz Bezerra, por escritura lavrada na Vila de Ponte de Lima, em 11 de Setembro de 1680, cedeu a Luís Gomes de Abreu o direito da capela e morgadio da Tôrre de Grade, que logo dêles se empossou.

Em 7 de Abril de 1687, D. Maria de Abreu toma conta da casa da Tôrre, hortas, eira, vinhas e rocios próximos.

Estes bens ficaram depois incluídos no segundo vínculo dos *Trancas*, instituído em 1692, por João Bezerra de Abreu,

(1) *Nobiliario do Conde D. Pedro*, Notas sôbre Abreus e Grade, e planas respectivas.

Abade de Reboreda, no concelho de Vila Nova de Cerveira, e no qual também se compreendiam a capela de Santo António, casa e propriedades em Santa Marta de Portuzêlo, e o palacete do Campo da Penha, hoje Escola Industrial, desta cidade.

Herdou estes vínculos Sebastião Correia de Sá, Conde de Terena, que a sua viúva, D. Francisca Jácome Bezerra do Lago, Marquesa de Terena, vendeu.

Informam-nos que a torre está em bom estado.

— A *torre das Pintas*, na freguesia de Padreiro, não vai além da XVI centúria, fundada por Sebastião de Brito, e outros dizem por Diogo de Sousa e mulher D. Isabel de Brito Sotomaior.

Sem razão a fazem solar dos Britos e Cações, que procedem da medieva quintã de Casal Soeiro.

Em 1700 administrava êste vínculo o vianez Máximo Barbosa Pinto, continuando no ramo da casa de Rodas, da Vila de Monção, e hoje da senhora D. Maria José Malheiro Pereira Pita de Vasconcelos, irmã do falecido Visconde da Carreira, Bento Malheiro.

Reedificada há anos, a obra deixou muito a desejar.



A *Corografia Portuguesa* (1) cita as seguintes tôrres, quási todas demolidas antes de 1700, e de que hoje apenas resta uma vaga lembrança:

— na freguesia de Santa Maria de Paçô, a torre de *Bem-diviso*, dos Calheiros (Moucos), da Ponte da Barca;

— em Guilhadeses, a da *Mó*, dos Pereiras Lacerdas, de Quintela de Nogueira, também da Barca;

(1) Vol. I, Lisboa, 1706, págs. 225-234.

— em S. Pedro do Souto, a de *Fonte-Arcada*, couto dos Magalhães Meneses, senhores da dita Vila;

— em Riofrio, a do *Enxérto*, dos Araújo, de Lóbios, e anteriormente da Ordem do Templo;

— em Santa Vaia ou Eulália de Rio de Moínhos, a dos *Caldas*;

— em S. Cosme de Ázere, a do *Outeiro*, dos Aranhas, e a dos *Barros*;

— em S. Pedro, ou Santa Maria, do Vale, a de Camposa, dos Cerqueiras; e ainda

— outra em Prozêlo, que o Marquês de Montebelo (1) confunde com a paróquia, sua homónima, de Entre Homem e Cávado.

Viana, 19 de Fevereiro de 1925.

Luiz de Figueiredo da Guerra.

(1) *Nobiliario do Conde D. Pedro*, edição de Lavanha.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 3, pag. 306)

AFFONSO (PEDRO)

Trombeta, morador na cidade de Tanger. D. João III, em carta de 22 de dezembro de 1528, lhe fez mercê de quatro mil reais de tença por anno, que tinham vagado por fallecimento de Pedro Ximenes, outrosim trombeta na mesma cidade.

«Dom Joam &c A quantos esta minha carta virem faço saber que avemdo respeito aos serviços que tenho recebidos de P.º A.º, trombeta, morador na cidade de Tamgere, e aos que ao diante delle espero receber, e queremdolhe fazer graça e merce, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de mim de janeiro que vem do anno de quinhentos e vymte nove em diante, em cada huñ anno, em sua vida, quatro mill rº de tença, asy e da maneira que os tinha e avia P.º Ximenez, outro sy trombeta, morador que foy na dita cidade, per cujo falecimento vagarão. Notefiquo asy... P.º Amriquez a fez em Lixboa aos xxij dias do mes de dezembro do ano do nacimêto de noso Senhor Ihuñ X.º de mill bºxxbij. Fernã dAlvarez a fez escprever». (*Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 45, fol. 160 v).

AFFONSO (RODRIGO)

Sei da sua existencia por quatro documentos, que, mais ou menos directamente, lhe dizem respeito. Era criado e cantor de D. Affonso V, beneficiado no bispado do Porto,

De Micia Affonso, mulher solteira, tivera um filho por nome Tristão, a quem D. Affonso V legitimou em carta de 11 de agosto de 1472.

A dez d'outubro de 1450 passou D. Affonso V, a seu pedido, carta de privilegio, para que não pousassem em suas casas, a Gomes Eanes Roubão, clérigo, morador em Setubal, e tio do supplicante.

A 19 de julho de 1476 carta identica e a pedido do mesmo a Alvaro Pires, boticario, morador no Porto. Aqui é Rodrigo Affonso designado por tenor da capella real.

Rodrigo Affonso era desordeiro e valentão, a ajuisar pela porção de gente que d'elle se queixava á justiça por causa de feridas e pancadas recebidas. Ha a especialisar a ferida que dera no rosto de um ferreiro nos arruidos que houvera entre Fernão d'Alvares de Cernache e o prior de Grijó. Curiosissima nota historica que talvez não se encontre em outra parte. Por todas estas querellas andava fugido á justiça, acolhendo-se ao perdão geral concedido aos homiziados que viessem servir na armada que foi á conquista d'Alcacer. A carta de perdão individual é de 30 de janeiro de 1459.

« Dom Affonso &c. A todollos juizes e justiças dos nossos Reynos a que esta nossa carta for mostrada, saude, sabede que R.º Affonso noso criado e cantor em a nosa capella nos dise que a ell fora dito que Martim darenas homem do noso alcayde de Lixboa, querellara delle aas nossas justiças dizendo que lhe dera hũa ferida em hũu onbro e que eso mesmo huũ Johã A.º, escudeiro de P.º Vaaz de Soussa, querellara delle dizendo que lhe dera duas fyrydas e que tam bem huũ ferreiro, morador no Porto, querellara delle, dizendo que em huũ aroydo que houuerom Fernã daluẽz de Cernache e o prior de Grijoo lhe dera hũa ferida no rosto e que outro si huũ Sb.º e sua molher moradores na aguada querellarom delle dizendo que os feryo anbos em sua casa huã vespora de natall e que tam bem querellara delle huũ Fernãdeanes, porteiro damte os juizes do crime de Lixboa, dizendo que lhe dera pamcadas em sua cassa e que eso mesmo huũ Joham de Sousa, boo

xpão, naturall do Porto, querellou delle dizendo que lhe deu pancadas e que em huũ aroydo que ouuera em Roriz forão fyridos huũ P.º Afonso de Samyguell e houtro homem segundo lhe fora dito que se mais compridamente continha das ditas querellas, per razom das quaees se elle amorara com teemor das nossas justiças e que em andão por ello amorado ouuera noticia darmada que fezeramos sobre a tomada da dita villa dAlcacer, o quall por teer vontade e desejo de nos fazer seruiço nos fora em ella seruir pidymdonos por mercee que em remuneraçom de seu seruiço e por bem do perdam geerall por nos feito e outorgado aos omiziados que nos em a dita armada seruirom lhe perdoasemos a nosa justiça se nos a ella por razom das ditas querellas e mallefficios em alguã guissa era theudo por quanto os sobre ditos querellosos eram saos e sem aleijom das ditas fyrydas, E nos veendo o que nos asi dizer e pedir enuiou, vistoo o perdaõ gerall per nos feito e outorgado aos homizyados que nos em a dita armada seruirom e como nos o dito R.º Affonso em ella seruiu, segundo dello fomos certo per sua pesoa se os ditos querellosos sam saos e sem aleijom das ditas fyrydas, quemdolhe fazer graça e mercee temos por bem e perdoamoslhe a nosa justiça a que nos ell por razom das ditas querellas e mallefficios suso ditos era theudo. Porem vos mãdamos que o nom prendaees nem mãdes prender &c carta em forma. Dada em Euora xxx dias de janeiro ElRey o mandou per o doutor Lopo Vaaz de Serpa. Diegafonso a fez anno de nosso Senhor Ihũ xpõ de mill iiiºlix». (*Chancellaria de D.Afonso V*, liv. 36, fol 3o).

«Dom Afonso & a quantos esta nossa carta de despençaçam virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Tristam, filho de Rº Aº, nosso cantor e beneficiado em ho bispado do Porto, e de Micia Afonso, molher solteyra ao tempo de sua nacença, e de nossa certa ciencia e poder oussoluto que avemos despensamos com elle e legitimamollo e abilitamollo e fazemollo legitimo, e queremos e outrogamos que elle aja e possa aver todallas honras, preuilegios, liberdades e dinidades e hoficios tam bem pubricos como priuados, que de feito e de direito aver poderia asy como de lygitimo matrimonio nado fosse, e que outrosy possa aver e herdar os beẽs de seu padre e madre e doutras quaes quer pesoas que lhes derem e leixarem per qual quer guisa que seja, asy per testamentos como per mercee e per outra quallquer maneyra de doaçom etc. carta em forma dada em a cidade de Coimbra xi dias do mes dagosto ElRey o mandou per Ioham Fernandez Godinho bacharell em lex, ouidor em sua corte, que ora per seu mandado ten carego da coreissã

della. Johã Jorge a fez ano de mil e iiij^olxxij anos». (*Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 29, fol. 80).

«Carta para que não pousem em suas casas a Gomez Eanes Rou-
tam, clerigo, morador em Setual, por o de R.^o Affonso, nosso cantor,
que nollo por oll pedio e nos disse que he seu thio. Dada em Sintra dez
doutubro de 1450». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*,
liv. 11, fol. 125).

Rodrigo Affonso, *tenor da minha capella*. A seu pedido
concedeu D. Affonso V carta de privilegio a Alvaro Pirez,
boticario, morador no Porto. Porto 19 de julho de 1476.
(*Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 7, fol. 12 v).

AGUIAR (ALEXANDRE DE)

«Dom Amrique & aos que esta minha carta virem faço saber que
eu fiz merce a Alexandre dAguiar, caualleiro fidalgo de minha casa e
meu musico da camara, de \bar{x} r.^o de tēça cada anno ātes que sobcedese na
coroa destes Reinos, allem dos \bar{xx} r.^o que de minha fazenda tinha, segundo
se uio per hũa portaria de Aires Ferreira, fidalgo de minha casa e escriuão
de minha fazenda, feita a x dagosto do anno passado de b^olxxbiiij, pella
qual não tem padrão ategora, e auédo eu a yso respeito e por folgar de
fazer merce ao dito Alexandre d Aguiar quero que elle tenha e aja de
minha fazenda do primeiro de janeiro do anno que vem de b^olxxx em diãte
 \bar{x} r.^o de tēça em cada huũ anno allem dos \bar{xx} r.^o que ja de mim tem. No-
tefficoo assi e mando aos vedores de minha fazenda que lhe façã assen-
tar no livro della e do dito janeiro do anno que vem despachar em cada
huũ ano em parte onde lhe sejaõ bem pagos e por quanto os elle avia
de começar a vencer dos ditos x dias dagosto do anno passado, em que
lhe fiz merce delles em diãte e por este padrão os hadauer de janeiro do
anno que vem como nelle he declarado, eu lhe mandei dar aluara pera
Bastiã Pirez de Gavi, que serue de meu thesoureiro mor lhe pagar \bar{xiii}
Rbiiij rs que lhe montarã dos ditos x dias dagosto te fim de dezembro
do dito anno passado, a rezaõ destes \bar{x} r.^o cada anno. E pera firmeza de
todo lhe mandei dar esta per mim assinada e asellada com meu sello
pēdēte. Antão da Rocha o fez em Lixboa a xx dias de junho, anno do

nascimento de nosso Senhor Ihũu X.º de jºlxxix. E eu Alvaro Pirez o fiz escreuer».

A' margem:

«S. Magestade fez merce a Alexandre dAguiar que por sua morte podese testar de cinquenta e cinco mil r.º de tença dos que tinha e por os nomear em seu filho Jeronimo dAguiar Pacheco mandou risquar este registo por despacho da fazenda pera se lhe passar delles padram em seu nome por ser fallecido o dito Alexandre dAguiar, o que fiz em Lixboa a 21 maio 600. Luis dAluarenga». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 41, fol. 247).

TRESLADO DE HUA POSTILLA DE ALEXANDRE DAGUIAR

«Ey por bem e me praz que os trinta mil rs que Alexandre dAguiar, caualeiro fidalgo de mynha casa, tem dordenado de meu musico da camara, e oyto mil rs de vestiaria e treze mil e dozentos rs que monta em sua moradia com o foro de caualeiro fidalgo a razão de mil e cem rs por mez, com que ouue por bem de o apousentar pella prouisão atras escrita, lhe seja tudo assentado e pago em huũ dos almoxarifados do Reyno ou em hũa das casas desta cidade de Lixboa, não sendo na alfandega della, pello que mando aos vedores de minha fazenda que lhe fação assentar os ditos cinquenta e huũ e dozentos rs que monta no dito ordenado vestearia e moradia nos liuros della, e do primeiro de janeiro deste anno presente de bºlR em diante levar cada anno na folha do assentamento de huũ dos ditos almoxarifados ou de huã das casas de Lixboa, em que melhor possa aver pagamento delle, constandolhe primeiro per certidão nas costas d'esta de Jeronimo da Rocha Soares, escryuão da matricolla dos moradores de minha casa de como nos assentos do dito Alexandre dAguiar ficão postas verbas de como do dito janeiro em diante não hade aver pagamento do dito ordenado e moradia por lhe aver de ser pago em huũ dos almoxarifados do Reyno ou casa de Lixboa como dito he, e assi per certidão de hum dos escryuãis de minha fazenda de como no liuro das ordinarias no assento da dita vestearia fica posta outra tal verba e a mesma verba se pora tambem no liuro das merces no assento do dito ordenado e moradia, de que Marçal da Costa, fidalgo de minha casa passará tãobem sua certidão, e esta postilla ey por bem que valha & Baltesar de Sousa o fez em Lixboa

a xbij de junho de mil bº 1Rb. Sebastião Prestello a fez escreuer». (*Chancellaria de D. Filippe I, Doações*, liv. 31, fol. 66).

AGUIAR E CARVALHO (P.^º VENTURA D')
Organista

Ordem de S. Tiago, 28, 349 v.

AGUIAR PACHECO (JERONYMO D')

Jeronymo d'Aguiar Pacheco filho de Alexandre d'Aguiar, era musico da camara e cavaleiro fidalgo. Em 1593 foi-lhe permittido renunciar 15 mil r.^º de tença n'uma filha freira, o que não teve effeito por ella fallecer. Licença para renunciar em seu filho em 1602. Confirmada esta tença a 22 julho de 1603.

Alvará para poder testar 40 mil r.^º de tença como Pae e tutor ao mesmo filho — Alvará de confirmação no mesmo anno, dia e mes atraz.

3 moios de trigo de tença, que podia testar e testou ao mesmo filho. (*Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 14, fol. 55 v. e segs.).

AGUILAR (DOMINGOS D')

Era atabaleiro-mór no tempo de D. Sebastião, que a 12 de fevereiro de 1569 o nomeou escrivão do alcaide Miguel Carneiro, em substituição de Miguel Ribeiro, que n'elle renunciara o dito officio. Parece ter-lhe succedido no cargo de atabaleiro-mór Pedro *Alvares*. Vide este nome e *Dourado* (Francisco).

«Dom Sebastião &c faço saber aos que esta carta virem que cofiãdo eu de Domyngos dAguilar, meu atabaleiro mór, que nisto me seruirá

bem e fielmente como a meu seruiço e a bem das partes cumpre, e por lhe fazer merce, tenho por bem e o dou ora daquy em diamte por espriuam dante o alcaide Mygel Carneiro, asy e da maneira que o ele deue ser e como o era Migel Ribeiro per minha carta e lho renunciou com mynha lycemça segundo fez certo per hum pubrico instromemto de renũciação que dizia ser sobresprito a asinado na cidade de Lixboa aos xiiij dias do mes de janeiro do anno presente de j̄b^olxix per Manuel Carualho etc. P.^o Fernandez a fez anno do nacymento de noso Senhor Ihũ Xpo de j̄b^olxix». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 21, fol. 184 v.).

«Dom Sebastião faço saber aos que esta carta virem que cõfiando eu de Domymgos dAguilar, meu atabaleiro mor, que nisto me seruira bem e fielmente como a meu seruiço e a bem das partes cumpre, e por lhe fazer merce, tenho por bem e o dou ora daquy ẽ diamte por espriuam dante o alcaide Migel Carneiro, asy e da maneira que o ele deue ser e como o era Migel Ribeiro per minha carta e lho renũciou com mynha lycemça, segundo fez certo per hũ pubrico instromemto de renũciação que dezia ser sobresprito e asynado na cidade de Lixboa aos xiiij dias do mes de janeiro per M.^o Carualho, t.^{am} das notas ẽ ela cõ testemunhas ẽ ele nomeadas, o qual officio o dito Domingos dAguilar tera e seruira em quanto eu ouuer por bem e não mamdar o contrario. E esta merce lhe faço per vertude de hũ meu aluara per mim asynado, de que o trelado he o seguinte (segue o alvará feito em Almeirim a sete de janeiro de 1569) E por tamto mando ao gouernador da casa do ciuil... Dada em Samtarem xij de feuereiro — elRey noso Senhor o mandou pelos doutores Paulo A.^o e Xpouã Mendez de Carualho, ambos do seu conselho e seus desembargados do paço — Pero Fernandez a fez anno do nacymento de noso senhor Ihũ Xpo de j̄b^olxix». (*Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 21, fol. 184 v.).

AGUILAR (EMANUEL) and D. A. DE SOLA

São auctores do seguinte tractado:

The ancient melodies of the liturgy of the Spanish and Portuguese Jews... London, 1857, in-8.^o

AGUILAR (FRANCISCO DO)
Atabaleiro-mór

«Dom Joham &c faço saber a vos juiz, vereadores, procurador da cidade dEuora, e a quaes quer outras justiças, a que o conhecimento pertemcer, que Francisco do Aguillar, atabaleiro moor, me envyou dizer que elle era coretor dos caualllos e escrauos que se vendem da corte per prouysam minha que pera iso tem, o qual estaa dasemto nesta cidade homde tem sua casa e fazenda e dahy me vem seruyr aos tempos necesaryos, e por na prouisam que tem dizer que seruia na corte nã pode vsar de seu officio nesa cidade-sem mynha prouysam, pedimdome que lha concedese e ouuese respeito aver muito tempo que me serue, e visto seu requerimento, ey por bem que elle posa vsar do dito officio quando elle esteuer nesa cidade, posto que a corte nã estê nella. Noteficoo asy pera lhe nysto nom ser posto duuyda nem embargo allguũ. Gaspar Pymétel a fez em Almeyrum a xx dabrill de j^bºRbj, o qual officio elle vsara nesa cidade asy e da maneira que o faz na corte pella prouysam que diso tem. Bastião da Costa o fez escreuer». (*Torre do Tombo, Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 43, fol. 30).

AGUILAR (MARCELO DE)
Tangedor de corneta

•Dom Philippe &c faço saber aos que esta minha carta virem que pella boa informação que tenho de Marcelo de Aguilar, natural da cidade de Valença, a que ora fiz merce de lugar de tangedor de coraeta de minha capella por sua suficiencia e destreza en tanger este e outros instrumentos, lha faço outro sy de tres moyos de trigo e trinta mil r^s cada ano, o que tudo lhe será pago com certidão do meu capellão mór de como serue actual mente na dita capella, os quaes tres moyos de trigo e trinta mil rs em dinheiro começará o dito Marcelo de Aguilar a vencer de vinte e sete de nouembro do ano passado de bj^º e dose em diante, em que de tudo lhe fiz merce. Pelo que mando ao vedor de minha fazenda lhe faça asentar os ditos tres moyos de trigo e trinta mil rs em dinheiro nos L.^{os} della e do dito tempo em diante despachar cada ano em parte, onde de tudo aja bom pagamento; por firmesa do qual lhe mandey dar esta carta por mym assinada e asellada com o meu sello pendiente. Luis de Lemos a fez em Lixboa ao primeiro de julho de

seis centos e treze. Sebastião Perestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filippe II, Doações*, liv. 29, fol. 229 v.).

AGUILEIRA (BERTOLAMEU D')

Cantor

«Dom Ioham &c A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nos querêdo fazer graça e mercee a Bertollameu dAguilleira, nosso cantor, teemos por bem, queremos e nos praz que elle tenha e aja de nos de teemça, des primeiro dia de janeiro deste anno presente de mill e iiij^olxxxiiij em diamte, em quanto nossa merce for, dez mill e seis centos e vinte reaes bramcos. E porem mamdamos aos veedores da nossa fazemda que lhe mandem assêtar os ditos dinheiros em os nossos liuros della e dar carta delles em cada huū anno pera lugar omde delles aja mui boõ pagamento. Dada em a nossa villa dAllmeirim a xxiiij dias do mes de janeiro — Gaspar Luis a fez — anno de mill e iiij^olxxxiiij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João II*, liv. 24, fol. 120 v.).

ALBERNÁS (FERNÃO MARTINS)

Era moço da camara e escrivão das obras dos paços de Cintra, em tempo de D. João III, que o investiu no officio de tanger, concertar e limpar os orgãos da capella dos mesmos paços, pela maneira que o fazia frey Diogo, *já defunto*.

Convem annotar que em 1520 D. Manuel nomeara para cargo identico a Antão Martins, clerigo de missa e morador em Cintra, em logar de frey Diogo, que tinha ido para Castella.

Teria por acaso frey Diogo regressado, continuando a exercer o officio até á nomeação de Albernás?

«Barão amigo. Eu ey por bem e me praz que Fernão Martíz Albernaz, meu moço da camara, escriuão das obras de meus paços da villa de Symtra, tenha daquy em diamte carguo de tanger os orguãos da capella dos ditos paços, e de olhar por eles, e asy pollos orguãos dos ditos paços e de os concertar e fazer alimpar asy e pola maneira que o fazia frey D.^o ja defunto, que o dito carreguo tinha: e ey por bem que o dito Fernão Martiz aja com ele dordenado em cada huū anno, de ja-

neiro que pasou deste presente anno de b^olj em diamte dous mill r^o, que he outro tanto como tinha o dito frey Diogo, os quaes dous mill r^o lhe serão paguos com certidão do almoxarife dos ditos paços de como asy delles tem carreguo na maneira que dito hee mandouos que lhe façais asemtar os ditos dous mill r^o de mantimento no liuro das ordinarias de minha fazenda e leuar em cada huū anno do dito janeiro em diamte na folha do asentamento do almoxarifado da dita villa pera lhe nelle serem paguos polla dita maneira, e este aluaraa quero que valha e tenha força e vigor como se fose carta feyta em meu nome per mim asynada e pasada pella chancellaria sem embargo das ordenações do segundo liuro que dispoem o contrairo — Luis Tauares o fez em Almeirim a dezaseis de março de j^ob^olj e eu Antão dAfonsequa o fez escreuer» (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 67, fol. 160).

ALEMQUER (MARTIM D')

O seu apellido designa provavelmente a terra da sua naturalidade. D. Affonso V o nomeou em 1451 rei de todas as trombetas, que existissem em seus reinos e senhorios. A carta de nomeação é uma especie de regimento do dito officio. O rei dos trombetas mandaria em todos elles e os ordenaria tanto nas sallas reaes como nos campos de batalha, ou outra qualquer parte onde se achassem. Repartiria pelos seus companheiros e subditos todas as larguezas que lhe fossem dadas, ficando elle com a parte de leão, isto é, com os dous terços. Em tudo o mais mandaria sobre elles, como seu proprio rei, segundo a authoridade da palavra.

Martim d'Alemquer tinha talvez residencia fixa em Santarem e era casado com uma padeira, cujo nome não ficou registado. Em carta de 28 de julho de 1471 D. Affonso V lhe dava carta de privilegio para ella poder vender livremente pão á sua porta ou em outra qualquer parte da supradita villa, hoje cidade.

Em 1475 era nomeado panceiro e guarda dos paços de Muge.

«Dom Affonso etc A quantos esta carta virem fazemos saber que nos confirmando (*sic*) de Martim daalemquer nosso tronbeta que o fara bem e como compre a nosso seruiço, e querendolhe fazer graça e merce temos por bem e o fazemos Rey de todallas tronbetas que em nossos reynos e senhorios ha, e que elle possa poer regra e hordem antre elles honde ouuerem de estar por nosso seruiço, assy em sallas reaes como em batalhas, e em quaes quer outros lugares que elle entéder que sse deue poer e por nos lhe for mamdado. Outrosy lhe damos poder que elle seja repartidor e possa repartir todas larguezas que lhe forem dadas, tomãdo pera sy as duas partes e o mais que ficar doar a outras nossas tronbetas e dos ifantes e duques condes, ricos homês e dos outros senhores aquillo que lhe couber segundo se costuma per todollos outros regnos e ssenhorios e que nenhuñ dos outros tronbetas nossos nom possam hir a nenhũa parte ssem sua licença e que os possa apontar em as moradias que de nos ham e lhe obydeçã asy como Rey que delles he e hos possa mãdar a cadea quando erarem em seu officio ou fizerem o que nom deuem, e hos mãdar ssoltar. Porem mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças e outros quaes quer officiaes e pessoas que esto ouuerem de ueer que ajam o dicto Martim dalemquer por Rey das dictas tronbetas e outro nenhũ nom, e o leixem seruir e hussar do dito officio e auer os proes e direitos que delle directamente deue dauer, e lhe cõpram e guardem e façam comprir e guardar em todo esta nossa carta pella guissa que em ella he contheudo, e lhe nom vaam nem consentam hir contra ella em maneira algua, por que asy he nossa merce ho ser fecto: o quall Martim dalemquer jurou em a nossa chancelaria aos sãtos euangelhos que bem e directamente como deue husse do dicto officio guardando a nosso seruiço e ao sobre dicto seu direito e a huñs e a outros, e al lhe nom façades Dada em Santarem — Lopo Fernandez o fez — de mil quatro centos l)». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 11, fol. 40).

«Dom A.º &c A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce aa molher de Martim dAlemquer, rey dos nossos tronbetas, por seruiço que nos o dito seu marido tem feito, temos por bem e lhe damos lugar e licença que ella possa liuremête vemder pam, quando quer que lhe aprouer aa sua porta e em quall quer outra parte da dita villa que quiseer e sentir por seu proueito sem que por ello auer pena algũa, sem embargo da hordenaçam, custume e puestas da dita villa sobre ello feitas em contrairo. E porem mandamos aos juizes e officiaes da villa de Santarem e a quaees quer pesoas, a que

pertencer que lho leixem asi vender sem nenhum embargo e sem contra ella procederem nem mandarem proceder em alguma pena em maneira algũa por que asi he nossa mercee, sendo certos os que lhe contra esta carta forem que lhe daremos aquella pena que merecem dauer os que nosso mandado passã. Dada em Lixboa xxbiiij dias de julho G^o Frz a fez — anno de nosso Senhor Ihũ x.^o de mil iiijlxxj». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 16, fol. 132).

«Dom A.^o &c fazemovos saber que fiando nos de Martim dAlamquer, Rey das nossas trombetas, que nisto nos seruiraa bem e como a nosso seruiço perteemce, e por lhe fazermos mercee, teemos por bem e o damos daquy em diamte por paaceiro e guarda dos nossos paaços da villa de Muja. E porem mamdamos ao nosso comtador em a dita comarca que metam logo em posse da dita paaceria o dito Martim dAlemquer e lhe façã duas chaues dos ditos paaços e o leixem servir e gusar do dito carrego e naõ a outro alguũ, por que assy he nossa mercee: o qual Martim dAlamquer jurou em a nossa chancelaria &. Dada em Extremoz a iii dias de feureiro ElRei o mamdou per Lopo dAlmeida &c Pero de Paiua a fez — anno de lxxb». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 30, fol. 155).

ALMEIDA (ANTONIO D')

Capellão-cantor da capella-real em tempo de D. João IV, que em 14 de março de 1650 lhe fez mercê d'um moio de trigo por anno de acrescentamento.

«Dom Joaõ etc faço saber aos que esta minha carta de padrão virem que tendo respeito a boa satisfação com que Antonio de Almeida serue de capellaõ cantor de minha real cappella, hey por bem de lhe fazer merce de hum moio de trigo em cada hum anno de acrescentamento... Joaõ da Costa a fez em Lixboa a quatorze de março de mil e seis centos e sincoenta annos. Fernão Gomes da Gama o fes escreuer. ElRey». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV*, liv. 21, fol. 240).

Vide *Barbosa d'Almeida (Antonio)*.

ALMEIDA (FRANCISCO ANTONIO)

É o auctor da musica d'uma composição sacra intitulada: «*Il Pentimento di Davide*, componimento sacro de Andrea Trabucca Accademico sacrivato di Benevento, detto fra gli Arcadi di Roma Albiro Mirkunsiano, posto in musica dal Sig. Francesco Antonio d Almeida Porthoghese e da cantarsi nella segunda Domenica di Quaresma nella Ven. Chiesa de S. Girolamo della Carità, Al Reverendissimo Padre Diego Curado, della Congregacione dell' Oratorio, Consultore del Tribunale del S. Ufizio n'e Regni de Portogallo &. In Roma, por Antonio de Rosti, nella strada del Seminario Romano, vecino alla Rotonda, 1722. Con licenza de' Superiori».

No a *chi legge exalta-se o virtuoso talento del Giovene Compositore della Musica.*

Jornal da Manhã, do Porto, de 20 de maio de 1887.

Possue um exemplar do libreto o sr. Manuel Carvalhaes, do Porto, grande colleccionador da especialidade.

ALMEIDA (JOSÉ ANTONIO DE)

O nome de José Antonio de Almeida não se acha inscripto no *Diccionario* do sr. Ernesto José Vieira, prova talvez de que não passasse d'um curioso em musica ou d'uma mediocridade artistico-litteraria.

No emtanto, o seu nome acha-se ligado aos acontecimentos politicos do primeiro quartel do seculo XIX, e talvez por isso mereça ser tirado do justo ou injusto esquecimento em que jaz. Relembra-o é recordar uma pagina da historia do Porto.

Foi elle o auctor da letra e da musica de uma *Canção portugueza*, allusiva ao sempre memoravel dia 4 de junho de 1823, offerecida ao seu particular amigo Silvestre José de

Carvalho, para se cantar a 20 de setembro, em louvor de tão applausivel dia.

A canção é do theor seguinte:

1.º

Este dia radioso
Que firmou a nossa gloria
Dentro em nossos corações
Terá eterna memoria.

A' voz da verdade
Fugiu a illusão
De novo apparece
A luz da razão.

2.º

Louvemos, lusos, louvemos,
A briosa mocidade
Dos Filhos que restauraram
O poder da Magestade.

A' voz da verdade, etc.

3.º

Seu esforçado valor,
Servindo de honroso exemplo,
Vôa nas azas da fama
Da memoria ao sacro templo.

A' voz da verdade, etc.

Se a musica era equivalente aos versos, não me parece que o seu auctor grangeasse direito ás palmas da immortalidade.

Esta canção, entoada em festa de character legitimista, vem a paginas 16 de um opusculo, que julgo rarissimo, impresso no Porto em 1823, na typographia á praça de Santa

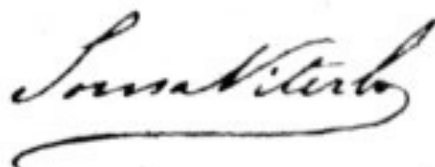
Thereza, com o seguinte titulo: *Poesias, que forão recitadas, em a noite de 20 de Setembro de 1823, na Festividade que celebrou no seu jardim o sr. Silvestre José de Carvalho, em memoria do dia 4 de junho do mesmo anno.*

ALMEIDA (GUSMÃO D')

Musico portuguez em Italia. Auctor d'uma opera representada em Livorno nos fins do seculo passado.

Vide A. de Portugal de Faria — *Portugal e Italia*, pág. 101.
Seria acaso parente do que fica atraz mencionado?

(Continúa).



A VIDA DUM HOMEM (1)
FERREIRA DA SILVA

(1853-1923)

EXCELENTÍSSIMO E REV.^{MO} SENHOR:
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Vimos aqui, com o piedoso intento de relembrarmos juntos, por alguns instantes, uma das mais estremadas figuras, de homem e de sábio, que Portugal tem possuído.

Honra-se a Leal Cidade em prestar culto à memória dum filho tão prestante; honra-se esta casa em juncar de mais algumas pétalas o túmulo dum Mestre e dum Amigo; e neste passo, só eu me não honro, Senhores, por vir falar dum tão insigne Português, no Bêrço de Garrett, tão demasiadamente tarde e tão acentuadamente mal.



D. ANTÓNIO PEREIRA FORJAZ

(1) Discurso feito na Associação Católica do Pôrto, em 7 de Dezembro de 1924, em sessão solene, para inauguração do retrato do ilustre químico, presidida pelo Sr. Bispo do Pôrto, secretariado por Gomes Teixeira e Bento Carqueja.

Vejo com desvanecimento a egrégia figura do Senhor Dom António Barbosa Leão ocupando a presidência desta *Sessão de Saúde*. Saúdo-o com todo o respeito e com a mais viva estima deixando aos Seus pés as homenagens pobres da minha consideração.

Há alguns anos tive a honra de me sentar igualmente junto de V. Rev.^{ma} numa outra sessão solene. Era no teatro de São João; inaugurava-se o Congresso Luso Espanhol para o progresso das Sciências.

E junto de nós, ainda mais respeitável, se é possível, — ainda mais bondosamente sorridente, a figura linda, a figura nobre, a figura patriarcal de Ferreira da Silva!

O espírito gentilíssimo que nos deixou, afigura-se-me que nos acompanhará nesta doce romagem de lembranças... e afigura-se-me que nós viveremos, um instante, dentro d'êle — como êle sempre vive dentro em nós...

Nesta sala, debaixo dêstes tectos, abrigado por estas paredes — Ferreira da Silva muitas vezes falou, lutando pelos seus ideais, semeando as suas palavras de inconfundível autoridade.

Eu quero crer que êle viverá decerto aqui, mais uma vez.

Por esta casa, por esta tribuna famosa passou também Sousa Gomes, lutador emérito e figura inesquecível. E se Ferreira da Silva encheu de glória a Universidade do Pôrto, da sua cadeira de Química, Sousa Gomes emprestou à Universidade de Coimbra um brilho refulgente e perdurável.

Depois disto, eu pergunto a mim mesmo, Senhores, como me atrevo, a subir até aqui?

Não deveria antes ter declinado o amável convite da illustre direcção dêste grémio com tão notáveis pergaminhos?

Esta tribuna tem servido — vós o vêdes! — para ninho de águias; aqui só águias, pois, devem subir!...

SENHORES :

Se eu trouxe a êste lugar a minha palavra simples, o meu intento foi bom, foi sã e justo. Professor da mesma cadeira na Universidade de Lisboa, embora indigno; ocupando aquele lugar donde se ouviu a voz de Agostinho Vicente Lourenço, de António Augusto de Aguiar e do Visconde de Vila-Maior, pareceu-me que todos êles me impeliam, e me diziam: vai!... Vai dizer, conforme saibas e possas, como lutou, como viveu e como triunfou, aquele que, dentro de todos nós, foi o maior!

Ferreira da Silva e Sousa Gomes, passaram por aqui, mas não importa!...

Irmãos de crenças, foram meus irmãos mais velhos, que hão-de ver o que de belo trago — as minhas intenções!

E eu tenho a impressão, Senhoras e Senhores, de que sou embaixador da Universidade de Lisboa e da sua mais Antiga Escola, para lembrar durante instantes um astro desaparecido na constelação brilhante da sua irmã, a Universidade do Pôrto, desta Academia admirável que ainda conta, no seu zénite, mestres como o grande Gomes Teixeira, o Pedro Nunes do século XIX, como Ferreira da Silva justamente uma vez lhe chamou.

E se o mesmo amor pela mesma sciência e a mesma crença pelo mesmo Deus não bastam a desculpar-me, vêde em mim simplesmente como que um filho mais novo que de longe vem depôr uma ramada de louros, junto dum pedestal.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES :

Não passam na vida, semelhantemente, os grandes homens! Parece até que êles se encontram apostados em legar à posteridade tipos diferentes, que nos sirvam de *padrões*.

Uns salpicam a sua existência de lágrimas, tragidificam as menores contrariedades, garrotilham-se entre os liames das naturais imperfeições, sufocam ao pêso da dôr presente e até da dôr que ao longe os ameaça. Sofrem sempre. Do que é — e do que pode vir a ser. São os talentos que passam na vida chorando.

Outros riem muito, riem sem se cansarem... Ainda hoje os evocamos, rindo. São os Demócritos — para os quais é preciso um olhar como o de Hipócrates para desvendar todo o alcance dêsse riso continuado, riso que é um juízo, e talvez mesmo um castigo. Passam na vida sorrindo — e fazendo-nos sorrir. Scépticos, irónicos ou sarcásticos oferecem à posteridade a sua máscara contraída num *rictus desdenhoso*...

Há finalmente uma terceira categoria de talentos. No combate da vida não os vemos chorando e muito menos, rindo. Concentram tôdas as suas possibilidades mentais porque sabem que é pela concentração que se alcançam os cimos da Inteligência. Vemo-los constantemente debruçados sôbre a página do livro ou sôbre a mesa do laboratório, estranhos ao mal que os cerca, embarcados nos seus purísimos ideais! Sòzinhos no seu mundo interior, observam, meditam, recolhem-se.

Estes são os que passam na vida — pensando. E entre todos são indiscutivelmente os maiores!...

Pois foi a esta última classe que pertenceu António Joaquim Ferreira da Silva, cuja fisionomia mental vamos tentar imperfeita e perfuntoriamente bosquejar.



Se invocamos a figura bondosa de Ferreira da Silva e se recompomos, embora mal, o seu olhar, desde logo verifi-

camos que êste era calmo e reflectido. Mais para dentro do que para fóra olhava, como os homens de vida interior intensa... Meditativo foi e viveu.

Em 77 vemo-lo concorrer a lente substituto de química da Academia Politécnica do Pôrto — tendo então 24 anos apenas.

Que motivos teriam determinado êste rapaz concentrado a consagrar-se à velha Sciência hermética — sciência aparentemente fria, aparentemente imprópria para seduzir meridionais?

É que longe vai o tempo, meus Senhores, em que a Química nem por Sciência era considerada — por não ser susceptível de se lhe aplicar o método matemático, explicava o célebre filósofo de Königsberg. A Química podia então atrair os apaixonados pelos mistérios das retortas, os Rouelle, os Palissy, os Macquer, mas deixava insensíveis aquelas grandes águias do pensamento que não acharam nunca bastante céu para voarem, — os Santo Agostinho e os Leibniz, os Santo Tomás e os Descartes.

Mas de há meio século para cá a química dos Van Helmont, dos dragões, das panacêas, dos esoterismos, das cabalas; a química da Tábua de esmeralda, do oiro salamandrino, de Zózimo, o Panopolitano; a química da Serpente universal, a Ouroboros, da purificação do Tan, da Pedra filosofal, dos pelicanos, dos elixires, dos iatroquímicos, dos *alcahest* e das quintessências; essa química, emfim, tenebrosa e feiticista, que Teniers invocou numa cripta escura de Fausto, que saiu da paleta de Ryckaert, Le Jeune, para ornamento do Museu de Bruxelas e para documentação de tôda uma idade ou que ainda há meses deu em Madrid a medalha de ouro ao pincel evocador de Romero de Tôrres — essa química tinha morrido por inanição para das suas cinzas surgir uma química nova, purificada e segura. E esta transmutação dava-se, precisamente, quando o velho Kekulé confessava ao seu dis-

cípulo Van-t'Hoff: «A Química chegou a um ponto morto; não tem a perspectiva de nenhum progresso!»

Essa Química nova surgiu há meio século, a promover uma nova renascença de processos, a erigir-se como primordial ciência de pensamento, a ostentar locubrações de Nernst, de Ostwald, de van-t'Hoff, cuja inteligência pressupõe uma meditação tão aturada como um teorema de Spinoza ou como um escólio de Santo Tomás.

Os estudiosos acorriam para a Química moderna, em legião. Desta legião fez parte Ferreira da Silva.

Mas um outro determinante, e êsse invariante, julgamos adivinhar, a atrair o jovem experimentador. É que a química é mais do que uma ciência de pensamento — porque é uma ciência de coração. Como a geologia e como a astronomia, a química é por excelência a ciência dos bons — e que aos bons, torna melhores ainda. É o químico que vai acusar o culpado à barra do tribunal, e dá o grito de alarme que salva a sociedade; é êle quem absolve o inocente e quem redime o caluniado; é êle quem nos diz se aquilo que ingerimos foi ou não criminosamente adulterado. É êle quem diz ao médico: aqui tens o novo instrumento da tua arte, saído das minhas mãos, sintetizado no meu pensamento, antes de o ter sido nas minhas reacções — vai e cura; é êle quem diz ao higienista: toma êste novo produto do meu labutar — vai e defende a todos; é êle quem diz ao agricultor entregando-lhe novos adubos — toma e semeia e que a terra produza! É êle quem diz ao Industrial, dando-lhe as matérias primas — trabalha e manufactura e cria riqueza!

Os químicos pensam constantemente nos outros e quantas vezes ninguém pensa nêles! A sua profissão exige o culto do desinterêsse e o culto da probidade. As suas conclusões são actos de consciência.

Os químicos têm de ser bons, ou não serão químicos. E

os bons hão-de ser, por excelência, crentes, homens de fé — da fé que faz trabalhar para os outros, descobrindo nos outros a imagem de Deus.

Vêde, meus Senhores, entre os maiores e os mais modernos: é Duhem, o célebre professor de Bordéus, morto em 1916; a sua fé, pôde escrever um seu biógrafo, foi o fermento da sua vida. O autor da *Mechanique chimique*, cuja obra tem sido aproximada da de Poincaré, foi, além dum clássico da Sciência, «um francês que nunca desesperou e um cristão que não abdicou nunca» tendo-se podido dizer que a sua vida foi franca como a sua obra. Duhem foi o fundador da Associação Católica dos Estudantes da Universidade de Bordéus. O maior químico teórico que a França teve nos tempos modernos, o termodinamista da Química, por excelência, foi, durante tôda a sua vida, um católico praticante;

é Luís Henry, morto em 1913, o mestre incontestado da química orgânica, o *benedictino laico* como lhe chamava Lemoine e que chegou a ser presidente das Conferências de S. Vicente de Paulo, em Bruxelas;

é Rozeboom, cérebro de larga craveira, teórico profundo da Estática Química, divulgador emérito das ideias revolucionárias de Gibbs, crente forte e esclarecido;

é Wurtz descobridor dos glicóis e das aminas, alma francesa lançada no atomismo antigo, de quem se pôde dizer que tinha apenas uma fé superior àquela que dedicava à teoria atômica: a sua fé cristã;

é Dumas — Dumas o fundador das grandes famílias orgânicas, chefe da Escola Francesa, mestre de Wurtz e de Pasteur, Dumas que não perdia nunca ocasião de patentear a sua crença e que podia em plena Academia afirmar que o Deus da Revelação era o Deus da Natureza;

é Friedel o mais brilhante dos discípulos de Wurtz, autor de belas investigações em química orgânica onde nos deixou

um novo método de síntese e que foi também afamado mineralogista;

é Cannizzaro... São tantos e tantos outros, — que não se cansaram nunca de interrogar a matéria e não se cansaram nunca também de ajoelhar. São outros muitos mais, mas entre todos avultam os que foram grandes entre os grandes, os Lavoisier, os Faraday e os Pasteur!...

Pois a esta luminosa constelação dos químicos crentes pertenceu Ferreira da Silva, êle que sôbre o túmulo doutro grande químico católico, Sousa Gomes, pôde exprimir-se, em 1911, por esta forma:

«Os grandes químicos que afinal são os experimentadores que mais de perto lidam com a matéria e melhor conhecem os seus fenómenos, são os mais religiosos de todos os sábios». Porquê?...

É que já dizia o célebre fisico Biot que é preciso estudar muito para compreender e admirar a matéria, — mas estudar muito mais ainda para compreender que ela não é nada. Isso me repetiu há meses o venerando Branly, no seu modesto gabinete de física do Instituto Católico de Paris. Isso repetem ainda todos os electronistas, um tanto admirados, talvez, que à fôrça de interrogarem e transformarem a matéria... elas lhes ficasse nas mãos!...

Foi com certeza êste outro aspecto da química que seduziu o moço espírito do estudante laureado da Universidade de Coimbra, o bacharel em filosofia de 76. Entra como professor na Academia Politécnica do Pôrto. Aqui sente-se bem! Entrara numa escola brilhante pertencente à cidade da Virgem — a cidade leal, por excelência. A sorte estava lançada: Será químico tôda a sua vida! E de ora avante só o temos de acompanhar numa brilhante trajectória!...

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES :

Cada vez mais me convenço que temos pelos nossos mortos, um culto diminuído. Êles não nos legaram, os que viveram antes de nós, uma cinza inerte, a repousar nos campos santos. Pelo contrário êles abraçam-nos à beira dos precipícios, orientam-nos, nas horas da Incerteza e acompanham-nos nos momentos da Desgraça. Quando a Casa vacila, êles, os incansáveis construtores, acorrem prontamente a escorá-la. Sofremos?... Vêem acompanhar-nos, sofrem conosco e só então é que a intimidade cresce... E quando sopram os ventos das grandes crises, como na crença supersticiosa do povo nas noites de procela, escutemos bem a voz do temporal: são os mortos ainda que nos falam!...

Não é, por isso, tanto uma biografia que eu procurarei traçar. É, antes de tudo, a voz dum grande morto que eu procurarei ouvir e fazer com que todos oiçam.

Uma raça que não tem o culto dos seus mortos não é uma raça. Será, sim, um aglomerado de homens separados dos outros por um acidente geográfico, uma segregação como sói dizer-se. Ou será então uma raça sem alma, sem nervo, sem coluna vertebral. Raça de portugueses, em que os mortos subiram a gigantes desde que os vivos desceram a pigméus, essa não é, por certo. E pois que em Portugal o culto do Passado é a razão mais forte do Presente ao tomarmos sob os olhos a figura gentil de Ferreira da Silva saibamos colher do nosso estudo uma saúde e uma lição. Ferreira da Silva ensina-nos — como sempre.

Ensina-nos com a sua obra? Decerto. Mas ensina-nos, ainda mais, com a sua vida. Convido-vos, senhores, a ençará-la.



Ferreira da Silva nasceu em Couto de Cocujães, no distrito de Aveiro, em 28 de Julho de 1853.

Pelas suas notas auto-biográficas, cuja consulta nos foi facultada amavelmente pela illustre família do nosso saúdoso amigo se pode avaliar, não só o decurso de tôda a sua brilhante carreira como o respeito que os seus mestres, até os mais modestos, lhe mereceram e a puríssima sinceridade com que regista certos detalhes, que quasi todos lançariam no esquecimento.

Assim, vemo-lo fazer a sua instrução primária aqui no Pôrto no Colégio do Padre José Henriques de Oliveira Martins, na Rua dos Caldeireiros, em 65, e preparar-se em seguida para os exames das diferentes disciplinas do curso liceal que ia sucessivamente fazendo com sucesso, fraquejando em literatura para logo saltar êsse barranco com novo vigor, evidenciando já notáveis aptidões para as sciências físicas, em que foi discípulo de Almeida Pinto, de Chaves de Oliveira, de Silva Vieira, de Silva Leitão e de Sousa Pinho, dêstes dois últimos já matriculado na Academia Politécnica, quando, em 71 e 72, atravessou a sua crise de vocação.

Vemo-lo trazer para o Pôrto a nostalgia da sua aldeia natal, como o grande Pasteur, perdido no cosmopolitismo de Paris, a recordar tristemente a modesta fábrica paterna, em Arbois, onde se fazia curtimento de peles e a dizer ao seu compatriota Vercel: que se pudesse ao menos sentir o cheiro da fábrica, ficaria curado...

Também Ferreira da Silva se terá sentido mal no labirinto duma grande cidade como é o Pôrto; mal, dêsse mal das almas puras que amam o campo, onde vicejam as flores, e as cristas dos montes, onde se fala com Deus!

Depois, seu pai, António Joaquim Ferreira da Silva e sua mãe, Margarida Emília Ferreira da Silva, extremamente piedosos, aspiravam a consagrarem seu filho à carreira eclesiástica.

E o nosso futuro químico, já matriculado nalgumas cadeiras do Seminário, hesitava, na encruzilhada dos caminhos, como têm hesitado os melhores espíritos do mundo.

Resolve-se, por fim. Seguindo a palavra de Santo Inácio: «Deixai o mundo ou vivei no mundo santamente» optou pela segunda solução. Parte para Coimbra; matricula-se na Universidade para cursar filosofia. Era em 1872.

Na cidade universitária Ferreira da Silva foi discípulo, em química, de Ferreira Leão e de Paulino de Oliveira. O seu curso foi distinto, tendo nêlo colhido *prêmios e accessits*, mas em virtude duma questão havida com um dos examinadores, no acto de Botânica, não quis entrar no quadro dos professores e regressou à cidade do Pôrto, onde iniciara os seus estudos.

Foi em 24 de Maio de 1877, em concurso de provas públicas, em que apresentou a tese «Estudos sôbre a classificação dos compostos orgânicos» admitido no corpo docente da Academia Politécnica do Pôrto como lente substituto, passando a lente proprietário em 20 de Maio de 1880.

Aí, debaixo dos tectos da notável Escola do Pôrto, hoje Faculdade de Ciências, acaba de se formar, adextrando-se na técnica analítica desde 77 a 84 e preparando-se para a realização duma longa obra.

É essa obra que muito por alto vamos considerar.

*

* *

Os trabalhos de Ferreira da Silva, como muito bem

notou o Prof. Alberto de Aguiar, podem repartir-se por oito secções:

- I. Química pura.
- II. Química sanitária e higiênica.
- III. Química bromatológica.
- IV. Química toxicológica e legal.
- V. Química hidrológica.
- VI. De química aplicada, diferente da anteriormente mencionada.
- VII. Sobre história e filosofia científicas.
- VIII. Diversos.

Tendo sido já proposta esta divisão, a ela me subordino.

À *Química pura*, pertencem os *Tratados de Química orgânica*, para uso dos estudantes das escolas superiores, os manuais de *Análise química qualitativa e quantitativa* e ainda algumas memórias especiais, tais como os seus estudos sobre a *Constituição dos carbonilos metálicos* — assunto que tanto chamou a sua atenção.

Na *Química Sanitária e higiênica* sobressai o seu trabalho sobre a higiene da cidade do Pôrto. Esse trabalho compreende os estudos sobre as águas da cidade e sobre os processos de fiscalização do leite e dos vinhos.

Também nesta secção se incluem os trabalhos do Laboratório Municipal de Química do Pôrto.

Em *Química bromatológica* trabalhou particularmente no laboratório que acabamos de citar, o que deu ensejo a que o saudável professor realizasse numerosas análises bromatológicas, concorrendo notavelmente para a unificação dos métodos. Os seus trabalhos foram especialmente provei-

tados pela comissão encarregada do estudo e unificação dos métodos de análise.

Nesta categoria include-se também uma das obras de Ferreira da Silva que mais renome lhe deu sobre: *A suposta salicilagem dos vinhos portuguezes* — obra mandada imprimir pelo Estado.

Em *Química toxicológica e legal* sobreleva o trabalho efectuado por ocasião do célebre processo Urbino de Freitas, que deu ocasião à descoberta da reacção da eserina e da aplicação do sulfosselenito de amónio como reagente geral dos alcalóides; esta reacção ficou universalmente sendo conhecida com o nome de reacção Lafon-Ferreira da Silva.

A *Química hidrológica* fica-lhe devendo o estudo das águas de Moledo, de Entre-os-Rios, de Monsão, das Caldas da Saúde, de Vidago (fonte Campilho), de Moura, de Canavezes, de Vidago (fonte Vidago), de Valadares, das Pedras Salgadas, de Vidago (Sabroso), de Unhais da Serra, de Rapôla do Côa.

Ainda em *Química aplicada* se filiam alguns artigos sobre química farmacêutica, química agrícola e análise dos gases.

A *História e a filosofia científica* também foram cultivadas pelo venerando sábio.

Ferreira da Silva fez inúmeras biografias — entre elas, as de Sainte Claire Deville, João Baptista Dumas, Friedel, Roberto Duarte Silva, Berthelot, Sousa Gomes, Henri Nobel, Chodat, M.^{me} Curie, Ostwald, Pellet, Roux, Rutherford, etc.

Entre as memórias que não cabem em nenhuma das anteriores categorias há a citar *Sciência e Crenças* que compendia vários artigos sobre universidades estrangeiras, dis-

curiosos de congressos, discursos religiosos, de apologética científica, etc.

Tôdas estas publicações são informadas das três seguintes qualidades dominantes: de *trabalho*, de *sciência* e de *consciência*.

Se os compêndios de química mineral e orgânica e os manuais de análise qualitativa prestaram um bom serviço à população escolar pela clareza da exposição e pelo critério selectivo dos assuntos tratados, o substancioso relatório médico legal do famoso processo Urbino de Freitas, que tanta celeuma levantou, relativo à análise química das visceras de Mário, patenteou que Ferreira da Silva, muito probamente desejava reformar a toxicologia portuguesa tornando-a alguma coisa mais do que uma *toxicologia para rir*. Foi desta sua labuta que derivou a reacção Lafon-Ferreira da Silva e o decidido emprêgo dos sulfosselenitos alcalinos como reagente dos alcalóides. Desgostos? Ataques injustos? Teve-os.

Qual é o químico que os não tem?...

Êste processo trouxe-lhe honra e dissabores!... Cumprira porém o seu dever — e só isto lhe seria suficiente, porque Ferreira da Silva foi durante toda a sua vida o *homem do dever*.

Não foi só como químico legista que Ferreira da Silva foi injustamente atacado.

Quando se tratou da questão do abastecimento em água da cidade do Pôrto, Ferreira da Silva cuidadosamente procurou realizar um estudo completo do problema, com os dados que a sciência por essa época possuía. Examinou as condições de captagem, a natureza do solo e realizou a análise quantitativa das amostras médias: pois foi veementemente discutido pelos leigos, que o acusavam de não servir bem os interêsses da cidade — êle que sempre procurava servir escrupulosamente a causa da verdade!

Quando teve lugar essa outra grande questão da vida do nosso químico, a da suposta salicilagem dos vinhos portu-

gueses no Brasil, foi êle acusado de defender os exportadores e de cobrir com o seu nome respeitável mixórdias fabricadas pelos seus patrícios.

É essa interessante questão uma das que mais renome trouxe para o emérito químico portuense porque o próprio autor do método analítico que usavam os enologistas do Rio de Janeiro e os químicos de todo o mundo confirmaram os resultados obtidos por Ferreira da Silva. Publica êle então nos C. R. uma importante nota «*Sur une cause de erreur dans la recherche de l'acide salicylique dans les vins*» refutando o parecer do químico brasileiro Borges da Costa, do Laboratório Central de Análises, do Rio, e promove uma campanha brilhante, em defeza dos nossos vinhos, mostrando que o ácido salicílico que êles continham não era adicionado fraudulentamente, campanha que tendo começado em 1900 só veio a terminar em 1906 cobrindo de glória o respeitado nome do infatigável trabalhador e do grande patriota. Êste período de 1900-1906 é particularmente rico em demonstrações de aprêço, justíssimas tôdas. É-lhe dada a carta de conselho; nomeado professor de química legal da Faculdade de Farmácia do Pôrto e presidente da Comissão Técnica dos métodos químico analíticos.

A sua actividade parece recrudescer: o seu entusiasmo não conhece desfalecimentos! Em 1905 funda com o Prof. Aguiar e com o Prof. Pereira Salgado a *Revista de Química pura e aplicada* que tantos serviços tem prestado ao país graças à dedicação principalmente dos seus três beneméritos fundadores.

Estando dois vivos aqui lhes quero prestar a minha devotada homenagem.

Em 1908 vem constelar-lhe o peito — aquele peito leal de portugêes duma só fé! — a cruz da Legião de Honra, por proposta do Conselho da Sociedade de Química de França. Em 1911 funda a Sociedade Química Portuguesa de que é

aclamado presidente, e na sessão inaugural, em 26 de Janeiro de 1912, no glorioso anfiteatro da Antiga Escola Politécnica de Lisboa, depois de lembrar as palavras de Otto Witt no Congresso de Roma «sem a química não há civilização», mostra quanto a pátria e a indústria, em particular tinham a esperar do seu empreendimento.

É, pois, ainda devido a Ferreira da Silva que Portugal tem hoje uma Sociedade Química, — como a possui desde 1841 a Inglaterra (Chemical Society) ou a França desde 1857 (Société Chimique de Paris) ou todos os países civilizados, incluindo a Espanha, uma das últimas nações a criá-la, mas que desde 1903 possui a Sociedade Española de Física y Química.

*
* *

Para realizar uma obra tão vasta como aquela que de relance acabamos de percorrer como encontrou energia um só homem, senhores?

Onde foi êle buscá-la?

Aos dois grandes mananciais de tôdas as fortes individualidades: à religião e à família.

Com respeito à primeira o venerando sábio foi, como muito bem escreve na *Brotéria* o Dr. Alves Marinho, um crente que pôs de acôrdo a sua vida prática com a sua fé.

Ferreira da Silva por temperamento não era, como êle uma vez disse de Avogadro, um «poeta da sciência». Mas quando falava de Deus, como o tinha no imo do seu coração e como êste era extremamente belo, as suas palavras adquirem uma tonalidade nova e o fundo poético de todos os portugueses vinha cantar e revelar-se ainda.

Quanto à família, Ferreira da Silva compôs-lhe o maior dos poemas: fundou uma família numerosa e repleta de virtudes legando-lhe o exemplo mais alto que lhe podia legar — deixando o pergaminho mais puro que lhe podia conferir. Foi por isso que muito bem disse o Dr. Bento Carqueja debruçando-se sôbre a sua campa:

«Quem quiser ser chefe de família modelar precisa de aprender nas lições amoráveis do Dr. Ferreira da Silva que dentro do seu pacífico lar procurou sempre e encontrou o único e indispensável refrigerio na faina ardente de cultor da ciência e que até há bem pouco teve na alegria de sua mãe a meiga velhinha por êle amada com extremos de amor a maior e melhor, a mais doce e mais aprazível recompensa dos triunfos que ia alcançando na vida. Rodeado da família numerosa nunca ela lhe pareceu fardo demasiadamente pesado.

Porquê? Porque dando-lhe constantemente exemplos de sacrifício, de amor ao trabalho e de honestidade, confiava em que a sua prole seria formada de homens e de mulheres fortes capazes de vencerem, como êle soube vencer, as lutas da vida. E não se iludiu o consagrado Morto.

As suas filhas educadas com esmero são o tipo cristalino e acabado da mulher cristã; e os seus filhos são os homens fortes, de inteligência, de cultura e de carácter, que pelo seu esforço vão conquistando situações sociais distintas e estão aptos a serem, como hão-de ser, os guias e cooperadores da felicidade de suas irmãs. Tiveram a desventura de perder no curto espaço de menos de um ano a santa senhora que foi sua mãe extremosíssima e o pai cujo braço e espírito vigorosos foram o sustentáculo da família. Embora.

Sobeja-lhes competência e dignidade para manterem a solidariedade no amor e na confiança, que foi sempre apanágio da família Ferreira da Silva».

Não se pode dizer nem mais justamente nem melhor do que o ilustre professor o disse. Estas palavras devem ser meditadas, espalhadas, para que se veja, para que todos vejam, que ainda há em Portugal, — *famílias portuguesas*. As *Casas*, das mais antigas; as famílias com mais raízes, tombam ao sôpro do vendaval — dêste vendaval dos dissolutos costumes!

Mas ainda há lares portugueses, — que o mesmo é dizer, cristãos!

Trazei aqui o vosso olhar — ó pais e mães do meu país!... Aprendamos todos — que a lição é alta e proveitosa!

Eu só posso, comovidamente, depor aos pés dessa família ilustre as flores modestas e pequeninas da minha estima, da minha veneração, flores que bem desejava fôsem as mais belas desta pátria de sol e que eu deixo cair olhos postos naquele que é para todos um modelo — modelo pela Fé incorruptível; modelo pelo esforço perseverante e esclarecido que soube dispender e em que pôs tudo aquilo que de melhor podia pôr: *a sua vida!*

Quando Pasteur vivia os seus últimos dias a filha de Alexandre Dumas entrou-lhe, duma vez, pelo seu quarto de enfêrmo, tôda risonha com um braçado de rosas — e foi com rosas que lhe encheu o aposento...

Também de todos os cantos de Portugal os homens bons, pressentindo o fim próximo do sábio portuense, vinham trazer à tebaida de Santa Catarina as rosas da sua afeição e retiravam-se da casa do voluntarioso investigador encantados com o convívio simples e belo, que tinham alcançado. Haviam trazido as suas homenagens: iam dispostos a *viver melhor!*... Ainda neste sentido Ferreira da Silva foi um recriador do espírito nacional!

Mas a noite vai baixar sôbre aquela existência laboriosa — e sôbre aquele lar hospitaleiro e agasalhado...

Quando a morte se aproximava de Bertholet, — o notável

químico francês, — alguém lhe perguntou se sentia algum receio...

Não, eu não temo a morte, respondeu prontamente Bertholet. Por que havia eu de temê-la se nunca fiz o Mal?

Mais justamente ainda esta resposta podia-a dar Ferreira da Silva. Porque se nunca tinha feito o Mal o certo é que tinha feito — e muito! — o Bem.

A noite agora vai baixar sôbre aquela existência — mas é uma noite estrelada em que brilham como astros scintilantes as suas boas obras! É a noite do semeador, que trabalhou na bôa vinha! É a noite do justo que adormece no Senhor!

MEUS SENHORES:

O Lutador caiu! Em 23 de Agôsto de 1923 tombou na Lameira, a uma síncope cardíaca, tendo a morte gloriosa dum patriarca bíblico, cercado, acarinhado pelas filhas adoradas — que sua esposa, a companheira afável e segura, essa já tinha partido...

Não posso deixar de pôr em relêvo mais êste traço que aproxima na morte o nosso venerando sábio do fundador da termoquímica, Berthelot. Se êste morreu no mesmo dia que sua mulher e a França, respeitando aqueles laços que nem a morte conseguira desligar, fez transportar os dois corpos para o Panthéon de Paris, também Ferreira da Silva não logrou viver um ano mais após o tristíssimo acontecimento que enlutara para sempre o seu bondoso coração de marido extremosíssimo!

O Lutador caiu — e sentiu-se a sua queda de norte a sul de Portugal.

É que a Pátria perdia um dos seus mais notáveis cientistas, um dos mais puros que em todos os tempos tem tido,

e a Química Portuguesa era cerceada no mais completo dos químicos que jamais possuía.

... Porque se nos lembramos do *Chaptal português*, do Patriarca dos químicos portugueses, do discípulo illustre de Vandelli,—de Tomé Rodrigues Sobral, emfim— vemos que Ferreira da Silva foi como êle patriota dos mais entusiastas e como êle cultivou com brilho a química aplicada.

... Porque se recordamos Bernardino António Gomes, verificamos que Ferreira da Silva illustrou igualmente o seu nome no estudo dos alcalóides vegetais.

... Porque se a nossa memória evoca Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, visconde de Vila Maior, notaremos que Ferreira da Silva realizou com grande eficiência notáveis estudos de hidrologia como o conhecido professor da Politécnica de Lisboa.

... Porque se vem à nossa mente Agostinho Vicente Lourenço ou António Augusto de Aguiar, logo assinalamos que como êles Ferreira da Silva foi insigne nos trabalhos de química orgânica.

... Porque se acode ao nosso espirito êsse infatigável trabalhador caboverdeano, professor em duas Escolas, em Paris, Roberto Duarte Silva—logo constatamos que Ferreira da Silva também foi exímio nos segredos da análise e também levou à regência dos seus cursos aquele amor, aqueles extremos de dedicação que fizeram com que Friedel, referindo-se aos últimos dias em que o primeiro preleccionou, dissesse que já era um moribundo, quem falava, mas um moribundo apaixonado pelo dever.

E quem encontrasse o velho Mestre Ferreira da Silva, já quasi hemiplégico, caminho da Faculdade de Ciências do Pôrto, inclinando-se com veneração perante aquele sacerdote científico, não diria outro tanto?!...

Sim, o lutador caiu—mas estranha queda a sua, pois a

sua frente ficou tão alta que o nosso braço não chega para sôbre ela depor uma corôa de mirtos!

É que Ferreira da Silva caiu — e ficou de pé; morreu — e ficou vivo!...

... *Ficou vivo*, porque a Morte veio encontrá-lo por duas cruces protegido: por aquela, de braços infinitos, plantada há séculos pela misericórdia de um Deus, e pela outra, — a sua própria cruz! — aquela cruz que sôbre as pedras da existência, êle arrastou alegremente!

E a Morte, ao encontrar a Cruz no seu caminho, — foi um costume que lhe ficou desde o Calvário! — desvia — e segue...

... *Ficou vivo*, porque as aspirações do *Químico português* confundiram-se com as do imortal Pasteur; porque um, sob o pedestal de granito de Couto de Cocujães; e o outro na cripta da Rue Dutot, gritam, em unísono, à Posteridade, que é feliz sômente o homem que em si próprio alberga um Ideal, — ideal da Arte ou da Sciência, ideal da Pátria e do Evangelho!

E a Posteridade, quando topa com um Ideal incorruptível, diz para o Tempo: «não fazes nada aqui!»

Ferreira da Silva teve durante tôda a sua vida, como o mais português dos filhos do Pôrto, o *talent de bien faire*; e no entanto a sua maior glória não a procurem nos resultados que Êle alcançou, porque se encontra nas aspirações que O soerguam; não vive nas suas obras: canta nos seus ideais!

... E êsse ideal, Senhores, sobe a tão alto e vôa a tão longe que segui-lo é «pelejar a boa peleja», é «guardar a fé» é conquistar a «corôa da justiça» de que nos fala o apóstolo S. Paulo.

Êle foi à frente, cortando o ar, como as aves mais fortes, as *aves directoras* dos bandos de aves emigrantes...

Sigamos na sua esteira — asas batendo sob o mesmo Sol, rumos fixados pela mesma Estrêla!

Há-de o nome do sábio perdurar na memória dos homens;
mas a alma do crente há-de ser mais, decerto — há-de ser
luz, ao repousar nas mãos de Deus, eternamente!

É seguro pois o pregão de amor que levantamos:

Glória a Ferreira da Silva!

Honra ao portuguesíssimo português que soube ser *Um*
Mestre e foi *Um Homem*!

Antonio Pereira Forjaz

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes :

- O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique.* Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães.* Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez,* por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra.* A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6\$00
- Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)*..... 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra,* pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4\$50
- Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade,* pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II,* por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica,* pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões,* por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Serão publicados 10 números anualmente. Cada um compreenderá cêrca de 100 páginas de artigos além da Bibliografia de Revistas que será iniciada brevemente. Os artigos serão publicados na língua preferida pelo autor. Cada 5 números formarão um volume com frontispício, índice e capa especial.

Preço de cada número avulso..... 10000

ASSINATURAS

Preço de dez números..... £ 1

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados 71 volumes vendem-se por 1 £ os anteriores a 1900 e por 15 sch. os posteriores.

Aceitam-se anúncios para páginas suplementares.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência literária e sôbre administração deverá ser dirigida para a secretaria geral da Redação de *O Instituto*, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

1925
VOLUME 72.º



4.ª SÉRIE
1.º ANO
NÚMERO 5

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1925

O *Instituto* é uma publicação periódica do Instituto de Coimbra, Sociedade científica, literária e artística fundada em 1852. No ano findo de 1924 completou 3 séries, que constituem uma colecção de 71 volumes.

Inicia-se agora uma quarta série com importantes melhoramentos, conservando-se ao mesmo tempo as características que os seus ilustres fundadores adoptaram.

A colaboração é dos seus membros, e os artigos serão acompanhados dos retratos dos seus autores, com o fac-simile da sua assinatura.

A COMISSÃO DE REDACÇÃO é constituída pela seguinte forma:

MEMBROS HONORÁRIOS

Prof. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, da Universidade de Coimbra.—Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto, Antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

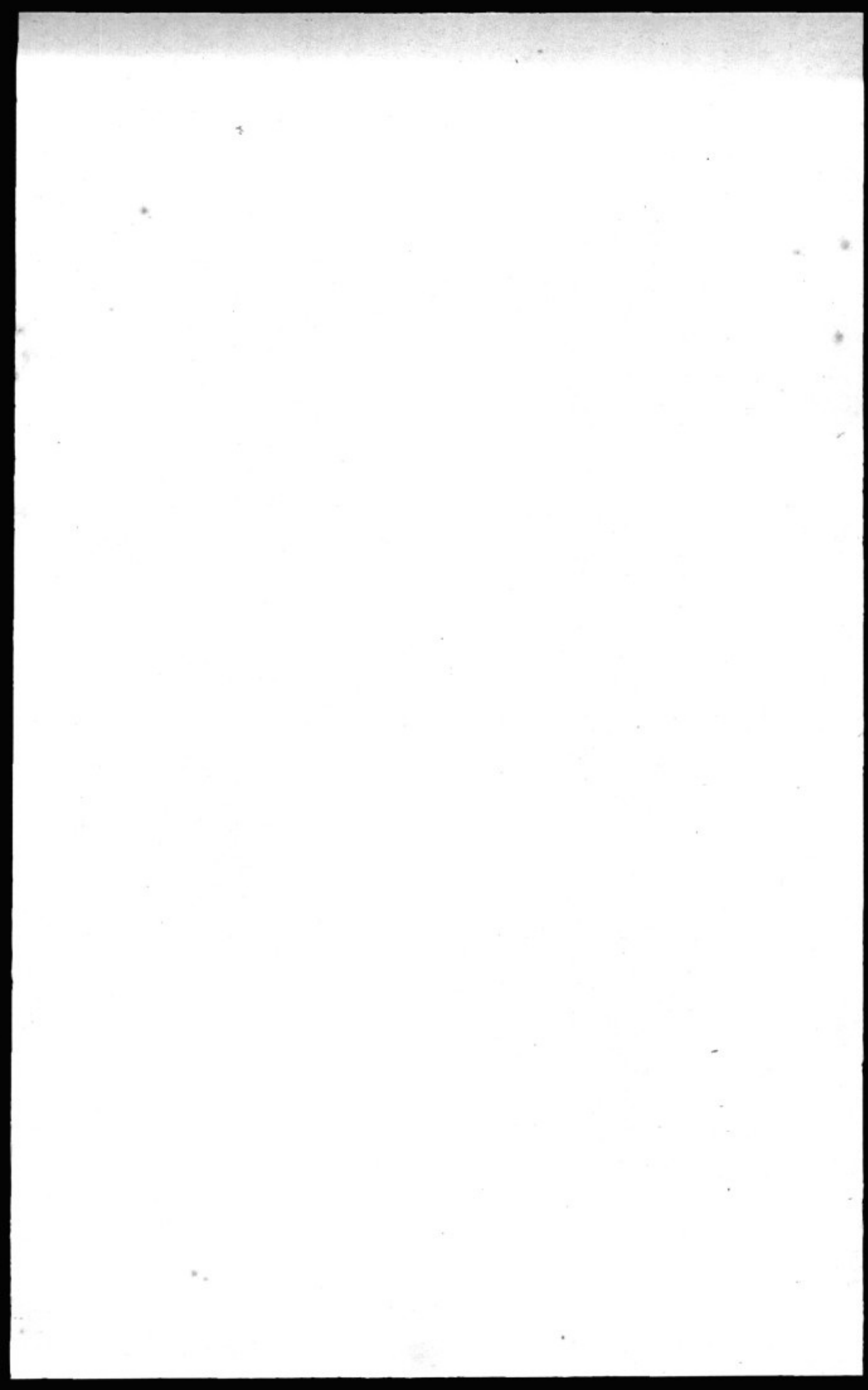
Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*.—Prof. Amadeu F. de Carvalho, da I. I. C., *Secretário*.—Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*.—Dr. António Baião, D. A. T. T.—Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C.—Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C.—Prof. Belleza dos Santos, da U. C.—Prof. Bento Carqueja, da U. P.—Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M.—Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*.—Prof. Elisio de Moura, da U. C.—Prof. Eugénio de Castro, da U. C.—Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T.—Prof. Fezas Vital, da U. C.—Prof. Fortunato de Almeida, do L. C.—Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C.—Almirante C. V. Gago Coutinho.—Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L.—Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*.—Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C.—Prof. Luciano P. da Silva, da U. C., D. E. N. S.—Prof. Mendes Corrêa, da U. P.—Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C.—Prof. Paulo Merêa, da U. L.—Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L.—Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C.—Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S.—Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S.—Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A.—Prof. H. Teixeira Bastos, D. da secção de sciências físico químicas da U. C.—Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Candido Sotto Mayor — Marquez de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães.

INDEX

<i>Boletim do Instituto</i>	503
<i>Noticia do Congresso de Coimbra</i>	508
<i>Sessão Inaugural do Congresso celebrada na sala dos actos grandes da Universidade de Coimbra, no dia 14 de Junho de 1925</i>	514
<i>Sessão de Encerramento do Congresso</i>	598
<i>Correspondência relativo ao Congresso</i>	614
<i>Portaria de Louvor</i>	623
<i>Trabalhos scientificos anunciados e na quasi totalidade apresentados ao Congresso</i>	624
<i>Quelques observations au rapport du professeur Ross</i>	646
<i>Livros recebidos</i>	693



COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS HONORÁRIOS

Prof. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, da Universidade de Coimbra. — Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto, Antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, da I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elisio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Luciano P. da Silva, da U. C., D. E. N. S. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da secção de sciências físico-químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS HONORÁRIOS

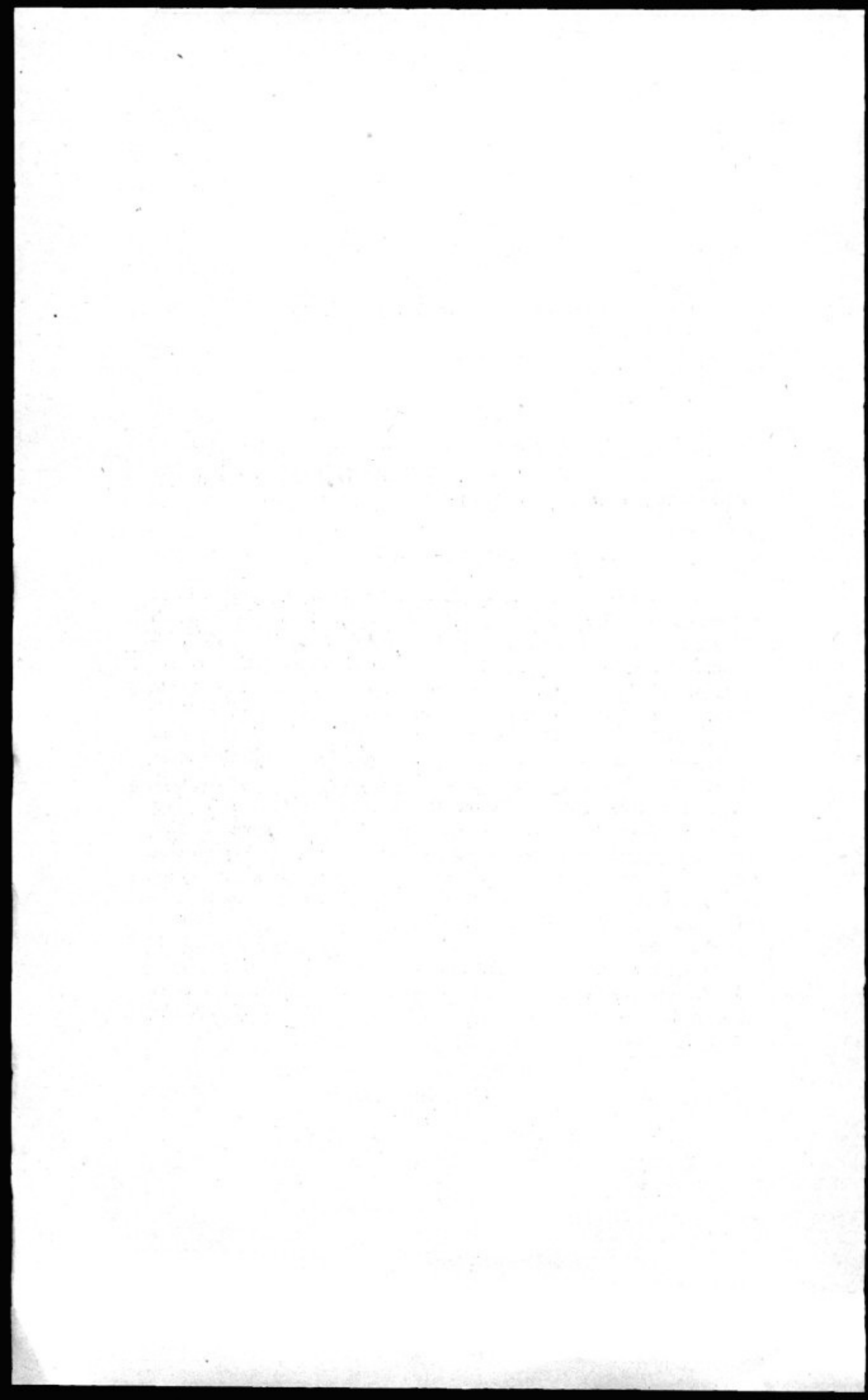
Prof. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, da Universidade de Coimbra. — Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto, Antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, da I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lobo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elisio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Luciano P. da Silva, da U. C., D. E. N. S. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da secção de sciências físico-químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

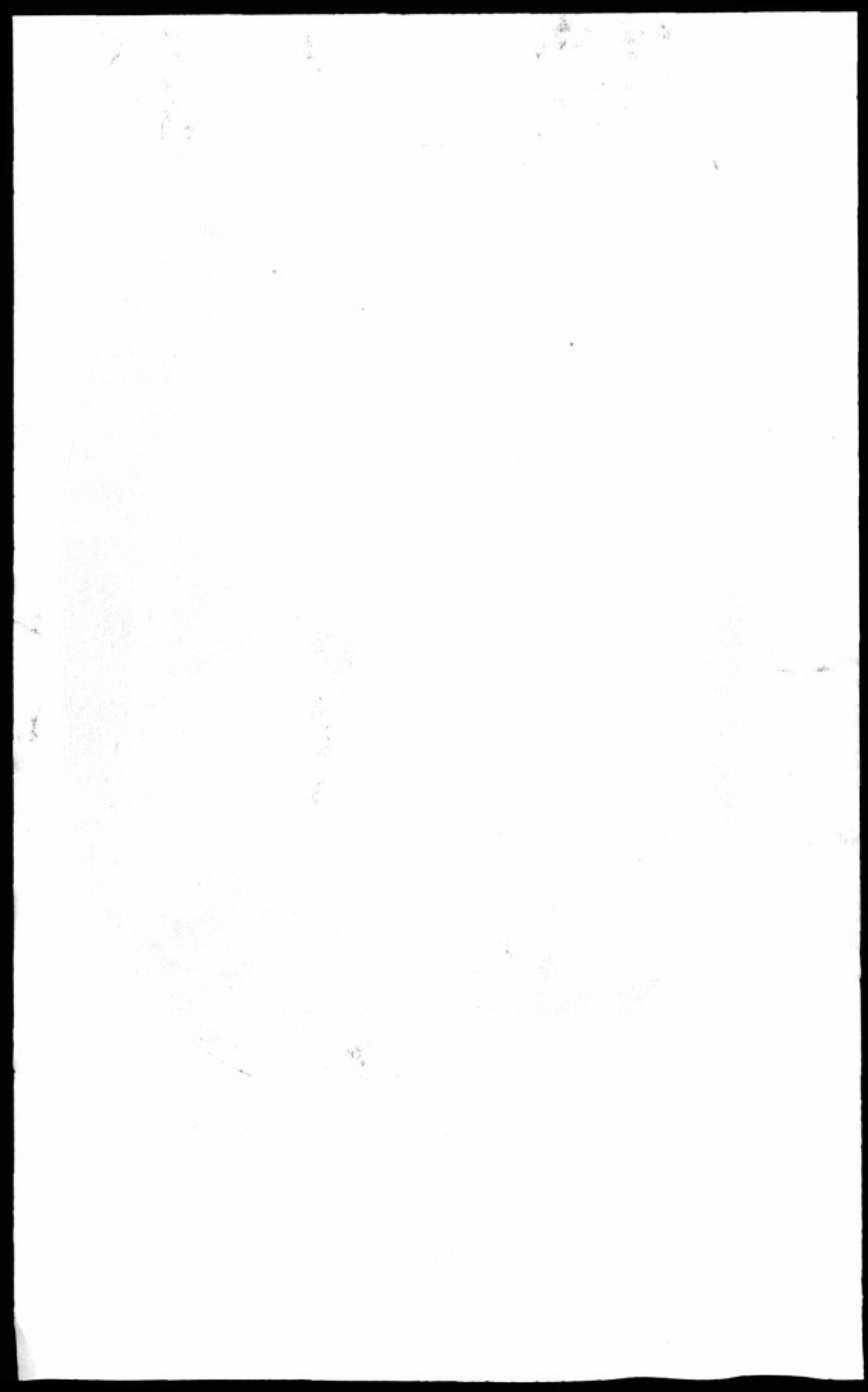
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

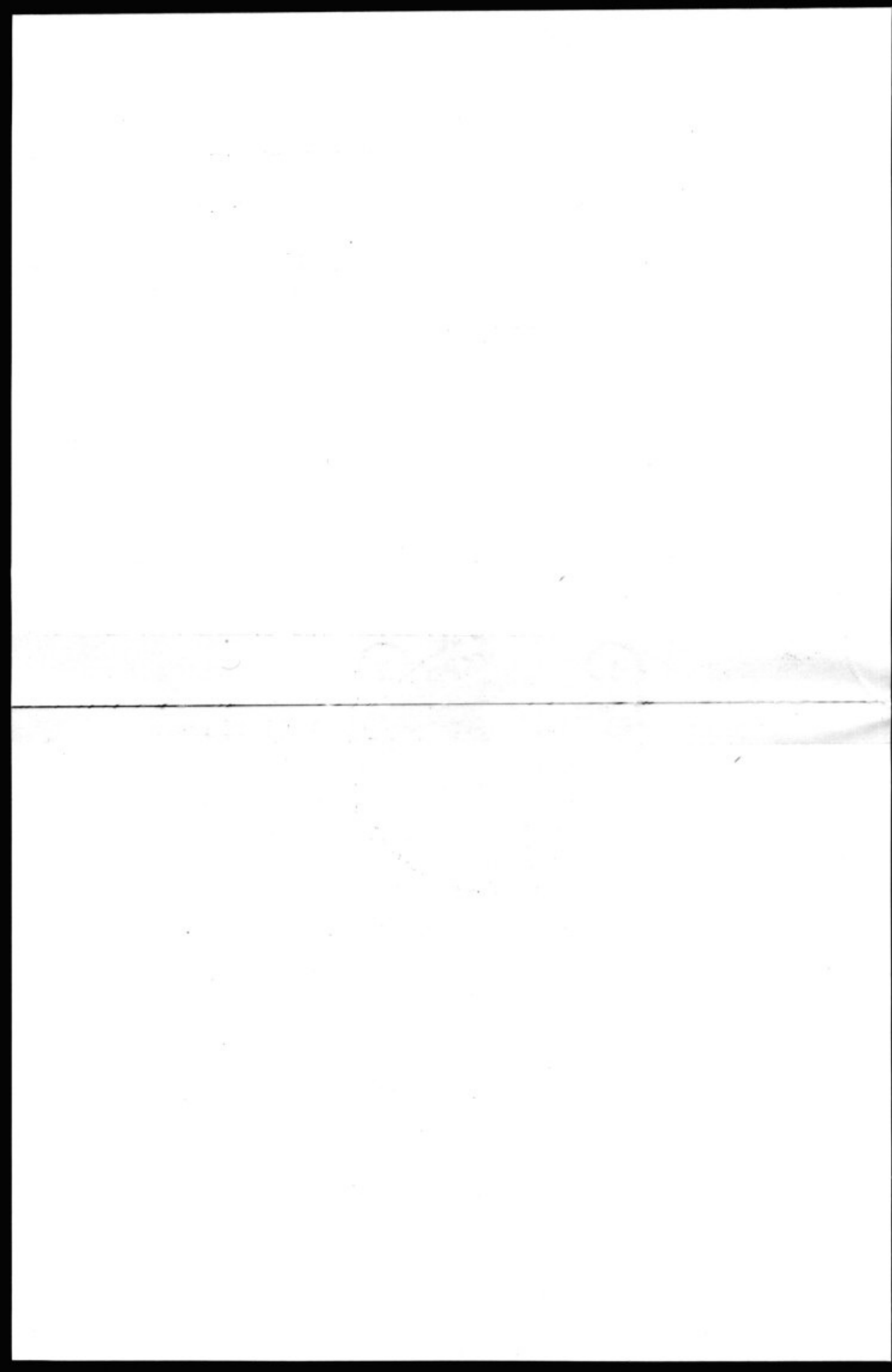
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA





DR. A. J. FERREIRA DA SILVA





ÍNDICE POR AUTORES

	Pág.
ALMEIDA (FORTUNATO DE) — Os últimos dias de Vasco da Gama...	28
— Causas da decadência do Império Português	367
ALMEIDA RIBEIRO (FERNANDO DE) — Influência do «Laurus Cinnamomum» na harmonia dos sexos	330
CARDOSO DE OLIVEIRA (J. M.) — Carta dirigida ao Instituto de Coimbra, por S. Ex. ^a o Embaixador do Brasil.....	16
— Discurso proferido na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	575
CARRISSO (Luís) — Extracto do discurso pronunciado em 16 de Maio de 1925 no Instituto Botânico «Dr. Júlio Henriques».....	248
CARVALHO (JOAQUIM DE) — Discurso pronunciado na sessão de encerramento do Congresso de Coimbra	601
COELHO DA SILVA (D. MANUEL LUÍS) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	522
COSTA LOBO (F. M. DA) — A astronomia em Portugal na actualidade (Discurso inaugural do Congresso de Coimbra).....	535
— Discurso pronunciado na sessão de encerramento do Congresso de Coimbra	609
CUNHA (PEDRO JOSÉ DA) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	586
DIAS DE ANDRADE — Oração pronunciada na Sé Catedral de Coimbra	60
DIEHL (CH.) — Impressions de Coimbre.. ..	223
FERRAZ DE CARVALHO (ANSELMO) — O estudo actual dos tremores de terra	87
FIGUEIREDO DA GUERRA (LUÍS DE) — Tórres solarengas do Alto Minho.....	415
FREIRE (BASÍLIO) — Saúdação pronunciada na sessão de encerramento do Congresso de Coimbra.....	598
GARCIA MERCET (RICARDO) — Discurso pronunciado na sessão de encerramento do Congresso de Coimbra	603

ÍNDICE POR AUTORES

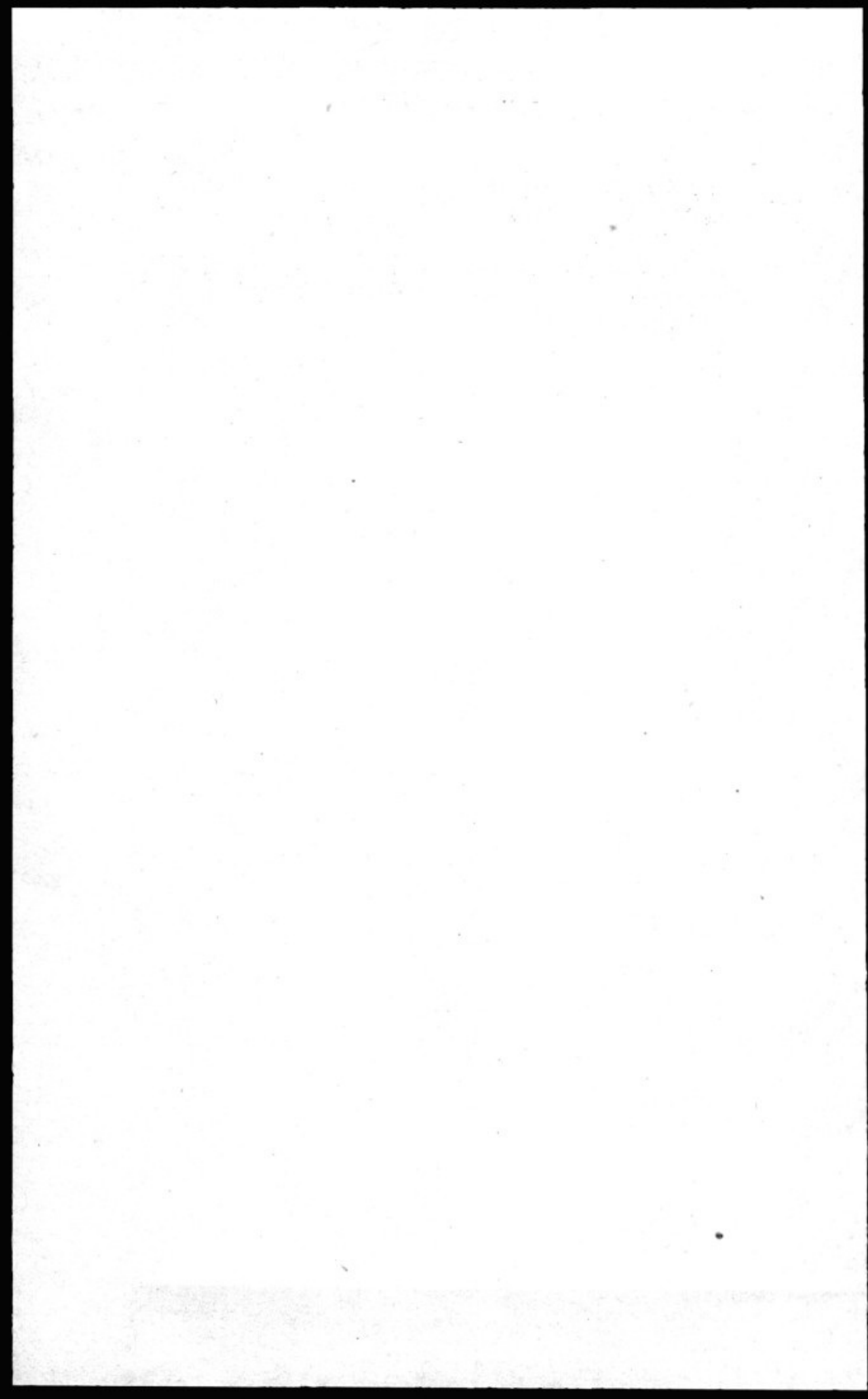
	Pág.
ALMEIDA (FORTUNATO DE) — Os últimos dias de Vasco da Gama...	28
— Causas da decadência do Império Português	367
ALMEIDA RIBEIRO (FERNANDO DE) — Influência do «Laurus Cinnamomum» na harmonia dos sexos	330
CARDOSO DE OLIVEIRA (J. M.) — Carta dirigida ao Instituto de Coimbra, por S. Ex. ^a o Embaixador do Brasil.....	16
— Discurso proferido na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	575
CARRISSO (Luís) — Extracto do discurso pronunciado em 16 de Maio de 1925 no Instituto Botânico «Dr. Júlio Henriques».....	248
CARVALHO (JOAQUIM DE) — Discurso pronunciado na sessão de encerramento do Congresso de Coimbra	601
COELHO DA SILVA (D. MANUEL LUÍS) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	522
COSTA LOBO (F. M. DA) — A astronomia em Portugal na actualidade (Discurso inaugural do Congresso de Coimbra).....	535
— Discurso pronunciado na sessão de encerramento do Congresso de Coimbra	609
CUNHA (PEDRO JOSÉ DA) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	586
DIAS DE ANDRADE — Oração pronunciada na Sé Catedral de Coimbra	60
DIEHL (CH.) — Impressions de Coimbre.. ..	223
FERRAZ DE CARVALHO (ANSELMO) — O estudo actual dos tremores de terra	87
FIGUEIREDO DA GUERRA (LUÍS DE) — Tôrres solarengas do Alto Minho.....	415
FREIRE (BASÍLIO) — Saúdação pronunciada na sessão de encerramento do Congresso de Coimbra.....	598
GARCIA MERCET (RICARDO) — Discurso pronunciado na sessão de encerramento do Congresso de Coimbra	603

	Pág.
GÓMEZ DE BAQUERO (E) — Don Juan Valera, humanista.....	40
GOMES TEIXEIRA (F.) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	525
GUIMARÃES (VITORINO) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	590
HENRIQUES (JÚLIO) — Mensagem lida em 16 de Maio de 1925 no Instituto Botânico «Dr. Júlio Henriques».....	262
KRYLOFF (N.) — Sur une nouvelle méthode, basée sur le principe de minimum, pour l'integration approchée des équations différentielles de la physique mathématique.....	286
LARANJO COELHO (P. M.) — Inéditos de Mousinho da Silveira.....	307
MALUQUER Y SALVADOR (J.) — União internacional do seguro popular (1905-1924).....	176
MERCIER (CARDEAL D. J.) — Vers l'unité.....	135
PADILLA (D. ALEJANDRO) — Discurso pronunciado na sessão do Congresso de Coimbra.....	531
PEREIRA FORJAZ (D. ANTÓNIO) — A vida dum homem — Ferreira da Silva (1853-1925).....	481
PEREIRA DA SILVA (LUCIANO) — O «roteiro» da primeira viagem do Gama e a suposta conjuração.....	184
PERRIER (COLONEL) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	582
POINCARÉ (RAYMOND) — Politique mondiale — Le traité de Versailles.....	5
PICARD (EMILE) — Sur une équation integrale singulière du type de Fredholm.....	20
ROCHA BRITO (A. DA) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	520
SERVAIS (CL.) — Sur les courbes gauches du troisième ordre.....	161
— Alocução pronunciada na sessão, inaugural do Congresso de Coimbra.....	585
— Alocução pronunciada na sessão de encerramento do Congresso de Coimbra.....	608
SOUSA VITERBO — Subsídios para a história da música em Portugal.....	292, 466
TEIXEIRA GOMES (MANUEL) — Mensagem lida na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	514
VALVERDE (CALISTO) — Mensagem dirigida ao Congresso de Coimbra.....	611

	Pág.
GÓMEZ DE BAQUERO (E) — Don Juan Valera, humanista.....	40
GOMES TEIXEIRA (F.) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	525
GUIMARÃES (VITORINO) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	590
HENRIQUES (JÚLIO) — Mensagem lida em 16 de Maio de 1925 no Instituto Botânico «Dr. Júlio Henriques».....	262
KRYLOFF (N.) — Sur une nouvelle méthode, basée sur le principe de minimum, pour l'integration approchée des équations différentielles de la physique mathématique.....	286
LARANJO COELHO (P. M.) — Inéditos de Mousinho da Silveira.....	307
MALUQUER Y SALVADOR (J.) — União internacional do seguro popular (1905-1924).....	176
MERCIER (CARDEAL D. J.) — Vers l'unité.....	135
PADILLA (D. ALEJANDRO) — Discurso pronunciado na sessão do Congresso de Coimbra.....	531
PEREIRA FORJAZ (D. ANTÓNIO) — A vida dum homem — Ferreira da Silva (1853-1925).....	481
PEREIRA DA SILVA (LUCIANO) — O «roteiro» da primeira viagem do Gama e a suposta conjuração.....	184
PERRIER (COLONEL) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	582
POINCARÉ (RAYMOND) — Politique mondiale — Le traité de Versailles.....	5
PICARD (EMILE) — Sur une équation integrale singulière du type de Fredholm.....	20
ROCHA BRITO (A. DA) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	520
SERVAIS (CL.) — Sur les courbes gauches du troisième ordre.....	161
— Alocução pronunciada na sessão, inaugural do Congresso de Coimbra.....	585
— Alocução pronunciada na sessão de encerramento do Congresso de Coimbra.....	608
SOUSA VITERBO — Subsídios para a história da música em Portugal.....	292, 466
TEIXEIRA GOMES (MANUEL) — Mensagem lida na sessão inaugural do Congresso de Coimbra.....	514
VALVERDE (CALISTO) — Mensagem dirigida ao Congresso de Coimbra.....	611

	Pág.
VASCONCELOS (ERNESTO DE) — Early portuguese explorations of the North American coast.. .. .	217
VILHENA (HENRIQUE DE) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra	515
VORETZSCH (E. A.) — Manuscritos das bibliotecas de Portugal relativos ao Extremo Oriente.....	266

	Pág.
VASCONCELOS (ERNESTO DE) — Early portuguese explorations of the North American coast.. .. .	217
VILHENA (HENRIQUE DE) — Discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso de Coimbra	515
VORETZSCH (E. A.) — Manuscritos das bibliotecas de Portugal relativos ao Extremo Oriente.....	266



ÍNDICE POR ARTIGOS

	Pág.
Actualidades científicas:	
Elipsoide de referência internacional	363
Boletim do Instituto:	
Assembleia Geral de 14 de Dezembro de 1924.....	1
Assembleia Geral de 29 de Março de 1925.....	503
Carta dirigida ao Instituto de Coimbra por S. Ex. ^a o Embaixador do Brasil.....	16
Causas da decadência do Império português por FORTUNATO DE ALMEIDA	367
Celebração (A) em Madrid do 4. ^o centenário do nascimento de Camões	67
Congresso mixto das Associações Portuguesa e Espanhola para o Progreso das Sciências:	
Notícia do Congresso de Coimbra	508
Sessão inaugural do Congresso celebrada na Sala dos Actos grandes da Universidade de Coimbra, no dia 14 de Junho de 1925:	
Mensagem de S. Ex. ^a , o Senhor Presidente da República portuguesa lida pelo Ex. ^{mo} Sr. Presidente do Ministério.	514
Discurso do Ex. ^{mo} Sr. Reitor da Universidade de Coimbra, prof. HENRIQUE DE VILHENA.....	515
Discurso do representante da Junta Geral do Distrito de Coimbra, Dr. A. DA ROCHA BRITO	520
Discurso do Ex. ^{mo} e Rev. ^{mo} Senhor Bispo de Coimbra, D. MANUEL LUÍS COELHO DA SILVA	522
Discurso do Dr. F. GOMES TEIXEIRA, Reitor honorário da Universidade do Porto e Presidente da Associação Portuguesa para o progresso das sciências.....	525
Discurso do Ex. ^{mo} Plénipotenciário de S. M. o Rei de Espanha e representante do Governo Espanhol D. ALEJANDRO PADILLA	531

ÍNDICE POR ARTIGOS

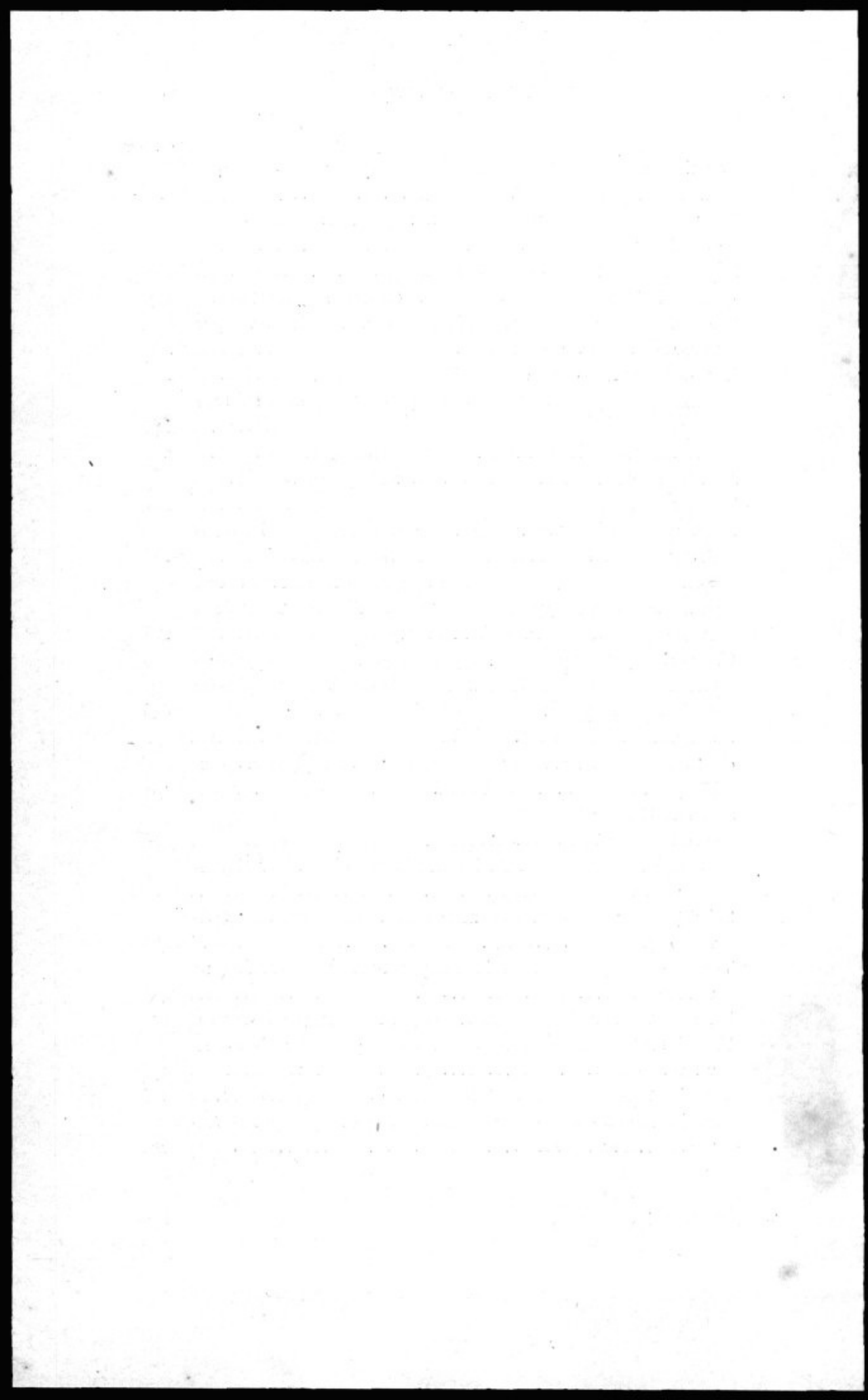
	Pág.
Actualidades científicas:	
Elipsoide de referência internacional	363
Boletim do Instituto:	
Assembleia Geral de 14 de Dezembro de 1924.....	1
Assembleia Geral de 29 de Março de 1925.....	503
Carta dirigida ao Instituto de Coimbra por S. Ex. ^a o Embaixador do Brasil.....	16
Causas da decadência do Império português por FORTUNATO DE ALMEIDA	367
Celebração (A) em Madrid do 4. ^o centenário do nascimento de Camões	67
Congresso mixto das Associações Portuguesa e Espanhola para o Progreso das Sciências:	
Notícia do Congresso de Coimbra	508
Sessão inaugural do Congresso celebrada na Sala dos Actos grandes da Universidade de Coimbra, no dia 14 de Junho de 1925:	
Mensagem de S. Ex. ^a , o Senhor Presidente da República portuguesa lida pelo Ex. ^{mo} Sr. Presidente do Ministério.	514
Discurso do Ex. ^{mo} Sr. Reitor da Universidade de Coimbra, prof. HENRIQUE DE VILHENA.....	515
Discurso do representante da Junta Geral do Distrito de Coimbra, Dr. A. DA ROCHA BRITO	520
Discurso do Ex. ^{mo} e Rev. ^{mo} Senhor Bispo de Coimbra, D. MANUEL LUÍS COELHO DA SILVA	522
Discurso do Dr. F. GOMES TEIXEIRA, Reitor honorário da Universidade do Porto e Presidente da Associação Portuguesa para o progresso das sciências.....	525
Discurso do Ex. ^{mo} Plénipotenciário de S. M. o Rei de Espanha e representante do Governo Espanhol D. ALEJANDRO PADILLA	531

	Pág.
Discurso inaugural do Congresso, pronunciado pelo Dr. F. M. DA COSTA LOBO (A astronomia em Portugal na actualidade)	535
Discurso do Delegado do Brasil e seu Embaixador em Portugal, Dr. J. M. CARDOSO DE OLIVEIRA	575
Discurso do representante da Associação Francesa para o avanço das sciências, Mr. le COLONEL PERRIER.....	582
Alocução proferida pelo representante da Academia Real da Bélgica e da Universidade de Gand, prof. CL. SERVAIS	585
Discurso do representante dos Estabelecimentos scientificos, Dr. PEDRO JOSÉ DA CUNHA, Reitor da Universidade de Lisboa.	586
Discurso do representante de S. Ex. ^a o Presidente da República, prof. VITORINO GUIMARÃES, Presidente do Ministério	590
Sessão de encerramento do Congresso:	
Saúdação em honra do eminente professor e Reitor da Universidade de Madrid, Senhor D. JOSÉ CARRACIDO, pronunciada pelo prof. BASÍLIO FREIRE.....	598
Discurso do secretário Geral da Comissão Executiva do Congresso, prof. JOAQUIM DE CARVALHO.....	701
Discurso do Secretário Geral da Associação Espanhola para o Progresso das Sciências, Ex. ^{mo} Senhor RICARDO GARCIA MERCET	603
Alocução do representante da Academia Real da Bélgica e da Universidade de Gand, prof. CL. SERVAIS.....	608
Discurso do presidente da Comissão executiva do Congresso, prof. F. M. DA COSTA LOBO	609
Mensagem do Reitor da Universidade de Valhadolid, Dr. CALISTO VALVERDE	611
Correspondência relativa ao Congresso.	614
Portaria de Louvor.....	623
Trabalhos scientificos anunciados e na quasi totalidade apresentados ao Congresso.....	624
Associação Portuguesa para o Progresso das Sciências	642
«Comités» para o Congresso de Coimbra.....	643
Courbes (Sur les) gauches du troisieme ordre por CL. SERVAIS ...	161
Early portuguese explorations of the North American coast por ERNESTO DE VASCONCELOS	217

	Pág.
Discurso inaugural do Congresso, pronunciado pelo Dr. F. M. DA COSTA LOBO (A astronomia em Portugal na actualidade)	535
Discurso do Delegado do Brasil e seu Embaixador em Portugal, Dr. J. M. CARDOSO DE OLIVEIRA	575
Discurso do representante da Associação Francesa para o avanço das sciências, Mr. le COLONEL PERRIER.....	582
Alocução proferida pelo representante da Academia Real da Bélgica e da Universidade de Gand, prof. CL. SERVAIS	585
Discurso do representante dos Estabelecimentos scientificos, Dr. PEDRO JOSÉ DA CUNHA, Reitor da Universidade de Lisboa.	586
Discurso do representante de S. Ex. ^a o Presidente da República, prof. VITORINO GUIMARÃES, Presidente do Ministério	590
Sessão de encerramento do Congresso:	
Saúdação em honra do eminente professor e Reitor da Universidade de Madrid, Senhor D. JOSÉ CARRACIDO, pronunciada pelo prof. BASÍLIO FREIRE.....	598
Discurso do secretário Geral da Comissão Executiva do Congresso, prof. JOAQUIM DE CARVALHO.....	701
Discurso do Secretário Geral da Associação Espanhola para o Progresso das Sciências, Ex. ^{mo} Senhor RICARDO GARCIA MERCET	603
Alocução do representante da Academia Real da Bélgica e da Universidade de Gand, prof. CL. SERVAIS.....	608
Discurso do presidente da Comissão executiva do Congresso, prof. F. M. DA COSTA LOBO ..	609
Mensagem do Reitor da Universidade de Valhadolid, Dr. CALISTO VALVERDE	611
Correspondência relativa ao Congresso.	614
Portaria de Louvor.....	623
Trabalhos scientificos anunciados e na quasi totalidade apresentados ao Congresso.....	624
Associação Portuguesa para o Progresso das Sciências	642
«Comités» para o Congresso de Coimbra.....	643
Courbes (Sur les) gauches du troisieme ordre por CL. SERVAIS ...	161
Early portuguese explorations of the North American coast por ERNESTO DE VASCONCELOS	217

	Pág.
Equation (Sur une) integrale singuliere du type de Fredholm por EMILE PICARD	20
Estudo (O) actual dos tremores de terra por ANSELMO FERRAZ DE Carvalho	87
Impressions de Coïmbre por CH. DIEHL.....	223
Inéditos de Mousinho da Silveira por P. M. LARANJO COELHO.....	307
Influência do «Laurus Cinnamomum», a harmonia dos sexos por FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO	330
Instituto Botânico «Dr. Júlio Henriques»	247
Extracto do discurso pronunciado pelo Ex. ^{mo} Senhor Dr. Luís CARRISSO	248
Mensagem do Ex. ^{mo} Senhor Dr. JÚLIO HENRIQUES	262
Juan (Don) Valera, humanista por E. GOMEZ DE BAQUERO	40
Livros recebidos	244
Manuscritos das bibliotecas de Portugal relativos ao Extremo Oriente por E. A. VORETZSCH.....	266
Nouvelle (Sur une) méthode, basée sur le principe de minimum, pour l'intégration approchée des équations différentielles de la physique mathématique por N. KRYLOFF.....	286
Observations (Quelques) au Rapport du professeur Ross presen- tées comme élément d'information à la Comission temporaire de l'Esclavage de la Société des Nations	646
Politique mondiale — Le traité de Versailles por RAYMOND POINCARÉ	5
«Roteiro» (O) da primeira viagem do Gama e a suposta conjura- ção por LUCIANO PEREIRA DA SILVA.....	184
Sacadura Cabral:	
Notas biográficas.....	56
Oração pronunciada na Sé Catedral de Coimbra por Monse- nhor DIAS DE ANDRADE	60
Subsídios para a história da musica em Portugal por SOUSA VI- TERBO.....	292, 466
Torres solarengas do Alto Minho por LUÍS DE FIGUEIREDO DA GUERRA	415
Últimos (Os) dias de Vasco da Gama por FORTUNATO DE ALMEIDA.	28
União internacional do seguro popular (1905-1924) por J. MALUQUER Y SALVADOR.....	176
Vers l'unité pelo Cardeal D. J. MERCIER	135
Vida (A) dum homem — Ferreira da Silva (1853-1923) por D. AN- TÓNIO PEREIRA FORJAZ	481

	Pág.
Equation (Sur une) integrale singuliere du type de Fredholm por EMILE PICARD	20
Estudo (O) actual dos tremores de terra por ANSELMO FERRAZ DE Carvalho	87
Impressions de Coimbre por CH. DIEHL.....	223
Inéditos de Mousinho da Silveira por P. M. LARANJO COELHO.....	307
Influência do «Laurus Cinnamomum», a harmonia dos sexos por FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO	330
Instituto Botânico «Dr. Júlio Henriques»	247
Extracto do discurso pronunciado pelo Ex. ^{mo} Senhor Dr. Luís CARRISSO	248
Mensagem do Ex. ^{mo} Senhor Dr. JÚLIO HENRIQUES	262
Juan (Don) Valera, humanista por E. GOMEZ DE BAQUERO	40
Livros recebidos	244
Manuscritos das bibliotecas de Portugal relativos ao Extremo Oriente por E. A. VORETZSCH.....	266
Nouvelle (Sur une) méthode, basée sur le principe de minimum, pour l'intégration approchée des équations différentielles de la physique mathématique por N. KRYLOFF.....	286
Observations (Quelques) au Rapport du professeur Ross presen- tées comme élément d'information à la Commission temporaire de l'Esclavage de la Société des Nations	646
Politique mondiale — Le traité de Versailles por RAYMOND POINCARÉ	5
«Roteiro» (O) da primeira viagem do Gama e a suposta conjura- ção por LUCIANO PEREIRA DA SILVA.....	184
Sacadura Cabral:	
Notas biográficas.....	56
Oração pronunciada na Sé Catedral de Coimbra por Monse- nhor DIAS DE ANDRADE	60
Subsídios para a história da musica em Portugal por SOUSA VI- TERBO.....	292, 466
Torres solarengas do Alto Minho por LUÍS DE FIGUEIREDO DA GUERRA	415
Últimos (Os) dias de Vasco da Gama por FORTUNATO DE ALMEIDA.	28
União internacional do seguro popular (1905-1924) por J. MALUQUER Y SALVADOR.....	176
Vers l'unité pelo Cardeal D. J. MERCIER	135
Vida (A) dum homem — Ferreira da Silva (1853-1923) por D. AN- TÓNIO PEREIRA FORJAZ	481



BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 29 DE MARÇO DE 1925

Aos 29 dias do mês de Março de 1925, reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. COSTA LOBO.

Abriu a sessão pela leitura do relatório e contas do exercício findo, e, como nenhum dos sócios presentes pedisse a palavra, foram estes dois documentos postos à votação e aprovados por unanimidade.

Passando-se à eleição dos corpos gerentes para o biénio de 1925 e 1926, a votação deu o seguinte resultado:

DIRECÇÃO

Presidente — Prof. COSTA LOBO.

Vice-Presidente — Prof. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO

1.º Secretário — Prof. LUÍS CABRAL MONCADA.

2.º Secretário — Prof. ALBERTO PESSOA.

Tesoureiro — B.^{el} VAZ SERRA.

1.ª CLASSE

SCIÊNCIAS MORAIS E SOCIAIS

Director — Prof. FESAS VITAL.

Vice-Director — Prof. J. BELEZA DOS SANTOS.

Secretário — B.^{el} AUGUSTO SOBRAL.

Vice-Secretário — B.^{el} A. COSTA RODRIGUES.

1.ª SECÇÃO

SCIÊNCIAS MORAIS

Prof. FESAS VITAL.

Prof. FERRAND PIMENTEL DE ALMEIDA.

Prof. FORTUNATO DE ALMEIDA.

2.ª SECÇÃO

JURISPRUDÊNCIA

Prof. MANUEL RODRIGUES.

Prof. J. BELEZA DOS SANTOS.

B.º AUGUSTO SOBRAL.

3.ª SECÇÃO

SCIÊNCIAS ECONÓMICAS E ADMINISTRATIVAS

Prof. MANUEL RODRIGUES.

Prof. MARIO DE FIGUEIREDO.

B.º A. COSTA RODRIGUES.

2.ª CLASSE

SCIÊNCIAS FÍSICO-MATEMÁTICAS

Director — Prof. J. J. DANTAS SOUTO RODRIGUES.

Vice-Director — Prof. H. TEIXEIRA BASTOS.

Secretário — Prof. JOÃO JOSÉ PEREIRA DIAS.

Vice-Secretário — Prof. VICENTE GONÇALVES.

1.ª SECÇÃO

SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS

Prof. LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

Prof. DIOGO PACHECO DE AMORIM.
Prof. JOÃO JOSÉ PEREIRA DIAS.

2.ª SECÇÃO

SCIÊNCIAS HISTÓRICO-NATURAIS

Prof. JÚLIO HENRIQUES.
Prof. EUSÉBIO TAMAGNINI.
Prof. LUÍS W. CARRIÇO.

3.ª SECÇÃO

MEDICINA

Prof. ELÍSIO DE MOURA.
Prof. ALMEIDA RIBEIRO.
Dr. VICENTE ROCHA.

3.ª CLASSE

LITERATURA E BELAS ARTES

Director — Prof. JÚLIO HENRIQUES.
Vice-Director — Prof. J. G. BARROS E CUNHA.
Secretário — Prof. AMADEU FERRAZ DE CARVALHO.
Vice-Secretário — BELISÁRIO PIMENTA.

1.ª SECÇÃO

LITERATURA

Prof. EUGÉNIO DE CASTRO.*
Prof. JOAQUIM DE CARVALHO.
B.º AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO.

2.^a SECÇÃO

BELAS ARTES

Prof. ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES.

Prof. VERGÍLIO CORREIA.

Prof. BELISÁRIO PIMENTA.

O Presidente congratulou-se com o êxito obtido com a publicação da nova série de *O Instituto*, e deu conta de terem sido recebidos numerosos e valiosos originais, e testemunhou quanto era digno do reconhecimento do Instituto a valiosíssima acção que tem sido exercida pelos Profs. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO, JOAQUIM DE CARVALHO, ALBERTO CUPERTINO PESSOA e AMADEU FERRAZ DE CARVALHO, Vice-Presidente e Secretários desta Revista.

Em seguida foi resolvido que o Instituto colabore intensamente no próximo Congresso que nesta cidade vão realizar as Associações espanhola e portuguesa para o Progresso das Sciências, e sejam dadas especiais demonstrações de consideração aos Sócios estrangeiros do Instituto que venham aqui nessa ocasião.

Pelo Presidente foi comunicado que em breve terão lugar as conferências que virão realizar no Instituto os Sócios L. D'AZAMBUJA, Astrónomo do Observatório de Meudon, Prof. MENDES CORREIA e do Prof. MR. G. KÖNIGS do Instituto de França, e que manifestou aos Profs. STEPHANE BAUER e FORTUNATO DE ALMEIDA o reconhecimento do Instituto pelas admiráveis conferências ultimamente realizadas.

A eleição de sócios a que em seguida se procedeu, deu o seguinte resultado:

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Prof. FRANCISCO ANTÓNIO CORREIA, Director do Instituto Superior de Comércio.

Prof. MOSES BENSABAT AMZALAK, do Instituto Superior de Comércio.

Dr. CARLOS DE MELO, médico e publicista.

Prof. VICENTE FERREIRA, do Instituto Superior Técnico.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

CONDE DE LA MORTERA, da Real Academia de História de Madrid.

Prof. STEPHANE BAUER, da Universidade de Bâle.

Prof. B. SCHÄDEL, da Universidade de Hamburgo, Director do Instituto Ibero-Americano.

Dr. GERHARD MOLDENHAUER, Doutor em Filosofia pela Universidade de Halle.

Dr. LARMOOR, Professor da Universidade de Cambridge.

Dr. ZEEMAN, Professor da Universidade de Haia.

Prof. CARLOS E. PORTER, Director do Museu e Laboratório de Zoologia aplicada de Santiago de Chile e fundador e director da «Revista Chilena de História Natural e dos Anales de Zoologia Aplicada».

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu CABRAL DE MONCADA, lavrei a presente acta.

(aa.) F. M. DA COSTA LOBO.
CABRAL DE MONCADA.

NOTÍCIA DO CONGRESSO DE COIMBRA

Realizou-se em Coimbra, nos dias 14 a 19 de Junho, o segundo congresso conjunto, em Portugal, das Associações Portuguesa e Espanhola para o Avanço das Ciências. Em 8 secções — Ciências matemáticas, Astronomia e Física do Globo, Ciências Físico-Químicas, Ciências Naturais, Ciências Sociais, Ciências Históricas, Filosóficas e Filológicas, Ciências Médicas e Aplicações — se repartiram os trabalhos deste Congresso, que pelo valor e número das conferências e comunicações, adiante indicadas, constituiu uma notável afirmação de cultura, valorizado ainda pela forma elevada e disciplinada como decorreram os trabalhos e pela cordealidade de relações entre os congressistas.

Foram numerosas e das mais distintas as representações e delegações ao Congresso de Coimbra. O Govêrno da República, pelos Ex.^{mo} Presidente do Ministério, que representava também Sua Ex.^a o Presidente da República, e Ministro da Instrução, o Brasil, a Espanha, a Alemanha, a Noruega, a Venezuela, pelos seus ministros acreditados em Lisboa, a Itália, pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. J. M. de Queirós Veloso, tôdas as sociedades e institutos scientificos portugueses, grande parte dos Institutos espanhóis, o Instituto de França, a Academia Real da Bélgica e as Associações Francesa e Inglesa para o Avanço das Ciências enviaram delegados, que além de desempenharem as comissões que os trouxeram a Coimbra, colaboraram nos próprios trabalhos do Congresso. A Universidade de Coimbra, em especial, dispensou uma notável

assistência, afirmando por intermédio do seu Reitor e professores uma colaboração que nitidamente patenteou os progressos scientificos dêste estabelecimento; mas não deve esquecer-se o valioso auxílio que a comissão executiva do Congresso encontrou em tôdas as Instituições conimbricenses, como a Junta Geral do Distrito, a Câmara Municipal e a Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra. O Instituto honra-se em consagrar êste número do seu jornal ao Congresso de Coimbra, arquivando os discursos e documentos relativos às sessões de abertura e de encerramento que foi possível obter.

*
* *

A sessão inaugural teve lugar no dia 14, às 14 horas e meia, na sala dos actos grandes da Universidade, com a maior solenidade e brilhantismo. Presidiu à sessão o Ex.^{mo} Presidente do Ministério, Prof. Vitorino Guimarães, representante de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República. À sua direita sentaram-se os Ex.^{mos} Srs. Ministro da Instrução Pública, Bispo de Coimbra, Governador Civil, Embaixadores de Espanha e Brasil, que representava também o ministro de Cuba, ministros da Alemanha, Noruega, Venezuela, General Simas Machado, Comandante da 5.^a Divisão; à esquerda, o Prof. Henrique de Vilhena, Reitor da Universidade de Coimbra, Visconde d'Eza, Vice-Presidente da Associação Espanhola para o Avanço das Ciências, Mr. G. Königs, Representante do Instituto de França, Coronel Perrier, Secretário da Associação Francesa para o Avanço das Ciências, M. Servais, Representante da Academia Real da Bélgica, Coronel Rica, Representante da Associação Britânica para o Avanço das Ciências, Dr. F. Gomes Teixeira, Presidente da Associação Portuguesa para o Avanço das Ciências, Dr. F. M. da Costa Lobo, Presidente da Comissão Executiva do

Congresso, Dr. J. M. de Queirós Veloso, Director Geral do Ensino Superior e Representante do Ministro de Itália, Dr. Pedro José da Cunha, Reitor da Universidade de Lisboa, Dr. Mendes Correia, Secretário Geral da Associação Portuguesa para o Avanço das Sciências, Drs. A. Ferraz de Carvalho, Eugénio de Castro e Luciano Pereira da Silva, Vice-Presidentes da Comissão Executiva do Congresso, Dr. Joaquim de Carvalho, Secretário Geral da Comissão Executiva do Congresso, Dr. Alberto Cupertino Pessoa e Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho, Seretários da Comissão Executiva, Dr. A. da Rocha Brito, Representante da Junta Geral do Distrito e M. Gomes de Almeida, Presidente da Associação Académica de Coimbra.

Alguns dos discursos pronunciados nesta sessão são adiante publicados na íntegra.

Todos os oradores foram calorosamente aplaudidos, e com entusiasmo foram aclamados os nomes dos Drs. F. Gomes Teixeira e F. M. da Costa Lobo.

À noite realizou-se no Paço das Escolas a recepção dos congressistas e suas famílias, que foi uma festa brilhantíssima.

No dia seguinte, às 10 horas, inauguraram-se os trabalhos de tôdas as secções, e às 12 horas realizou-se na Sala dos Actos Grandes o doutoramento *honoris causa* do Dr. Leonardo Tôrres Quevedo, com o qual a Universidade de Coimbra quis honrar num sábio eminente a sciência espanhola.

As 15 horas o sr. Felix de Llanos y Torriglia fez uma conferência, em sessão plenária, sôbre «Portugal no Museu do Prado», e à noite realizou-se na Sala do Senado Universitário o banquete oferecido pela Universidade ao seu novo Doutor, D. Leonardo Torres Quevedo, e no Jardim Botânico um *garden party* em honra dos congressistas.

No dia 16, das 9 às 11 horas decorreram em tôdas as secções os trabalhos do congresso, com grande concorrência

de congressistas, tendo às 11 horas o Dr. Cardoso de Oliveira, Embaixador do Brasil, proferido em sessão plenária, na Sala dos Capelos, uma conferência sobre «As sciências sociais e a diplomacia no Brasil». À tarde, às 16 horas realizou o Dr. Gomes Teixeira, na mesma Sala e igualmente em sessão plenária, uma conferência sobre «A vida e obra de José Anastácio da Cunha». E nas respectivas secções realizaram conferências os Srs. Königs, sobre «A obra de Sadi Carnot e os fundamentos da termo-dinâmica», o Sr. José M.^a de Acosta, sobre «A crítica literária em Espanha e os seus praticantes», e o Prof. Carlos França, sobre «Os portugueses da renascença, a medicina tropical e a parasitologia».

No dia 17 realizaram-se excursões à Figueira da Foz, Buçaco e Louzã, em cujas localidades se constituíram comissões de recepção, que gentilmente dispensaram aos congressistas tôdas as facilidades.

No dia 18, das 9 às 12, continuaram os trabalhos tendo-se realizado, à tarde, a conferência plenária do Dr. Bento Carqueja sobre «A sociedade futura»; e nas respectivas secções as conferências do Dr. Eusébio Tamagnini «Os antigos habitantes das Canárias nas suas relações com a antropologia portuguesa»; Marquês de Figueiroa «O sentimento da natureza nos tempos modernos»; Dr. Gomes de Almeida «O primeiro tratado de Química português»; Ruben Landa Vaz «O ensino secundário em Portugal»; Francisco António Correia, sobre «Política internacional» e Visconde d'Eza «O exercício da soberania». No Claustro do Museu de Antropologia foi inaugurada uma exposição de material de guerra da fábrica de Oviedo e de outros estabelecimentos fabris de Espanha, de produtos do Centro Electrotécnico de Comunicaciones e mostruários do Instituto Agronómico Afonso XIII e da Escola de Aplicação de Engenharia Agronómica. Esta exposição foi muito visitada e apreciada.

No dia 19, pela manhã, realizaram-se os últimos trabalhos, tendo sido ainda proferidas as seguintes conferências:

Prof. Tomás Rodríguez Bachiller, sobre os «Fundamentos topológicos da análise e da geometria»; Prof. Henrique Teixeira Bastos, sobre os «Inícios da física e da química na Universidade de Coimbra»; Prof. Luís W. Carriço, sobre «A fixação das areias na costa de Portugal pelos serviços florestais»; Prof. Mário de Figueiredo, sobre «O princípio das nacionalidades e a Sociedade das Nações»; Prof. Vergílio Correia, sobre «A necrópole de Alcácer do Sal» e D. Juan España, «Os processos científicos utilizados praticamente na fundição moderna».

Ao encerrarem-se as diversas secções, todos os congressistas se congratularam pela forma elevada e cordial como decorreram os trabalhos e pela obra levada a cabo. O Instituto de Coimbra ofereceu um almoço de confraternização aos congressistas que eram seus sócios correspondentes. Foi presidido pelo Dr. Costa Lobo, tendo à direita o Dr. Cardoso de Oliveira, Embaixador do Brasil, Dr. Gomes Teixeira e Conde de Planas Suárez, ministro da Venezuela, e à esquerda, o Dr. L. Torres Quevedo, coronel Perrier e Prof. Servais. Na sua frente sentava-se o Ex.^{mo} Ministro da Instrução Pública, que dava a direita ao Sr. Ministro de Espanha, e a esquerda ao Reitor da Universidade de Coimbra. Usaram da palavra, o Sr. Dr. Costa Lobo, Ministro de Espanha, Embaixador do Brasil, coronel Perrier, Reitor da Universidade de Coimbra, Dr. Bissaia Barreto, Presidente do Senado Municipal, Gomes de Almeida, Presidente da Associação Académica, Torres Quevedo e Dr. Queirós Velloso.

Finalmente, às 17 horas, realizou-se na Sala dos Actos Grandes da Universidade a sessão de encerramento.

Assumiu a presidência o Ex.^{mo} Ministro da Instrução Pública, que sentava à sua direita o Reitor da Universidade de

Coimbra, Corpo Diplomático, Governador Civil e General Comandante da Divisão; e à esquerda, o Dr. Gomes Teixeira, representante dos institutos científicos e das Associações para o Progresso das Ciências e o Dr. Pedro José da Cunha, Reitor da Universidade de Lisboa. Ao abrir a sessão, o Ex.^{mo} Ministro da Instrução propoz, sendo a proposta votada por aclamação, que esta sessão fôsse de homenagem aos *comités* executivos das Associações Portuguesa e Espanhola para o Avanço das Ciências.

O Prof. Joaquim de Carvalho, Secretário da Comissão Executiva, leu o expediente do Congresso, e o Prof. Álvaro de Matos usou da palavra para transmitir as resoluções tomadas na secção de sciências médicas, e saudando os profs. Gomes Teixeira e Costa Lobo, e os representantes das nações estrangeiras e dos Institutos Científicos, terminou por propor que na Via Latina se collocasse uma lápide comemorativa do Congresso. Esta proposta foi votada por aclamação e após os discursos adiante publicados ou extractados, o Ex.^{mo} Ministro da Instrução deu por findos os trabalhos do Congresso, congratulando-se em seu nome e no do Govêrno da República, pelo êxito dos seus resultados, e dirigindo-se ao Corpo Diplomático solicitou que os Ministros acentuassem perante os respectivos Govêrnos o reconhecimento de Portugal pela representação que lhes cometeu, terminando por agradecer a tôdas as entidades presentes a sua colaboração no Congresso, sem esquecer a Imprensa, para cujos representantes teve palavras de gentileza e de louvor pela solícitude amável das suas informações.

SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO

CELEBRADA NA SALA DOS ACTOS GRANDES
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, NO DIA 14 DE JUNHO DE 1925

MENSAGEM DE S. EX.^a O SENHOR PRESIDENTE
DA REPÚBLICA PORTUGUESA
LIDA PELO EX.^{mo} PRESIDENTE DO MINISTÉRIO

SENHORES CONGRESSISTAS:

O nobre propósito que vos trouxe, a esta antiqüíssima e gloriosa Universidade, de trabalhar para o «avanço das sciências», é dos que maior gratidão merecem à Humanidade, cujo progresso moral e material a mais e mais se torna dependente das descobertas e dos métodos científicos.

É com orgulho que vimos recair a escolha, para a reunião do vosso congresso, na cidade de Coimbra, onde há já tantos séculos pulsa e recorre o melhor da vida intelectual do nosso País; pelo acolhimento que ela vos fará, avaliareis facilmente dos sentimentos de carinho e respeito com que a Nação inteira vos recebe.

Em meu nome e em nome da República Portuguesa vos saúdo, senhores congressistas, com sentidas expressões de boas-vindas aos ilustres sábios espanhóis, que quiseram colaborar com os nossos em obra de tão máxima importância, qual seja a de mostrar ao mundo, a que alturas se ergue actualmente, nas regiões científicas, a mentalidade dos povos da Península ibérica. — *Manuel Teixeira Gomes.*

DISCURSO
DO EX.^{mo} SR. REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA,
PROF. HENRIQUE DE VILHENA

SENHOR PRESIDENTE DO MINISTÉRIO;
MINHAS SENHORAS;
MEUS SENHORES:

A Associação Portuguesa para a Progresso das Sciências, de acôrdo com a sua congénere espanhola, realiza neste ano em Coímbra o seu 3.^o Congresso Luso-Espanhol, sendo esta sessão em que felizmente nos encontramos a sessão inaugural. Solicitou a Associação Portuguesa o concurso da Universidade de Coímbra, que desde logo lho prestou calorosamente, e é assim que o Congresso se realiza sob os auspícios da Universidade. É no seio dela que se desenvolverão os trabalhos do Congresso e foi sobretudo pela iniciativa e esforço do seu pessoal docente, particularizando o Sr. Presidente do *Comité* Executivo do Congresso, que se organizou êste certame intelectual, que ficará notável na história da Universidade.

A Universidade de Coímbra, assim como as velhas universidades da Península, precisa de se abster de uma contemplação excessiva de si mesma, para a qual os antigos e nobres pergaminhos poderiam incliná-la; necessita de olhar para o exterior, da sua altura, por suas janelas rasgadamente abertas, ver o que vai pelo mundo, encher-se do espirito das coisas do nosso tempo, comunicar extensamente com a vida de todos, e logo exercer uma acção que deverá ser vasta e eminentemente benemérita e progressiva.

O Congresso que hoje se inaugura pode representar na vida da Universidade um incitamento dos mais apreciáveis para acentuar francamente o desenvolvimento da sua actividade no sentido que refiro.

Sem dúvida os Srs. Congressistas de Espanha e Portugal virão trazer-nos em suas comunicações, na apresentação dos numerosos e variados problemas da história e crítica literária e social, da medicina, das sciências físicas e naturais, da matemática, da filosofia, um grande influxo de pensamento. Que êle sirva a esta gloriosa Universidade, e que êle importe profundamente, pela Universidade e por cada um de nós, ao progresso e prosperidade da nossa Pátria e ao bem geral, é o que todos devemos desejar, pondo neste desejo, nesta ambição, os votos mais fervorosos, os mais levantados.

A hora que passa é, para a Pátria Portuguesa, cheia de incertezas, de temores, de obscuridade, de confusão, até de negrumes. As universidades devem representar, nesta hora grande, o mais importante papel na instigação das actividades, na orientação das consciências, na emancipação dos espíritos. E nós todos, professores e o mais pessoal docente das Universidades, e os que estão para fora destas agremiações oficiais, devemos ter um objectivo comum, uma aspiração acima de tôdas, a de bem servir a Pátria e a Humanidade.

Esqueçamos, desprezemos, repudiemos a inveja, a calúnia, a difamação, trabalhemos muito, trabalhemos sempre, unidos todos os que se reconhecem sinceros nos seus propósitos; trabalhemos assim porque êsse trabalho é necessário que se faça dêste modo e o seu fruto consigná-lo hão com reconhecimento as gerações vindouras; trabalhemos porque, efectuado êsse trabalho, a morte nos será risonha, pois a consciência nos dirá que soubemos cumprir o nosso dever.

Hoje as universidades, em seu papel necessário de grandes orientadores, não devem esquecer, devem mesmo olhar muito especialmente as classes humildes.

A Universidade de Coimbra deve compenetrar-se dêste

objecto, ela que, tendo os seus laboratórios, gabinetes de estudo e bibliotecas nesta velha cidade provincial, como se fôsse um nobre solar, não pode sentir dia a dia, hora a hora, momento a momento, e muito perto do seio, o palpar da vida proletária, o refter, o estuar da população humilde, mar tumultuoso e profundo. O sentimento dêles deve dominar o homem do nosso tempo, o intellectual desta época deve tê-los presentes em seu espírito, como afirmação das mais categóricas, facto dos mais evidentes e impositivos, acto dos mais imperativos, emoção das mais sensibilizantes e expressivas, ideal dos mais insinuantemente humanos. Se as universidades não atenderem, de um modo incisivo e caloroso, a êste problema que tão ostensivamente se põe, sem dúvida lhes estarão reservadas surpresas pelas quais duplamente se verão malferidas.

Estou falando com sinceridade, clara franqueza, a melhor política do tempo que corre. E se o prestígio da situação que se ocupa, a toga que se veste, o cargo que nos investe impõem deveres e justificam direitos, os primeiros devem ser os da lealdade, da sinceridade.

Os congressos científicos servem ainda às universidades para as auxiliar naquele fim especial. A tribuna é livre e a ela concorrem trabalhadores intellectuais de diversa origem, quer pessoal, quer nacional, e que se não devem sentir peados em comum por preconceitos de classe.

Mas, para realizar tôda a grande obra que compete às universidades, que compete a cada um de nós, é necessária sempre uma grande crença, a fé mais levantada. Isto é preciso que se diga aqui bem alto, pois, sem entrar em descrições, em muitos rostos, nos meios intellectuais portugueses, é fácil ver a descença, um septicismo que dissolve as melhores determinações e inspira todos os receios. E é preciso também que se diga aqui bem alto que os governos, o Estado, devem auxiliar as universidades e tôdas as boas

iniciativas intellectuais, de um modo constante, reflectido, terminante, decisivo, e não justificar, como tantas vezes têm feito entre nós, aquella descrença lamentável, aquelle scepticismo que poderá ser mortal.

As universidades então deverão corresponder nobremente a êsse auxílio, encher-se de um grande ardor de progredimento, e contribuir num esforço colectivo e gigantesco para o bem e glória da Pátria. E em vez de serem principalmente depósitos de livros, de material didáctico, de objectos raros e de tradições, e escritórios de funcionários, devem ser sobretudo oficinas, laboratórios, gabinetes de invenção scientifica, de criação intellectual, de alta formação dos espiritos.

SENHOR PRESIDENTE DO MINISTÉRIO:

Concorrem a êste certame intellectual que hoje se inaugura sob a presidência de V. Ex.^a, que está aqui investido da elevada representação do Chefe do Estado, numerosos trabalhadores intellectuais espanhóis e portuguezes. Estão aqui, também, além do Sr. Ministro da Instrução do nosso país, os dignos representantes dos governos da Espanha, do Brasil, da Bélgica, da Venezuela, da Alemanha e da França; e os representantes da Associação Espanhola para o Progresso das Sciências, da Academia das Sciências do Instituto de França, da Associação Francesa para o Progresso das Sciências, da Academia Real da Bélgica e da Associação italiana para o Progresso das Sciências.

Em nome da Universidade de Coimbra apresento a V. Ex.^a, como representante do Chefe do Estado e como chefe do Govêrno, saudações respeitosas, e agradeço estremamente a sua presença. Também saúdo, em nome da Universidade, o Sr. Ministro da Instrução, agradecendo a sua honrosa presença. Cumprimento com uma elevada estima o Sr. Ministro de Espanha, o Sr. Embaixador do Brasil, os Srs. represen-

tantes do governo da Bélgica e da Academia Real da Bélgica, e os Srs. Ministros da Noruega, Alemanha, França e Venezuela, solicitando-lhes que transmitam aos governos respectivos, estas saudações calorosas.

Aos Srs. professores e académicos que trazem a representação da Associação Espanhola para o Progresso das Sciências, do Instituto de França e das Associações Francesa e Italiana para o Progresso das Sciências, saúdo também calorosamente.

Cumpre-me anunciar e lamentar a ausência, por doença, do Sr. Embaixador da Inglaterra, a quem cumprimento com toda a estima.

Agradeço a presença do Sr. Bispo-Conde e do Sr. Governador Civil e dos Srs. representantes do Ministério do Fomento de Espanha, das Universidades de Salamanca, Madrid e Valhadolid, e de tantas instituições oficiais, sociedades científicas, associações, companhias e publicações portuguesas, como os Ministérios do Trabalho, da Marinha, do Comércio, as Universidades de Lisboa e Pôrto, o Instituto Superior de Comércio, a Escola Comercial Superior, o Instituto Superior de Agronomia, o Colégio Militar, o Instituto Superior Técnico, a Academia das Sciências de Lisboa, a Sociedade de Geografia, a Sociedade das Sciências Médicas de Lisboa, o Instituto de Viseu, O Instituto Histórico do Minho, a Sociedade Nacional de Belas Artes, a Associação dos Advogados, a Associação dos Engenheiros Civis, a União Internacional de Geodesia, a Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro e a Direcção da revista *A Medicina Contemporânea*.

Saúdo finalmente os restantes congressistas, espanhóis e portugueses, congratulando-me, em nome da Universidade, por sua presença, pela qual me confesso, ainda em nome da Universidade, penhorado e desvanecido. E nesta última saudação quero pôr bem em realce que ela se dirige aos

meus colegas desta Universidade e pessoal auxiliar docente, e aos estudantes que são hoje meus pupilos e que estimo como se tivessem sido meus discípulos.

Tenho dito.

DISCURSO DO REPRESENTANTE DA JUNTA GERAL
DO DISTRITO DE COIMBRA, DR. A. DA ROCHA BRITO

EX.^{MO} SR. PRESIDENTE DO MINISTÉRIO;
MINHAS SENHORAS;
MEUS SENHORES:

Há um ano, desta mesma gloriosa tribuna, tive a honra de, em nome da nossa Universidade, dar as boas vindas aos estudantes de Valhadolid, que vinham retribuir a visita feita a terras de Espanha pelo Orfeão dos estudantes de Coimbra, acompanhado por alguns professores desta Universidade.

Fui então escolhido pelo Ex.^{mo} Reitor para o honroso encargo, por ter sido um dêsses professores. O acolhimento gentil, a hospitalidade fidalga, a alegria exuberante com que por tôda a parte nos distinguira a grande Nação irmã, desde logo impondo-nos uma comovida gratidão, levaram-me a procurar uma expressão simples, mas incisiva, que pudesse traduzir os gratos sentimentos que nos iam na alma. E encontrei-a na velha sabedoria popular, síntese da experiência ancestral, naquele formoso aforismo: quem meu filho beija, minha bôca adoça.

A Universidade de Coimbra sentia-se orgulhosa pelos carinhos tributados a seus filhos e por isso, nós beijando os estudantes de Valhadolid, beijavamos a mocidade espanhola, o mesmo era que beijássemos a Espanha em pleno coração.

Pois quis a minha boa estrêla que mais uma vez, mas agora em nome do Distrito de Coimbra, como presidente da Comissão Executiva da sua Junta Geral, eu saüdasse os

Ex.^{mos} Senhores Congressistas. Também agora, num abraço igualmente comovido às altas *elites* espanholas, que vêm colaborar neste Congresso para o Avanço das Sciências, eu abraço a forte e característica inteligência espanhola, representada em V. Ex.^{as}, Senhores Congressistas de Espanha.

E, quanto a vós, senhores congressistas portugueses, que pela primeira vez pisais a nossa linda terra, eu tenho a ousadia de lembrar o conselho de Herculano.

Ide à Igreja de Santa Cruz, tão carcomida hoje pela voracidade do tempo, no seu dente roáz e invisível; ajoelhai diante do túmulo do fundador da Nacionalidade, os crentes numa oração fervorosa, os não crentes num recolhimento bem íntimo, a agradecer a dádiva da Pátria!

Precisamente, neste mesmo mês de Junho propício, há oito séculos D. Afonso Henriques, então moço de 14 anos, numa Catedral de Espanha, armava-se cavaleiro por suas próprias mãos, como só faziam os reis, talvez com a intuição divinatória de que êle viria a ser um dia fundador e rei deste Portugal, que a golpes formidáveis do seu formidável montante êle destacava do bloco peninsular.

Ide agradecer-lhe esta dádiva, a maior de tôdas, que é uma Pátria livre, que há oito séculos, de geração em geração, tem vindo até nós pelo esforço consciente da vontade colectiva.

Ide agradecer-lhe, que sem êle não estaríamos talvez aqui neste intercâmbio espiritual, que a avaliar pelo número e qualidade dos congressistas, dará os mais belos e saborosos frutos.

DISCURSO DO EX.^{MO} E REV.^{MO} SENHOR BISPO DE COIMBRA,
D. MANUEL LUÍS COELHO DA SILVA

EX.^{MOS} SRS. PRESIDENTE DO GOVERNO,
MINISTRO DA INSTRUÇÃO E REITOR
DA UNIVERSIDADE;
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Ocupando êste logar tão honroso para que fui agora convidado, não posso nem devo deixar de saudar êste Congresso.

Seja-me permitido, pois, saudar calorosamente todos os congressistas e manifestar o meu respeito e simpatia por esta florescente Associação Espano-Portuguesa em que fulguram as maiores inteligências, os maiores homens de sciência.

Bem sei que a maior recompensa para os sábios é a alegria de saber, essa alegria inexprimível que sentem os grandes homens da sciência, e o desejo de fazerem bem à humanidade. Mas da nossa parte, da parte de tôdas as classes há a obrigação de lhes manifestarmos todo o nosso reconhecimento, a nossa gratidão mais sentida.

Saúdo a todos como portuguezs e como Bispo, representante da Igreja — a maior potência moral de todo o mundo.

I

Saúdo-os como portuguezs, amante da minha pátria, porque estou convencido de que dêste Congresso, dêste intercâmbio scientifico Espano-Portuguezs hão-de resultar incalculáveis beneficios para os dois povos.

Foi sempre assim quando estes dois povos se uniram e trabalharam juntos.

Nos séculos passados, antes e depois de fundada a nossa nacionalidade, quando os concílios eram os congressos daqueles tempos, nós vemos Bispos da Lusitania e de Portugal assistirem aos concílios da Espanha, e Bispos da Espanha assistirem aos concílios portugueses. Era a colaboração mais eficaz que então podia haver entre os intelectuais da Península.

Depois, constituídas as Universidades, há uma romagem entre os dois povos; estudantes portugueses procuram a Espanha e sentam-se ao lado dos Espanhóis, e aí preleccionam os nossos Professores, assim como os estudantes espanhóis vêm à nossa Universidade, e aqui preleccionam sábios da Espanha. Basta citar Garcia da Orta, Pedro Nunes, Aires Barbosa, Martinho de Ledesma, Manuel da Costa (Doutor Subtil) e Francisco Soares (Doutor Eximio).

Alcalá, Salamanca e Coimbra eram três focos de sciência potentísimos que entre si comunicavam as suas grandes luzes.

Os cosmógrafos espanhóis auxiliam os cosmógrafos portugueses e estes àqueles, e foi então que estes dois povos, não podendo conter-se nos seus estreitos limites, fundaram fora da Europa um novo grande Portugal e uma nova grande Espanha, e assombraram o mundo com os rasgos da sua sciência, da sua intrepidez e do seu heroísmo.

E êste intercâmbio não foi sòmente scientifico-literário; houve também, permita-se-me o têrmo, um intercâmbio de virtude e santidade. Basta citar dois nomes: Aragão deu a Portugal a Rainha Santa, a veneranda Padroeira desta cidade de Coimbra; Portugal mais tarde deu à Espanha o grande S. João de Deus.

E tudo isto é preciso. São precisos grandes homens na sciência e na literatura, grandes artistas, grandes heróis,

grandes santos. Tudo isto é preciso para elevar e manter o ideal; tudo isto é preciso para a grandeza e civilização dum povo.

II

Às minhas saudações como português junto as minhas saudações como representante da Igreja.

A Igreja amou sempre os sábios; envolve no seu affecto o homem todo (o corpo e o espírito) e deseja que lhe seja dada não só a verdade religiosa e moral mas também a verdade científica.

Se fôsse necessário prová-lo, bastava citar as Universidades por ela fundadas ou favorecidas não só na Idade-Média mas também nos nossos tempos.

A Idade-Média viu nascer cinquenta e seis *Studia Generalia* ou Universidades; pois destas cinquenta e seis, quarenta e cinco tiveram Letras de fundação dadas pelos Pontífices Romanos, como provou o sábio Dominico alemão, Denifle, sub-arquivista da biblioteca do Vaticano.

Sòmente em França sustenta a Igreja cinco Institutos de ensino superior, verdadeiras Universidades, quasi tôdas com cinco Faculdades e dessas Universidades fizeram parte homens de fama mundial como Lapparent e Branly. E ainda há pouco, há dois ou três anos, fundou a esperançosa Universidade de Milão.

E entre nós, se a Igreja não tem uma Universidade sua, tem sábios para quem a fé não é estôrvo à sciência. Basta citar três nomes: — o do grande químico, há pouco falecido, Dr. Ferreira da Silva, o do grande botânico Dr. Júlio Henriques, a quem há pouco tôda a Nação prestou as suas homenagens, e o do grande matemático Dr. Gomes Teixeira, Reitor honorário da Universidade do Porto e Presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Sciências.

Felicito, pois, e saúdo estas duas Associações (a espanhola e a portuguesa) representadas neste Congresso, saúdo todos os congressistas e faço votos por que dêste Congresso resultem grandes benefícios para os dois povos da Península, que devem ser sempre distintos e independentes, mas sempre amigos, como bons irmãos.

DISCURSO DO DR. F. GOMES TEIXEIRA,
REITOR HONORÁRIO DA UNIVERSIDADE DO PORTO
E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
PARA O PROGRESSO DAS SCIÊNCIAS

A sala onde nos encontramos tem uma história brilhante. É um santuário da ciência, é o templo de Minerva da Atenas lusitana. Aqui receberam os alunos distintos de numerosas gerações as palmas conquistadas pelo seu talento e aplicação; aqui se realizaram numerosas festas, cheias de encantos, grandes em sua simplicidade, em que a Universidade investiu os seus escolhidos nas insígnias de Doutor, a maior das honras que lhe é permitido conferir; aqui tem ecoado a palavra de professores ricos em sabedoria e de alunos de talento em discussões de teses e dissertações; aqui têm sido consagrados em sessões solenes o engenho e valor de muitos portugueses ilustres; aqui têm sido comemorados factos gloriosos da nossa história; aqui têm sido pronunciados discursos eloqüentes e conferências notáveis por sábios afamados portugueses ou estrangeiros.

Na história desta sala, que é pois um padrão de glória da Universidade de Coimbra, vão ficar hoje e amanhã assinaladas mais duas datas notáveis, a comemorar a homenagem da ciência lusitana à ciência espanhola na pessoa de um dos seus mais ilustres mestres e a recordar o novo e importante passo dado para a confraternização dos sábios dos

dois países da Península hispano-portuguesa com a realização do actual Congresso.

Muitas têm sido as ocasiões em que me tem sido dada a honra de falar neste lugar. Mais uma se apresenta hoje.

Tomo a palavra nesta sala histórica e neste dia solene para cumprir o dever bem agradável de apresentar algumas saudações em nome da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, na qualidade de seu Presidente.

Tenho a honra de saudar em primeiro lugar o Sr. Presidente da República e de exprimir o nosso reconhecimento por se ter dignado fazer-se representar nesta sessão de abertura do terceiro Congresso mixto das Associações Espanhola e Portuguesa para o Progresso das Ciências, e tenho a satisfação de cumprimentar também o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Ministro da Instrução, que, assistindo a esta assembleia, lhe trazem o prestígio que resulta da sua palavra erudita e dos altos cargos que ocupam.

E reconhecidos somos também ao Governo espanhol por se ter dignado fazer-se representar pelo Sr. Ministro de Espanha em Lisboa, a quem respeitosamente saúdo.

Os três ilustres ministros, trazendo-nos os votos dos governos que representam, pelo sucesso do Congresso, trazem-nos também implicitamente os votos dos dois países irmãos.

O primeiro Congresso mixto das duas Associações foi celebrado no Pôrto em 1921 e à sua sessão de abertura dignou-se presidir o anterior Chefe do Estado português, Sr. Dr. António José de Almeida, que o qualificou como acto diplomático de elevada importância.

O segundo Congresso mixto das referidas Associações realizou-se em Salamanca em 1923, presidindo à sua sessão de abertura S. M. El-Rei da Espanha, que nela se dignou saudar Portugal com palavras eloqüentes e carinhosas.

É bem sabido que a estes congressos assistiram também ministros de Portugal e de Espanha.

Estes factos, o modo como o Pôrto e Salamanca acolheram os congressistas e o modo como os estão recebendo Coimbra e a sua Universidade, mostram com evidência que nos logares altos da política e da sciência, e mesmo entre o povo, se sabe apreciar a importância que estas reuniões têm para o estudo das sciências em geral e principalmente para o estudo especial da nossa Península, sob o ponto de vista social e físico.

Disse já noutro congresso e repetirei aqui, que, para o estudo da fauna, da flora e dos minerais da Península Ibérica, para o estudo da sua Geologia, da sua Meteorologia e da sua Paleontologia, para o estudo da sua vida social no passado e no presente, para o estudo da sua história científica, social, literária e artística, não bastam os estudos separados feitos em cada um dos dois países que a formam, é necessário ainda ligar estes estudos, e, para isso, é indispensável a colaboração dos sábios que em Espanha e Portugal se ocupam de cada um daqueles assuntos, e que estes sábios portanto se conheçam e se relacionem.

Ora, o meio prático mais eficaz para conseguir êste resultado, é reuni-los com frequência em congressos mixtos.

Eu, pela minha parte, posso afirmar que vejo com mais satisfação apresentar nas reuniões particulares das secções do Congresso trabalhos relativos a estudos de interêsse para a nossa Península do que trabalhos scientificos de índole geral, que podem muito bem ser reservados para academias, e sociedades scientificas de outra índole.

Tenho também a honra de saüdar, ainda em nome da Associação Portuguesa, a Associação Espanhola, sua irmã mais velha.

Esta última Associação é jovem ainda, pois que nasceu há cêrca de 20 anos, mas tem já um passado muito honroso.

Concorreram para isso a protecção de Sua M. El-Rei da Espanha, que se tem deslocado da capital para ir presidir às sessões de abertura de todos os congressos, a estima que consagram à referida sociedade os maiores vultos da sciência espanhola, que se inscreveram todos como membros e frequentam com assiduidade as suas reuniões, e as altas qualidades dos homens illustres que têm estado à sua frente como presidentes: primeiro, Moret, fundador da Sociedade, grande orador e parlamentar eminente; Echegaray, coração de poeta e espírito de sábio; em seguida D. Eduardo Dato, um grande estadista, e agora D. José Carracido, o sábio illustre a quem a Universidade de Coimbra há meses conferiu o grau de Doutor *honoris causa*, cujas insígnias infelizmente, por falta de saúde, não pode vir receber.

Aqui lhe consigno uma recordação carinhosa e um voto fervoroso pelas suas melhoras, sentimentos em que decerto me acompanham todos os congressistas espanhóis e portugueses.

A Associação portuguesa é mais nova do que a espanhola, pois conta apenas seis anos de existência, mas creio poder afirmar, sem passar por incorrecto, que tem também concorrido com um esforço eficaz para o progresso scientifico da Península, tomando parte nos congressos de Sevilha e Bilbao, aos quais mandou delegações, e depois nos congressos do Pôrto e Salamanca, a que concorreu como corporação.

Tenho ainda a honra de cumprimentar os illustres representantes da sciência brasileira, francesa, belga, etc., que, com a sua presença, vieram dar brilho e honra a esta assembleia e, com as suas comunicações e conferências, darão importância notável às sessões que vão realizar-se nos dias seguintes.

O primeiro Congresso hispano-português deveria ter-se realizado em Coimbra, como metrópole gloriosa da sciência

lusitana, mas motivos, que é desnecessário recordar aqui, levaram a realizá-lo no Pôrto, com acôrdo do Govêrno português e das Universidades de Coimbra e Lisboa.

O segundo Congresso mixto reüniu-se, como dissemos, em Salamanca, onde foi recebido com aplausos calorosos o convite da Universidade de Coimbra para se celebrar o terceiro Congresso nesta cidade.

O entusiasmo com que foi recebido êste convite era natural. Com efeito, lugar nenhum existe em Portugal, mais apropriado para uma reünião de sábios dos dois países da Ibéria do que esta cidade, por onde passaram ensinando ou aprendendo a maior parte dos homens ilustres que temos tido e onde os nossos hóspedes encontrarão recordações de professores insignes, que deram ao mesmo tempo honra à Espanha, onde nasceram, e a Portugal, onde ensinaram.

Os seus nomes estão escritos na história da universidade lusitana, assim como o estão também os nomes de portugueses que na nossa Universidade aprenderam e foram depois ensinar com brilho nas universidades castelhanas.

Dissemos em Salamanca, na alocução que tivemos a honra de pronunciar na sessão de abertura do Congresso, as palavras seguintes:

«Êste Congresso, celebrado em uma cidade, onde as pedras dos edifícios são testemunhas da fé e da sciência dos nossos antepassados, não é, como os anteriores, uma simples assembleia de homens cultos, que aqui vêm conhecer-se, relacionar-se e conversar sôbre doutrinas científicas; é ao mesmo tempo uma comemoração do passado glorioso desta Universidade».

Estas palavras são applicáveis ao Congresso actual.

Não somos aqui, como o não fomos também em Salamanca, apenas congressistas, somos romeiros devotos da sciência, que, depois de visitar, na grave cidade do Tormes, o velho santuário da sciência espanhola, vimos agora à ci-

dade risonha do Mondego visitar o santuário da ciência lusitana.

Nesta cidade encontrarão os nossos hóspedes monumentos belos na forma e ricos em tradições do passado, lendas formosas, museus cheios de riquezas artísticas e arqueológicas, e, a cercá-la, um campo cheio de encantos.

Nem a soberba cidade do Tejo, nem a velha cidade do Douro talvez encerrem em seu largo âmbito tantas coisas notáveis que mostrem aos que as visitem, como as que estão condensadas em pequeno espaço na douta e linda cidade do Mondego.

Estou velho e cansado e estou descendo a última escarpa da vida, mas quis vir também à romaria, para ter a satisfação e a honra de saudar os sábios da Espanha nesta Universidade, que é a continuação da que há cerca de sete séculos fundou em Lisboa o neto de Afonso, o Sábio, que do seu avô de Espanha herdara o seu affecto à ciência; nesta casa onde ensinou Pedro Nunes, a maior glória científica da Ibéria, que fêz à Espanha homenagem da sua Álgebra, publicando-a em língua castelhana, nesta cidade onde Camões debutou para a poesia e bebeu a inspiração para um dos mais belos episódios da sua sublime Epopeia; nesta cidade onde Isabel de Aragão, que a igreja santificou e Coimbra venera, trocou o manto áureo de rainha pelo hábito humilde de irmã de Santa Clara.

Só fôrças invencíveis poderiam obstar a que eu viesse nesta ocasião à Universidade que me ensinou, evocar junto dela recordações do passado e cumprimentá-la com calor em nome da Associação portuguesa, nesta ocasião solene para ela, e de saudades para mim, neste ano em que faz meio século que aqui me doutorei.

Parece que a Providência se quis associar à comemoração do meu jubileu, ou, como se diz vulgarmente, as minhas bodas de ouro de Doutor, dando-me ensejo a vir nesta ocasião a

esta sala, onde recebi um grau que foi a base do meu destino futuro, saúdar a veneranda instituição que me educou.

Nesta saüdação reúno o venerando Reitor, os ilustres mestres e os simpáticos estudantes desta Universidade.

A estes direi ainda que folgo por os ver aqui reünidos em tão grande número. Já disse em outro lugar e agora repito que estudantes e professores são membros da mesma família, a grande família académica, e que festa universitária a que êles não assistam, é como festa de família quando os filhos estão ausentes.

Os velhos dão elevação às solenidades, os novos dão-lhe a alegria.

A Universidade de Coimbra é foco brilhante de sciência, que ilumina Portugal há cêrca de sete séculos. É velha na idade, mas sempre jovem pela sua actividade fecunda. Melhora e progride constantemente. As suas instalações são admiráveis e desenvolvem-se rapidamente de ano a ano.

A Universidade de D. Denis foi durante séculos o único farol que iluminou Portugal; outros se acenderam depois; mas entre êles há-de continuar a resplandecer com brilho a velha Universidade-mãe.

A sua carreira gloriosa há-de continuar.

Tem a sustentá-la a grandeza do seu passado, a importância das suas instalações, o valor do seu professorado, o amor da cidade, a simpatia do país.

DISCURSO DO EX.^{MO} PLENIPOTENCIARIO
DE S. M. O REI DE ESPANHA
E REPRESENTANTE DO GOVÉRNO ESPANHOL,
D. ALEJANDRO PADILLA

Siempre conté con tener la honra de asistir a este interesante é importante Congreso de Coimbra, como tuve la

honra de acudir al de Oporto en 1921. Casi se puede decir con Fray Luis de León «decíamos ayer», pero nunca creí, esta vez, ostentar, además de la Representación Diplomática, la representación especial del Gobierno de Su Majestad, pues a aquel de Oporto se proponía venir, como recordareis, el malogrado gran estadista español, Don Eduardo Dato, que asumía la Presidencia de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias y era, al mismo tiempo Presidente del Consejo de Ministros. Mano alevosa le privó de la vida y fué a Oporto, en su lugar, el digno Ministro de Instrucción Pública de aquella época, Don Francisco Aparicio.

Ahora la Presidencia de la Asociación Portuguesa para el Progreso de las Ciencias había también amablemente requerido la presencia de un miembro del Gobierno de Su Majestad é indicado especialmente la ilustre persona del Vocal del Directorio, Almirante Marqués de Magaz, quién, a sua vez, és miembro de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, pero, como ya he hecho saber al Presidente del Comité Ejecutivo Dr. Costa Lobo y al Ministro de Negocios Extranjeros, Dr. Pedro Martins, mis ilustres y distinguidos amigos, no puede venir, el Almirante Magaz como lo hubiese hecho con especial agrado, de no ser necesaria en Madrid su presencia y la de los demás miembros del Gobierno, al hallarse en Marruecos el Presidente del Directorio.

De ahí que me vea yo honrado con este doble carácter: el de Plenipotenciario de S. M. en Portugal y el de Representante de su Gobierno en este Congreso y permitidme la expresión *agobiado* empezando porque para dirigiros la palabra, no he tenido tiempo para venir, suficientemente preparado (pues la noticia me ha sido comunicada por telégrafo) ni puedo competir con la elocuencia de estadistas españoles, portugueses y de otros países. Solo mi entusiasmo por estos

Congresos de Ciencias Luso Españoles me dá el valor debido y no necesito encarecer su importancia, pero sin contar con la que en estas solemnes Asambleas celebradas en Sevilla, Oporto, Salamanca y Coimbra demuestran alternativamente España y Portugal, con la concurrencia de otras Naciones, traigo instrucciones de mi Augusto Soberano y de Su Gobierno para deciros que os envian, en esta ocasión, con Su cordial saludo la expresión de su más entusiasta y decidido apoyo, habiendoo enviado lucida y brillante representación de sus hombres de Ciencias y de Letras como conviene a la alta importancia de este Congreso y haciendo votos porque de él se deriven todos los resultados más satisfactorios posibles. Desdoblaré este mensaje saludando en la persona del ilustre Dr. Gomes Teixeira a los sabios portugueses y en la del dignísimo Presidente del Ministério al pueblo portugués.

Bien conocido es el entusiasmo de Don Alfonso XIII por todo cuanto sea progreso científico y muy especialmente cuando se trata del Progreso Científico Mundial y del intercambio del mismo. En este día y en este momento corresponde a Portugal toda la gloria, toda la honra, puesto que en su hospitalario país y en su tradicional Coimbra ha reunido las altas personalidades de la Ciencia de los países aquí tan dignamente representados.

Si los grandes hombres que en la actualidad viven, cuanto más grandes sean, mayor veneración tienen por los muertos ilustres, yo creo que, en cambio, las almas de éstos, desde la otra vida, tienen que sentir especial agrado en oír los ecos que desde nuestro triste planeta envian los disertantes de estos nuestros Congresos y para ello hay que elegir verdaderos santuarios y de ciencia y de tradición y por eso los organizadores han tenido el buen acuerdo de elegir ciudades como Sevilla, Oporto, Salamanca y Coimbra.

Toda población de España y de Portugal ha sido y será

siempre digna de recibiros, pero este cuadro, este marco, este ambiente, esta tradición de Coimbra (no me lo llevarán a mal ni mis compatriotas ni mis amigos portugueses de otras ciudades lusitanas) parece que tiene un especial encanto y una adaptación peculiar para estas clases de Asambleas.

Yo creo que esta veneración que todos sentimos por Coimbra, con sus tradicionales mansiones, se aumenta para un Diplomático por el contraste de silencio y recogimiento que presenta con las grandes y bulliciosas Capitales donde estamos destinados a residir.

Pero tengan lugar aquí o allí estos Congresos no he de dejar de congratularme de ellos en lo que respecta a los encargados de estrechar las relaciones entre los dos países, és decir: a un Plenipotenciario de Portugal en Madrid y un Plenipotenciario de España en Lisboa. Casi ocho años llevo en este hospitalario país y os aseguro que mi tarea la he visto siempre facilitada á raíz de la celebración de Congresos, pués estrechamientos de relaciones científicas son verdaderas Embajadas que ayudan sobremanera las relaciones diplomáticas pois que por si no fuera suficiente el que la ciencia tiene un lenguaje único, un magnetismo universal sin contar con las formulas matemáticas y químicas, que como la música es un language universal, tenemos la ventaja de que los portugueses y los españoles nos hemos entendido siempre: hablando cada uno su soberano idioma y no digamos nada leyéndolos. De modo que, aún pecando del vicio de amor exagerado a mi carrera y a mi delicada misión, y mirando siempre a través del prisma diplomático, relacione los dos puntos de vista.

Como dijo con su elocuencia acostumbrada y en una verdadera pieza literaria el ex-Presidente de la República Su Excelencia el Dr. António José de Almeida en el Congreso de Ciencias de hace 4 años:

«Para estreitar as relações entre os povos, o sentimento

é muito, mas não é tudo. Ou por outra: o sentimento só pode ser uma causa de ligação poderosa e duradoura quando êle deriva da intelligência por êste sendo dirigido e vitalizado. Foi sempre assim, e êsse facto, mesmo, subordina-se a leis, não ainda por completo estabelecidas, mas claramente previstas desde que, pelas alturas da Renascença, se reconheceu que não havia progresso, sem se adicionarem, numa acumulação constante e reprodutiva, as laboriosas conquistas do espirito scientifico».

Y esta es la mejor apología que puede hacerse del espiritu científico, de la ciencia y, por ende, de los Congresos Científicos, que son el desarrollo dela misma dando cuenta cada pueblo de lo que él ha descubierto pero comunicándolo a los otros pueblos por medio de sus mismos descubridores o sabios que, reunidos en abrazo fraternal, y, a su vez, unidos a nosotros los diplomáticos, nos hacen confiar en una paz y prosperidad mundiales indefinidas.

Permitidme Señores, para terminar, que os dirija mi saludo personal y que, repitiendo la frase de mi Rey y de Su Gobierno, os dirija, asimismo, la expresión de mis votos para que este Congreso tenga resultados más satisfactorios, si cabe que los anteriores.

Tenho dito.

DISCURSO INAUGURAL DO CONGRESSO
PRONUNCIADO PELO DR. F. M. DA COSTA LOBO

A astronomia em Portugal na actualidade

A observação integral da Humanidade fornece uma imagem em que se patenteia uma imensa planície sombria e serena, sulcada por profundos abismos e acidentada aqui e acolá por impetuosas erupções e negras montanhas onde só

de longe em longe se descortina uma fugaz scintilação. Mas quando a espectrografamos, quando atentamente observamos um qualquer dos seus elementos, depressa nos apercebemos de rápidos, complexos e intensos movimentos, que a cada instante alteram e perturbam essa aparente serenidade, e o conjunto das imagens de qualquer *coupure* demonstra que o universo, encarado também debaixo dêste ponto de vista, é admirável nas suas rápidas e contínuas mutações, e o seu conjunto se encontra em constante laboração de novos e surpreendentes fenómenos.

Quando o Sol declina rapidamente para o horizonte, a intensidade das radiações que fortemente nos impressionaram, pelo meio do dia, velozmente. À agitação sucede a tranqüilidade, que em breve se converterá em um completo repouso, mas que permitirá recordar em sossêgo, por alguns momentos, a série de acontecimentos que vertiginosamente perpassaram por nós, corpúsculo infinitamente pequeno, assinaladas pelas mais variadas impressões, ora vincadas em profundas dores, raras vezes em fugitivas alegrias.

É assim a vida humana. E eu, sem querer por forma alguma ferir uma nota pessoal neste momento tão comovente, em que se conjugam notáveis circunstâncias para assistirmos a uma das mais brilhantes apoteoses da ciência peninsular, e em especial da antiga mas sempre jovem Universidade de Coimbra, não posso furtar-me às saüdades evocadas pela grandiosa solenidade que se está realizando, debaixo dêstes tectos delicadamente lavrados, dentro desta sala impregnada de recordações inolvidáveis, tão característica, tão afamada, por tôda a parte conhecida, e na qual a vida da nossa Universidade, mais de meia dúzia de vezes secular, tem tido as mais brilhantes afirmações.

Grande parte dos homens cultos do nosso país aqui gozaram momentos de inolvidável satisfação ao verem coroado de êxito o seu labor científico.

Aqui se têm sucedido inúmeras gerações acadêmicas, estuantes de entusiasmo e animadas pelos mais nobres ideais, sempre dispostas a por êles se sacrificarem, como quem em pouco têm os gozos de um longo futuro, ainda a antolhar-se-lhe cheio de rosadas miragens, a apreciar o valor científico e a contribuir para o desenvolvimento da sciência e prestígio da sua Pátria.

Aqui têm vindo os chefes de Estado receber a consagração que só pode ser conferida pela sciência profunda e pela mocidade radiante.

Aqui temos tido a satisfação de assistir e confraternizar com as nossas glórias, e, a aumentar-lhes o brilho, a representação mundial nas pessoas dos ilustres ministros acreditados no nosso país, os quais asseguram as cordeais relações que às suas nações unem a nossa.

E neste momento, todos estes factos se entrelaçam e constituem uma coroa imorredoura para a nossa Universidade, que tem o imenso prazer de se sentir animada por todos os poderes, acarinhada por tôdas as suas irmãs e institutos congêneres, daqui e dalém mar, e vivificada pelo entusiasmo juvenil da nossa mocidade académica. De facto, quando todos daqui tivermos saído, quando o ambiente desta sala voltar à sua habitual tranqüilidade, nem por isso deixará de subsistir êste memorável acontecimento. Êle ficará perenemente gravado na nossa imaginação, tanto mais quanto maior fôr a juventude dos que tenham sentido estes momentos. Ele ficará para sempre inscrito nos anais da nossa Universidade a atestar a sua pujança e grandeza no primeiro quartel do século xx, a afirmar as enormes fôrças de que dispõe e que lhe asseguram uma existência ilimitada.

A influência do momento que passamos afastou-me por um instante das recordações evocadas, mas a elas volto perpassando pela mente o turbilhão de acontecimentos já ocorridos durante os catorze anos que medeiam desde que,

rodeado de carinho, unico português, assisti pela primeira vez, em 1911, a um congresso, o terceiro, realizado pela *Associação Espanhola para o Progresso das Sciências*, na encantadora e lendária cidade de Granada. ¡Quantos factos, quantas esperanças; ¡Que ilusões, que tremendas convulsões, que desgraças irreparáveis! ¿O que seria uma descrição mesmo perfunctória de tão variados e estranhos sucessos?

Só registarei que se chegou enfim a um dia que desde então sempre desejei, para glória do meu país, e em especial desta terra a que me prendem laços indissolúveis, para tornar fortemente consistentes os laços de íntima amizade que nos unem à nobre nação irmã, para receber nos nossos lares tantas figuras eminentes que são glória do seu país e objecto da nossa maior admiração e carinhoso affecto. Mas, ao mesmo tempo, eu devo, cheio de amargura, inscrever aqui uma homenagem de infinita saüdade para tantos que infelizmente ja desapareceram, alguns dos quais foram os meus primeiros e queridos companheiros, que tanto eu queria abraçar, e só lembrarei Tomás Azcarate, Inácio Tarazona, o primeiro e último presidente da Associação Espanhola, Noret e Dato.

Falta também a animar-nos com o fulgor da sua formosa intelligência, com a vivacidade do seu incomparável espirito, com a admirável eloquência das suas orações o nosso querido presidente, Dr. José Carracido, que já em Granada me entusiasmou com a sua evocação cheia de encanto, às Torres Vermejas, e com a maior bondade e amor por Portugal, constantemente deu o mais vivo apoio aos nossos desejos, tendo sempre acompanhado-lo o meu querido amigo Ricardo G.^a Mercet, alma diamantina, coração cheio de bondade, que sem um momento de repouso, tem sido incansável esteio da notável e douta organização que é a *Associação Espanhola para o Progresso das Sciências*. Faço os mais ardentes votos pelo seu pronto restabelecimento, e saúdo o ilustre homem

de sciência, ao mesmo tempo notável homem de estado que ocupa um lugar primacial e com a maior distinção de sempre o lugar de presidente da *Associação Espanhola*. Na homenagem prestada ao sábio presidente da Associação Espanhola, junto também a que presto ao nosso sábio e querido presidente, Dr. Gomes Teixeira, com a viva satisfação de lembrar os extraordinários serviços que por tôdas as formas tem prestado à sciência portuguesa, e o carinho que sempre tem demonstrado pela Universidade de Coimbra, de que é um dos mais illustres filhos.

Especialmente, quero significar a minha profunda admiração e a minha mais constante dedicação por Sua Majestade El-Rei de Espanha, que com a sua presença dá sempre o maior brilho a estes certamens, demonstrando em todos os seus actos o máximo empenho em contribuir para o engrandecimento da sciência, para a prosperidade do seu país e felicidade da humanidade.

Respeitosamente saúdo o nosso Venerando Chefe de Estado, o Govêrno, os Ilustres Representantes das nações que honram o nosso Congresso associando-se aos seus trabalhos, e afirmo a minha profunda dedicação a Sua Excelência o Reitor da nossa Universidade, aos meus illustres colegas e a tôdas as corporações e pessoas que contribuem para que êste Congresso se realize com o mais vivo esplendor e tenha assegurados valiosos resultados.



Tendo-me sido concedida a honra de ocupar-me, ainda que sucintamente, de um assunto científico, era natural que o escolhesse no campo que mais me ocupa, a Astronomia, que, permita-se-me a afirmação, não discute primazias com outra qualquer sciência. Porquanto, ço que é a sciência

senão a interpretação do mundo físico conforme os nossos sentidos e a nossa consciência permitem observá-lo? ¿E a que se reduz essa interpretação? Á determinação da posição dos elementos fundamentais que constituem o Universo.

É estritamente um problema de mecânica, com aspectos infinitamente variados, segundo as combinações que consideramos, desde os elementos fundamentais animados da máxima velocidade, até aos mais complexos organismos em que as velocidades diminuem indefinidamente à medida que a sua complicação aumenta, sucedendo o facto, já em épocas remotas assinalado, de oferecerem os organismos as mais diversas aparências e qualidades, conforme as combinações em que se encontram, mas sempre subordinados ao princípio fundamental que estabeleci, da conservação da massa e da energia, pela conservação da velocidade, embora latente, dos elementos primitivos.

Uma observação é ainda indispensável. Sendo bem justificada aquela doutrina quando consideramos a quasi totalidade dos fenómenos, é contudo preciso reconhecer-lhe uma restrição que não tem origem física, e que nos faz reconhecer a verdade daquelas palavras dos textos sagrados que afirmam — que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus. Erradamente poderia supor-se que se tratava de uma semelhança material, sendo a matéria uma criação. Trata-se sem dúvida da existência no homem de alguma coisa de espiritual que não deve confundir-se com a inteligência, mas que se patenteia por uma forma indiscutível, e que é preciso scientíficamente considerar. É que sendo apnágio de Deus a criação, ao homem pertence também uma qualidade derivada — o poder consciente da transformação.

Segundo as leis da gravitação os corpos em que prepondera a influência da Terra seguem, em harmonia com expressões conhecidas, para o centro de gravidade. Mas o homem possui a qualidade de modificar, conscientemente,

esses movimentos, como pode provocar e orientar a direcção das correntes eléctricas e outras fôrças de modo a seguirem os corpos trajectórias diversas daquelas que seguiriam se não sobreviesse a vontade humana. Poderá dizer-se: — Trata-se sòmente da intervenção das fôrças manifestadas pela vida e físicamente explicáveis. — Sem dúvida: não há criação, mas há uma transformação operada por uma vontade consciente; acção impossível de prever, que levanta pontes, monumentos, que produz quedas de água, que move trens, navios, aeroplanos, que, emfim, produz variados e admiráveis fenómenos que não existiriam sem aquelas acções, cujo efeito é impossível assinar prèviamente, e complicação, embora em limites reduzidíssimos, a sucessão dos fenómenos que teriam lugar sem essa influênciã.

Acentuarei que de modo algum quero perturbar a minha exposição com considerações que possam ser consideradas fora da sciência.

A verdade é que não pode ser feita sciência sem se atender às considerações que deixo referidas.

Também muito haveria que dizer atentando na possibilidade que o homem possui de criar pela abstracção, conseguindo, como succede ao geómetra, produzir as mais admiráveis construções, a que nada pode corresponder na realidade do mundo físico, o que torna incontestavelmente o homem, fora de qualquer preocupação de grandeza, a mais admirável obra da criação, no meio de tão extraordinários fenómenos que nos assombram pela sua beleza e harmonia.

Ora a Astronomia, tendo por objecto o estudo dos astros, é a síntese de tôdas as sciências. Mas exactamente porque o seu objecto, assim considerada, assume proporções infinitas, indispensável se torna estabelecer critérios especiais que permitam uma classificação orientadora no meio de um tal amontoamento de investigações e conhecimentos. Estas con-

siderações são largamente justificadas pelas inúmeras e variadas questões que de todos os lados surgem.

— ¿ Quando terão lugar determinados fenómenos de posição, qual é a forma, o movimento, a composição do Sol, dos cometas, das estrêlas, das nebulosas, dos planetas e portanto da Terra em que habitamos ?

¿ A vida vegetativa, psíquica, social, existirá em todos êsses corpos e, sôbre tudo, naqueles que se encontram em situação mais análoga à da Terra, como seja Marte, que tanto tem apaixonado a Humanidade, e a Lua hoje esquecida, como ente que já se encontra inanimado ?

Depois temos as questões que imediatamente nos interessam, as variações atmosféricas, as erupções, os abalos scismicos. E todos êsses fenómenos deverão ser encarados tanto debaixo de um ponto de vista utilitário como da sciência pura, aproveitando o seu estudo para concluir as causas e induzir futuras conseqüências.

¿ Porventura não tivemos ja os horóscopos, e não teremos hoje motivos sérios para admitir correlações entre as correntes da vida e as correntes dos movimentos cósmicos ?

Mas mesmo abandonada esta posição culminante, que dá à Astronomia a hegemonia da sciência, fácil é reconhecer que importantes ramos do saber humano, que andam afastados do seu immediato domínio, constituem capítulos essenciais da sua doutrina. A geodesia, dedicada ao estudo da configuração da Terra, hoje especialmente empenhada na determinação de uma figura convencional de forma definida, embora não geométrica, útil para as comparações, impossíveis com a superficie aparente atormentada por infinitas rugosidades produzidas por uma velhice adiantada; o magnetismo terrestre, o vulcanismo, a oceanografia, o estado atmosférico, são doutrinas que, embora destacadas, constituem pequenos capítulos da Astronomia, e junto dêles está adqüirindo particular importância o da sismologia, desde que

êste estudo deixa de ser simplesmente descritivo para se tornar uma ciência de investigação da estática e dinâmica terrestre, sucedendo o facto curioso de que, embora com características completamente diversas, o sismógrafo e espectro heliógrafo prosseguem na consecução de objectivos idênticos, um nas profundidades da Terra, o outro nas profundidades da atmosfera solar. No mesmo grupo deverá também ser incluída a geologia.

Tôdas estas sciências especializam para a Terra o estudo que à Astronomia incumbe para todos os astros.

Foi êste o critério adoptado pelo sábio astrónomo o Reverendo Padre Cirera, então director do admirável instituto que é o Observatório do Ebro, hoje a cargo do eminente astrónomo D. Luís Rhodés, quando em 1911, em Granada, pronunciou o discurso inaugural da secção de Astronomia subordinado ao têmea «*Recientes Progresos de las Ciencias Astronómicas en España*».

Nesse memorável trabalho encontramos uma rápida mas preciosa descrição do notável estado de adiantamento de todos aqueles estudos scientificos em Espanha, e hoje muito haveria já a acrescentar, tendo eu o grande prazer de ter acompanhado com crescente admiração o labor incessante e inteligente com que os meus illustres colegas de Espanha têm os seus trabalhos *au point*, dispondo dos mais aperfeiçoados instrumentos e de profundos conhecimentos. Com a expressão da minha mais elevada amizade e consideração a todos carinhosamente abraço na figura, tão distinta como simpática e bondosa, do meu querido amigo e sábio Director do Observatório de Madrid, Dr. António Vela.

Como já indiquei, o meu ponto de vista será mais restrito, a-pesar das considerações que deixo feitas, e ocupando-me da «*Astronomia de Portugal na Actualidade*», confinar-me hei no que considerarei seu edificio principal — o Observatório Astronómico — sem melindre algum para os meus illustres

e sábios colegas e, de entre tantos que igual consideração me merecem, só lembrarei, de Espanha, Sanchez Navarro, Lucas Fernández Navarro, Guillermo Sans Huelin, Novo y Chicarro; de Portugal, Afonso Chaves, Almeida Lima, Anselmo de Carvalho, Pereira de Sousa, Almirante Neuparth, Mimoso Guerra, Rolan Pego e pararei já para que a falta de outros nomes não possa significar esquecimento.

Mas para poder ser devidamente apreciado o estado em que se encontram entre nós os trabalhos astronómicos, é oportuno dizer duas palavras sobre a actualização do objectivo da Astronomia e também sobre a maneira como noutros países se efectiva essa objectivação.

*

* *

Abstrairei das discussões ultimamente sugeridas, sobretudo pelas notáveis investigações que com tanto êxito estão sendo feitas, sobre os conhecimentos de que terá disposto uma humanidade anterior à época até há pouco designada por pre-histórica, a qual ficará portanto ocupando já uma posição intermédia, investigações que fazem supor a existência de conhecimentos por muito tempo perdidos e que constituem assinalada glória para os tempos modernos, com a possibilidade de extraordinários aperfeiçoamentos na observação e conseqüentemente nas teorias. Para exemplo só lembrarei as considerações feitas por notáveis investigadores conducentes à conclusão de que em tempos olvidados foi conhecido o uso das lentes, observando que doutro modo seria impossível que Demócrito pudesse afirmar que a Via Láctea era constituída por inumerável quantidade de estrelas, e que a causa da sua branca fosforescência resultaria da mistura confusa da sua luz.

Trata-se sem dúvida dum ponto da história da sciência

digno de perseverantes investigações, mas que eu abandonarei para me restringir aos limites dos conhecimentos que a história nos assegura.

Assente esta base, é justificado admitir que a Astronomia, passado um período meramente contemplativo, começou de facto, mas simplesmente descritiva, rudimentarmente de posição, com figuras mais ou menos extravagantes que juncaram o céu de paganismo e imagens fantásticas da fauna terrestre, com vantagem, talvez para estudos paleontológicos, de poderem servir de referência estas *étapes* da Astronomia na fixação das idades da Terra, pois é interessante observar que a humanidade da Astronomia incipiente já deixara muito atrás as épocas mastodônticas, visto que nenhuma dessas bizarras figuras que hoje admiramos nos museus foi arquivada na abóbada celeste.

Podemos designar essa primeira fase por Astronomia Antiga, que, é certo, num período já adiantado, realizou trabalhos de grande utilidade, porquanto, embora de grosseira aproximação, permitiram obter conclusões valiosas e de relativo rigor, devido ao número, e à redução dos erros em consequência dos longos períodos sobre que foram distribuídos. Demais, como bem observa o sábio secretário perpétuo da Academia das Ciências de Paris, Mr. Picard, a circunstância de não serem desde logo de extraordinário rigor as hipóteses, consequência de também o não possuírem as observações, facilita o desenvolvimento da ciência por se tornar mais fácil estabelecer equações que conduzem ao prognóstico de futuros conhecimentos. É o que facilmente se reconhece atentando na chave da teoria do Universo, na hipótese de Newton, a qual segundo a teoria sobre a estrutura do Universo que tenho apresentado, só será válida quando as acções se encontrem distribuídas uniformemente em volta de massas concentradas em pontos. Estas circunstâncias, pode afirmar-se, nunca terão lugar. Contudo a concordân-

cia das observações com os resultados da teoria, demonstra que, pelo menos no sistema planetário, e dentro do limite dos erros actuais, o emprêgo da hipótese é justificado, embora o movimento do peri-hélio de Mercúrio já manifeste a necessidade das restrições indicadas. ¿E como, de outro modo, poderiam ter sido descobertas as chamadas leis de Képler, que tão longe estão da realidade, e que contudo tão importantes serviços prestam à sciência?

Áquele período inicial segue-se o *clássico*, caracterizado pela precisão da determinação das posições das massas globais astrais, sejam nebulosas e como tais só considerarei as massas irreductíveis, e não os enormes montões de estrêlas de que a separação só depende da potência e qualidade dos instrumentos da observação, as estrêlas, os planetas, os satélites e os cometas de bizarras figuras, entre os quais, sem ofensa, poderá ser incluído o nosso Sol possuidor de uma auréola penachada, de que o estudo servirá para estabelecer ideas sôbre o meio que atravessamos, ao mesmo tempo, a meu ver, resistente e propulsor. É êste período caracterizado por duas descobertas, ambas notáveis, uma genial — a lente que permite apurar extraordinariamente a precisão das observações, — a hipótese de Newton, que tornou possível a aplicação da análise à determinação dos movimentos astrais, é certo até agora, quasi exclusivamente dos corpos que pertencem à nossa familia planetária.

Emfim, há cêrca de um século, iniciou-se a fase moderna, sem prejuízo de prosseguirem os trabalhos característicos da anterior, os quais, últimamente, têm atingido, tanto na observação como no cálculo, progressos admiráveis. Tornou-se possível levar o rigor das posições à centésima do segundo de tempo, e já se pensa na milésima, e a visibilidade dos astros até a 21.^a grandeza, de modo que de cêrca de cinco mil estrêlas visíveis a olho nu, e algumas centenas de milhares postas a descoberto pelos instrumentos directos, já se

chegou à observação de centenas de milhões que os processos espectroscópicos revelam. Também nos cálculos têm sido introduzidos consideráveis aperfeiçoamentos dispondo-se ao mesmo tempo de elementos basilares tornados dia a dia mais rigorosos.

A fase moderna, assombro do génio humano, e que pode ser designada por *fase da constituição*, como a anterior por *fase da posição*, entrou pelas rasgadas portas abertas pela descoberta da espectroscopia.

Da observação em bloco das massas astrais passou-se ao estudo íntimo dessas massas, ao estudo profundo da sua constituição, o qual compreende não só o exame da estrutura das substâncias constitutivas, mas também o das posições e movimentos dessas substâncias, chegando-se aos elementos componentes do átomo.

E enquanto que na fase clássica a ciência astronómica se encontrava quasi restrita ao minúsculo rincão do sistema planetário, nesta outra penetramos nos mais recônditos mistérios do Universo físico.

A observação não encontra limites e a humanidade pode com orgulho declarar-se habilitada a perscrutar e apreciar igualmente os corpos que examina nos laboratórios, que ali pesa, mede e observa nos surpreendentes movimentos dos seus mais primitivos elementos, e os corpos que se encontram afastados de nós de séculos de luz.

Este exame, demais, não se aplica a consideráveis blocos, mas pelo contrário à observação das mais reduzidas partículas, pois é sobretudo aos últimos produtos da dissociação da matéria que têm aplicação os admiráveis processos que o génio humano inventou para poder chegar às mais surpreendentes conclusões sobre o estado dos conjuntos organizados.

Sem mesmo remontar às épocas iniciais da Astronomia, que imenso caminho percorrido desde os tempos ainda re-

centes, em que, já possuidores duma ciência digna de consideração, os gregos, com Aristóteles à frente, incrustavam os astros em esferas de cristal e davam ao infinitamente grande limites sólidos e estáveis e, até mesmo, daqueles tão próximos, que ainda nos envolvem hoje, em que uma ciência já profunda, dava aos infinitamente pequenos limites também sólidos e estáveis! E de repente o átomo aparece enorme, frágil e destrutível. ; Como é limitado e mesquinho, para os conhecimentos quasi instantaneamente adquiridos, esse Universo compreendido entre o átomo e as esferas de cristal!

Análogas considerações sugere a noção do tempo. Hoje são observados conjuntos interessantes de fenómenos que se desenrolam em períodos infinitamente pequenos do tempo em relação aos mais reduzidos normalmente apreciados; enquanto que outros passam por fases, entre as quais medeiam intervalos colossais.

É ainda oportuno observar que tendo-se chegado há pouco a um momento em que poderia supor-se que a ciência estava senhora da chave dos problemas astronómicos, novas questões surgem, e tais, que bem pode admitir-se que o desconhecido cresce em progressão geométrica enquanto que os nossos conhecimentos crescem em progressão aritmética. Os fenómenos observados e os resultados obtidos, de tal modo se multiplicam em variedade e complexidade e adquirem uma tal precisão, de que o limite, é certo, nos foge sempre, que a despeito de descobertas sensacionais como as de Newton e da análise espectral, nos sentimos esmagados debaixo do peso dos complicados problemas que os fenómenos do Universo nos oferecem em prodígios de harmonia e beleza.

Também é interessante notar que ao mesmo tempo que se arreiga a convicção da discontinuidade do mundo físico, mais os fenómenos dão a impressão da continuidade, e até

da multiplicidade simultânea local, afigurando-se-nos que em qualquer lugar que consideremos, e por mais reduzido que seja, nêle se passam simultâneamente uma infinidade de fenómenos. ¿Porquanto não possui já o homem poder suficiente para provar que em qualquer ponto do espaço, aqui mesmo junto de nós, se encontram a acompanhar-nos as mensagens de fenómenos passados por todo o Universo? Devidamente considerado, qualquer dêstes pontos é um Universo de fenómenos, conseqüência de outros provocados pelo homem a enormes distâncias. ¿E porque duvidaremos de que instrumentos mais potentes (já chegámos ao refôrço de um milhão) não permitam desvendar outros, ainda desconhecidos, resultantes de fenómenos ocorridos em astros remotos?

¿Como poderia imaginar o pastor caldeu, primitivo precursor do astrónomo moderno, ao focar na sua retina (sem se aperceber da maravilha de tal fenómeno) a imagem do longínquo foco luminoso que o guiava nas suas viagens, que aproveitava um aparelho precioso, que a natureza na sua misteriosa e gigantesca fábrica produz aos milhões, sem o mínimo esfôrço, e que nos raios que lha formavam eram conduzidos os mais variados e estranhos fenómenos?

¿Qual a explicação para aqueles factos, que se nos afiguram já fora do dominio da física? Creio que decorre simples e clara da doutrina que propus e que tem por base a existência dum número indefinido de radiações infinitamente ténues, animadas de enormes e imperecíveis velocidades.



A definição da fase actual da Astronomia conduz imediatamente à divisão desta sciência em dois importantes ramos, dos quais um tem por objecto os sistemas estelares, o outro

os sistemas atômicos, devendo supor-se que em ambos existirão sistemas em formação do género das nebulosas, e acções radiantes com infinita variedade de fenómenos.

É fácil de compreender quanto êste aspecto do problema torna complicada a investigação. E se a síntese é o objecto final da sciência, o edificio em que o architecto consegue, pela solidez das bases e pela ornamentação do conjunto, tornar a sciência não só útil mas também aprazível, a análise representa igualmente um papel importantíssimo, o do mineiro que com o corpo curvado ao pêso do alvião desentranha da natureza os materiais precisos para a construção e, sem que exista uma relação necessária, é presumível que o estado scientifico do país possa aquilatar-se pelo seu labor de análise.

Fica demonstrado que a sciência astronómica deve actualmente ser elaborada em dois campos muito diversos: no observatório, que investiga os céus, e no laboratório onde é analisada a matéria e são preparados os elementos precisos para a interpretação dos resultados que o Observatório fornece. São dois ramos de estudo que se amparam mutuamente. Por isso ao lado do observatório, com os seus telescópios, torna-se preciso o laboratório astro-físico, com os seus microscópios, e em ambos, a servir de traço de união, o aparelho espectrográfico que, mais do que qualquer outro instrumento, penetra profundamente na essência da matéria.

São bem conhecidas as instalações do primeiro grupo, embora por enquanto sejam pouco difundidas as que podem occupar-se dos novos problemas. Poucas existem das que correspondem à segunda categoria.

Entre estas occupa um lugar notável o laboratório de astro-física do *Imperial College of Science and Technology*, dirigido pelo sábio Prof. Mr. A. Fowler, que entre outros estudos de alto valor se tem distinguido pelas suas admirá-

veis investigações sôbre as séries das riscas espectrais, e que com justificado orgulho se considera no seu laboratório rodeado de estrêlas aprisionadas. Quási um criador!

É que êsses trabalhos de laboratório conduzem através de porfiados e inteligentes esforços, a obter corpos em tais condições de temperatura e pressão que pode assegurar-se que representam, e descobrem na terra, a constituição e estado daqueles que de longinquas paragens nos enviam as suas radiações, que ao fim, por vezes de séculos de viagem, apreciamos hoje, sobretudo, na placa fotográfica, depois de terem sido dissecados pelo prisma ou pela rêde.

*
* *

Indiquei a largos traços os problemas gerais da sciência astronómica pondo de parte aqueles que relativamente à Terra constituem sciências especiais, e na impossibilidade de neste momento indicar, mesmo sumariamente, as múltiplas questões que estão sendo estudadas, cada uma das quais oferece largo campo à análise e exigem longos anos de perseverante observação, limitar-me hei a algumas mais importantes para em seguida referir a parte que para a sua solução está tomando o nosso país.

Mas para melhor tratar êste assunto convirá dar já uma rápida indicação dos principais estabelecimentos scientificos que têm a seu cargo estes trabalhos.

A circunstância de ser Portugal um país marítimo, e tanto depender a navegação dos conhecimentos astronómicos, contribuiu para que o interêsse pelos estudos astronómicos no nosso país venha dos primeiros tempos da monarquia. Igual facto teve lugar em Espanha, e é bem conhecida a grande influência que ali exerceu, entre outros monarcas, Afonso X o Sábio.

Quanto o espírito marítimo deverá ter contribuído para o desenvolvimento dos estudos astronómicos encontra-se de sobejo demonstrado na alta importância que na Inglaterra, que mais tarde adquiriu a supremacia dos mares, foi dada a estes assuntos, que no Observatório de Greenwich adquiriram o mais largo incremento, tendo conservado sempre uma situação primacial. Basta atentar na obra colossal dos seus catálogos periódicos de estrêlas. Outros e famosos observatórios foram seus contemporâneos, ou criados modernamente com características mais ou menos especializadas, entre outros, na Europa, o Observatório de Paris, onde brilham os Cassini, Delambre, Verrier, e últimamente sábios astrónomos como Puiseux, Baillaud, Bigourdan, o de Meudon, onde Jansen fez notabilíssimas descobertas e ao qual o seu sábio Director Mr. Deslandres dá a maior glória, o do Vaticano, onde o P. Secchi realizou uma obra memorável, e os colossais Observatórios da América do Norte, do Canadá, da Alemanha. E sem possibilidade de poder fazer-lhe mais larga referência agora só notarei que mesmo a Inglaterra possui também entre outros o de Cambridge, com Newall e Eddington, o de Kensington, onde se notabilizou Lockyer, onde se encontra A. Fowler. Contudo é justo reconhecer que o grande empório Astronómico do Observatório de Greenwich não só sustenta uma situação de primeira grandeza nos seus trabalhos tradicionais, mas também acompanha com os melhores resultados as investigações exigidas pelos novos problemas da Astronomia, os quais já não têm a mesma importância para a navegação marítima, mas de facto interessam pelas suas conclusões ainda mais largamente a toda a humanidade e até à navegação aérea.

Ainda neste ramo Portugal acaba de marcar um lugar de destaque com a gloriosa viagem ao Brasil, realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que vieram provar que Portugal conserva as distintas qualidades que imortalizam a

sua história, e sendo bem conhecido o alto valor dos trabalhos científicos de Gago Coutinho que orientaram esta arrojada empresa, é justo observar que também agora tem aplicação, entre outras, a seguinte apreciação que sôbre as descobertas feitas pelos portugueses encontramos no *Tractado em defensão da carta de marear*, do sábio Pedro Nunes: «*Ora manifesto é que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes, não se fizeram indo a acertar*».

Para Portugal pode ser marcada como início de uma época astronómica o admirável impulso dado pelo inclito infante D. Henrique aos estudos astronómicos, com o fim especial de orientar as descobertas marítimas que o seu esfôrço viu coroado do mais assinalado êxito.

Não há tempo para recordar os memoráveis trabalhos dessas épocas em que Jácome de Mallorca, auxiliar do Infante, já traçou as cartas planas precursoras das de Mercator e de Wrigt, em que Afonso V se notabilizou na sciência astronómica, em que D. João II criou a notável junta de matemáticos e geógrafos, que superiormente presidiu às investigações científicas que deviam conduzir as empavesadas caravelas de Portugal à descoberta e conquista de tanta terra, — tanta que ao fim de muitos séculos ainda possuímos vastíssimos impérios e preciosas jóias. Também não devo deixar de lembrar que El-Rei D. Manuel instalou em 1518 na Universidade de Lisboa uma cadeira de Astronomia, de que foi professor o seu médico mestre Filipe, e nomeou astrónomo-cronista a Zacuto, célebre pelas tábuas do Sol, de grande utilidade para o cálculo das latitudes por meio das alturas meridianas do Sol, e que D. João III teve a fortuna de poder aproveitar o génio de Pedro Nunes, que foi nomeado cosmógrafo-mor em 1529, e lente de matemática quando em 1524 foi transferida a Universidade para Coimbra.

Depois da extraordinária faina que ocupou Portugal nos séculos XIV, XV e XVI, compreende-se que sobreviesse um

período de calmaria que vai até aos fins do século XVIII, até à época da Renascença com a acção potente do Marquês de Pombal. A essa época podemos ir buscar os fundamentos de duas das principais instituições astronómicas actuais: os observatórios das Universidades de Coimbra e de Lisboa, sendo de origem muito mais recente o Observatório da Tapada, que se deve ao elevado critério e zêlo de El-Rei D. Pedro V. A estes três estabelecimentos há ainda a acrescentar a instalação do Castelo de S. Jorge, embora de índole especial, geodésica, a instalação da Universidade do Pôrto, que tem conservado exclusivamedte o carácter de estabelecimento de ensino, hoje a cargo do ilustre Professor Sr. Dr. José Alves Bonifácio, e a que existe na escola Naval, também da mesma índole, instalada depois da supressão, em 1874, do Observatório da Marinha, em que se efectuaram importantes observações.

Data, como deixei dito, do último quartel do século XVIII o renascimento dos estudos astronómicos, pelo menos com feição investigadora, e deve-se à acção dos notáveis ministros Marquês de Pombal, Martinho de Melo e Castro que governou desde 1770 a 1796, e D. Rodrigo de Sousa Coutinho que lhe sucedeu no poder e na alta compreensão da missão do ministro.

Em 1779 foi criada a Academia Real da Marinha dotada com um observatório. Em 1796 foi criada a Academia Real de Guardas Marinhas e em 1798 o Observatório Real de Marinha ao qual foi entregue o observatório daquela Academia.

Lembro estes factos para filiar o actual Observatório da Universidade de Lisboa, da qual a Faculdade de Sciências é, com esta designação, a célebre Escola Politécnica que tão grande fama logrou, e que criada em 1837, em substituição da Academia de Marinha, foi dotada com o Observatório de Marinha.

No entanto em 1845 foi a Academia dos Guardas Mari-nhas transformada em Escola Naval com um observatório, que foi extinto em 1874, a-pesar-dos trabalhos que ali eram realizados, ficando sòmente para a Escola Naval o indispensável para o ensino.

Verifica-se pois que ao fim destas várias mutações resta sòmente destas instalações o Observatório da Universidade de Lisboa, distintamente dirigido pelo douto Professor Sr. Dr. Eduardo Andrea que, por muito tempo, teve sobretudo de remediar os prejuízos que à estabilidade do Observatório foram causados pela abertura do túnel do Rocio. Felizmente os trabalhos indispensáveis estão realizados e os serviços astronómicos seguem como terei ocasião de referir.

Da mesma época dos trabalhos que acabo de indicar e que, tendo principiado com o carácter marítimo, terminaram pelo atual Observatório da Universidade de Lisboa, é a instalação que em 1779 foi feita numa das tórres do Castelo de S. Jorge, e que pode reputar-se ter sido o primeiro Observatório Astronómico de Lisboa, e como tal está designado na planta de Lisboa de 1807. Ali fêz observações de latitudes e azimuthes o Dr. Francisco António Ciera, depois de 1790. E o general Filipe Folque, que determinou a sua latitude em 1873, nas suas memórias, datadas de 1848, chama-lhe Observatório Académico. Em 1862, e por ordem do mesmo general, foram determinadas as suas coordenadas em relação ao Observatório de Marinha, e em 1870 em relação ao Observatório da Tapada da Ajuda, por meio de uma triangulação. O relatório dêste trabalho foi publicado em 1885.

Êste observatório em que preleccionou o célebre matemático José Anastácio da Cunha, pertence de longa data aos serviços geodésicos, hoje Administração Geral dos Serviços Geodésicos Topográficos e Cadastrais, a cargo do ilustre Coronel do Estado Maior Sr. Mimoso Guerra, que com a

mais elevada competência e zêlo se está desempenhando da sua missão. Serviu de ponto de partida para o cálculo das coordenadas geográficas do nosso país, e é um dos vértices da nossa triangulação fundamental.

Foi esta a estação escolhida pela missão espanhola encarregada de ligar a rêde geodésica portuguesa à rêde internacional pela determinação da longitude geográfica por meio da telegrafia. Tive ocasião de acompanhar êsses trabalhos que foram conduzidos com a maior meticulosidade. E vem a propósito lembrar que não foi esta a última vez que missões espanholas vieram entre nós realizar missões de carácter internacional. Ainda últimamente o Coronel D. Ubaldo Azpiazu veio fazer os trabalhos indispensáveis para fechar a carta magnética da península e D. Guilherme Sanz para a carta das variações da gravidade. É de-certo sempre para nós motivo de grande satisfação receber estas missões, e estas mais recentes, e com as quais tivemos ocasião de colaborar, deixaram-nos as mais gratas recordações. É contudo indispensável que o nosso país tenha os seus trabalhos com o adiantamento preciso para que aos nossos vizinhos, ou a outros países, seja evitado êste excesso de serviço.

Creio que, depois de um período bastante longo em que a nossa acção que teve em épocas ainda pouco afastadas, entre outros, homens do grande valor do General Folque e Brito Limpo, esteve bastante amortecida, recobra neste momento nova intensidade. Os trabalhos da carta oceanográfica, encaminhados com superior inteligência pelo ilustre Almirante Ex.^{mo} Sr. A. Newparth seguem activamente; o douto professor da Universidade de Coimbra Sr. Dr. Anselmo de Carvalho está realizando um grande esforço para executar a carta magnética. Devido à intervenção da *Secção Nacional das Uniões Internacionais de Astronomia, Geodesia e Telegrafia Sem Fios*, cuja criação tive a honra de propor e o Govêrno decretou, já Portugal se fêz representar no Con-

gresso da União Geodésica Internacional, que em Madrid se realizou com o maior brilho, muito contribuindo para esse admirável resultado o seu ilustre secretário geral o Coronel M. G. Perrier, que nos dá a honra de acompanhar os nossos trabalhos; e o nosso vice-presidente, incansável e ilustre Administrador Geral dos Serviços Geodésicos Ex.^{mo} Sr. Mimoso Guerra, tem assegurado que muito brevemente serão estudadas entre nós as variações da gravidade, ficando, emfim, Portugal integrado no movimento internacional destes ramos científicos, com acção própria, como também o está nos trabalhos astronómicos, contribuindo hoje muito para esse efeito a mesma entidade.

Seguindo a ordem cronológica é ocasião de me referir ao Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, sem dúvida a instituição que durante mais longo tempo tem seguido uma trajectória contínua. Compreende-se que assim tenha sucedido notando que pelo menos data de 1518 a instalação de estudos regulares de Astronomia nesta Universidade, tendo já então sido nela criada uma cadeira de Astronomia, como há pouco referi.

Marca para Portugal o ano de 1772 o início de uma época de renascimento assinalado por um dos factos que maior importância podia ter para o país, qual foi o da organização em bases sólidas de uma acção ponderada e progressiva do ensino superior. Bastaria o golpe de génio manifestado por esta obra para tornar imortal a memória do Marquês de Pombal, que, neste como noutros ramos da administração pública, demonstrou as suas admiráveis qualidades de estadista. De facto se na infância das civilizações é natural supor que a educação científica tenha caminhado por sucessivos aperfeiçoamentos dos conhecimentos elementares, é evidente que tratando-se da educação de um povo já adiantado, e numa época de civilização geral avançada, o caminho a seguir para rapidamente ser elevada a sua capacidade

científica deve ser exactamente o contrário. Edificar desde logo sôbre as mais seguras bases o ensino superior donde rapidamente irradiarão os elementos capazes de dar o mais elevado desenvolvimento aos outros ramos de ensino, — técnico, artístico, secundário e primário, adoptando ainda uma classificação um pouco atrasada, visto que hoje tanto o ensino técnico como o artístico deverão entrelaçar-se muito com os outros ramos de instrução, sendo o seu conjunto indispensável para criar o homem moderno — como geralmente já o encontramos nos países de cultura mais aprimorada.

Da alta compreensão que o Marquês de Pombal tinha da sua missão deu prova exuberante pela maneira como elaborou o plano da reforma, e como o executou, revestindo mesmo de desusada pompa as cerimónias que deviam impressionar o público, às quais presidiu em Coimbra, com poderes e honras de Vice-Rei. De-certo muito tem havido a introduzir nas doutrinas a ensinar desde essa época. Muito, infelizmente, se tem feito, ou deixado de fazer, em matéria pedagógica, por desconhecimento das sábias regras encerradas na monumental obra dos Estatutos, ou por incapacidade de compreensão do seu alcance. Basta notar que naquela admirável obra é recomendado que no texto das lições sejam inscritos sem demora todos e quaisquer descobrimentos científicos que apareçam; que se varie constantemente de textos, escolhendo os melhores nacionais ou estrangeiros, e se ordena a criação de uma *Congregação de Ciências Naturais*, encarregada de velar e trabalhar continuamente no aperfeiçoamento destas sciências. Profundo conhecedor da natureza humana o Marquês pôs importantes recursos à disposição de professores e alunos, para incitamento ao trabalho e investigação científica. Os ordenados então marcados para os professores eram muitas vezes superiores aos que actualmente mal ajudam a viver o professorado, provocando a ruína da

instrução, que é a base essencial para o progresso de um povo. Aos alunos foram largamente distribuídas honras, prémios e partidos pecuniários, que asseguravam a emulação e tornavam a instrução possível para tôdas as classes.

Entre as cadeiras então criadas figura com particular importância a destinada ao ensino da Astronomia, a qual constituía a cúpula do ensino, colocada no 4.^o ano e compreendendo a teoria do movimento dos astros, tanto física como geométrica, e a prática do cálculo e observações astronómicas.

Ao mesmo tempo, e com elementos indispensáveis para que o ensino fôsse profícuo, foram criados os necessários laboratórios científicos encontrando-se no primeiro lugar o Observatório Astronómico. E embora a sua primeira organização lhe dêse somente as características de um estabelecimento auxiliar do ensino, no entanto para o Marquês de Pombal havia já a intenção da investigação e divulgação.

Efectivamente a carta régia de 11 de Novembro de 1772 já destina que seja assente no vasto recinto das ruínas do Castelo de Coimbra onde, além do Observatório, deveriam ser construídas casas para professores e adjuntos, e também para a guarda dos instrumentos.

O projecto mandado executar e cuja planta ainda existe, bem como o respectivo orçamento, era sumptuoso, e atestava a alta importância que se ligava aos estudos astronómicos. A construção que, iniciada em 1773, não passou das sôbre-portas do primeiro pavimento, conserva-se ainda hoje a atestar a invulgar envergadura do estadista que foi o Marquês de Pombal. Este, porém, morreu pouco depois de terem principiado aquelas obras, que foram suspensas, para não mais continuar, em Setembro de 1775. Ao grandioso projecto de 1773 foi substituído outro mais modesto mas elegante e espaçoso para a época, construído desde 1790 até 1799, o qual até há pouco chegou para o movimento

astronómico, limitado, como por tãda a parte, aos trabalhos de posição, mas que hoje foi preciso alargar para bastante longe porque infelizmente tem faltado a necessária previdência para reservar junto da Universidade espaço suficiente para as suas necessidades crescentes.

Acabado o edificio, desde logo foi providenciado para que os trabalhos da Astronomia adquirissem todo o desenvolvimento que naquela época podia obter-se, ficando a Universidade de Coimbra dotada com um verdadeiro Observatório Astronómico pela carta régia de 4 de Dezembro de 1799, a qual determinou que nêle se trabalhasse assiduamente nas observações mais apuradas e exactas, que pudessem contribuir para verificar e rectificar as tábuas astronómicas, e para adiantar e promover os conhecimentos de geografia e navegação, cooperando com os trabalhos dos observatórios mais acreditados.

Se falhou o edificio monumental que para utilidade e prestígio dos serviços astronómicos, foi projectado pelo Marquês de Pombal, tendo em todo o caso sido substituído por outro que para a época representa já uma rasgada iniciativa, não falhou o homem escolhido para lhe dar glória, José Monteiro da Rocha, que foi um dos mais valiosos colaboradores de Pombal na redacção dos Estatutos Universitários, notável matemático, e um dos directores que desde logo conseguiu para o Observatório Astronómico de Coimbra fama mundial. Em 1802 foi publicado o primeiro volume das *Efemérides* calculadas para o meridiano de Coimbra e para 1804, quasi ininterruptamente continuadas até hoje, e agora debaixo da sãbia direcção do illustre Director da Faculdade de Sciências, Ex.^{mo} Sr. Dr. Souto Rodrigues. Foi esta publicação recebida com o maior aplauso pelo mundo scientifico, por conter processos de cálculo originaes e serem as efemérides calculadas com grande meticulosidade. A elas fêz referências extremamente elogiosas *Delambre*, nas adições

do *Connaissance des Temps* para 1808 e 1809, e mais tarde muitas outras se seguiram de notáveis sábios, como Lowenorn, Schumacher, Lindenau, etc. Foi José Monteiro da Rocha um astro de primeira grandeza, mas felizmente teve logo notáveis sucessores que continuaram com distinção a sua gloriosa obra, sobretudo da Efeméride e estudos correlativos, merecendo especial menção o Dr. Rodrigo de Sousa Pinto, primeiro director com quem tive a honra de servir, que não só se notabilizou pelas suas reputadas publicações, mas também pelo grande impulso que deu às investigações, bastando neste campo para lhe dar glória, a instalação do Circular Meridiano, executado na casa Repsold com minuciosos cuidados e suficientes dimensões para ainda hoje servir a par dos melhores instrumentos do seu género. Ao mesmo tempo, porém, instalou também aquele sábio astrónomo no primeiro vertical, um universal de Repsold, que logo aproveitou com a maior vantagem para a determinação da latitude do Observatório Astronómico de Coimbra. Também pelo sábio director Rodrigo de Sousa Pinto, com o concurso do General Folque, foi determinada a diferença de longitude entre o Observatório de Coimbra e o Observatório de Marinha de Lisboa, pelo método telegráfico, deduzindo-se para a ligação internacional um valor que mais tarde foi corrigido em harmonia com os resultados obtidos pelo método cronométrico pela missão americana que veio a Lisboa. Para amplo conhecimento do movimento científico do Observatório Astronómico de Coimbra poderá ser com grande vantagem consultada a valiosíssima colecção das suas Efemérides, importantes artigos publicados no jornal o *Instituto*, e a admirável memória histórica publicada em 1872 pelo douto professor da Universidade de Coimbra que foi o Dr. Francisco de Castro Freire, em cumprimento da resolução tomada pela Faculdade de Matemática quando foi resolvido comemorar dignamente a obra imortal que o Marquês

de Pombal realizou em 1772, com a reforma da Universidade de Coimbra.

Emfim, último cronològicamente, mas nascido em berço dourado, encimado de coroa real, afilhado do saúdoso Rei D. Pedro V, temos o importante Observatório de Ajuda. O que foi o valiosíssimo apoio prestado pelo jovem, mas inteligente e zeloso monarca, é contado pelo director daquele observatório no magnífico discurso inaugural com que há quatro anos foram iniciados, no Congresso do Pôrto, os trabalhos da secção de Astronomia. Uma consideração basta para o apreciar. A-pesar-da morte que prematuramente roubou D. Pedro V, ao respeito e carinho do povo português, a sua acção inicial fôra tão importante, que venceu as dificuldades que surgiram, e o Observatório da Tapada levantou-se em condições de honrar desde logo a sciência astronómica. Para êste resultado também muito contribuiu a superior direcção a que foi entregue do sábio oficial de marinha Oom, que foi o seu primeiro director, e que pelo ensino e pelo sangue deixou como sucessores dois homens de alto mérito científico: o Vice-Almirante Campos Rodrigues, segundo director, e o actual seu filho, herdeiro das suas distintas qualidades.

Naquela memória, que mereceu o mais vivo aplauso, encontra-se a melhor notícia que possa ser feita dêste notável estabelecimento, e por isso agora só notarei que três instrumentos importantes foram desde logo instalados: um equatorial de quatro metros de distância focal, um primeiro vertical e um circular meridiano construído pela casa Repsold, a mesma que forneceu o circular meridiano de Coimbra, e com o qual Campos Rodrigues, a quem foi entregue, conseguiu os mais notáveis resultados que valeram ao Observatório da Tapada reputação mundial.



Indicados os estabelecimentos científicos que em Portugal se dedicam a investigações astronómicas, aos quais ainda deverá acrescentar-se o Observatório *Campos Rodrigues*, ultimamente instalado na nossa colónia de Moçambique, em Lourenço Marques e o Observatório de Loanda, resta dar conta da sua laboração actual e em preparação.

É bem sabido que, sejam quais forem as novas directrizes da sciência astronómica, ocupará sempre uma situação primacial a determinação e conservação da hora. Falhando êste elemento, os fenómenos físicos, como os acontecimentos humanos, deixarão de ficar encadeados por forma a constituírem uma seqüência ordenada, e será impossível descobrir as leis que regem a sucessão dos fenómenos, as quais, porque são funções do tempo, indispensável é que o tempo tenha sido rigorosamente medido.

A pêndula, o circular meridiano e ultimamente o cronógrafo, são os instrumentos de observatório adoptados para a execução dêste trabalho. Inoportuno seria alargar-me sôbre as condições exigidas para que estes instrumentos estejam colocados com tôda a vantagem para se conseguir com o maior rigor a hora local, mas deyo ainda acrescentar que àqueles instrumentos poderão hoje ser substituídos outros: a pêndula, o cronógrafo e um aparelho receptor de sinais transmitidos pela T. S. F. Sem dúvida êste processo é muito cómodo e muito usado. Não pode porém substituir o clássico, num Observatório Astronómico que deve possuir sem dependências, que num momento qualquer podem dar lugar a que falte êste elemento basilar para tôdas as observações. De mais há ainda a notar que, talvez em parte por falta do rigor exigível nas longitudes, a hora obtida pela

transmissão da T. S. F. diverge, embora dentro de limites muito reduzidos, da hora obtida directamente, como observa Mr. Bigourdan. o sábio astrónomo que no Observatório de Paris tem a seu cargo êste melindroso assunto. Neste momento para a alta astronomia a T. S. F. serve mais para que a estação central receba a nota das discordâncias e se habilite a determinar as causas e as correcções que venham a ser deduzidas, do que para poupar trabalho aos observatórios.

Estas considerações determinaram o *comité* da secção nacional (portuguesa) das uniões internacionais de astronomia, geodesia e T. S. F., o qual compreende todos os elementos que no nosso país intervêm oficialmente nestes assuntos, a aconselhar as instalações precisas para que nos observatórios das universidades de Coimbra e Lisboa, e da Tapada, sejam recebidos os sinais horários enviados pelo Observatório de Paris e comparados os resultados com os deduzidos das observações meridianas. Ao mesmo tempo foi também resolvido que com tóda a brevidade sejam determinados, com o maior rigor que os processos actuais permitem, as longitudes relativas dêstes observatórios por meio da T. S. F. e da T. C. F., afim de comparar estes processos e determinar as longitudes das mesmas estações em Paris.

Propõe-se também aquella instituição, com o concurso da Administração Geral dos Serviços Geodésicos e da T. S. F., occupar-se immediatamente da terminação das coordenadas geográficas dos pontos importantes do país, sobretudo daqueles que interessam à rêde geodésica.

Ao mesmo tempo, na distribuição dos serviços pelas diferentes entidades habilitadas para a sua execução, foi resolvido que o da hora ficasse a cargo do Observatório da Tapada, que constantemente dêle se tem desempenhado com o maior zêlo e com precisão igual à dos observatórios mais meticulosos.

A hora será distribuída pela estação central da T. S. F., de Monsanto, admiravelmente instalada pelo Comandante Nunes Ribeiro, a qual fica convenientemente ligada ao Observatório da Tapada para este fim. Para se desempenhar desta missão adquiriu agora este observatório mais uma pêndula Leroy que tem satisfeito cabalmente.

Para colaborar nos serviços horários e também nas observações de posições de estrelas, devendo brevemente principiar o da zona que mais vantajosamente pode aqui ser observada, tem o Observatório Astronómico de Coimbra finalmente conseguido as precisas modificações e acrescentamentos. No circular meridiano introduziu-se a iluminação normal das divisões do círculo graduado, e eléctrica do colimador de mercúrio. Dentro de poucos dias deve ser instalado no sistema ocular da luneta um micrómetro impessoal, cuidadosamente construído por Mr. Bouty, que tem fornecido o Observatório de Paris de aparelhos semelhantes, que ali estão sendo aproveitados com a maior vantagem.

Além da pêndula Berthoud, que a-pesar-de vir do tempo da instalação do Observatório continua tendo uma marcha regular e a prestar os melhores serviços, e que foi ultimamente adaptada pela importante casa Leroy, para ser sincronizada pela pêndula principal, possui hoje o Observatório Astronómico de Coimbra, para este fim, uma pêndula Leroy, com pêndulo de Invar, de pressão constante, instalada numa cave de paredes duplas, onde mais pêndulas deverão ser colocadas, e na qual se conserva uma temperatura constante de 12° , sem necessidade de caloríferos.

Além de cronógrafos de sistema M. de resultados aproveitáveis, mas que obrigam a um grande dispêndio de tempo, está também instalado um cronógrafo impressor, tipo Gautier, e está concluída a instalação da T. S. F. para telefonia e telegrafia, com detector de lâmpadas, a fim de poderem ser aproveitados os sinais horários pelo ouvido ou pelo cronógrafo.

É oportuno registrar que cada um dos três referidos observatórios dispõe de um universal de Repsold, do mesmo tipo, em cotovelo (abert. 68 mm. d. f. 0,77 m.), que o Observatório de Coimbra já aproveitou para a determinação da latitude pelas observações no *primeiro vertical*, e que estão também preparados para ser usado o método Talcott. São os aparelhos destinados à campanha da determinação das coordenadas geográficas.

Da notícia dos serviços que interessam directamente à Terra é natural passarmos àqueles que têm de elucidar-nos sobre a constituição do astro que nos conduz através do espaço, e regula a nossa vida pela acção das suas múltiplas radiações.

A constituição e movimento da atmosfera solar é sem dúvida o problema astronómico de maior interêsse para a humanidade, pois dêle tem por assim dizer suspensa a vida. A cada momento somos surpreendidos e perturbados pelas pequenas variações, que as condições terrestres experimentam em consequência daquelas que sobrevêm no Sol e que, embora por vezes possam ser de carácter tempestuoso, em pouco alteram a normalidade da sua acção, por forma que também aquelas variações ficam dentro dos limites em que a vida humana pode subsistir. Mas quando acidentalmente, ou com premanência, tiverem alteração profunda as condições de existência do Sol? O que poderá suceder? Não vem a propósito entrar nestas divagações, mas notada a possibilidade de graves acidentes no Sol e a importância do estudo das suas pequenas variações, compreende-se o entusiasmo com que a sciência se tem entregado a esta ordem de investigações.

A observação que já a olho nu se tornou possível de sombras que empanavam o brilho do Sol, e a confirmação da existência em determinadas épocas, e em diferentes regiões, dessas sombras, que tomaram o nome de manchas

solares, fêz perder pouco a pouco a confiança que havia na intangibilidade do foco dominador do nosso sistema planetário.

As observações em épocas especiais, como são as dos eclipses do Sol, o uso de instrumentos ópticos, e um trabalho perseverante como foi o do Padre Secchi, pôs a descoberto muitos outros fenómenos. Verificou-se que para a observação integral a superfície do Sol se apresenta rugosa, e com manifestações luminosas designadas por flóculos e faculas. Reconheceu-se também que a fotosfera é envolvida por uma camada intensamente luminosa, a camada inversora, e por uma elevada atmosfera de que já é possível examinar a parte inferior pelos processos espectroscópicos, sendo por emquanto a superior, a coroa, observável somente durante os curtos períodos dos eclipses totais do Sol.

É bem sabido que devido aos génios de Jansen e Lockyer se tornou possível observar as protuberâncias do Sol fora da época dos eclipses totais, com a aplicação do espectroscópio. Foi uma descoberta do mais largo alcance em que a espectroscopia encontrou por uma forma indirecta uma aplicação do mais alto valor, tanto pelos resultados imediatamente obtidos, como pelo novo processo que abriu à investigação científica, e que poderosos génios, como os de Deslandres e Hale, logo aproveitaram com a descoberta dos espectro-heliógrafos e dos aparelhos destinados à determinação das velocidades radiais das regiões da atmosfera solar, os quais representam pela sua concepção teórica e se é possível, ainda mais pela sua execução prática, uma das mais preciosas maravilhas da sciência.

De que se trata? Ninguém melhor do que o sábio Director do Observatório de Meudon pode esclarecer-nos em rápidas palavras. Dos seus admiráveis escritos reproduzirei aqui para êste fim um trecho do relatório que apresentou ao *Congrès International des Recherches Solaires*, que teve lugar em Meudon, em Maio de 1907.

«Em 1898 Deslandres instala em Meudon novos aparelhos, primeiro montados em Paris, desde 1891 a 1897, na mesma época em que com a mesma orientação Hale trabalhava em Chicago, aparelhos que com uma segunda fenda isolam uma radiação simples ou uma pequena porção do espectro, e fazem ver não só as protuberâncias e a cromosfera do bordo exterior, mas também a atmosfera gasosa interior ao bordo em projecção cinqüenta vezes mais extensa. Estes aparelhos, que podem ser designados com o nome genérico de espectro-registradores, revelam igualmente as formas, as velocidades radiais dos vapores, os espectros propriamente ditos, isto é, a composição química, e podem também pôr em evidência os montões de partículas da atmosfera. Os espectro-registradores das formas são ordinariamente chamados espectro-heliógrafos. Lembrem um aparelho imaginado e ensaiado em 1869 por Mr. Jansen para a observação ocular das protuberâncias. Estes novos métodos, inaugurados desde 1892 a 1894 por Hale e Deslandres, abrem à investigação um campo extremamente extenso. Revelam sobre o disco vapores até hoje visíveis somente no bordo, e além disso vapores mais baixos, muito mais numerosos, que são invisíveis no bôrdio por causa da sua fraca saliência. Fornecem uma imagem do Sol, não só com as riscas brilhantes H_2 e K_2 , particularmente interessantes, mas também com cada uma das 20.000 riscas negras do espectro e com as diferentes partes de uma mesma risca negra».

Dois tipos diversos têm sido adoptados para os espectro-heliógrafos. De objectiva de projecção e câmara fotográfica fixa e aparelho espectroscópico móvel, ou esta parte fixa e a objectiva da projecção e a câmara fotográfica móveis. Em qualquer dos casos é indispensável um aparelho, o cœlostato, que forneça numa determinada direcção, uma imagem do Sol não girante, como succede à dada pelo heliostato.

São do primeiro tipo os grandes aparelhos dos colossais

observatórios dos Estados Unidos da América do Norte, e também, é curioso, o da maior parte dos aparelhos de menores dimensões e mais usados, como, entre outros, aqueles que se encontram nos Observatórios de Madrid, Tolosa e Nice. Não é agora ocasião de explicar êsses processos, e as instalações em que são aplicados. Contudo não passarei sem uma referência especial ao mais monumental dêsses aparelhos, instalados por Halle no observatório do Monte Wilson, colocado sôbre êste monte da Califórnia a cêrca de 2.000 metros sôbre o nível do mar, e onde a audácia humana instalou o mais potente telescópio existente, com um espelho de 2^m,50 de diâmetro, que sem a montagem pesa quatro toneladas e meia, e do qual a massa arrastada pelo movimento de relojoaria atinge 100 toneladas e a cúpula giratória 500. Para a instalação do espectro-heliógrafo dispõe o observatório de uma tôrre de 50 metros de altura e um poço de mais de 24, sendo os raios solares aproveitados na direcção da vertical. Têm sido certamente de grande valor as descobertas ali conseguidas e o actual director, sábio astrónomo, Mr. Saint John, presidente da U. A. I., prossegue interessantes investigações tendo, entre outros resultados, apurado a existência da variação dos comprimentos de onda das riscas, segundo a observação é feita sôbre o centro ou bordos do Sol. No entanto é certo que a situação dêste instrumento não satisfaz hoje completamente aos seus autores, devido às correntes de convecção que se formam nas encostas da montanha, passadas as primeiras horas do dia, e Mr. Halle, por êste motivo, trata neste momento de uma instalação semelhante no sopé da montanha. É também para notar que as melhores imagens não são superiores àquelas que têm sido obtidas por Mr. Deslandres, que encontrou em Mr. d'Azambuja, descendente de portuguezes, um precioso colaborador, com um instrumento de menores dimensões, embora já consideráveis, mas que tem sobretudo uma maior elasticidade

na acomodação às exigências das meticolosas operações a que é destinado.

Estas considerações determinaram-me, logo em 1907, quando tive ocasião de visitar os principais observatórios da Europa, exactamente com o propósito de conseguir para o Observatório Astronómico de Coimbra uma instalação para o estudo do Sol, pelo segundo tipo de espectro-heliógrafo, sàbiamente imaginado por Mr. Deslandres. Mal imaginei então quanto seriam enormes as dificuldades a vencer e as contrariedades a sofrer.

Porém em 1912 Mr. Deslandres pela forma mais cativante, sempre do seu uso, pôs-me à disposição todo o seu apoio para a realização desta obra. O seu inestimável auxílio chegou ao ponto de nos oferecer algumas peças de construção mais melindrosa, que foram executadas nos *ateliers* do Observatório de Meudon, e de nos ceder uma objectiva de projecção até chegar a que finalmente já está para nós construída, ao fim de 12 anos, e até de ter conseguido que pelo Govêrno francês fôsse enviado a Coimbra, expressamente em missão para se proceder à instalação definitiva do nosso espectro-heliógrafo, Mr. d'Azambuja, a quem há pouco me referi, e que, ainda jovem, muito honra já a sciência francesa.

Emfim, no dia 12 de Abril, e ao cabo de 13 anos de porfiada luta como tão amavelmente me lembrava numa das suas últimas cartas Mr. Deslandres, que constantemente me acompanhou durante êsse período com a sua amizade, de que eu, há muito desprendido de vaidades, tenho justificado orgulho, foram tiradas com o grande espectro-heliógrafo do Observatório Astronómico de Coimbra, construído com as mesmas características do grande espectro-heliógrafo do Observatório Astronómico de Meudon, as primeiras imagens monocromáticas do Sol, aproveitando-se a risca K_3 , a mais difícil de isolar, nas quais apareceram as protuberâncias e

filamentos demonstrativos da actividade solar. Com estes resultados terei satisfeito um pouco os votos que José Falcão, meu sábio e saúdoso mestre, me endereçou ao impôr-me as insígnias doutorais nesta mesma sala, lembrando-me os vultos que foram José Monteiro da Rocha, o General Valde e Rodrigo de Sousa Pinto.

Aos meus sentimentos de respeito e saúdade por êste sábio mestre acrescentarei também o testemunho da minha profunda gratidão a tôdas as pessoas que contribuíram, e algumas de modo muito eficaz, para que esta obra pudesse ser levada ao fim, e especialmente a Mr. Deslandres que, já em 1922, no relatório que apresentou em nome da 6.^a Comissão de Observação do Sol, ao Congresso da União A. I. e, mesmo neste momento, tem manifestado o seu maior empenho para que o Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra apresente já, no congresso da mesma União que no próximo mês de Julho vai reünir em Cambridge, as imagens do Sol aqui obtidas.

E agora confio em que estes desejos terão completa realização, e desde já o nosso observatório possa colaborar nos trabalhos mundiais de investigação solar. Os meus agradecimentos vão também para Mr. d'Azambuja que, com o maior carinho e saber, tem acompanhado os nossos trabalhos.

Nove peças independentes prestam nesta observação o seu concurso para se obter a desejada imagem, com um motor de relojoaria e quatro motores electricos.

O cœlostato, que fornece o feixe luminoso na direcção horizontal meridiana, foi construído pelo hábil engenheiro Mr. Prin, com todos os aperfeiçoamentos modernos, sendo muito fácil com o auxilio de motores eléctricos a acomodação do segundo espelho. Os espelhos de 40 centímetros de diâmetro foram construídos por Mr. Jobin, reputado engenheiro oculista. A objectiva da projecção, do mesmo construtor, mereceu os mais meticulosos cuidados: tem 25 cen-

timetros de abertura e 4 metros de distância focal. A objectiva da câmara fotográfica de $0^m,15 \times 3^m$ também foi construída por Mr. Jobin, a do colimador de $0^m,15 \times 1^m,20$ e os prismas de 15 centímetros pela casa Zeiss; as fendas, câmara fotográfica e parafusos micrométricos por Mr. Prin. Os motores foram construídos pela casa Carpentier, e as peças que transmitem os movimentos pela *Société Genovaise de Physique*. Os motores são sincronizados e consegue-se a uma distância qualquer, dois movimentos contínuos exactamente proporcionais, podendo variar a relação das velocidades. Cuidados meticulosos são precisos tôdas as vezes que é necessário operar, bastando notar que para se obterem trabalhos perfectos é indispensável em algumas posições levar a precisão à centésima de milímetro. As imagens definitivas têm um diâmetro de cêrca de 9 centímetros.

Brevemente deve ser instalada a parte complementar dêste aparelho, destinada a fornecer as velocidades radiais.

Do Sol passarei às estrêlas sem me deter no sistema planetário onde tanto há que observar, e no qual tive a fortuna de encontrar alguns resultados interessantes por ocasião do eclipse de 1912, os quais me permitiram estabelecer doutrina nova relativamente à forma da Lua, e a existência provável de uma atmosfera densa no fundo dos vales lunares, conclusão mais tarde igualmente tirada no Observatório de Greenwich da observação de uma ocultação.

São bem conhecidos os múltiplos problemas que à observação astronómica oferece o estudo das estrêlas, pondo mesmo de parte aqueles que se referem à sua posição, e é interessantíssimo o estudo das nebulosas, mas para uns e outros tornam-se precisos instrumentos mais dispendiosos do que os destinados ao estudo do Sol, que é generoso em luz.

Contudo alguns trabalhos podem ser vantajosamente realizados com instrumentos de regulares dimensões, e no observatório da Tapada tem sido aproveitado o equatorial para as

observações de estrêlas duplas, e tanto naquele observatório, como no Observatório Astronómico da Universidade de Lisboa, é regularmente feita a observação de occultações, preparando-se êste último para também se ocupar de observações espectroscópicas de estrêlas.

No Observatório Astronómico de Coimbra acaba de ser instalado, na cúpula central, um equatorial para a observação espectrográfica das estrêlas pelo processo do prisma objectivo. O aparelho foi estudado por mim e a sua construção combinada, em sucessivas viagens que fiz a Inglaterra, com Sir Grubb, o notável construtor inglês, que lhe dedicou uma especial atenção, indispensável por causa da deslocação dos raios luminosos pelo prisma complicar a disposição paralática.

Devi também ao antigo Director do Observatorio do Cabo, Sir Gill, de saúdosa memória, uma valiosa coadjuvação, por ter tomado grande interêsse pela construção dêste instrumento, caracterizado por um prisma de 27 centímetros de aresta, o maior que foi possível obter, destinado a cobrir uma objectiva de 15 centímetros de abertura e um metro de distância focal.

Sem dúvida o sistema da fenda pode ter mais largas applicações do que o prisma objectivo, mas a despesa a fazer para adquirir um instrumento daquela ordem comparável aos que estão em uso noutros observatórios deveria ser considerável. O aparelho instalado no Observatório Astronómico de Coimbra, subordinado às dimensões do prisma, tem a vantagem de não exigir grande objectiva nem exageradas dimensões, e fornecer resultados de alta importância para a sciência astronómica, o que as provas obtidas já nos asseguram.

No Observatório de Harvard encontra-se instalado um instrumento do mesmo tipo, do qual só últimamente tive conhecimento, tendo o nosso espectógrafo estelar sido enco-

mendado por mim antes da guerra. E felizmente que ao principiar êste cataclismo a sua construção já estava adiantada. Doutro modo, tarde seria possível obtê-lo, porquanto a casa Grubb, especialista neste género de trabalhos, devido às questões operárias, tem a sua laboração consideravelmente reduzida, e com tristeza observei, quando há dois anos visitei os seus importantes *ateliers*, em St. Alban, que só se encontravam no trabalho as pessoas da família. Ao mesmo tempo aumentam constantemente as dificuldades para se conseguirem peças ópticas de grandes dimensões, do que temos a experiência com a objectiva de projecção do nosso grande espectro-heliógrafo.

Do importante aproveitamento daquele espectrógrafo, semelhante ao nosso, facilmente pode ser feita idea sabendo-se que com êste aparelho se obtém em cada chapa um conjunto de espectros de estrêlas que já tem atingido o milhar. A diversidade dos espectros, em intensidade e em riscas de absorpção, permite a classificação das estrêlas, e já em 1916 tinha o Observatório de Harvard classificado 226.000

Terminarei aqui esta rápida exposição, suficiente em todo o caso para demonstrar o empenho com que os elementos que em Portugal se dedicam à sciência astronómica empregam o seu maior esforço, e desinteressada dedicação, no intuito de contribuírem para que Portugal se desempenhe neste ramo scientifico da sua missão, honrando o mais possível as tradições que nos foram legadas.

DISCURSO DO DELEGADO DO BRASIL E SEU EMBAIXADOR
EM PORTUGAL, DR. J. M. CARDOSO DE OLIVEIRA

EX.^{mo} SR. PRESIDENTE DO MINISTÉRIO;
EX.^{mo} SR. MINISTRO DA INSTRUÇÃO;
EX.^{mo} SR. REITOR DA UNIVERSIDADE;
SRS. DELEGADOS;
MEUS SENHORES:

É singular, Colegas e Senhores meus! Ao entrar em Coimbra e depois, pela primeira vez, nesta Universidade, de tão felizes dias e memoráveis fastos, não experimentei a sensação de estranheza que nos despertam os lugares jámais vistos; antes me banhei naquela suavidade que tanto nos entenece, quando, depois de longo peregrinar por longes terras, voltamos saüdosos à morada ancestral da família.

Tudo nela nos fala ao coração, tudo soergue o que inconsciente nos jazia na memória, tudo se condensa, por assim dizer, evocando lembranças de dias idos... e vão-se os refolhos da alma abrindo ao são contentamento.

De facto, espiritualmente falando, é êste como que o solar dos intellectuais brasileiros, porque nêle se instruíram e se formaram os dianteiros da nossa civilização e cultura científica, nas suas fontes se desalteraram os mestres dos nossos primeiros mestres, os educadores dos nossos primeiros educadores, os primitivos jardineiros da nossa flora jurídica.

Aos seus átrios, portanto, chegando um daqueles e ao encontrar seus parentes reünidos com tão apreciados amigos em nobilitantes confabulações para a obtenção de um êxito comum — o avanço das sciências, — é muito natural que, antes de mais nada, vos manifeste o grande regozijo que por

isto sinceramente orvalha o outro ramo da família por êle representada, a viçosa fronde americana, que em grande árvore se tornou, provinda das mesmas raízes, regada pelo mesmo sangue e alimentada pelas substâncias da mesma opulenta língua, mas avigorada por adubos peculiares, por seiva própria feracíssima, e a cuja sombra se sentam deleitados os seus jovens e bravos cultivadores, gente de paz, honrada e de bom coração, amorosa do trabalho e da ordem, da moral, da liberdade e da justiça.

Belo quadro, de cujas iluminuras vos entretereí, como puder, na hora oportuna que me foi designada.

Por enquanto, no desempenho de um difícil, mas lisongeiro encargo do meu Govêrno e penetrando neste âmbito dignificador e confortante de sabedoria e de ensinamentos, não medi—pretencioso seria fazê-lo— a estreita espessura dos meus acervos científicos; sondei sòmente de preferência até o imo o reservatório da minha admiração e do meu preito à inteligência e à cultura perfeita em tôdas as províncias do Espírito; e no âmago colhi com ambas as mãos a maior gema da minha sinceridade para ofertar-vo-la como um tributo de cordial homenagem numa simples saüdação entusiástica: a Coimbra, a *Urbs-Mater* da personalidade filosófica, poli-científica portuguesa, pela fidalguia e descortino do seu gesto convocando-nos; — e aos próceres tantos que de tantas partes, apoiados de ideas matrizes e de pensamentos progenitores de fôrças utilizáveis para o progresso das sciências, acorreram férvidos ao seu nobre apêlo.

Com esta, pois, vão acarinhados os meus ardentes votos pela continuidade da gloriosa fama *conimbricense*, pelo êxito completo dos trabalhos do Congresso e muito especialmente para que, a par de eficazes conseqüências dêles, ainda mais se enalteçam e fortaleçam os laços de amizade e de comunhão psíquica entre os adiantados países aqui superiormente representados, excepto o meu, e individualmente entre todos

os seus eminentes Delegados, autorizados expositores do elevado grau de desabrochamento e de madureza a que, com fundas raízes e sólidos troncos, atingiram nos seus férteis solos as veigas e os frutos benéficos da Sciência.

Não me foram, meus Senhores, por ninguém conferidos amplos poderes necessários para algo dizer-vos em nome dos meus caros colegas de classe aqui presentes e dos congressistas dos países irmãos e amigos do Brasil, ibero-americanos; mas penso firmemente, apenas de mim para mim, e assim vo-lo exprimo de motu-próprio, que não estou em erro ao pensar que, se com alguma incumbência me tivessem êles honrado, teria sido a de igualmente interpretar perante vós aqueles mesmos sentimentos e anelos que neste momento, estou certo, lhes borbulham na alma.

Mas, antes de prosseguir, em prol da justiça completem-se os emboras: estendam-se os nossos agradecimentos profundos a esta hospitaleira cidade, autoridades, professorado, estudantes e demais habitantes, pelo seu magnífico agasalho; e, se em tal caso gradações se consentem, fira-se ainda um toque de singular reconhecimento à zelosa e activa Comissão Executiva e ao seu Presidente, Sr. Dr. Francisco Miranda da Costa Lobo, o labor e a cortesia em pessoa e o propulsor máximo do Congresso.

*
* * *

E agora, Senhores, cumpridos os meus deveres, por assim dizer, protocolares, haja paciência e benignidade para breves minutos de expansão pessoal, em simples carácter de congressista, de pontos de vista que, aliás, a ninguém pretendo impor.

Já que nenhuma matéria prima é-me dado trazer-vos para o pão espiritual que ides certamente aqui produzir,

que ao menos vos comunique, embora me possais qualificar de visionário, a que alturas vertiginosas me leva o entusiasmo pela *Sciência* e qual se me afigura o seu papel predominante no cenário do mundo, relatando-vos o que de grandioso se depara à minha alma extasiada nos longes mais esfumados das minhas íntimas meditações.

Felizes daqueles que na breve passagem pela vida transcendem a si próprios, pondo acima das contingências da matéria e dos múltiplos gozos da entidade física, as aspirações do Espírito e a sêde de perfeição e de glória ennobrecedora dos esforços feitos para alcançá-las.

Ditosos os que alvejam, intemeratos das inevitáveis asperezas do caminho, os alterosos páramos desconhecidos, onde o pensamento é suave e as cogitações serenas: quer os que nos horrídeos campos das batalhas — uma vez ainda admitidas como lícitas, no estado actual da civilização, as sangrentas lutas entre os povos — derramam, puros de culpa, sangue generoso em defesa da honra e da grandeza da pátria e do lar; quer os que se abeiram dos leitos dos enfermos para vazar-lhes sôbre as dolências o bálsamo da cura ou as ternuras da consolação; quer os que se devotam a um dêsses nobres apostolados do Bem nas esferas da Instrução, da *Sciência*, do Direito, da Justiça, da Liberdade, da Caridade, da Moral e da Religião, ou nos inúmeros campos de actividade da Inteligência, até os sacerdotes da Arte, que, consagrando-se às sublimidades da Beleza na Música, na Poesia, nas Letras e na Eloquência, com essas coisas tão simples que são as notas da pauta, a euritmia dos versos e das rimas, os signos do alfabeto e as tonalidades da voz, alcandoram a existência, tornando-a mais digna de si mesma.

Todos êsses dão, Senhores, um vislumbre da *Sciência* máxima e complexa — a *Filosofia da Vida*.

São todos êsses, a meus olhos pasmados, os misteriosos ungidos pelos santos óleos do Génio, a trôco por vezes de

amarguras e depuradoras angústias, os Cavalheiros do Ideal, os Condestáveis do Bem, os anjos tutelares das raças.

E, já haveis atentado? Quereis acaso saber, Senhores, que magna fôrça, no meu conceito, poderosamente os aviventa, tornando-os mais fortes e invencíveis quanto maior é ela? A Fé.

A Fé viva, a Fé que arrasta montanhas, porque emanada de um Pensamento Magno universal e criador, claro ou oculto às mentalidades atingidas pelo seu dominador influxo; a Fé, refrigerio que borbota de Fonte Suprema de onde derivam o Amor e a Bondade, a Tolerância e o Perdão.

Não; não se insurjam, injustos, os em outras direcções encaminhados, pois que não me refiro sòmente à Fé religiosa — sem exclusivismo o digo — mas igualmente à Fé, para uns, nas meras potencialidades, sem dependências, do anti-material do nosso Ser, embora simplesmente traduzida como confiança; para outros, nas capacidades orgânicas e fisiológicas, nas únicas, a seu ver, apreciáveis fôrças, entre outras, físicas, químicas, biológicas, antropológicas, matemáticas, astronómicas, dinâmicas e, mais modernamente, meta-psíquicas. As teorias abundam.

Tudo isto no fundo não deixa de ser Fé ou à Fé se reduz, quer tal se chame, quer se denomine Ideal; porque assim se pode considerar tôda a convicção, tôda a crença arraigada e mola de vibrações construtivas.

O próprio ingénuo desejo de ter Fé, às vezes manifestado pelos chamados espíritos fortes que dela se dizem isentos, é já o seu mais próximo prolegómeno; e ainda mais, Senhores, até a própria negação dos livres-pensadores sinceros, denotando um Ideal, um desejo de chegar a uma conclusão, ainda que destruidora, não deixa subtilmente de ser Fé incipiente, porquanto é afirmação implícita do que se procura negar; pois absurda seria a possibilidade de negar-se absolutamente como não existente o que, pelo menos,

existe como conceito do nosso intellecto, para alvo da contradita, e que pelo próprio facto da negação assume formas de realidade, quando mais não seja, em hipótese, cuja probabilidade se vai tornando mais e mais evidente quanto maior se sente a necessidade de enfrentá-la e mais acirradas são as investidas para destruí-la.

Cuido, portanto, que a Fé, assim encarada, muito embora não confessada, quiçá despercebida, é tanto o apanágio, o dote inalienável das almas abertas à inspiração ou ao estudo desapassionado do problema da Vida, quanto também o dos homens de boa vontade ou dos cérebros percucientemente iluminados pelos faróis da Sciência.

E sendo da Fé, sempre em sua significação assim dilatada, que se gera a Perseverança, que sem ela não poderia existir, é só à custa desta virtude, na busca da resolução de perturbantes incógnitas, que avaramente a Natureza, que *non facit saltum*, respondendo na hora própria às afanosas perguntas dos sábios, vai aos poucos, à medida das necessidades humanas, desvendando os seus segredos, consentaneamente à escala do preparo da Inteligência para recebê-los e fazê-los proveitosamente frutificar, e prossegue, guiando e conduzindo-nos assim, paulatiníssima mas segura, à posse do Velocino, à conquista do tesouro inexaurível da Verdade Absoluta, principal, mais imediato e privativo atributo da Omnisciência.

A esta teremos, pois, bem lançadas as contas, de reconhecer — meta extrema do raciocínio e das pesquisas — como a Causa-Primária, o Pensamento-Origem, para os crentes, Deus.

E não importam, nos sistemas e nas linguagens humanas, as designações que se Lhe dêem, filhas já de crenças diversas, já de complicadas cogitações filosóficas e escolásticas ou de limitações sectaristas, e não menos, de desvarios da Razão, ainda que não mal intencionada, mas travada pela

impotência de chegar ao zénite ou por vaidosa relutância de confessar-se vencida... *Vanitas vanitatum et omnia vanitas...*

Assim, no meu devaneio, vejo-vos a todos vós, obreiros da Ciência, aqui presentes, e a todos aqueles sábios e paladinos que ao estudo dos problemas transcendentais e éticos da vida humana dão o melhor da sua existência, os que nos laboratórios pesquisam, que nos gabinetes se aperfeiçoam e produzem, e até os que diante das suas estantes se arroubam nas harmonias dos murmúrios etéreos traduzindo-os em notas musicais, e os que das suas liras arrancam estes da poesia que, embora não aparente, impregna tôda a Criação, contemplo-vos a todos, como construtores da mesma Obra, romeiros da mesma Crença, sedentos do mesmo Êxito, escolhidos vasos de eleição, cadinhos de uma única Vontade Motriz, que tudo sois ou vireis a ser, sem dar por isso.

E, um dia, na Era de Ouro, o filho mais velho que ficou na Casa fiel servidor do Pai e o filho pródigo, que fora dela não encontrou a felicidade, reintegrado então no amor e no sentir da família; e de regresso ao redil as ovelhas desgarradas, restituídas ao carinho do Pastor, todos, todos — trabalhadores da Vinha, os da hora primeira como os da undécima, sentir-se hão plenamente gozosos por terem feito render os talentos que do Amo receberam.

De maneira que, em síntese, para terminar, Senhores, pois que de abusar do vosso tempo já me argui a consciência, quando fechando os olhos e abrindo à larga as ogivas da alma sôbre as estonteantes perspectivas do Cosmos e suas sobrepujanças no Infinito, o que concludo, pelo menos para uso e consôlo próprio, é que a Fé e o Ideal, orientados e disciplinados pelos argumentos da Alta Filosofia, pela teimosia dos factos e as evidências experimentais ou pela Religião, na acepção mais pura e absoluta da palavra, por sua vez estudada, esquadrinhada, esclarecida, demonstrada e for-

talecida pela Razão por meio dos descobrimentos, das provas e dos postulados da Ciência, são a base, como Razão, Ciência, Filosofia e Religião as colunas mestras dessa incomensurável cúpula espiritual, através da qual, num ambiente de Amor sem mácula presidindo à Harmonia Perfeita, e escapa do labirinto da Dúvida e das neblinas da Vaidade e das tergiversações, pairará soberanamente a Verdade, a cujas asas, no decurso do decurso dos séculos, que são instantes no perpassar da Eternidade, a Humanidade — a Criatura —, libertada dos ecúleos da Ignorância e do Mal, transfigurada ao luar da Perfeição, será transportada para além, muito além, àquelas alturas que dão vertigens e calafrios ao pensamento humano, a sublimar-se ao conchêgo da Essência Necessária — Criadora.

Delenda Ignorantia, laudanda Scientia, Deus super Omnia,
— eis o moto da Finalidade.

DISCURSO DO REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO FRANCESA
PARA O AVANÇO DAS CIÊNCIAS,
MR. LE COLONEL PERRIER

MONSIEUR LE PRÉSIDENT :
MESDAMES, MESSIEURS :

Comment n'éprouverais-je pas quelque émotion et quelque fierté en saluant dans cette enceinte les Associations espagnole et portugaise pour l'Avancement des Sciences, au nom d'une Association qui porte en France le même nom, qui se réclame des mêmes principes et qui veut être considérée comme leur soeur aînée!

En me plaçant tout d'abord à un point de vue purement personnel et égoïste, je suis en droit de penser que si cette dernière m'a choisi pour la représenter au sein de votre

Assemblée d'élite, c'est d'abord parce que de longues années d'un séjour au Nouveau Monde, en pays de race et de langue espagnoles, m'ont incliné à une particulière sympathie envers la grande nation voisine. De plus, déjà honoré, dans des Assemblées scientifiques, de l'amitié de quelques uns des savants éminents qui y soutiennent le renom du Portugal, parmi lesquels au premier rang, le Président de la Commission exécutive de votre Congrès, M. le Professeur da Costa Lobo, je suis certain d'avance que je partirai d'ici animé des mêmes sentiments envers le noble petit peuple, — petit par le territoire et la population, mais grand dans l'histoire, — qui récemment a lutté et souffert aux côtés de mon pays dans la tourmente qui a si profondément bouleversé le monde.

L'Association française pour l'Avancement des Sciences, constituée, vous le savez, au lendemain de nos désastres de 1870-1871, pour contribuer au relèvement de la Patrie en vouant à la Science un culte encore plus ardent que par le passé, s'est réunie peu de temps après à l'*Association scientifique de France*, que Le Verrier avait fondée dès l'année 1864. Elle compte à présent plus d'un demi-siècle d'existence et les plus illustres savants français ont occupé le fauteuil de sa Présidence.

Si vos Associations espagnole et portugaise sont nées à une plus fraîche date, les meilleurs garants de leur avenir sont ces neuf Congrès tenus depuis 1909, huit en Espagne, un au Portugal, auxquels celui de Coïmbra va s'ajouter en les égalant sans doute en éclat et en intétêt. Les imposantes listes de vos Membres, montrent quel culte passionné est voué chez vous à toutes les Sciences.

Je dis à *toutes les Sciences*, car le caractère commun de nos trois Associations, est de s'intéresser aux questions scientifiques de toute nature, en réagissant un peu contre la spécialisation à outrance que tend à prédominer de nos jours.

Dans nos réunions, un homme cultivé peut trouver à glaner partout pour étendre le cercle de ses connaissances. Je puis ajouter que les relations agréables nouées, alors avec d'autres Collègues appartenant à des disciplines très diverses, n'en sont pas le moindre attrait.

A en juger par le programme du Congrès de Coïmbra, dans lequel plaisirs et réceptions constituent d'agréables trêves entre les travaux, nous aurons fort à faire pour ne pas nous laisser distraire de ces derniers. Dans votre fameuse cité, véritable République universitaire, dépositaire depuis six cents ans des traditions de votre Enseignement littéraire et scientifique, assise dans un site charmant au bord du Mondego si souvent célébré par les poètes, entourée d'une verdure où les bosquets d'oranger, les plantes tropicales s'entremêlent, pour le plaisir des yeux, aux plantes des climats tempérés, nous allons, j'en suis sûr, nous étrangers, goûter pleinement pendant quelques jours auprès de vous la joie de vivre.

Quand je dirai votre accueil à mes Collègues de l'Association française, ils m'envieront sûrement d'être venu ici.

Cette Association, en tenant son dernier Congrès, en 1924, à Liège, hors du sol de la Patrie, n'a fait que suivre l'initiative, déjà prise par vous, si importante au point de vue de la collaboration scientifique internationale. Permettez-moi d'exprimer le vœu que ces exemples ne restent pas isolés. Un jour viendra, espérons le, où quelque grande ville, d'un côté ou de l'autre des Pyrénées, accueillera avec la même cordialité les Espagnols, les Portugais et les Français de nos Associations, unis dans un même culte qui ne connaît pas de frontière, celui de la Science, et préparés à travailler ensemble par une commune culture d'origine latine.

M. le Président, Mesdames, Messieurs, par ma voix, l'Association française pour l'Avancement des Sciences remercie ses deux soeurs de l'avoir conviée à leur fête de fa-

mille. Elle souhaite, à vos Associations, longue vie et prospérité, au présent Congrès des résultats féconds, à la vieille cité qui lui donne l'hospitalité, un avenir digne de son passé.

ALOCUÇÃO

PROFERIDA PELO REPRESENTANTE DA ACADEMIA REAL
DA BELGICA E DA UNIVERSIDADE DE GAND,
PROF. CL. SERVAIS

MONSIEUR LE PRÉSIDENT;
MONSIEUR LE RECTEUR:
EXCELLENCES:
MESDAMES, MESSIEURS:

A l'occasion du Congrès pour l'avancement des Sciences, les délégués belges sont heureux d'apporter à l'ancienne et célèbre Université de Coïmbre le salut confraternel de l'Université de Gand, l'hommage de sa haute estime et de sa profonde sympathie.

C'est une joie et un honneur pour eux de transmettre aux deux associations scientifiques espagnole et portugaise, les félicitations et les vœux de l'Académie Royale de Belgique et de la Société mathématique de Bruxelles.

Ils se rejouissent à l'idée de participer aux réunions du Congrès avec l'espoir de créer entre eux et les membres de ces associations des rapports intellectuels et sympathiques, si féconds pour le progrès des Sciences.

DISCURSO DO REPRESENTANTE
DOS ESTABELECIMENTOS SCIENTÍFICOS,
DR. PEDRO JOSÉ DA CUNHA,
REITOR DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Na sessão inaugural do primeiro congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, celebrado há quatro anos, na cidade do Pôrto, juntamente com o oitavo congresso da congénere Associação Espanhola, tive a honra de usar da palavra para saúdar, em nome da Universidade de Lisboa, os ilustres congressistas estrangeiros, cuja presença nos enchia de tão legítimo orgulho e satisfação.

Esse lisongeiro encargo, de que então me desobriguei naquela nobre cidade, tão notável pelo seu amor ao trabalho, pelo seu patriotismo e pelas suas tradições liberais, cumpre-me hoje desempenhá-lo, com maior amplitude ainda, nesta formosa rainha do Mondego, tão querida dos nossos poetas, desde os mais humildes e desconhecidos até ao épico sublime que, a par das glórias imarcessíveis da sua Pátria, cantou em versos imorredouros os trágicos amores da linda Inês. Hoje é em nome dos institutos científicos portugueses que venho repetir a saúdação, nesta risonha cidade, onde tem visto desenrolar-se a parte mais considerável da sua existência, a veneranda Universidade, que D. Denis fundou, Universidade cuja história gloriosa se integra e por vezes quasi se confunde com a da própria nacionalidade, e que, mercê da dedicação e competência dos seus professores, continúa a merecer todo o nosso affectuoso interêsse, respeito e consideração.

Há quatro anos os congressistas eram só portugueses e espanhóis. Ao procurar pôr em evidência as razões do interêsse e do entusiasmo com que víamos estreitarem-se as

relações intelectuais entre os dois povos da península, referi-me ao facto, actualmente bem conhecido, de a época dos grandes descobrimentos e conquistas, que levantaram tão alto o nome de ambos estes povos nos fastos da história, ter coincido com um período de grande desenvolvimento científico num e noutro. E não só, nessa época, Portugal e a Espanha contavam entre os seus naturais muitos cultores de tôdas as sciências que mais interessavam à navegação e aos descobrimentos, alguns dos quais verdadeiros sábios, cujas obras ainda hoje admiramos, como também eram estreitíssimas as relações scientificas que existiam entre os dois povos peninsulares, a despeito da natural rivalidade, que reinava entre êles, pela coincidência dos objectivos nacionais e pela analogia das suas aspirações de expansão e predomínio. Justificado era, portanto, o nosso regozijo, ao vermos reatarem-se, e por uma forma tão brilhante, êsses laços intellectuais que outrora uniam os dois povos, e que, por largo período, se tinham conservado tão frouxos, que quasi se podiam dizer inexistentes.

Notei nessa ocasião que a realização dos congressos conjuntos das duas nações peninsulares tinha, como era óbvio, as vantagens inerentes às de todos os congressos desta natureza. Permitia estabelecer maior número de relações entre cultores da mesma sciência, e iniciar trocas de ideas e colaborações susceptíveis de produzirem os mais belos frutos no campo da sciência; facilitava a vulgarização dos trabalhos dos congressistas, dando-lhes um maior incentivo para proseguirem nas suas investigações; podia tornar possível a organização metódica de trabalhos, que experimentadores isolados nunca chegariam a realizar. Exteriorizei ainda a minha opinião, de que a vantagem especial dêstes certâmens residia na aproximação, no estreitamento das relações entre os intellectuais de dois países que tinham em comum tão grande número de afinidades e de interêsses, e isto como

prelúdio duma aproximação, que desejava muito mais ampla, ou seja entre os intelectuais do mundo inteiro.

O que para mim tornava mais imperiosa a necessidade dessa aproximação era a consciência dos perigos que correria a sociedade contemporânea, se as ideias da Rússia soviética alastrassem pelo velho mundo; e o convencimento de que aos intelectuais pertencia tomarem a iniciativa duma campanha de ressurgimento, que, sobre os escombros dum mundo que desaparecia, edificasse para as gerações vindouras um mundo melhor. Ora, êsses pensamentos, que então me dominavam, não perderam a oportunidade. A Rússia continúa a ser um mistério sangrento. O que se passa dentro dos seus vastos domínios permanece oculto em densas trevas; e se estas alguma vez se rasgam, é quasi sempre para nos patentear horrores, que preferiríamos ignorar. Ao mesmo tempo, os estranhos ditadores dêsse país, que apregoam ser o que conquistou maior grau de liberdade, não se contentam em tornar *felizes* os entes que gemem sob a sua autoridade despótica, cruel e intransigente; levam o seu amor pelo próximo a quererem estender a mesma *felicidade* aos outros povos da terra; não duvidam, por isso, espalhar por tôda a parte emissários e evangelizadores, brandindo às ocultas a arma mais própria para lhes grangear adeptos nas massas ignaras, com o desnorteamento dos espíritos, a exaltação dos ódios, e o desenvolvimento de tôdas as ruins paixões; e é o ouro, de que às mãos cheias se apropriaram nesse ainda há pouco riquíssimo país, que constitui a arma, temível e poderosa, com que procuram expandir a sua acção demolidora.

A união dos intelectuais, com o fim de criar uma força capaz de opor-se com vantagem ao desenvolvimento das doutrinas subversivas que irradiam da Rússia dos soviets, teria tôda a razão de ser, ainda que só se tratasse duma defesa de classe, pois é sabido que Lenine, ao dividir os homens

em quatro categorias, colocou na mais elevada os operários e na mais baixa os intelectuais. Mas é o próprio bem da humanidade, a que visa afinal tãda a sciência, sem distinção de fronteiras, que aconselha a união, que tanto preconizo, dos intelectuais, admitidos, que sejam, os princípios de que são as fôrças morais que dominam as fôrças materiais, e de que nenhum direito pode subsistir no mundo sem na fôrça se apoiar. Nunca é de mais recordar o conceito de Platão, que a história ainda não desmentiu, segundo o qual todos os progressos do espírito humano são devidos à aristocracia da intelligência.

E se as minhas ideas de há quatro anos não perderam a oportunidade, é-me grato verificar que os votos, que então quási a mêdo formulei, vão tendo uma realização, que excede muito a minha expectativa. Vejo, com alegria, que, além dos congressistas espanhóis e portuguezes, que em tão grande número se inscreveram, estão dignamente representadas neste congresso nações irmãs da Espanha e de Portugal, que, do outro lado do Atlântico, são as lídimas representantes e continuadoras da civilização peninsular, exprimindo-se, como nós, nas línguas opulentas e harmoniosas de Cervantes e de Camões. Vejo também condignamente representada a França, a nossa grande irmã latina, sempre na vanguarda do movimento científico em tãdas as suas manifestações, e cujas relações intellectuais com o nosso país, que vêm já dos tempos da Renascença, tanto se está tratando de intensificar nos nossos dias. Vejo ainda representada da mesma forma a heróica Bélgica, nação culta entre as que mais o são, e que pela sua admirável attitude na grande guerra, tem jus a ser considerada como mais uma irmã da grande familia latina; e bem assim a Alemanha e a Itália, países cujo extraordinário desenvolvimento científico é ocioso encarecer.

Motivo me sobra, portanto, para congratular-me ao ve-

rificar como ganha terreno o voto, que formulei, de se alargar aos intellectuais do mundo inteiro, a aproximação, que já era um facto, entre os homens de sciência das duas nações peninsulares.

A todos os sábios illustres, que, de além das nossas fronteiras, vêm trazer-nos, com os primores do seu convívio e da sua erudição, os frutos do seu saber e os resultados das suas investigações; a todos os que nos quizeram dar a honra de prestar aos nossos trabalhos uma cooperação, que há-de ser a todos os respeitos valiosíssima, — apresento em meu nome e no dos institutos scientificos portuguezes, os nossos cordeais cumprimentos de boas vindas, a expressão sentida do nosso reconhecimento e a manifestação sincera da nossa grande estima e elevada consideração.

Com tão valiosos cooperadores, o êxito do congresso, pelo lado scientifico, estaria sempre assegurado, mas eu tenho a ousadia de pretender mais. Com os olhos fitos no objectivo altruista da sciência, faço votos para que dêstes trabalhos em comum, em que vamos empenhar-nos, saia uma decidida união entre os intellectuais de tôdas as nações, que aqui se encontram representadas, como prenúncio da formação e desenvolvimento, entre todos os países cultos, dessa aristocracia da intelligência, que é, segundo Platão, condição indispensável para o progresso da humanidade.

DISCURSO DO REPRESENTANTE
DE S. EX.^a O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
PROF. VITORINO GUIMARÃES,
PRESIDENTE DO MINISTÉRIO

Em nome de Sua Ex.^a o Presidente da República e no do Govêrno, venho, num tão honroso como gratissimo dever, dirigir as minhas mais affectuosas saudações ao Congresso

Scientífico de Coimbra — conjunção mixta das altas mentalidades que, em Espanha e em Portugal, se constituíram em Associações para o Progresso das Sciências.

E seja-me ainda permitido que, ao começar, eu desde logo apresente os nossos agradecimentos e as nossas boas vindas aos que nesta cidade de Coimbra — a Atenas da Pátria Portuguesa — vieram trazer-nos a labor científico da grande Pátria Espanhola — irmã da nossa.

A civilização ibérica — «original e nobre» — irá assim tendo a sua necessária continuação.

Numa e noutra destas duas Pátrias, num e noutro dos Continentes àquém e além dos mares que cruzámos em tôdas as direcções, por um intercâmbio académico e universitário, — conseguem vincular-se os laços duma solidariedade que engradece sem escravisar, que justapõe esforços, sem subalternisar uns ao maior valor dos outros.

A despeito do intransigente amor à independência política, que no mais íntimo do nosso peito, espanhóis e portugueses, ciosamente guardamos, como relíquia do passado, uma verdadeira aliança espiritual nos abraçou através de todo o progresso das sciências, nos conduzirá por uma afinidade incontroversa a caminho do dia de amanhã.

Depois da família, o altar que adoramos é a Pátria, mas depois da Pátria é a Raça, a que pertencemos todos, que realmente de nós pode também dispor.

MEUS SENHORES :

Foi emprêsa do século passado substituir, em mais largos horizontes, ao relativo — o geral; tornar, em todo intimamente harmónico, a sciência que o passado lhe legara, ainda, confusa e vaga.

Na humanidade moderna as cinzas dos ideais passados

foram desfeitas pelo vento que a própria ciência levantou, mas com a queda dos antigos ídolos não surgiram, indiscutíveis, outros que todos os homens adorassem.

Parece que num raiar de madrugada, assistimos a uma civilização que quer dar origem a outra que a substitua.

Atravessamos um período que, em vários pontos de vista, muito se assemelha ao da Renascença, e se com esta não tem analogias exactas é talvez que as condições anteriores não são iguais, é que a voz esmagadora dos mortos nos soa hoje de modo diferente.

A Renascença foi o período áureo dos inventos e das descobertas, foi a transição para o despertar da Idade Moderna; deu-lhe origem o agonizar duma crença que, sublime e rara, as cruzadas do Oriente ousaram fazer vacilar.

Quási sem ideal os espíritos vaguearam e iniciaram a Idade Moderna.

O século passado criou também uma religião — a da liberdade — que, derramada em profusão às massas, soube, não só criar firmes prosélitos, mas até fraccionar-se em perigosas seitas que encarnam em si sempre a idea da liberdade triunfante; tôdas supõem marchar para o mesmo fim — o bem comum.

Mas, nesta variedade de crenças, de sistemas de governar povos, de linguagem de profetas que guiam as multidões, nos desvarios naturais dessas mesmas multidões sofredoras, reside o maior perigo.

Os espíritos, sem peias morais que os orientem, vagueiam num turbilhonar continuo e desregrado, e os excessos, ora num sentido ora noutro, agravam os males daqueles que sofrem, trabalham e produzem.

A civilização, alargando os limites do possível, alargou também os limites do necessário, e criou ao futuro gra-

ves dificuldades pela escassez de recursos para lhe fazer face.

Para substituir o que já se não tem, para adquirir o que se ambiciona, o que existe, que se vê a pouca distância, em muitos espíritos desaparece a antiga e austera moralidade.

O carácter deprime-se, abastarda a Raça, e com estas as Pátrias que lhe pertencem.

Se é perigoso e estonteador o painel dourado que o progresso oferece ao mundo de hoje, é principalmente às *élites* brilhantes de cada povo, que constituem os seus verdadeiros dirigentes, que compete carrilar para o verdadeiro rumo as sociedades que dêle se desviaram; dirigir para lá todos aqueles a quem a razão ou o sentimento podem ainda, com vantagem, fazer uma chamada.

A humanidade sofre, é bem certo; mas a civilização e o progresso têm espargido sôbre ela, e através dos últimos tempos, bálsamos que até ali nunca se conhecera.

Que se continue nessa bemdita cruzada é o mais fervoroso voto que formulamos.

Os que se deliciam em fazer reviver com saúde as antigas épocas da barbaria, não escutam porque muito distantes os deixam já, as maldições e os gritos daqueles que, indefesamente, se consumiram e morreram.

Não é só o sentimento, não é só a razão, que faz traçar e abrir o caminho que levará os povos em contínua evolução ao Capitólio sereno e feliz.

Da razão pura nasceu, medrou e continua a aperfeiçoar-se a ciência humana.

Do sentimento desabrochou, evolucionou e continua a aperfeiçoar-se a solidariedade humana...

*

* *

A velha pedra filosofal, a alquimia que desejava converter o chumbo em ouro não persiste, é certo, inteiramente nesse primitivo intento.

Mas, condicionando melhor os fenómenos, coordenando-os por uma nova teoria, continua as suas previsões; marcha ora para a unidade e a simplicidade, ora para uma mais completa interpretação de factos.

Com a lei dos grandes números, as noções de série, e de limite, restabelecem a unidade desejada, formulam sínteses admiráveis.

As últimas causas continuam no mais inalterável mutismo; mas a sciência, como a vaga que enlaça o rochedo, rodeia a dificuldade, torna essas causas proporcionais aos efeitos que pode analisar, e intemeratamente prossegue de conquista em conquista.

Lembra-se, sempre, que foi a observação do seu próprio ser, da natureza, que por intuição fêz deduzir os seus primeiros conhecimentos.

Lembra-se, que a mais abstracta de tôdas as sciências, a própria matemática, nasceu do número, e o número proveio do contemplar de cousas iguais e descontínuas.

E, então, faz reverter maravilhosamente em favor da humanidade e em numerosas e utilíssimas aplicações, os princípios que concebeu num mundo abstracto das suas teorias.

Sem Carnot e Clausius, o que seria da indústria moderna e da sua fôrça motriz?

Sem Maxwel, o que estaria ainda reservado para vencer a distância com o pensamento falado ou escrito?

Sem Lavoisier e a química moderna, com os seus labo-

ratórios, o que seria feito da agricultura e de tanta indústria?

Sem Pasteur, Jenner, Curie e tantos outros, que seria feito dos males curáveis da humanidade?

*
* *

E por outro lado a solidariedade humana já não é só vinculada pela lei do respeito de Kant; mas o próprio interesse concorre para a afirmar.

A interpenetração dos países pelos seus valores, representados pela inteligência e mão de obra dos seus filhos, pelas mercadorias e capitais produtores da riqueza pública, é hoje um princípio incontestado e incontestável.

O proteccionismo que, para qualquer daqueles valores, os homens desejem erguer, como barreira ao seu natural e lógico deslocamento, constituirá sempre um expediente a explicar, nunca uma doutrina a defender.

A intuição das estreitas ligações que brutal e inconscientemente ligam o indivíduo à espécie, e que pelos caracteres comuns que sobre todos espalha consegue realizar um conjunto harmónico, cujo equilíbrio a simples discordia de dois dos seus elementos pode perder — é a expressão sincera que a natureza formula em favor da solidariedade universal.

Solidariedade que, do mundo dos infinitamente grandes vai mantendo-se até ao mundo dos infinitamente pequenos, gravitando os grandes astros como os pequeníssimos crepúsculos, última decomposição da matéria, em caprichosas órbitas, num dinamismo eterno, mas conducente ao mais perfeito dos equilíbrios.

A natureza é o espelho do homem, a Bíblia aonde êle lê todos os seus *desiderata*.

Na árvore, tôdas as seivas se espalham e repartem profusamente; mas se um gomo começa a desenvolver-se a êle acorrem pressurosas as mesmas seivas que até ali corriam dispersas.

Se a lesão de qualquer órgão põe em risco a sua função principal, acodem a proteger-lhe a actividade e a ajudá-lo os órgãos seus vizinhos.

Emfim, na natureza, no meio económico, no meio social, não há interêsses isolados, há cadeias de interêsses, cujos élos lógicamente se completam e que apenas aparentemente se degladiam.

Quanto mais um País vende, mais compra; quanto mais compra, mais vende.

Quanto mais subimos na escada do progresso, mais de perto tocamos o princípio que nos ensina, que não há mal dos outros que sôbre nós um dia não venha a recair, que não há mais seguro alicerce do nosso bem estar do que a felicidade de todos.

*

* *

Trabalhadores intellectuais que falais as línguas de Cervantes ou de Camões:

A missão que, voluntariamente, vos imposesteis é duplamente feita em prol da humanidade, pela obra da sciência que continuais, e pelo princípio de solidariedade que affirmais.

Em nome de Sua Ex.^a o Senhor Presidente da República, em nome do Govêrno, saudo-vos com entusiásmo e com a maior das simpatias.

O Trabalho já realizado, o brilho da assembleia aqui reunida, é o melhor penhor do êxito que todos desejamos.

Traduzindo, ao terminar, os pensamentos de Danton e do imortal Goethe, permiti que eu vos diga :

Ousar é o segredo das vitórias.
Começar é tudo.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO CONGRESSO

SAUDAÇÃO EM HONRA DO EMINENTE PROFESSOR
E REITOR DA UNIVERSIDADE DE MADRID,
SENHOR D. JOSÉ CARRACIDO,
PRONUNCIADA PELO PROF. BASÍLIO FREIRE

SENHOR MINISTRO DA INSTRUÇÃO:

SENHOR REITOR:

SENHORES CONGRESSISTAS:

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

A Universidade de Coimbra conferiu ao Ex.^{mo} Senhor D. Leonardo Tôrres Quevedo e desejara dar aqui a mesma honra ao Ex.^{mo} Senhor D. José Carracido, ilustre professor e Reitor da Universidade de Madrid, o título de doutor *honoris causa*, visto que estes dois grandes homens são duas glórias da sciência espanhola, direi mesmo da sciência universal.

Infelizmente, porém, e bem dolorosamente para êle e para nós, o Sr. D. José Carracido, por motivo de saúde não pôde comparecer; mas nem por isso nos devemos julgar desobrigados de saüdar aqui, neste momento, êste grande homem de Sciência e de Bem, fazendo votos pelo rápido e completo restabelecimento da sua preciosa saúde.

Eu conheci o senhor D. José Carracido há bastantes anos, em Luso, onde êle tinha ido de visita à ilustre família Gomes Teixeira, que, como eu, ali veraneava; e a nossa primeira

conversação, ao longo das sombras evocativas do Buçaco, recaiu sobre assuntos da Biologia Geral e de Química Fisiológica e foi a primeira vez que ouvi falar da *adrenalina*, da sua acção cárdio-vascular e doutros produtos das *glândulas de secreção interna*, então ainda bem mal conhecidos e estudados, tanto na sua acção excitante como na sua acção morfogénica. E logo ali o meu espírito ficou rendido de admiração e assombro pelo sábio prelector que, com a sua palavra inspirada, fluente, metódica e persuasiva, esclarecia e liquidava, com estremada simplicidade, e sempre magistralmente, os assuntos mais vastos, mais áridos e complicados.

Parecia-me que aquele espírito subtil, feito de luz, como uma lâmpada votiva sempre ardente, entrava no assunto, instalava-se comodamente lá dentro, iluminava-lhe todos os recantos, ainda os mais obscuros e imprevistos, e punha-se a desfibrá-lo, como um miniaturista, decompondo-o nos seus detalhes mais minúsculos, nas suas modalidades mais reconditas, para lhe desvendar a misteriosa estrutura, recolhia, com virtuosidade, os incidentes mínimos, contudo indispensáveis para a elaboração mental da síntese, e a conclusão surgia naturalmente, com uma precisão matemática, clara e lucilante, vestida em roupagens pomposas, sempre ricas de frescura e fragrância, como uma Minerva augusta que acabasse de sair, equipada e armada, da cabeça olímpica de Júpiter! Então, excitado nos meandros complicados do raciocínio, a sua face transfigurava-se, espiritualizava-se, iluminava-se, enrubecida como a dum vidente; e, então, era só êle quem falava... porque aquela palavra mágica, dominadora, borbulhante de viço e mocidade, voando arrebatadamente na asa esplêndida da idea, era como a caudal dum lago em que, súbitamente, se tivesse rompido um dique. É que aquela eloquência tão pura, tão límpida, tão espontânea, quasi automática, como é a eloquência do génio, segue ca-

minhos fáceis, sempre bem iluminados e rectilíneos, numa espécie de rajada, que ao mesmo tempo scintila e canta, dispondo tudo em harmonias perfeitas. É a ligação suprema da Sciência e da Arte, dando-nos o arrepio trágico da eterna beleza, que é o produto sagrado da conjunção misteriosa do talento e da emoção!

A Universidade de Coimbra, investindo dois grandes homens no título de doutores *honoris causa*, concorre, na medida das suas fôrças, para a sua gloriosa apoteose científica, que é a consagração justa, radiosa e bela de duas vidas inteiras votadas às lutas da Sciência e a tôdas as glórias do trabalho, da bondade e do dever, no meio dos aplausos unânimes de todos nós e de tôda a família portuguesa.

Associando-me comovidamente a esta tão justa homenagem, a esta tão simpática festa da Sciência, como amigo de D. José Carracido e como Presidente da Comissão de Representação da Faculdade de Medicina no Congresso que tão brilhantemente acaba de ser celebrado, saúdo entusiásticamente estes dois homens eminentes, pelo talento e pelo saber, bem como todo o professorado espanhol, fazendo votos sentidos para que a vida lhes seja longa para honra e glória da heróica nação espanhola, da sciência moderna e da Humanidade; da Humanidade, sim! porque estes dois grandes homens pertencem definitivamente à *élite* aristocrática da Sciência, ao *Almanach de Gotha* da Sciência e são por isso, autênticamente, duas glórias da Humanidade!

DISCURSO DO SECRETÁRIO GERAL
DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONGRESSO,
PROF. JOAQUIM DE CARVALHO

EX.^{mo} SR. MINISTRO DA INSTRUÇÃO:

EX.^{mo} SR. REITOR DA UNIVERSIDADE:

SENHORES CONGRESSISTAS:

MINHAS SENHORAS:

MEUS SENHORES:

Como secretário geral da Comissão Executiva do Congresso Mixto das Associações Portuguesa e Espanhola para o Progresso das Sciências, incumbia-me o honroso encargo de resumir, embora a traços largos, todo o vasto trabalho apresentado nestes dias, para nós todos inolvidáveis. Sinto-me, porém, inibido de o fazer, e por uma forma tão imperativa, que nem utilizando aquelas botas de sete léguas que Hegel calçou para percorrer todo um longo período do pensamento humano eu me sentiria capaz. É que a scisão da unidade do saber, que a actividade do século passado parece ter quebrado duma forma definitiva — e estou em dizer, lamentável, porque a essência do espírito humano é coordenação e aspiração para a unidade, já não nos permite gozar as largas, ricas e harmoniosas perspectivas da cultura anterior ao século XIX. Forçados a uma terrível especialização, scindimos pelas exigências do trabalho científico, a realidade viva do mundo e do espírito e a própria história do homem. Contentemo-nos, ao menos, em evocar os inefáveis prazeres intellectuais dum Aristóteles, dum Tomás de Aquino, dum Leonardo da Vinci, dum Descartes, dum Leibniz ou dum Kant, e a considerar com amável ternura a galharda confiança de Pico de Mirandula ou do português fr. Francisco de

Santo Agostinho de Macedo, sustentando teses *de omni re scibili*. A esta razão geral, outra acresce. Ainda há momentos funcionavam quasi tôdas as secções do Congresso, e mesmo que me socorresse dos juizos e informes dos senhores presidentes e secretários das várias secções, eu não teria materialmente tempo para fazer um relatório circunstanciado, — tanto mais que a probidade me impunha o dever de nada omitir de realce e a precipitação sempre foi má conselheira e guia. Se não posso assim apresentar-vos o relatório dos trabalhos do Congresso, duas considerações dentre tantas, devo salientar. Nos discursos inaugurais, nas conferências, nas comunicações e nas teses dominou a idea gentil de espanhóis e portuguezes versarem principalmente problemas, aspectos e factos de significação ou importância peninsular, sem que o amor desinteressado da verdade sofresse ou se manifestasse uma nota aggressiva ou estreita.

Desta forma, constituem a nota predominante dêste Congresso a necessidade de relacionar certos problemas históricos e culturais das duas nações para poderem ser cabalmente apreendidos e a consideração, sob o ponto de vista peninsular, de alguns problemas scientificos ou de applicação. Congratulemo-nos com êste facto, e saibamos tirar dêle tôda a fecunda e generosa lição de solidariedade humana que êle comporta e ao mesmo tempo a directriz para futuros congressos mixtos. Ao lado do regimen das comunicações livres, não deverá estabelecer-se um elenco de problemas especiais, de interêsse peninsular, prèviamente fixados e sôbre cujos relatórios incidiria uma parte da actividade dos Congressos?

A forma expontânea e viva como estas aspirações se têm traduzido não importa a sua coordenação e efectivação prática?

Um outro facto se produziu neste Congresso, que nos deve encher de júbilo: foi a solidariedade e colaboração

efectiva de algumas sociedades científicas de além dos Pirinéus. E em particular não posso esquecer que o Brasil, Cuba e Venezuela nos deram a honra de se fazerem representar, e, especialmente o Brasil, de enviar uma distinta e culta personalidade que efectivamente e relevantemente colaborou nos nossos trabalhos. Possam os futuros congressos reunir e intensificar, além da colaboração europeia, a contribuição da América de estirpe ibérica! São os meus votos mais veementes, não apenas pelo interesse científico, mas pelo prazer de ver reunidos todos os povos que no velho e sempre moço solar peninsular se não consideram em casa estranha.

DISCURSO DO SECRETÁRIO GERAL
DA ASSOCIAÇÃO ESPANHOLA
PARA O PROGRESSO DAS SCIÊNCIAS,
EX.^{MO} SENHOR RICARDO GARCIA MERCET

EXCELENCIAS:

SEÑORAS Y SEÑORES:

No asistiendo a este acto el Vicepresidente de la Asociación Española, Sr. Vizconde de Eza, y habiendome transferido su representación, me considero en el deber de dirigir un saludo de despedida a Portugal y a los profesores portugueses al finalizar las sesiones del 10.^o Congreso de las Ciencias.

Este Congreso, cuya sesión de clausura estamos celebrando, más que el Congreso de Coimbra debería llamarse el Congreso del Doctor Costa Lobo. Mi ilustre y querido amigo, el profesor Costa Cobo, ha sido, en efeto, no sólo el organizador del Congreso cuyas sesiones vamos a cerrar, sino

el *alma mater* de cuantas ceremonias, actos, homenajes y fiestas alrededor del Congreso se han verificado. En todas partes, patente o en espíritu, hemos visto o adivinado su persona. Personalmente trazó el programa del Congreso; personalmente se ocupó del alojamiento de los congresistas; personalmente dirigió los festejos y las excursiones; personalmente, en fin, trabajó para conseguir el concurso de los elementos oficiales que han dado realce a esta asamblea científica y han hecho de ella una de las más brillantes de las que hasta ahora llevamos celebradas, de común acuerdo, las dos *Asociaciones* peninsulares para el progreso de las Ciencias.

Por el éxito que ha coronado sus esfuerzos felicito aquí, públicamente, al Doctor Costa Lobo; y le expreso la gratitud y el rendimiento personal de todos los congresistas españoles por las muestras de afecto y consideración con que constantemente les ha distinguido.



Al regresar a nuestra Patria llevamos todos de Portugal los más gratos recuerdos. Este país, de una belleza incomparable, nos interesa profundamente. No es sólo el panorama de sus fértiles campos lo que nos embelesa y cautiva. Es la sencillez de sus habitantes, la patriarcalidad de sus costumbres, lo que, visitando Portugal, más conmueve y atrae al viajero. La naturaleza, tan pródiga de sus dones aquí, parece haber comunicado esa misma prodigalidad a los habitantes de esta porción privilegiada de la península ibérica.

Pero no es para entonar un canto a Portugal por lo que yo aparezco en este excelso escenario y dejo oír mi voz en una solemnidad como la presente. Como Secretario General

de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias estoy sólomente aquí, y en tal concepto debería ocuparme en trazaros un breve resumen de la labor científica desarrollada por esta magna asamblea, en los seis días que ha funcionado. Sin embargo, este trabajo es una obra imposible de realizar en pocas palabras. Dividido el Congreso en ocho Secciones y habiéndose presentado en cada una de ellas un considerable número de memorias sobre las más diversas disciplinas, no es factible trazar someramente un cuadro en que aparezcan resumidas y compendiadas. Sólo diremos que en esta ocasión, como en otras anteriores, con motivo de los Congresos que ya llevamos celebrados, los investigadores de vuestro país (digo esto dirigiéndome a los profesores portugueses) y los investigadores del mío (y ahora hablo refiriéndome a los congresistas españoles), han dado evidentes muestras de que ninguna rama del saber les está vedada y de que descuellan igualmente en el cultivo de las llamadas ciencias experimentales que en el de la filosofía, la historia, el derecho y la enseñanza o la educación.

Mucho se habla, con motivo de estos Congresos científicos y del título que llevan las Asociaciones peninsulares que los organizan, del avance de las ciencias, de los progresos científicos que de ellos deban derivarse. Aunque os parezca extraño, no a todos los que me escuchan — pues la mayoría están en el secreto — sino al gran público que presencia estas asambleas espectaculares, el progreso científico de un país no se deriva de una reunión de gentes estudiosas, salidas de sus laboratorios o de sus gabinetes de trabajo con ánimo de cambiar ideas é impresiones y con ánimo, también, de divertirse. Ni la *Asociación portuguesa para el progreso de las Ciencias*, ni la Española del mismo título, ni sus similares del extranjero, creo yo que habrán influido de una manera decisiva en los adelantos que desde que se fundaron esta clase de Asociaciones viene realizando la

humanidad. Ningún descubrimiento realmente portentoso ni ninguna investigación trascendente se producen y son consecuencia de esta clase de reuniones o son expuestos en ellas por primera vez, ya se celebren las asambleas en territorio peninsular, ya en países más prósperos y adelantados que los nuestros. Es en las Academias y en las Sociedades sabias especializadas donde se suelen exponer los frutos más óptimos del cálculo y de la experimentación. Es en los anales y revistas de esas sociedades donde hay que buscar lo verdaderamente nuevo, lo que realiza o constituye un positivo progreso científico. Los Congresos científicos, como este de Coimbra, como el anterior de Salamanca, como el de Oporto, como el de Bilbao, como el de Sevilla, cumplen y llenan entre nosotros otra misión, también muy importante y muy transcendental. Han servido para poner en contacto a las clases intelectuales de los dos países ibéricos; han servido para que españoles y portugueses, habitantes de un mismo territorio, no vivamos de espaldas unos a otros; han servido de puente a unas peregrinaciones de gentes curiosas que desde España han venido a Portugal o que desde este país han pasado a España; han servido para que en Portugal empiece a apreciarse la producción científica española y en España la producción científica portuguesa, y han servido para que por encima de la frontera que políticamente nos separa nos tendamos los brazos españoles y portugueses. Sólo por estos hechos tenemos el deber de calificar de beneméritas a las *Asociaciones científicas* que los han provocado, y se han hecho estas acreedoras al respeto y consideración de las gentes de uno y otro país. Permitidme que me exprese así, con entera sinceridad, como Secretario General de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, y permitidme que señale al profesor Costa Lobo como el principal factor de esta feliz aproximación hispano-portuguesa a que estamos asistiendo y como el iniciador de estos Con-

gresos mixtos, en que colaboran por igual españoles y portugueses, hablando cada cual en su propio idioma y entendiéndonos unos y otros sin dificultades de ninguna clase.

*
* *

Pondría aquí punto a las palabras que estoy obligado a pronunciar en esta sesión solemne con que finaliza el Congreso de Coimbra, si un sentimiento de afecto irresistible no me impulsara a dedicar un recuerdo al compatriota mio que debió ser el alma de esta asamblea científica. Me refiero al Presidente de la *Asociación Española*, el profesor Rodriguez Carracido, que, enfermo, postrado en cama, convaleciente de una cruenta operación quirúrgica, se despidió de mi, en el Sanatorio Villa Luz, de Madrid, emocionado y con lágrimas en los ojos, encomendándome saludara en su nombre a este Portugal de sus amores; a las Universidades portuguesas, que tanto reverencia y admira y entre cuyo profesorado tiene tantos amigos entusiastas y devotos.

Complido este encargo cierro mi discurso con la salutación más expresiva y respetuosa a las autoridades y gobernantes de Portugal, por el realce que han prestado al Congreso con su asistencia; a los organismos populares y académicos de la ciudad de Coimbra, que tantas deferencias y agasajos han tenido para mis compatriotas, y al general, jefes y oficiales de esta guarnición por los actos de afectuoso compañerismo que, en obsequio de las comisiones militares españolas, han organizado.

De todos nos despedimos los españoles, no con un adios! definitivo, sino con un esperanzado hasta la vista! pues queremos albergar y fomentar la ilusión de que nos veremos en Cádiz, de aquí a dos años, y dentro de cuatro en la Lisboa del Tajo; del Tajo ese rio que viene del corazón de España

y se ensancha y dilata en Portugal, como en estos momentos se ensancha, estremece y dilata, al calor del afecto con que aqui hemos sido acogidos, el alma española!...

He dicho.

ALOCUÇÃO DO REPRESENTANTE
DA ACADEMIA REAL DA BELGICA
E DA UNIVERSIDADE DE GAND, PROF. CL. SERVAIS

MONSIEUR LE MINISTRE :

MONSIEUR LE RECTEUR :

EXCELLENCES :

MESDAMES, MESSIEURS :

A l'issue de nos réunions, notre pensée reconnaissante va tout naturellement aux membres du Comité organisateur de cette haute et imposante manifestation scientifique que a réunie l'élite intellectuelle du Portugal et de l'Espagne. Le succès de cette manifestation a dépassé leurs espérances et a récompensé leur zèle, leur travail, leurs efforts. Nous les en félicitons chaleureusement. Nos félicitations et notre gratitude s'adressent tout particulièrement au distingué et sympathique Président du Comité exécutif du Congrès, Monsieur da Costa Lobo. L'éminent savant, l'âme de toute l'organisation, a voulu pour sa chère Alma Mater, un congrès scientifique digne des précédentes réunions pour l'avancement des Sciences. Le dévouement de notre illustre ami fut à la hauteur de sa volonté de réussir.

Monsieur le Président, il me reste une bien agréable mission à remplir. Les délégués belges attribuent l'accueil si bienveillant de toutes les autorités, la sympathie dont ils ont été l'objet pendant leur séjour au Portugal, à une amitié sincère pour la Belgique. Leurs coeurs en sont vivement émus et reconnaissants. Vive le Portugal!

DISCURSO DO PRESIDENTE
DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONGRESSO,
PROF. F. M. DA COSTA LOBO

SENHOR PRESIDENTE:

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

É dever meu, que gostosamente cumpro, pronunciar ainda algumas palavras nesta sessão. Serão elas sobretudo de congratulação e reconhecimento.

De congratulação pelo extraordinário êxito que êste certâmen científico alcançou, e que esta sessão afirma, manifestando que não acaba com esta sessão, embora ela seja de encerramento, porque os seus trabalhos e o prestígio que alcançou farão perdurar a sua memória.

Para tão notável resultado contribuíram com o maior esforço tantos e valiosíssimos elementos que vieram com entusiasmo e carinho prestar o concurso dos seus profundos conhecimentos, do seu talento, do seu génio; companheiros que a Universidade de Coimbra acolheu jubilosamente no seu seio, podendo afirmar que jâmais desaparecerá a recordação dos rápidos momentos em que gozâmos a sua admirável e distinta companhia.

De reconhecimento, que tenho a honra de testemunhar em nome do *Comité* Executivo dêste Congresso, e permita-se-me também pessoalmente, para com todos os elementos que nêle colaboraram, e que pela forma mais notável afirmaram o seu alto valor, que veio esmaltar com o maior brilho os nossos trabalhos.

Não é possível fazer referências especiais. Os nossos sábios colegas de Espanha não podem ser destacados porque connosco se encontram estreitamente ligados, e com a maior

satisfação o observo. Mas não deixarei de fazer especial referência ao ilustre representante do Govêrno de Espanha, que constantemente nos acompanhou alentando-nos com o seu entusiasmo.

Deixa-nos inolvidável recordação a grandeza da representação das nações estrangeiras, que veio afirmar a mais apreciada solidariedade mundial, que é a solidariedade intellectual, tão notável pelas pessoas que no nosso país estão representando essas nações, e permita-se-me especial referência ao Ilustre Embaixador do Brasil, que sentindo bem os laços de sangue e de intellectualidade que nos unem, não só nos patenteou o carinho brasileiro, mas também honrou as secções do nosso congresso com notáveis trabalhos scientificos, como pelos sábios ilustres que decorreram ao nosso apêlo e deixam vinculados aos anais dêste congresso o alto prestígio do seu nome de fama mundial.

Especialmente também eu devo testemunhar o nosso profundo reconhecimento ao Govêrno do nosso país pela alta consideração que demonstrou pelos nossos trabalhos, e a tôdas as corporações que com a sua coadjuvação poderosamente contribuíram para o resultado que todos com satisfação assinalamos.

Emfim, porque não é ocasião para poder alongar-me mais, eu quero afirmar o meu profundo reconhecimento ao nosso Ilustre e Querido Reitor, que exerceu constantemente uma acção do mais alto valor e proficuidade, e aos meus queridos companheiros e colegas que incansavelmente se dedicaram a esta obra, empenhando-se com tôdas as suas fôrças para que ela resultasse útil e de inolvidáveis recordações.

MENSAGEM DO REITOR DA UNIVERSIDADE DE VALHADOLID, DR. CALISTO VALVERDE

EX.^{mo} SEÑOR:

Con esta fecha dirijo al Ex.^{mo} Sr. Presidente del Congreso de las Ciencias que ha de celebrarse en esa Ciudad la comunicación siguiente:

«En estos momentos que en la histórica ciudad de Coimbra ha de reunirse el Congreso de las ciencias, creo oportuno exponer por medio de esta comunicación y como Rector de la Muy Insigne Universidad de Valladolid, que, deseando enaltecer la memoria de sus profesores ilustres, que más se hayan distinguido por su saber y hayan quedado más honda huella de su paso por la vida docente, tiene proyectado un homenaje este año a Fr. Serafim de Freitas, nacido en Lisboa, discípulo de la Universidad de Coimbra en la que cursó sus estudios de cánones hasta obtener el grado de Doctor y Profesor de la Universidad de Valladolid, desde el año de 1605 que en reñida y brillante oposición obtuvo la cátedra de Cánones, la cual explicó *con mucho cuidado y gran aprovechamiento de estudiantes durante casi veinte años*, hasta que por sus achaques y sobre todo por *estar sordo de todo punto*, solicitó del Consejo una Real Cédula para que, en atención a sus méritos, se le jubilase perdonándole el poco tiempo que le faltaba para cumplir los veinte años desde su incorporación.

Como dicen con tanto acierto sus biógrafos, los Sres. Al-

cocer y Rivera (*Anales Universitarios de Valladolid*) t. V., 1924), mereció tan sabio profesor el aprecio y elogio de sus contemporáneos y posteriores, siendo incontables los tratadistas de Derecho que hacen mención glorificadora de sus obras, y entre otros, D. Rodrigo de Acuña le llama *vir summæ eruditionis et religionis*. Solorzano, en su *De Iure Indiarum*, le llama al mencionarle *doctum, pariterque reverendum*, y el historiador de la Merced, Fr. Bernardo de Vargas, dice de él: *Omnes a maximo Doctore et Principe usque ad minimum tantum dicendi, et allegandi copiam scientiarumque præstantia contemplantes demirati remanent*; y asimismo Fr. Marcos Salmerón, en su obra nos dice: «Pocos volumenes dió a la estampa, respecto de los que escribió; pero en ellos aseguró a la posteridad el crédito docto y erudito que tuvo en vida».

La obra más importante que publicó fué la titulada: *De Justo Imperio Lusitanorum Asiatico adversus Hugonis Grotii Batavi mare liberum*. (Valladolid, Jeronimo Morillo, 1625, 4.^a); y es de excepcional interés para la ciencia del Derecho internacional, en la cual revela el autor una erudición vastísima, un conocimiento completo de los problemas de derecho de su época, y señala con precisión y habilidad los puntos débiles de la disertación de Grocio, siendo, por lo tanto, uno de los contraditores más formidables de éste.

Como afirma Guichon de Grandpont, esta obra es un monumento histórico, jurídico y diplomático de importancia real, digno de ser sacado a luz y con el cual deben honrarse Portugal y la Universidad de Valladolid.

Y de igual modo que se celebra este año en Holanda el tercer centenario de la obra de Hugo Grocio, esta Universidad Vallisoletana, velando por sus gloriosos prestigios, ha resuelto celebrar también el tercer centenario de la publicación del libro de Fr. Serafim de Freitas, estimando que el mejor homenaje a tan esclarecido maestro es verter su obra al castellano, empresa costosa y difícil que está llevando

a cabo el docto canónigo de esta Catedral y discípulo de la Universidad de la Valladolid D. José Zurita Nieto, a la que pondrá un prólogo el Ex.^{mo} Sr. D. Joaquin Fernández Prida, Catedrático de Derecho Internacional que ha sido de esta Universidad, hoy de la Central, Ex-Ministro de Estado, Académico y gran conocedor de la labor realizada por el ilustre Freitas.

Como Rector siento la natural satisfacción de comunicarselo a V. E. por si tiene a bien dar cuenta al Congreso de su digna Presidencia, del proposito, ya en vias de realización, a que hago referencia en las anteriores lineas.

En ello tendrá una gran complacencia esta Universidad, quedandole muy reconocida.

Lo que tengo el honor de trasladar a V. E. para su conocimiento y el de esa Universidad a la cual pertenció como alumno Fr. Serafim de Freitas.

Dios Guarde a V. E. muchos años. Valladolid 11 de junio de 1925.

**CORRESPONDÊNCIA RELATIVA
AO CONGRESSO**

I

TELEGRAMA DE SUA EX.^a O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(Recebido em 16)

Presidente Ministério. — Coimbra. — Agradeço reconhecido cumprimentos felicitando Vossa Excelência pelo exito Congresso. — Teixeira Gomes.

II

**CORRESPONDENCIA DIRIGIDA AO EX.^{mo} REITOR
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

TELEGRAMA DO EX.^{mo} SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(Recebido em 16)

Doutor Henrique Vilhena, illustre reitor Universidade Coimbra. — Agradeço sinceramente cumprimentos Vossa Excelência e Congresso que reconhecidamente retribuo. — Teixeira Gomes.

TELEGRAMA DE S. M. AFONSO XIII

(Recebido em 16, à noite)

Henrique de Vilhena, Reitor Universidade Coimbra. —

Con gratitud profunda y sincera retribuyo el homenaje que en nombre del Congreso científico Luso-Espanhol de Coimbra heis tenido a bien dirigir-me y me complazco en enviarle asi como al claustro y alumnos de la famosa y ilustre Universidad de Coimbra mis saludos y reiterado testimonio de viva simpatia. — *Alfonso.*

TELEGRAMA DO EX.^{mo} SR. PRESIDENTE DO SENADO DA REPÚBLICA

(Recebido em 16, à noite,
e lido pelo Reitor na sessão da Associação Académica,
onde foi muito aclamado)

Ex.^{mo} Reitor Universidade Coimbra. — Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que Senado minha presidência votou por unanimidade por proposta do Sr. Senador Lima Duque uma saüdação à Universidade de Coimbra pela forma distinta como tem recebido os ilustres sábios congressistas e pela elevação scientifica como têm decorrido os trabalhos. — *Presidente, António Xavier Correia Barreto.*

TELEGRAMA DO EX.^{mo} SR. DR. CARRACIDO,
REITOR DA UNIVERSIDADE DE MADRID

(Recebido em 18)

Reitor Unirersidade Coimbra. — Agradecidíssimo saludos afectuosos que amablemente me transmite y cumplimentos cordiales a V. Ex.^a Saludole afectuosamente. — *Carracido, Rector Universidade Madrid.*

TELEGRAMA DO EX.^{mo} SR. PRESIDENTE DO MINISTÉRIO

(Recebido em 17)

Ex.^{mo} Reitor Universidade Coimbra. — Encarrega-me

S. Ex.^a o Sr. Presidente do Ministério de saúdar na pessoa ilustre de V. Ex.^a a Universidade de Coimbra centro de alto labor científico, afirmar mais uma vez a V. Ex.^a o seu fervoroso reconhecimento pela acção desenvolvida por V. Ex.^a e pelo douto professorado a que dignamente preside, no sentido de dar às sessões do Congresso o brilho extraordinário que as tem assinalado. Encarréga-me também S. Ex.^a de apresentar-lhe a expressão dos seus agradecimentos pela carinhosa hospedagem que V. Ex.^a proporcionou aos representantes do Govêrno. — *Sá Vargas, Chefe do Gabinete.*

TRECHO DE UMA CARTA DE DESPEDIDA

DO EX.^{mo} SR. REITOR DA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA,
D. ENRIQUE ESPERABÊ, AO REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(Recebida em 17)

Lamento no poder quedarme en la clausura del Congreso, pero crea mi buen amigo que llevo los mas gratos recuerdos de Coimbra, ciudad llena de poesia, de belleza, de luz, de los mayores encantos y atractivos, donde se han registrado los hechos mas interesantes y que supo recoger con cariño el ultimo suspiro de D. Inez de Castro, e donde acuden los intelectuales a estudiar y los artistas a bañarse en estos lindos paizages, en esta elevada region de los ideales, para trasladar despues al lienzo, al bronce y al marmol sus preciosas creaciones.

Yo os ruego Señor Rector, que al clausurarse el Congreso ofrescais en mi nombre a la Universidad de Coimbra, a sus sabios maestros y a sus alumnos, los respectos de mi querida Escuela, la que tantas mercedes recibió de los Reyes e de los pontífices, la protección del imortal Colón, el florón mas brillante de la corona de Castilla.

Coimbra y Salamanca son dos nombres que desde ha larga fecha se han tenido siempre simpatia y gran afecto, por la importancia de sus Estudios, por venir unidos por la tradición y por la historia, porque aqui y alli es todo Universidad, y las fiestas académicas, la apertura de los cursos, las veladas y certamens escolares, las revueltas estudiantiles, los examens, los acuerdos de los Rectores y las decisiones de los claustros, constituyen el objecto principal y unico de todas las conversaciones, y claro está que si Portugal y España, aun conservando cada una de estas Naciones su propia libertad e independencia, — estan llamadas por posición geográfica, por su religión, por su lengua, por su clima y por sus costumbres, a caminar juntas, en constante communiación, en relaciones muy cordiales, en convivencia espiritual, esa misión corresponde principalmente a las intelectualidades de ambos paises y mas aún a los catedraticos y estudiantes de las Universidades hermanas de Coimbra y Salamanca.

Yo pues al partir, hago votos porque se estrechen mas y mas las amistosas relaciones entre las célebres Escuelas de Coimbra y Salamanca...

Le saluda con la mayor consideración y afecto — *Enrique Esperabé*, Rector de la Universidad de Salamanca.

Ex.^{mo} Reitor Universidade Coimbra. — Ao encerrar-se o Congresso mixto das associações espanhola e portuguesa para o progresso das sciências, congratulo-me em nome do Govêrno da República e no meu próprio com o brilho dos trabalhos apresentados. Despeço-me agradecido dos ilustres intelectuais que foram hóspedes da nossa velha e douta cidade de Coimbra, e felicito-me pelos sentimentos elevados que animaram todos os congressistas neste seu sublime esforço para fortalecer o valor das Pátrias espanhola e portuguesa. — *Presidente do Ministério.*

III

CORRESPONDÊNCIA DIRIGIDA
 AO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONGRESSO,
 DR. COSTA LOBO

Dr. Costa Lobo, secretário secção astronomia física globo do congresso sciências Coimbra. — Apresento a V. Ex.^a e à secção de astronomia física do globo penhorantes agradecimentos pela saudação votada em sessão de hoje presidida pelo Ex.^{mo} Coronel Perrier fazendo calorosos votos pelo bom êxito dos trabalhos do congresso. — *Ministro da Marinha.*

Ex.^{mo} Presidente Congresso Sciências Luso-Espanhol. — Coimbra — Tenho a honra comunicar V. Ex.^a que Senado minha presidência votou por unanimidade por proposta do Sr. Senador Lima Duque uma saudação de boas vindas aos ilustres congressistas aí reunidos. — *Presidente, António Xavier Correia Barreto.*

Dr. Costa Lobo. — Universidade Coimbra. — Très touché par aimables paroles du recteur meilleurs voeux pour succès du congrès. Salutations. — *Carnegie.*

Professeur Costa Lobo. — Coimbra. — Meilleurs voeux pour succès congrès de Coimbra reine des républiques savantes. = *Stéphane Bauer.*

Costa Lobo, Congreso Sciências. — Coimbra. — Lamento que tareas Ginebra hayan impedidome poder concurrir Coimbra para proporcionarme satisfacción colaborar con ustedes fines asociación mi adhesión afectuosa. — *Gascon Marin.*

Dr. Costa Lobo. — Coimbra. — Assembleia Associação En-

genheiros Civis saúda Congresso Científico Luso-Espanhol especialmente engenheiros espanhóis nêle presentes. — *Presidente Sousa.*

Dr. Costa Lobo, Secretário do Congresso para o Avanço das Ciências. — Coimbra. — A Sociedade Farmacêutica Lusitana reunida em sessão extraordinária saúda os ilustres membros do congresso para avanço das sciências e confia nos resultados dessa assembleia de sábios que um alto pensamento pôde reunir numa afirmação gloriosa da mentalidade peninsular. Neste momento, a Sociedade afirma a solidariedade para com os intellectuais de todo o mundo e põe em relêvo os esforços para conseguir um ensino farmacêutico que orgulhosamente se pode pôr em confronto com o dos mais adiantados países da Europa e emite seu propósito inabalável de não permitir que êle seja dalguma forma alterado. — *Presidente, Gama Júnior.*

Ex.^{mo} Presidente da Comissão Executiva do Congresso Luso-Espanhol. — Coimbra. — Encarrega-me S. Ex.^a o Sr. Presidente do Ministério, de saúdar na pessoa de V. Ex.^a a Comissão da sua mui digna presidência, afirmar-lhe a sua respeitosa admiração pela forma patriótica como essa comissão se desempenhou do mandato que lhe foi conferido e agradecer-lhe a parte que V. Ex.^{as} tomaram nas manifestações de homenagem ao Govêrno da República, durante a curta permanência dos seus representantes nessa cidade. — *Sá Vargas, Chefe do Gabinete.*

Carta do Ministro da Alemanha em Lisboa, ao Dr. F. M. da Costa Lobo. — Mon Cher Ami. — Rentré de Coimbra je m'empresse de vous remercier sincèrement les journées délicieuses et intéressantes que je viens de passer à votre grande Université, pour laquelle, comme vous savez, je

ressens une admiration profonde. L'arrangement brillant des jours de fête a rempli tout le monde présent au Congrès d'une nouvelle vénération pour l'*alma mater* de Portugal, et c'est à vous personnellement le mérite d'avoir organisé cette fête à jamais mémorable.

La grande hospitalité dont je me suis réjoui de la part de votre ami le comte de Felgueiras et qui est tant la tradition dans votre beau pays m'a fait sentir tout à fait chez moi!

Veillez agréer, mon cher ami, avec mes remerciements réitérés l'expression de mes sentiments bien sincèrement dévoués. — *E. A. Voretzsch.*

Ex.^{mo} Sr. Dr. Francisco da Costa Lobo, Dig.^{mo} Professor da Universidade de Coimbra. — Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que o Conselho Escolar deste Instituto, na sua sessão de 1 do corrente, primeira depois do encerramento do Congresso de Coimbra, tomando conhecimento pelos seus professores que foram congressistas e seus delegados no referido Congresso, do brilhante êxito dos trabalhos deste, resolveu por unanimidade lançar na acta um voto de aplauso por êsse motivo e encarregou-me de assim o participar a V. Ex.^a, felicitando-o como promotor do Congresso de Coimbra e agradecendo a amabilidade dispensada aos representantes deste Instituto.

Penhorado pelo convite que pessoalmente me foi dirigido e que muito reconhecido agradeço, desejo a V. Ex.^a, Saúde e Fraternidade.

Lisboa, 3 de Julho de 1925. — O Director, *Eduardo Augusto Ferrugento Gonçalves.*

Ex.^{mo} Sr. Dr. Francisco Miranda da Costa Lobo, Dig.^{mo} Presidente da Comissão Executiva do Congresso de Sciências Luso-Espanhol, realizado em Coimbra. — Tenho a honra

de, em nome da Universidade de Coimbra, e em meu próprio nome, felicitar calorosamente a Comissão da digna Presidência de V. Ex.^a, pelo êxito notável do Congresso de Ciências ultimamente realizado em Coimbra e para o qual não se poupou a nenhuns esforços e exerceu as melhores energias e pôs tôdas as dedicações.

A Universidade, que patrocinou êste Congresso, orgulha-se de que tenha resultado tão brilhante e orgulha-se ainda em contar no seu grémio os distintíssimos professores que compõem a Comissão.

Trabalhando tão dedicada e proficientemente, como a Comissão o fêz, para a realização do Congresso, os Senhores Professores que a compõem honraram mais uma vez, e distintíssimamente, a sua Universidade, pelo que me congratulo altamente e pelo que, em nome da Universidade, os saúdo vivamente.

Aceite V. Ex.^a, Sr. Dr. Costa Lobo, muito digno Presidente da Comissão, todos os protestos da minha maior estima pessoal e todos os votos de Saúde e Fraternidade.

Paço das Escolas, em 4 de Julho de 1925. — O Reitor,
Henrique de Vilhena.

CARTA DO MINISTRO DE ITÁLIA EM LISBOA,
AO PROF. J. M. DE QUEIRÓZ VELLOSO,
DIRECTOR GERAL DO ENSINO SUPERIOR

Monsieur le Professeur. — Mr. Francisco da Costa Lobo, en sa qualité de Président du Comité Exécutif du «Congresso Mixto das Associações Espanhola e Portuguesa para o Progresso das Ciências» m'a écrit, il y a quelque temps, en invitant l'Italie à se faire représenter à Coimbra dans cette importante manifestation culturelle et scientifique.

Le Ministère Royal de l'Instruction Publique, auquel je n'ai pas manqué de faire parvenir la très courtoise invitation,

vient de me faire connaître télégraphiquement que tout en étant particulièrement reconnaissant de la fraternelle pensée, il lui est malheureusement impossible — à cause de manque de temps — d'envoyer, comme il aurait désiré, un délégué spécial au Congrès Scientifique de Coimbra, mais qu'il voudrait quand même que l'Italie soit dignement représentée, du moins en esprit, à cette réunion pour démontrer tout son intérêt et son adhésion.

Dans ces circonstances, et à la suite de la conversation que nous avons eu ensemble à ce sujet, je viens Vous prier, Monsieur le Professeur, sachant combien haute est votre position et connaissant la valeur de vos mérites personnels, de me faire l'honneur de me représenter pour l'occasion, étant moi-même dans l'impossibilité de quitter la capital ces jours-ci.

Vous m'obligeriez grandement en ayant l'amabilité de remercier la Direction du Congrès Scientifique, le Comité Exécutif, de l'aimable invitation, et de rappeler combien l'âme de la grande mère Latine s'associe toujours et de tout coeur aux manifestations de ce genre en souhaitant les meilleurs résultats pour la plus grande patrie universelle.

En Vous remerciant encore une fois d'avoir si volontiers accepté ma requête et de vouloir interpreter les sentiments du Gouvernement Royal et les miens personnels, je Vous prie d'agréer, Monsieur le Professeur, l'expression de ma très haute considération. — Le Ministre d'Italie, *Livio Borghese*.

PORTARIA DE LOUVOR

DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR

1.ª Repartição

Atendendo ao incontestável êxito do Congresso Mixto das Associações Espanhola e Portuguesa para o Progresso das Sciências, última-mente realizado na cidade de Coimbra;

Atendendo a que grande parte desse êxito se deve à modelar organização dos serviços do Congresso e ao brilhantismo das festas consagradas aos congressistas portugueses e estrangeiros:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que seja dado público testemunho de louvor à comissão executiva do Congresso Mixto das Associações Espanhola e Portuguesa para o Progresso das Sciências, realizado em Coimbra, de 14 a 19 de Junho findo, e que era composta dos Drs. Francisco Miranda da Costa Lôbo, Luciano Pereira da Silva, Anselmo Ferraz de Carvalho, Eugénio de Castro, Joaquim de Carvalho, Alberto Pessoa e Amadeu de Carvalho.

Paços do Govêrno da República, 18 de Julho de 1925. — O Ministro da Instrução Pública, *Eduardo Ferreira dos Santos Silva*.

TRABALHOS SCIENTÍFICOS ANUNCIADOS
E NA QUÁSI TOTALIDADE
APRESENTADOS AO CONGRESSO

1.ª SECÇÃO

Sciências Matemáticas

Presidentes: Dr. Pedro J. da Cunha, Reitor da Universidade de Lisboa e Prof. D. Luis Octavio de Toledo, Decano de la Facultad de Ciencias de Madrid.

Discurso inaugural pelo Prof. L. Woodhouse, sobre «A matemática em Portugal no princípio do século XIX».

COMUNICAÇÕES

Prof. C. Álvares Pereira: 1.º, Quatérnios e imaginários; 2.º Números incomensuráveis.

Prof. D. Pacheco de Amorim: 1.º Sobre a probabilidade dos conjuntos mensuráveis; 2.º Sobre algumas generalizações do terceiro teorema de Bernouilli; 3.º Sobre uma propriedade das matrizes rectangulares; 4.º Sobre uma propriedade dos determinantes ortogonais; 5.º Sobre o cálculo dos integrais múltiplos.

Dr. Gumersindo da Costa Lôbo: Sistematização dos espectros cromofotográficos dos fluidos.

Prof. J. J. D. Souto Rodrigues: Estudo sobre o determinante adjunto.

J. de Sousa Henriques Júnior: Sobre algumas linhas algébricas de quarta e sexta ordem.

Prof. J. Pereira Dias: Representação hiper-espacial das involuções planas do grupo de Cremona.

Dr. J. V. Martins Gonçalves: 1.º Sobre a derivada dos produtos infinitos; 2.º Sobre uma função do género p .

Prof. L. Woodhouse: Uma fórmula de Torriani, géometra do período do renascimento matemático em Portugal no fim do século xviii.

Prof. Pedro J. da Cunha: Sobre as funções de variação limitada.

Prof. A. de Mira Fernandes: Conceito de curvatura associada.

Prof. Fernando de Vasconcelos: A teoria electro-magnética e a geometria de Weiss.

Sr. D. Dionisio Ortís, Profesor de Matematicas: Divisibilidad de un numero por 4, 8 e 16.

Sr. D. Julio Rey Pastor, Catedrático de la Facultad de Ciencias (Madrid): 1.º Alvaro Tomás, precursor del Cálculo infinitesimal; 2.º Sobre los métodos de aproximación de las raíces cuadradas en el Renacimiento; 3.º Demonstración del último teorema de Poincaré.

Sr. D. José María Orts, Catedrático de la Universidad de Santiago: Contribución al estudio de las variables casuales.

Sr. D. Fernando Peña, Ingeniero de Montes, Professor de la Escuela: Las ecuaciones de los campos en la geometrización de la Física.

Sr. R. H. Germary, Profesor de la Universidad de Lieja: 1.º Sobre las fórmulas de Jacobi; 2.º Generalización de los teoremas de Fuchs sobre ecuaciones diferenciales.

Sr. D. Augusto Krahe García, Profesor de la Escuela de Artes e Industrias de Madrid: Un teorema acerca de las proyecciones ortogonales de las aristas de un poliedro regular sobre un plano cualquiera.

Sr. D. Tomás Rodríguez Bachiller, Ingeniero de Caminos, Doctor en Ciencias: 1.º Sobre el mínimo número de vértices de una superficie convexa cerrada; 2.º Sobre los grupos de sustituciones lineales con coeficientes pertenecientes a un cuerpo algebraico cualquiera; 3.º Sobre un teorema de Noether referente a curvas algebraicas; 4.º Sobre la nueva generalización del cálculo de variaciones de Mandelbrojt.

Sr. Zubirí, del Laboratorio Matemático español: Crítica de los fundamentos de la Matemática.

Srta. Carmen Martínez Sancho, Profesora del Instituto Escuela de segunda enseñanza: Notas sobre los espacios normales de Bianchi.

Sr. D. Fernando de la Torre, Catedrático del Instituto de Orense: Algunas nuevas aplicaciones de la Geometría equiafin.

Sr. D. Emilio Pérez Carranza, Profesor del Seminario Matemático: Estudio de la curva $ax = y^x$.

Sr. D. Pedro Puig Adam, Profesor de la Universidad de Madrid: Sobre las catenarias de tensión mínima.

Sr. D. Heliodoro Gallego Armesto, Director de la Escuela de Artes

y Oficios de Santiago: La enseñanza de las Matemáticas en las escuelas de Artes y Oficios.

Sr. D. Manuel Velasco de Pando, Ingeniero industrial: Solución general del problema elástico.

CONFERÊNCIAS

Prof. G. Königs: L'œuvre de Sadi Carnot et les fondements de la thermodynamique.

Prof. A. Desmoulins: Sur les surfaces isothermiques.

Prof. C. Servais: Une configuration dans les courbes planes du troisième ordre.

Dr. Gumersindo da Costa Lobo: A moderna orientação dos estudos hidrodinâmicos.

Sr. D. Tomás Rodríguez Bachiller, Ingeniero de Caminos: Los fundamentos topológicos del Análisis y de la Geometría.

2.ª SECÇÃO

Astronomia e Física do Globo

Presidentes: Sr. Coronel Frederico Oom Director do Observatório Astronómico da Tapada. — Sr. D. António Vela, Director del Observatorio Astronómico de Madrid.

O discusso inaugural a cargo do Sr. D. Vicente Inglada Ors, Teniente coronel de Estado Mayor. Tema: *Rápido progreso de las ciencias telúricas.*

COMUNICAÇÕES

Prof. A. Ferraz de Carvalho: 1.º A variação diária normal da pressão atmosférica em Coimbra; 2.º Estudo em conjunto por missões de Espanha e Portugal de vários problemas de geologia da Península; 3.º Colaboração íntima dos serviços sismológicos de Espanha e Portugal.

A. Nunes Ribeiro: Determinação da passagem de estrêlas por meio de ampolas de sais de potássio.

Prof. Costa Lôbo: 1.º Os novos espectrógrafos do Observatório Astronómico de Coimbra; 2.º Observações à teoria sobre a idade das estrêlas deduzidas da côr; 3.º As experiências feitas sobre a variação da

intensidade luminosa confirmam a explicação da scintilação das estrêlas baseada na teoria radiante.

F. Oom: 1.º Observações meridianas das estrêlas de referência para Eros; 2.º Instrumentos reversíveis; 3.º Sôbre as efemérides das estrêlas fundamentais; 4.º Aplicação do contacto Campos Rodrigues ao pêndulo geodésico; 5.º Sôbre o instante do nascer ou pôr do sol.

A. Mimoso Guerra, Ministro da Guerra: Os trabalhos geodésicos em Angola.

Melo e Simas: Ocultações incompletas das estrêlas pela lua e seu aproveitamento.

Dr. J. Aquino e Costa: Processo expedito para a previsão das ocultações.

Carvalho Machado: Os modernos métodos da previsão do tempo em Portugal.

Sr. D. Rafael Vázquez Aroca, Catedrático del Instituto de Córdoba: Una causa posible de las variaciones de las estrellas del tipo anti-Algot.

Sr. D. Frederico Chaves, Doctor en Ciencias: Sobre el carácter discontinuo de la degradación térmica del Globo en relación con algunos fenómenos geológicos.

Sr. D. Guillermo Sanz Huelin, Ingeniero-geógrafo: Estudio de la balanza Etvos.

Sr. D. Victoriano F. Ascarza, Astrónomo del Observatorio de Madrid: Constitución de los canales de Marte.

Sr. D. José Tinoco, Astrónomo del Observatorio de Madrid: La telegrafía sin hilos y los problemas de hora y longitud.

Sr. D. Pedro Jiménez Landi, Astrónomo del Observatorio de Madrid: Perfil-área de las protuberancias observadas en Madrid desde 1910 a 1920.

Sr. D. Pedro Carrasco, Astrónomo del Observatorio de Madrid: 1.º Nuevas investigaciones respecto a la periodicidad de la actividad solar; 2.º Fórmulas de Geometría esférica diferencial aplicables al estudio de errores instrumentales.

Sr. D. Manuel Martínez Risco, Catedrático de la Facultad de Ciencias (Madrid): El meteorito de 19 de Junio de 1924.

Sr. D. Juan López Soler, Teniente coronel de Estado Mayor: La hora decimal geosolar.

CONFERÊNCIAS

G. Perrier, delegado da Association Française pour l'Avancement des Sciences: La mission française de l'Équateur.

Melo e Simas: A vida do Universo sob o ponto de vista das ideias relativistas.

Sr. D. Victorino F. Ascarza. Astrónomo del Observatorio de Madrid: Estrellas variables.

PROPOSTA

Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho, Profesor da Faculdade de Ciências (Coimbra): Colaboração íntima dos serviços sismológicos de Espanha e Portugal, procurando obter-se a transmissão rápida e gratuita de telegramas com os dados dos mais importantes sismos registrados.

3.ª SECÇÃO

Sciências Físico-Químicas

Presidentes: Dr. H. Teixeira Bastos, Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, e Sr. D. Carlos Banús, General de Divisão.

O discurso inaugural a cargo do Sr. D. Julio Palacios, Catedrático de la Facultad de Ciencias (Madrid). Tema: *La teoría de los «quantas» y la emisión de energía.*

COMUNICAÇÕES

J. Augusto Cardoso: Reflexão luminosa.

Prof. A. Pereira Forjaz: 1.º Dois princípios fundamentais da quimioterapia; 2.º Do método e da evolução da Química-Física.

Prof. J. de Almeida Lima: Reflexões sobre o segundo princípio da termo-dinâmica ou princípio da entropia.

Prof. Egas F. Pinto Basto: Sobre a retrogradação do ácido fosfórico.

Dr. Couceiro da Costa: 1.º Aplicação dos princípios da termo-dinâmica ao estudo da cristalização e destilação fraccionada; 2.º Da análise dos gases raros das águas do Luso e Curia parece concluir-se que estas águas são superficiais, pelo menos em parte do seu percurso.

Roque Machado: As fermentações dos hidratos de carbono em Portugal e o carácter especial que elas apresentam na Índia Portuguesa.

Prof. Lupi Nogueira: 1.º Um caso de hereditariedade das hemoli-

sinas; 2.º Considerações sôbre o título hemoglobínico das emulsões de glóbulos esterilizados nos sistemas hemolíticos.

Prof. C. Lepierre: Contribuições para o estudo físico-químico e rádio-actividade das águas minero-medicinais portuguesas.

Contra-Almirante Ramos da Costa: 1.º Importância da nova matemática e sobretudo do cálculo vectorial nos problemas de física moderna; 2.º, As ondas extra-sonoras na navegação.

R. P. Pérez del Pulgar, S. J., Profesor del Instituto Católico de Artes e Industrias: Modificaciones a la teoría de las ondas electromagnéticas deducida de la teoría electrónica.

Sr. D. Luis Camilleri, Capitán de Artilleria: El dimetildiaminobeno como indicador, y su aplicación como tal a las pólvoras de nitrocelulosa.

R. P. Ignacio Puig, S. J., Profesor del Instituto Químico de Sarriá: Determinación de los coeficientes en las reacciones químicas, por valencias positivas y negativas.

Sr. D. Miguel Campoy Irigoyen, Farmacéutico militar: Ensayos farmacológicos de algunos aminoalcoholes de la tetralina.

Sr. D. Agustín Plana Sancho, Capitán de Artillería: Las muestras-tipos en análisis química.

Sr. D. Frederico Chaves, Doctor en Ciencias: Contribución a los métodos para la dosificación del arsénico en el cobre afinado y productos intermedios de la metalurgia del cobre.

CONFERÊNCIAS

Prof. H. Teixeira Bastos: Inícios da física e da química na Universidade de Coimbra.

Dr. A. Gomes de Almeida: O primeiro tratado de Química português.

PROPOSTA

Prof. H. Teixeira Bastos: Nomeação duma comissão encarregada de estudar a uniformização da terminologia científica.

4.ª SECÇÃO

Sciências naturais

Presidentes: Dr. Bernardo Aires, Profesor de la Universidad de

Coimbra. — Sr. D. Lucas Fernández Navarro, Catedrático de la Universidad de Madrid.

O discurso inaugural a cargo del Sr. D. Lucas Fernández Navarro, Académico y Catedrático de la Facultad de Ciencias (Madrid). Tema: *Consideraciones sobre la teoria de Wegener.*

COMUNICAÇÕES

Dr. A. Machado e Costa: As formas gerônticas dos amonites portugueses.

Prof. L. W. Carrisso: Acêrca da necessidade dum entendimento entre os botânicos espanhóis e portugueses para o estudo da fitogeografia da Península.

F. da Ascensão Mendonça: Subsídios para o conhecimento da flora sub-espontânea dos arredores de Coimbra.

Prof. F. E. de Almeida Figueiredo: Observações meteorológicas de 1914 a 1924 no campo experimental de Climatologia Agrícola do Instituto Superior de Agronomia.

Dr. Armando Temido: Sôbre um quadro para a diagnose sexual dos húmeros portugueses.

Dr. Aurélio Quintanilha: 1.º Um novo aparelho para cultura pura de plantas superiores; 2.º «*Synchytrium papillatum* Farlon», a sua descoberta na Europa e a existência dum novo hospedeiro.

Dr. J. G. de Barros e Cunha: Sôbre um crânio guanche da colecção do Instituto Antropológico de Coimbra.

Dr. F. L. Pereira de Sousa: 1.º Algumas rochas eruptivas terciárias de Portugal; 2.º Sôbre a importância do género *Lusitanoceras* na separação do carbónico em Portugal.

Prof. C. de Melo Geraldès: Contribution à l'étude technologique des fruits du *Bombax angulicarpum*.

Roque Machado: O Brindoeiro compreende o *Carcinea purpurea* e *henriquensis*, duas variedades da mesma planta.

Prof. Ernest Fleury: 1.º Vales tifónicos de Paul Choffat; 2.º Movimentos tectónicos do mesozúico; 3.º A bacia do Tejo inferior e do Sado.

R. Moniz da Maia: Um *Myceta* encontrado em frutos de *Citrus*.

Prof. A. Ferraz de Carvalho: Necessidade do estudo das relações entre os granitos e as outras formações geológicas do arcaico e precâmbrico da Península.

M. Roldan y Pego: Os carvões portugueses.

Dr. Alfredo Ataíde: 1.º «Nota sôbre um húmero pre-histórico de Muge»; 2.º «Sôbre a apreciação da curvatura do frontal».

Prof. A. A. Mendes Corrêa: «As diferenças sexuais nos esqueletos portugueses».

Sr. D. Ricardo Icardo Fontán, Ingeniero de Minas: «Criaderos metalíferos en el contorno del macizo granítico de la Peña de Aya».

Sr. D. José Messeguer, Ingeniero de minas: «Los yacimientos de níquel y su explotación en España».

Sr. D. Alfonso del Valle Lersundi, Ingeniero de Minas: «La minería del Rif».

Sr. D. Alfonso de Alvarado, Ingeniero de Minas: «Yacimientos metalíferos».

Sr. D. Antonio Carbonell, Ingeniero de Minas: «El porvenir de la provincia de Córdoba como productora de minerales de las llamadas especies raras».

Sr. D. Romualdo G. Frago, Profesor de Botánica de la Junta de Ampliación de Estudios: «Adiciones a la flora micológica lusitana».

R. P. Joaquín da Silva Tavares, Profesor del Colegio de La Guardia: «Cecidología ibérica».

Sr. D. Daniel Jiménez de Cisneros, Catedrático del Instituto de Alicante: «Sobre algunos fósiles del SE. de España».

R. P. Fr. Luis de Unamuno, Agustino: «Datos para el estudio de los hongos microscópicos de la provincia de Santander».

Sr. D. Luis Pardo, Profesor del Instituto de Valencia: 1.º «Conveniencia de implantar las enseñanzas pesqueras»; 2.º «Datos para el estudio del plankton de Reinos».

R. P. Longinos Navás, S. J., Profesor del Colegio del Salvador (Zaragoza): «Efemerópteros de la Península ibérica».

Sr. D. Francisco de Francisco, General de brigada, doctor en Ciencias: «El continente americano en la Era secundaria».

Sr. D. Alfonso Gandolfi, Doctor en Ciencias: «Observaciones acerca del crecimiento y la edad de las anguilas de las rías de Galicia».

Sr. D. Eduardo Hernández Pacheco, Catedrático y Académico: «Teoría de la evolución de las pinturas prehistóricas».

R. P. Agustín Barreiro, Doctor en Ciencias: «Nuevos alcionarios del Pacífico».

Sr. D. Ricardo Garcia Mercet: «Los parásitos de la «lagarta peluda» en España».

Sr. Manuel Roldan y Pego, Director dos Serviços Geológicos em Portugal: «Os carvões portugueses».

Sr. D. Francisco Hernández Pacheco de la Cuesta, Profesor del Museo Nacional de Ciencias Naturales: «Pequeño glaciar en la Sierra de la Buitrerá, Riaza (Segovia)».

Sr. D. Manuel Aulló Costilla, Ingeniero de Montes, Director del Laboratorio de la Fauna Forestal Española: «Organización de las campañas de extinción contra plagas de *Lymantria dispar*».

Sr. D. Rafael Candel, Doctor en Ciencias: «Nota sobre las formas cristalinas de la thenardita».

R. P. Jaime Pujiula, S. J., Profesor del Colegio de San Ignacio (Sarriá: Barcelona): «Técnica embriológica».

CONFERÊNCIAS

Prof. Eusébio Tamagnini: «Os antigos habitantes das Canárias nas suas relações com a Antropologia portuguesa».

Prof. Luís Carrisso: «A fixação das areias da costa portuguesa pelos serviços florestais».

5.ª SECÇÃO

Sciências sociais

Presidentes: Dr. Domingos Fezas Vital, Professor da Universidade de Coimbra. — Sr. Visconde de Eza, Doutor em Direito e Académico.

Discurso inaugural pelo Prof. António de Oliveira Salazar sobre «O aconfessionalismo do Estado».

COMUNICAÇÕES

Prof. Belesa dos Santos: «Organização dos serviços relativos a menores delinquentes em Portugal».

Prof. C. M. Beirão da Veiga: «Ensino Comercial Superior».

Prof. Fezas Vital: «Leis jurídicas e leis naturais».

Prof. Francisco A. Corrêa: «Sizas e Alcabalas».

Prof. D. Pacheco de Amorim: «Variação do equivalente em oiro da moeda portuguesa e cálculo da moeda metálica em circulação antes da guerra».

Prof. Manuel Rodrigues: «Exercício abusivo e exercício anormal do direito de propriedade no direito português».

Prof. Carneiro de Moura: «As sociedades modernas».

Sr. D. José M.^a Sáinz, Ingeniero de los Talleres J. et A. Riclausse (París): «Avant projet relatif à la création d'un Bureau International d'émigration et d'immigration sous les auspices de la Société des Nations».

Sr. D. Manuel Cidrón García, Director del Cuerpo de Prisiones: «El correccionalismo de Beccaria y el utilitarismo de Bentham en las clasificaciones penitenciarias».

Sr. D. Eduardo Masip Budesá, Doctor en Medicina: «Inspección médico-escolar».

Sr. D. Sebastián Castedo: «Relaciones económicas hispano-portuguesas, con vistas a la unión aduanera de ambos países».

Sr. D. Carlos Posada: «El problema de la unificación de los seguros sociales ante la legislación española».

Sr. D. José Aragón: «La jornada de ocho horas en las faenas agrícolas».

Sr. D. Leopoldo Palacios: «Emancipación legal de los trabajadores».

Sr. Conde de Lizárraga: «De la participación obrera en el capital y en sus beneficios».

Sr. D. Pablo M. Turull: «Formas de cooperación intelectual y económica en relación con la Sociedad de las Naciones».

Sr. D. Mariano González Rothvoss: «La reglamentación del contrato de empleo privado».

Sr. Vizconde de Eza, Doctor en Derecho: 1.º «Régimen representativo y parlamentario»? 2.º «Parlamentos económicos»; 3.º «Examen del programa sindicalista».

Sr. D. José Puig de Asprer, Doctor en Derecho: «Los títulos profesionales en el orden internacional».

Sr. D. Antonio Lasheras Sanz, Actuario de Seguros: «Estatística aplicada al Seguro».

CONFERÊNCIAS

Ex.^{mo} Sr. Dr. J. Cardoso de Oliveira, Embaixador do Brasil: «As sciências sociais e a diplomacia do Brasil».

Prof. Carneiro de Moura: «O valor científico do pragmatismo e do probabilismo».

Prof. F. A. Corrêa: «Política internacional e nacionalismos económicos».

Prof. Mário de Figueiredo: «O princípio das nacionalidades e a Sociedade das Nações».

Sr. D. José Gascón y Marín, Catedrático de la Universidad de Madrid: «La nueva doctrina administrativa del Estado».

Sr. Visconde de Eza, Doctor en Derecho: «El ejercicio de la soberanía».

6.ª SECÇÃO

Sciências Históricas, Filosóficas e Filológicas

Presidentes: Dr. Mendes dos Remédios, Profesor de la Universidad de Lisboa. — Sr. D. Rafael Altamira, Catedrático de la Universidad de Madrid.

Discurso inaugural pelo Prof. José M. de Queirós Veloso, sobre «A Rainha Catarina de Áustria e a União de Portugal a Espanha».

COMUNICAÇÕES

Fortunato de Almeida: «Escravos em Portugal nos séculos xvii e xviii».

Prof. Moisés Bensabat Amzalak: «Joseph de la Vega e o seu livro *Confusión de las confusiones*».

Prof. Mendes dos Remédios: 1.º «O conhecimento da distribuição geográfica dos judeus portugueses no século xvii lançaria luz inesperada sobre as suas condições de vida no País»; 2.º «Houve em Portugal a idea de resolver a questão jurídica por meio de convicção e não de perseguição. Embora generosa, essa idea era praticamente inviável».

Prof. C. Simões Ventura: 1.º «Algumas observações literárias e gramaticais a propósito de Teócrito e outros Gregos»; 2.º Um caso de sintasse comparada».

Dr. António Baião: «Utilidade do estudo dos Arquivos da Inquisição Portuguesa para o conhecimento da nossa história social sob todos os seus aspectos».

Prof. Joaquim de Carvalho: 1.º «Uma obra inédita de Abraão Zacuto»; 2.º «Em torno do averroísmo paduano: Gomes Hispano e Nicoletto Vernia».

Prof. Luciano Pereira da Silva: «Necessidade de Espanhóis e Portugueses cooperarem na história da ciência náutica peninsular: Considerações sobre o *Libro de las longitudes* de Alonso de Santa Cruz, os Regimentos Náuticos Portugueses e os *Libros del saber de Astronomia* de Afonso o Sábio».

Prof. J. M. de Queirós Veloso: «Luís de Camões e D.ª Francisca de Aragão, futura condessa de Mayalbe e de Ficalho».

António Ferrão: 1.º «O conceito de valor na História (Os pontos de vista de Bernheim, Rickert, Windelband, Grotenfelt e Xenopol e a concepção científica da história)». 2.º «As relações diplomáticas luso-espanholas no tempo de D. João V e de Fernando VI (1746-1747). Estudo baseado numa correspondência inédita entre D. João V e sua filha, a rainha D.ª Maria Bárbara de Bragança»; 3.º «O serviço de investigação e publicações históricas do Ministério da Instrução. Os seus objectivos e a obra já realizada».

Laranjo Coelho: «Vantagem do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa».

Afonso de Dornelas: «El-Rei D. Sebastião em Marrocos».

Mons. J. Augusto Ferreira: «Fastos episcopais da igreja de Braga».

Dr. Carlos de Passos: «Uma tempestade literária».

Ernesto de Vasconcelos: «De algumas damas ilustres a quem foram concedidas várias mercês e viagens da Índia».

Alberto Feio: 1.º «A acção política do arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, segundo documentos inéditos»; 2.º «Dois sepulcros medievais e seus autores».

P.º Henrique Herrera: «Los origenes de Castilla».

Sr. D. José Albelda, Ingeniero de Caminos: «La espiral en la Edad del bronce».

Sr. D. Ladislao Nieto Camino, Farmacéutico militar: «Historia de la industria vidriera: Comienzos de la fábrica de La Granja».

Sra. D.ª Elena M. Whishaw, directora de la Escuela angloespañola de Arqueologia: «El enigma de Niebla, ciudad prehistórica».

Sr. D. Enrique Esperabé y Arteaga, Rector de la Universidad de Salamanca: «Marcelino Menéndez Pelayo y los escritores aragoneses».

Sr. D. Celestino López Martínez, Catedrático de la Universidad (Sevilla): «Página de la historia de Lanzarote».

Sr. D. Antonio Carbonell, Ingeniero de Minas: «Elementos que suministra el estudio de la Prehistoria cordobesa para aclarar el itinerario de la antigua Vía del Alemtejo a la Bética».

R. P. César Morán Profesor del Colegio de Padres Agustinos (Salamanca): «Prehistoria de Salamanca».

CONFERÊNCIAS

Prof. Vergílio Corrêa: «A necrópole de Alcácer do Sal».

Sr. D. José María de Acosta, Comandante de Ingenieros: «La crítica literaria contemporánea y sus oficientes».

Sr. Marqués de Figueroa, de la Real Academia de la Lengua: «El sentimiento de la Naturaleza en los tiempos modernos».

Sr. D. Félix de Llanos Torriglia, de la Real Academia de la Historia: «Portugal en el Museo del Prado».

Ruben Landa, Professor do Instituto de Salamanca: «O ensino secundário em Portugal».

7.ª SECÇÃO

Sciências Médicas

Presidentes: Dr. Basílio Freire, Professor da Universidade de Coimbra.— Sr. D. Sebastián Recaséns, Decano de la Facultad de Medicina de Madrid.

Discurso inaugural pelo Prof. Basílio da Costa Freire, sôbre os «Progressos da Medicina».

COMUNICAÇÕES

Dr. José Bacalhau: 1.º «Associação da água oxigenada e permanganato de potássio em terapêutica cirúrgica»; 2.º «Acção analgésica da adrenalina»; 3.º «Os resultados da opoterapia tiro-testicular num caso de tumor do mediastino»; 4.º «A propósito dos resultados da opoterapia tiro-testicular num caso de gangrena do pé esquerdo».

Dr. Fernando Corrêa: 1.º «As acetonúrias nos não diabéticos»; 2.º «A fiscalização municipal dos leites»; 3.º «Um balneário português dos principios do século xv».

Dr. Maximino Corrêa: 1.º «O gânglio de Trosier»; 2.º «Observações sôbre os nervos da órbita e o gânglio ciliar».

Dr. Martins Raposo: 1.º «Inconvenientes da associação stovaina-cafeína na ráqui-anestesia»; 2.º «Sôbre os esvasiamentos do útero em casos de abôrto com retenção e infecção».

Dr. João Pôrto: «Sôbre um caso de gangrena pulmonar».

Prof. Geraldino Brites: «A túnica muscular da porção terminal do sigma cólico».

Dr. J. Oliveira Reis: «Notas sôbre a estrutura do feixe de His e das suas ramificações no coração de Ovis aries L.».

Dr. Alberto Pessoa: «O problema da fotografia métrica com uma máquina qualquer, quando o circo óptico não é paralelo ao solo».

Prof. D. Tomás de Melo Breyner: «Unidade do treponema pallidum: argumento clínico».

Prof. A. da Rocha Brito: 1.º «Albuminúria sífilítica no período pre-humoral»; 2.º «Parkinsoniismo e sífilis».

Prof. Feliciano Guimarães: «Idiosincrasias medicamentosas e anafilaxia».

Dr. Mário Cárdua: «Sôbre a curieterapia em ginecologia».

Sr. José Crespo: «Das distrofias dentárias na sífilis hereditária».

Dr. Eduardo Santos: «Algumas disposições morfológicas do gânglio cervical inferior do simpático e da ansa memorável de Wrisberg».

Prof. Ângelo da Fonseca: 1.º «A Splenectomia na doença de Banti e na icterícia hemolítica»; 2.º «Pionefroses fechadas»; 3.º «A prostactomia nos octogenários».

Dr. H. Gomes de Araújo: 1.º «Feliz influência da moderna terapêutica sôbre o prognóstico dos síndromas epilêpticos»; 2.º «Os factos clínicos e as controversais doutrinas sôbre a coreia».

Dr. Júlio Machado Feliciano Júnior: «Tumor primitivo do nervo óptico: Nervo-fibro-mixoma. Ablação do tumor com conservação do globo ocular e sem operação de Krönleios».

Dr. José Saavedra: 1.º «O coração mixedematoso»; 2.º «Considerações sôbre os tumores da hipófise»; 3.º «Aparelho portátil de pneumotórax terapêutico»; 4.º «A propósito dum caso de pneumotorax bilateral terapêutico».

Sr. D. José Crende Martínez, Comandante médico: «(*Acantosis nigricans*); Distrofia papilar y pigmentosa».

Sr. D. Heliodoro Téllez Plasencia, Profesor de la Facultad de Medicina de Madrid: 1.º «El electrodiagnóstico moderno. Sobre la elección de técnica para la determinación de la cronaxia: nuestro método»; 2.º «Reductor de potencial, calculador automático, para la cronaximetría de precisión en clínica»; 3.º «Eléctrodos de fijación automática para el electrodiagnóstico»; 4.º «Miógrafo clínico de precisión, con recepción, transmisión e inscripción eléctricas»; 5.º «La lámpara de tres eléctrodos como medio de seleccionar y medir las ondas farádicas: su aplicación al electrodiagnóstico clínico»; 6.º «Sobre la simplificación de los mandos en los cuadros electroterápicos y electrodiagnósticos: nuestro sistema de «llave única»; 7.º «Un nuevo método de notación para el electrodiagnóstico clásico»; 8.º «Una nueva estufa de laboratorio para todas las temperaturas»; 9.º «Nuevo termorregulador automático autorreglable»; 10.º «Estudio crítico de la estructura y funcionamiento de los antidifusores a afecto Bucky para radiodiagnóstico: un nuevo sistema».

Sr. D. Felipe Sicilia, Doctor en Medicina: 1.º «Casuística clasificada de dermovenereología (clínica y de laboratorio)»; 2.º «Estudio de excipientes y medicamentos especiales en dermovenereología»; 3.º «Erupciones y tratamientos interesantes en dermatología»; 4.º «Venereopatías de modalidad particular y consideraciones»; 5.º «Contribución a las dermatosis de fondo, curso, patogenia y terapéutica compleja»; 6.º «Psicología, patología y terapéutica social».

Sr. D. Juan Barcia Caballero, Rector honorario de la Universidad de Santiago: «La emoción y la locura».

Sr. D. Gregorio Olea y Córdoba, Farmacéutico militar: «La acción cáustica del neosalvarsán».

Sr. D. Andrés Huerta, Veterinario militar: «Sobre el diagnóstico y tratamiento de la durina».

Sr. Santos Rubiano, Director del Manicomio de Ciempozuelos: «Interpretación psicoanalítica de la leyenda de D. Juan».

Sr. D. Enrique A. Sáinz de Aja, Profesor numerario del Hospital de San Juan de Dios (Madrid): 1.º «Herpes noster y sus relaciones con la varicela»; 2.º «Estadística de sífilis de 1923 a 1924»; 3.º «La urotropina asociada a las vacunas, en gonococias complicadas».

Sr. D. Arturo Perera Prats, Profesor de la Facultad de Medicina: «Frenicotomía y toracoplastias».

Sr. D. Alfonso Fernández Alcalde, Doctor en Medicina: 1.º «Teoría y práctica cromoterápica»; 2.º «Orientaciones fisiopatológicas en el estudio de la homosexualidad».

Sr. D. José Fernández de la Portilla, Profesor de la Facultad de Medicina de Madrid: «Contribución clínica al conocimiento de las intolerancias arsenicales».

Sr. D. Carlos Sáinz de los Terreros, Doctor en Medicina: «Afecciones ocultas del lectante».

Sr. D. Mariano Sánchez y Sánchez, Catedrático de la Facultad de Medicina: «La enseñanza de la anatomía humana en la Facultad de Medicina de Valladolid».

Sr. D. Heliodoro del Castillo, Comandante médico: 1.º «Cultivos vigía del gonococo de Neiser y formas de resistencia de este germen»; 2.º «Notas sobre inmunidad cruzada: *B. proteusvulgare* al *B. tífico*».

Sr. D. Lorenzo Torremocha, Catedrático de la Facultad de Medicina de Valladolid: 1.º «Pruebas de la existencia de metahemoglobina en la sangre normal»; 2.º «Centros cerebrales de la masticación en el conejo común»; 3.º «Radiografías y fotografías de animales hechos cretínicos».

experimentales»; 4.º «Injertos de tiroides en músculos. (Preparaciones microscópicas del Dr. López García, de Valladolid)».

Sr. D. Sebastián Recasens, Decano de la Facultad de Medicina: «Biología de la latencia en rayos X».

Sr. D. José Madrid Moreno, Catedrático de la Facultad de Ciencias (Madrid): «La contaminación de las aguas subterráneas en relación con la higiene pública».

Dr. García Viñals, Profesor de la Facultad de Medicina (Madrid): 1.º «Crenoterapia del reumatismo»; 2.º «Cura hidromineral coadyuvante de la medicación bismútica».

Sr. D. Juan Castells, Farmaceutico Militar: «Inyecciones hipodérmicas de iodo-radífero en estado de vapor».

Sr. D. Fernando Coca Gonzalez, Director de *La Medicina Ibera*: «Hematología local: su valor para el diagnóstico de las lesiones cutáneas».

CONFERÊNCIAS

Prof. Carlos França: «Os portugueses da Renascença, a Medicina tropical e a Parasitologia».

Dr. D. Sebastián Recasens, Profesor y Decano de la Facultad de Medicina de Madrid: «Fisiología de la gestación (con proyecciones cinematográficas)».

Sr. D. Hipólito Rodríguez-Pinilla, Catedrático de la Facultad de Madrid: «El color en las aguas minerales».

Sr. D. Alfonso Fernández de Alcalde, Doctor en Medicina: «Elementos terapéuticos arcaico y moderno, aprovechados de consumo para muchos casos de la pequeña cirugía».

8.ª SECÇÃO

Aplicações

Presidentes: Profesor Couto dos Santos, Director de la Facultad técnica de Oporto. — Señor don Leonardo Torres Quevedo, Ingeniero de Caminos, Académico.

O discurso inaugural a cargo do Sr. D. Pedro Novo y Chicarro, Académico e Ingeniero de Minas. Tema: «*La investigación del petróleo en la Península Ibérica*».

COMUNICAÇÕES

Eng. Duarte Abecassis: «Considerações sôbre a construção de portos».

Prof. Vicente Ferreira: 1.º «Emprêgo de explosivos no desmonte de terras compactas e brandas»; 2.º «Aplicação dos métodos modernos de organização às emprêsas de obras públicas»; 3.º «Ensino e aplicação das Matemáticas nas Escolas Superiores de Engenharia»; 4.º «O problema das habitações para empregados e algumas indicações para a sua resolução».

Visconde de Almeida Garrett: «Rôle de l'ingénieur dans l'œuvre coloniale portugaise».

Prof. Giovanni Costanzo: «A separação do rádio dos minérios uraníferos».

Prof. J. Rodrigues Ascensão: 1.º «Um regime de cursos livres adaptável às exigências do estado social contemporâneo»; 2.º «Os gráficos compreensíveis e a sua publicidade ao alcance de todos»; 3.º «Construção de casas baratas».

Prof. L. Couto dos Santos: «Subsídio para normalização da terminologia electrotécnica em língua portuguesa».

Eng. M. da Costa Serrão: «Tipo de dique de tramos múltiplos em placa vedante de lages de cimento armado».

A. C. da Cunha Moraes: «Um movimento diferencial aplicado às máquinas de fiação».

Eng. A. Bomfim Barreiros: «Determinação dos valores mais prováveis por um equilíbrio de fôrças. Aplicação à compensação das triangulações».

Sr. D. Miguel Zavala Lara, Farmacéutico militar: «Importancia de las impurezas en las industrias agrícolas».

Sr. D. Narciso Puig, Ingeniero de Caminos: «La enseñanza de la Geología en los centros docentes para técnicos constructores».

Sr. D. José Romero Ortiz de Villacian, Ingeniero de Minas: 1.º «El carbón pulverizado en España»; 2.º «El problema de la destilación de los lignitos españoles».

Sr. D. José de Gorostiza, Ingeniero de Minas: 1.º «La industria termoeléctrica en España»; 2.º «Yacimientos de fosfato en España: su explotación e industria».

Sr. D. Federico Chaves, Conde de Casa Chaves, Doctor en Ciencias:

«Aprovechamientos industriales de los productos obtenidos en la fabricación del aceite».

Sres. Ingenieros de la Sociedad Peñarroya: 1.º «Nuevos métodos para la explotación de las capas potentes de hulla»; 2.º «Calcinación de minerales en el horno D. Wight Lloyd y fusión en Water Jacket»; 3.º «Fabricación de *oleum*»; 4.º «Lavado de minerales (aparatos Hancock Fig y Flotacum»); 5.º «Fabricación del carborundum».

Sr. D. Antonio Bourbon, Ingeniero, ex director de la Sociedad de Peñarroya: 1.º «El empleo del carbón pulverizado»; 2.º «La fabricación de los tubos de cemento mediante el empleo de la fuerza centrífuga».

Sr. D. Diego Templado, Ingeniero de Minas: «El problema del abastecimiento de aguas y urbanización en el SE. de España».

Sr. D. Pedro de Novo y Chicharro, Ingeniero de Minas, Académico: «Posibles yacimientos petrolíferos en España».

Sr. D. Luis Sánchez Cuervo, Ingeniero de Caminos: «Mejora del factor de potencia en las redes de distribución de energía eléctrica».

Sr. D. Alfonso García Mercadal, Ingeniero de Caminos: «Centrales térmicas».

Sr. D. José M. de Urgoiti, Ingeniero de Caminos: «Organización del servicio de radiodifusión».

Sr. Salto, Ingeniero de Caminos: «Abacos para el cálculo de curvas de marcha».

Sr. D. Domingo Mendizábal, Ingeniero de Caminos: «Supresión de pasos a nive»l.

Sr. Ruiz Mallados, Ingeniero de Caminos: «Telefonía por ondas dirigidas».

Sr. González Bueno, Ingeniero de Caminos: «Telefonía automática».

Sr. Villalba, Ingeniero de Caminos: «Aplicación de la teoría de radiovectores recíprocos».

R. P. Pérez del Pulgar, S. J., Profesor del Instituto Católico de Artes e Industrias: «Representación del grado de irregularidad de los alternadores».

Sr. D. Fernando Gallego Herrera, alumno de la Escuela de Ingeniero de Caminos: «Cálculo de puentes metálicos».

Sr. D. José María Navarrete y del Solar, Ingeniero de la Constructora Naval: «El horno eléctrico y la fundición sintética».

Sr. D. Jesús Aguirre, Capitán del Laboratorio de Ingenieros del Ejército: «Influencia de la cantidad de agua de amasado en los morteros hidráulicos».

Sr. D. Federico García Vigil, Teniente coronel del Laboratorio de Ingenieros militares: «Nota sobre aparatos avisadores de incendios».

Sr. D. Félix González, Comandante del Laboratorio de Ingenieros militares: «Ensayos de maderas de construcción».

Sr. D. Fernando de Yandiola, Capitán del Laboratorio de Ingenieros militares: «El amortiguamiento en los galvanómetros balísticos».

Sr. Giovanni Costanzo, Professor do Instituto Superior Técnico: «A separação do rádio dos minérios uraníferos».

Sr. D. Agustín Plana Sancho, Capitán de Artillería: 1.º «Estudio completo de una fundición de hierro»; 2.º «Ensayos sobre fundición acerada».

Sr. D. Lucas Fernández Navarro, Catedrático y Académico: «El problema del agua subterránea en los terrenos volcánicos».

Sr. D. Severino Bello, Ingeniero de Caminos: 1.º «El Canal de Isabel II para abastecimiento de Madrid»; 2.º «Las compuertas del Pantano de la Peña».

Sr. D. Andrés Herrero y Egaña, Ingeniero de Minas: «La metalografía y la fundición de cilindros para trenes de laminar».

Sr. D. Juan M. España, Ingeniero de los talleres Bonvillain y Ronceray, de París: «Los procedimientos científicos utilizados prácticamente en la fundición moderna».

CONFERÊNCIAS

Sr. G. Königs, Representante do Instituto de França: «Les recents concours institués en France, pour les camions á gazogène».

Sr. D. José M.ª Torroja, Ingeniero de Caminos e Ingeniero Geógrafo: «Fotogrametría aérea».

Sr. D. Antonio López Franco, Ingeniero de Caminos: «La industria del cemento».

Associação Portuguesa para o Progresso das Sciências

Presidente, Prof. Francisco Gomes Teixeira, Reitor honorário da Universidade do Pôrto; Vice-presidentes, Prof. Francisco M. da Costa Lobo, da Universidade de Coimbra, Prof. Luís I. Woodhouse, da Universidade do Pôrto, e Prof. Pedro J. da Cunha, da Universidade de Lisboa; Secretário geral, Prof. António A. Mendes Correa, da Universidade do Pôrto.

«Comités» para o Congresso de Coimbra

«Comité» de honra local

Ex.^{mo} Reitor da Universidade; Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Bispo Conde; Ex.^{mo} Governador Civil de Coimbra; Ex.^{mo} General Comandante da Divisão; Ex.^{mo} Presidente da Relação; Ex.^{mo} Juiz de Direito; Ex.^{mo} Presidente da Junta Geral; Ex.^{mo} Presidente do Senado Municipal; Ex.^{mo} Presidente da Associação Académica; Ex.^{mo} Presidente da Associação Comercial; Ex.^{mo} Presidente da Comissão de Turismo; Ex.^{mo} Presidente da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra; Prof.^{ra} D.^a Carolina Michaëlis, da Universidade de Coimbra; Prof. Júlio Henriques, da Universidade de Coimbra; Prof. João José Dantas Souto Rodrigues, da Universidade de Coimbra; Prof. António A. Gonçalves, da Universidade de Coimbra, Director do Museu Machado de Castro.

«Comité» Executivo

Presidente, Prof. Francisco M. da Costa Lobo, da Universidade de Coimbra; Vice-presidentes, Prof. Luciano P. da Silva, da Universidade de Coimbra, Prof. Anselmo de Carvalho, idem, e Prof. Eugénio de Castro, idem; Secretário geral, Prof. Joaquim de Carvalho, da Universidade de Coimbra; Secretários, Prof. Alberto Pessoa, da Universidade de Coimbra e Prof. Amadeu Ferraz de Carvalho, da Escola I. Brotero.

«Comités» das Secções

História

Presidente, Prof. Mendes dos Remédios, da Universidade de Coimbra; Vice-Presidente, Prof. M. Gonçalves Cerejeira, da Universidade de Coimbra; Secretários, Prof. A. de Amorim Girão, da Universidade de Coimbra, e Prof. Vergílio Corrêa Pinto da Fonseca, da Universidade de Coimbra.

Sociais

Presidente, Prof. Fezas Vital, da Universidade de Coimbra; Vice-Presidente, Prof. A. de Oliveira Salazar, da Universidade de Coimbra; Secretários, Prof. Belesa dos Santos, da Universidade de Coimbra e Prof. L. Cabral de Moncada, da Universidade de Coimbra.

Medicina

Presidente, Prof. Basílio Freire, da Universidade de Coimbra; Vice-Presidente, Prof. Álvaro de Matos, da Universidade de Coimbra; Secretários, Prof. Rocha Brito, da Universidade de Coimbra e Prof. Feliciano Guimarães, da Universidade de Coimbra.

Matemática

Presidente, Prof. Pedro J. da Cunha, Reitor da Universidade de Lisboa; Vice-Presidente, Prof. Diogo P. de Amorim, da Universidade de Coimbra; Secretários, Prof. J. Pereira Dias, da Universidade de Coimbra e Prof. Vicente Gonçalves, da Universidade de Coimbra.

Astronomia

Presidente, Coronel Frederico Oom, Director do Observatório Astronómico da Tapada; Vice-Presidente, Coronel A. Mimoso Guerra, Administrador Geral dos Serviços Geodésicos; Secretários, Prof. Gomersindo Sarmiento da Costa Lobo, da Universidade de Coimbra e Prof. Manuel dos Reis, da Universidade de Coimbra.

Físico-Químicas

Presidente, Prof. H. Teixeira Bastos, da Universidade de Coimbra; Vice-Presidente, Prof. Egas Pinto Basto, da Universidade de Coimbra; Secretários, Prof. Rui Couceiro da Costa, da Universidade de Coimbra e Prof. Mário da Silva, da Universidade de Coimbra.

Naturais

Presidente, Prof. Bernardo Aires, da Universidade de Coimbra; Vice-Presidente, Prof. Tamagnini Barbosa de Matos Encarnação, da Universidade de Coimbra; Secretários, Prof. Luís Carrisso, da Universidade de Coimbra e Prof. J. G. de Barros e Cunha, da Universidade de Coimbra.

Aplicações

Presidente, Prof. Couto dos Santos, Director da Faculdade Técnica do Pôrto; Vice-Presidente, Prof. José Fernando de Sousa, Presidente da Associação dos Engenheiros Civis; Secretários, Prof. José A. Vaz Serra, da Universidade de Coimbra e Engenheiro Arménio Leal Gonçalves.

«Comité» de recepção e publicidade

Presidente, Mário de Almeida, Presidente da Comissão Executiva

da Câmara Municipal de Coimbra; Conde de Felgueiras; Manuel da Silva Gaio, Secretário da Universidade de Coimbra; Bernardo Pedro de Almeida, da Junta Geral; Alberto H. da Costa Cabral, da Junta Geral; Carlos Balbino Dias, Cônsul do Brasil; Henrique Elias Belmano, Vice-cônsul de Espanha; José do Nascimento e Sousa, da Direcção da Associação Académica; Rui Sarmento, idem; Emídio Guerreiro, idem; Manuel Moutinho, idem; Manuel Braga; João da Fonseca Barata, da Direcção da Sociedade de Propaganda e Defesa de Coimbra; Manuel do Nascimento Veiga, idem; Vitorino Planas Dória, idem; António Leitão, Hermano Arrobas e Luís Costa, jornalistas; João de Brito Pimentel de Almeida, da Comissão de Turismo; Francisco da Cunha Matos, Secretário da Câmara Municipal.

DÉLÉGATION DE PORTUGAL A LA VI.^{me} ASSEMBLÉE
DE LA SOCIÉTÉ DES NATIONS

**QUELQUES OBSERVATIONS AU RAPPORT
DU PROFESSEUR ROSS**

**PRÉSENTÉES COMME ÉLÉMENT D'INFORMATION
À LA COMMISSION TEMPORAIRE DE L'ESCLAVAGE
DE LA SOCIÉTÉ DES NATIONS**

MONSIEUR LE SECRÉTAIRE GÉNÉRAL:

En recevant le rapport du professeur E. A. Ross, relatif à l'emploi de la main d'œuvre indigène dans l'Angola et le Mozambique, rapport qui lui a été envoyé en date du 5 juin 1925, le Gouvernement portugais l'a transmis aux Hauts Commissaires des deux colonies, pour qu'ils en prennent connaissance et lui envoient leurs observations au sujet de ce document, tout en faisant, s'ils le croient nécessaire, une enquête sur les faits qui y sont indiqués.

Le gouvernement portugais regrette que le signataire du rapport ait eu le soin de ne pas faire connaître l'identité des personnes qui lui ont fourni des informations, (page 40). Cela rend très difficile pour les Hauts Commissaires des deux colonies, de vérifier la vérité des allégations produites et de punir, s'il y a lieu, ceux qui seraient coupables des faits incriminés.

On peut dire que la discrétion dont a usé le professeur Ross est due à ce qu'il a voulu éviter, pour ceux qu'il a consultés, des représailles possibles de la part des autorités locales.

Le Gouvernement portugais désire déclarer que cette crainte n'avait aucun fondement. Les Hauts Commissaires des deux colonies ne le permettraient pas. D'ailleurs, il suffit de constater la liberté de la presse aux colonies, liberté dont elle profite largement, parfois avec passion, pour se rendre compte que non seulement ceux qui feraient connaître

les abus ou délits commis par les agents du gouvernement n'ont rien à craindre de leur part, mais aussi que les Hauts Commissaires ou les Gouverneurs des districts sont toujours disposés à donner suite aux plaintes qui leur sont adressées. La discrétion dont a usé le Professeur Ross rend très difficile n'importe quelle procédure à suivre par rapport aux faits qui ne sont indiqués que d'une façon générale et sans aucun détail. C'est très regrettable que des individus, que leur situation rend indépendants, n'aient pas eu le courage moral de communiquer aux autorités compétentes l'existence de faits, qui, s'ils sont vrais, constitueraient de véritables crimes.

En attendant la réponse des gouvernements des deux colonies auxquelles le rapport a été envoyé, le Gouvernement portugais présente ci-joint quelques considérations d'ordre général qui lui sont suggérées par la lecture du rapport Ross et aussi par les informations qui lui ont été fournies à Lisbonne par les services compétents. Dès que les deux colonies auront envoyé les observations qui leur ont été demandées, le Gouvernement portugais pourra alors répondre d'une façon plus complète à la lettre du Secrétariat général et au rapport qui l'accompagne. Le Gouvernement portugais tient à déclarer qu'il répond à l'exposé du rapport Ross parce qu'il lui a été envoyé par le Secrétariat de la Société des Nations après avoir été reçu par la Commission temporaire de l'esclavage, qui désirait, pour l'élaboration de son rapport, connaître les observations que le gouvernement portugais pourrait présenter.

Veuillez agréer, Monsieur le Secrétaire Général, l'assurance de ma haute considération et de mes sentiments tout dévoués.

Genève, le 26 septembre 1925.

Pour la Délégation de Portugal à la VI^e Assemblée de la Société des Nations, — Le Président: (Signé) Affonso Augusto da Costa.

Quelques observations sur le rapport du Professeur Ross, sur l'emploi de la main d'œuvre indigène à l'Angola et au Mozambique (1)

1. — Loin de nous de mettre en doute la bonne foi du professeur Ross. Il a voulu être absolument impartial dans son rapport, mais nous

(1) Nous indiquerons par des chiffres, entre parenthèses, les paragraphes correspondants au rapport Ross. Quand nous citerons des pages, nous précéderons les chiffres par les lettres p. g.

avons vu que, malgré son désir, il s'est laissé entraîner par des suggestions qui ont pu être produites dans son esprit par les échos des campagnes de discrédit qui ont été dirigées contre certaines administrations coloniales et qui ont surtout atteint les petits pays qui ne disposent pas d'une presse à large circulation mondiale pour combattre les allégations qui sont publiées contre eux. C'est ainsi qu'il a dû visiter les deux colonies avec l'idée préconçue qu'il trouverait devant lui des faits et des agissements blâmables.

Nous citerons deux exemples à l'appui de notre supposition.

2. — D'abord le titre même de son rapport: «Report on Employment of Native labor in Portuguese Africa». En lisant ce titre on pourrait croire que le professeur a visité toutes les possessions africaines. Il ne l'a pas fait. Il est allé à l'Angola, où il est resté pendant 45 jours, du 19 juillet jusqu'au 3 septembre 1924; il a également été au Mozambique, où sa visite a duré 24 jours.

Or, le Portugal a, en Afrique, en dehors des colonies indiquées ci-dessus, la *Guinée Portugaise* l'archipel du *Cap Vert* et les îles de *St. Thomé et Príncipe*. Dans les deux premières de ces colonies, aucune plainte n'a jamais été faite contre le régime de la main d'œuvre. En Guinée Portugaise, les indigènes travaillent librement, pour leur propre compte, dans leurs terres et exploitent librement leurs palmeraies. Au Cap Vert, la population se trouve dans un état de civilisation très avancée; il y a un Lycée, plusieurs écoles, et presque toutes les places de l'administration sont occupées par des indigènes, qui ont été éduqués dans l'Archipel (1). Ils élisent, de même que dans les autres colonies, leurs représentants au Parlement portugais, et le gouvernement de la Méropole leur fournit fréquemment d'importants subsides, quand le manque de pluies, et peut-être aussi l'indolence occasionnelle de la population, produisent des famines dans le pays. N'ayant pas visité toutes les colonies de l'Afrique portugaise, nous croyons qu'il serait juste que dans le titre de son travail, le professeur n'indiquât que les colonies où

(1) Au Cap Vert il y a 75 écoles primaires et un lycée. Les écoles ont été fréquentées en 1919 par 7,923 élèves, dont 413 blancs, 5,606 mulâtres et 1,909 noires. D'après leur âge, la fréquence des élèves a été la suivante: jusqu'à 9 ans, 1.466 élèves: de 9 à 12 ans, 3,712, de 12 à 16 ans, 2,142; de plus de 16 ans, 507.

A Goa et Macau, il y a aussi des lycées, en dehors des écoles primaires. A Goa existe la plus ancienne école de médecine qui ait été créée dans les colonies. Elle date de plus d'un siècle.

il avait été, pour ne pas donner la fausse impression que ce qu'il mentionne dans son rapport s'étend à toutes les Colonies portugaises.

3. — Un deuxième fait mérite aussi d'être signalé. N'ayant pas visité les îles de St. Thomé et Príncipe, le professeur, dans l'appendice de son travail, rappelle la campagne qui a été faite contre le recrutement des indigènes de l'Angola pour aller travailler dans les plantations de cacao. Il cite les principaux ouvrages qui ont été publiés contre l'administration portugaise, mais il ne fait pas mention de celles qui ont été écrites pour la défendre et la justifier. Cependant, il y en a beaucoup et entre autres les remarquables publications du colonel britannique Wylie et celles de M. Mantero et du Docteur Antonio d'Aguiar. Pour être absolument impartial, nous croyons que, après avoir indiqué les accusations faites par Harding, Nevinson, Swan et d'autres encore, il aurait pu indiquer que les White Books, parus entre 1912 et 1917, ont publié les communications des autorités consulaires britanniques à St. Thomé et Angola qui ne trouvent rien à reprocher au recrutement, transport et traitement des indigènes de l'Angola dans les deux îles de St. Thomé et Príncipe.

Il faut rendre justice au professeur, quand il dit loyalement n'avoir jamais entendu parler, durant son voyage, ni de trafic d'esclavages, ni d'esclavage, et que jamais la plus légère suggestion ne lui a été faite laissant croire qu'en Afrique portugaise il existe des blancs qui possèdent des noirs. Mais, nous regrettons cependant, que, au lieu de louer les efforts du gouvernement portugais pour obtenir ces résultats, il ajoute : « l'adoption d'un système de réquisition de la main d'œuvre indigène qui est louée aux particuliers, libère les blancs de toute tentation d'acquérir la propriété de la main d'œuvre dont ils ont besoin » (page 61).

On peut déduire de ces paroles, que le Gouvernement portugais, qui a aboli l'esclavage en 1836, et qui a fait des sacrifices de toute sorte pour lutter efficacement et depuis longtemps contre ce fléau, comme l'a démontré le rapport remis l'année dernière au Secrétariat, ne l'a fait que parce qu'un autre système d'oppression devait le remplacer bien plus tard (le rapport dit que les indigènes ont déclaré que le travail forcé a commencé en 1914) (page 13).

Il n'existait plus d'esclavage dans les colonies portugaises quand il sévissait encore dans les territoires coloniaux de l'Allemagne et dans bien d'autres pays, où il existe encore aujourd'hui, comme le montre le rapport et de la Commission temporaire de l'esclavage. Nous croyons donc avoir droit à ce que le professeur nous rendit justice, sans chercher à amoindrir ce que nous avons fait dans l'intérêt de l'humanité.

4.^o — La méthode suivie par le Professeur Ross dans son enquête ne nous paraît pas être la plus heureuse pour pouvoir arriver à des conclusions dignes de confiance. Cette méthode est indiquée dans son rapport (page 5). Il avait pour but d'enquêter sur le système de recrutement de la main d'œuvre dans l'Afrique portugaise, ou, pour être plus exact, dans ses deux plus grandes colonies.

Pour cela, il était inutile, dit le rapport, de poser des questions aux agents de l'administration, parce que la loi, d'après laquelle la main d'œuvre est réquisitionnée par le gouvernement, est bien connue et les agents qu'il questionnerait ne manqueraient pas de lui répondre, qu'ils procédaient d'accord avec la loi. Le professeur mentionne que la loi lui était bien connue; il ne pouvait donc pas s'attendre à cette réponse, d'autant plus qu'à Lourenço Marques, on lui a dit, (89) que sous l'administration du gouverneur général Freire d'Andrade, on ne demandait à aucun indigène plus de trois mois de travail par an, que le travail obligatoire était payé, et que celui exécuté dans les plantations des indigènes et dans les usines du Rand était compté par l'administration. Or cela est justement ce que la loi prescrit, et le professeur considère ces conditions comme équitables. (*Ideals. Can these not be realized*). Il ne pouvait donc pas s'attendre à ce que les autorités, agissant autrement, lui disent, qu'elles procédaient d'accord avec la loi. Il pouvait facilement leur démontrer le contraire, vu sa reconnaissance des prescriptions légales.

5. — Nous devons déclarer, que dans les colonies portugaises, aucune loi ne permet de réquisitionner la main d'œuvre, si ce n'est pour l'ouverture et l'entretien des routes qui relient entre eux les villages indigènes et pour celles qui se dirigent vers les principaux centres de l'administration.

Pour le reste, la loi défend le travail obligatoire ou forcé, si ce n'est par arrêt des tribunaux compétents et comme punition d'un délit commun.

Le travail obligatoire pour les travaux publics est admis en Afrique un peu partout, et il est même expressément autorisé dans les Mandats coloniaux, à la condition d'être rémunéré. Dans l'Angola et le Mozambique, à une époque encore récente, les travaux d'ouverture des routes entre les villages et qui étaient surtout à l'avantage des indigènes, n'étaient pas rétribués. Cela constituait une espèce de corvée locale, occasionnelle ou régulière; c'était une prestation de services, telle

qu'elle a toujours été admise dans la plupart des pays et qu'elle est encore appliquée aujourd'hui parmi les populations métropolitaines portugaises.

D'ailleurs l'ouverture des routes est aussi très avantageuse pour les indigènes, parce qu'en permettant l'usage des wagons boers et des camions automobiles, elles leur évitent le portage qu'employaient autrefois des dizaines de milliers d'hommes, tenus, de leur propre initiative, dans la plupart des cas, d'apporter aux factoreries de la côte leurs produits, pour les échanger contre des marchandises européennes.

6. — Quelle qu'en soit la raison, la vérité est que le professeur Ross, pour effectuer son enquête dans les deux colonies d'Angola et Mozambique, s'est abstenu d'entendre les fonctionnaires du Gouvernement qui d'ailleurs connaissaient le motif de sa visite dans ces colonies et qui ne lui ont pas créé d'obstacles; ils ont *eu au moins ce mérite*. Nous ne savons pas si dans toutes les colonies africaines on lui aurait laissé la même liberté d'action, attendu qu'il négligea de faire connaître son arrivée au Gouverneur général. Peut-être objectera-t-il qu'il voulait faire son enquête sans que les autorités en fussent prévenues. Mais si défectueuse que le professeur puisse juger l'administration portugaise, il faudrait que celle-ci fut entièrement aveugle pour ne pas se rendre compte de ce qu'il faisait dans le pays. Les Gouverneurs des deux colonies savaient parfaitement ce qui se passait, mais ils ont voulu laisser au professeur toutes facilités et une entière liberté de mouvements. D'ailleurs le professeur Ross devait s'attendre à ce qu'on ne lui fit pas de difficultés. Dans l'appendice de son travail (page 61) il raconte qu'en 1895, Mr. Joseph Burtt, envoyé à Angola et à St.-Thomé, pour le compte de MM. Cadbury, Fry, Rowntree et Stellwerk, avait passé deux ans dans le continent pour y étudier le recrutement et le système de main d'œuvre indigène. Dans le livre publié sur ces travaux, *Labour in Portuguese West-Africa*, M. W. A. Cadbury ne fait pas mention de ce qu'on lui ait fait la moindre opposition. Or ce qu'on avait pour un sujet britannique à une époque où une campagne était déclanchée contre nos colonies de l'Afrique occidentale, on devait le faire certainement pour un citoyen de la Grande République de l'Amérique du Nord.

7. — N'ayant pas décidé de faire connaître son arrivée et le but de son voyage aux autorités portugaises, qui auraient certainement cherché à l'aider dans ses travaux et surtout à lui permettre de contrôler les informations qu'il obtiendrait; voyons maintenant quelle a été la mé-

thode poursuivie par le professeur et au sujet de laquelle le gouvernement portugais se permet d'appeler particulièrement l'attention de la Commission temporaire d'esclavage. (Page 5).

«Nous avons visité», dit le rapport, «les villages indigènes dans la brousse, nous avons réuni les habitants et au moyen d'un interprète de leur connaissance et en qui ils avaient confiance, nous leur avons adressé des questions au sujet de la main d'œuvre obligatoire. A Angola nous avons visité dix-neuf villages appartenant à trois centres séparés par des distances non inférieurs à deux cents milles. Les conclusions de son enquête sur d'autres villages résultaient des conversations avec le chef, le pasteur ou le professeur indigène. Les déclarations étaient prises dans les termes mêmes qui sortaient des lèvres de l'interprète et ce sont ces notes qui forment la base de ce rapport. Des informations étaient obtenues de groupes de travailleurs rencontrés en route et aussi d'individus isolés. Dans l'ensemble, à Angola, nous avons l'expérience de six à sept mille indigènes de trois provinces différentes».

Le professeur indique ensuite les avantages de ce système tout à fait spécial, dans lequel on entend seulement un certain nombre d'individus qu'on suppose représenter une des deux parties intéressées. Les déclarations ainsi obtenues sont soigneusement enregistrées et c'est sur ces déclarations et celles de quelques européens anonymes, que le professeur Ross organise et produit un véritable réquisitoire contre l'administration portugaise.

8. — Or, n'importe qui, parmi ceux qui connaissent un peu la psychologie des indigènes africains, aurait pu faire savoir au professeur que ces indigènes ont l'habitude de répondre aux blancs qui leur posent des questions, de la manière qu'il jugent être la plus agréable pour celui qui les questionne, dans l'espoir d'un cadeau. Il est facile d'obtenir d'un même noir et d'autant plus aisément qu'il est moins civilisé, des réponses contraires sur la même question, selon la façon dont celle-ci est formulée. Tout le monde en Afrique sait cela.

Le professeur Ross ne connaît pas la langue indigène, ni, croyons-nous, le portugais, qui est parlé par une partie de la population. Il a dû employer plusieurs interprètes, ayant la confiance des noirs, et qui lui ont été fournis nous ne savons pas par qui. Mais l'interprète qu'il employait, traduisait naturellement de la façon qui lui semblait être la plus agréable à celui qui le rétribuait.

9. — Nous nous demandons quels seraient les résultats d'une enquête

conduite de cette façon dans n'importe quelle colonie, où l'on irait demander aux indigènes leur avis sur la façon dont ils sont traités par les représentants du pays qui l'administre.

La colonie du Cap, faisant partie de l'Union de l'Afrique du Sud, est certainement une de celles où les indigènes sont le plus civilisés et où ils jouissent de plus de droits; cependant on les entend, dans leur meetings et dans leur journaux, proférer les plaintes les plus sévères contre l'administration. En supposant que l'on se base seulement sur leurs déclarations pour apprécier le Gouvernement de l'Union, on arriverait certainement à des résultats très extraordinaires et qui ne seraient pas sûrement l'expression de la vérité.

Le Sud-Ouest-Africain a été remis à l'administration de l'Union de l'Afrique du Sud par la Société des Nations, pour être administré sous les lois du Mandataire et comme une partie intégrante de son territoire. Or, il y a eu souvent des soulèvements dans le Sud-Ouest-Africain et parfois même des plaintes ont été présentées par les indigènes. On peut imaginer quel serait, dans ce pays sous Mandat, le résultat d'une enquête faite selon le système employé par le professeur Ross, et se demander s'il serait juste et raisonnable de juger l'administration Sud-Africaine sur les résultats de cette enquête.

10. — Mais nous irons plus loin. Les États-Unis d'Amérique sont un grand pays, que nous admirons. On y rencontre une large population noire éduquée et civilisée. Les livres, les journaux, tous les moyens de publicité enfin, nous font savoir, que ces populations noires ne sont pas contentes et se plaignent souvent de ce que leurs membres, tout en étant de par la loi, citoyens des États-Unis, ne sont cependant pas traités comme tels du fait de la différence de leur race et de leur couleur. Pourrait-on trouver raisonnable qu'on jugeât l'administration de la libre République américaine d'après une enquête faite selon le système Ross parmi les populations noires ou indigènes des États-Unis (1)?

Quand le professeur cite les dépositions d'un médecin des missions

(1) Du *Journal de Genève* du 23 septembre 1925 :

Des campagnards de la région du Mississippi ont enlevé des mains des agents un nègre que ceux-ci emmenaient en prison, l'ont arrosé d'essence et l'ont carbonisé.

D'autre part, les habitants d'une petite localité de Géorgie ont envahi l'asile d'aliénés de l'endroit, se sont emparé d'un nègre fou qui avait tué une infirmière, l'ont enchaîné à un arbre et l'ont tué à coups de trique.

(45), d'une station missionnaire (68) d'un prêcheur indigène (72), d'un étudiant de théologie (78) bien difficile cependant à trouver à Mozambique où il n'y a pas de ces étudiants, d'un pasteur indigène (80), etc., ne devrait-il penser que les habitants de la colonie et même quelques autorités pouvaient être mécontentes de lire ce qu'il a écrit et en attribuer la responsabilité à des individus qui en étaient absolument innocents et qui pouvaient ne pas approuver sa façon de penser ?

Est-ce que le professeur ne s'est pas rendu compte que son enquête, faite en quelques jours, sur une petite étendue des deux colonies et sans connaître la langue du pays, et enfin, de la manière comme il l'a réalisée, et généralisant ensuite le *résultat de ses observations*, de façon à arriver à des conclusions non justifiées, exagérées ou fausses, pourrait avoir des effets opposés à ceux qu'il désirait ? Qu'elle n'aurait peut-être pas le don de lui attirer des sympathies et l'appui de ceux qui, en Portugal, désireraient, comme lui, aider la cause des indigènes ?

A Johannesburg il y a près de 80.000 noirs de Mozambique travaillant dans les mines. Le professeur profitant d'un arrêt dans son voyage, a eu une entrevue, au moyen d'un interprète, avec 35 de ces indigènes. Et d'après cette entrevue hâtive, il publie son paragraphe 65, dans lequel il présente toute une série de cruautés qui auraient été pratiquées par les autorités ; en faisant ainsi entendre que cela représente l'avis d'indigènes portugais des mines. Est-ce qu'on peut espérer que cette façon de procéder encourage les autorités à prendre en considération ces accusations ? Il faudrait bien mal connaître l'humanité pour le penser, et cependant M. Ross est professeur de sociologie dans une Université renommée. Nous désirerions que la Commission permanente d'Esclavage compare le rapport du professeur avec celui du Bureau international de protection aux indigènes, rédigé en termes corrects et d'après les déclarations de personnes qui ont vécu longtemps à Mozambique et connaissent la langue et les usages indigènes.

11. — Pour être vraiment impartial, le professeur Ross devrait ne pas oublier de dire dans son rapport, que le système de l'administration portugaise dans ses colonies, est un système de coopération amicale entre les Portugais de la métropole et les Portugais des colonies, sans distinction ou préjugés de race ou de couleur. Ces préjugés peuvent être et sont certainement plus douloureux pour ceux qui en subissent les effets, que le fait d'être obligés par la loi à travailler pendant trois mois chaque année avec pleine et entière liberté dans le choix du travail à exécuter, ainsi que du moment et du lieu où il doit être fait.

Le professeur Ross a dû voir dans les colonies portugaises visitées par lui des médecins, des professeurs, des officiers de l'armée, des hauts fonctionnaires, nés dans nos colonies, et il aurait pu les voir aussi dans le Portugal métropolitain s'il l'avait visité, ce que nous ignorons.

12. — Un fait, qui doit appeler l'attention est sûrement celui-ci : le professeur, ayant écouté tant de milliers d'indigènes et tant d'individus d'autres races, n'a presque exclusivement rencontré que des personnes qui lui ont parlé en termes défavorables de l'administration portugaise des deux grandes colonies ! Et cependant à la dernière exposition agricole de Loanda, il y a eu 400 exposants noirs, qui présentaient les résultats de leurs cultures. Malheureusement aucun des 7,000 indigènes que le professeur a entendus n'a jugé à propos de lui en parler.

Et cependant, dès que le rapport Ross a été publié, plusieurs personnes qui connaissent nos colonies sont venues apporter leur témoignage favorable à notre administration et protester contre le rapport du professeur Ross qui, d'après un article du *New York Commercial* du 13 juillet dernier, traduit et publié par le *Diario de Noticias* de Lisbonne, a aussi publié un rapport sur les « Conditions de la Russie des Soviets ». Au contraire de ce qui lui est arrivé dans l'Angola et à Mozambique, le professeur n'a eu qu'à louer la liberté dont on jouit dans la Russie rouge.

Entre ces témoignages nous croyons devoir en citer quelques-uns :

Dès que le rapport Ross a paru et a été cité dans les journaux anglais, le président de la Commission temporaire d'esclavage, alors réunie, a reçu un télégramme et le lendemain une lettre de M. *James Morris*, qui demandait à être entendu par la Commission. Dans sa lettre il disait avoir été chargé de travaux au port de Lobito et avoir eu sous ses ordres au moins mille travailleurs indigènes et il désirait contester les affirmations du professeur. Or il est à remarquer, à ce propos, que M. Ross cite une déclaration d'un Monsieur qu'il désigne par la lettre F., et qu'il dit faire partie d'une large société (firm) employé dans les travaux du port de Lobito. Ce Monsieur F. déclare savoir que les quatre-cinquièmes du salaire des indigènes avaient été envoyés aux *chefs de posto* où les indigènes avaient été recrutés, et qu'il savait que ces *chefs de posto* avaient reçu l'argent, puisqu'ils avaient envoyé un reçu, mais qu'il ignorait ce qu'ils avaient fait de cette somme.

Comment concilier l'affirmation de l'anonyme F., avec celle de M. Morris, qui vient de sa propre initiative et sans cacher son nom, dire le contraire de ce qui a été affirmé par M. F. anonyme ? Et cepen-

dant tous les deux travaillaient au même endroit et dans le même service.

Cette insinuation de M. F., surtout venant après d'autres du même genre, veut donner à entendre que les *chefs de posto* gardent l'argent qui leur est remis pour payer les indigènes. On ne dit pas clairement qu'un vol a été commis, mais on le fait supposer. Et nous demandons alors : Est-ce que cela est une façon de procéder, surtout quand on veut accuser l'administration d'un pays ? Est-ce que le Monsieur F. — cité et qui n'ose pas permettre qu'on dise son nom, — peut-être parce que dans les colonies portugaises on trouve des tribunaux qui condamnent les calomniateurs, — n'avait pas le devoir, imposé par la loi, ou pour le moins le devoir moral, au cas où il avait des doutes sur la destinée de l'argent, de vérifier s'il avait été remis à ceux à qui il était dû ?

13. — Un missionnaire, qui avait fait partie des missions catholiques pendant douze ans (à Angola) et qui s'est retiré ensuite aux États-Unis, a écrit, dès qu'il a vu dans les journaux américains des extraits du rapport Ross, une lettre très digne, dans laquelle il raconte ses expériences dans la colonie et ce qu'il pense des autorités du pays. Nous donnons en appendice la traduction de cette lettre.

14. — Il existe au Portugal et dans nos colonies des associations formées par les indigènes. La *Ligue nationale africaine*, dès qu'elle a connu le rapport Ross, a pris l'initiative d'envoyer à ses frais à Genève une délégation composée de son président, d'un directeur et du secrétaire, pour protester contre ce rapport et ces Messieurs ont remis leur protestation au secrétaire de la Commission temporaire d'esclavage, en demandant qu'il le remette au président. Malgré que dans le programme de leur ligue ils aient inscrit l'autonomie et même l'émancipation des colonies, ils ont cru remplir un devoir, en venant défendre le pays qui ne fait aucune distinction entre les nationaux, quelque soit leur race ou leur couleur. Nous donnons en appendice une copie de la lettre qu'ils ont adressée à la Commission temporaire d'esclavage, de même qu'une lettre de la *Refinaria Colonial*.

15. — Nous ne croyons pas nécessaire de faire d'autres citations. Nous disons encore seulement que toute la presse de Lisbonne a protesté contre les conclusions du rapport Ross. Une seule exception s'est produite. Un journal non seulement a maintenu les dires du professeur,

mais il est encore allé au delà, en affirmant l'existence de l'esclavage dans nos colonies. Il faut cependant dire que c'est un journal inspiré par Moscou qui l'a fait.

16. — Procédant de la façon que nous avons indiquée plus haut, c'est-à-dire, en se bornant à noter les déclarations qui lui ont été faites sans contrôler leur exactitude, le professeur Ross est arrivé parfois à des conclusions tout à fait invraisemblables. Nous citerons deux exemples remarquables. Page 46 du rapport on lit un passage dont nous donnons ici la traduction aussi exacte qu'il nous a été possible de le faire :

« Il y a quelques années le Gouvernement autorisa une troupe (gang) de Portugais à parcourir le pays, en prétendant que le bétail était malade et qu'il fallait l'exterminer. Ils n'ont pas molesté le bétail des missions, mais seulement celui des indigènes. Ils offraient quelques shillings par tête de bétail et, si leur offre n'était pas acceptée, le bétail était tué à coups de fusil; naturellement les indigènes prenaient ce qu'on leur offrait. Le bétail était rassemblé, embarqué et envoyé à Johannesburg, pour être tué pour la boucherie. Tout cela était un grand jeu de voleurs (big robber game) qui fut mis en œuvre avec l'appui des employés du Gouvernement.

Voilà une accusation bien grave. Elle est si invraisemblable que le professeur Ross, quelle que fût sa mauvaise opinion sur l'administration, aurait dû contrôler son exactitude avant de la présenter comme une preuve de la façon de procéder des autorités. N'importe qui, à Lourenço Marques, aurait pu le renseigner. Or voici les faits : dans le sud de la colonie de Mozambique, le bétail était très peu nombreux et de très mauvaise qualité. Les bœufs étaient très petits et les indigènes ne savaient pas employer les moyens nécessaires pour améliorer la race. Presque toute la viande que l'on consommait à Lourenço Marques était importée de Madagascar. Le Gouvernement venait d'organiser les services d'agriculture et les services vétérinaires et pour cela il avait engagé plusieurs techniciens des États-Unis et du Département vétérinaire du Transvaal, dirigé alors et nous croyons qu'il en est de même encore aujourd'hui, par l'éminent Docteur Theiler, qui a bien voulu autoriser M. Conacher, un de ses meilleurs collaborateurs, à prendre la direction des services vétérinaires du Mozambique.

Peu après, le *Texas fever* ou *tick-fever* s'est abattu sur les districts de Gasa, Lourenço Marques et Inhambane. D'après l'avis de M. Conacher, et en suivant le système qui avait été adopté au Transvaal, dans

les régions affectées par la maladie, le département vétérinaire décida :

1) que le transit du bétail d'une région dans l'autre serait interdit et que le bétail trouvé en contravention de cette disposition serait abattu.

2) que tout le bétail qui ne serait pas renfermé dans des enceintes limitées par de solides clôtures en fil de fer barbelé, serait abattu, et payé au prix moyen de la viande de boucherie à Lourenço Marques.

3) que ce régime serait maintenu pendant 10 à 14 mois, après quoi on reviendrait au régime de pleine liberté.

La mise à exécution de ces dispositions, absolument nécessaires, a rencontré la plus grande résistance, surtout de la part des missions ou corporations religieuses et aussi des Européens. Les chefs de district ont appelé tous les chefs indigènes pour leur exposer le but que l'on se proposait et ils ne trouvèrent pas de grandes difficultés chez eux, parce que ces derniers voyaient leurs troupeaux disparaître, décimés par la maladie et sans en retirer aucune compensation. Le meilleur bétail, destiné à créer plus tard avec le bétail importé, le cheptel de la province, a été enclos, quand les intéressés le demandaient, par les soins de l'administration. Comme résultat de ces mesures, l'épidémie a disparu, le sud de la colonie est aujourd'hui abondant en bétail de bonne qualité, possédé par des indigènes et par des Européens et la colonie se suffit à elle-même. Non seulement on n'importe plus de bétail de Madagascar, mais on peut en exporter.

Et voilà la vérité sur ce que le professeur Ross appelle une preuve de manque de conscience de la part des autorités portugaises et qu'il se complait à raconter avec des détails invraisemblables : par exemple, il parle du bétail embarqué (shipped) pour Johannesburg.

L'accusation formulée dans le même paragraphe sur l'indifférence des autorités portugaises dans les cas de famine parmi les indigènes est de la même valeur.

17. — Un deuxième exemple : Page 39 du rapport on lit : (traduction) :

« Dans le *Diario de Noticias*, du 6 août 1924, a paru un télégramme de Guinée à propos d'une mutinerie dans la *circumscrição* de Mansoa. Des indigènes au nombre de plus de mille se sont réunis, armés et ont refusé de travailler ».

« J'ai réfléchi sur ce fait. Pourquoi avaient-ils refusé de travailler ? Une semaine ou deux après, j'ai vu dans le journal de Benguela que depuis que Norton de Mattos avait refusé de laisser partir les indigènes

d'ici, l'île de St.-Thomé s'était procuré sa main d'œuvre en Guinée. Alors apparaît pour moi la raison de la grève armée ».

Voyons maintenant la vérité. D'abord, le Haut Commissaire Norton de Mattos n'a pas prohibé l'émigration pour St. Thomé; il a au contraire, promis aux planteurs de les aider, dans des termes qu'il leur a lui même indiqués. Ensuite, jamais les indigènes de Guinée portugaise ne sont allés à St. Thomé. Il est facile de le vérifier en consultant les statistiques publiées par les soins du Gouvernement de St. Thomé. D'ailleurs, les noirs de la Guinée portugaise sont assez riches et n'éprouvent pas le besoin d'émigrer. Cependant, bien qu'il eut été si facile de vérifier l'exactitude de sa supposition, le Professeur Ross l'a tout de suite mentionnée dans son rapport.

18. — Le professeur insiste beaucoup sur le fait que les indigènes ne reçoivent pas leurs salaires, qui sont gardés par les agents de l'administration. (8, page 7, pg. 39, pg. 55, etc.).

Il se peut et c'est même certain, que des cas pareils se soient présentés mais il sont punis par la loi et le professeur, en entendant les indigènes s'en plaindre leur aurait rendu un grand service, de même qu'à l'administration, s'il leur avait conseillé d'envoyer ou de remettre leur plainte à l'autorité compétente. Les tribunaux du Portugal et de ses colonies sont indépendants et les juges ne peuvent pas être transférés d'une place à l'autre sans leur consentement.

Mais il ne faut pas toujours croire ce que disent les indigènes. Un indigène travaille un temps déterminé et il reçoit son salaire. Avant de rentrer chez lui il trouve des occasions de s'amuser et de dépenser son argent. En rentrant chez lui, ses femmes ou son chef lui demandent des comptes; il dit alors qu'il n'a pas été payé. Plusieurs des déclarations entendues par le professeur Ross ne peuvent avoir d'autres causes.

19. — Il nous paraît convenable de résumer ici les dispositions de la loi en ce qui concerne le paiement des indigènes engagés par les patrons.

Pour éviter que les patrons cherchent à ne pas payer à leurs serviteurs leurs salaires, tels qu'ils sont dus, le paiement doit être fait par ou devant les autorités. Pour protéger les indigènes contre les entreprises des marchands qui cherchent à leur vendre toutes sortes d'inutilités que l'indigène se laisse facilement entraîner à acheter, telles que des montres ou des bicyclettes qui ne marchent pas, des liqueurs alcooliques, etc., le patron ne doit payer chaque mois qu'une partie du salaire de

l'indigène. Le reste est payé à la fin du contrat du travail et doit être payé par l'autorité, le patron ou un délégué du patron devant assister au paiement.

Voilà quelle est l'intervention de l'autorité dans le paiement des indigènes travaillant sous le régime de contrat. C'est une simple intervention de surveillance.

19. — Le rapport dit, que dans la *circumscripção*, (cerle) administrative de Songo, de graves irrégularités se seraient produites, en ce qui concerne le recrutement des travailleurs indigènes. (Pg. 7) C'est vrai. Mais le professeur aurait pu ajouter ce qui s'est produit dans ce cas, et pourrait se produire dans ceux qu'ils a connus, si son système d'enquête n'était pas celui qu'il a adopté.

Un officier anglais qui se trouvait dans le pays a rencontré le Haut Commissaire d'Angola à Lobito et lui a dit qu'il croyait de son devoir de lui faire savoir que des irrégularités très graves se passaient dans la région du Songo, qu'il venait de traverser en chassant. Il lui a communiqué ce qu'il avait observé. Le Haut Commissaire a ordonné immédiatement une enquête et de cette enquête est résulté la démission immédiate de plusieurs fonctionnaires et encore d'autres sanctions.

On voit donc que cet officier a jugé de son devoir de procéder d'une façon différente de celle du professeur Ross, et en le faisant, il a été bien plus utile aux indigènes.

Il ne faut pas oublier que l'Angola est un pays immense et qu'il y a encore des endroits où la surveillance des autorités n'est pas aussi énergique qu'elle doit l'être. Mais cette situation disparaît cependant de plus en plus, surtout avec l'ouverture des routes qui permettent aux autorités de se rendre rapidement partout. D'ailleurs, même dans les régions les plus civilisées et les plus policées, des irrégularités et des crimes sont commis dont les autorités n'ont pas tout de suite connaissance et que les tribunaux ne punissent que plus tard.

20. — Il serait juste que le professeur, en dénonçant des faits qu'il croyait vrais, basés sur les déclarations qu'on lui a faites, se fût préoccupé de savoir si les autorités supérieures de la Colonie les punissaient. Pour cela, il lui suffisait de consulter le journal officiel des colonies qu'il a visitées. Les Gouverneurs de ces colonies n'ont jamais nié qu'on y commette des irrégularités et même des crimes, mais ils les font punir et le journal officiel, qui publie les punitions, publie aussi les raisons sur lesquelles elles ont été appliquées. Dans une seule année, il aurait pu

voir, que vingt fonctionnaires ont été punis et remis au tribunaux, parce qu'ils avaient maltraité ou permis qu'on maltraite les indigènes ou pratiqué des irrégularités dans le recrutement de la main d'œuvre. Mais cela n'est pas une preuve de ce que dans les colonies existe un régime de main d'œuvre comparable à l'esclavage. Si on extrait demain des registres criminels d'un pays une série de crimes qui ont été punis par les tribunaux, on ne peut pas logiquement en conclure que le pays est un pays d'assassins ou de voleurs.

21. — Ce sont les routes et les moyens plus rapides de communications qui ont permis une plus rapide occupation administrative du pays et une surveillance plus complète. Mais, en même temps elles ont mis fin à l'isolement de certains entêtés, qui aiment à rester loin de la vue et de l'action des autorités. Quelques observations du professeur proviennent probablement de ces sources. Il les cite pour indiquer qu'on les oblige à construire des routes inutiles.

Pour ceux qui ne connaissent pas les routes en Afrique, il faut dire que ce ne sont pas des routes macadamisées européennes. On les ouvre simplement en nettoyant le terrain sur une largeur de cinq à sept mètres et en abattant les arbres et en arrachant les herbes et les racines. Quand cela est nécessaire, on établit des drains. Dans quelques régions on plante sur les bords des *ananas* ou d'autres plantes utiles, à l'usage des indigènes qui seuls en profitent. On voit donc que leur ouverture ne représente pas un travail très lourd, d'autant plus que c'est le seul travail obligatoire qui, légalement, peut être imposé aux indigènes et dont d'ailleurs, ils sont les premiers à profiter.

22. — Le rapport parle souvent des *Cipaios* (police indigène). Tous les administrateurs coloniaux connaissent bien les inconvénients de la police indigène, qui, d'ailleurs, diminuent chaque jour à mesure que l'organisation administrative s'améliore.

L'indigène peu civilisé, du moment qu'il est investi de quelque autorité, tend à en abuser ; c'est ce qui arrive avec le *cipai*. Mais il est retenu par la crainte de perdre sa place et son salaire. Malgré les quelques abus pratiqués par les *cipaios*, c'est grâce à leur action sous la direction de leurs chefs européens, que les crimes, les extorsions et les violences si communes dans les sociétés indigènes africaines ont diminué considérablement, et que les indigènes ne se trouvent plus sous la seule autorité de leurs chefs, souvent autoritaires et cruels et sous celle des féticheurs.

Si certaines organisations missionnaires rendaient des services importants à la civilisations et à l'instruction des indigènes, il est arrivé par contre parfois, qu'en s'établissant dans certaines régions presque inoccupées de la colonie, elles s'y installaient comme si elles en étaient les maîtresses absolues, et réunissaient les indigènes dans des «villages de mission» ou elles ne voyaient pas d'un bon œil n'importe quelle action des autorités. Est-ce que quelques-uns des interprètes du professeur Ross n'auraient pas été choisis entre les prosélytes de ces missions? Tout nous porte à le croire, étant donné qu'ils n'aiment pas les *cipaios*.

L'institution de la police indigène n'est pas encore aujourd'hui parfaite; mais ne pouvant pas la remplacer, on tâche surtout de la perfectionner. Ces déclarations faites au professeur Ross exagèrent les quelques abus commis par la police indigène et qui sont d'ailleurs punis quand on les porte à la connaissance des autorités. On ne pourrait pas s'attendre à ce qu'il en fut autrement, quand on entend pour juger les procédés des *cipaios* les affirmations de ceux qui tombent parfois sous leur action.

23. — Soit à Angola, soit à Mozambique, il y a un grand nombre de plantations et de fabriques, dans lesquelles les indigènes sont employés. Le professeur Ross paraît ne pas les avoir visitées et, cependant, il lui aurait été très avantageux de le faire pour bien connaître la façon dont la main d'œuvre est employée dans les deux colonies. A Mozambique, où il y a des fabriques et des plantations possédées et dirigées par des sujets britanniques, il aurait pu les interviewer dans sa propre langue, ce qui lui aurait évité des erreurs toujours possibles dans les traductions par interprètes.

On voit à la page 7 de son rapport qu'un indigène lui a dit avoir été pris par les agents du Gouvernement et vendu à la Compagnie du pétrole. Or, cette compagnie est une puissante compagnie américaine, qui travaille depuis de longues années dans l'Angola. Il est regrettable que le professeur Ross n'ait pas été chez ses compatriotes pour vérifier la vérité sur l'achat de ce noir. Il pouvait pourtant comprendre leur langue et ils auraient pu lui donner des renseignements utiles.

Il paraît cependant qu'il ne l'a pas fait. Il s'est limité à consigner dans ses notes que le noir prétendait avoir été vendu par le gouvernement. Cela lui a suffi.

24. — Si on avait demandé aussi l'avis de tous ceux qui emploient

la main d'œuvre indigène, on pourrait se faire une idée plus exacte de la vérité des déclarations faites par les indigènes au Professeur Ross.

Ainsi, ils diraient que parfois les indigènes qui ont accepté un contrat de travail selon toutes les prescriptions légales et reçu des convertures et des avances sur leurs salaires, disparaissent et retournent dans leurs villages, tout en gardant ce qui leur a été remis. Que parfois aussi les indigènes travaillant dans les plantations, s'en vont sans rien dire, sans qu'il y ait pour cela aucune raison plausible, abandonnant les travaux, ce qui occasionne des difficultés de toutes sortes, surtout quand cela se produit au moment des récoltes. Dans l'un et dans l'autre cas, l'administration ne peut que rarement donner satisfaction aux plaintes des patrons, car il est très difficile de retrouver les fugitifs.

Les entreprises agricoles et industrielles ne pouvant se passer de main d'œuvre indigène, il est très souvent impossible d'en trouver même avec des salaires élevés. L'indigène a peu de besoins et il fait travailler ses femmes pour obtenir sa nourriture. Le travail ne l'attire pas et il ne sent pas le besoin de travailler. Il passe souvent sa journée à boire la bière indigène, à causer et à priser du tabac. Et dans ce cas, étant donné que le bien être et le développement des individus ne peut se faire qu'au fur et à mesure du développement matériel et économique de leur pays, il est bien excusable que les autorités exercent, avec une grande prudence et les nécessaires ménagements, une certaine influence morale, que leur revient naturellement du fait de la charge qu'elles remplissent.

25. — En lisant le rapport Ross, ceux qui ne connaissent pas la situation de l'Angola, resteront convaincus certainement que toute la population de la colonie est surchargée de travail, imposé par le gouvernement, et que à cause de cela, elle se trouve dans l'impossibilité de cultiver ses terres, lesquelles d'ailleurs, comme nous l'avons dit, sont cultivées par les femmes.

Ainsi, il nous semble intéressant de reproduire ici le résumé d'une statistique soigneusement organisée par la direction du service respectif sur la main d'œuvre indigène.

Dans les onze districts de Congo, Loanda, Malange, Cuanza Sul, Benguella, Bié, Mossâmedes, Huila, Cubange et Lunda, il y a 559,192 jeunes gens aptes au travail. La main d'œuvre nécessaire dans ces districts pour tous les besoins du commerce, de l'industrie, de l'agriculture, pour les services des chemins de fer et des ports et les autres travaux publics est de 186,811 travailleurs. On voit donc qu'il y a de la marge et qu'il n'est pas nécessaire d'imposer de lourdes charges à la

main d'œuvre indigène pour qu'elle puisse satisfaire à tout ce qu'on lui demande.

26. — Par suite de son parti pris, qui le fait critiquer même ce qui a échappé jusqu'ici à toute critique, le professeur Ross nous dit à la page 42, § 70 de son rapport, que les employés du gouvernement ne cherchent pas à s'établir dans le pays, ni à le connaître, ni à étudier les usages et la langue indigène. Et à la page 39, il transcrit la déclaration d'un M. E. qui dit que pas un seul blanc du Portugal ne vient dans la colonie, avec l'intention de travailler un seul jour de ses mains (*manual work*) pour gagner sa vie. Rien n'est moins vrai.

Certains employés appartiennent à des cadres qui sont communs à toutes les colonies et de cette façon ils peuvent être transférés, selon les décisions du Ministère des Colonies et passer d'une colonie dans une autre.

M. Ross semble baser son affirmation sur les dires d'un marchand plein de pensées (*thoughtful*) qu'il a entendu dans une ville de Mozambique et sur ceux d'un ancien missionnaire portugais qu'il a rencontré près de Inhambane. Pour connaître la vérité des déclarations qui lui avaient été faites, M. Ross aurait pu facilement chercher à savoir combien d'années les *administradores*, auxquels il paraît se référer spécialement, restent à leur poste. Et alors, il aurait su qu'ils sont maintenus dans leurs circonscriptions tant qu'ils ne deviennent pas, à cause de leur santé, incapables de s'en occuper, cas dans lequel ils sont mis à la retraite. Ils peuvent cependant être punis de la peine de démission, par des fautes commises et après enquête.

27. — La loi encourage les employés du Gouvernement à connaître la langue indigène et leur accorde, dans ce cas, une subvention spéciale. Presque tous les *administradores* connaissent la langue de leur district, mais ils doivent toujours employer la langue portugaise dans leurs rapports officiels avec les indigènes et cela dans un but facile à comprendre.

Comme les *administradores* de circonscriptions avaient la tendance à acquérir, dans les districts administrés par eux, des propriétés et des terres, ce droit leur fut ôté, car il est facile de comprendre qu'ils pouvaient user de leur autorité pour favoriser leurs exploitations au détriment des exploitations ou propriétés privées.

28. — Soit à Mozambique, soit à Angola, M. Ross aurait pu rencontrer de nombreux anciens employés du gouvernement qui ont aban-

donné leur carrière administrative pour devenir propriétaires agricoles ou pour s'occuper dans des entreprises privées. C'est même une des difficultés du gouvernement qui voit souvent ses employés l'abandonner pour aller s'engager ailleurs. M. Ross a donc été mal renseigné par le marchand et par le missionnaire et il a dédaigné de contrôler leurs affirmations.

29. — Le Gouvernement portugais n'envoie pas seulement aux colonies des employés de l'administration. Il y envoie aussi des ouvriers et des artisans. Et dans chaque paquebot portugais qui part de Lisbonne pour les colonies, le gouvernement accorde gratuitement de 6 à 12 passages à ceux qui le demandent, et ces passages sont toujours pris. Avant et pendant la visite du professeur Ross, des centaines de maçons, menuisiers, forgerons, etc., arrivaient à Angola, envoyés par la métropole. Dans le sud de la colonie, on trouve des pêcheries tenues par des pêcheurs de la métropole, qui envoient du poisson salé et séché à *Mozambique*, en *Rhodésie* et un peu partout en Afrique.

Dans le plateau de l'Huila, à Benguela, à Lourenço Marques, à Chimoio, et, enfin, un peu partout, on trouve des petites fermes, cultivées par des paysans portugais.

30. — Le professeur dit qu'il a fait le voyage de Beira à Umtali. Or il aurait pu, pour être juste, noter dans son rapport le contraste entre ce qu'il a vu dans le territoire de Mozambique et ce qu'on voit au delà de la frontière. En effet, du côté portugais le chemin de fer traverse une suite presque ininterrompue de fermes bien cultivées; la même chose n'arrive pas de l'autre côté. Malheureusement son état d'esprit ne lui permettait de voir ce qui pouvait être porté au crédit de l'administration portugaise.

31. — D'ailleurs le professeur pouvait prévoir que les déclarations qui lui avaient été faites auraient besoin d'être soigneusement contrôlées. L'histoire du passé et celle du présent devraient l'avoir convaincu des facultés colonisatrices des portugais, qui émigrent pour constituer au dehors, grâce à leurs facultés de travail, des colonies riches et florissantes. Nous ne citons que celles qui existent dans le pays même du professeur, avec leurs journaux, leurs écoles, leurs banques. Et tout près d'Angola au Congo belge, il y a une large population portugaise de propriétaires agricoles et de commerçants.

Et à Angola on peut dire qu'il n'y a pas d'entreprises commerciales ou agricoles qui ne soient portugaises, et c'est le portugais que l'on

entend parler partout. Avant même que l'attention des puissances ait été attirée vers l'Afrique tropicale, déjà les portugais avaient parcouru, reconnu et en grande partie occupé tous les pays. L'affirmation contenue dans le rapport, déclarant que les employés du gouvernement vont dans les colonies avec l'intention d'y rester le moins possible ou juste le temps nécessaire pour s'enrichir, manque tout à fait de fondement. Les faits le démontrent.

La déclaration de M. E., employé supérieur du chemin de fer de Lobito (*a Railway Executive*) que le professeur présente pg. 39, est assez curieuse et demande quelques commentaires.

Le chemin de fer de Benguela est, d'après lui, si surchargé d'employés qui lui ont été imposés par les autorités qu'il ne donne aucun revenu à ses actionnaires. Cela prouve, d'après lui, l'affirmation faite ci-dessus. (Voyez paragraphe 26 de ce mémoire).

On ne peut pas lire les déclarations de M. E. sans s'étonner d'une telle façon de procéder. Le capital actions de la Compagnie de Lobito n'a pas (au moins dans sa plus grande partie) été réalisé. Les promoteurs de la Compagnie l'ont gardé dans leurs mains, ont émis des obligations et n'ont jamais supposé que le chemin de fer pouvait donner des profits avant d'arriver à Katanga. Le concessionnaire devait avoir la ligne presque entièrement construite aujourd'hui; cependant elle atteint à peine la moitié de sa longueur totale. Usant de toute espèce de pressions, le concessionnaire a obtenu que le gouvernement ait altéré les conditions primitives de sa concession, sans quoi elle aurait dû être annulée depuis longtemps.

Construit dans des conditions déplorables, c'est à un portugais, M. Marianno Machado, mort récemment, qui pendant plusieurs années a été directeur général du chemin de fer de Lobito qu'est due la construction d'une partie de la ligne et la régularisation de ce qui avait déjà été construit quand il a pris la direction des services. Contre toute expectative, il est arrivé à faire une exploitation lucrative du chemin de fer tout en continuant la ligne déjà construite. Pour le faire, M. Machado a eu à lutter avec toute espèce de difficultés, dont les plus grandes ont été celles qui lui ont imposé une masse d'employés non portugais qui se croyaient en pays conquis et qui ne faisaient que de fréquenter les bars et consommer du whisky au lieu de travailler. Et un grand nombre ont été renvoyés à cause de cela.

Après plusieurs années d'un dur travail, et après avoir tout transformé et organisé, M. Machado, déjà malade, a été forcé de démissionner à cause d'une cabale qu'on a organisée à Londres. Il est mort peu après.

Il faut encore ajouter que la direction de la Compagnie du chemin de fer de Lobito est à Londres et que c'est là que se font les nominations. On peut, de ce que nous venons de dire, apprécier la valeur des paroles de ce M. E. qui n'a probablement pas pardonné à M. M. Machado, d'avoir mis l'ordre dans les services de son administration.

32. — Le professeur Ross affirme que les indigènes d'Angola et de Mozambique émigrent en grand nombre vers les pays voisins à cause du traitement qu'ils subissent dans les colonies portugaises. Les mouvements des indigènes, habitant près des frontières, sont vulgaires un peu partout. Pour affirmer que des centaines de milliers d'indigènes s'en vont vers les territoires voisins, il faudrait avoir des statistiques de confiance qu'il est encore aujourd'hui impossible d'organiser dans quelques parties de nos colonies. En tout cas tout incomplètes qu'elles soient, elles ne prouvent pas la large émigration qui nous est reprochée. Dans le territoire de Manicas et Sofala, les statistiques, qui y sont assez complètes, montrent que les indigènes qui avaient émigré en grand nombre pendant la guerre mondiale, à cause des opérations de guerre contre les Allemands et des révoltes que ceux-ci avaient provoquées, sont rentrés dans leur pays. La Sena sugar Estates qui a les plus larges plantations de canne à sucre au Zambèze, région où le rapport Ross dénonce plusieurs abus, nous dit qu'elle a, d'une façon permanente à son service, des milliers d'indigènes qui viennent de l'Afrique centrale britannique et même de la région sous mandat de l'ancienne colonie allemande de l'Est africain. Et ces affirmations de la Sena sugar Estates auraient été bien faciles à contrôler.

Des dizaines de milliers d'indigènes vont tous les ans travailler dans les mines du Transvaal. Naturellement on peut supposer que tous les efforts doivent être faits pour les engager à se fixer dans ce pays. Or ils reviennent pour la plus grande partie, ce qui n'arriverait pas s'ils étaient maltraités par les autorités.

33. — Si l'émigration n'a pas atteint les proportions considérables dont parle le professeur, elle est cependant un fait, dont les causes principales sont, entre autres, les suivantes :

a) Action des agents de recrutement étrangers qui cherchent à obtenir des travailleurs, surtout pour les mines, et qui, quand le recrutement est défendu, procèdent alors clandestinement, surtout dans la région de la frontière.

b) Les indigènes ne trouvant pas de travail dans quelques régions

de l'Angola, voisine du Congo belge et de la Rhodésie, traversent la frontière pour le trouver de l'autre côté.

c) Politique suivie pour quelques territoires voisins de faire des facilités aux émigrants et de ne pas exiger d'eux des impôts pendant quelques années, pour les attirer de leur côté.

d) Dévalorisation de la monnaie portugaise, ce qui fait que les indigènes s'en vont pour rechercher des salaires en francs ou en livres sterlings, qui ont un plus grand pouvoir d'achat.

34. — Le rapport cite [page 25, (7)] les *plantations* et parle parfois des plantations du Gouvernement. Or le Gouvernement n'a pas de plantations, ni à Angola, ni au Mozambique. Les plantations existantes appartiennent à des individualités privées. Le Gouvernement n'a que des petites fermes expérimentales, dont on cherche à augmenter le nombre, et dans lesquelles on n'emploie qu'un petit nombre d'indigènes.

35. — Le rapport cite, à la page 29, des faits qui, quoique largement exagérés, sont vrais. L'administrateur dont il s'agit a pratiqué de graves irrégularités. À cause de cela le gouvernement l'a immédiatement puni de la peine de démission et l'a renvoyé devant les tribunaux. Le fait de ce que ce fonctionnaire et sa famille ont vécu après cela misérablement, prouve, au moins, que l'administrateur cité n'avait pas profité de sa façon de procéder. Ayant été atteint d'une grave maladie et les tribunaux ne l'ayant pas condamné, faute des preuves suffisantes, il a été nommé par le Gouvernement, qui voulait tenir compte de ses services antérieurs, dans une petite place, où bientôt il est mort.

Cet administrateur était dur pour tout le monde, blancs et noirs. Il n'y a pas de colonie en Afrique où des administrateurs, après un long séjour, isolés loin des centres de civilisation, ne soient devenus neurasthéniques et méchants. Nous pourrions citer plusieurs exemples. Alors on peut se rendre compte du déclanchement de haines et de mauvaises volontés qui se sont produites, après sa disgrâce et sa punition; et aussi quand le Professeur Ross nous a demandé des informations à son égard, il est facile de comprendre combien on a exagéré et agrandi les fautes commises.

Ce qui résulte du fait rapporté par le professeur, c'est simplement qu'un fonctionnaire a mal agi. Qu'il a été rigoureusement puni et qu'il est mort. Nous croyons qu'il aurait été bien plus charitable de ne pas insister sur la fait plusieurs fois et sous des formes différentes.

36. — Le rapport trouve étrange (page 6) que les femmes travaillent au nettoyage des routes, où elles sont envoyées pour remplacer leurs maris, et avec leurs enfants attachés sur le dos. Le fait cité certainement pour provoquer la pitié et sensibilité humaines, ne signifie rien. En effet, les négresses africaines n'abandonnent jamais les tous petits enfants, de peur qu'ils ne leur soient volés ou que les animaux domestiques ne les dévorent. Elles les lient et les portent pendant leurs travaux domestiques, quand elles cultivent leurs terres et même pendant leurs interminables danses qui sont si fréquentes chez les noirs, surtout la nuit.

37. — Le professeur cite (pages 8 et ailleurs) les déclarations des noirs *ambaquistas*. Ce sont des noirs de la région d'Ambaca. Ces noirs ont été les premiers chez lesquels on a cherché à établir des écoles et à qui on a donné une éducation, qui, malheureusement, a mal tourné, parce qu'elle a été mal dirigée. Au lieu de les pousser à apprendre des arts et métiers on leur a donné une éducation plutôt littéraire. Étant intelligents, ils en ont profité en mal et ils ont cherché à en tirer parti et s'imposer aux autres noirs, qu'ils exploitent largement. Autrefois, un de leurs moyens de gagner, leur vie c'était le commerce de la poudre et des fusils de traite; et ainsi, ils cherchaient par tous les moyens à amener les tribus indigènes à guerroyer entre elles et aussi à les soulever contre le Gouvernement. La suppression du commerce des armes et de la poudre et surtout le désarmement des indigènes les a très fortement mécontents. D'ailleurs, vivant surtout de l'exploitation des autres indigènes, ils sont toujours opposés à l'action des autorités, qu'ils cherchent toujours à contrarier. Voyant dans les questions que leur posait le professeur Ross un moyen de pouvoir, par leurs réponses, vraies, fausses ou exagérées, discréditer l'administration, ils l'ont fait avec plaisir et sans aucune espèce de scrupules. Plusieurs des déclarations qu'on lit aux pages 8 et 9 et aux pages 10 à 22, sont l'œuvre des *ambaquistas*, qui se sont aussi naturellement plaints au professeur de ce qu'on (page 9) leur avait retiré les munitions pour leurs vieux fusils. Ils pourraient avoir ajouté qu'on leur a retiré aussi les fusils dont ils faisaient un si mauvais usage.

38. — Dans son enquête à Mozambique le professeur Ross a un peu changé sa façon de faire. Il a surtout consulté et entendu des missionnaires et des européens. Le professeur note avec soin les déclarations

les plus invraisemblables, comme est celle de l'étudiant en théologie (78, page 45) qui dit: «un indigène a dit qu'il avait vu une femme portant un fardeau sur la tête avec un jeune enfant attaché sur le dos, perdre cet enfant qui a été noyé parce que, en traversant une rivière, l'eau était plus profonde qu'on ne le croyait, et la femme n'avait pas les bras libres pour sauver son enfant». Est-ce que cela est croyable? Et qu'est ce que faisait l'homme qui voyait noyer l'enfant, sans porter secours à la mère? Cette histoire de la mère qui laisse noyer un enfant pour éviter que son fardeau ne soit mouillé, est invraisemblable. Si elle est arrivée, ce dont nous doutons beaucoup, elle pourrait avoir une autre explication que le professeur aurait trouvé s'il avait approfondi son enquête. En effet, les indigènes du Sud du Mozambique sont convaincus que les petits enfants ne peuvent pas se noyer et qu'ils flottent sur l'eau, et ainsi il n'est pas nécessaire d'en prendre soin quand on traverse une rivière.

Le rapport cite des affirmations non contrôlées et il généralise des faits isolés pour faire passer les deux grandes colonies portugaises comme des pays où la pire exploitation de l'homme par l'homme est permise, sinon encouragée. On ne dit pas un mot des efforts que les autorités portugaises ont fait et continuent à faire pour améliorer ce qu'elles sont les premières à reconnaître comme étant encore imparfait. C'est grâce à ces efforts que les Docteurs Ross et Cramer ont pu voyager tranquillement et sans le moindre danger, sur des routes commodes, dans des régions que, il y a quelques années, ils n'auraient pas pu traverser sans les plus grands dangers.

39. — D'après le rapport, le directeur d'une large plantation de sucre anglaise, lui a dit, qu'il avait quatre mille indigènes dans sa plantation, dont trois mille sous contrat et qui recevaient un salaire d'une livre par mois. Quatre cinquièmes de ce salaire devaient être payé au poste. Il dit que ce paiement a été fait en sa présence et devant l'*administrador*, autrement les indigènes ne recevaient pas leurs salaires. Cela n'est pas vrai. Ce que ce directeur devait dire, c'est qu'il a dû remettre à l'administrateur les feuilles de paiement et l'argent pour les payer et que l'administrateur a fait faire le paiement devant lui. C'est là ce que prescrit la loi. En ce qui concerne l'affirmation de ce que l'administrateur aurait gardé l'argent si le directeur de la plantation n'avait pas assisté au paiement, elle est absolument gratuite. L'administrateur aurait pu lui-même affirmer, peut-être avec plus de raison, fondée sur des faits, que, si le paiement des salaires n'avait pas été fait devant lui, les indigènes

n'auraient jamais reçu leur argent. Il se serait peut-être rappelé certain entrepreneur, qui n'était pas portugais, et qui avait payé plusieurs centaines de ses travailleurs avec des imitations de billets de banque très bien faites, mais qui n'étaient que des réclames d'un commerçant des vins; cet entrepreneur s'est empressé de se mettre à l'abri en traversant la frontière après son exploit.

Le directeur de la fabrique de sucre indiquée dans le rapport peut très bien être le même qui faisait des économies sur la nourriture des indigènes et les traitait de façon que, sur des plaintes insérées dans les journaux de Lourenço Marques, l'autorité a dû intervenir.

40. — Le rapport parle souvent de l'impôt de hutte (*hut-tax*); il ne l'affirme pas, mais il laisse entendre que l'impôt est payé aussi par les femmes (75 à 82). Or, il n'en est rien.

L'impôt de hutte est payé seulement par les hommes. Il varie suivant le degré de richesse des indigènes, entre 24 sh, et 5 sh. L'impôt de hutte le plus élevé est celui qui est payé par les indigènes des districts de Lourenço Marques et Inhambane, qui peuvent le payer. A Angola, il est moins élevé qu'à Mozambique.

Au Zambèze, selon une coutume traditionnelle, l'impôt de hutte est remplacé par l'impôt de capitation, payé par les hommes et les femmes; le système a été établi depuis des siècles et les indigènes y sont habitués. Dans l'ensemble l'impôt de capitation est moins élevé que l'impôt de hutte.

41. — L'impôt de hutte, le seul impôt payé par les indigènes, est non seulement un moyen d'obtenir des revenus pour le Gouvernement, mais aussi d'amener les indigènes à travailler pour gagner l'argent nécessaire pour le payer. Avant l'époque du paiement de l'impôt on fait tous les ans le recensement des huttes existantes. Dans chaque administration, un fonctionnaire, généralement le secrétaire (69), parcourt tout les pays et note les huttes existantes; les indigènes, de leur côté, font tout leur possible pour les cacher. On sait, que d'après les usages indigènes, si un homme a plusieurs femmes, chacune de ces femmes doit être logée avec ses enfants, dans une hutte séparée. Pour échapper à l'impôt, les indigènes construisent parfois de grandes huttes où ils logent plusieurs femmes.

Les petites constructions faites par les noirs, soit pour garder les récoltes, soit pour s'abriter pour causer, soit celles qu'on construit provisoirement pour différents usages, ne sont pas considérées comme su-

jettes à l'impôt, qui, comme nous l'avons dit, n'est dû que par les hommes. On voit donc ce qu'il peut y avoir d'exagéré dans les déclarations transcrites page 47 du rapport (82).

42. — Le professeur dit, d'après les déclarations des indigènes, que les ouvriers, tels que des maçons ou des menuisiers sont réquisitionnés pour travailler et qu'ils ne sont pas payés. C'est possible que quelques cas de ce genre se soient produits contre les dispositions claires de la loi, mais ce sont des abus; c'est plus probable qu'il s'agisse d'indigènes qui ont été condamnés pour des crimes communs à des peines de prison, qu'ils subissent dans des sièges des circonscriptions administratives. Dans ce cas, ils doivent travailler, si la condamnation implique des travaux forcés.

Le gouvernement portugais a cherché à diriger l'instruction des indigènes dans le sens de leur apprendre des métiers divers. Ainsi à Drando St Paul de Loanda, le professeur a vu beaucoup d'indigènes occupés à des constructions civiles, dans les usines et dans les fabriques. Leurs salaires sont inférieurs à ceux des blancs, mais néanmoins ils sont assez élevés, et s'en rapprochent beaucoup. Au Zambèze, on rencontre toute espèce d'artisans noirs, et jusqu'à des orfèvres, très habiles dans leur profession. Dans les ateliers du gouvernement beaucoup de jeunes gens sont admis pour apprendre une profession. Dans les hôpitaux, il y a des écoles pour les infirmiers indigènes; les noirs y sont admis gratuitement et nourris pendant un terme d'apprentissage.

On ne peut donc pas affirmer, que le Gouvernement néglige de faire apprendre aux indigènes les différents métiers et moins encore qu'il les décourage de les exercer.

43. — Le rapport, à la page 40, laisse encore entendre, que le salaire payé par les patrons n'est pas entièrement remis aux indigènes. Et ensuite, il ajoute: «Travail dans les docks du Gouvernement etc. est fait par des entrepreneurs et ainsi les hommes (so the men) reçoivent leurs deux livres et demie». On pourra sous-entendre, par ces paroles, que s'ils ne travaillaient pas avec les entrepreneurs, les indigènes ne recevraient pas leur argent.

Dans le port et dans le chemin de fer, il y a des milliers d'indigènes qui travaillent pour l'État sans l'intervention d'entrepreneurs, qui sont payés directement par le Gouvernement et qui reçoivent leurs salaires. Pourquoi alors, avoir écrit les paroles ci-dessus transcrites?

44. — A la page 42 du rapport il est dit : « Il leur a été montré (aux administrateurs) la façon en laquelle les indigènes pourraient être encouragés à cultiver le riche sol des basses terres du Limpopo, mais ils se contentent de hausser leurs épaules. Eh bien, depuis plusieurs années le gouvernement a dépensé plusieurs milliers de livres st. pour faire étudier des plans pour l'irrigation de ces terres par un ingénieur expert en ces matières, M. Balfour. Il a même acquis, il y a quelques années, un jeu de charrues Fowler, qui ont été remises gratuitement à la disposition de la municipalité du Chai Chai, siège de l'administration des terres du cours inférieur du fleuve. On voit donc que l'administration a fait à cet égard quelque chose de plus, que de hausser les épaules.

45. — Sur la méthode employée pour recevoir l'impôt de hutte, il est dit, à la page 44, que l'indigène ne peut la payer à l'agent de police ni au siège de l'administration. L'indigène doit accompagner l'agent dans tous les détours qu'il fait pendant deux ou trois jours, comme s'il était un prisonnier, et arriver avec lui au siège de l'administration, où le paiement se fait. « Ce système, dit le rapport, méprise la dignité humaine ».

Nous ne savons pas qui a informé le professeur. L'impôt est reçu par le percepteur qui parcourt les villages indigènes à cet effet et remet un reçu aux contribuables qui ont payé. L'indigène peut aussi payer directement au siège de l'administration. Seulement ceux qui n'ont pas payé pendant la période qui a été fixée pour cela, soit au percepteur, soit à l'administration, sont appelés par la police devant l'administrateur. On voit donc que la déclaration faite par les habitants du village B. (74) n'est pas exacte et nous admirons l'ingéniosité de celui qui l'a inventée pour la présenter au professeur. Si le système indiqué à la page 44 était celui que le gouvernement adoptait, l'impôt ne serait jamais perçu.

46. — On parle souvent des droits que paient les indigènes qui retournent des mines du Rand. (Page 48). Au commencement, les indigènes retournant des mines, ne payaient pas des droits de douane, parce qu'ils ne rapportaient pas beaucoup de marchandises. Mais comme ils ont ensuite pris l'habitude d'acheter aux *banians* (négociants indiens) de Johannesburg des milliers d'objets inutiles, on leur a fait payer des droits, comme d'ailleurs tout le monde les paie. Les négociants du Transvaal, s'étant plaints, le Gouvernement de l'Union a résolu de payer 7 sh. par chaque indigène qui traversait la frontière par chemin de fer et, par con-

tre, la douane les laissait alors passer avec les marchandises qu'on leur avait fait acheter.

Les indigènes apportent du Rand leur argent en billets de banque anglais, dont la circulation est prohibée dans les colonies, la loi prescrivant que ceux qui les font circuler sont passibles de certaines pénalités et de la confiscation de l'argent qu'ils ont sur eux. Pour éviter que l'indigène ne soit trompé par les changeurs, le Gouvernement a fait établir à la frontière un bureau de change, où l'argent anglais est changé contre de l'argent portugais, au change officiel et non livre pour livre (page 48).

À la même page on dit, que les indigènes revenant des mines payent une amende pour le privilège d'aller gagner de l'argent hors du pays. C'est inexact. D'ailleurs, le professeur Ross lui-même dit que les témoignages recueillis à ce sujet sont contradictoires, et on ne sait pas clairement si le paiement de l'amende est toujours demandé, s'il est autorisé ou si la somme demandée est uniforme. Est-ce qu'il ne vaudrait pas mieux, dans ce cas, ne rien dire ?

Le rapport parle de l'exploitation, dont souffrent les indigènes, qui retournent des mines. Elle est inévitable et les travailleurs en souffrent aussi bien dans le Transvaal, du fait des négociants indiens, que dans le territoire de Mozambique. D'ailleurs leur caractère s'y prête facilement et c'est un peu risible de voir un indigène qui revient des mines avec quelque argent, se faire suivre d'un porteur qui charge son bagage et aussi comment il achète des objets inutiles pour lui, mais qu'il voit être achetés par les blancs. Mais on comprend, qu'il est difficile de l'empêcher de dépenser son argent. Le Gouvernement a cherché à porter remède à cette situation en organisant à Johannesburg une caisse, où les indigènes peuvent déposer leur salaire contre un chèque qui leur était payé chez eux quand ils y retournaient. Le système a donné quelques bons résultats, mais l'indigène aime mieux porter son argent sur lui et à le dépenser comme il veut.

47. — La pratique, ordonnée par la loi, de ce que le paiement des indigènes soit fait, une partie aux indigènes, mensuellement, et le reste à la fin de leurs contrats au siège de l'autorité qui les a faits, s'explique par deux raisons :

a) Quelques patrons ne payaient pas les travailleurs ou ils les payaient moins que ce qui leur était dû. Quelques-uns les maltrahaient pour qu'ils s'enfuient, afin de ne pas les payer. Ils employaient toute espèce de subterfuge pour se libérer du paiement. Quand les autorités

intervenaien, les indigènes ayant retourné chez eux, ne se présentaient pas pour se plaindre, et il y avait toute espèce de difficultés pour prouver les faits délictueux devant les tribunaux.

b) Quand les indigènes reçoivent mensuellement leur salaire, ils se trouvent en contact avec toute espèce de trafiquants et d'individus qui tâchent de les faire dépenser leur argent en inutilités. Parfois le patron, lui-même, a des magasins, sous un nom supposé, tout près des locaux de paiement, et il y attire les indigènes pour leur faire dépenser chez lui le salaire qu'ils ont gagné et de cette façon faire rentrer d'un côté l'argent qu'il avait payé de l'autre.

Ainsi l'indigène à la fin de son contrat de travail rentre chez lui sans argent, ce qui le décourage de s'engager de nouveau pour accomplir une autre période de travail.

D'après les dispositions de la loi, la partie du salaire non payée doit être remise à l'administration pour qu'elle la remette aux indigènes, le patron ou un délégué du patron devant les accompagner et assister au paiement. De cette façon la loi protège l'indigène contre la mauvaise foi des patrons et contre lui même.

Il y a eu des administrateurs, dit le rapport, qui ont gardé de l'argent des indigènes. Cela est si vrai que dans le Journal Officiel on lit qu'il y a eu des fonctionnaires punis de ce fait ; cela ne se produit pas souvent et il est évident qu'il est plus probable qu'il y a des patrons qui cherchent à priver les indigènes de leurs salaires, que des administrateurs malhonnêtes, d'autant plus, que ceux-ci peuvent être punis de la peine de démission par le Gouverneur, sans que celui-ci ait besoin de recourir aux tribunaux, dont la procédure n'est jamais rapide. La peine administrative de démission n'évite cependant pas que le coupable ait à comparaître devant le juge pour répondre de son crime.

48. — Peu de temps avant l'arrivée du Professeur Ross à Angola, en juillet 1923, avait eu lieu à Loanda, capitale de la colonie, le premier congrès de médecine qui se soit réuni dans des colonies tropicales, africaines, congrès auquel ont pris part des médecins de la colonie et des médecins étrangers et qui a eu les plus remarquables résultats. On en a parlé avec éloge dans les revues portugaises et étrangères, telle que la *Revue médicale* et la *Revue de Médecine tropicale*. Dans ce congrès on a étudié les services médicaux de l'Angola et l'assistance qu'on y prête aux indigènes. Nous déposerons au Secrétariat les procès-verbaux de ce congrès qui ont été publiés.

Si les services médicaux d'Angola sont encore insuffisants, si on les

considère dans leur ensemble, ils sont certainement parmi les meilleurs si on les compare avec ceux de plusieurs autres colonies africaines, ce qui montre le soin que le Gouvernement portugais prête à cette branche de son administration.

Avant que la maladie du sommeil ait été étudiée avec les soins qu'elle mérite, déjà les médecins portugais des colonies avaient obtenu des résultats excellents et entre autres celui d'avoir délivré l'île de Principe, après une campagne remarquable, de cette terrible maladie. Des rapports à ce sujet ont été publiés en portugais, français et anglais.

*
* * *

Nous croyons avoir déjà dit le nécessaire pour justifier les conclusions que nous allons présenter plus bas ; mais qu'il nous soit permis, avant de terminer, de présenter quelques considérations qui nous sont suggérées par le rapport du professeur Ross.

Nous avons déjà déclaré et nous le répétons encore une fois, que nous ne doutons en aucune façon de la bonne foi du professeur Ross et que nous avons la plus grande considération pour les personnalités éminentes qui le présentent et dont quelques-unes sont connues personnellement par nos compatriotes résidant en Amérique. Peut-être pourrions-nous seulement penser que les idées un peu extrémistes du professeur, telles qu'elles sont connues par ses publications ont dû l'influencer dans la préparation de son rapport.

La très sincère et réelle philanthropie américaine, qui cherche à combattre les abus et l'oppression qui malheureusement sont si fréquentes dans ce monde, a été émue par des accusations qui dans un but possiblement intéressé, ont été faites contre les colonies portugaises. Cette philanthropie a réalisé dans son pays et hors de ses frontières des œuvres admirables qui ont si souvent et si efficacement secouru dans ses malheurs l'humanité affligée et aujourd'hui agit plus fortement que n'importe quelle autre force, pour améliorer partout la misère, la maladie et tant d'autres causes de souffrance, mais elle n'est pas toujours bien renseignée sur les difficultés dans lesquelles les autres peuples se débattent.

49. — Et le Portugal en a dernièrement traversé beaucoup. Aux troubles qui ont précédé et accompagné le changement de régime dans le pays, ont suivi ceux qui ont résulté de son entrée dans la guerre mon-

diale, et qui ont causé partout tant de perturbations d'ordre économique, politique et social. Dans un esprit démocratique, qu'on ne devrait que louer, le Gouvernement républicain a accordé aux colonies une large autonomie, dont elles n'ont pas encore entièrement appris à se servir avec sûreté. On ne peut de tout cela faire des reproches à un pays qui fut le premier à pénétrer en Afrique, qui y travailla et prépara le chemin à ceux qui plus tard y sont allés.

Quand on visite les colonies portugaises d'Afrique et surtout Angola et Mozambique, quand on voit ce qu'on y a fait et surtout la manière dont le Portugal traite les indigènes, les rendant les égaux des portugais de la métropole, est-il possible que l'on puisse accepter, sans un examen approfondi, les accusations qui ont été faites sans preuves d'aucune sorte par des individus qui, naturellement, sont plutôt portés à apprécier sans bienveillance les actes du pays qui les administre ?

50. — En terminant son rapport, le professeur Ross y présente ses alternatives du développement colonial. (*Alternative lines of colonial development*). Pour ceux qui n'ont pas lu le rapport et parce que sa conclusion intéresse ceux qui s'occupent de l'administration des colonies, nous présentons ici un avis, tout en cherchant à le traduire aussi fidèlement que possible.

Il dit :

Développement des peuples indigènes.

« Avant que les blancs arrivent, ces indigènes (natifs) avaient fait des progrès considérables dans les arts industriels. Ils fondaient le fer et les forgerons indigènes faisaient des outils, des instruments et des armes en fer. Ils avaient des poulets, des cochons, des chèvres, des moutons, du bétail et des chiens. Ils étaient arriérés surtout dans la fabrication des tissus. Ils faisaient pousser certaines cultures. Maintenant, pour ces gens, un chemin de progrès est celui du développement des cultures par les indigènes eux-mêmes. Les écoles missionnaires peuvent créer certains besoins pour l'habillement, meilleurs logements, propreté, hygiène (sanitaire), décence, des sièges, tables, lits élevés, des fours de cuisine, écoles pour les enfants et éventuellement, peut-être, des journaux, des livres et des amusements. En même temps, les écoles des missions enseignent comment on peut produire les moyens de satisfaire ces nouveaux besoins. Les jeunes gens les plus intelligents apprendront à être charpentiers, maçons, tailleurs, forgerons, à faire des

briques, à tisser, à cultiver les jardins et les fermes, à élever des poules (poultry resing) et à s'occuper des abeilles. Les jeunes filles apprendront à faire la cuisine, à tenir le ménage, à faire des vêtements (garments) et des paniers. Les indigènes apprendront les meilleurs systèmes pour diriger leurs fermes et connaîtront de meilleurs types d'instruments et des variétés perfectionnées de plantes domestiques, de poules et d'animaux. Le monde extérieur obtiendra le coton, le sucre, le café, le riz, le cacao, les noix de palme et le sizal, que cette partie d'Afrique est apte à produire. De lui, les noirs obtiendront un équivalent qui sera dû et, de cette façon, il développera une civilisation chrétienne décente.

Barbarisme.

D'un autre côté, le gouvernement peut, par ses concessions créer de grandes propriétés de 10 à 30:000 acres cultivées par des indigènes obligés à travailler (conscripted) sans paiement et sous menace du fuet de l'hippopotame (hippo lash). Subjugués et découragés, les indigènes ne se donneront pas la peine d'acquérir de l'adresse (skill). La vie devenant plus dure pour eux, les possibilités d'une plus haute civilisation parmi eux sécheront, ils acquerront des vices pour aider à oublier leur situation sans espoir. Les blancs qui dominant feront des objections aux «missions» qui enseignent les noirs «mettant des notions dans leurs têtes, et les rendant supérieurs (uppish) et «au-dessus de leur situation». Les *fazendas* (fermes) tomberont éventuellement entre les mains des blancs les plus impitoyables parce qu'ils pourront en faire plus d'argent que les plus humanitaires et pourront offrir plus d'argent pour acheter ces fermes que celui que les humanitaires peuvent se permettre de dépenser. Ces blancs cruels et sans scrupules se promèneront en automobile, prendront par la violence de jeunes files noires pour assouvir leur luxure, intimideront les noirs avec palmatorias et chicote (fouet) et maintiendront de belles routes pour automobiles, des maisons dans les plantations, et des édifices publics avec du travail indigène non payé. Par l'usage des machines, les applications de la science à l'industrie et l'adoption du luxe, ce régime aura l'air d'être de la civilisation; en réalité, il ne sera qu'un terrible barbarisme.

Le choix.

Lequel de ces deux systèmes prévaudra dépend des choses qui se produiront plus tard. Il est certain qu'un type ou un autre gagnera. Une colonie africaine peut ne pas persister, moitié dans une chose, moi-

tié dans une autre. Travail libre et travail forcé ne se mêleront pas plus facilement que l'eau et l'huile. Donner au planteur tout le travail forcé qu'il demande, et les heures de travail, le système de traitement et le salaire deviendront tels qu'aucun travailleur libre dans son sentiment ne voudra s'employer chez lui.

51. — Voici les idées du Professeur Ross et le sentiment qui le guidait pendant son enquête. Il pose un dilemme. Ou les noirs libres, dirigés et guidés par les missions, ou parqués dans les grandes plantations sous l'action du fouet. Il ne voit pas d'autre système. Naturellement, pour lui, on ne doit pas hésiter; le premier système est le seul qui conduit à une civilisation chrétienne et décente.

Nous désirerions vivement voir faire une expérience de ce genre, pourvu qu'elle ne fut pas faite dans les colonies portugaises. Nous sommes convaincus que si elle y avait été faite, le professeur n'aurait pas parcouru les colonies qu'il a visitées avec les facilités qu'il y a trouvées. Nous ne doutons pas de l'influence bienfaisante des missions et qu'on nous permette de dire à ce sujet que les missions portugaises ont fait dans le monde de très grandes choses. Des siècles avant que la patrie du professeur soit devenue le grand et puissant pays d'aujourd'hui, déjà les missionnaires portugais parcouraient l'Afrique et tout un monde nouveau pour répandre la parole du Christ, ne craignant pas le martyre qu'ils appelaient avec l'enthousiasme de leur foi profonde. Le professeur Ross, qui est professeur de sociologie, le sait certainement. Ils ont été en Afrique et des traces encore bien marquées de leur action bienfaisante se trouvent à Angola, au Zambèze, et en Ethiopie. Ils sont allés en Chine, aux Indes Orientales et jusqu'au Japon pour répandre leur foi.

Encore aujourd'hui, le souvenir du grand missionnaire portugais St. Francisco Xavier est vivant aux Indes portugaises et il y attire des milliers d'indiens de partout et l'influence des missions portugaises est reconnue par le Saint-Siège.

Le Portugal sait bien quelle est l'influence des missions mais nous doutons qu'elle seule puisse obtenir la civilisation de l'Afrique. Elles sont un aide puissant, agissant dans l'esprit des indigènes, mais pour le faire efficacement, il faut qu'elles aient l'appui de l'administration.

52. — En dehors des deux systèmes contenus dans le dilemme du Professeur Ross, il y en a heureusement d'autres, avec des modalités

différentes suivant les conditions du pays où ils doivent être appliqués, celles des qualités et possibilités des races qui les habitent et enfin, tant d'autres faits dont on aura à tenir compte.

53. — La singulière conception de laisser les colonies de l'Afrique sous la seule influence des missions (et quelle confession?), et aussi le fait de ce que dans l'Angola, le professeur a trouvé plusieurs interprètes, pour se faire comprendre des indigènes, aurait pu nous faire croire qu'il avait subi l'influence de quelques missions qui, parce qu'elles étaient sorties de leur rôle, n'étaient pas contentes avec le haut Commissaire Général Norton de Matos.

En effet, dans la colonie portugaise de la côte occidentale d'Afrique, on trouve rarement des indigènes parlant anglais si ce n'est ceux des missions. Or, non seulement le docteur a employé des interprètes, mais il a choisi ceux qui possédaient la confiance des indigènes, qu'il a visités dans ses voyages dans différents districts. Est-ce que ces interprètes n'avaient pas été fournis par ces missions?

En tout cas, comme le rapport nous dit que ni le professeur Ross, ni son compagnon n'étaient liés avec aucune église ou mission étrangère, nous le croyons.

En ce qui concerne la main d'œuvre indigène, le gouvernement portugais a exposé les idées basilaires de sa législation dans une note que la délégation portugaise a présentée à la 6^{me} commission de la 6^{me} Assemblée à propos du protocole de Lord Robert Cecil, et dont nous ne donnons ici que la partie essentielle :

Extrait de la note de la délégation portugaise.

«L'article 3 du projet de protocole s'occupe du travail obligatoire, travail qui peut devenir, si l'on en abuse, une espèce d'esclavage. Et avant d'aller plus loin, la délégation portugaise tient à déclarer d'une façon catégorique, que son gouvernement est d'avis que le travail obligatoire imposé aux indigènes ne doit être employé que le moins possible et seulement pour les travaux et services publics essentiels; et qu'on ne doit pas utiliser ce genre de travail pour les entreprises ou travaux d'intérêt particulier. Et cela étant posé d'une façon claire et sans ambages, la délégation portugaise va exposer les raisons par lesquelles elle ne peut admettre sans réserves et tel qu'il est, l'article 3, non à cause de sa doctrine, mais à cause de sa rédaction et par conséquent de son interprétation et de son exécution.

«Qu'est-ce que le *travail forcé* (1) ou plutôt le travail obligatoire?

«Il ne faut pas confondre la contrainte au travail obligatoire, qui doit être évitée autant que possible, avec *l'obligation du travail* qui est une loi de la nature et dont le progrès de notre civilisation étend chaque jour plus le champ d'action. Il ne faut pas que, en prohibant le travail obligatoire, on le fasse d'une telle façon que l'on puisse faire croire aux races indigènes que cette prohibition leur accorde le droit au vagabondage et leur permet de s'affranchir de cette loi du travail à laquelle nous obéissons tous. Ce serait là un danger pour tous, et pour les indigènes eux-mêmes, parce que leur bien-être et leur développement ne peuvent que marcher de pair, comme nous l'avons dit, avec le développement économique du pays et celui-ci ne peut être réalisé que par la science, les capitaux et le travail de la race colonisatrice, en coopération intime avec le travail de l'indigène.

«On voit donc que la question est délicate et cela d'autant plus que les circonstances varient beaucoup dans les différentes colonies africaines. C'est parce qu'elle le reconnaissait que la Commission temporaire de l'esclavage a rédigé comme elle l'a fait les suggestions B du chapitre VII de son rapport, pages 13 et 14, en établissant des principes généraux et en donnant à ces conclusions une élasticité absolument nécessaire, (et qui ne nous semble pas respectée dans la rédaction de l'article 3 du projet de Protocole. Et c'est aussi par cette raison que dans l'alinéa 128, page 15 du Rapport, la Commission nous dit, que «proposer une législation de travail à l'usage des peuples attardés, ce serait entreprendre une tâche complètement en dehors des attributions de la Commission temporaire de l'esclavage, d'autant plus que les traités de paix ont créé l'organisation internationale du Travail, laquelle est particulièrement qualifiée pour s'occuper de cette question».

«Le délégué portugais a défendu les mêmes idées depuis longtemps. La fixation des principes généraux auxquels doit obéir toute législation du travail des peuples attardés, entre dans la sphère des attributions du Bureau international du travail, qui certainement ne la réalisera pas sans entendre des experts en matière d'administration coloniale.

«Le problème qu'on veut traiter dans l'article 3 est donc si com-

(1) Nous croyons qu'on devrait employer comme mieux appropriés, les mots *travail obligatoire*. Les *travaux forcés* seraient ceux auxquels les tribunaux peuvent condamner certains criminels de droit commun. C'est du moins ce que prescrit la législation pénale portugaise depuis près d'un siècle.

plexe que la délégation portugaise pense qu'on ne peut pas se contenter des termes très vagues de cet article. En effet, si l'on donnait à cet article une interprétation telle que les suggestions de la Commission temporaire de l'esclavage 5B, (pages 13 et 14 du rapport, alinéas 112 et 116) ne seraient pas respectées, on pourrait créer aux Etats qui ont des colonies, surtout en Afrique, de très graves difficultés. D'un côté on pourrait leur reprocher de ne pas respecter les dispositions de l'article 3 du Protocole, tel qu'il nous est proposé, et, d'un autre côté, on pourrait par contre les accuser, s'ils se privaient de main d'œuvre par une interprétation rigide du même article, de ne pas développer comme il convient, et dans l'intérêt de l'humanité tout entière, les richesses et les ressources des pays africains placés sous leur souveraineté.

«Par ces raisons, la délégation portugaise, tout en approuvant l'idée générale de l'article 3, ne peut pas l'accepter sous sa forme actuelle, sa rédaction n'ayant pas la clarté qui s'impose lorsqu'il s'agit d'une question qui est vitale pour le développement des colonies et pour celui des indigènes».

54. — Les principes ci-dessus exposés, sont les mêmes, sur lesquels est fondée la loi portugaise sur la main d'œuvre indigène.

Mais, dit le professeur Ross, l'exécution de la loi est telle, que des abus de tout sorte sont commis. Il ne s'agit de la loi, mais de la façon dont elle est mise en pratique.

Le gouvernement portugais ne nie pas que des indigènes aient été maltraités, leurs salaires parfois retenus par des agents du Gouvernement ou que le *chibalo* soit pratiqué: D'ailleurs, comment pourrait-il le faire si le *Journal Officiel* indique que des agents de l'autorité ont été punis de ces faits et les causes de leurs punitions ayant été transcrites dans le journal?

Tous ces faits sont délictueux et tombent sous l'action des tribunaux ou des autorités compétentes, comme le sont les crimes commis n'importe où.

La situation au Portugal a été très difficile, comme nous l'avons dit, dans les dernières années, non seulement à cause des troubles intérieurs qui s'y sont produits, mais aussi des conséquences de la guerre mondiale à laquelle il a pris part. L'influence de ces troubles s'est étendue à quelques colonies et de là est résulté une situation pendant laquelle l'influence et l'action des autorités a été affaiblie. Mais quel est le pays dans lequel pareil fait n'est jamais arrivé?

55. — En même temps il se produisait dans les colonies d'Afrique un renouveau d'activité et un grand désir de progrès rapide. Et de là un plus grand besoin de main d'œuvre, en même temps que les indigènes, très souvent paresseux, et de plus en plus riches, se refusaient à chercher du travail.

De leur côté, quelques autorités locales, se voyant pressées de tous les côtés et sachant bien que le développement des indigènes doit marcher de pair avec celui du pays, ont abusé de leur autorité et au lieu d'appliquer la loi telle qu'elle est, ont exercé sur les indigènes une pression illégale malgré les avertissements très souvent répétés du Ministre des Colonies. De là cette pratique de *chibalo* pour les travaux des particuliers, que le gouvernement portugais est le premier à condamner.

Il ne faut pas cependant se faire des illusions sur l'étendue de cet abus. Les indigènes se plaignent du travail obligatoire (*chibalo* dans le Sud de Mozambique) même quand ils sont requis pour travailler dans les travaux publics essentiels (dans les colonies portugaises les routes sont les seuls travaux publics considérés essentiels en ce qui concerne le travail obligatoire) et aussi des travaux pour lesquels sont soumis ceux qui ont subi une condamnation d'emprisonnement sur délits communs (vols, ivrognerie, etc.).

56. — Dès que le rapport Ross a été connu en Portugal et dans les colonies, il a provoqué un fort mouvement d'indignation, et de ce qu'on y lisait quelques déclarations invraisemblables ou qu'on savait fausses, on a été porté à croire qu'il n'y avait rien de vrai ou du moins qu'on avait aggravé volontairement quelques faits délictueux tels qu'il s'en produit partout, pour jeter le discrédit sur l'administration portugaise.

Pourquoi, se demandait-on, est-ce que le professeur est allé dans nos deux colonies, sans chercher à savoir aussi ce qui se faisait ailleurs? Pourquoi a-t-il choisi ce moment pour publier son rapport? Pourquoi a-t-il adopté une méthode d'enquête qui, partout, aurait donné de mauvais résultats? Pourquoi n'a-t-il interrogé que des indigènes portés naturellement à dénigrer notre administration, ou que des étrangers qui doivent souvent penser que nos colonies seraient bien mieux administrées par leurs gouvernements?

Est-il juste, se disait-on, d'imprimer toute espèce de déclaration de n'importe qui, sans vérifier leur véracité, et de cette façon porter les lecteurs du rapport à croire que tous ces faits sont vrais? Pourquoi cacher soigneusement les noms des personnes qui l'ont informé? Si les

faits étaient vrais, qu'est-ce que ces personnes craignaient? Pourquoi n'avaient-elles pas informé ou porté plainte aux autorités?

Comment, ajoute-t-on encore, pouvait un homme, aussi intelligent et capable qu'il soit, arriver dans un pays qu'il ne connaît pas, dont il ne comprend pas la langue, y rester 24 jours, et se croire autorisé à exprimer son avis sur l'administration de ce pays?

Ces interrogations et d'autres encore ont été posées dans la presse portugaise et ainsi l'opinion publique s'est fortement émue, et elle a attribué au rapport Ross une portée et des buts qui, nous le croyons fermement, n'étaient pas dans les intentions du professeur. Mais nous regrettons qu'il ait procédé comme il l'a fait, parce que de cette façon, au lieu d'avoir produit un travail utile et fécond, qui pourrait être utilisé par le gouvernement portugais, n'a fait que soulever contre son œuvre jusqu'à l'opinion de ceux qui désirent, autant que lui, le bien-être et le développement des indigènes africains. — Personne n'aime à voir traiter injustement son pays.

57. — De l'exposé qui précède, il résulte :

I.

Les conclusions du rapport Ross ne peuvent pas être acceptées parce que :

a) Il a été fait en entendant seulement les indigènes toujours disposés à être agréables à celui qui les interroge, et à se plaindre de celui qui les administre.

b) Le rédacteur du Rapport ne connaissant pas le portugais, ni les langues indigènes, a été forcé d'employer des interprètes, dont au moins quelques-uns peuvent être soupçonnés d'être portés à dénigrer l'action des autorités.

c) Il n'est pas impartial, malgré le désir de son auteur, qui est arrivé en Afrique avec les idées sur l'administration coloniale qu'il expose à la page 59 du rapport et qui connaissait les campagnes faites contre l'administration portugaise et ce qu'on a publié pour les combattre.

d) Il a soigneusement caché l'identité de ceux qui lui ont fourni des informations, ce qui pouvait se comprendre quand il s'agit des indigènes, mais ne devait pas être accepté quand il s'agit d'Européens et surtout d'étrangers.

e) Il a accepté les informations qui ont été données sans exercer aucune espèce de contrôle, même quand elles étaient invraisemblables,

comme celles du massacre du bétail à Mozambique et de la femme qui a laissé noyer son enfant pour ne pas mouiller son fardeau.

f) C'est fondé sur les informations obtenues de la manière indiquée cidessus, sans les contrôler, que, en généralisant d'une façon très étendue, on a préparé des conclusions qui, le Gouvernement portugais en est certain, ne peuvent être acceptées, ni même comme éléments d'information par la Commission temporaire d'Esclavage.

g) Il n'a parcouru qu'une partie des deux colonies, où il est resté si peu de temps (24 jours à Mozambique) qu'il n'a pas pu se faire une idée exacte de ce qui s'y passait.

II.

La loi sur la main d'œuvre indigène dans les colonies portugaises est humanitaire et prévoyante et le Gouvernement en surveille l'exécution.

Nous pouvons citer à cet égard un fait récent :

Le Gouverneur de Timor ayant publié un arrêté, approuvé par son Conseil, selon lequel le travail obligatoire pour les travaux publics devait durer un mois chaque année, et pouvait ne pas être payé, le Ministre, quoique désirant laisser aux colonies une large autonomie administrative et financière, a annulé cet arrêté dès qu'il est arrivé à sa connaissance.

III.

Des faits cités, dans le rapport et contraires aux prescriptions légales, sont punis par les autorités dès qu'ils sont portés à leur connaissance. La situation du Portugal, troublée dans les dernières années, explique qu'ils aient pu se produire plus fréquemment qu'autrefois.

IV.

Le Gouvernement portugais attire l'attention de la Commission temporaire d'Esclavage sur le système de développement des races indigènes préconisées par le professeur Ross, à la page 51 de son rapport.

V.

Quoique le rapport traite seulement de la main d'œuvre indigène, nous croyons qu'il serait de toute justice qu'il dise quelques mots à

propos du traitement que les indigènes reçoivent soit dans nos colonies, soit dans la métropole, sans aucun préjugé de couleurs ou de race, traitement qui fait que le Portugal administre ses colonies presque sans troupes et sans agitations sociales.

VI.

Si les Hauts Commissaires d'Angole et de Mozambique jugent nécessaire de faire quelques observations au rapport Ross, qui leur a été communiqué par les soins du Gouvernement portugais, ces réponses seront immédiatement communiquées à la Commission temporaire d'esclavage par l'intermédiaire du Secrétaire général.

ANNEXES

*Lettre du Missionnaire le Révérend Père José Pacheco Monte
à notre Ministre à Washington*

MONSIEUR LE MINISTRE DU PORTUGAL AUX ÉTATS-UNIS :

Vous désirez, Monsieur le Ministre, que sincèrement et sans prétentions, je vous dise ce que j'ai vu et observé pendant 12 années de vie de missionnaire en Angola et au Congo sur la façon dont sont traités là-bas nos sujets indigènes. Très volontiers j'accède à la demande que vous me faites en vous parlant, quoique d'une façon sommaire, de la loi du travail indigène, des salaires des apprentis et artisans, de la construction des routes, des employés indigènes (cipaios) des rapports entre colons portugais et indigènes, enfin de ce que le gouvernement portugais fait en faveur de l'instruction, de la santé publique et de la justice qu'il administre à l'indigène. Puissent mes paroles sincères constituer une réponse, quoique succincte, aux principales accusations dirigées contre nous par M. le Dr. Edouard A. Ross, professeur de sociologie à l'université de Wisconsin.

Travail indigène. — Jusqu'au mois d'avril 1924, époque à laquelle j'ai quitté l'Afrique, je n'ai connu aucune loi concernant le travail indigène qui puisse être taxée de cruelle ou injuste. Le travail n'était obli-

gatoire que comme travail à fournir à l'État, moyennant un paiement équitable, et même dans ce cas jamais au-delà de trois mois. Les entreprises particulières et agricoles engageaient elles-mêmes les travailleurs qui acceptaient le travail de leur propre gré. Le gouvernement, cependant, aidait, parfois, les entreprises agricoles, en leur fournissant la main d'œuvre, quand elle leur manquait, et que de ce fait elles étaient menacées de graves préjudices; mais jamais, je tiens à le répéter, le gouvernement n'a consenti que la durée du travail se prolonge au-delà de trois mois. Les contrats d'engagement de travail pour plus de trois mois, étaient faits en toute liberté, entre l'indigène et la personne chargée de cet engagement, en présence des autorités civiles. Dans ces conditions, comment peut-on dire que le travailleur indigène manque de temps pour travailler ses champs et ses jardins potagers, alors qu'il lui reste encore 9 mois de l'année? En outre, il faut dire que le travail des champs en Afrique est fait, avec de rares exceptions, par les femmes. Le noir, quand il ne travaille pas pour le gouvernement ou pour les entreprises, ne fait que chasser, pêcher ou dormir. Travail obligatoire! Il y a tant de pays civilisés où les citoyens sont forcés de travailler plusieurs jours pour des travaux de l'État! Et, en somme, les contributions que nous payons tous, ne sont autre chose qu'un travail obligatoire indirect.

Paiement des salaires. — Les lois coloniales portugaises non seulement fixent les salaires et la quantité d'aliments qui sont dus à chaque indigène qui travaille, mais ces mêmes lois ordonnent aussi aux autorités locales de surveiller la façon dont sont effectués les paiements. Il se peut que des fonctionnaires peu scrupuleux, chargés de faire des paiements au nom du gouvernement, aient porté préjudice aux indigènes, ou que le gouvernement lui-même n'ait pas assez surveillé les paiements faits par des particuliers, mais ce ne sont là que des exceptions dont la responsabilité ne peut être attribuée au gouvernement, qui les punit toutes les fois qu'il en a connaissance. Il faut ajouter que l'indigène peut s'adresser à son supérieur hiérarchique pour se plaindre ou pour se défendre; je n'ai jamais vu un seul cas où l'indigène injustement lésé dans ses paiements et ayant recouru à ses supérieurs, n'ait pas été écouté.

Apprentis. — L'assertion d'après laquelle les apprentis d'arts et métiers, voyant les préjudices qui, parfois, sont causés aux ouvriers au point de vue des paiements, ne veulent plus apprendre, est complètement erronée. Jamais je n'ai remarqué, pendant ces 12 années, que les

élèves de nos écoles missionnaires se soient retirés, découragés par la crainte de ne pas être payés plus tard. En Angola et surtout au Congo, les ouvriers sont très estimés et appréciés et aussi très bien payés. C'est ce que j'ai toujours observé.

Construction de routes. — Elle est bien futile l'accusation formulée par ceux qui affirment que l'on a construit plus de routes qu'il n'en était nécessaire au développement de la colonie. Il se peut que les routes qui lient une localité importante à une autre ne soient pas d'une nécessité absolue, elles sont, du moins, toujours utiles. Quelle est la nation, au monde, qui peut être accusée d'avoir trop de routes? Pour répondre à l'accusation qui consiste à dire que les instruments ou outils, employés par les indigènes dans les travaux du gouvernement, sont très rudimentaires et primitifs, je puis déclarer que je n'en ai jamais vus de meilleurs dans mes voyages à travers les colonies françaises et belges.

Employés indigènes. — Les employés indigènes du gouvernement, que l'on appelle *cipaios*, sont-ils parfois cruels envers leurs frères indigènes? On remarque en effet dans toutes les colonies une tendance despotique de la part du noir investi d'autorité envers le noir son subordonné. Mais je rougirais si quelqu'un osait affirmer que les autorités coloniales de mon pays approuvaient et par conséquent ne corrigeaient pas des abus de cette nature. J'ai observé parfois des abus semblables, mais j'ai vérifié qu'ils ont toujours été sévèrement punis.

Rapports des colons portugais avec les indigènes. — «Les noirs se découragent en voyant les colons portugais ligués contre eux». Ce n'est pas vrai. Le caractère et le tempérament du peuple portugais, simple, franc et familier, rend en général facile et agréable le rapprochement et les relations avec les indigènes. Et, à maintes reprises, j'ai entendu dire à des Allemands, à des Français et à des Belges, que nulle part ailleurs les nègres ne sont mieux traités que par des colons portugais.

Instruction médicale et justice administrée à l'indigène. — «Le gouvernement portugais ne fait rien en faveur de l'instruction, de la santé publique et de la justice en faveur des hommes de qui il exige des travaux aussi pénibles». Ah! à ce sujet là surtout, je dirai: non, ce n'est pas vrai! Le gouvernement portugais ne mérite pas une telle accusation. Dans un livre très important, et dont on parlera beaucoup dans l'avenir, publié dernièrement et intitulé *Jus Missionarium*, et dont l'auteur est

le célèbre prêtre allemand Grentrup, il est parlé de la législation missionnaire portugaise pour les colonies, et on y dit et reconnaît qu'elle est la plus large et généreuse de celle des nations civilisées. Voici les termes textuels: «Non est alia natio quae systemate subventionis legalis tam liberali utatur»: Il n'y a aucune nation qui ait adopté un système aussi généreux de subvention légale. Oui, le Portugal est, de toutes les nations, celle qui dépense le plus d'argent avec ses missionnaires, et dans quel but sinon pour qu'ils instruisent et civilisent le nègre et coopèrent par les moyens à leur portée au relèvement moral de la race noire en l'utilisant et en la valorisant? Je dirai de même pour ce qui concerne les secours médicaux donnés à l'indigène, car il n'y a aucune localité relativement importante qui n'ait pas son hôpital, son médecin et son infirmier, et dans les lieux de moindre importance, les postes de secours et les ambulances, etc., ne font pas défaut. Les missions portugaises elles-mêmes (qui ne constituent pas un petit réseau d'occupation) reçoivent du gouvernement une subvention particulière pour l'assistance aux indigents, étant obligées de leur distribuer des médicaments gratuitement. Il y a à peine deux ans, le Haut Commissaire de l'Angola, célébrait dans la capitale de la province un admirable Congrès de Médecine Coloniale, où se réunirent les plus grandes compétences, en médecine, des pays étrangers et pour lesquelles le Congrès avait de l'intérêt. Les résultats ont déjà démontré qu'il a été très utile non seulement pour nos Colonies, mais aussi pour toutes les autres colonies africaines en général. Quant à la justice administrée aux indigènes, je ne crois pas que les colonies étrangères en possèdent une différente ou supérieure à la nôtre, sauf peut-être en ce qui concerne l'application de la peine capitale qui n'existe pas chez nous. Je termine enfin, Monsieur le Ministre, en posant la main sur ma conscience et en vous déclarant ceci: Je suis missionnaire catholique portugais, et je fais partie d'une association missionnaire qui travaille dans toute l'Afrique. Je suis donc en étroites relations avec mes collègues belges, français et anglais. Je sais comment les choses se passent en général dans leurs colonies. Et bien, j'ose sans crainte vous affirmer que les noirs ne sont pas mieux traités là-bas que chez nous, ni mieux payés, ni mieux instruits, ni mieux civilisés. Au contraire, il n'y a aucun pays au monde qui cherche davantage le bien moral et matériel de ses indigènes. Pourquoi donc nous accuse-t-on? À mon point de vue, c'est là une question de malchance, de fatalité, impressions qui se modifieraient certainement, si on les ressentait une seconde fois.

Tout en soumettant, Monsieur le Ministre, mes sincères et simple

considérations, à votre haut critérium, je vous prie d'agréer l'assurance de ma haute considération etc. — (*Signé*) P.^o José Pacheco Monte.

RAFFINERIE COLONIALE

AVENUE DE L'INDE

Lisbonne, le 20 Août 1925.

MONSIEUR LE MINISTRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES,
EN VILLE :

Cette Compagnie a eu connaissance d'un rapport sur le travail indigène dans les colonies portugaises, présenté à la Société des Nations par le Dr Ross, de Wisconsin. On y trouve une référence à notre Compagnie. Si toutes autres affirmations du rapport sont aussi exactes que celle qui nous regarde, nous devons en conclure que ce rapport ne contient que des informations inexactes et faites en l'air.

Nous avons tenu à organiser nos ouvriers et nos installations de façon à ce que nos travailleurs indigènes aient des habitations autant que possible hygiéniques, une nourriture saine, assistance médicale permanente, vaccination obligatoire, des hôpitaux bien organisés, notre personnel de direction et de surveillance traitant les indigènes d'après les principes humanitaires qui ont toujours orienté la colonisation portugaise et d'après les excellents règlements de protection aux indigènes. On ne trouve pas, nous en sommes sûrs, dans n'importe quelle colonie de n'importe quel autre pays, de meilleures installations ou de meilleurs procédés de traiter les indigènes que chez nous. Nous payons intégralement aux travailleurs indigènes leurs salaires sous un contrôle qu'il n'est pas possible de tromper et ces salaires sont tellement suffisants que nous avons en permanence à notre service des milliers de volontaires venant de l'Afrique centrale anglaise et même de l'ancienne Afrique occidentale allemande. Les seuls qui ne sont pas payés par cette Compagnie sont les travailleurs dont les contrats sont faits devant les autorités et auxquelles nous devons remettre les salaires qui reviennent aux indigènes.

La Compagnie a demandé au Gouvernement de lui permettre de payer directement ces travailleurs de la même façon qu'elle le fait à ceux qu'elle engage directement. Elle l'a fait, non parce qu'elle puisse mettre en doute que les paiements leur sont remis, mais pour éviter

qu'en faisant ces paiements dans des occasions et par des procédés différentes, ces circonstances donnent lieu à des accusations injustes comme celle de M. Ross.

Cette Compagnie, qui a toujours travaillé en territoire portugais, qui a continuellement à son service plus de quinze mille travailleurs indigènes et qui est arrivé, avec un personnel en grande majorité portugais, à créer une grande industrie dans la province de Mozambique, repousse les accusations qui lui sont dirigées et profite de cette occasion pour protester contre la conduite de ceux qui, à la légère, critiquent les pratiques coloniales du Gouvernement portugais, lesquelles sont des plus humanitaires et des mieux orientées en ce qui concerne les coutumes et l'individualité des indigènes. Elle associe sa protestation à celles de ceux qui, comme le correspondant de l'important journal *African World* (dont elle se permet de joindre l'article à cette lettre), viennent se placer à côté du Gouvernement portugais contre ses détracteurs et ses calomniateurs.

Nous signons, avec la plus grande considération, de Votre Excellence, etc. — P. p. Sena Sugar Estates Ltd. — (*Signé*) Tomás de Paiva Raposo.

*Déclarations du Parti National Africain (du Portugal)
à la Société des Nations*

MONSIEUR LE PRÉSIDENT DE LA COMMISSION
TEMPORAIRE DE L'ESCLAVAGE :

Les soussignés, représentants du Parti National Africain (du Portugal), dont tous les membres sont de race noire et ressortissants des colonies portugaises de l'Afrique, opposent, au nom de ce Parti et en leur propre nom, un formel démenti au rapport de M. Ross, qui veut généraliser des faits isolés, et mal contrôlés sans base pour le faire, et qui concernent des périodes antérieures anormales, pendant lesquelles certains abus, d'ailleurs communs à toutes les colonies et plutôt individuels, ont été commis.

Le Gouvernement portugais, les Hauts Commissaires d'Angola et Mozambique et les Gouverneurs Généraux du Cap Vert, de la Guinée et de S. Tomé et Príncipe — tout en donnant satisfactions aux réclamations que le Parti National Africain leur a présentées contre ces

différents abus d'un caractère isolé et exceptionnel, — ont progressivement exercé une action énergique, soit administrative, soit judiciaire, contre les auteurs et les complices de ces méfaits, avec l'applaudissement unanime de l'opinion africaine de toutes les provinces.

Les mêmes soussignés déclarent encore que l'état de choses actuel dans les colonies portugaises de l'Afrique donne satisfaction à tous ceux qui, épris du sentiment de la Justice et de la Dignité humaine, travaillent sincèrement et sans parti pris tendencieux pour la défense des indigènes.¹

C'est justement dans la colonie portugaise d'Angola que s'est réalisé, en 1923, sous les auspices du Gouvernement Central et par l'initiative du Haut Commissaire, le Général Norton de Matos, le premier Congrès International de Médecine Tropicale, dont les vœux se destinent à la défense scientifique de la vie, de la santé et de l'amélioration des races indigènes.

Les soussignés expriment donc le désir que la Société des Nations prenne toutes les mesures susceptibles de faciliter et presser l'exécution des vœux de ce Congrès dans toutes les colonies du monde.

Genève, le 8 septembre 1925.

(Signé) João de Castro, *président*.

Miguel Machado.

Mário Ferro.

Borges Santos.

José Monteiro de Castro.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

A origem e a indole dos Impérios (Memória histórico-política), por José de Bragança Pereira, Nova Goa, 1923.

Discurso na festa que o I. H. do Minho dedicou à poetisa galega Rosália Castro em 15 de Julho de 1923, por António Noriega Varela, Viana, 1924.

Sonho primaveril — Rectificação musical (Fantasia), por A. A. Magalhães e Silva, Santo Tirso, 1924.

Joaquim Martins de Carvalho — Apontamentos biográficos, por Alberto Martins de Carvalho, Coimbra, Imp. Académica, 1924.

Vida Pastoril e A Senhora Professora, Dois romances pequenos, por Alberto Martins de Carvalho, Coimbra, Imp. Académica, 1925.

A Vida das Criancinhas, por D. Manuel Luís Coelho da Silva, Bispo Conde, Coimbra, Gráfica Conimbricense, Lim.^{da}, 1925.

Labaredas, por José Augusto de Castro, Lisboa, Lucas & C.^a 1925.

Historia do Palácio Nacional de Queluz, por António Caldeira Pires — Vol. I — Coimbra, Imp. da Universidade, 1925.

A Terra — Apontamentos de geologia agrícola, por Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo, 2.^a edição, revista. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1925.

A Faculdade de Medicina do Porto em 1925, por Hernani Monteiro, Professor-Secretário. Pôrto, 1925.

1.^o Centenário da Régia Escola de Cirurgia, MDCCCXXV-MCMXXV, (Pôrto).

— *História do Ensino Médico*, Suplemento coordenado, por Hernani Monteiro, Pôrto, 1925.

- *Arquivos de Clínica Médica*, tómo I, Junho de 1925, N.º 1. Director, Professor Thiago d'Almeida, Hospital de Santo António, Porto.
 - *Serviço de Cirurgia*, Professor Álvaro Teixeira Bastos, Pôrto.
 - *O Ensino da Patologia Externa*, Professor Carlos Lima, Pôrto.
 - *Notícia Histórica da Química Pertuense nas suas relações com o ensino médico no Pôrto*, pelo Professor Alberto de Aguiar, Pôrto.
 - *O Instituto de Medicina Legal* — Notícia histórica — Súmula de trabalhos. Pôrto, 1925.
 - *A Psiquiatria e a Neurologia no Pôrto*, História e estado actual do seu ensino, por Magalhães Lemos. Pôrto, 1925.
 - *L'Institut d'Histologie et d'Embryologie*, Résumé des travaux réalisés depuis 1918, por A. L. Salazar. Pôrto, 1925.
 - *A Bacteriologia no Pôrto*. Súmula de trabalhos de investigação científica pelo Professor Carlos Ramalho, precedida dum esboço histórico sobre Patologia Geral pelo Professor Alberto de Aguiar (1891-1925). Pôrto.
 - *Esbôço histórico da Cadeira de Farmacologia*, por José Maria de Oliveira, Pôrto. 1925.
- Observações meteorológicas, magnéticas e sismológicas*, feitas no Observatório Meteorológico e Magnético de Coimbra no ano de 1922. Vol. LXI. 2.ª parte — Observações do magnetismo terrestre, Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.
- Idem* — 1923, Vol. LXII. 2.ª parte. — Magnetismo terrestre, contendo o resultado da comparação dos instrumentos magnéticos de Coimbra com os padrões internacionais, Coimbra, Tip. da Gráfica Conimbricense, Lim.ª, 1924.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes :

- O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique.* Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães.* Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez,* por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra.* A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6\$00
- Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)*..... 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra,* pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 4\$50
- Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade,* pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II,* por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica,* pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões,* por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Serão publicados 10 números anualmente. Cada um compreenderá cêrca de 100 páginas de artigos além da Bibliografia de Revistas que será iniciada brevemente. Os artigos serão publicados na língua preferida pelo autor. Cada 5 números formarão um volume com frontispício, índice e capa especial.

Preço de cada número avulso..... 10000

ASSINATURAS

Preço de dez números..... £ 1

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados 71 volumes vendem-se por 1 £ os anteriores a 1900 e por 15 sch. os posteriores.

Aceitam-se anúncios para páginas suplementares.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência literária e sôbre administração deverá ser dirigida para a secretaria geral da Redação de *O Instituto*, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra.